ATA DA REUNIÃO DE 06.04.2018

ATA N.º 7/2018

Ao sexto dia do mês de abril do ano dois mil e dezoito, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Rogério Monteiro da Costa, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Hugo Manuel Moreira Luís, José Manuel Antunes Graça, em substituição de Sérgio Alberto Marques dos Santos, José António Paulo Felgueiras e Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Esteve ausente a Vereadora Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, cuja falta a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Protocolo de Colaboração no âmbito dos Controlos Oficiais entre a Direção Geral de Alimentação e Veterinária e o Município de Mafra; **1.3.** Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra – Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia; **1.4.** Concurso Público para a concessão, em hasta pública do Direito de Exploração do Apoio de Praia/ Bar – Praia de São Lourenço – Concelho de Mafra; **1.5.** Apreciação do relatório de contas da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região A2S – ratificação de despacho; **1.6.** Apreciação do relatório de contas da Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – mandato ao representante do Município na AG; **1.7.** Prestação de Contas do Ano Económico de 2017; **1.8.** 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018; **1.9.** Relatórios e Contas do Ano de 2017 – Associações; **1.10.** Processo

Disciplinar 9.1.3/2017/3; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Escola de Música Casa do Povo de Enxara do Bispo – Apoio Financeiro; **2.2.** Aquisição de imóveis para alargamento do Parque Habitacional de Gestão Municipal; **3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: 3.1.** Pedido de isenção de taxas devidas pela realização de operação urbanística em Rua das Eiras, n.º 3, na Vila-Sede de freguesia da Ericeira – OP-80/2018; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** ----------

--- ABERTURA DA REUNIÃO: ----------

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. ----------

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: ----------

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: ----------

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si no uso das competências delegadas, conforme listagem em anexo (anexo I). ----------

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: ----------

--- INTERVENÇÕES: ----------

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: ----------

--- O Presidente deu nota dos eventos realizados no Concelho de Mafra: de 23 de março a 8 de abril, na Ericeira, o 4.º Festival Internacional do Ouriço do Mar; no dia 24 de março, o Ciclo de Música Tradicional "Raízes", com a presença de Rua da Lua, na Casa da Música Francisco Alves Gato; no dia 25 de março: a 36.ª Corrida dos Sinos, em Mafra; o 7.º encontro Mafra Foot, no Estádio do Sporting Clube Encarnacense; e, no âmbito das Procissões da Quaresma, em Mafra, a Missa e Procissão das Sete Dores de Nossa Senhora (Burrinha); no dia 27 de março, em Mafra, a visita do Presidente do Município de Santa Catarina, Ilha de Santiago, Cabo Verde, Dr. Beto Alves, acompanhado da Vereadora Jassira Monteiro, ao MESMO – Mafra Espaço de Saúde Mental e Ocupacional; no dia 30 de março, no âmbito das Procissões da Quaresma, em Mafra, a Procissão do Enterro do Senhor. ----------

--- Seguidamente, informou sobre os próximos eventos a decorrerem no Concelho: no dia 6 de abril, pelas 21h30, na Casa da Música Francisco Alves Gato, o Ciclo de Música – Jazz, com Isabel Rato Quarteto; no dia 7 de abril, a partir das 09h30, a

ATA DA REUNIÃO DE 06.04.2018

comemoração do Dia Nacional dos Moinhos – Moleiro por breves momentos, com concentração dos participantes no estacionamento público junto ao edifício-sede da Junta da Freguesia do Milharado; no dia 8 de abril: o 8.º encontro Mafra Foot no Estádio do Sporting Clube do Livramento e, pelas 16h00, o Ciclo de Música – Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra – Associação Musical Nossa Senhora do Livramento, na Casa da Música Francisco Alves Gato; de 9 a 24 de abril, na Junta da Freguesia de Santo Isidoro, o Espaço Além Fronteiras; no dia 12 de abril: pelas 16h30, na Loja do Cidadão de Mafra, a sessão de apresentação das oportunidades de financiamento do IFRRU 2020; pelas 20h00, nas Piscinas Municipais da Azueira, a Mega hidro "Colour Power"; de 14 a 22 de abril, o 2.º Festival Internacional de Órgão de Mafra, na Basílica e Igrejas Paroquiais; no dia 16 de abril, das 15h00-17h00, a reunião da Assembleia Geral da Associação Europeia de Cidades e Vilas Cerâmicas, na Sala Diana, no Palácio Nacional de Mafra; no dia 17 de abril: pelas 11h00, no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra, a escritura da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas Cerâmicas; pelas 15h00, a exposição de Cerâmica Portuguesa, na Galilé do Palácio Nacional de Mafra, patente até 7 de maio; pelas 16h00, a reunião da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas Cerâmicas, no Palácio Nacional de Mafra; no dia 18 de abril, pelas 10h00, as Jornadas da Juventude com a Feira das Profissões, no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 19 de abril, pelas 09h00, o Ciclo de conferências SociALMAfra "As pessoas: o nosso património mais valioso" – tema: "Envelhecimento ativo e saudável: preparar o futuro", na Loja do Cidadão de Mafra; no dia 20 de abril, pelas 10h00, as Jornadas da Juventude com a Feira das Ciências, no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 21 de abril, entre as 14h00-19h00, as Jornadas da Juventude, com Game Day, no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 22 de abril: pelas 10h15, o Gran Fondo Lisboa – prova de cicloturismo com passagem por Milharado, Venda do Pinheiro, Malveira, Mafra e Ericeira; 15h30, no Museu Municipal Prof. Raúl de Almeida, Mafra, "Traço a traço. A arte na pré-história"; de 23 a 27 de abril, o Seminário Luso-Brasileiro de Sustentabilidade Urbana e Fórum de Negócios. ----------

---- **DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA:** ----------

--- Tomando a palavra, o Vereador Rogério Costa referiu-se à visita feita, na semana passada, por deputados da Assembleia da República, do Partido Socialista, ao Palácio Nacional de Mafra, tendo os mesmos ficado sensibilizados quanto à necessidade de restauro dos carrilhões, o que poderá contribuir para o avanço da obra. ----------

--- Disse que, tendo tido conhecimento que o Presidente se tem empenhado para que se instalasse em Mafra um polo universitário, apelou para que não se abandonasse essa ideia, na medida em que seria uma mais-valia para o Concelho. Na sua opinião, essa oportunidade devia ser explorada ao máximo. ----------

--- De seguida, pronunciando-se sobre o acesso ao Parque Desportivo Municipal de Mafra e sabendo que a Câmara Municipal já estudou o assunto, indagou da possibilidade de se abrir, junto às escolas, um portão automatizado, de forma a que os utentes ali pudessem entrar com um cartão, a fim de minimizar a distância existente entre cada infraestrutura desportiva e o atual parqueamento, nomeadamente para os utilizadores da piscina municipal. ----------

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** ----------

--- O Presidente, no que diz respeito ao ensino superior, referiu que tem feito diligências nesse sentido e, pelos contactos já estabelecidos, tem consciência que não será fácil a concretização deste objetivo, atendendo a que muitos dos polos descentralizados estão a fechar. No entanto, regozijou-se pelo apoio dado nesta matéria. ----------

--- Relativamente ao Parque Desportivo Municipal, em Mafra, informou que, por ocasião do 20.º aniversário, a Câmara Municipal está a introduzir várias beneficiações, a exemplo da ciclovia e, brevemente, de uma *petfarm,* um espaço devidamente cercado para utilização por animais. No que diz respeito à acessibilidade ao parque, informou que os serviços elaboraram uma proposta mais ampla, que prevê também o alargamento da Av. Francisco Sá Carneiro, de forma a beneficiar, também, a tomada e largada de passageiros na Escola Básica Hélia Correia, em Mafra. ----------

--- **DO VEREADOR JOSÉ GRAÇA:** ----------

--- O Vereador José Graça, no uso da palavra, registou três datas que, em abril, constituem referências para o Partido Socialista, a saber: o dia 2 de abril, em que se registam os 42 anos da Constituição da República Portuguesa, lei considerada por muitos políticos europeus como uma das mais avançadas; o dia 3 de abril, o 26.º aniversário da morte de Salgueiro Maia, um ícone do 25 de Abril; e, por último, o

próprio dia 25 de Abril, mantendo a esperança de que, em Mafra, os cidadãos, que assim o entenderem, a par com a Câmara Municipal, possam comemorar esta data nas ruas. ----------

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: ----------

--- O Presidente registou, com agrado, a referência a estas datas, salientando que o 25 de Abril é do povo e que, em democracia, os cidadãos têm liberdade para celebrar da forma que entendem. ----------

--- II – ORDEM DO DIA: ----------

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: ----------

--- 1.1. ATA: ----------

--- Presente a ata n.º 5/2018, da reunião de Câmara, realizada no dia 9 de março de 2018. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 5/2018, da reunião de Câmara, realizada no dia 9 de março de 2018. O Vice-Presidente, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, e o Vereador António Felgueiras não votaram porque não estiveram presentes na aludida reunião. ----------

--- 1.2. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DOS CONTROLOS OFICIAIS ENTRE A DIREÇÃO-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA E O MUNICÍPIO DE MAFRA: ----------

--- Presente, em anexo, proposta do Presidente da Câmara Municipal, subscrita em 3 de abril de 2018, devidamente instruída com a minuta do Protocolo de Colaboração a que a mesma se refere (anexo II). ----------

--- A Vereadora Lúcia Carvalho, em complemento, mencionou que a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) tem por missão a definição, execução e avaliação das políticas de segurança alimentar, de proteção animal e de sanidade animal, proteção vegetal e fitossanidade, sendo investida nas funções de autoridade sanitária

veterinária e fitossanitária nacional, de autoridade nacional para os medicamentos veterinários e de autoridade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar. Por sua vez, constitui atribuição das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, por forma a garantir o funcionamento higiénico dos estabelecimentos instalados na respetiva área geográfica de influência, como a salubridade dos produtos animais para serem disponibilizados às suas populações. Explicou que, em virtude de, desde o final do ano de 2017, o Município de Mafra dispor de menos um médico veterinário, há necessidade de dar cobro a esta carência, quer da parte do Município, quer da própria DGAV. Nesta conformidade, submete-se para autorização o Protocolo de Cooperação entre a DGAV e o Município de Mafra, a fim destas entidades poderem garantir os controlos oficiais de origem animal na inspeção sanitária em Matadouros da área geográfica do Município de Mafra, por um médico veterinário que será designado de Veterinário Oficial pela DGAV, passando o Município a receber 90% da receita das taxas cobradas nas inspeções veterinárias, relativas aos controlos oficiais neste âmbito executados. -------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, considerando a Proposta apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, e atentas as atribuições e competências previstas, respetivamente, nos artigos 2.º e 23.º e nas alíneas r) e bbb) do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugados com o artigo 153.º do Código Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de dezembro de 1940, com o n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 178/2008, de 26 de agosto, com a alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 119/2012, de 15 de junho, na sua redação atual, e com o n.º 1 do artigo 1.º e as alíneas a), c) e f) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Regulamento (CE) n.º 854/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, autorizar a celebração de um Protocolo com Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), em conformidade com a minuta em anexo à referida Proposta, através do qual são estabelecidos os termos da colaboração entre a DGAV e o Município de Mafra, no âmbito dos controlos oficiais de produtos de origem animal, na inspeção sanitária em matadouros da área geográfica de influência do Município, por médico veterinário que a Câmara Municipal de Mafra se compromete dotar, através de uma relação jurídica de qualquer natureza, que reúna as condições para, após adquirir as qualificações profissionais exigidas pelo Regulamento (CE) n.º 854/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, ser

ATA DA REUNIÃO DE 06.04.2018

designado como Veterinário Oficial pela DGAV, passando o Município a receber 90% da receita das taxas cobradas, relativas aos controlos oficiais neste âmbito executados.---

--- 1.3. REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE MAFRA E PARA A CRECHE MUNICIPAL DE MAFRA - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/4755, e respetivos anexos, elaborada pela Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 3 de abril de 2018, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, igualmente de 3 de abril e despacho de encaminhamento à reunião de Câmara do Exmo. Sr. Presidente, da mesma data (anexo III).----------

--- Tomando a palavra, o Vereador António Felgueiras aditou que, estando a terminar o contrato existente, cumpre desenvolver um novo procedimento concursal para o fornecimento de refeições escolares aos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo e pré-escolar do Concelho de Mafra e ainda para a Creche Municipal de Mafra, para o ano letivo 2018/2019, com possibilidade de renovação para os dois anos subsequentes, 2019/2020 e 2020/2021. Explicou que, de acordo com a legislação aplicável, os valores pagos pelos contratos de aquisição de serviços, que em 2018 se venham a celebrar ou renovar com idêntico objeto ou contraparte, não podem ultrapassar os valores pagos em 2017. Informou que, no entanto, existe uma variação no que diz respeito ao valor a contratualizar, de € 1.208.495,29 para € 1.223.569,87, sendo este diferencial reflexo do número de horas de prestação de recursos humanos afetos no concurso a realizar, ou seja, acresce 16 horas por dia para uma melhor eficácia do serviço, bem como para fazer face ao aumento do salário mínimo nacional a estes recursos humanos afetos. Disse, ainda, que estão a concurso dois lotes, sendo o lote I para o fornecimento de pequenos-almoços, almoços (em método *cook-chill*) e lanche para os estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar e o lote II para o

fornecimento de almoços, lanches e merendas da manhã e da tarde, em confeção local, na Creche Municipal de Mafra. Acrescentou, ainda, que o caderno de encargos foi elaborado de acordo com os normativos quer da Direção Geral de Saúde, quer da Circular n.º 3 da Direção Geral de Educação face à recomendação para todos os produtos que devem ser fornecidos em alimentação escolar, bem como do Despacho n.º 10919, de 13 dezembro de 2017, da Secretária de Estado Adjunta e da Educação, sobre o Plano Integrado de Controlo da Qualidade e Quantidade das Refeições Servidas nos Estabelecimentos de Educação e Ensino Públicos. Por último, salientou a preocupação existente em reforçar os lanches com o fornecimento de fruta, uma vez que o projeto de fruta escolar, tutelado pelos Ministérios, quer da Educação, quer da Agricultura, não existe este ano, pelo que se propõe passar a ser servida fruta fresca ou fruta assada em quatro dias, por semana, ao almoço, e fruta fresca, em dois dias, por semana, ao lanche. ----------

--- De seguida, interveio o Vereador José Graça, questionando se foi ponderada a hipótese de estimular as confeções locais dentro das próprias escolas, em vez de se proceder ao lançamento de um concurso internacional, num contexto de uma alimentação saudável, recomendada neste momento pela Direção Geral de Saúde, bem como de introdução de frutas e hortícolas locais. Por outro lado, estando previsto o fornecimento de frutas, não compreende porque estes reforços não são feitos ao longo dos cinco dias da semana, em vez dos quatro dias ao almoço e de dois dias ao lanche.

--- O Presidente informou que as cozinhas das escolas estão equipadas para a utilização do método *cook-chill*, pelo que qualquer alteração implicaria um investimento na aquisição de equipamentos, o que seria dispendioso para o Município. Quanto à questão da produção local, respondeu que gostaria de colocar, no caderno de encargos, como condição, a obrigatoriedade de aquisição da fruta e dos hortícolas aos produtores locais, mas que, do ponto de vista legal e no respeito pela concorrência, não o pode fazer. No que concerne à fruta escolar, sublinhou que, nesta matéria, o Estado não cumpriu, porque não lançou o plano anual de fruta escolar, pelo que a proposta municipal visa compensar tal situação. Por fim, quanto ao facto da fruta não ser distribuída todos os dias, esclareceu que as ementas são definidas por nutricionistas. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 1 do art.º 33 do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de

ATA DA REUNIÃO DE 06.04.2018

junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço, a abertura de procedimento por Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, para o fornecimento e prestação de serviços no âmbito das "Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra" para o ano letivo 2018/2019 com possibilidade de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, considerando para o efeito, como parâmetro base do preço contratual, o valor de € 3.670.709,61 (três milhões, seiscentos e setenta mil, setecentos e nove euros e sessenta e um cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço base por ano letivo de € 1.223.569,87 (um milhão duzentos e vinte e três mil quinhentos e sessenta e nove euros e oitenta e sete cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; aprovar o anúncio de procedimento, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos; definir como critério de adjudicação nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP, o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de avaliação do preço bem como a Adjudicação por Lote (em que cada concorrente poderá apresentar propostas para um ou para ambos os lotes), podendo cada lote ser adjudicado a diferente concorrente, nos seguintes termos; LOTE I: "Pequenos-almoços, almoços (método *cook-chill*) e lanches, para os estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar, projetos pontuais e durante as interrupções letivas" e LOTE II: "Fornecimento de alimentação (almoços, lanches e merendas da manhã e da tarde), em Confeção Local, na Creche da Câmara Municipal de Mafra" e ainda a aprovação da constituição do júri de procedimento, bem como a designação, para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, o Gestor do Contrato. ----------

--- AUSÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE: ----------

--- Quando eram dez horas e cinco minutos, ausentou-se da sala onde decorria a

reunião o Vice-Presidente da Câmara, em virtude de ter de estar presente, em representação do Município, na outorga do Contrato de Financiamento dos Laboratórios Vivos para a Descarbonização com o Fundo Ambiente. ----------

--- 1.4. CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO EM HASTA PÚBLICA, DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO APOIO DE PRAIA/BAR DE SÃO LOURENÇO: -----

--- Presente em anexo, Informação Interno/2018/5183, elaborada pela Secção de Licenciamentos Diversos em 02 de abril de 2018, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como o despacho de concordância do Senhor Vereador Hugo Moreira Luís, datados de 03 de abril de 2018 (anexo IV). ----------

--- Em complemento, o Vereador Hugo Moreira Luís referiu que, no próximo dia 9 de maio de 2018, termina a concessão do direito de exploração do apoio de praia/ bar de São Lourenço e, como tal, há necessidade de se lançar um novo procedimento. Assim, propõe-se que o direito de exploração do apoio de praia/ bar de São Lourenço seja válido pelo período de cinco anos, renovável por períodos de um ano, até ao limite máximo de dez anos, com um valor mensal de € 550,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um valor base de € 6.600,00/ ano e que as propostas sejam avaliadas segundo dois critérios, a saber: 60% do valor da prestação mensal pecuniária e 40% da qualidade do projeto de exploração. ----------

--- Atenta o teor da informação supra referida, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos da alínea ee) do artigo 33.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar a abertura do Concurso Público para a Concessão em Hasta Pública do Direito de Exploração do Apoio de Praia/Bar de São Lourenço, nos termos das Condições Gerais e Especiais, anexas, e que a Comissão proposta para efeitos da Hasta Pública, tenha a composição proposta na informação acima referida. ----------

--- 1.5. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO A2S - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------

--- Presente, em anexo, a convocatória para a Assembleia Geral Ordinária da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região A2S de dia 22 de março, às 16h00, com despacho ínsito do Presidente da Câmara Municipal, exarado a 20 de

março de 2018, do seguinte teor: *"Determino que o representante do Município na Assembleia Geral vote favoravelmente os pontos da Ordem de Trabalhos. À Câmara Municipal para ratificar."*, devidamente instruída com o Relatório de Atividades e Contas de 2017 (anexo V). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado em 20 de março de 2018, no qual determinou que o representante do Município na Assembleia Geral naquela associação, deveria votar favoravelmente os pontos da ordem de trabalhos. --

--- 1.6. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DA ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES - MANDATO AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA AG: -

--- Presente, em anexo, o Relatório de Atividades e Contas de 2017, da Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras (anexo VI). ----------

--- O Presidente aditou que o Vereador António Felgueiras é o representante do Município na Direção. Para esta reunião de Assembleia Geral, destinada à apreciação do Relatório de Contas da Rota Histórica das Linhas de Torres, determinou que estivesse presente a Vereadora Lúcia Carvalho. Seguidamente, deu a palavra ao Vereador António Felgueiras para proceder à apresentação do ponto. ----------

--- O Vereador António Felgueiras explicou que a Rota Histórica das Linhas de Torres foi constituída formalmente como associação, por escritura pública, em janeiro de 2017, por seis Municípios, Mafra, Loures, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, sendo uma associação sem fins lucrativos. O documento apresentado é o primeiro relatório de atividades e contas. A receita obtida foi de € 16.800,00, proveniente das cotas dos associados, bem como da contribuição extraordinária dos mesmos. As principais despesas decorreram da promoção da associação, através da criação do sítio na internet, bem como uma campanha de recolha de imagens com vista à produção de um filme da Rota. Por último, referiu que transitou para o ano de 2018 a quantia de € 5.745,53 que servirá para a conclusão de

atividades que ficaram pendentes no ano de 2017. ----------
--- A Câmara Municipal apreciou o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2017 e deliberou, por unanimidade dos presentes, de acordo com o previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, dar instruções ao representante do Município na Assembleia Geral da aludida associação, para que vote favoravelmente os assuntos a discussão. ----------
--- O Presidente propôs que os pontos 1.7. e 1.8. da Ordem de Trabalhos fossem discutidos após a análise e discussão dos outros pontos. Nada havendo a opor, passou à análise do ponto 1.9. da ordem de trabalhos. -------
--- 1.9. RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2017 – ASSOCIAÇÕES: ----------
--- Presente a Informação Interno 2018/5225, elaborada na Área de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 03 de abril de 2018 (anexo VII). ----------
--- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos Relatórios e Contas do Ano de 2017 das entidades ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses e CCAMM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL., os quais serão remetidos à Assembleia Municipal, face ao disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. ----------
--- 1.10. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR N.º 9.1.3/2017/3: ----------
--- Presente, em anexo, Relatório Final, referente ao Processo Disciplinar 9.1.3/2017/3, subscrito pela respetiva Instrutora, em 2018/03/23. ----------
--- O Presidente efetuou uma súmula dos factos e das infrações ocorridas e constantes no processo, bem como da proposta de pena a aplicar. ----------
--- Após análise do Relatório Final do Processo Disciplinar 9.1.3/2017/3 e por escrutínio secreto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com sete votos a favor, atentos os fundamentos de facto e de direito plasmados no mencionado Relatório, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, aplicar à trabalhadora n.º 2108, da Câmara Municipal de Mafra, Silvina da Costa Brioso Gonçalves, Assistente Operacional, pena disciplinar de repreensão escrita, por violação, através da conduta descrita, dos deveres gerais de prossecução do interesse público, de zelo e de correção, nos termos do n.º 1, da alínea a), e) e h) do n.º 2 e do n.º 3, 7 e 10, todos do artigo 73.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

(LGTFP), suspensa na sua execução por seis meses, contados a partir da data da notificação à Arguida da respetiva decisão, ao abrigo do disposto no artigo 192.º da LGTFP. ----------

--- 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: ----------

--- 2.1. ESCOLA DE MÚSICA DA CASA DO POVO DA ENXARA DO BISPO - APOIO FINANCEIRO: ----------

--- Presente, em anexo, Informação Interno 2018/5211, elaborada em 02 de abril de 2018, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaiu o parecer da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional na mesma data, o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, ambos datados de 03 de abril corrente, devidamente instruída com a Informação de Cabimento n.º 551 de 2018 (anexo VIII). ----------

--- No uso da palavra, a Vereadora Aldevina Rodrigues referiu que a Escola de Música da Casa do Povo da Enxara do Bispo está a comemorar, este ano, o seu 25.º aniversário e, no âmbito destas comemorações e da atividade que vem sendo desenvolvida, solicitou junto da Câmara Municipal um apoio para aquisição de instrumentos musicais, atendendo a que os atuais são em número insuficiente e alguns estão em estado de degradação. Congratulou-se pelo importante trabalho desenvolvido por esta banda na formação de jovens músicos da localidade. Deste modo, propõe-se, a título excecional, no âmbito da comemoração do 25.º aniversário, a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Escola de Música da Casa do Povo da Enxara do Bispo. ----------

--- O Vereador José Graça congratulou-se pela comemoração do 25.º aniversário desta associação, data que considerou significativa. Por parte do Partido Socialista, destacou a relevância de todos quantos, abnegadamente, dão o seu esforço para que este tipo de associação se mantenha viva nos dias de hoje, porque, como é do conhecimento geral, não é fácil ser membro do movimento associativo em Portugal, até nas atuais

condições legislativas. ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir um apoio financeiro no valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Escola de Música da Casa do Povo da Enxara do Bispo, para aquisição de instrumentos musicais. ----------

--- 2.2. AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA ALARGAMENTO DO PARQUE HABITACIONAL DE GESTÃO MUNICIPAL: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2018/5277, elaborada em 02 de abril de 2018, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, na mesma data, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, datado de 03 de abril corrente (anexo IX). ----------

--- O Presidente declarou que faz parte do programa do Executivo a ampliação do número de fogos do parque habitacional de gestão municipal. Atendendo a que na Quinta de Santa Bárbara, em Mafra, nomeadamente na Rua Manuel Fernandes Batista, nos lotes 66 e 67, existem dois blocos inacabados, com evidentes sinais de abandono, propriedade da Caixa Económica – Montepio Geral, procedeu-se a negociações com o proprietário dos mesmos, tendo presente as avaliações interna e externa feitas, a fim de se adquirir os imóveis, para alargamento do parque habitacional de gestão municipal, com o objetivo de aumentar a capacidade existente ao nível da habitação social e de habitações a custos controlados. Consultado, ainda, o processo de construção arquivado na Câmara Municipal, verificou-se que cada bloco possui 9 apartamentos, sendo cinco T2 e quatro T3. De acordo com o estudo preliminar feito pelos técnicos municipais, cada T3 poderia ser dividido em dois T1, o que equivaleria a 13 apartamentos, totalizando 26 apartamentos nos dois blocos. Nesta conformidade, propõe-se a aquisição dos referidos blocos, para alargamento do parque habitacional de gestão municipal, pelo valor total de € 800.000,00 (oitocentos mil euros), sendo € 400.000,00 (quatrocentos mil euros) cada prédio, conforme avaliações efetuadas. ---

--- O Vereador Rogério Costa felicitou a Câmara por esta decisão, tanto mais que este assunto foi levantado aquando da campanha eleitoral e, ainda, recentemente o abordou, quando defendeu que a Câmara deveria intervir face à existência de «mamarrachos», ou seja, prédios por concluir e devolutos. ----------

ATA DA REUNIÃO DE 06.04.2018

--- O Vereador José Graça secundou as palavras do Vereador Rogério Costa, acrescentando que uma proposta desta índole vai de encontro aos propósitos políticos do Partido Socialista que é evitar a degradação patrimonial do imobiliário dentro do Concelho, para além de contribuir para a fixação das pessoas, particularmente os mais jovens e os mais vulneráveis. Referiu que, no período de antes da ordem do dia, se fez a evocação dos 42 anos da Constituição Portuguesa, e sendo esta a lei fundamental, contém em si o princípio de que todos os agentes da administração pública eleitos devem providenciar, também, uma habitação digna. Ora, é dentro desse contexto que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam esta proposta e que gostariam de incentivar a Câmara Municipal a fazer mais propostas e projetos de intervenção, servindo este exemplo como «locomotiva» para continuar, tanto que ainda existe património devoluto no Concelho que se tem vindo a degradar e que é objeto de alguma vandalização, denegrindo a imagem do Concelho. Nesse sentido, propôs que iniciativas como esta não se limitem à vila de Mafra, mas a outros locais onde também exista esse património em degradação, como seja o caso da vila da Malveira. ----------

--- O Presidente salientou que esta proposta abarca várias temáticas que são importantes para a sã convivência da comunidade: por um lado, o direito à habitação; por outro lado, a requalificação urbana. ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados das alíneas i) do n.º 1 do artigo 25.º e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à consideração da Assembleia Municipal a autorização para a aquisição, ao Montepio Geral, dos dois imóveis sitos na Rua Manuel Fernandes Batista, na Quinta de Santa Bárbara, lotes 66 e 67, em Mafra, ambos para alargamento do parque habitacional de gestão municipal, pelo valor total de € 800.000,00 (oitocentos mil euros), sendo €400.000 (quatrocentos mil euros) cada prédio, conforme avaliações efetuadas e dado que o proprietário manifestou concordância com a venda nos termos referidos. --------

--- 3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS

E AMBIENTE: ----------

--- 3.1. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA EM RUA DAS EIRAS, N.º 3, NA VILA-SEDE DE FREGUESIA DA ERICEIRA - OP-80/2018: ----------

--- Presente a fls. 35, o pedido de isenção das taxas devidas pela realização da operação urbanística de alteração e ampliação da edificação existente para berçário, creche e pré-escolar, situada no local acima referido, apresentado por Centro Social da Ericeira, sobre o qual foi prestada informação em 2018/03/16 pela Secção Administrativa de Obras e Loteamentos arquivada a fls. 57, e proferido despacho pelo Sr. Presidente da Câmara, em 2018/03/20, a fls. 58. ----------

--- Atento ao teor do pedido, aos documentos que o acompanham, à informação prestada e à proposta de despacho do Diretor de Departamento que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido e, consequentemente, isentar do pagamento de taxas devidas pela realização da operação urbanística acima referida, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento da Tabela de Taxas em vigor no município. ----------

--- 1.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO ECONÓMICO DE 2017: ----------

--- Presente, em anexo a Informação Interno 2018/5270, elaborada na Área de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 03 de abril de 2018 (anexo X), devidamente instruídos com os documentos a que a mesma se refere, que foram devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal forem solicitados.------

--- O Presidente proferiu uma nota introdutória na Prestação de Contas do ano económico de 2017 do seguinte teor: "*2017 correspondeu, duplamente, ao culminar de quatro anos de mandato e ao arranque de um novo ciclo político municipal, orientado para a inovação.* ---------- ---

--- Neste contexto, prestar contas do ano económico de 2017 implica começar por fazer um exercício de enquadramento, fazendo o balanço do trabalho desenvolvido ao longo do último quadriénio para avaliar, assim, o cumprimento do programa de governação proposto para o Município de Mafra. Ora, esse balanço resume-se em três conceitos: responsabilidade, proximidade e criatividade. ----------

--- Responsabilidade na gestão municipal: honrando os compromissos assumidos;

ATA DA REUNIÃO DE 06.04.2018

diminuindo despesas de funcionamento; reduzindo o endividamento através da exigente e difícil renegociação com credores; e assumindo uma política fiscal sustentável, que se revelou uma fonte de receita imprescindível ao equilíbrio orçamental e, sobretudo, à garantia do bem-estar social. ----------

--- Proximidade na intervenção comunitária: implementando uma política de família global e integrada, que abrange desde a fiscalidade à habitação, apoio social, educação, cultura, desporto, ocupação de tempos livres, infância, juventude e velhice; dinamizando a capacidade empreendedora do movimento associativo e da sociedade civil; humanizando o território através de uma ação quotidiana nos espaços públicos das nossas aldeias e vilas; mas também rentabilizando o património já construído, na ótica da poupança de recursos escassos e da defesa da memória coletiva. ----------

--- Criatividade na implementação de uma nova agenda local: investindo na requalificação urbana para tornar o território mais atrativo; projetando o Concelho de Mafra para além dos seus limites geográficos; apostando na cultura como duplo fator de qualificação das pessoas e de atratividade territorial; aproveitando as janelas de oportunidade decorrentes do novo quadro comunitário de financiamento; e até criando um ambiente institucional que incentiva o crescimento de ideias empreendedoras e a competitividade do ecossistema empresarial, assim contribuindo para a criação de emprego e a geração de riqueza. ----------

--- Em suma, com responsabilidade, proximidade e criatividade, foi possível não só concretizar o indispensável equilíbrio das contas municipais, como também gerar a capacidade financeira e operacional necessária para sustentar as bases de projetos futuros, ao serviço da promoção do desenvolvimento socioeconómico do Concelho de Mafra. ----------

--- Estas duas premissas estão traduzidas nos Documentos de Prestação de Contas 2017, que agora se submetem à apreciação: 1. Atestando o rigor na gestão municipal, destaca-se a realização de investimentos no montante de 15 milhões de euros, a diminuição da dívida global a terceiros, em 1,6 milhões de euros face ao ano anterior, e o resultado líquido positivo de cerca de 2,5 milhões de euros, apesar de já ter sido

assumido, neste exercício económico, o valor das contingências decorrentes do resgate da concessão do serviço das águas e da reversão do serviço público de saneamento de águas residuais, no total de 9,084 milhões de euros; 2. Comprovando o crescente dinamismo do tecido económico do Concelho de Mafra, evidencia-se o significativo acréscimo da receita proveniente do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e dos impostos e taxas aplicados a loteamentos e obras. ----

--- Ainda sobre a receita, apraz registar que, não obstante o aumento global em cerca de 10,3% face a 2016, se registou uma diminuição do valor arrecadado quer em sede do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), em função da redução da taxa e da aplicação do denominado IMI Familiar, quer ao nível do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), devido à redução na participação variável, e quer ainda em termos da derrama, atendendo à isenção atribuída às pequenas e médias empresas e a setores económicos estratégicos. A diminuição de receita nestas três rubricas é resultado objetivo de duas opções estratégicas, plenamente assumidas pelo Executivo Municipal: o apoio às famílias e o incentivo ao investimento. ----------

--- Do lado da despesa, importa sublinhar, especialmente, o aumento das despesas de capital, na ordem dos 22,7% em relação ao ano anterior, as quais foram consignadas, sobretudo, à concretização de projetos estruturantes para a dinamização socioeconómica concelhia. ----------

--- Através de uma análise à execução das Grandes Opções do Plano (GOP), percecionam-se os principais investimentos realizados pela Câmara Municipal em 2017, com particular incidência nas Funções Sociais e nas Funções Económicas, nas quais foram aplicadas, respetivamente, 23,2 milhões de euros e 8,2 milhões de euros.-

--- No âmbito das Funções Sociais, cuja taxa de execução foi de 91,5%, salienta-se o acréscimo de despesa em rubricas como a educação, saúde, proteção do meio ambiente e conservação da natureza e até a cultura, acréscimo este diretamente associado a investimentos estruturantes, muitos deles em áreas que constituem competência da Administração Central. A título de exemplo, enumeram-se a ampliação e modernização da Escola Básica de Mafra, da Escola Básica Prof. Armando de Lucena (Malveira) e da Escola Básica do Sobral da Abelheira, a construção da Unidade de Saúde Mafra Leste, a limpeza e desobstrução das linhas de águas, mas também a organização de diversificados programas culturais, muito especialmente as comemorações do tricentenário do lançamento da primeira pedra do Real Edifício de Mafra. ----------

ATA DA REUNIÃO DE 06.04.2018

--- Já no âmbito das Funções Económicas, com uma taxa de execução de 94,1%, verificou-se o reforço da despesa na renovação da iluminação pública e nos transportes e comunicações, incluindo-se nesta última rubrica tanto a permanente intervenção de conservação da rede viária como até a construção de novos equipamentos que elevam as condições de mobilidade, a exemplo do Parque Intermodal do Alto da Vela. ---------

--- Em conclusão, os resultados registados em 2017 não só confirmam a oportunidade das opções tomadas ao longo do ciclo político cessante, como indiciam que estão garantidas as condições para o desenvolvimento do projeto de inovação definido para o novo quadriénio, orientado em três eixos: preservar, qualificar e valorizar. ----------

--- Face ao exposto, e porque tais resultados só se justificam pelo trabalho coletivo, o Executivo Municipal não pode deixar de endereçar uma palavra obrigatória de reconhecimento: à Assembleia Municipal, que viabilizou o programa implementado; aos trabalhadores municipais, que souberam aliar o profissionalismo a uma profunda dedicação à causa pública; e, principalmente, aos munícipes, que não só participaram do esforço que lhes foi solicitado, como também demonstraram o seu espírito empreendedor. ----------

--- É com este espírito que se faz deste um território cada vez mais atrativo e competitivo, mas sobretudo um lugar de felicidade!" ----------

--- De seguida, tomou a palavra o Vereador Hugo Moreira Luís, apresentando, através de visionamento em *powerpoint*, a Prestação de Contas do ano económico de 2017, cujo documento se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo XI), fazendo uma abordagem da execução orçamental – receita e despesa; execução das Grandes Opções do Plano; saldo global efetivo da execução orçamental; equilíbrio orçamental; demonstração dos resultados; balanço; endividamento; e, por último, a situação financeira relativa aos anos 2014/2017. ----------

--- O Vereador José Graça agradeceu a apresentação feita pelo Vereador Hugo Moreira Luís, fazendo referência que, ao longo da sua explanação, se verificou que a Câmara Municipal de Mafra tem recorrido aos fundos europeus e ainda bem que o fez. No entanto, não pode deixar de ser referido que, no passado, tal não foi tão bem

conseguido, o que se deveu a uma política global, que nos privou de candidatar globalmente a outros e maiores projetos. Neste sentido, citou o que foi dito, na última sessão da Assembleia da República, pelo Ministro Mário Centeno, sendo que o anterior Governo teve um grau de execução, distribuído às pequenas e médias empresas de fundos europeus, de quatro milhões de euros e, neste momento, o executado são quatro mil milhões de euros para as pequenas e médias empresas. Acrescentou que tal demonstra que, também em Mafra e como foi validado pelo Vereador Hugo Moreira Luís, se tem estado a beneficiar dessa conjuntura. Relativamente à posição dos Vereadores eleitos pelo PS, passou a ler a declaração, nos termos do documento apresentado, o qual se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo XII). ----------

--- Analisados os documentos supra mencionados, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, elaborados nos termos da considerações técnicas do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores presentes do PPD/PSD e do Senhor Presidente e os votos contra dos Vereadores do PS, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar os documentos de prestação de contas do ano económico de 2017, incluindo a apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, bem como aprovar a proposta de aplicação do resultado de 2.495.418,21€ (dois milhões quatrocentos e noventa e cinco mil quatrocentos e dezoito euros e vinte e um cêntimos), submetendo-os a apreciação e votação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º e do n.º 2 do art.º 27 da citada Lei. ----------

--- 1.8. 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2018: ----------

--- Presente a informação interno/2018/5207, elaborada na Área de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datados de 03 de abril de 2018 (anexo XIII). ----------

--- O Vereador Hugo Moreira Luís aditou que, considerando a aprovação da Prestação de Contas de 2017, transita um saldo de gerência para o ano seguinte de € 10.817.912,37, tendo o orçamento da despesa sido dotado desse montante para

reforçar despesas de capital e correntes, maioritariamente para o Plano Plurianual de Investimentos. ----------

--- Analisados os documentos a que se refere a informação supra mencionada, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores presentes do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, a 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, a 2.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, apresentando o Orçamento da Receita "inscrições" no valor de € 10.817.912,37 (dez milhões oitocentos e dezassete mil novecentos e doze euros e trinta e sete cêntimos); o Orçamento da Despesa apresenta "inscrições/ reforços" no valor de € 11.767.687,37 (onze milhões setecentos e sessenta e sete mil seiscentos e oitenta e sete euros e trinta e sete cêntimos) e "diminuições/ anulações" no valor de € 949.775,00 (novecentos e quarenta e nove mil setecentos e setenta e cinco euros); o Plano Plurianual de Investimentos apresenta "inscrições/ reforços" no valor de € 8.548.937,37 (oito milhões quinhentos e quarenta e oito mil novecentos e trinta e sete euros e trinta e sete cêntimos) e "diminuições/ anulações" no valor de € 183.475,00 (cento e oitenta e três mil quatrocentos e setenta e cinco euros); o Plano de Atividades Municipais apresenta "reforços" no valor de € 1.748.085,00 (um milhão setecentos e quarenta oito mil e oitenta e cinco euros) e "diminuições/ anulações" no valor de € 57.000,00 (cinquenta e sete mil euros). --------

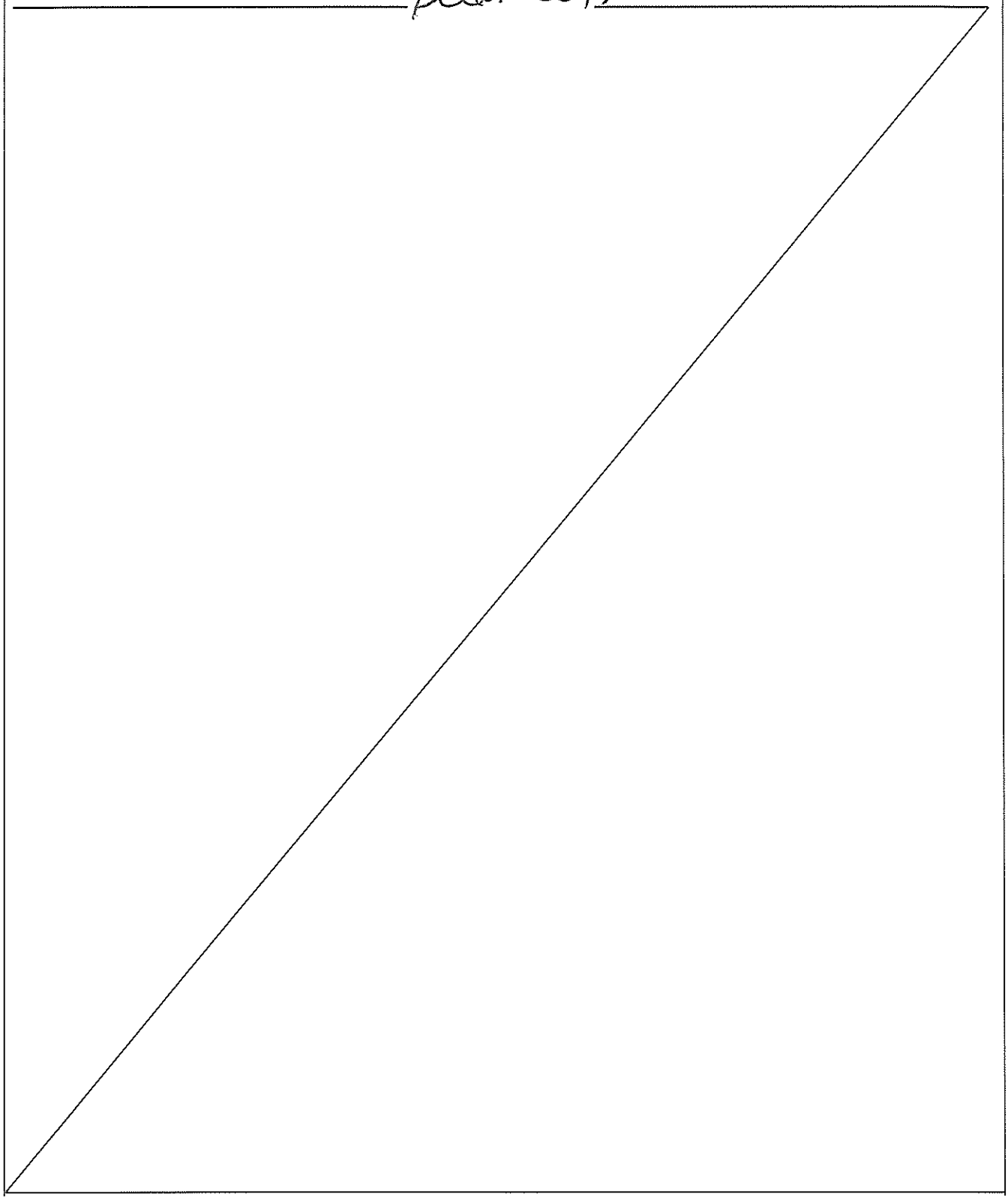
--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: ---------

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. ----------

--- ENCERRAMENTO: ----------

--- Quando eram onze horas e quarenta minutos, o Presidente deu por encerrada a

reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. ----------



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2017/10/24, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 15 a 27 de março de 2018.

Mafra, 28 de março de 2018.

Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

anexo I

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
RO	93/2017	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO)	2018/02/28	2018/03/23	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ALBERTO RIBEIRO NETO	ALTERAÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO CASAL DO QUERIDO, LOTE 55 - ERICEIRA
OP	345/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/09	2018/03/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ALEXANDRE ANTONIO MOURÃO RODRIGUES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO QUINTA DA RIBEIRA DA BALEIA-LOTE 66
OP	322/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/05	2018/03/26	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	AMBIMAFRA-CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E AMBIENTE, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO TRAVESSA DA BELA VISTA, LOTE 2-ENCARNAÇÃO
OP	321/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/05	2018/03/26	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	AMBIMAFRA-CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E AMBIENTE, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MURO DE VEDAÇÃO TRAVESSA DA BELA VISTA - LOTE 1 - ENCARNAÇÃO
OP	144/2012	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/01/12	2018/03/23	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ANTÓNIO AUGUSTO BATISTA	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR ESTRADA DA ASSEICEIRA PEQUENA, N.º 34 - ASSEICEIRA PEQUENA
OP	136/2016	ALTERAÇÕES	2018/03/05	2018/03/23	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ANTÓNIO MANUEL DO CANO RICO GERALDO	ALTERAÇÃO AO USO DA UTILIZAÇÃO PARA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM ALTERAÇÃO DE FACHADA RUA FONTE DO CABO, N.º 48A-ERICEIRA
OP	251/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/15	2018/03/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ANTÓNIO PEDRO MANSURA SERÁPIO MANEIRA DE OLIVEIRA	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E GARAGEM LOTE 45 - URBANIZAÇÃO QUINTA DA RIBEIRA - VILA E
OP	49/2018	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/01/30	2018/03/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, CRL	LEGALIZAÇÃO DE DEMOLIÇÃO DE HABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ARRECADAÇÃO RUA PRINCIPAL, N.º 21 - CAEIROS
OP	530/2007	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/02/01	2018/03/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	COLÉGIO DE SANTO ANDRÉ, S.A.	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO RUA PROFESSOR JOSÉ DA CRUZ FILIPE, N.º 2-VENDA DO PINHEIRO
OP	63/1996	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2018/03/02	2018/03/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	DANIEL DIAS RODRIGUES	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO COM 2 FOGOS E COMÉRCIOS ESTRADA NACIONAL 9, N.ºS 18 E 20-MURGEIRA
OP	250/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/15	2018/03/23	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	DIAMANTINO SERÁPIO MARREIROS DE OLIVEIRA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM QUINTA DA RIBEIRA DA BALEIA, LOTE 46-ERICEIRA
OP	62/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/05/30	2018/03/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	DINIS DUARTE CAPITÃO	LEGALIZAÇÃO DE CAVE RUA DA CARREIRA, N.º 59-ASSEICEIRA PEQUENA
OP	6/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/01/26	2018/03/16	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ELSA DA CONCEIÇÃO BATALHA FIGUEIRA	LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ARRUMOS RUA 25 DE ABRIL, 17, SAIBREIRA - SOBREIRO

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO			REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA		RESULTADO/RESUMO		
OP	204/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/02/07	2018/03/16	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	FERNANDO TIBÚRCIO NAVALHO	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE ANEXO RUA DO PINHEIRO, N.º 4 - OUTEIRINHO
OP	34/2017	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2018/03/07	2018/03/15	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	HABISURF-CONSTRUÇÕES, LDA	COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR PRACETA DAS MARGARIDAS, N.º 5 - ERICEIRA
RO	75/2017	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO)	2017/09/06	2018/03/20	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	HÉLIA DE LURDES OLIVEIRA	CONSTRUÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO RUA D. JOÃO II - VENDA DO VALADOR
OP	3/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/02/28	2018/03/23	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JORGE B. DUARTE, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ARRUMOS, ANEXO PARA CASA DAS MÁQUINAS, PISCINA E MUROS URBANIZAÇÃO DA MURTINHEIRA, LOTE 19 - CARVOEIRA
LP	28/2017	LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO	2018/02/16	2018/03/16	D	DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	JOSÉ ALCIDES FERNANDES	PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO ALTO DA FORCA
OP	339/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/03/19	2018/03/26	D	EMITA-SE O ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO	JOÃO ALVES	LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE MORADIA, CONSTRUÇÃO DE ANEXO E TELHEIRO RUA VALE DE MAFRA, N.º 11 - VENDA DO PINHEIRO
OP	224/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/02/20	2018/03/16	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOÃO AUGUSTO DA LUZ PEDROSA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES UNIFAMILIARES GEMINADAS, ANEXO DESTINADO A GARAGENS E ARRUMOS E PISCINAS VENDA DO VALADOR
OP	311/2017	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO)	2018/03/09	2018/03/22	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIA DA CONCEIÇÃO CORREIA GUERREIRO TAVARES	CONSTRUÇÃO DE PISCINA FONTE DOS CORVOS
OP	180/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/02/08	2018/03/19	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA DAS NEVES ALVES ESTEVES GONÇALVES	AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR CHARNECA-ENCARNAÇÃO
OP	353/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/12	2018/03/20	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIA NATÉRCIA RODRIGUES DIAS DA SILVA SIMÕES	DEMOLIÇÃO DO EXISTENTE E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MURO DE VEDAÇÃO RUA NOVA-ENXARA DO BISPO
LP	24/2017	LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO	2018/02/09	2018/03/21	D	DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIA OTÍLIA ALVES MALHEIRO DE ALMEIDA	PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO RUA DA CASAL PAROL-BARRIL
OP	352/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/12/21	2018/03/21	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	PAULA MARIANNE KARLSTROM	PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO DE ANEXO PARA ARRUMOS RUA DOS MATINHOS, N.º 25 E TRAVESSA DOS MATINHOS, N.º 8 - RIBAMAR
OP	429/2008	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/02/19	2018/03/16	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	RGN - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS ESTRADA NACIONAL 116, N.º 42-PINHAL DOS FRADES
OP	169/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/02/05	2018/03/23	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ÁLVARO EXPEDITO PEREIRA BOTELHO	LEGALIZAÇÃO DE TELHEIRO E DE ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO RUA ENGENHEIRO MANUEL MONTERROSO CARNEIRO, N.º 22-VENDA DO PINHEIRO

PROPOSTA

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DOS CONTROLOS OFICIAIS ENTRE A DIREÇÃO-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA E O MUNICÍPIO DE MAFRA

Considerando que:

1. A legislação da União Europeia prevê um conjunto de regras harmonizadas em matéria de saúde animal, sanidade vegetal e segurança dos alimentos, a fim de permitir aos cidadãos da União Europeia um alto nível de saúde humana, animal e vegetal e garantir o funcionamento do mercado interno;
2. Estas regras destinam-se, assim, a garantir que os produtos são seguros e aptos para o consumo humano, sem perder de vista a informação do consumidor ou as práticas leais de comércio;
3. Para alcançar os mencionados objetivos, os Estados-membros encontram-se obrigados a garantir a aplicação das regras vigentes, designadamente através da organização de controlos oficiais, os quais incluem controlos de rotina e controlos mais intensivos como sejam, designadamente, as inspeções ou as auditorias;
4. Cada Estado-membro deve assegurar o cumprimento dos controlos a que se encontra obrigado, nomeadamente aqueles que devem ser realizados aos produtos de origem animal destinados ao consumo humano, devendo, para o efeito, dotar-se dos meios humanos e materiais necessários;
5. Nos termos do Regulamento (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, estes controlos são realizados pelos Veterinários Oficiais, ou seja, pelos veterinários habilitados nos termos do referido diploma e que sejam nomeados pela autoridade competente;
6. A Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) tem por missão a execução e avaliação das políticas de segurança dos alimentos, de proteção animal e de sanidade animal, proteção vegetal e fitossanidade, sendo

anexo II

investida nas funções de autoridade sanitária veterinária e fitossanitária nacional e de autoridade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar;

7. A DGAV é responsável pelas garantias sanitárias oferecidas em todo o território nacional, respondendo perante as instituições europeias e perante os governos dos diversos países que são parceiros comerciais;

8. Constituem, por sua vez, atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, conforme previsto nos artigos 2.º e 23.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

9. Para o efeito, cabe especificamente às câmaras municipais, nos termos das disposições conjugadas das alíneas r) e bbb), ambas do artigo 33.º do Anexo I à supramencionada lei, colaborar no apoio a atividades de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, o qual se pode consubstanciar no apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado;

10. Nesse âmbito, compete às câmaras municipais, entre outros, garantir o funcionamento higiénico dos estabelecimentos instalados na respetiva área geográfica de influência, bem como a salubridade dos produtos de origem animal que se encontrem nos mesmos para serem disponibilizados às populações, tal como decorre do artigo 153.º do Código Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de dezembro de 1940;

11. Para o desenvolvimento das suas competências nos domínios supramencionados, poderá a Câmara Municipal de Mafra, através de uma relação jurídica de qualquer natureza, dotar-se de um médico veterinário que reúna as condições para, após adquirir as qualificações profissionais exigidas pelo Regulamento (CE) n.º 854/2004, ser designado como Veterinário Oficial pela DGAV e colaborar na prossecução dos controlos oficiais;

12. Nestas circunstâncias, o valor das taxas relativas aos controlos oficiais, no âmbito do Decreto-Lei n.º 178/2008, de 26 de agosto, será entregue ao Município em conformidade com o previsto no n.º 3 do

artigo 2.º do mesmo diploma, sem prejuízo de em virtude do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 119/2012, de 15 de junho, na sua redação atual, a reafectação encontrar-se estremada a um limite máximo de 90% da receita das taxas cobradas;

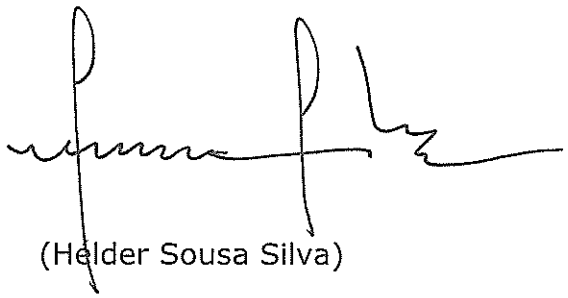
13. Através da minuta de Protocolo em anexo à presente Proposta, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, são estabelecidos os termos da colaboração entre a DGAV e o Município de Mafra que, atentas as disposições legais *supra* invocadas, importa firmar, no âmbito dos controlos oficiais de produtos de origem animal, em concreto, na inspeção sanitária em matadouros da área geográfica de influência do Município, pelo médico veterinário de que a Câmara Municipal de Mafra se venha a dotar, através de uma relação jurídica de qualquer natureza, com as condições para, após adquirir as qualificações profissionais exigidas pelo Regulamento (CE) n.º 854/2004, ser designado como Veterinário Oficial pela DGAV, recebendo o Município as taxas devidas e previstas, de controlo oficial,

PROPONHO, atentas as atribuições e competências previstas, respetivamente, nos artigos 2.º e 23.º e nas alíneas r) e bbb) do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugados com o artigo 153.º do Código Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de dezembro de 1940, com o n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 178/2008, de 26 de agosto, com a alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 119/2012, de 15 de junho, na sua redação atual e com o n.º 1 do artigo 1.º e as alíneas a), c) e f) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Regulamento (CE) n.º 854/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, **que a Câmara Municipal delibere autorizar a celebração de um Protocolo, em conformidade com a minuta em anexo à presente Proposta, através do qual são estabelecidos os termos da colaboração entre a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e o Município de Mafra, no âmbito dos controlos oficiais de produtos de origem animal, na inspeção sanitária em matadouros da área geográfica de influência do Município, por médico**

veterinário que a Câmara Municipal de Mafra se compromete dotar, através de uma relação jurídica de qualquer natureza e com as condições para, após adquirir as qualificações profissionais exigidas pelo Regulamento (CE) n.º 854/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, ser designado como Veterinário Oficial pela DGAV, passando o Município a receber 90% da receita das taxas cobradas, relativas aos controlos oficiais que neste âmbito sejam executados.

Paços do Município de Mafra, 3 de abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,



(Hélder Sousa Silva)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DOS CONTROLOS OFICIAIS ENTRE A DIREÇÃO-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA E O MUNICÍPIO DE MAFRA

A Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) tem por missão a execução e avaliação das políticas de segurança dos alimentos, de proteção animal e de sanidade animal, proteção vegetal e fitossanidade, sendo investida nas funções de autoridade sanitária veterinária e fitossanitária nacional e de autoridade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar.

Por isso, a DGAV é responsável pelas garantias sanitárias oferecidas em todo o território nacional, respondendo perante as instituições europeias e perante os governos dos diversos países que são parceiros comerciais.

A fim de permitir aos cidadãos da União Europeia um alto nível de saúde humana, animal e vegetal e garantir o funcionamento do mercado interno, a legislação da UE prevê um conjunto de regras harmonizadas em matéria de saúde animal, sanidade vegetal e segurança dos alimentos.

Estas regras destinam-se, assim, a garantir que os produtos são seguros e aptos para o consumo humano sem perder de vista a informação do consumidor ou as práticas leais de comércio.

Para alcançar os mencionados objetivos, os Estados-membros encontram-se obrigados a garantir a aplicação das regras vigentes, designadamente através da organização de controlos oficiais, os quais incluem controlos de rotina e controlos mais intensivos como sejam, designadamente, as inspeções ou as auditorias.

Cada Estado-membro deve assegurar o cumprimento dos controlos a que se encontra obrigado, nomeadamente aqueles que devem ser realizados aos produtos de origem animal destinados ao consumo humano, devendo para o efeito dotar-se dos meios humanos e materiais necessários.

Nos termos do Regulamento (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, estes controlos são realizados pelos Veterinários Oficiais, ou seja, pelos veterinários habilitados nos termos do referido diploma e que sejam nomeados pela autoridade competente.

Por outro lado, constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, conforme previsto nos artigos 2.º e 23.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Para o efeito, cabe especificamente às câmaras municipais, nos termos das disposições conjugadas das alíneas *r*) e *bbb*), ambas do artigo 33.º do Anexo I à supramencionada lei, colaborar no apoio a atividades de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, o qual se pode consubstanciar no apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado.

Nesse âmbito, compete às câmaras municipais, entre outros, garantir o funcionamento higiénico dos estabelecimentos instalados na respetiva área geográfica de influência, bem como a salubridade dos produtos de origem animal que se encontrem nos mesmos para serem disponibilizados às populações, tal como decorre do artigo 153.º do Código Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de dezembro de 1940.

Para o desenvolvimento das suas competências nos domínios supramencionados, a Câmara Municipal de Mafra encontra-se dotada de um médico veterinário que está em condições para, após adquirir as qualificações profissionais exigidas pelo Regulamento (CE) n.º 854/2004, ser designado como Veterinário Oficial pela DGAV e colaborar na prossecução dos controlos oficiais.

Assim,

a **Direção-Geral de Alimentação e Veterinária**, NIPC -----, com sede em ----------, representada pelo seu Diretor Geral, Professor Doutor Fernando Manuel d' Almeida Bernardo e

O **Município de Mafra**, NIPC 502177080, com sede na Praça do Município, 2644-001 Mafra, representado por Hélder Sousa Silva, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mafra, celebram o presente protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª
Âmbito

O presente protocolo estabelece a forma como a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, de ora em diante designada por DGAV e o Município de Mafra, de ora em diante designado por Município, irão colaborar no âmbito dos controlos oficiais de produtos de origem animal.

Cláusula 2.ª

Objeto

A colaboração a que se refere a cláusula anterior concretizar-se-á na inspeção sanitária em matadouros da área geográfica de influência do Município, mediante o cumprimento do procedimento fixado nas cláusulas seguintes.

Cláusula 3.ª

Veterinário Oficial

1 — O Município indicará, à DGAV, um médico-veterinário que tenha com o mesmo uma relação jurídica de qualquer natureza e que se encontre em condições para ser designado como Veterinário Oficial.

2 — Como requisito prévio, o Município deve assegurar que o médico veterinário a que se refere o número anterior não tem qualquer conflito de interesses no que se refere à execução, no todo em parte, do controlo oficial.

2 — Para efeitos do n.º 1, o médico-veterinário deve encontrar-se capacitado com a formação teórica e prática a que se refere a parte A, do capítulo IV, da seção III, do anexo I do Regulamento (CE) n.º 854/2004.

3 — Verificada a formação teórica, o médico-veterinário realizará a formação prática, nos termos que constam de manual de procedimentos aprovado pela DGAV.

4 — A formação prática do médico veterinário poderá ser realizada em contexto de trabalho, mediante a supervisão de um Veterinário Oficial.

6 — Concluída a formação prática e após avaliação da DGAV, caso o médico-veterinário reúna os requisitos legalmente exigidos, esta designará o mesmo como Veterinário Oficial e indicará o matadouro em que aquele irá exercer funções.

7 — Sempre que um médico veterinário tenha adquirido todos os conhecimentos exigidos como parte de um diploma universitário ou através de atividades de formação contínua que tenham conduzido a uma habilitação de pós-graduação, a DGAV pode prescindir da exigência de avaliação dos conhecimentos.

Cláusula 4.ª

Supervisão

1 - A DGAV realizará ações de supervisão dos controlos oficiais realizados pelo Veterinário Oficial a que se refere a cláusula 1.ª, com a periodicidade definida no plano de acompanhamento da inspeção sanitária da DGAV.

4 – Dessas ações serão elaborados relatórios contendo as recomendações sobre as correções a adotar, os quais serão remetidos ao médico veterinário, com conhecimento ao Município.

Cláusula 5.ª

Reafectação das taxas de controlo oficial

1 — O valor das taxas relativas aos controlos oficiais, realizados pelo médico veterinário a que se refere a cláusula 1.ª, no âmbito do Decreto-Lei n.º 178/2008, de 26 de agosto, será entregue ao Município em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 2.º do mesmo diploma.

2 — Em virtude do disposto na alínea *c)* do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 119/2012, de 15 de junho, na sua redação atual, a reafectação encontra-se estremada a um limite máximo de 90% da receita das taxas cobradas no âmbito do Decreto-Lei n.º 178/2008, de 26 de agosto.

3 — Para efeitos do disposto na presente cláusula, o primeiro outorgante terá em consideração o previsto no Despacho n.º 2434-A/2017, de 17 de março, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 57, de 21.03.2017.

Cláusula 6.ª

Aditamento

Qualquer alteração ao presente protocolo deve ser objeto de aditamento, o qual, depois de devidamente acordado entre os outorgantes, constitui parte integrante do mesmo.

Cláusula 7.ª

Denúncia

Qualquer dos outorgantes pode denunciar o presente protocolo por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de 60 dias, relativamente ao seu termo.

Cláusula 8.ª

Rescisão

1 — O incumprimento do presente protocolo confere à DGAV o direito à rescisão, nomeadamente em caso de não cumprimento do estipulado no Regulamento (CE) n.º 854/2004, da existência de conflito de interesses por parte do médico veterinário ou de não realização da formação pelo mesmo, contrariamente ao referido na cláusula 3.ª.

2 — O Município tem o direito de rescindir o presente protocolo no caso da DGAV não proceder ao pagamento dos serviços prestados, nos termos da cláusula 5.ª

Cláusula 9.ª

Vigência e duração

O presente protocolo tem a vigência de um ano, sendo renovado automaticamente por iguais períodos de tempo, desde que não haja denúncia de qualquer uma das partes ou outra forma de cessação.

O presente protocolo vai escrito em duas vias, cada uma delas assinada, pelos dois outorgantes.

Em _____ de _____ de 201__.

Pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	**Pelo Município de Mafra**
O Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária,	O Presidente da Câmara Municipal,
Fernando Bernardo	Hélder Sousa Silva

- 20 13.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo com o proposto. À consideração do Exmo. Sr. Presidente.

2018/04/03

O Vereador,

(Hugo Moreira Luís)

Concordo com o teor da informação. Propõe-se a abertura de procedimento, nos termos elencados pelos serviços.

03/04/2018

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Concordo com a informação dos serviços. À consideração superior.

03/04/2018

A Chefe de Divisão,

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

À reunião

03/04/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/4755

ASSUNTO: CPBS 2/2018: "Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra"

Na sequência da INFORMAÇÃO **Interno/2018/4484,** e conjunto de elementos anexos à distribuição **EDOC/2018/16735**, com origem na **Divisão de Educação e Juventude**, onde se encontram plasmados um conjunto de considerandos, que remetem, face à ausência no seio do Município, de meios técnicos e humanos que permitam a prossecução de tais tarefas, para a necessidade de contratação do fornecimento e prestação de serviços no âmbito das **"Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra"**, para o ano letivo 2018/2019, com possibilidade de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021;

Atento os projetos/ações expressos em Plano de Atividades (**2014|A|10** e **2014|A|11**), referente a Serviços Auxiliares de Ensino - Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico / Alimentação Creche Municipal, tendo sido salvaguardada a devida cabimentação da verba, conforme informação de cabimento em anexo à presente informação.

Considerando que como requisitos comuns a todo o tipo de prestação de serviços, estabelece a **alínea a) do n.º 1 do artigo 61.º**, que os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2018, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2017, não podem ultrapassar os valores pagos em 2017, acrescentando a **alínea b)**: que não se pode ultrapassar os preços unitários que tenham servido de base aos gastos de 2017. Sendo que nos termos dos **n.º 3** do dito artigo, em situações excecionais prévia e devidamente fundamentadas, o presidente do órgão executivo pode autorizar a dispensa do disposto no referido n.º 1. Pelo que cumpre aqui informar, observando o objeto que se pretende contratualizar e fazendo o paralelismo com idêntico objeto existente em 2017, titulada pelo contrato **85/2015,** de 30 de junho, que resultou do procedimento por Concurso Público **(CPBS 5/2015)** e consubstanciou a adjudicação pelo valor anual de **1.208.495,29€ (um milhão duzentos e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e vinte e nove cêntimos),** a que correspondeu um preço contratual de **3.625.485,87€ (três milhões seiscentos e vinte cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos)**, acrescido do valor do I.V.A., à taxa legal em vigor, que se verifica que aquele valor é inferior (decorridos três anos) ao que se pretende agora considerar como preço base (procedimento CPBS 2/2018) por ano letivo de **1.223.569,87€ (um milhão duzentos e vinte e três mil quinhentos e sessenta e nove euros e oitenta e sete cêntimos)**, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor a que corresponde um valor total (três anos) de **3.670.709,61€ (três milhões, seiscentos e setenta mil, setecentos e nove euros e sessenta e um cêntimos)**, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor. Importa referir que o valor anual contratualizado no âmbito do contrato referente aos anos letivos 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018 correspondeu aos valores indicados no quadro infra e que traduz tão-somente a oscilação a nível do n.º das diversas tipologias de refeições (n.º esse calculado tendo em conta a estimativa de matriculas dos alunos para cada ano letivo):

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Ano Letivo	Valor anual contratualizado
2015/2016	**1.208.495,29€**
2016/2017	**1.208.495,29€**
2017/2018	**1.182.175,08€**

Importa frisar que o preço unitário para cada uma das tipologias de refeições não sofreu qualquer variação ao longo dos três anos letivos contratualizados, seguindo aliás as premissas previstas em sede do caderno de encargos e os vários normativos legais que têm vindo a regular os limites dos valores contratualizados. Assim comparando os preços unitários em vigor no presente momento e aqueles que se pretende venham a servir de preço base para a futura contratualização temos:

	Tipologia de Refeição	Preço unitário (2015/2018)	Preço Unitário base para novo contrato
1	*Fornecimento de bens – pequeno-almoço*	0,23 €	0,23 €
2	*Fornecimento de bens – almoço (método Cook-Chill)*	1,13 €	1,13 €
3	*Fornecimento de bens -lanche*	0,23 €	0,23 €
4	*Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de pequenos- almoços*	0,23 €	0,33 €
5	*Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de almoços (método cook chill)*	1,40 €	1,60 €
6	*Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de lanches*	0,23 €	0,33 €
7	*Fornecimento em confeção local de almoço para crianças do berçário*	0,70 €	0,91 €
8	*Fornecimento em confeção local de lanche para crianças do berçário*	0,08 €	0,10 €
9	*Fornecimento em confeção local de merenda da manhã para crianças do berçário*	0,04 €	0,05 €
10	*Fornecimento em confeção local de merenda da tarde para crianças do berçário*	0,07 €	0,09 €
11	*Fornecimento em confeção local de almoço para crianças da creche*	0,73 €	0,95 €
12	*Fornecimento em confeção local de lanche para crianças da creche*	0,15 €	0,20 €
13	*Fornecimento em confeção local de merenda da manhã para crianças da creche*	0,04 €	0,05 €
14	*Fornecimento em confeção local de merenda da tarde para crianças da creche*	0,10 €	0,13 €

Atenta a fundamentação do serviço requisitante o aumento das tipologias assinaladas no quadro supra de 4 a 14 resultam de, por um lado, a necessidade de proceder à atualização dos respetivos preços base, indexando proporcionalmente o aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida de 557,00€ para 580,00€, conforme Decreto-Lei n.º 156/2017 de 28 de dezembro de 2017 bem como corrigir, por excesso, o número de horas mínimas/dia, de 120 para 136, pelo facto da experiência quotidiana ter comprovado, volvidos três anos, que o número de horas então definido encontrava-se subdimensionado e, em quatro instalações, ser manifestamente insuficiente para a totalidade das refeições a servir e das tarefas a efetuar diariamente.

Pelo que se propõe:

1. Tipo de Procedimento:

Abertura de procedimento por **Concurso Público**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para o fornecimento e prestação de serviços no âmbito das **"Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra"** para o ano letivo 2018/2019 com possibilidade de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, considerando para o efeito um preço contratual de **3.670.709,61€ (três milhões, seiscentos e setenta mil, setecentos e nove euros e sessenta e um cêntimos)**, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço base por ano letivo de **1.223.569,87€ (um milhão duzentos e vinte e três mil quinhentos e sessenta e nove euros e oitenta e sete cêntimos)**, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor;

2. Critério de Adjudicação:

2.1 Considerar como Critério de Adjudicação, nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º 74.º do CCP, o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de **avaliação do preço**;

2.2 Considerar atenta a fundamentação do serviço requisitante, estando em causa por um lado a confeção local para as crianças da Creche de Mafra [em virtude da tenra

idade das crianças (até aos 36 meses de idade), conjugado com a introdução progressiva de alimentos no Plano Alimentar específico e individual de cada bebé/ criança, conjugados, ainda, com a própria configuração e equipamentos existentes na zona alimentar da referida Creche, torna este fornecimento como específico e singular] e por outro lado os demais vinte e oito estabelecimentos de educação e ensino, vocacionados para crianças da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, na vertente das refeições (almoços), estão preparados para obedecer ao Método de Confeção "Cook-Chill", pelo que as respetivas zonas alimentares, ao nível de equipamento, palamenta e infraestruturas, estão preparadas unicamente para servir refeições preparadas através deste método. Decorrente desta característica de natureza infraestrutural, preconiza-se que todas as crianças e alunos respetivamente da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico consumam, exatamente, almoços, lanches e pequenos-almoços, com base na mesma ementa. Ter uma única Ementa vigente ao nível do concelho, aplicável a crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, independentemente da localização geográfica das instalações educativas ou do facto do fornecimento em causa ter ou não a vertente de recursos humanos, acarreta inúmeras vantagens, desde logo ao cliente final (criança/ aluno), mas também na organização e supervisão do serviço, para o procedimento em apreço a **Adjudicação por Lote** (em que cada concorrente poderá apresentar propostas para um ou para ambos os lotes), podendo cada lote ser adjudicado a diferente concorrente, nos seguintes termos;

LOTE I: "Pequenos-almoços, almoços (método cook-chill) e lanches, para os estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar, projetos pontuais e durante as interrupções letivas";

LOTE II: "Fornecimento de alimentação (almoços, lanches e merendas da manhã e da tarde), em Confeção Local, na Creche da Câmara Municipal de Mafra"

Para o efeito, o preço base de cada um dos LOTES, atentas as quantidades previstas e cada **tipologia de refeição** encontra-se definido nos seguintes quadros:

LOTE	Designação do Lote	Tipologia de Refeição	Preço-base por tipologia de refeição	Preço Base por LOTE (3 anos de contrato)
Lote I	"Fornecimento de pequenos-almoços, almoços (método Cook-Chill) e lanches, para os estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar, projetos pontuais e durante as interrupções letivas"	Fornecimento de pequeno-almoço	0,23 €	3 601 967,61 € (três milhões seiscentos e um mil novecentos e sessenta e sete euros e sessenta e um cêntimos)
		Fornecimento de almoço (método Cook-Chill)	1,13 €	
		Fornecimento de - lanche	0,23 €	
	"Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de pequenos-almoços, almoços (método Cook-Chill) e lanches, incluindo recursos humanos, projetos pontuais e durante as interrupções letivas"	Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de pequenos- almoços	0,33 €	
		Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de almoços (método cook chill)	1,60 €	
		Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de lanches	0,33 €	

LOTE	Designação do Lote	Tipologia de Refeição	Preço-base por tipologia de refeição	Preço Base por LOTE (3 anos de contrato)
LOTE II	"Fornecimento de alimentação (almoços, lanches e merendas da manhã e da tarde), em Confeção Local, na Creche da Câmara Municipal de Mafra"	Fornecimento em confeção local de almoço para crianças do berçário	0,91 €	68 742,00 € (sessenta e oito mil setecentos e quarenta e dois euros)
		Fornecimento em confeção local de lanche para crianças do berçário	0,10 €	
		Fornecimento em confeção local de merenda da manhã para crianças do berçário	0,05 €	
		Fornecimento em confeção local de merenda da tarde para crianças do berçário	0,09 €	

		Fornecimento em confeção local de almoço para crianças da creche	0,95 €	
		Fornecimento em confeção local de lanche para crianças da creche	0,20 €	
		Fornecimento em confeção local de merenda da manhã para crianças da creche	0,05 €	
		Fornecimento em confeção local de merenda da tarde para crianças da creche	0,13 €	

3. Júri do procedimento:

3.1 Que o júri do concurso, nos termos do art.º 67.º do CCP, venha a ter a seguinte constituição:

- Presidente: Margarida Infante, Chefe da Divisão de Educação e Juventude;
- 1º Vogal: Vasco Mota, Dirigente da Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento;
- 2.º Vogal: Cátia Sousa, Técnica Superior, a desempenhar funções na Divisão de Assuntos Jurídicos;
- 1.º Vogal Suplente (que substitui o presidente em caso de impedimento): Patrícia Duarte, Dirigente da Unidade de Coordenação de Gestão Educativa;
- 2.º Vogal Suplente: Bernardete Calhaço, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos;

3.2 Que ao júri sejam delegadas todas as competências inerentes ao procedimento concursal à exceção da competência para retificação das peças do procedimento, da decisão sobre eventuais erros e omissões identificados pelos interessados, bem como sobre a decisão de adjudicação, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 69º do CCP, na sua redação atual.

4. Caução:

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com os artigos 88.º e 89.º do CCP;

5. Prazo para a apresentação das propostas:

Nos termos do n.º 1 do art.º 136.º do CCP definir um prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas.

6. Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, que seja designado como Gestor do Contrato: Dr.ª Margarida Infante, Chefe da Divisão de Educação e Juventude.

7. Autorização da despesa e aprovação das peças procedimentais:

Face ao valor do preço base o acto de autorização da despesa e aprovação das peças procedimentais competirá à Câmara Municipal, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com a alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do DL 197 197/99, de 8 de Junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação.

À consideração superior

O Dirigente da Unidade de Contratação Pública

(Vasco Mota)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

INFORMAÇÃO Interno/2018/5272

ASSUNTO: Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra

Considerando que, no âmbito do "Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar" (Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho), e desde o ano letivo de 1998/99, a Câmara Municipal tem vindo a implementar, em parceria com o Ministério da Educação, os serviços de refeições e prolongamento de horário nos Jardins de Infância da Rede Pública do Município de Mafra.

Considerando que, na sequência da candidatura da Câmara Municipal de Mafra ao "Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico" (Despacho n.º 22 251/2005 de 30 de setembro), e desde o ano letivo 2005/2006, a Câmara Municipal disponibiliza o serviço de refeições nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo da Rede Pública do Município de Mafra.

Considerando, que de acordo com o "Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra", a Câmara Municipal disponibiliza os serviços de refeição, prolongamento de horário e atividades nas interrupções letivas, às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

Considerando que a Câmara Municipal de Mafra tem vindo a apoiar as crianças oriundas de agregados familiares em manifesta situação de vulnerabilidade social, necessitando estas de tomar a primeira refeição do dia, designadamente o pequeno-almoço, no estabelecimento de educação ou de ensino, em virtude de não a tomarem nos seus lares.

Considerando que, além dos serviços elencados anteriormente, pontualmente, e no âmbito de projetos de natureza educativa, desportiva, cultural, ou formativa, pode acrescer a necessidade de fornecimento de refeições e de lanches.

Considerando, também, que a Câmara Municipal procedeu à construção de uma Creche, cujo funcionamento teve início no ano letivo 2007/2008, constituindo-se esta como uma resposta de cariz socioeducativo a crianças dos quatro meses aos três anos de idade, proporcionando-lhes condições adequadas ao seu desenvolvimento harmonioso e global, nomeadamente através do fornecimento de refeições ajustadas ao grupo etário a que se destinam.

Considerando, por fim, que nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, os municípios dispõem de atribuições no domínio da Educação.

Torna-se necessário recorrer ao procedimento de contratação pública, através da realização de um Concurso Público, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para "Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra", para o ano letivo 2018/2019, com possibilidade de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021.

Propõe-se que o referido procedimento seja dividido em dois lotes, cujo critério de segmentação é o do Método de Confeção.

Assim, toda a alimentação que se preconiza servir no edifício municipal, designado de Creche de Mafra, tem por base o Método da Confeção Local, pois, em virtude da tenra idade das crianças (até aos 36 meses de idade), conjugado com a introdução progressiva de alimentos no Plano Alimentar específico e individual de cada bebé/ criança, conjugados, ainda, com a própria configuração e equipamentos existentes na zona alimentar da referida Creche, torna este fornecimento como específico e singular.

Por outro lado, os demais vinte e oito estabelecimentos de educação e ensino, vocacionados para crianças da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, na vertente das refeições (almoços), estão preparados para obedecer ao Método de Confeção "Cook-Chill", pelo que as respetivas zonas alimentares, ao nível de equipamento, palamenta e infraestruturas, estão preparadas unicamente para servir refeições preparadas através deste Método. Decorrente desta característica de natureza infraestrutural, preconiza-se que todos as crianças e alunos respetivamente da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico consumam, exatamente, almoços, lanches e pequenos-almoços, com base na mesma ementa. Ter uma única Ementa vigente ao nível do concelho, aplicável a crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, independentemente da localização geográfica das instalações educativas ou do

facto do fornecimento em causa ter ou não a vertente de recursos humanos, acarreta inúmeras vantagens, desde logo ao cliente final (criança/ aluno), mas também na organização e supervisão do serviço.

Face ao exposto, propõe-se a segmentação do Procedimento em dois Lotes:

Lote 1- Pequenos-almoços, almoços (método cook-chill) e lanches, para os estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar, projetos pontuais e durante as interrupções letivas;

Lote 2- Fornecimento de alimentação (almoços, lanches e merendas da manhã e da tarde), em Confeção Local, na Creche de Mafra

Para o efeito, remete-se aos serviços competentes, uma proposta de:

a) Cláusulas Técnicas e Especificações do Serviço a Adquirir, assim como os respetivos Anexos;

b) Proposta de Sanções Contratuais a contemplar no Caderno de Encargos (penalizações de tipologia muito grave e grave).

No que respeita à definição dos preços base, propõe-se:

a) Na componente de fornecimento de bens (A1 a A3), adotar como preço-base para o novo procedimento, os montantes atualmente contratualizados;

b) Nas prestações de serviços que implicam a intervenção de recursos humanos, isto é, fornecimentos B4 a B6 e C7 a C14, proceder à atualização dos respetivos preços base, indexando proporcionalmente o aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida de 557,00€ para 580,00€, o que representa um acréscimo de 4,1293% (Decreto-Lei n.º 156/2017 de 28 de dezembro de 2017);

c) Nas prestações de serviços B4 a B6, cujos recursos humanos serão vinculados à entidade cocontratante, corrigir, por excesso, o número de horas mínimas/dia, de 120 para 136, pelo facto da experiência quotidiana ter comprovado, volvidos três anos, que

o número de horas então definido encontrava-se subdimensionado e, em quatro instalações, ser manifestamente insuficiente para a totalidade das refeições a servir e das tarefas a efetuar diariamente.

Face ao exposto, propõe-se os seguintes Lotes e preços base:

Lote	***Tipo***	***Preço-base (euros)***
Lote 1- *Pequenos-almoços, almoços (método Cook-Chill) e lanches, para os estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar, projetos pontuais e durante as interrupções letivas*	*A1-Fornecimento de bens – pequeno-almoço*	0.23
	A2-Fornecimento de bens – almoço (método Cook-Chill)	1.13
	A3-Fornecimento de bens -lanche	0.23
	B4-Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de pequenos-almoços	0.33
	B5-Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de almoços (método cook-chill)	1.60
	B6-Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de lanches	0.33
Lote 2- *Fornecimento de alimentação (almoços, lanches e merendas da manhã e da tarde), em Confeção Local, na Creche de Mafra*	*C7-Fornecimento em confeção local de almoço para crianças do berçário*	0.91
	C8-Fornecimento em confeção local de lanche para crianças do berçário	0.10
	C9-Fornecimento em confeção local de merenda da manhã para crianças do berçário	0.05
	C10-Fornecimento em confeção local de merenda da tarde para crianças do berçário	0.09
	C11-Fornecimento em confeção local de almoço para crianças da creche	0.95
	C12-Fornecimento em confeção local de lanche para crianças da creche	0.20
	C13-Fornecimento em confeção local de merenda da manhã para crianças da creche	0.05
	C14-Fornecimento em confeção local de merenda da tarde para crianças da creche	0.13

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

Relativamente à totalidade da alimentação, por tipologia e ano, estima-se o seguinte encargo:

	Quantidade (1 Ano)	Preço base	Preço (1 ano)	Preço contratual (3A)	Quantidade (3A)
A1- Fornecimento de bens – pequeno-almoço	9 576	0,23	2 202,48 €	6 607,44 €	28 728
A2- Fornecimento de bens – almoço (método Cook-Chill)	518 330	1,13	585 712,90 €	1 757 138,70 €	1 554 990
A3- Fornecimento de bens - lanche	167 727	0,23	38 577,21 €	115 731,63 €	503 181
TOTAL DE A	**695 633**		**626 492,59 €**	**1 879 477,77 €**	**2 086 899**
B1- Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de pequenos-almoços	7 695	0,33	2 539,35 €	7 618,05 €	23 085
B2- Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de almoços (método Cook- Chill)	339 948	1,60	543 916,80 €	1 631 750,40 €	1 019 844
B3- Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de lanches	83 961	0,33	27 707,13 €	83 121,39 €	251 883
TOTAL DE B	**431 604**		**574 163,28 €**	**1 722 489,84 €**	**1 294 812**
C1- Fornecimento, em confecção local, de almoço para crianças do berçário	4 104	0,91	3 734,64 €	11 203,92 €	12 312
c2- Fornecimento, em confecção local, de lanche para crianças do berçário	4 104	0,10	410,40 €	1 231,20 €	12 312
C3- Fornecimento, em confecção local, de merenda da manhã para crianças do berçário	4 104	0,05	205,20 €	615,60 €	12 312
C4- Fornecimento, em confecção local, de merenda da tarde para crianças do berçário	4 104	0,09	369,36 €	1 108,08 €	12 312
C5- Fornecimento, em confecção local, de almoço para crianças da creche	13 680	0,95	12 996,00 €	38 988,00 €	41 040
C6- Fornecimento, em confecção local, de lanche para crianças da creche	13 680	0,20	2 736,00 €	8 208,00 €	41 040
C7- Fornecimento, em confecção local, de merenda da manhã para crianças da creche	13 680	0,05	684,00 €	2 052,00 €	41 040
C8- *Fornecimento, em confecção local, de merenda da tarde para crianças da creche*	13 680	0,13	1 778,40 €	5 335,20 €	41 040
TOTAL DE C	**71 136**		**22 914,00 €**	**68 742,00 €**	**213 408**
TOTAL	**1 198 373**		**1 223 569,87 €**	**3 670 709,61 €**	**3 595 119**

O custo estimado para o referido fornecimento, para o ano letivo 2018/2019, é de:

- 2018 (Setembro a Dezembro): 458.455,56€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (13%).
- 2019 (Janeiro a Setembro):765.114.31€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (13%).
- TOTAL para o ano letivo 2018/2019: 1.223.569,87€

A segmentação por tipo de refeição e ano civil consta do quadro seguinte:

	Quantidade (1 Ano letivo)	Preço base	Quantidade Ano 2018	Quantidade Ano 2019	Despesa em 2018	Despesa em 2019
A1- Fornecimento de bens – pequeno-almoço	9 576	0,23	3 696	5 880	850,08 €	1 352,40 €
A2- Fornecimento de bens – almoço (método Cook-Chill)	518 330	1,13	191 136	327 194	215 983,68 €	369 729,22 €
A3- Fornecimento de bens - lanche	167 727	0,23	50 754	116 973	11 673,42 €	26 903,79 €
TOTAL DE A	**695 633**		**245 586**	**450 047**	**228 507,18 €**	**397 985,41 €**
B1- Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de pequenos-almoços	7 695	0,33	2 970	4 725	980,10 €	1 559,25 €
B2- Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de almoços (método Cook- Chill)	339 948	1,60	131 208	208 740	209 932,80 €	333 984,00 €
B3- Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de lanches	83 961	0,33	32 406	51 555	10 693,98 €	17 013,15 €
TOTAL DE B	**431 604**		**166 584**	**265 020**	**221 606,88 €**	**352 556,40 €**
C1- Fornecimento, em confecção local, de almoço para crianças do berçário	4 104	0,91	1 494	2 610	1 359,54 €	2 375,10 €
c2- Fornecimento, em confecção local, de lanche para crianças do berçário	4 104	0,10	1 494	2 610	149,40 €	261,00 €
C3- Fornecimento, em confecção local, de merenda da manhã para crianças do berçário	4 104	0,05	1 494	2 610	74,70 €	130,50 €
C4- Fornecimento, em confecção local, de merenda da tarde para crianças do berçário	4 104	0,09	1 494	2 610	134,46 €	234,90 €
C5- Fornecimento, em confecção local, de almoço para crianças da creche	13 680	0,95	4 980	8 700	4 731,00 €	8 265,00 €
C6- Fornecimento, em confecção local, de lanche para crianças da creche	13 680	0,20	4 980	8 700	996,00 €	1 740,00 €
C7- Fornecimento, em confecção local, de merenda da manhã para crianças da creche	13 680	0,05	4 980	8 700	249,00 €	435,00 €
C8- *Fornecimento, em confecção local, de merenda da tarde para crianças da creche*	13 680	0,13	4 980	8 700	647,40 €	1 131,00 €
TOTAL DE C	**71 136**		**25 896**	**45 240**	**8 341,50 €**	**14 572,50 €**
TOTAL	**1 198 373**		**438 066**	**760 307**	**458 455,56 €**	**765 114,31 €**

Tratando-se de despesa plurianual, informa-se que foi previamente obtida a respetiva aprovação do órgão deliberativo.

Propõe-se que o critério de adjudicação seja o da proposta economicamente mais vantajosa.

Deixa-se para decisão superior:

a) A composição do respetivo júri do concurso;

b) A informação acerca da identificação do Gestor do Contrato.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

Perante tudo o que vem informado, submete-se à consideração do Exmo. Sr. Presidente, a abertura de procedimento, através de concurso público para aquisição de serviços para **"Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra"**, em dois lotes: **Lote 1-** ***Pequenos-almoços, almoços (método Cook-Chill) e lanches, para os estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar, projetos pontuais e durante as interrupções letivas*** e ***Lote 2- Fornecimento de alimentação (almoços, lanches e merendas da manhã e da tarde), em Confeção Local, na Creche de Mafra,*** para o ano letivo 2018/2019, com possibilidade de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021.

À consideração superior.

03/04/2018

X

Margarida Infante
Chefe de Divisão de Educação e Juventude
Assinado por: ANA MARGARIDA MARTINS INFANTE

28 14

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Assuntos Jurídicos

Unidade de Licenciamentos Diversos

Secção de Licenciamentos Diversos

PARECER Concordo. Proponho que o assunto seja remetido à reunião do Órgão Executivo.

2018/04/03

O Vereador,

Concordo com a proposta apresentada.

3/4/2018

A Diretora de Departamento,

Concordo.
À Consideração superior
3/4/2018

A Chefe de Divisão
Fernandete Pascoa

DESPACHO

À reunião.

03/04/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/5183

ASSUNTO: Concurso Público para a concessão em hasta pública, do direito de exploração do apoio de praia/bar de São Lourenço.

Considerando que no próximo dia 9 de maio de 2018, termina o prazo de concessão do direito de exploração do apoio de praia/bar da praia de São Lourenço, **propõe-se:**

1. O início de novo procedimento de "Concurso Público para a concessão em Hasta Pública, do direito de exploração do Apoio de Praia/Bar de São Lourenço" de acordo com as Condições Gerais e Especiais, em anexo;
2. Que seja nomeada uma comissão competente, designadamente, para o ato público de abertura de propostas, constituída pelos seguintes elementos:

anexo IV

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Assuntos Jurídicos

Unidade de Licenciamentos Diversos

Secção de Licenciamentos Diversos

Membros Efetivos:

Presidente: Hugo Moreira Luis, Vereador da Câmara Municipal de Mafra

1.º Vogal: Bernardete Calhaço, Chefe de Divisão;

2.º Vogal: Rita Cosme, Dirigente Intermédio.

Membros Suplentes:

1.º Vogal: Maria João Paulino, Coordenadora Técnica;

2.º Vogal: Cátia Sousa, Jurista.

À Consideração Superior.

Mafra, 2 de abril de 2018

A Coordenadora Técnica,

Maria João Paulino

Maria João Paulino

Proponho que o assunto seja submetido à Reunião de Câmara para decisão.
À Consideração Superior.
A Dirigente da Unidade,

Rita Cosme

Anexos:

-Condições Gerais e Especiais para a concessão;

-Folha de Carga com referência aos Bens Patrimoniais Afetos ao Apoio de Praia/Bar;

-Plantas do Apoio de Praia/Bar da Praia de São Lourenço.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO, EM HASTA PÚBLICA, DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO APOIO DE PRAIA/BAR - PRAIA DE SÃO LOURENÇO – CONCELHO DE MAFRA.

CONDIÇÕES GERAIS

1-OBJETO

1.1-O presente concurso tem por objeto a concessão do direito de exploração do Apoio de Praia/Bar - Praia de São Lourenço - Concelho de Mafra, nos termos estabelecidos nas respetivas Condições Gerais e Especiais.

1.2-O Apoio de Praia/Bar - Praia de São Lourenço - Concelho de Mafra, compreende o espaço delimitado no Anexo I.

1.3-O Apoio de Praia/Bar deverá funcionar:

a) **Durante a Época Balnear**:
   Todos os dias da semana, no seguinte horário: das 09h00 às 22h00.
b) **Fora da Época Balnear**:
   Sextas-feiras, sábados, domingos e vésperas de feriados, no seguinte horário: das 10h00 às 20h00.

1.4-O horário de funcionamento do espaço objeto da concessão poderá ser alterado mediante autorização do Presidente da Câmara, ou do Vereador do Pelouro, após solicitação, por escrito, por parte do concessionário.

2-ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Mafra, com sede em Praça do Município, 2644-001 Mafra, com o contacto telefónico n.º 261810100 e o *e-mail*: geral@cm-mafra.pt

3-BASE DE LICITAÇÃO

Como preço base de licitação para o direito de exploração do Apoio de Praia/Bar-Praia de São Lourenço - Concelho de Mafra, é fixada a prestação mensal de € 550 (quinhentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

4-LOCAL, DATA E HORA DA PRAÇA

A Hasta Pública para a Concessão do Direito de Exploração do Apoio de Praia/Bar - Praia de São Lourenço - Concelho de Mafra decorrerá no Edifício dos Paços do Concelho, no dia e hora indicados no Edital que a publicite, nos termos do n.º 6.

5-ENTIDADE QUE DIRIGE A PRAÇA

A praça é dirigida por uma Comissão designada pela Câmara Municipal.

6-PUBLICITAÇÃO

A hasta pública será publicitada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, na página eletrónica do Município e através de Edital a afixar nos Paços do Município bem como nos lugares públicos do costume.

7-MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – A proposta a apresentar, elaborada em conformidade com o modelo em anexo (Anexo II - Modelo de Apresentação de Proposta), deverá ser igual ou superior à base de licitação, redigida em língua portuguesa;

7.2 – A proposta deve ser apresentada em sobrescrito opaco e fechado, identificando no exterior do mesmo o proponente, o seu endereço e a menção **"Proposta para a Concessão, em hasta pública, do direito de exploração do Apoio de Praia/Bar – Praia de São Lourenço – Concelho de Mafra"** (Anexo III);

7.3 – A proposta pode ser entregue pessoalmente ou enviada por via postal, sob registo, para a morada da Entidade Adjudicante;

7.4 – A proposta deverá ser entregue até às 17 horas do dia mencionado no Edital de publicitação;

7.5 – Se a apresentação da proposta for feita por via postal registada, o proponente será o único responsável pelo atraso que porventura se verificar, não sendo aceites as propostas rececionadas depois de esgotado o prazo de entrega das mesmas;

7.6 – Não são admitidas propostas que não cumpram ou contenham alterações às condições, gerais e especiais.

8 - PRAÇA (Ato Público)

8.1 –A praça inicia-se com a elaboração da lista das propostas apresentadas, ordenada de acordo com a respetiva apresentação;

8.2 – De seguida, o Presidente da Comissão procede à leitura da lista de propostas recebidas e, de imediato, procede à abertura de cada uma das referidas propostas, que serão rubricadas pelo Presidente e pelos Vogais;

8.3 –O Presidente da Comissão indica o valor de cada uma das propostas recebidas, pela ordem de receção das mesmas;

8.4 – Serão excluídas todas as propostas cujo valor seja inferior ao valor base de licitação;

8.5 – De seguida, caso haja interesse dos proponentes ou igualdade no valor das propostas, o Presidente da Comissão dá início à licitação verbal, a partir do valor da proposta mais elevada;

8.6 – Podem intervir na praça apenas os interessados que tiverem apresentado propostas, ou os seus legais representantes, devidamente identificados e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastante para arrematar;

8.7 – O valor do lanço mínimo é fixado em € 50 (cinquenta euros);

8.8 – A licitação termina quando o Presidente da Comissão tiver anunciado, por três vezes, o lanço mais elevado e este não for coberto.

9 – ADJUDICAÇÃO

9.1 – Terminados os procedimentos previstos no ponto 8, a Comissão elabora um Relatório Provisório que deve ser assinado pelos membros da Comissão;

9.2 – A decisão de adjudicação definitiva, ou de não adjudicação, compete à Câmara Municipal de Mafra, após elaboração do Relatório Final de acordo com os critérios de adjudicação previstos no ponto 16.;

9.3 – Pode não ter lugar a adjudicação provisória ou definitiva quando hajam fundados indícios de conluio entre os proponentes ou outra causa justificativa, não assistindo ao proponente ou concessionário o direito a qualquer indemnização ou compensação por esse motivo;

9.4 – O concessionário deve apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da adjudicação provisória, os seguintes documentos:

a) Declaração de inexistência de dívidas emitida pela autoridade tributária (Serviço de Finanças);

b) Documento comprovativo de regularização da contributiva perante a Segurança Social, emitido por esta entidade.

9.5 – Os concessionários de origem comunitária (ou outra com iguais direitos) devem apresentar os mesmos documentos exigidos aos concessionários nacionais. Tal exigência fica, porém, satisfeita com a emissão e a autenticação de documento correspondente do país de origem, acompanhado da sua tradução legalizada;

9.6 – Se no país de origem do concessionário não houver documento idêntico, ou correspondente ao exigido aos concessionários portugueses, a exigência legal da sua apresentação basta-se com documentação ou declaração do próprio concessionário, sobre o preenchimento dos requisitos de acesso, que a documentação portuguesa se destinava a comprovar, feita sob juramento ou compromisso de honra, perante o notário ou outra autoridade competente do país de origem;

9.7 – A não apresentação dos documentos, por motivo imputável ao concessionário, ou o não preenchimento dos requisitos referidos nos pontos anteriores, implica a não adjudicação definitiva do imóvel.

10-PRAZO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO-CONTRATO

10.1-O direito de exploração, ficará titulado por contrato a celebrar após a adjudicação, e vigorará pelo período de 5 (cinco) anos, renovável por períodos de 1 (um), até ao limite máximo de 10 (dez) anos, contados a partir da data de celebração do contrato, desde que requerido por escrito pelo concessionário com a antecedência de sessenta dias, relativamente ao termo do período inicial ou sua renovação;

10.2-A renovação do prazo de direito de exploração ficará sempre dependente da aceitação por parte do Município de Mafra, podendo haver lugar a revisão da prestação mensal e das condições de ocupação;

10.3-Em caso de renovação proceder-se-á à atualização da prestação mensal correspondente à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no IPC-Índice de Preços no Consumidor Nacional sem Habitação;

10.4-O Município de Mafra, reserva-se no direito de não proceder à renovação do contrato, sem quaisquer obrigações compensatórias para o concessionário;

10.5-Findo o prazo do contrato de direito de exploração ou das suas renovações, considera-se o mesmo automaticamente denunciado no final do período da cessão,

sem necessidade de aviso prévio, dispondo o concessionário o prazo de 8 (oito) dias úteis para abandonar as instalações em perfeito estado de conservação e higiene;

11-PREÇO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO E MODO DE PAGAMENTO

11.1-Pelo direito de exploração será devido o valor mensal do proponente que apresentou a proposta mais vantajosa;

11.2-O vencimento do valor referido no número anterior ocorrerá no dia 1 (um) do mês a que diz respeito e deverá ser pago na Tesouraria Municipal, entre os dias 1 (um) e 8 (oito) de cada mês, entendendo-se que se o ultimo dia for um sábado, domingo ou feriado, o prazo terminará no dia útil imediato, sendo a 1ª prestação paga no ato de assinatura do contrato;

11.3-Na falta de pagamento no prazo definido, ao valor devido serão acumulados 50% do valor da renda em vigor, sem prejuízo do direito de instaurar o procedimento para cobrança coerciva dos valores em dívida ou rescisão do contrato;

11.4-A prestação mensal será atualizada em janeiro de cada ano, por aplicação do índice de preços ao consumidor nacional, sem habitação, publicado pelo INE e relativo aos últimos doze meses conhecidos.

12-INÍCIO DA EXPLORAÇÃO

12.1-O direito de exploração do Apoio de Praia/Bar-Praia de São Lourenço – Concelho de Mafra terá início na data da celebração do respetivo contrato, sendo o concessionário avisado com antecedência da data, hora e local para a celebração do mesmo;

12.2-No dia da assinatura do Contrato de Concessão o Concessionário, procederá ao pagamento do valor correspondente à prestação inicial;

12.3-No dia da assinatura do Contrato de Concessão o Concessionário, procederá ao pagamento de uma caução no valor da 1.ª prestação, sem IVA;

12.4-Com a celebração do contrato serão entregues: o Alvará de Utilização do Equipamento objeto de Concessão, as chaves do edifício e um cartão de estacionamento autorizado.

13-PARTES INTEGRANTES DO CONTRATO E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

13.1-O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

13.2-O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a)-O presente Condições Gerais e Especiais;

b)-Os suprimentos dos erros e das omissões do Condições Gerais e Especiais identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

c)-Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Condições Gerais e Especiais;

d)-A proposta adjudicada;

e)-Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

13.3-Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

14-DIREITO DE EXPLORAÇÃO DA CONCESSÃO

O concessionário não poderá ceder, total ou parcialmente, a terceiros, seja a que título for, a exploração do espaço que constitui o objeto do presente direito de exploração, sem autorização prévia e expressa do Município de Mafra, sendo nulos todos os atos e contratos celebrados pelo concessionário com infração do disposto no presente preceito.

15-NOTIFICAÇÕES, INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

As notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes deverão ser efetuadas por escrito, na morada constante do contrato ou outra expressamente indicada, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

16-CRITÉRIO DE APRECIAÇÃO DA PROPOSTA/ADJUDICAÇÃO

16.1–O critério de adjudicação é o da melhor proposta, tendo em conta os seguintes fatores, indicados por ordem decrescente de importância:

a) Valor da Prestação Mensal Pecuniária: (60%);

b) Qualidade do Projeto de Exploração: (40%);

16.2-Para efeitos da pontuação/classificação das propostas em cada um dos critérios de apreciação indicados em 16.1 será aplicada a seguinte metodologia:

a) Valor da Prestação Mensal Pecuniária será pontuada de um a dez, obtendo pontuação máxima (dez pontos) a(s) proposta(s) que apresentar(em) melhor valor acima do preço base € 550 com pontuação mínima (um ponto) a(s) proposta(s) cujo preço seja igual ao preço base estipulado e as restantes propostas serão pontuadas de acordo com a seguinte fórmula:

[(P. Proposta – Valor Base) / (Proposta Valor Mais Alto – Valor Base)] x 9 + 1

P. Proposta: Valor da proposta em análise

Valor Base: Prestação mensal pecuniária mínima: € 550

b) A Qualidade do Projeto a Implementar (mérito da memória descritiva das intenções de intervenção na ocupação do espaço, exploração, animação, manutenção e conservação dos bens) será apreciada e pontuada segundo uma escala qualitativa predeterminada a que corresponderá a seguinte correspondência numérica:

-Mau: A proposta apresentada não contempla soluções adequadas ao exigido num projeto desta natureza; A memória descritiva e justificativa não reflete uma perceção da realidade e especificidade do projeto; Não apresenta preocupações no que diz respeito à animação, manutenção e conservação dos bens. ---------- [0-2] pontos

-Insuficiente: A proposta apresentada contempla soluções insuficientes e pouco adequadas ao exigido num projeto desta natureza; A memória descritiva e justificativa apresenta insuficiências no que diz respeito à perceção da realidade e especificidade do projeto; Apresenta uma insuficiente preocupação no que diz respeito à animação, manutenção e conservação dos bens. ----------]2-4] pontos

-Suficiente: A proposta apresentada contempla soluções suficientes e adequadas ao exigido num projeto desta natureza; A memória descritiva e justificativa apresenta uma perceção suficiente no que diz respeito à realidade e especificidade

do projeto; Apresenta uma suficiente preocupação no que diz respeito à animação, manutenção e conservação dos bens. ----------]4-6] pontos

-Bom: A proposta apresentada contempla soluções boas e adequadas ao exigido num projeto desta natureza; A memória descritiva e justificativa do conceito e sua execução reflete uma boa perceção da sua realidade e especificidade, particularizando todos os aspetos essenciais da mesma, demonstrando uma preocupação em contemplar uma unificação em toda a proposta; Apresenta uma boa preocupação no que diz respeito à animação, manutenção e conservação dos bens. ----------]6-8] pontos

-Excelente: A proposta apresentada contempla soluções que, sendo adequadas ao exigido num projeto desta natureza, contêm uma excelente proposta no que diz respeito ao enquadramento da concessão em apreço e ao método de exploração; A memória descritiva e justificativa do conceito e a sua execução reflete uma inequívoca perceção da sua realidade e especificidade, particularizando com excelência todos os aspetos essenciais da mesma, demonstrando uma preocupação em enquadrar na envolvente; Apresenta uma excelente preocupação no que diz respeito à animação, manutenção e conservação dos bens. ----------8-10] pontos

16.2-DIREITO DE NÃO ADJUDICAÇÃO

A Câmara Municipal de Mafra reserva-se o direito de não proceder à adjudicação, se após análise das propostas, se verificar que não respeitam o Valor Base ou no caso de nenhuma das propostas se adequar às pretensões e nível de exigência do Município.

17-RESCISÃO DO CONTRATO

17.1-O Município de Mafra poderá rescindir o contrato de direito de exploração em caso de incumprimento das obrigações contratuais por parte do concessionário, revertendo para o Município todas as benfeitorias realizadas, sem direito a qualquer indemnização.

17.2-São fundamentos de rescisão por parte do Município de Mafra, designadamente:

a) Falta de pagamento do valor mensal por mais de 2 (dois) meses, sem prejuízo de se instaurar o procedimento de cobrança coerciva dos valores em dívida;

b) Utilização das instalações para fim diverso do autorizado;

c) A não manutenção do espaço e equipamentos cedidos em perfeitas condições de conservação, salvo as deteriorações derivadas de uma regular e correta utilização;

d) Encerramento do estabelecimento por prazo superior a 10 (dez) dias seguidos, por motivos imputáveis ao concessionário, salvo quando autorizado pelo Município de Mafra;

e) Falecimento, declaração de falência ou insolvência e extinção do concessionário;

f) Oposição reiterada por parte do concessionário ao exercício dos poderes de fiscalização e controlo;

g) Em geral a falta de cumprimento de qualquer obrigação imposta por Lei, pelos regulamentos aplicáveis ou pelo presente Condições Gerais e Especiais e contrato.

17.3-O concessionário poderá a todo o tempo rescindir o contrato por causa devidamente justificada e fundamentada, mediante carta registada com aviso de receção dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra, a qual será apreciada, sendo que no caso de ser aceite, produzirá efeitos dois meses após a assinatura do aviso.

18-EXTINÇÃO DO CONTRATO OU DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO

18.1-Findo o contrato, por qualquer das formas supra mencionadas, o espaço cedido, bem como as benfeitorias nele realizadas, constituíram pertença do Município de Mafra, sem que o concessionário tenha direito a qualquer indeminização ou compensação, nem poderá ser invocado o direito de retenção, seja a que título for.

18.2-O espaço em causa deve ser entregue em perfeito estado de conservação e livre de quaisquer ónus ou encargos.

18.3-Os bens móveis e utensílios adquiridos pelo concessionário e os adornos que possam ser retirados sem prejuízo do local, deverão sê-lo nos 8 (oito) dias subsequentes ao termo do contrato ou outro prazo que lhe for fixado.

18.4-Se o concessionário não sair no prazo referido no número anterior, o Município de Mafra procederá à desocupação do espaço, não se responsabilizando por qualquer dano que possa causar aos bens que lá se encontrem nem pagando qualquer indemnização ou compensação por eventuais danos ou desvio de bens.

18.5-No final do contrato o Município de Mafra reserva-se no direito de adquirir os equipamentos que o concessionário inicialmente instalou pagando pelos mesmos o respetivo preço de custo deduzido do valor da depreciação (amortização) inerente à sua normal utilização.

18.6-Os bens do concessionário que se encontrem, por qualquer forma, fixados no pavimento, paredes, tetos ou outras partes da edificação e cuja remoção possa causar prejuízo ao local, não poderão ser retirados, considerando-se propriedade do Município de Mafra.

19-FISCALIZAÇÃO

É reservado ao Município de Mafra o direito de fiscalizar o cumprimento das obrigações do concessionário, nos termos impostos pelo presente Condições Gerais e Especiais, assim como pela demais legislação em vigor aplicável.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONDIÇÕES ESPECIAIS

1-DESCRIÇÃO DO OBJECTO DE DIREITO DE EXPLORAÇÃO

O direito de exploração ao abrigo deste Concurso Público por Hasta Pública abrange o espaço identificado no **Anexo I.**

1.1-INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTO

1.1.1-No espaço a explorar encontram-se equipamentos e mobiliário, pertença do Município de Mafra, conforme Folha de Carga, anexa;
1.1.2-O concessionário fica responsável pela utilização das instalações cedidas, correndo por sua conta as perdas e danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal, ressalvado o desgaste normal de uma utilização cuidadosa e diligente.
1.1.3-O concessionário não pode realizar no espaço cedido qualquer obra de beneficiação adaptação ou transformação, sem expresso consentimento do Município de Mafra.
1.1.4-As instalações, equipamentos e demais materiais deverão apresentar-se sempre em boas condições de higiene e conservação.

2-OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

2.1-O concessionário fica responsável pelo integral cumprimento de todas as obrigações, relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação em vigor;
2.2-O concessionário e o seu pessoal deverão cumprir as regras de higiene e limpeza no decorrer de todas as tarefas inerentes à sua atividade;
2.3-Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita e completa execução do Contrato;
2.4-Informar o Município de Mafra sobre qualquer circunstância que seja suscetível de afetar o desenvolvimento normal da Concessão;
2.5-Fornecer ao Município de Mafra, ou a quem este designar para o efeito, qualquer informação relacionada com a Concessão, desde que solicitada por escrito;
2.6-Obter todas as licenças, certificações, credenciações, autorizações e seguros relacionados com a atividade a desenvolver e que é objeto da Concessão;
2.7-Pagar atempadamente a renda mensal estipulada nas Condições Gerais;
2.8-Satisfazer as despesas com a manutenção das instalações em perfeito estado de asseio, conservação e segurança, bem como as despesas inerentes ao consumo

de água, gás, eletricidade, e demais despesas correntes, incluindo a instalação de contadores;

2.9-Zelar pelo bom funcionamento e qualidade do serviço prestado no Bar/Apoio de Praia;

2.10-Dotar o estabelecimento de equipamentos que permitam assegurar a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, nomeadamente a recolha seletiva de vidro, embalagens e papel;

2.11-Permitir o livre acesso a todos os utentes da zona balnear às instalações sanitárias existentes no interior do espaço de Apoio de Praia/Bar, não podendo, em caso algum, impor qualquer tipo de restrições, nomeadamente, condicionando-o ao consumo de quaisquer produtos;

2.12-Assegurar a manutenção e limpeza das instalações sanitárias existentes no local, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos de higiene e todos os consumíveis necessários ao seu bom funcionamento;

2.13-Proceder à limpeza da área de esplanada frontal, bem como à recolha dos resíduos decorrentes de consumos no espaço objeto de concessão, em toda a sua área, devendo tal limpeza ser contínua durante o período de funcionamento e estar diariamente assegurada à hora da sua abertura;

2.14-Assegurar a manutenção e limpeza diária do areal até à zona de rebentação;

2.15-Proceder à contratação do(s) nadador(es) salvador(es) no decurso da época balnear em conformidade com as instruções da autoridade marítima competente;

2.16-Obter concessão da frente de praia junto da autoridade marítima competente;

2.17-Cumprir as normas impostas aos concessionários de praias no âmbito do Programa Bandeira Azul;

2.18-O concessionário é responsável por quaisquer danos causados a terceiros, pessoas ou bens, decorrentes da exploração, bem como danos causados por pessoal de serviço e ainda danos que os seus fornecedores provoquem nas instalações;

2.19-Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações relativas ao estabelecimento e ao seu pessoal, bem como, pela reparação de prejuízos por eles causados nas instalações, equipamentos e terceiros;

2.20-Responsabilizar-se pelas licenças e outros encargos devidos ao Estado ou ao Município referentes à atividade a exercer, designadamente, a apresentação da Mera Comunicação Prévia, conforme previsto na alínea l) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01;

2.21-Responsabilizar-se pela obtenção das licenças/autorizações, da Câmara Municipal de Mafra e demais entidades, para a realização de eventos que ocorram no apoio de praia/bar.

3-DIREITOS DO CONCESSIONÁRIO

O Concessionário tem direito, designadamente, a:

3.1-Explorar em regime de exclusividade a atividade que é objeto da Concessão;

3.2-Utilizar os bens do domínio público objeto da Concessão;

3.3-Ser devidamente informado pelo Município de Mafra sobre situações que possam influir no desenvolvimento normal da Concessão.

4-REGRAS A OBSERVAR NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

4.1-O concessionário deve assegurar a exploração contínua do estabelecimento, de acordo com o exposto no artigo primeiro das Condições Gerais, no decorrer do prazo de concessão, salvo motivo de força maior ou fortuito, aceite pelo Município de Mafra;

4.2-Nas instalações objeto do presente contrato não pode o concessionário colocar quaisquer símbolos, anúncios ou publicidade, sem a prévia autorização do Município.

5-AJUSTE DIRECTO

No caso da hasta pública ficar deserta, ou se não houver lugar à adjudicação definitiva, o Município de Mafra poderá recorrer ao Ajuste Direto, desde que tal intenção seja devidamente aprovada.

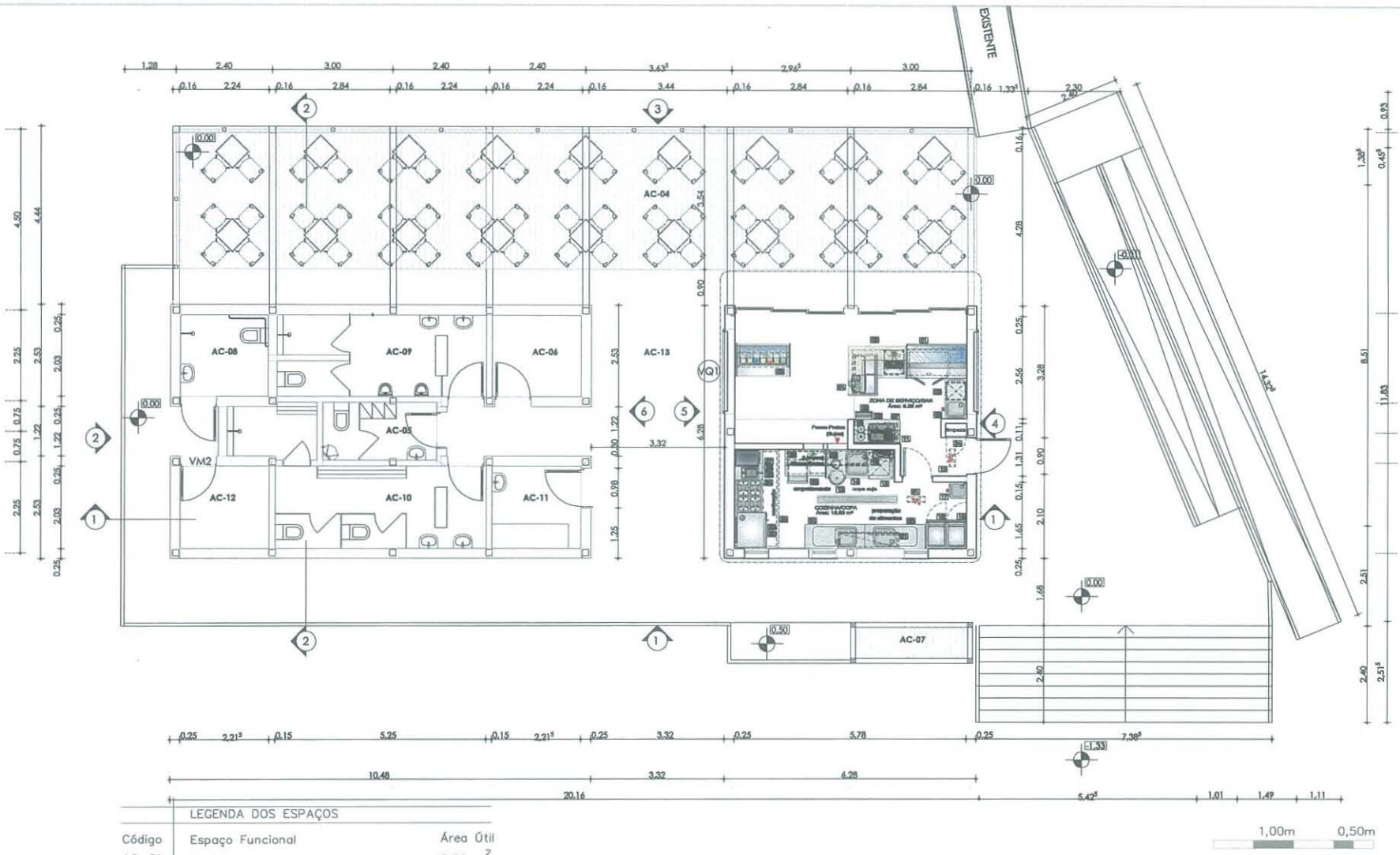
6-NORMAS SUPLETIVAS

6.1-Em tudo o omisso regularão as disposições legais portuguesas e regulamentos aplicáveis, designadamente os princípios gerais da Contratação Pública;

6.2-As dúvidas suscitadas na aplicação e interpretação das cláusulas do presente programa serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal de Mafra.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

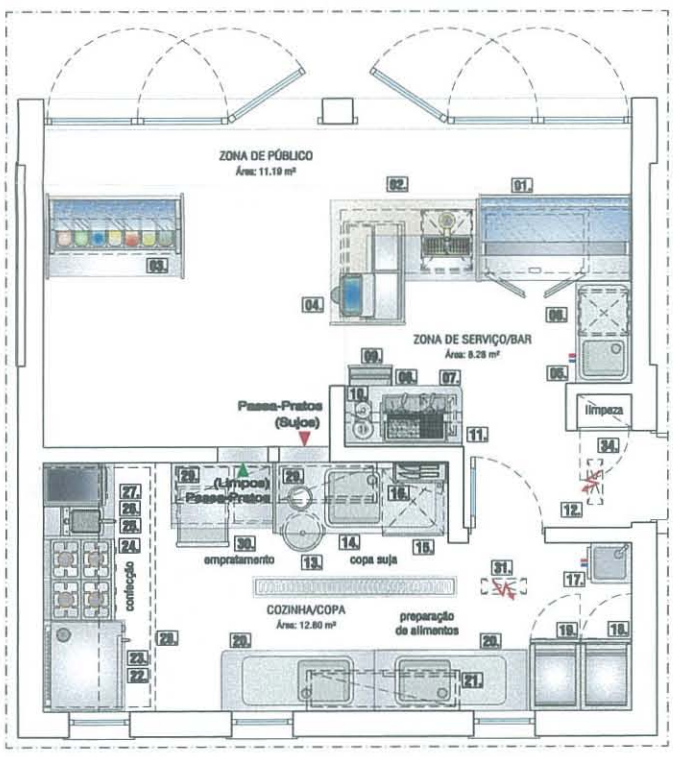
ANEXO I – ESPAÇO DO APOIO DE PRAIA/BAR- PRAIA DE SÃO LOURENÇO – CONCELHO DE MAFRA



	LEGENDA DOS ESPAÇOS	
Código	Espaço Funcional	Área Útil
AC-01	Cozinha	12,70 m²
AC-02	Área de serviço/Bar	8,10 m²
AC-03	Sala de refeições	11,50 m²
AC-04	Esplanada a descoberto	69,05 m²
AC-05	I.S/ Vestiários do pessoal	4,00 m²
AC-06	Armazém de alimentos	4,45 m²
		109,80 m²
AC-07	Duches exteriores (mistos)	3,40 m²
AC-08	I.S. Pessoa Mob. Condicionada	4,45 m²
AC-09	I.S. Masculina/Balneários/Vestiários	10,60 m²
AC-10	I.S. Feminina/Balneários/Vestiários	13,65 m²
AC-11	Posto de primeiros socorros	4,50 m²
AC-12	Armazém de apoio	4,45 m²

Mafra Qualidade de Vida — CÂMARA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA		DOM — DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS
ARQUITECTO 200409 Sónia Redisla	ASSUNTO: Apoio de Praia P68-L1 Bar de S. Lourenço		VERIFICAÇÃO:
DESENHADOR	LOCAL: Praia de S. Lourenço		DIRECTOR:
ENGENHEIRO			
TOPÓGRAFO			
URBANISTA			
Nº. DE ARQUIVO: s/n	Nº. PROCESSO: s/n	DESIGNAÇÃO: Planta	ESCALA: 1/100
	DATA: Abril 2009		FASE DO PROJECTO: Projecto Base
			DESENHO Nº: 01

Modelo SPr-03/0



EQUIPAMENTOS DA RESPONSABILIDADE DO CONCESSIONÁRIO

ZONA DE SERVIÇO | BAR

01.
0
03. Vitrine de Gelataria ou arcas de gelados
04. Terminal P.O.S.
05.
06. Máquina de Lavar Loiça de Cafetaria
07. Máquina de Gelo
08. Máquina de Café (2 Grupos)
09.
10. Moinho Doseador de Café
11.
12. Insectocutor

COZINHA | COPA

13.
14.
15. Máquina de Lavar Loiça
16. Esterilizador de Facas
17.
18. Congelador Vertical
19. Retrigerador Vertical
20.
21.
22.
23. Forno Convector
24. Fogão a Gás - 4 Queimadores/Forno
25. Fritadeira Mergulhante Simples
26. Grelhador de Placa Lisa (Fry Top)
27.
28.
29.
30.
31. Insectocutor

VESTÍBULO

34. Armário para Produtos de Limpeza

EQUIPAMENTOS POSTO DE SOCORROS RESPONSABILIDADE DO CONCESSIONÁRIO

a. Marquesa
b. Armário de primeiros socorros

EQUIPAMENTOS DA RESPONSABILIDADE DA CÂMARA

ZONA DE SERVIÇO | BAR

01. Vitrine Expositora Refrigerada
02. Balcão-Bar de Canto com Arrefecedor de Garrafas
03.
04.
05. Bancada de Lavagem (1 Cuba c/ Pedal Duplo)
06.
07.
08.
09. Bancada de Cafetaria
10.
11. Rectro-Bar
12.

COZINHA | COPA

13. Balde c/ Pedal para Resíduos Sólidos
14. Bancada de Pré-Lavagem
15.
16.
17. Lava-Mãos com Pulsor Duplo de Pé
18.
19.
20. Bancada de Preparação (1 Cuba) - 2 unids.
21. Armário Superior para Arrumos (1000x400x900mm)
22. Bancada de Apoio ao Forno
23.
24.
25.
26.
27. Mesa de Apoio
28. Hotte Extractora
29. Armário Superior para Arrumos (1000x400x900mm)
30. Bancada Refrigerada
31.

ZONA PÚBLICA

32.
33.

VESTÍBULO

34. Armário para Produtos de Limpeza

NOTAS:

Para Equipar o Posto de Socorros deverá ser consultada a Delegação de Saúde
Todos os dimensionamentos terão de ser obrigatoriamente conferidos em obra

Mafra Qualidade de Vida — CÂMARA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA		DOM — DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS
ARQUITECTO 200409 Sónia Redisla	ASSUNTO: Apoio de Praia P68-L1 Bar de S. Lourenço		VERIFICAÇÃO:
DESENHADOR	LOCAL: Praia de S. Lourenço		DIRECTOR:
ENGENHEIRO			
TOPÓGRAFO			
URBANISTA			
Nº. DE ARQUIVO: s/n	Nº. PROCESSO: s/n	DESIGNAÇÃO: Planta de Equipamento	ESCALA: 1/50
	DATA: Abril 2009		FASE DO PROJECTO: Projecto Base
			DESENHO Nº: 02

Modelo SPr-03/0

ANEXO I

Folha de Carga

Unidade Orgânica:	840101 - UNIDADE DE TURISMO
Compartimento:	0439010001 - ENCARNAÇÃO-SÃO LOURENÇO-BAR DA PRAIA DE SÃO LOURENÇO

Classificador Geral			Número de Inventário	Descrição	Referência	Data de Aquisição
Classe	Tipo	Bem				
107	6	2	77368	VITRINE EXPOSITORA REFRIGERADA DE PASTELARIA, COM 150X121X121CM	Nº SÉRIE 022/2008	18/07/2008
107	6	5	77369	ARREFECEDOR DE GARRAFAS MOD. EFP 1000 II MARCA INFRICO	Nº SERIE 2080260661164	18/07/2008
107	6	5	77370	BANCADA DE LAVAGEM COM 100X60X85CM		18/07/2008
107	6	5	77371	MÓDULO DE CAFETERIA COM 110X60X85CM		18/07/2008
107	6	5	77372	CARRO DE TRANSPORTE DE DETRITOS COM 36X60CM MODELO EQUINOX		18/07/2008
107	6	5	77373	BANCADA DE LAVAGEM COM 170X70X85CM		18/07/2008
107	6	5	77374	LAVA-MÃOS DE PEDAL DUPLO COM 40X38,5X85CM MODELO EQUINOX		18/07/2008
107	6	5	77375	BANCADA DE PREPARAÇÃO COM 150X60X85CM		18/07/2008
107	6	5	77376	BANCADA DE PREPARAÇÃO COM BLOCO DE 4 GAVETAS, COM 150X60X85CM		18/07/2008
107	6	5	77377	ARMÁRIO DE PAREDE COM 150X40X60CM		18/07/2008
107	6	5	77378	SUPORTE BASE DE APOIO AO FORNO CONVECTOR		18/07/2008
107	6	5	77379	MESA DE APOIO COM 30X70X85CM		18/07/2008
107	6	5	77380	ARMÁRIO DE PAREDE COM 100X40X60CM		18/07/2008
107	6	2	77381	BANCADA FRIGORIFICA PARA ALIMENTOS MODELO ME 1000 II MARCA INFRICO	Nº SÉRIE NB144Z	18/07/2008
107	6	5	77382	ARMÁRIO VERTICAL PARA PRODUTOS DE LIMPESA COM 50X40X200CM		18/07/2008
107	6	5	77383	BALCÃO NEUTRO, ALTO DIM.1200 COM 140X80X112CM		18/07/2008

O Responsável,

O Chefe,

Folha de Carga

Unidade Orgânica:	830101 - ÁREA DE EDIFÍCIOS E OUTRAS INFRAESTRUTURAS
Compartimento:	0439010001 - ENCARNAÇÃO-SÃO LOURENÇO-BAR DA PRAIA DE SÃO LOURENÇO

Classificador Geral			Número de Inventário	Descrição	Referência	Data de Aquisição
Classe	Tipo	Bem				
112	1	3	104945	EXTINTOR BILI 6KG QUIMICO		31/07/2013
112	1	3	104946	EXTINTOR BILI 6KG QUIMICO		31/07/2013

O Responsável,

O Chefe,

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO II – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1 - _____ (1), titular do bilhete de identidade/cartão de cidadão nº _____, válido até _____ e do NIF _____, residente/com sede em _____, na qualidade de representante legal de _____, NIPC _____(2).

2 - Propõe o preço de prestação mensal de €_____ (3), **para a concessão do direito de exploração do Apoio de Praia/Bar - Praia de São Lourenço - Concelho de Mafra** nos termos e condições constantes das Condições Gerais e Especiais, que declara conhecer e aceitar integralmente.

3 - Declara, sob compromisso de honra, que em nome próprio ou em representação:
a) Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e outros Estados do Espaço Económico Europeu;

b) Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social;

4 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a sua exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação da concessão do direito de exploração;

6 – O concessionário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado Português em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para a segurança social, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da adjudicação provisória;

7 - Os concessionários de origem comunitária (ou outra com iguais direitos) devem apresentar os mesmos documentos exigidos aos adjudicatários nacionais. Tal exigência fica, porém, satisfeita com a emissão e a autenticação de documento correspondente do país de origem, acompanhado da sua tradução legalizada;

8 - Se no país de origem do concessionário não houver documento idêntico ou correspondente ao exigido aos adjudicatários portugueses, a exigência legal da sua apresentação basta-se com documentação ou declaração do próprio adjudicatário, sobre o preenchimento dos requisitos de acesso que a documentação portuguesa se destinava a comprovar, feita sob juramento ou compromisso de honra, perante o notário ou outra autoridade competente do país de origem;

9 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo imputável ao concessionário provisório, ou o não preenchimento dos requisitos previstos nas Condições Gerais e Especiais, implica a não adjudicação do direito de exploração do apoio de Praia/Bar - Praia de São Lourenço – Concelho de Mafra.

Data: _____

Assinatura: _____ (4)

(1) Identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente quando se tratar de pessoa coletiva.

(2) Só aplicável a concorrentes pessoas coletivas.

(3) Valor proposto para prestação mensal, superior à base de licitação.

(4) Assinatura do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO III - SOBRESCRITO-MODO DE APRESENTAÇÃO

Nome do Proponente

Endereço

Contacto telefónico e eletrónico

Proposta para "**CONCURSO PÚBLICO-CONCESSÃO EM HASTA PÚBLICA, DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO APOIO DE PRAIA/BAR-PRAIA DE SÃO LOURENÇO – CONCELHO DE MAFRA**"

1.S.

Isabel Miranda

40

De: Miguel Correia
Enviado: 19 de março de 2018 17:16
Para: MailEdoc
Assunto: FW: Convocatória para Assembleia-Geral Ordinária e Assembleias Gerais Extraordinárias
Anexos: image005.wmz; image008.wmz; image001.wmz; RAC_2017.pdf

Importância: Alta

De: Joaquim Sardinha
Enviada: 19 de março de 2018 16:57
Para: Miguel Correia <MiguelCorreia@cm-mafra.pt>
Assunto: FW: Convocatória para Assembleia-Geral Ordinária e Assembleias Gerais Extraordinárias
Importância: Alta

Para dar entrada e ser levado a Reunião de Câmara

De: Geral A2S [mailto:geral@a2s.pt]
Enviada: 19 de março de 2018 16:34
Para: ab.loures@sapo.pt; Adelia Antunes <adelia.antunes@ccammafra.pt>; Agrobio <direccao@agrobio.pt>; antonio_pombinho@cm-loures.pt; caloures@sapo.pt; david.sardinha@sapo.pt; direccao@frutoeste.pt; Florência Monteiro Dias <fdias@cm-sintra.pt>; geral@acazueira.pt; geral@acism.pt; geral@aecsclo.pt; geral@ertlisboa.pt; Hugo Luis <HugoLuis@cm-mafra.pt>; jl@ferrindal.pt; Joaquim Sardinha <JoaquimSardinha@cm-mafra.pt>; José António Barreira <joseantoniobarreira@gmail.com>; jose.parente@cspsaojoaodaslampas.com; joseluisfurtado@gmail.com; jvicentepaulo@gmail.com; loures@creditoagricola.pt; manuel_costaeoliveira@hotmail.com; mnjorge@agroges.pt; olga.figueiredo@aesintra.com; piedade.mendes@cm-sintra.pt; provedoria@scmmafra.pt; pventura@cm-sintra.pt; Rui Figueiredo <rpfigueiredo@simab.pt>; v.avillez@cvrlisboa.com; vfcmaquinas@gmail.com
Cc: Olga Nuno <olga_nuno@cm-loures.pt>; Florência Monteiro Dias <fdias@cm-sintra.pt>; Miguel Correia <MiguelCorreia@cm-mafra.pt>; 'José Diogo' <jose.diogo@a2s.pt>; clarisse.vistas@a2s.pt; 'Rute Vieira' <rute.vieira@a2s.pt>
Assunto: FW: Convocatória para Assembleia-Geral Ordinária e Assembleias Gerais Extraordinárias
Importância: Alta

Estimados Associados

Na sequência da realização da Assembleia-Geral Ordinária do **próximo dia 22 de março às 16h00**, junto envio a proposta de Relatório de Atividades e Contas 2017 solicitando que os imprimam e tragam para a reunião. Lamento o atraso no envio dos documentos.

Com os melhores cumprimentos
Márcia Mendes

A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

Despacho: Determino que o representante do Município na AG vote favoravelmente os pontos da Ordem de Trabalhos à Câmara Municipal, para ratificar.

20 MAR 18.

anexo V

geral@a2s.pt
Contacto: (+351) 261 025 007

www.a2s.pt

This message may contain confidential information or privileged material, and is intended only for the individual(s) named. If you are not in the named addressee you should not disseminate, distribute or copy this e-mail.
Please notify the sender immediately by e-mail if you have received this e-mail by mistake and delete this e-mail from your system.
E-mail transmission cannot be guaranteed to be secure or error-free as information could be intercepted, corrupted, lost, destroyed, arrive late or incomplete, or contain viruses. The sender therefore does not accept liability for any errors or omissions in the contents of this message which arise as a result of e-mail transmission. If verification is required please request a hard-copy version.
Poupe papel. Antes de imprimir este e-mail pense bem se tem mesmo que o fazer. Há cada vez menos árvores.


Sem vírus. www.avast.com

A2S

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2017

PDR 2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 · mar 2020 PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2020 · Lisb@20[20] · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

Aprovado pela Direção, em reunião do dia 22 de março de 2018

Presidente - Câmara Municipal de Loures - António Pombinho

Secretário (Vice-Presidente) -Câmara Municipal de Mafra - Joaquim Sardinha

---

Tesoureiro - Câmara Municipal de Sintra – Piedade Mendes

Vogal - Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa - Vasco d'Avillez

---

Vogal - Associação Empresarial do Concelho de Sintra - Vítor Conceição / Olga Figueiredo

---

Vogal - Associação de Agricultores do Concelho de Mafra - David Sardinha

---

Vogal - Cooperativa Agrícola de Loures - José Barreira

Aprovado pela Assembleia-Geral, em reunião do dia 22 de março de 2018

Presidente – AGROCOL - José Manuel A Costa e Oliveira

Secretário - Frutoeste - Cooperativa Agrícola de Hortofruticultores do Oeste, CRL - Domingos Santos / Pedro Bernardes

---

2º Secretário - Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas - Mário Saramago / Alcindo Almeida

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA **3**

SIGLAS E GLOSSÁRIO **4**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017 ..... **7**

1. ASSEGURAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E DA EQUIPA TÉCNICA 8
2. DISPONIBILIZAR FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS 9
3. PROMOVER A ANIMAÇÃO DO TERRITÓRIO 10
4. IMPLEMENTAR AS EDL RURAL E COSTEIRA – GERIR O CICLO DE VIDA DOS PROJETOS 12
5. ACOMPANHAR E MONITORIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DAS EDL 14
6. DINAMIZAR AÇÕES DE COOPERAÇÃO 15
7. PARTICIPAR EM REDES, FORÚNS, PLATAFORMAS E GRUPOS DE TRABALHO 16
8. DIVERSIFICAR AS ATIVIDADES E AS FONTES DE FINANCIAMENTO 17
9. PROMOVER, PARTICIPAR E ORGANIZAR EVENTOS 19

DLBC RURAL 20

DLBC COSTEIRO 21

NOTA DE ABERTURA



No ano de 2017 foi possível operacionalizar a implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local aprovadas para o território de intervenção da A2S.

Com base numa articulação direta e de proximidade com os diferentes atores locais e AGs dos fundos financiadores, a A2S continuou o processo de seleção de projetos no âmbito da medida Leader do PDR2020, lançou os convites à apresentação de candidaturas no quadro do MAR 2020 e do SI2E e iniciou a análise das candidaturas ao SI2E.

O presente relatório tem por objetivo dar a conhecer as atividades desenvolvidas pela associação no ano de 2017. Ainda que se tenham verificado algumas limitações e atrasos na implementação das medidas DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária, no ano de 2017 foi possível desenvolver e continuar a implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local rural e costeira.

De notar que só em 2017 foram assinados o termo de aceitação, relativo aos custos operacionais e de animação no âmbito do MAR 2020, o contrato de delegação de competências com a Autoridade de Gestão do Mar 2020 e a adenda ao contrato para a gestão da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa.

> *"Ainda que lentamente, a A2S, começa a contribuir para a dinamização das economias locais, afirmando-se como uma entidade de desenvolvimento local, no plano regional e nacional."*

SIGLAS E GLOSSÁRIO

AG - Autoridade de Gestão - Autoridade pública nacional, regional ou local, ou um organismo público ou privado, designada pelo Estado-Membro, responsável pela gestão e execução do programa em conformidade com o princípio da boa gestão financeira e de acordo com as regras nacionais e comunitárias.

CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), abordagem de desenvolvimento que:

- Incide em zonas sub-regionais específicas;
- É dirigido por grupos de ação local compostos por representantes dos interesses socioeconómicos locais, públicos e privados, nos casos em que, aos níveis de decisão, as autoridades públicas tal como definidas de acordo com as regras nacionais, ou qualquer grupo de interesses individual não representem mais de 49 % dos direitos de voto;
- É impulsionado através de estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local;
- É planeado tendo em conta as necessidades e potencialidades locais, incluindo as características inovadoras no contexto local, a ligação em rede e, se for caso disso, as formas de cooperação;

EDL - Estratégia de desenvolvimento local (EDL) - o modelo de desenvolvimento para um território de intervenção, sustentado na participação dos agentes locais, com vista a dar resposta às suas necessidades através da valorização dos recursos endógenos, assente num conjunto de prioridades e objetivos fixados a partir de um diagnóstico, privilegiando uma abordagem integrada, inovadora e com efeitos multiplicadores.

ELARD - ***European LEADER Association for Rural Development*** – Associação Europeia Leader para o Desenvolvimento Rural - Associação internacional sem fins lucrativos criada para melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais e manter a sua população através de um desenvolvimento local sustentável e integrado. A ELARD promove a difusão da filosofia do método LEADER tanto a nível local como a nível institucional. A ELARD acredita que um melhor desenvolvimento rural sustentável em toda a Europa é melhor alcançado pela metodologia *bottom up*.

EG - Entidade Gestora - Responsável administrativo e financeiro, selecionado pelos membros da parceria, capaz de administrar fundos públicos e garantir o seu funcionamento.

ETL - Equipa Técnica Local - Equipa de apoio na dependência hierárquica do órgão de gestão do GAL, gerida por um coordenador, devendo a sua composição ser multidisciplinar, com dominância de formação nas áreas relacionadas com as linhas prioritárias da estratégia de

desenvolvimento de cada território, não podendo os membros da ETL pertencer, em simultâneo, ao órgão de gestão do GAL;

FARNET – European Fishery Areas Network - Comunidade empenhada no desenvolvimento promovido pelas comunidades locais no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). Esta rede reúne grupos de ação local, autoridades de gestão, cidadãos e peritos da UE.

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Federação Minha Terra - Entidade privada de interesse público e sem fins lucrativos, constituída no ano 2000, por iniciativa de um grupo alargado de Associações de Desenvolvimento Local (ADL), institucionalizando uma rede, sob o denominador comum da convergência de objetivos, do diálogo, da partilha e de um vasto trabalho conjunto no desenho e implementação de soluções e intervenções em prol do desenvolvimento dos espaços rurais nacionais.

FSE – Fundo Social Europeu

GAL – Grupo de Ação Local - Parceria formada por representantes locais dos setores público e privado de um determinado território de intervenção, representativa das atividades socioeconómicas e com uma estratégia de desenvolvimento própria, denominada EDL, reconhecida para a vertente desenvolvimento local de base comunitária rural, no âmbito de prévio procedimento concursal.

IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P

MAR 2020 – Programa Operacional do Mar

OG – Órgão de Gestão – Órgão executivo da(s) EDL(s), nomeado e exonerado pela(s) Assembleia de Parceiros, competindo-lhe executar a(s) EDL(s) e informar os parceiros do GAL e a população local sobre o impacto da implementação da EDL no território de intervenção, bem como garantir todas as interações necessárias com a(s) AG(s).

PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural do continente

Rede Rural Nacional - Plataforma de divulgação e partilha de informação, de experiência e de conhecimento que pressupõe uma atuação que desenvolva a partilha e a cooperação em torno das ações a concretizar com o objetivo de melhorar a aplicação dos programas e medidas de política de desenvolvimento rural e a qualificação da intervenção dos agentes implicados no desenvolvimento rural.

Rede Rural Europeia - A Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (ENRD) é a estrutura que reúne todas as partes interessadas com o objetivo de alcançar melhores resultados de desenvolvimento rural na UE. A rede funciona como um centro para a partilha de informações sobre políticas, programas, projetos e outras iniciativas de desenvolvimento rural.

SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego – Sistema orientado para projetos empresariais que estimulem o surgimento de pequenos negócios e a concretização de oportunidades de criação de valor ancoradas nos recursos e ativos endógenos.

Tendo por base a boa governança, a transparência, a integridade e a responsabilidade, o presente relatório de atividades pretende refletir o trabalho desenvolvido durante o ano de 2017 no âmbito das atribuições da A2S enquanto associação para o desenvolvimento local e das suas responsabilidades enquanto Grupo de Ação Local rural e Entidade Gestora do Grupo de Ação Local Pescas – Ericeira Cascais.

Durante o ano de 2017 deu-se continuidade ao trabalho dos anos anteriores tendo sido possível reforçar a equipa técnica com a contratação de mais um elemento, publicitar concursos, receber e avaliar candidaturas, organizar eventos e animar o território, interagindo diretamente com os atores locais relevantes e com os potenciais promotores.

O funcionamento da associação foi financiado, sobretudo, ao abrigo do orçamento proveniente das medidas "animação e funcionamento" do PDR 2020 e dos "custos operacionais e de animação DLBC" do MAR2020, mas também através das quotizações dos associados para as despesas sem enquadramento nas medidas anteriores.

De notar que o sucesso do trabalho desenvolvido se deve ao grande envolvimento e competência da equipa técnica e dos Órgãos Sociais da associação, o que teve um impacto significativo no cumprimento e mesmo superação do plano de atividades aprovado.

Abaixo apresentam-se os objetivos definidos no Plano de Atividades de 2017 e o nível de realização observado, destacando as atividades relacionadas com a gestão dos DLBC Rural e Costeiro e tendo por base o cumprimento integral das metas e objetivos previstos e aprovados nas EDL e nos contratos de delegação de competências.

Na sequência da conclusão do processo de regulamentação da medida DLBC por parte das diferentes Autoridades de Gestão (AGs) dos fundos financiadores (MAR2020, CCDR-LVT) apenas no ano 2017 se procedeu à abertura de convites à apresentação de candidaturas ao SI2E e ao MAR 2020. Foi igualmente possível, e pela primeira vez, iniciar a execução física de projetos no âmbito da medida10 – LEADER do PDR2020 tendo equipa da A2S apoiado os beneficiários na submissão de pedidos de pagamento e procedido às respetivas análises.

Deste modo, em 2017 a A2S conseguiu operacionalizar todas as medidas financiadas pelo FEADER, FEAMP, FEDER e FSE.

Não tendo sido concluído o processo de regulamentação da cooperação prevista para o DLBC Rural e Costeiro, a A2S não teve oportunidade de apresentar qualquer candidatura em parceria com outros GAL ou outras organizações relevantes com problemáticas territoriais idênticas.

As atividades do relatório apresentam-se divididas em 9 objetivos principais, em harmonia com previsto no Plano de Atividades de 2017.

1. ASSEGURAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E DA EQUIPA TÉCNICA

Com a assinatura do termo de aceitação para os custos operacionais e animação e a assinatura do Protocolo de Delegação de Competências no âmbito do MAR2020, em junho de 2017 foi possível reforçar a equipa técnica da A2S com a contratação de uma nova técnica superior.

A ETL passou a ser composta por quatro elementos (um diretor executivo e três técnicos superiores) indo ao encontro do previsto e aprovado em sede de EDL. A equipa técnica da A2S dispõe agora dos recursos humanos necessários para dar resposta às exigências dos diversos programas financiadores, com particular destaque para a obrigação relacionada com a segregação de funções. A multidisciplinariedade da equipa permite garantir a plena implementação das EDL aprovadas.

Com o apoio da CM de Mafra foi possível assegurar o adequado funcionamento da A2S nas instalações da Mafra Business Factory. De salientar ainda as parcerias com os demais associados que facilitaram o processo de organização e da estrutura interna.

Os contratos de prestação de serviços ao nível de domínio e alojamento web, software, contabilidade, seguros, higiene e segurança no trabalho foram renovados de acordo com os procedimentos da contratação pública tendo sido garantido o regular funcionamento da organização.

Em maio de 2017 foi lançado um procedimento de ajuste direto para o desenvolvimento de um sistema de gestão de informação (administrativa, financeira e de correspondência) a implementar. À data, este sistema ainda não está totalmente operacional, mas já contém a informação "histórica" relativa aos anos de 2015, 2016 e 2017.

Os órgãos sociais da A2S reuniram regularmente sendo que foram realizadas seis reuniões de Direção e duas Assembleias-Gerais ordinárias em que se tomaram as decisões necessárias relativamente à gestão corrente da A2S. Do mesmo modo foi realizada uma Assembleia de Parceiros do GAL Pescas.

Ao abrigo das funções delegadas pelo IFAP ao GAL "A2S", relativas à análise de pedidos de pagamento do PDR2020, foi realizada uma ação de acompanhamento em dezembro de 2017. A A2S recebeu uma delegação do IFAP tendo respondido às questões colocadas e estando a aguardar o respetivo relatório.

Trimestralmente, a A2S pediu o reembolso das despesas relativas ao funcionamento / custos operacionais. Foram submetidos na plataforma do IFAP sete pedidos de pagamento no valor de 137.577,51 € tendo sido integramente reembolsados.

Assegurar que a A2S dispõe dos recursos e meios necessários ao seu pleno funcionamento e ao cumprimento das respetivas obrigações contratuais

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
junho	Celebrar um contrato de trabalho com um técnico superior	1 contrato	19/06/2017 – Celebração de um novo contrato de trabalho com a técnica Clarisse Vistas (em lista de reserva do anterior concurso)
janeiro - dezembro	Assegurar o regular funcionamento das instalações	Nº de contratos	Renovação contratos em vigor
maio	Implementar um sistema de gestão de informação	1 sistema de gestão	Procedimento de ajuste direto para o desenvolvimento de um sistema de gestão de informação. O sistema ainda se encontra em testes estando praticamente operacional e já com a informação histórica.
janeiro - dezembro	Reuniões de Direção		24/01/2017 – MBF - Reunião de Direção 23/02/2017 – MBF - Reunião de Direção 23/03/2017 – MBF - Reunião de Direção 27/04/2017 – MBF - Reunião de Direção 06/06/2017 – MBF - Reunião de Direção 04/12/2017 – MBF - Reunião de Direção
	Assembleias-Gerais / Parceiros		23/03/2017 – MBF - Assembleia-Geral da A2S 24/08/2017 – Ericeira - Assembleia de Parceiros - GAL Pescas 14/12/2017 – MBF - Assembleia-Geral A2S
	Visita de Acompanhamento		06/12/2017 – MBF - Visita de Acompanhamento do IFAP
	Submissão de Pedidos de Pagamento (despesas de funcionamento dos GAL)		18/01/2017 – IFAP - Submissão PP 02/03/2017 – IFAP - Submissão PP 09/05/2017 – IFAP - Submissão PP 15/05/2017 – IFAP - Submissão PP 04/08/2017 – IFAP - Submissão PP 03/11/2017 – IFAP - Submissão PP 03/11/2017 – IFAP - Submissão PP

2. DISPONIBILIZAR FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A equipa técnica da A2S participou em todas as ações de formação, capacitação ou de esclarecimentos promovidas pelas AGs dos fundos financiadores organismos pagadores e outras entidades com competências nesta área designadamente, AG PDR2020, AG MAR2020, AG PO LISBOA, IFAP, a Federação Minha Terra, a Rede Rural Nacional.

A A2S disponibilizou ainda aos seus recursos humanos a participação em ações de formação profissional complementares em áreas consideradas relevantes para o desempenho das suas funções.

Implementar um plano de formação e capacitação dos recursos humanos

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
janeiro - dezembro	Participar em ações de formação e iniciativas promovidas pelas AGs, por	1 elemento da ET em 100% dos	1. 20/04/2017 – Lisboa - Sessão de Formação GAL Pescas – MAR 2020 2. 17/05/2017 – Lisboa - Ação de capacitação - PDR2020

	outros GAL, Rede Rural, Federação Minha Terra e outras organizações nacionais e internacionais relevantes	eventos realizados	3. 11/07/2017 – Lisboa - Formação SI2E - CCDR LVT 4. 13/07/2017 – Évora - Formação PDR / IFAP
	Organizar ou participar em ações de capacitação dirigida aos atores locais, membros da parceria ou dos OG dos GAL	1 ação de capacitação	28/06/2017 – Palmela - Sessão de esclarecimentos DRAPLVT / ADREPES
	Possibilitar à equipa técnica a participação noutras atividades de formação profissional consideradas relevantes para o desempenho das respetivas funções	1 iniciativa por ano	1. 01/06/2017 – Loures - Formação Pedagógica de Formadores 2. 25/10/2017 – Lisboa - Revisão do CCP 3. 03/11/2017 – Lisboa - Formação sobre Proteção de Dados

3. PROMOVER A ANIMAÇÃO DO TERRITÓRIO

Considerando que a A2S é responsável pela gestão de dois DLBC multifundos, tutelados por três AGs distintas, com regras específicas, foi necessário implementar um plano de animação das EDL Rural e Costeira em fases diferentes.

Tendo como principal objetivo o cumprimento das metas e objetivos consagrados nas EDL aprovadas, foram publicados os avisos para a apresentação de candidaturas para todas as tipologias de operações previstas na medida 10 do PDR2020, no Eixo 4 do MAR 2020 e no SI2E,

Foi ainda prática recorrente da equipa técnica da A2S assegurar a disponibilização regular e permanente de informação junto dos potenciais promotores através da atualização sistemática do site da A2S, do envio de *newsletters* e da partilha de informação relevante na rede social Facebook.

Foram elaborados e disponibilizados guias, manuais e materiais de apoio à apresentação de candidaturas e à formalização de pedidos de pagamento e foram produzidos materiais promocionais, distribuídos nas diferentes iniciativas e sessões de divulgação.

De forma a atingir um maior número de destinatários possível, a A2S organizou de forma sistemática e descentralizada ações de divulgação sobre todas as oportunidades de financiamento geridas no âmbito das atribuições dos GAL. Foram realizadas reuniões bilaterais, atendimentos telefónicos e prestados esclarecimentos por e-mail destinados aos potenciais promotores.

Sempre que foi convidada, a equipa técnica da A2S participou em eventos dentro e fora do território, de forma a divulgar os avisos disponíveis bem como o trabalho desenvolvido no quadro da implementação das EDL.

No âmbito das ações de animação territorial inseridas na EDL do GAL Rural, foi necessário adquirir material promocional para dar suporte à organização e participação em eventos e iniciativas relevantes.

Para a dinamização do stand e para promoção da A2S foram adquiridos 600 brindes promocionais sobretudo relacionados com a temática do vinho tendo sido distribuídos na Mostra "Arinto e Sabores Saloios"que decorreu em Bucelas e na Conferência temática "À volta do vinho: Enoturismo à prova" que decorreu em Colares.

Promover a animação do território de intervenção e dos atores locais

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
janeiro-dezembro	Disponibilizar informação através do site da A2S, newsletter e Facebook	Criação de 12 notícias Envio de 6 newsletters Criação de 52 *posts* no Facebook	• Publicação de 37 notícias • Envio de 21 *newletters* • Publicação de 100 posts *Facebook*
	Realizar sessões de divulgação dos apoios DLBCs	1 sessão de divulgação por cada concurso publicado	1. 24/01/2017 – Mafra - Divulgação da medida 10214 – Cadeias Curtas e Mercados Locais 2. 31/01/2017 – Sintra - Sessão de Divulgação sobre oportunidades de financiamento PDR2020 – Leader 3. 14/02/2017 – Azueira - Sessão de Divulgação sobre oportunidades de financiamento PDR2020 – Leader 4. 09/03/2017 – Lousa - Sessão de Divulgação sobre oportunidades de financiamento PDR2020 – Leader 5. 05/07/2017 – Ericeira – Apresentação DLBC Costeiro 6. 19/09/2017 – Loures – Sessão de Divulgação sobre SI2E rural 7. 20/09/2017 – Mafra - Sessão de Divulgação sobre SI2E rural 8. 21/09/2017 – Sintra - Sessão de Divulgação sobre SI2E rural 9. 07/12/2017 – Cascais - Divulgação do MAR 2020 e do SI2E costeiro 10. 14/12/2017 – Cascais - Sessão de Divulgação MAR 2020 e do SI2E - DNA Cascais
	Realizar sessões de apoio à apresentação de candidaturas	1 sessão de divulgação por cada concurso publicado	1. 21/03/2017 - Pero Pinheiro – Workshop para a preparação de candidaturas aos Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas – 10211 2. 04/04/2017 – Bucelas - Workshop para a preparação de candidaturas aos Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas – 10212
	Realizar sessões de apoio à apresentação de pedidos de pagamento	2 sessões	17/04/2017 – MBF - Workshop sobre apresentação e submissão de pedidos de pagamento Não se justificou a realização de duas sessões na medida em que não foram homologados concursos suficientes para justificar a organização de um segundo workshop sobre esta temática.
	Organizar reuniões bilaterais com os potenciais promotores	20 reuniões	A equipa técnica da A2S fez 150 atendimentos presenciais a potenciais promotores, participou em 27 reuniões técnicas e organizou 17 visitas de campo
	Participar em eventos com vista à divulgação da A2S e das EDL	3 eventos	1. 07/02/2017 – Loures – Apresentação no seminário Agrobio 2. 09/02/2017 – Malveira - Apresentação na Feira da Malveira 3. 09/03/2017 – Mafra - Apresentação no seminário Agrobio 4. 18/04/2017 – Loures - Ação de Divulgação CNA 5. 16/05/2017 – Sintra - Apresentação no seminário Agrobio 6. 04/10/2017 – Lousa - Feira do emprego e empreendedorismo em Lousa 7. 29/11/2017 – Loures – Apresentação no Loures Inova

	Produzir materiais promocionais	1000 materiais promocionais produzidos	Procedimento de ajuste direto simplificados para a aquisição de 600 brindes promocionais (tampas e argolas)

4. IMPLEMENTAR AS EDL RURAL E COSTEIRA – GERIR O CICLO DE VIDA DOS PROJETOS

O processo de publicitação dos avisos foi organizado com base numa estratégia de proximidade tendo-se procurado incidir em todos os concelhos do território de intervenção e tendo-se adaptado às necessidades e expectativas de um amplo número de potenciais candidatos. Todos os anúncios foram publicitados em, pelos menos, três órgãos de comunicação social local, um por concelho, na página de internet da A2S nas redes sociais e divulgados através de newsletter.

Em 2017, a A2S operacionalizou todas as medidas do PDR 2020, SI2E RURAL, MAR 2020 E SI2E COSTEIRO tendo lançado 5 anúncios de abertura do período de apresentação de candidaturas.

O processo de análise e seleção dos projetos foi transparente garantindo a imparcialidade e igualdade de tratamento entre todos os candidatos sendo que o processo de decisão foi baseado exclusivamente nos critérios de elegibilidade e seleção previamente estabelecidos e publicados nos anúncios de abertura de concursos. Foi prática regular da equipa técnica organizar *workshops* visando apoiar os potenciais candidatos a melhor instruírem as respetivas candidaturas.

Após a seleção e contratualização dos projetos, os beneficiários têm de submeter os pedidos de reembolso de despesa na plataforma do IFAP. Considerando que a A2S é a entidade responsável por analisar e validar os pedidos de pagamento, foi igualmente necessário promover e organizar *workshops* de apoio à apresentação de pedidos de pagamento.

No quadro do protocolo de delegação de competências celebrado com o IFAP, foram analisados os pedidos de reembolso dos beneficiários e foram realizadas visitas de acompanhamento e verificações físicas aos locais dos investimentos.

Relativamente às operações financiadas através do FEAMP (PO MAR 2020) e SI2E (FEDER e FSE) deu-se início a uma estratégia de animação territorial com vista à divulgação das oportunidades de financiamento e dos avisos disponíveis.

Gerir o ciclo de vida dos projetos

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
Janeiro - Dezembro	Submeter à aprovação as propostas dos anúncios de abertura de concursos referentes às operações cuja gestão foi delegada ao GAL	100% das novas medidas disponibilizadas e novos concursos de medidas já abertas de forma a cumprir a metas para 2018	1. 08/03/2017 - PDR2020 -10211 e 10212 2. 01/06/2017 - PDR2020 - 10213, 10214, 10215,10216 3. 07/08/2017 - SI2E RURAL 4. 03/10/2017 - MAR 2020 5. 03/10/2017 - SI2E COSTEIRO
	Publicitar os anúncios de abertura	Publicitação em 3 órgãos de comunicação social/anúncio	1. Anúncio na imprensa local relativo aos concursos às medidas 10211 e 10212 2. Anúncio na imprensa local relativo aos concursos às medidas - 10213-10214-10215-10216 3. Anúncio na imprensa local relativo aos concursos às medidas SI2E e MAR 2020
	Analisar e emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nos regulamentos aplicáveis e com os critérios de seleção definidos nos respetivos anúncios	100% dos pedidos de apoio (análise no prazo máximo de 35 dias úteis; decisão no prazo máximo de 60 dias – PDR e MAR2020)	A equipa técnica emitiu parecer sobre 100% das candidaturas analisadas - PDR2020 – 27 candidaturas
	Decidir em sede dos OG sobre os projetos analisados		1. 23/02/2017 – MBF - Reunião do OG - GAL Rural 2. 23/03/2017 – MBF - Reunião do OG - GAL Rural 3. 31/03/2017 – MBF - Consulta escrita OG rural 4. 30/05/2017 – MBF - Consulta escrita OG rural 5. 17/07/2017 – MBF - Consulta escrita OG rural 6. 31/07/2017- MBF - Reunião do OG - GAL Rural 7. 02/11/2017 – MBF - Reunião do OG - GAL Rural 8. 04/12/2017- MBF - Reunião do OG - GAL Rural 9. 17/08/2016 – MBF - Consulta escrita OG rural 10. 18/09/2017 – MBF - Consulta escrita OG rural 11. 10/10/2016 – MBF - Consulta escrita OG rural 12. 11/10/2016 – MBF - Consulta escrita OG rural
	Analisar os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários dos pedidos de apoio aprovados, caso esta função seja delegada no GAL (no caso do apoio FEDER e FSE)	100% dos pedidos de pagamento apresentados (PDR2020 e MAR2020)	A equipa técnica emitiu parecer sobre 8 pedidos de reembolso no valor de 85.322,94 €

5. ACOMPANHAR E MONITORIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DAS EDL 48

A estratégia de monitorização da implementação das EDL e da execução das operações ainda é relativamente incipiente no que se refere à definição de indicadores e análise estatística. Porém, no final de cada ronda de seleção tem sido recorrente a elaboração de um memorando que apresenta os resultados de seleção e uma análise crítica sobre os mesmos bem como com os principais constrangimentos encontrados pelo GAL, nomeadamente, no âmbito da implementação da medida 10. LEADER do PDR 2020.

A estratégia de monitorização incidiu sobretudo no apoio aos beneficiários na fase de apresentação de candidaturas e, posteriormente, em sede de pedido de reembolso (presencialmente, por telefone ou correio eletrónico). Também foram elaborados/atualizados os documentos de apoio e organizadas reuniões e workshops específicos.

No âmbito das análises dos pedidos de reembolso foram realizadas visitas de monitorização *in situ* a alguns dos projetos aprovados e a informação recolhida será alvo de tratamento estatístico, de forma a avaliar a execução da EDL e cumprimento das metas estabelecidas.

Os resultados de cada concurso foram divulgados na página internet em particular o nome do beneficiário e operação, valor elegível, valor e taxa de financiamento, concelho/freguesia e classificação hierarquizada.

Também todos os eventos / iniciativas organizadas pela A2S foram avaliadas pelos participantes tendo sido produzidos e divulgados os resultados de tais avaliações.

Implementar uma estratégia de monitorização e avaliação da estratégia de desenvolvimento local

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
janeiro - dezembro	Disponibilizar apoio telefónico, presencial, por correio eletrónico e por ofício	100% dos pedidos	Durante o ano de 2017 a equipa técnica disponibilizou apoio telefónico e por escrito a todos os potenciais promotores que contactaram com a A2S tendo realizado 150 atendimentos presenciais.
	Elaborar, atualizar e disponibilizar documentos de apoio para os promotores. (ex.: FAQ, manuais de apoio, guias do candidato, etc.)	10 FAQ 5 atualizações dos guias já existentes 3 novos guias do candidato	O site da A2S tem um separador exclusivo dedicado às perguntas frequentes que é atualizado regularmente. Foram elaborados e atualizados os guias do candidato (geral e um específico para cada medida com anúncios publicitados). Foram ainda desenvolvidos simuladores da Valia Global da Operação de apoio aos promotores.
	Produzir informação estatística semestral e anual de apoio às atividades de monitorização dos beneficiários, de avaliação da implementação da EDL e do desempenho dos GAL	3 relatórios	Foram elaborados 2 memorandos que refletem uma análise critica das rondas de seleção finalizadas – PDR 2020
	Realizar reuniões de monitorização destinadas aos beneficiários com projetos selecionados após cada concurso	1 reunião 30 dias após a decisão final de aprovação, a 25% dos projetos decididos	Tendo em conta os atrasos na implementação das operações não foi realizada uma reunião geral de monitorização tendo-se substituído por reuniões bilaterais com os promotores.

	Realizar visitas de monitorização *in situ* aos promotores selecionados	1 visita in situ/projeto	21/12/2017 – Sto. Isidoro – Verificação Física no Local – projeto 10211
	Criar parcerias institucionais com instituições de ensino superior com vista à realização de atividades de monitorização e avaliação de resultados (autoavaliação, avaliação interna e avaliação externa)	1 parceria com uma entidade	Devido aos atrasos na execução das operações não existiu durante o ano de 2017 informação disponível que consubstancie um processo de avaliação.
	Observar e recolher regularmente informação sobre os indicadores definidos	Relatório semestral	A equipa técnica produz relatórios trimestrais com informação relativa à execução da EDL.
	Elaborar um relatório anual de avaliação de resultados	Relatório anual	1 relatório anual a enviar à AG do PDR 2020

6. DINAMIZAR AÇÕES DE COOPERAÇÃO

Apesar de ser intenção da A2S envolver-se em projetos de cooperação nacional e transnacional nas áreas temáticas definidas nas EDL, a regulamentação específica para este tipo de projetos foi disponibilizada em 15 de dezembro de 2017 não tendo sido possível corporizar qualquer candidatura.

Contudo, convém salientar que a A2S já se encontra informalmente envolvida em dois projetos de cooperação, um nacional relacionado com as cadeias curtas de comercialização e um internacional relacionados com a promoção dos produtos locais de qualidade.

Dinamizar ações de cooperação para dar resposta a desafios comuns e à transferência de boas práticas e de conhecimento

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
janeiro-dezembro	Iniciar um projeto de cooperação nacional ou transnacional	1 candidatura submetida	Devido aos atrasos na execução das operações estas atividades foram adiadas para o ano 2018.

7. PARTICIPAR EM REDES, FORÚNS, PLATAFORMAS E GRUPOS DE TRABALHO

A equipa técnica da A2S participou nas redes, fóruns e plataformas em que está envolvida. Destaca-se a participação nas atividades da Federação Minha Terra, em particular no seio da Direção, da qual é membro, das Redes Rurais Nacional e Europeia, da FARNET, da ELARD e da plataforma de GAL Pesca.

A A2S participou ainda em Grupos de Trabalho temáticos relevantes, nomeadamente os que estão orientados para a plena operacionalização do instrumento DLBC.

Promover e organizar seminários, colóquios e conferências nas áreas de atuação

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
Janeiro - Dezembro	Participar nas Assembleias-Gerais, Reuniões de Direção, Reuniões de Coordenadores e grupos de trabalho promovidos pela Federação Minha Terra	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das iniciativas da FMT	1. 03/04/2017 – Monchique - Assembleia-Geral da FMT 2. 04/04/2017 – Monchique - Reunião de Coordenadores 3. 30/06/2017 – Cuba – - Assembleia-Geral da FMT 4. 01/07/2017 – Cuba - Reunião de Coordenadores 5. 24/10/2017 – Pedrógão Grande - Assembleia-Geral da FMT 6. 25/10/2017 – Pedrógão Grande - Reunião de Coordenadores 7. 19/12/2017 – Bragança - Assembleia Geral da FMT 8. 20/12/2017 – Bragança - Reunião de Coordenadores
	Participar nas iniciativas e Grupos de Trabalho promovidos pela Rede Rural Nacional	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das iniciativas da RRN	19/01/2017 – Lisboa - Reunião do Grupo dos CCA 30/03/2017 – Azueira - Workshop capacitação CCA - REDE RURAL
	Participar nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do MAR2020	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das iniciativas da CA	1. 13/02/2017 – Lisboa - Comissão de Acompanhamento do MAR 2020
	Participar nas reuniões da plataforma dos GAL pesca	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% reuniões	2. 16/11/2017 – Sesimbra - Fórum *Mare Nostrum*
	Participar nas iniciativas da Rede Rural Europeia, ELARD consideradas adequadas	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das atividades, desde que financiadas (transportes e alojamento) pelas entidades europeias	1. 13/09/2017 – Lituânia - Participação na Conferência *Networking Works* 2. 08/11/2017 – Hungria - 3º seminário DLBC - "Capitalizando as experiências do DLBC - Construindo comunidades locais resilientes"
	Participar nas iniciativas promovidas pela FARNET		1. 21/03/2017 – Letónia - Seminário FARNET 2. 20/11/2017 – Alemanha - Seminário FARNET
	Participar em outros Grupos de Trabalho considerados pertinentes	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das ações de outros GT	1. 14/03/2017 – Évora - Sessão de Lançamento SI2E 2. 13/06/2017 – Santarém - Participação no colóquio - Produtos locais 3. 27/10/2017 – Góis - Participação no Tourism UP - Góis 4. 11/11/2017 – Oeiras - Agrisummit 5. 17/11/2017 – Loures - Participação no AGRO Up

8. DIVERSIFICAR AS ATIVIDADES E AS FONTES DE FINANCIAMENTO

De forma a potenciar o cumprimento dos objetivos das EDL e a contribuir para a sustentabilidade financeira da A2S foi previsto em plano de atividades o desenvolvimento de projetos próprios ou em parceria com outras entidades, financiados pelos fundos estruturais e promover a prestação de serviços em áreas como a formação ou a consultoria.

O cumprimento deste objetivo ficou aquém do esperado dado que os recursos disponíveis (humanos e financeiros) foram insuficientes para diversificar as atividades e as fontes de financiamento de acordo com o previsto.

Contudo, foi possível iniciar algumas das atividades previstas. A A2S encetou contactos com a Escola Técnica e Profissional de Mafra para acolher estágios curriculares dos seus alunos de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade. No ano de 2017 não se concretizou o acolhimento de estagiários, mas já está acordado o acolhimento de um estagiário a partir de abril de 2018.

Também as atividades de *fundraising* estiveram dependentes de avisos de abertura de concursos relevantes e enquadráveis nas atribuições da A2S, o que não se verificou em 2017.

O projeto Ouriceira Mar submetido em setembro de 2016 foi aprovado em julho de 2017. Na sequência da aprovação do projeto e considerando que a A2S não dispõe dos recursos necessários para assegurar o financiamento da componente não financiada do investimento, foi solicitado à AG do MAR 2020 a alteração da titularidade do projeto para a Câmara Municipal de Mafra. A A2S continuará responsável por assegurar o desenvolvimento das atividades relacionadas com a promoção do projeto junto dos atores locais relevantes.

Relativamente ao processo de certificação enquanto entidade formadora certificada pela DGERT deu-se início à pesquisa sobre as regras e critérios necessários para tal. A certificação da entidade formadora é um reconhecimento global da capacidade da entidade executar formação, concedido por áreas de educação e formação nas quais desenvolve a sua oferta formativa. Não sendo o seu âmbito, não possuindo CAE adequado para a prestação de serviços de formação e sendo necessário assumir um conjunto de responsabilidades e obrigações para com os formandos, formadores, clientes e outros agentes envolvidos optou-se por suspender esta intenção até que a A2S disponha dos recursos e competências necessários ao processo de certificação enquanto entidade formadora.

Também ficou "congelada" a intenção de prestar serviços de consultoria na elaboração de projetos de investimento pois não houve qualquer manifestação de interesse por parte de potenciais beneficiários.

Contribuir para a captação de outros financiamentos externos de modo a complementar a implementação da EDL e a dar resposta às restantes atribuições previstos nos estatutos da A2S

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
Janeiro - Dezembro	Receber alunos universitários para estágio curricular	1 estágio curricular	N/A
	Promover projetos próprios a fundos comunitários e ou internacionais para fazer face às necessidades identificadas nas análises SWOT das EDL	1 candidatura apresentada	N/A
	Implementar projetos próprios através de fundos comunitários	1 projeto – Rede Ouriceira MAR (caso venha a ser aprovado)	O projeto Ouriceira Mar encontra-se em implementação, mas a titularidade será alterada para a Câmara Municipal de Mafra pelo que a A2S terá intervenção na implementação da segunda fase do projeto.
	Efetuar a certificação enquanto entidade formadora certificada pela DGERT	1 Certificação 1 ação de formação	N/A
	Prestar consultoria na elaboração de projetos de investimento	1 prestação de serviços de consultoria	N/A

9. PROMOVER, PARTICIPAR E ORGANIZAR EVENTOS

A A2S participou ativamente em seis eventos de caráter local, regional e nacional. Para tal fez-se representar com *stands* institucionais de modo a promover a sua atividade, a região saloia e os produtos e produtores locais.

A A2S organizou uma conferência temática intitulada "À volta do vinho: Enoturismo à Prova". com testemunhos de importantes académicos e profissionais com experiência reconhecida na estruturação, comunicação e comercialização de produtos enoturísticos.

Esta iniciativa decorreu no dia 15 de novembro, na Adega Regional de Colares e contou com cerca de 100 participantes sobretudo ligados à vitivinicultura animação turística e alojamento.

> *"Trabalhar em rede, melhorar a qualificação dos recursos humanos e a promoção foram algumas das soluções apontadas para afirmar a região saloia como um verdadeiro destino enoturístico."*

Promover, participar e organizar eventos destinados aos atores locais e participar em iniciativas organizadas por outrem

Data	Ações	Indicador de medida	Realizações
Maio-outubro	Participar em iniciativas relevantes no âmbito das atribuições da A2S (seminários, colóquios, feiras, exposições, conferências)	1 iniciativa	30/05/2017 – Bucelas – Mostra do Arinto e Sabores Saloios 16/06/2017 – Santarém - Participação na Feira Nacional da Agricultura 30/06/2017 – Cuba - Participação na CUBALEADER 07/07/2017 – Mafra - Festival do Pão 15/09/2017 – MBF - Open Day 2017 04/10/2017 – Lousa - Feira do emprego e empreendedorismo em Lousa
novembro	Organizar e participar em iniciativas e eventos com vista à promoção e divulgação do território	1 conferência temática	15/11/2017 – Colares - Conferência À volta do Vinho - Enoturismo à Prova

DLBC COSTEIRO

Prioridade de Investimento a mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de realização	2018	Indicador de resultado	2023	PROJETOS SELECIONADOS ATE 2017
Desenvolvimento Sustentável das zonas de pesca e de aquicultura	**FEAMP**	Reforço da competitividade da pesca Cadeias curtas e mercados locais Promoção de produtos locais de qualidade Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos Inovação em espaço marítimo Qualificação escolar e profissional relacionada com o meio aquático	N/A	N/A	Emprego criado	19	N/A
SUBTOTAL						**19**	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	**FEDER**	09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Empresas que beneficiam de apoio	7	Postos de trabalho criados	0	N/A
SUBTOTAL				**7**		**0**	
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	**FSE**	09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autoemprego	19	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	50	N/A
SUBTOTAL				**19**		**50**	
TOTAL				**26**		**69**	

CUMPRIMENTO DE METAS

Relativamente ao cumprimento das metas previstas na Estratégia de Desenvolvimento Local importa referir que apenas no ano de 2018 será possível analisar os resultados. Porém, no ano de 2017 já foi possível atingir algumas das metas previstas para 2018, nomeadamente ao nível da implementação da medida 10 Leader do PDR2020.

DLBC RURAL

Prioridade de Investimento a mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de realização	META 2018	PROJETOS SELECIONADOS ATE 2017	Indicador de resultado	META 2018	POSTOS DE TRABALHO APOIADOS
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	13	16	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0
		Pequenos investimentos na transformação e comercialização		3	7		14	21,5
		Diversificação de atividades na exploração		4	4		7	5
		Cadeias curtas e mercados locais		1	0		4	0
		Promoção de produtos de qualidade locais		1	0		2	0
		Renovação de aldeias		0	0		1	0
SUBTOTAL				22	27		28	26,5
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	FEDER	09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Empresas que beneficiam de apoio	18	0	Postos de trabalho criados	0	0
SUBTOTAL				18	0		0	0
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	FSE	26	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autoemprego	26	0	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem12 meses após o fim do apoio	50	0
SUBTOTAL				26	0		0	0
TOTAL				66	27		28	26,5

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	544,311.58	550,723.33	6,411.75 C
688	Outros Gastos e Perd	0.00	0.00	0.00	1,515.87	1,515.87	0.00
6883	Quotizacoes	0.00	0.00	0.00	1,500.00	1,500.00	0.00
68831	Quotizacoes-Patronai	0.00	0.00	0.00	1,500.00	1,500.00	0.00
6888	Outros nao Especific	0.00	0.00	0.00	15.87	15.87	0.00
68888	Outr.Gastos.Perd.N/E	0.00	0.00	0.00	15.87	15.87	0.00
69	GASTOS E PERDAS DE F	0.00	0.00	0.00	650.88	650.88	0.00
698	Outr.Gastos/Perdas d	0.00	0.00	0.00	650.88	650.88	0.00
6988	Outros	0.00	0.00	0.00	650.88	650.88	0.00
69881	Servicos Bancarios	0.00	0.00	0.00	26.00	26.00	0.00
698811	Servicos Bancarios c	0.00	0.00	0.00	26.00	26.00	0.00
69882	Garantias Bancarias	0.00	0.00	0.00	624.88	624.88	0.00
	Total da Classe 6	0.00	0.00	0.00	159,177.88	159,177.88	0.00
72	PRESTACOES DE SERVIC	0.00	0.00	0.00	15,000.00	15,000.00	0.00
722	Quotizacoes e Joias	0.00	0.00	0.00	15,000.00	15,000.00	0.00
7221	Quotizacoes e Joias-	0.00	0.00	0.00	15,000.00	15,000.00	0.00
722115	Quotizacoes e Joias-	0.00	0.00	0.00	15,000.00	15,000.00	0.00
75	SUBSIDIOS,DOACOES E	0.00	0.00	0.00	137,077.51	137,077.51	0.00
751	Subsidios das Entida	0.00	0.00	0.00	137,077.51	137,077.51	0.00
7511	PDR-2020	0.00	0.00	0.00	137,077.51	137,077.51	0.00
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0.00	0.00	0.00	0.27	0.27	0.00
788	Outros Rendim. E Gan	0.00	0.00	0.00	0.27	0.27	0.00
7888	Outros nao Especific	0.00	0.00	0.00	0.27	0.27	0.00
78888	Outros n/Especificad	0.00	0.00	0.00	0.27	0.27	0.00
79	JUROS,DIVIDENDOS,OUT	0.00	0.00	0.00	2.00	2.00	0.00
791	Juros Obtidos	0.00	0.00	0.00	2.00	2.00	0.00
7911	De Depositos	0.00	0.00	0.00	2.00	2.00	0.00
	Total da Classe 7	0.00	0.00	0.00	152,079.78	152,079.78	0.00
81	RESULTADO LIQUIDO DO	6,411.75	6,411.75	0.00	221,096.38	214,684.63	6,411.75 D
811	Resultado Antes de I	0.00	6,411.75	6,411.75 C	158,491.53	158,491.53	0.00
818	Resultado Liquido	6,411.75	0.00	6,411.75 D	62,604.85	56,193.10	6,411.75 D
	Total da Classe 8	6,411.75	6,411.75	0.00	221,096.38	214,684.63	6,411.75 D
	>>Total	6,411.75	6,411.75	0.00	919,654.49	919,654.49	0.00

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	519,209.75	525,621.50	6,411.75 C
635217	Fundos Compens.Garan	0.00	0.00	0.00	23.76	23.76	0.00
6352172	Fundo Garantia Compe	0.00	0.00	0.00	23.76	23.76	0.00
635219	Enc.C/Fer-Reg.Aum.Cu	0.00	0.00	0.00	1,255.55	1,255.55	0.00
63522	Producao	0.00	0.00	0.00	14,301.99	14,301.99	0.00
635221	Taxa Social Unica -P	0.00	0.00	0.00	12,556.10	12,556.10	0.00
635227	Fundos Compens.Garan	0.00	0.00	0.00	41.94	41.94	0.00
6352272	Fundo Garantia Compe	0.00	0.00	0.00	41.94	41.94	0.00
635229	Enc.C/Fer-Reg.Aum.Cu	0.00	0.00	0.00	1,703.95	1,703.95	0.00
636	Seguros Ac.Trabalho	0.00	0.00	0.00	888.22	888.22	0.00
6362	Pessoal	0.00	0.00	0.00	888.22	888.22	0.00
63621	Escritorio	0.00	0.00	0.00	274.70	274.70	0.00
636211	Seguro Ac.Trabalho-E	0.00	0.00	0.00	274.70	274.70	0.00
63622	Producao	0.00	0.00	0.00	613.52	613.52	0.00
636221	Seguro Ac.Trabalho-P	0.00	0.00	0.00	613.52	613.52	0.00
638	Outros Gastos com o	0.00	0.00	0.00	140.00	140.00	0.00
6382	Pessoal	0.00	0.00	0.00	140.00	140.00	0.00
63821	Escritorio	0.00	0.00	0.00	140.00	140.00	0.00
638213	Isentos de Iva	0.00	0.00	0.00	140.00	140.00	0.00
63821302	Form.Tecnica-Isentos	0.00	0.00	0.00	140.00	140.00	0.00
64	GASTOS DE DEPRECIAC.	0.00	0.00	0.00	8,349.14	8,349.14	0.00
642	Activos Fixos Tangiv	0.00	0.00	0.00	7,755.97	7,755.97	0.00
6424	Equipamento de Trans	0.00	0.00	0.00	5,959.36	5,959.36	0.00
64241	Equipam.Transp.-Lige	0.00	0.00	0.00	5,959.36	5,959.36	0.00
642411	Equip.Transp.-Ligeir	0.00	0.00	0.00	5,959.36	5,959.36	0.00
6424111	Equip.Transp-Ligeiro	0.00	0.00	0.00	5,959.36	5,959.36	0.00
64241111	Viaturas ate 24.999,	0.00	0.00	0.00	5,959.36	5,959.36	0.00
6425	Equipamento Administ	0.00	0.00	0.00	1,796.61	1,796.61	0.00
64253	Maquinas de Escritor	0.00	0.00	0.00	1,796.61	1,796.61	0.00
642531	Maquinas de Escritor	0.00	0.00	0.00	1,796.61	1,796.61	0.00
643	Activos Intangiveis	0.00	0.00	0.00	593.17	593.17	0.00
6433	Programas de Computa	0.00	0.00	0.00	593.17	593.17	0.00
68	OUTROS GASTOS E PERD	0.00	0.00	0.00	1,659.04	1,659.04	0.00
681	Impostos	0.00	0.00	0.00	143.17	143.17	0.00
6812	Impostos Indirectos	0.00	0.00	0.00	143.17	143.17	0.00
68124	Imposto Unico Circul	0.00	0.00	0.00	143.17	143.17	0.00
681241	IUC-Lig.Passag-TribA	0.00	0.00	0.00	143.17	143.17	0.00
6812411	Viaturas ate 24.999,	0.00	0.00	0.00	143.17	143.17	0.00
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	544,311.58	550,723.33	6,411.75 C

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	398,667.23	405,078.98	6,411.75 C
626132	Portagens e Parqueam	0.00	0.00	0.00	1,040.30	1,040.30	0.00
6261329	Portag.Parqueam.S/De	0.00	0.00	0.00	1,040.30	1,040.30	0.00
626133	Outras Rendas N/Espe	0.00	0.00	0.00	159.78	159.78	0.00
6261339	Outras Rendas S/Dedu	0.00	0.00	0.00	159.78	159.78	0.00
6262	Comunicacao	0.00	0.00	0.00	29.79	29.79	0.00
62621	Correio	0.00	0.00	0.00	29.79	29.79	0.00
626216	Correio-Isento Arto.	0.00	0.00	0.00	29.79	29.79	0.00
6263	Seguros	0.00	0.00	0.00	649.30	649.30	0.00
626301	Seguros Automovel	0.00	0.00	0.00	567.48	567.48	0.00
6263013	Seguros-Automovel-Ou	0.00	0.00	0.00	567.48	567.48	0.00
626305	Seguros-Multirriscos	0.00	0.00	0.00	81.82	81.82	0.00
6267	Limpeza, Higiene e C	0.00	0.00	0.00	33.75	33.75	0.00
62679	Limpeza Higiene Conf	0.00	0.00	0.00	33.75	33.75	0.00
63	GASTOS COM O PESSOAL	0.00	0.00	0.00	135,239.12	135,239.12	0.00
631	Remuneracoes dos Org	0.00	0.00	0.00	87.85	87.85	0.00
63140	Ajudas de Custo-Gere	0.00	0.00	0.00	87.85	87.85	0.00
631401	Ajudas Custo-Gerenc-	0.00	0.00	0.00	87.85	87.85	0.00
632	Remuneracoes do Pess	0.00	0.00	0.00	110,289.48	110,289.48	0.00
6321	Escritorio	0.00	0.00	0.00	44,019.95	44,019.95	0.00
632101	Remuneracoes Normais	0.00	0.00	0.00	31,719.12	31,719.12	0.00
632102	Subsidios Ferias-Esc	0.00	0.00	0.00	2,643.26	2,643.26	0.00
632103	Subsidios Natal-Escr	0.00	0.00	0.00	2,643.26	2,643.26	0.00
632104	Ajudas de Custo-Escr	0.00	0.00	0.00	796.67	796.67	0.00
6321041	Ajudas Custo-Escrit-	0.00	0.00	0.00	796.67	796.67	0.00
632106	Subsid.Alimentacao-E	0.00	0.00	0.00	931.12	931.12	0.00
632120	Fer.Sub.Fer.-Reg.Aum	0.00	0.00	0.00	5,286.52	5,286.52	0.00
6322	Producao	0.00	0.00	0.00	66,269.53	66,269.53	0.00
632201	Remuneracoes Normais	0.00	0.00	0.00	48,215.49	48,215.49	0.00
632202	Subsidios Ferias-Pro	0.00	0.00	0.00	3,947.72	3,947.72	0.00
632203	Subsidios Natal-Prod	0.00	0.00	0.00	4,142.24	4,142.24	0.00
632204	Ajudas de Custo-Prod	0.00	0.00	0.00	669.66	669.66	0.00
6322041	Ajudas Custo-Produc-	0.00	0.00	0.00	669.66	669.66	0.00
632206	Subsid.Alimentacao-P	0.00	0.00	0.00	2,119.88	2,119.88	0.00
632220	Fer.Sub.Fer.-Reg.Aum	0.00	0.00	0.00	7,174.54	7,174.54	0.00
635	Encargos s/Remunerac	0.00	0.00	0.00	23,833.57	23,833.57	0.00
6352	Pessoal	0.00	0.00	0.00	23,833.57	23,833.57	0.00
63521	Escritorio	0.00	0.00	0.00	9,531.58	9,531.58	0.00
635211	Taxa Social Unica -E	0.00	0.00	0.00	8,252.27	8,252.27	0.00
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	519,209.75	525,621.50	6,411.75 C

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	379,439.45	337,519.10	41,920.35 D
561	Resultados Transitad	0.00	0.00	0.00	7,861.00	56,193.10	48,332.10 C
	Total da Classe 5	0.00	0.00	0.00	7,861.00	70,593.10	62,732.10 C
62	FORNECIMENTOS E SERV	0.00	0.00	0.00	13,279.70	13,279.70	0.00
622	Servicos Especializa	0.00	0.00	0.00	4,689.25	4,689.25	0.00
6221	Trabalhos Especializ	0.00	0.00	0.00	1,538.73	1,538.73	0.00
62211	Trabalhos Especializ	0.00	0.00	0.00	50.43	50.43	0.00
622119	Trab.Especial. s/Ded	0.00	0.00	0.00	50.43	50.43	0.00
62212	Trab.Especializ.-GES	0.00	0.00	0.00	1,488.30	1,488.30	0.00
622121	Serv.GESTECLA C/Iva	0.00	0.00	0.00	1,488.30	1,488.30	0.00
6222	Publicidade e Propag	0.00	0.00	0.00	2,617.93	2,617.93	0.00
62229	Publicid.Propag. s/D	0.00	0.00	0.00	2,617.93	2,617.93	0.00
6226	Conservacao e Repara	0.00	0.00	0.00	532.59	532.59	0.00
62261	Conservacao e Repara	0.00	0.00	0.00	532.59	532.59	0.00
622611	Conserv.Reparac.C/Iv	0.00	0.00	0.00	6.50	6.50	0.00
622619	Conserv.Reparac.s/De	0.00	0.00	0.00	526.09	526.09	0.00
623	Materiais	0.00	0.00	0.00	722.79	722.79	0.00
6233	Material de Escritor	0.00	0.00	0.00	539.36	539.36	0.00
62331	Mat. Escritorio-C/Iv	0.00	0.00	0.00	115.55	115.55	0.00
62339	Mat.Escritorio s/Ded	0.00	0.00	0.00	423.81	423.81	0.00
6234	Artigos para Oferta	0.00	0.00	0.00	183.43	183.43	0.00
62349	Artigos p/Oferta s/D	0.00	0.00	0.00	183.43	183.43	0.00
624	Energia e Fluidos	0.00	0.00	0.00	1,751.94	1,751.94	0.00
6242	Combustiveis	0.00	0.00	0.00	1,751.94	1,751.94	0.00
62421	Combustiveis-Transpo	0.00	0.00	0.00	1,751.94	1,751.94	0.00
624219	Combustiv-Transp. s/	0.00	0.00	0.00	1,751.94	1,751.94	0.00
625	Deslocacoes, Estadas	0.00	0.00	0.00	1,802.80	1,802.80	0.00
6251	Deslocacoes e Estada	0.00	0.00	0.00	1,802.80	1,802.80	0.00
62512	Deslocacoes,Estadas-	0.00	0.00	0.00	1,664.80	1,664.80	0.00
625121	Desloc.Estadas-Art21	0.00	0.00	0.00	451.00	451.00	0.00
625122	Dsl.Viat.Pr.Art21-Ba	0.00	0.00	0.00	1,213.80	1,213.80	0.00
62514	Deslocacoes e Estada	0.00	0.00	0.00	138.00	138.00	0.00
625142	Desloc.Estadas-UE-To	0.00	0.00	0.00	138.00	138.00	0.00
626	Servicos Diversos	0.00	0.00	0.00	4,312.92	4,312.92	0.00
6261	Rendas e Alugueres	0.00	0.00	0.00	3,600.08	3,600.08	0.00
62613	Outras Rendas	0.00	0.00	0.00	3,600.08	3,600.08	0.00
626131	Rendas Terrenos e Ed	0.00	0.00	0.00	2,400.00	2,400.00	0.00
6261316	Rendas Terr.Edif.Ise	0.00	0.00	0.00	2,400.00	2,400.00	0.00
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	398,667.23	405,078.98	6,411.75 C

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	377,659.76	322,472.68	55,187.08 D
44	ACTIVOS INTANGIVEIS	0.00	0.00	0.00	1,779.69	646.42	1,133.27 D
442	Outros Activos Insta	0.00	0.00	0.00	1,779.69	646.42	1,133.27 D
4423	Programas de Computa	0.00	0.00	0.00	1,779.69	0.00	1,779.69 D
44231	Progr.Computador-N/R	0.00	0.00	0.00	1,779.69	0.00	1,779.69 D
442311	Progr.Computador-M.N	0.00	0.00	0.00	1,779.69	0.00	1,779.69 D
4423119	Progr.Computador MN-	0.00	0.00	0.00	1,779.69	0.00	1,779.69 D
4428	Amortizacoes Acumula	0.00	0.00	0.00	0.00	646.42	646.42 C
44283	Amortiz.Acuml-Progr.	0.00	0.00	0.00	0.00	646.42	646.42 C
	Total da Classe 4	0.00	0.00	0.00	32,658.37	16,158.36	16,500.01 D
51	FUNDOS	0.00	0.00	0.00	0.00	14,400.00	14,400.00 C
511	FUNDAD.ASSOCIAD.MENB	0.00	0.00	0.00	0.00	14,400.00	14,400.00 C
5111	ENTIDADES PUBLICAS	0.00	0.00	0.00	0.00	3,600.00	3,600.00 C
5111018	MUNICIPIO DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5111019	MUNICIPIO DE MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5111020	MUNICIPIO DE SINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5112	ENTIDADES PRIVADAS	0.00	0.00	0.00	0.00	10,800.00	10,800.00 C
5112001	ADEGA COOP. AZUEIRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112002	ADEGA REG DE COLARES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112003	ASS.DE AGRIC.C.MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112004	ASS.BENEF.DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112005	ACISM-ASSOC.COM.I.S.	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112006	ASS.P.F.T.R.COLARES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112007	ASSOC.E.C.S.C.LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112008	ASSOC.E.C.SINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112009	CCAM LOURES SINTRA E	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112010	CCAM MAFRA CRL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112011	CENINTEL-CENTRO I.F.	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112012	CENTRO S.P.SAO JOAO	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112013	CENTRO S.P.SAO PEDRO	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112014	COMSS.VITIV.R.LISBOA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112015	COOP.AGRIC.DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112016	FRUTOESTE-COOP.A.H.O	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112017	MARL-MERC.A.R.LISBOA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112021	SANTA C.M.MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
56	RESULTADOS TRANSITAD	0.00	0.00	0.00	7,861.00	56,193.10	48,332.10 C
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	379,439.45	337,519.10	41,920.35 D

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	345,968.06	305,396.73	40,571.33 D
2722026	Enc.C/Fer.-Out.Secto	0.00	0.00	0.00	0.00	1,255.55	1,255.55 C
278	Outros Devedores e C	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
2781	Devedores Diversos	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
27811	Deved.P/Valores em C	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
278110050	MUNICIPIO MAFRA Cauc	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
28	DIFERIMENTOS	0.00	0.00	0.00	613.02	308.46	304.56 D
281	Gastos a Reconhecer	0.00	0.00	0.00	613.02	308.46	304.56 D
2814	Gastos a Reconhecer-	0.00	0.00	0.00	613.02	308.46	304.56 D
281463013	Seguros-Automovel-Ou	0.00	0.00	0.00	596.78	308.46	288.32 D
2814636	Seguros Ac.Trabalho	0.00	0.00	0.00	16.24	0.00	16.24 D
	Total da Classe 2	0.00	0.00	0.00	154,307.00	168,899.28	14,592.28 C
41	INVESTIMENTOS FINANC	0.00	0.00	0.00	1,565.77	0.00	1,565.77 D
415	Outros Investimentos	0.00	0.00	0.00	1,565.77	0.00	1,565.77 D
4158	Outros	0.00	0.00	0.00	1,565.77	0.00	1,565.77 D
41584	Fundos	0.00	0.00	0.00	1,565.77	0.00	1,565.77 D
415841	Fundo Compensacao do	0.00	0.00	0.00	1,565.77	0.00	1,565.77 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGIV	0.00	0.00	0.00	29,312.91	15,511.94	13,800.97 D
433	Outros Ativos Fxos T	0.00	0.00	0.00	29,312.91	15,511.94	13,800.97 D
4334	Equipamento de Trans	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
43341	Equip.Transporte Lig	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
433411	Eqip.Transp.Lig-N/Re	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
4334111	Eq.Transporte-Ligeir	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
43341119	Eq.Transp.Lig.MN-F/I	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
4335	Equipamento Administ	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
43353	Maquinas Escritorio	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
433531	Maq.Escritorio-N/Rea	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
4335311	Maquinas Escritorio-	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
43353119	Mq.Escritorio MN-F/I	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
4338	Depreciacoes Acumula	0.00	0.00	0.00	0.00	15,511.94	15,511.94 C
43384	Equipamento de Trans	0.00	0.00	0.00	0.00	11,918.72	11,918.72 C
433841	Equipam.Transp.-Lige	0.00	0.00	0.00	0.00	11,918.72	11,918.72 C
4338411	Equipam.Transp.-Lige	0.00	0.00	0.00	0.00	11,918.72	11,918.72 C
43385	Equipamento Administ	0.00	0.00	0.00	0.00	3,593.22	3,593.22 C
433853	Maquinas de Escritor	0.00	0.00	0.00	0.00	3,593.22	3,593.22 C
4338531	Maquinas de Escritor	0.00	0.00	0.00	0.00	3,593.22	3,593.22 C
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	377,659.76	322,472.68	55,187.08 D

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	225,261.94	166,918.32	58,343.62 D
221110060	NUMBER 9 COMUNICAÇÃO	0.00	0.00	0.00	20.42	20.42	0.00
221110061	JOSE LUIS PALMA LOPE	0.00	0.00	0.00	50.00	50.00	0.00
221110062	CC-PORTUGAL - CÂMARA	0.00	0.00	0.00	140.00	140.00	0.00
221110063	Jose Luis de Jesus d	0.00	0.00	0.00	50.00	50.00	0.00
221110064	ADEGA REGIONAL DE CO	0.00	0.00	0.00	133.43	133.43	0.00
221110065	ENCANTOS & EMOÇÕES -	0.00	0.00	0.00	40.00	40.00	0.00
221110066	ELISABETE RAIMUNDO -	0.00	0.00	0.00	70.00	70.00	0.00
23	PESSOAL	0.00	0.00	0.00	65,823.12	65,823.12	0.00
231	Remuneracoes a Pagar	0.00	0.00	0.00	65,823.12	65,823.12	0.00
2312	Remun. A Pagar-Ao Pe	0.00	0.00	0.00	65,823.12	65,823.12	0.00
24	ESTADO E OUTROS ENTE	0.00	0.00	0.00	54,294.14	57,901.42	3,607.28 C
241	Imposto Sobre o Rend	0.00	0.00	0.00	0.50	0.00	0.50 D
2412	Retencoes Efe.P/Terc	0.00	0.00	0.00	0.50	0.00	0.50 D
24121	Rendimentos de Capit	0.00	0.00	0.00	0.50	0.00	0.50 D
241211	Depositos e Aplic.Si	0.00	0.00	0.00	0.50	0.00	0.50 D
242	Retencao Impostos So	0.00	0.00	0.00	22,363.00	23,815.00	1,452.00 C
2421	Trabalho Dependente	0.00	0.00	0.00	22,363.00	23,815.00	1,452.00 C
2421101	Trabalho Dependente	0.00	0.00	0.00	22,057.00	23,509.00	1,452.00 C
2421102	Trab.Dependente-Sobr	0.00	0.00	0.00	306.00	306.00	0.00
245	Contribuicoes p/ a S	0.00	0.00	0.00	31,072.62	33,147.39	2,074.77 C
247	Fundos Compens.Garan	0.00	0.00	0.00	858.02	939.03	81.01 C
2471	Fundo Compensacao do	0.00	0.00	0.00	793.72	868.66	74.94 C
2472	Fundo Garantia e Com	0.00	0.00	0.00	64.30	70.37	6.07 C
26	FUNDADORES PATR.DOAD	0.00	0.00	0.00	85.01	85.01	0.00
261	Fundad.,Associad.Mem	0.00	0.00	0.00	45.70	45.70	0.00
2619	Outras Entidades	0.00	0.00	0.00	45.70	45.70	0.00
266	Financ.Conced.-Funda	0.00	0.00	0.00	39.31	39.31	0.00
2663002	Jose Diogo	0.00	0.00	0.00	39.31	39.31	0.00
27	OUTR.CONTAS A RECEBE	0.00	0.00	0.00	200.00	15,420.56	15,220.56 C
272	Deved/Credor.p/Acres	0.00	0.00	0.00	0.00	15,420.56	15,420.56 C
2722	Credores por Acresci	0.00	0.00	0.00	0.00	15,420.56	15,420.56 C
272202	Remuneracoes a Liqui	0.00	0.00	0.00	0.00	15,420.56	15,420.56 C
2722023	Fer.S.Fer.-Producao	0.00	0.00	0.00	0.00	7,174.54	7,174.54 C
2722024	Enc.C/Ferias-Produca	0.00	0.00	0.00	0.00	1,703.95	1,703.95 C
2722025	Fer.S.Fer.-Out.Secto	0.00	0.00	0.00	0.00	5,286.52	5,286.52 C
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	345,968.06	305,396.73	40,571.33 D

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	208,974.08	150,061.46	58,912.62 D
2211	Fornecedores Gerais	0.00	0.00	0.00	16,791.71	17,360.71	569.00 C
22111	Fornecedores-C/C-Nac	0.00	0.00	0.00	16,791.71	17,360.71	569.00 C
221110001	Gestecla - Gab.Tec.F	0.00	0.00	0.00	1,273.05	1,642.05	369.00 C
221110004	CTT . SA	0.00	0.00	0.00	29.79	29.79	0.00
221110008	AMADO PATROCINIO NET	0.00	0.00	0.00	36.90	36.90	0.00
221110009	DATAEME ACESSORIOS P	0.00	0.00	0.00	159.78	159.78	0.00
221110010	MONDE VISIONNAIRE SA	0.00	0.00	0.00	418.20	418.20	0.00
221110012	O CARRILHAO	0.00	0.00	0.00	110.70	110.70	0.00
221110014	AMENWORLD SERVIÇOS I	0.00	0.00	0.00	50.43	50.43	0.00
221110016	LIBERTY SEGUROS SA	0.00	0.00	0.00	986.28	986.28	0.00
221110017	MINHA TERRA	0.00	0.00	0.00	1,500.00	1,500.00	0.00
221110020	FICCOES MEDIA, LDA.	0.00	0.00	0.00	233.70	233.70	0.00
221110023	VIAGENS ABREU SA	0.00	0.00	0.00	1,048.26	1,048.26	0.00
221110024	XANAUTO COMERCIO VEI	0.00	0.00	0.00	487.20	487.20	0.00
221110025	FIDELIDADE - COMPANH	0.00	0.00	0.00	602.41	602.41	0.00
221110029	VIA VERDE PORTUGAL -	0.00	0.00	0.00	1,024.40	1,024.40	0.00
221110032	CENINTEL CENTRO DE I	0.00	0.00	0.00	112.50	112.50	0.00
221110033	AUCHAN PORTUGAL SA	0.00	0.00	0.00	320.29	320.29	0.00
221110036	SODIMAFRA LDA	0.00	0.00	0.00	766.43	766.43	0.00
221110037	PETROCONDE - COMBUST	0.00	0.00	0.00	168.62	168.62	0.00
221110038	GESPOST - GESTÃO E A	0.00	0.00	0.00	304.09	304.09	0.00
221110042	RUI MEGA AUTO COMERC	0.00	0.00	0.00	24.00	24.00	0.00
221110043	AUTOMAFRA PNEUS ACES	0.00	0.00	0.00	56.73	56.73	0.00
221110044	GALPGESTE GESTÃO DE	0.00	0.00	0.00	124.55	124.55	0.00
221110045	PMPR UNIPESSOAL LDA	0.00	0.00	0.00	40.04	40.04	0.00
221110046	STAPLES PORTUGAL - E	0.00	0.00	0.00	75.71	75.71	0.00
221110047	PNEUVITA COMERCIO E	0.00	0.00	0.00	20.00	20.00	0.00
221110048	UNIVERSIDADE CATOLIC	0.00	0.00	0.00	2.30	2.30	0.00
221110049	SOC DAS TERMAS DE MO	0.00	0.00	0.00	80.00	80.00	0.00
221110050	MUNICIPIO DE MAFRA	0.00	0.00	0.00	2,400.00	2,600.00	200.00 C
221110051	ANA RITA SANTOS UNIP	0.00	0.00	0.00	966.78	966.78	0.00
221110052	POSTER DIGITAL IMPRE	0.00	0.00	0.00	364.20	364.20	0.00
221110053	BELTRÃO COELHO - SIS	0.00	0.00	0.00	288.34	288.34	0.00
221110054	ALGORITMO ATIVO LDA	0.00	0.00	0.00	1,619.91	1,619.91	0.00
221110055	KSR BRINDES PUBLICIT	0.00	0.00	0.00	503.93	503.93	0.00
221110056	CAIZHU WANG	0.00	0.00	0.00	13.50	13.50	0.00
221110057	RUI BELCHIOR POMBO D	0.00	0.00	0.00	11.30	11.30	0.00
221110058	BRICODIS DISTRIBUIÇÃ	0.00	0.00	0.00	25.39	25.39	0.00
221110059	JUSTINO GOMES BESSA	0.00	0.00	0.00	38.15	38.15	0.00
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	225,261.94	166,918.32	58,343.62 D

55209-A2S-ASSOC.P/DESENV.SUST.REGIAO SALOIA

Balancete Geral Financeira

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Cnt - 31.15.2017 Mes : Final

Conta	Descricao	MES Debito	MES Credito	MES Saldo	ACUMULADO Debito	ACUMULADO Credito	ACUMULADO Saldo
11	CAIXA	0.00	0.00	0.00	2.03	2.03	0.00
111	Caixa Principal	0.00	0.00	0.00	2.03	2.03	0.00
12	DEPOSITOS A ORDEM	0.00	0.00	0.00	192,472.05	138,059.43	54,412.62 D
1252	Cx.Cred.Agricola de	0.00	0.00	0.00	192,472.05	138,059.43	54,412.62 D
12521	CCAM Mafra 13218001	0.00	0.00	0.00	192,472.05	138,059.43	54,412.62 D
	Total da Classe 1	0.00	0.00	0.00	192,474.08	138,061.46	54,412.62 D
21	CLIENTES E UTENTES	0.00	0.00	0.00	16,500.00	12,000.00	4,500.00 D
211	Clientes e Utentes C	0.00	0.00	0.00	16,500.00	12,000.00	4,500.00 D
2111	Clientes Gerais	0.00	0.00	0.00	16,500.00	12,000.00	4,500.00 D
21111	Clientes-C/C-Movim.G	0.00	0.00	0.00	16,500.00	12,000.00	4,500.00 D
211111	Clientes-C/C-Naciona	0.00	0.00	0.00	16,500.00	12,000.00	4,500.00 D
2111110001	Adega Coop Azueira	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110002	Adega Reg de Colares	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110003	ASSOC.AGRIC.CONC MAF	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00 D
2111110004	ASSOC BENEF DE LOURE	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110005	ASSOC DE COM IND SER	0.00	0.00	0.00	1,200.00	0.00	1,200.00 D
2111110006	AGROCOL- ASOC PROD F	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00 D
2111110007	AECSCLO ASSOC EMP C	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110008	ASSOC EMP CONC SINTR	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110009	CCAMLSL CAIXA C AG M	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110010	CCAMM CAIXA AG MAFRA	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110011	CENINTEL CENTRO INT	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110012	CENTRO S P SAO JOAO	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110013	CENTRO S P SAO PEDRO	0.00	0.00	0.00	900.00	0.00	900.00 D
2111110014	COMISSAO VITIVINICOL	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110015	COOP AG DE LOURES	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110016	FRUTOESTE COOP AGR H	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110017	MARL MERC ABAST REG	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110018	MUNICIPIO DE LOURES	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00
2111110019	MUNICIPIO MAFRA	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00
2111110020	MUNICIPIO DE SINTRA	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00
2111110021	SANTA CASA MISERICOR	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110022	AGROBIO ASSOC PORT A	0.00	0.00	0.00	1,200.00	0.00	1,200.00 D
22	FORNECEDORES	0.00	0.00	0.00	16,791.71	17,360.71	569.00 C
221	Fornecedores C/C	0.00	0.00	0.00	16,791.71	17,360.71	569.00 C
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	208,974.08	150,061.46	58,912.62 D

Licenciado a Gestecla-Gab.Tec.Fiscal.Contab.Lda/Software Sage Portugal

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	68,834.93	45,335.62	23,499.31 D	544,311.58	394,398.55	149,913.03 D
688	Outros Gastos e Perd	0.00	0.00	0.00	1,515.87	0.00	1,515.87 D
6883	Quotizacoes	0.00	0.00	0.00	1,500.00	0.00	1,500.00 D
68831	Quotizacoes-Patronai	0.00	0.00	0.00	1,500.00	0.00	1,500.00 D
6888	Outros nao Especific	0.00	0.00	0.00	15.87	0.00	15.87 D
68888	Outr.Gastos.Perd.N/E	0.00	0.00	0.00	15.87	0.00	15.87 D
69	GASTOS E PERDAS DE F	0.00	0.00	0.00	650.88	0.00	650.88 D
698	Outr.Gastos/Perdas d	0.00	0.00	0.00	650.88	0.00	650.88 D
6988	Outros	0.00	0.00	0.00	650.88	0.00	650.88 D
69881	Servicos Bancarios	0.00	0.00	0.00	26.00	0.00	26.00 D
698811	Servicos Bancarios c	0.00	0.00	0.00	26.00	0.00	26.00 D
69882	Garantias Bancarias	0.00	0.00	0.00	624.88	0.00	624.88 D
	Total da Classe 6	32,562.33	263.24	32,299.09 D	159,177.88	686.35	158,491.53 D
72	PRESTACOES DE SERVIC	0.00	0.00	0.00	0.00	15,000.00	15,000.00 C
722	Quotizacoes e Joias	0.00	0.00	0.00	0.00	15,000.00	15,000.00 C
7221	Quotizacoes e Joias-	0.00	0.00	0.00	0.00	15,000.00	15,000.00 C
722115	Quotizacoes e Joias-	0.00	0.00	0.00	0.00	15,000.00	15,000.00 C
75	SUBSIDIOS,DOACOES E	0.00	23,499.31	23,499.31 C	0.00	137,077.51	137,077.51 C
751	Subsidios das Entida	0.00	23,499.31	23,499.31 C	0.00	137,077.51	137,077.51 C
7511	PDR-2020	0.00	23,499.31	23,499.31 C	0.00	137,077.51	137,077.51 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0.00	0.00	0.00	0.00	0.27	0.27 C
788	Outros Rendim. E Gan	0.00	0.00	0.00	0.00	0.27	0.27 C
7888	Outros nao Especific	0.00	0.00	0.00	0.00	0.27	0.27 C
78888	Outros n/Especificad	0.00	0.00	0.00	0.00	0.27	0.27 C
79	JUROS,DIVIDENDOS,OUT	0.00	0.00	0.00	0.00	2.00	2.00 C
791	Juros Obtidos	0.00	0.00	0.00	0.00	2.00	2.00 C
7911	De Depositos	0.00	0.00	0.00	0.00	2.00	2.00 C
	Total da Classe 7	0.00	23,499.31	23,499.31 C	0.00	152,079.78	152,079.78 C
81	RESULTADO LIQUIDO DO	0.00	0.00	0.00	56,193.10	56,193.10	0.00
818	Resultado Liquido	0.00	0.00	0.00	56,193.10	56,193.10	0.00
	Total da Classe 8	0.00	0.00	0.00	56,193.10	56,193.10	0.00
	>>Total	68,834.93	68,834.93	0.00	602,671.43	602,671.43	0.00

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	56,720.26	45,335.62	11,384.64 D	519,209.75	394,398.55	124,811.20 D
635217	Fundos Compens.Garan	1.98	0.00	1.98 D	23.76	0.00	23.76 D
6352172	Fundo Garantia Compe	1.98	0.00	1.98 D	23.76	0.00	23.76 D
635219	Enc.C/Fer-Reg.Aum.Cu	1,255.55	0.00	1,255.55 D	1,255.55	0.00	1,255.55 D
63522	Producao	2,508.00	0.00	2,508.00 D	14,301.99	0.00	14,301.99 D
635221	Taxa Social Unica -P	799.96	0.00	799.96 D	12,556.10	0.00	12,556.10 D
635227	Fundos Compens.Garan	4.09	0.00	4.09 D	41.94	0.00	41.94 D
6352272	Fundo Garantia Compe	4.09	0.00	4.09 D	41.94	0.00	41.94 D
635229	Enc.C/Fer-Reg.Aum.Cu	1,703.95	0.00	1,703.95 D	1,703.95	0.00	1,703.95 D
636	Seguros Ac.Trabalho	0.00	0.00	0.00	888.22	0.00	888.22 D
6362	Pessoal	0.00	0.00	0.00	888.22	0.00	888.22 D
63621	Escritorio	0.00	0.00	0.00	274.70	0.00	274.70 D
636211	Seguro Ac.Trabalho-E	0.00	0.00	0.00	274.70	0.00	274.70 D
63622	Producao	0.00	0.00	0.00	613.52	0.00	613.52 D
636221	Seguro Ac.Trabalho-P	0.00	0.00	0.00	613.52	0.00	613.52 D
638	Outros Gastos com o	0.00	0.00	0.00	140.00	0.00	140.00 D
6382	Pessoal	0.00	0.00	0.00	140.00	0.00	140.00 D
63821	Escritorio	0.00	0.00	0.00	140.00	0.00	140.00 D
638213	Isentos de Iva	0.00	0.00	0.00	140.00	0.00	140.00 D
63821302	Form.Tecnica-Isentos	0.00	0.00	0.00	140.00	0.00	140.00 D
64	GASTOS DE DEPRECIAC.	8,349.14	0.00	8,349.14 D	8,349.14	0.00	8,349.14 D
642	Activos Fixos Tangiv	7,755.97	0.00	7,755.97 D	7,755.97	0.00	7,755.97 D
6424	Equipamento de Trans	5,959.36	0.00	5,959.36 D	5,959.36	0.00	5,959.36 D
64241	Equipam.Transp.-Lige	5,959.36	0.00	5,959.36 D	5,959.36	0.00	5,959.36 D
642411	Equip.Transp.-Ligeir	5,959.36	0.00	5,959.36 D	5,959.36	0.00	5,959.36 D
6424111	Equip.Transp-Ligeiro	5,959.36	0.00	5,959.36 D	5,959.36	0.00	5,959.36 D
64241111	Viaturas ate 24.999,	5,959.36	0.00	5,959.36 D	5,959.36	0.00	5,959.36 D
6425	Equipamento Administ	1,796.61	0.00	1,796.61 D	1,796.61	0.00	1,796.61 D
64253	Maquinas de Escritor	1,796.61	0.00	1,796.61 D	1,796.61	0.00	1,796.61 D
642531	Maquinas de Escritor	1,796.61	0.00	1,796.61 D	1,796.61	0.00	1,796.61 D
643	Activos Intangiveis	593.17	0.00	593.17 D	593.17	0.00	593.17 D
6433	Programas de Computa	593.17	0.00	593.17 D	593.17	0.00	593.17 D
68	OUTROS GASTOS E PERD	0.00	0.00	0.00	1,659.04	0.00	1,659.04 D
681	Impostos	0.00	0.00	0.00	143.17	0.00	143.17 D
6812	Impostos Indirectos	0.00	0.00	0.00	143.17	0.00	143.17 D
68124	Imposto Unico Circul	0.00	0.00	0.00	143.17	0.00	143.17 D
681241	IUC-Lig.Passag-TribA	0.00	0.00	0.00	143.17	0.00	143.17 D
6812411	Viaturas ate 24.999,	0.00	0.00	0.00	143.17	0.00	143.17 D
	>>A Transportar	68,834.93	45,335.62	23,499.31 D	544,311.58	394,398.55	149,913.03 D

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	37,052.07	45,335.62	8,283.55 C	398,667.23	394,386.44	4,280.79 D
626132	Portagens e Parqueam	73.30	0.00	73.30 D	1,040.30	0.00	1,040.30 D
6261329	Portag.Parqueam.S/De	73.30	0.00	73.30 D	1,040.30	0.00	1,040.30 D
626133	Outras Rendas N/Espe	0.00	0.00	0.00	159.78	0.00	159.78 D
6261339	Outras Rendas S/Dedu	0.00	0.00	0.00	159.78	0.00	159.78 D
6262	Comunicacao	0.00	0.00	0.00	29.79	0.00	29.79 D
62621	Correio	0.00	0.00	0.00	29.79	0.00	29.79 D
626216	Correio-Isento Arto.	0.00	0.00	0.00	29.79	0.00	29.79 D
6263	Seguros	0.00	0.00	0.00	649.30	12.11	637.19 D
626301	Seguros Automovel	0.00	0.00	0.00	567.48	12.11	555.37 D
6263013	Seguros-Automovel-Ou	0.00	0.00	0.00	567.48	12.11	555.37 D
626305	Seguros-Multirriscos	0.00	0.00	0.00	81.82	0.00	81.82 D
6267	Limpeza, Higiene e C	0.00	0.00	0.00	33.75	0.00	33.75 D
62679	Limpeza Higiene Conf	0.00	0.00	0.00	33.75	0.00	33.75 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	23,360.42	0.00	23,360.42 D	135,239.12	0.00	135,239.12 D
631	Remuneracoes dos Org	37.65	0.00	37.65 D	87.85	0.00	87.85 D
63140	Ajudas de Custo-Gere	37.65	0.00	37.65 D	87.85	0.00	87.85 D
631401	Ajudas Custo-Gerenc-	37.65	0.00	37.65 D	87.85	0.00	87.85 D
632	Remuneracoes do Pess	18,967.79	0.00	18,967.79 D	110,289.48	0.00	110,289.48 D
6321	Escritorio	8,043.26	0.00	8,043.26 D	44,019.95	0.00	44,019.95 D
632101	Remuneracoes Normais	2,643.26	0.00	2,643.26 D	31,719.12	0.00	31,719.12 D
632102	Subsidios Ferias-Esc	0.00	0.00	0.00	2,643.26	0.00	2,643.26 D
632103	Subsidios Natal-Escr	0.00	0.00	0.00	2,643.26	0.00	2,643.26 D
632104	Ajudas de Custo-Escr	50.20	0.00	50.20 D	796.67	0.00	796.67 D
6321041	Ajudas Custo-Escrit-	50.20	0.00	50.20 D	796.67	0.00	796.67 D
632106	Subsid.Alimentacao-E	63.28	0.00	63.28 D	931.12	0.00	931.12 D
632120	Fer.Sub.Fer.-Reg.Aum	5,286.52	0.00	5,286.52 D	5,286.52	0.00	5,286.52 D
6322	Producao	10,924.53	0.00	10,924.53 D	66,269.53	0.00	66,269.53 D
632201	Remuneracoes Normais	3,587.27	0.00	3,587.27 D	48,215.49	0.00	48,215.49 D
632202	Subsidios Ferias-Pro	0.00	0.00	0.00	3,947.72	0.00	3,947.72 D
632203	Subsidios Natal-Prod	0.00	0.00	0.00	4,142.24	0.00	4,142.24 D
632204	Ajudas de Custo-Prod	0.00	0.00	0.00	669.66	0.00	669.66 D
6322041	Ajudas Custo-Produc-	0.00	0.00	0.00	669.66	0.00	669.66 D
632206	Subsid.Alimentacao-P	162.72	0.00	162.72 D	2,119.88	0.00	2,119.88 D
632220	Fer.Sub.Fer.-Reg.Aum	7,174.54	0.00	7,174.54 D	7,174.54	0.00	7,174.54 D
635	Encargos s/Remunerac	4,354.98	0.00	4,354.98 D	23,833.57	0.00	23,833.57 D
6352	Pessoal	4,354.98	0.00	4,354.98 D	23,833.57	0.00	23,833.57 D
63521	Escritorio	1,846.98	0.00	1,846.98 D	9,531.58	0.00	9,531.58 D
635211	Taxa Social Unica -E	589.45	0.00	589.45 D	8,252.27	0.00	8,252.27 D
	>>A Transportar	56,720.26	45,335.62	11,384.64 D	519,209.75	394,398.55	124,811.20 D

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	36,272.60	45,072.38	8,799.78 C	379,439.45	337,519.10	41,920.35 D
561	Resultados Transitad	0.00	0.00	0.00	7,861.00	56,193.10	48,332.10 C
	Total da Classe 5	0.00	0.00	0.00	7,861.00	70,593.10	62,732.10 C
62	FORNECIMENTOS E SERV	852.77	263.24	589.53 D	13,279.70	686.35	12,593.35 D
622	Servicos Especializa	418.31	0.00	418.31 D	4,689.25	0.00	4,689.25 D
6221	Trabalhos Especializ	123.00	0.00	123.00 D	1,538.73	0.00	1,538.73 D
62211	Trabalhos Especializ	0.00	0.00	0.00	50.43	0.00	50.43 D
622119	Trab.Especial. s/Ded	0.00	0.00	0.00	50.43	0.00	50.43 D
62212	Trab.Especializ.-GES	123.00	0.00	123.00 D	1,488.30	0.00	1,488.30 D
622121	Serv.GESTECLA C/Iva	123.00	0.00	123.00 D	1,488.30	0.00	1,488.30 D
6222	Publicidade e Propag	0.00	0.00	0.00	2,617.93	0.00	2,617.93 D
62229	Publicid.Propag. s/D	0.00	0.00	0.00	2,617.93	0.00	2,617.93 D
6226	Conservacao e Repara	295.31	0.00	295.31 D	532.59	0.00	532.59 D
62261	Conservacao e Repara	295.31	0.00	295.31 D	532.59	0.00	532.59 D
622611	Conserv.Reparac.C/Iv	0.00	0.00	0.00	6.50	0.00	6.50 D
622619	Conserv.Reparac.s/De	295.31	0.00	295.31 D	526.09	0.00	526.09 D
623	Materiais	0.00	0.00	0.00	722.79	0.00	722.79 D
6233	Material de Escritor	0.00	0.00	0.00	539.36	0.00	539.36 D
62331	Mat. Escritorio-C/Iv	0.00	0.00	0.00	115.55	0.00	115.55 D
62339	Mat.Escritorio s/Ded	0.00	0.00	0.00	423.81	0.00	423.81 D
6234	Artigos para Oferta	0.00	0.00	0.00	183.43	0.00	183.43 D
62349	Artigos p/Oferta s/D	0.00	0.00	0.00	183.43	0.00	183.43 D
624	Energia e Fluidos	91.16	0.00	91.16 D	1,751.94	0.00	1,751.94 D
6242	Combustiveis	91.16	0.00	91.16 D	1,751.94	0.00	1,751.94 D
62421	Combustiveis-Transpo	91.16	0.00	91.16 D	1,751.94	0.00	1,751.94 D
624219	Combustiv-Transp. s/	91.16	0.00	91.16 D	1,751.94	0.00	1,751.94 D
625	Deslocacoes, Estadas	70.00	263.24	193.24 C	1,802.80	674.24	1,128.56 D
6251	Deslocacoes e Estada	70.00	263.24	193.24 C	1,802.80	674.24	1,128.56 D
62512	Deslocacoes,Estadas-	70.00	263.24	193.24 C	1,664.80	674.24	990.56 D
625121	Desloc.Estadas-Art21	0.00	0.00	0.00	451.00	371.00	80.00 D
625122	Dsl.Viat.Pr.Art21-Ba	70.00	263.24	193.24 C	1,213.80	303.24	910.56 D
62514	Deslocacoes e Estada	0.00	0.00	0.00	138.00	0.00	138.00 D
625142	Desloc.Estadas-UE-To	0.00	0.00	0.00	138.00	0.00	138.00 D
626	Servicos Diversos	273.30	0.00	273.30 D	4,312.92	12.11	4,300.81 D
6261	Rendas e Alugueres	273.30	0.00	273.30 D	3,600.08	0.00	3,600.08 D
62613	Outras Rendas	273.30	0.00	273.30 D	3,600.08	0.00	3,600.08 D
626131	Rendas Terrenos e Ed	200.00	0.00	200.00 D	2,400.00	0.00	2,400.00 D
6261316	Rendas Terr.Edif.Ise	200.00	0.00	200.00 D	2,400.00	0.00	2,400.00 D
	>>A Transportar	37,052.07	45,335.62	8,283.55 C	398,667.23	394,386.44	4,280.79 D

Conta	Descricao	MES Debito	MES Credito	MES Saldo	ACUMULADO Debito	ACUMULADO Credito	ACUMULADO Saldo
	>>Transporte	36,272.60	44,479.21	8,206.61 C	377,659.76	322,472.68	55,187.08 D
44	ACTIVOS INTANGIVEIS	0.00	593.17	593.17 C	1,779.69	646.42	1,133.27 D
442	Outros Activos Insta	0.00	593.17	593.17 C	1,779.69	646.42	1,133.27 D
4423	Programas de Computa	0.00	0.00	0.00	1,779.69	0.00	1,779.69 D
44231	Progr.Computador-N/R	0.00	0.00	0.00	1,779.69	0.00	1,779.69 D
442311	Progr.Computador-M.N	0.00	0.00	0.00	1,779.69	0.00	1,779.69 D
4423119	Progr.Computador MN-	0.00	0.00	0.00	1,779.69	0.00	1,779.69 D
4428	Amortizacoes Acumula	0.00	593.17	593.17 C	0.00	646.42	646.42 C
44283	Amortiz.Acuml-Progr.	0.00	593.17	593.17 C	0.00	646.42	646.42 C
	Total da Classe 4	74.94	8,349.14	8,274.20 C	32,658.37	16,158.36	16,500.01 D
51	FUNDOS	0.00	0.00	0.00	0.00	14,400.00	14,400.00 C
511	FUNDAD.ASSOCIAD.MENB	0.00	0.00	0.00	0.00	14,400.00	14,400.00 C
5111	ENTIDADES PUBLICAS	0.00	0.00	0.00	0.00	3,600.00	3,600.00 C
5111018	MUNICIPIO DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5111019	MUNICIPIO DE MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5111020	MUNICIPIO DE SINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5112	ENTIDADES PRIVADAS	0.00	0.00	0.00	0.00	10,800.00	10,800.00 C
5112001	ADEGA COOP. AZUEIRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112002	ADEGA REG DE COLARES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112003	ASS.DE AGRIC.C.MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112004	ASS.BENEF.DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112005	ACISM-ASSOC.COM.I.S.	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112006	ASS.P.F.T.R.COLARES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112007	ASSOC.E.C.S.C.LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112008	ASSOC.E.C.SINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112009	CCAM LOURES SINTRA E	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112010	CCAM MAFRA CRL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112011	CENINTEL-CENTRO I.F.	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112012	CENTRO S.P.SAO JOAO	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112013	CENTRO S.P.SAO PEDRO	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112014	COMSS.VITIV.R.LISBOA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112015	COOP.AGRIC.DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112016	FRUTOESTE-COOP.A.H.O	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112017	MARL-MERC.A.R.LISBOA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
5112021	SANTA C.M.MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
56	RESULTADOS TRANSITAD	0.00	0.00	0.00	7,861.00	56,193.10	48,332.10 C
	>>A Transportar	36,272.60	45,072.38	8,799.78 C	379,439.45	337,519.10	41,920.35 D

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	36,197.66	35,467.69	729.97 D	345,968.06	305,396.73	40,571.33 D
2722026	Enc.C/Fer.-Out.Secto	0.00	1,255.55	1,255.55 C	0.00	1,255.55	1,255.55 C
278	Outros Devedores e C	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
2781	Devedores Diversos	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
27811	Deved.P/Valores em C	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
278110050	MUNICIPIO MAFRA Cauc	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
28	DIFERIMENTOS	0.00	0.00	0.00	613.02	308.46	304.56 D
281	Gastos a Reconhecer	0.00	0.00	0.00	613.02	308.46	304.56 D
2814	Gastos a Reconhecer-	0.00	0.00	0.00	613.02	308.46	304.56 D
281463013	Seguros-Automovel-Ou	0.00	0.00	0.00	596.78	308.46	288.32 D
2814636	Seguros Ac.Trabalho	0.00	0.00	0.00	16.24	0.00	16.24 D
	Total da Classe 2	12,395.80	24,289.79	11,893.99 C	154,307.00	168,899.28	14,592.28 C
41	INVESTIMENTOS FINANC	74.94	0.00	74.94 D	1,565.77	0.00	1,565.77 D
415	Outros Investimentos	74.94	0.00	74.94 D	1,565.77	0.00	1,565.77 D
4158	Outros	74.94	0.00	74.94 D	1,565.77	0.00	1,565.77 D
41584	Fundos	74.94	0.00	74.94 D	1,565.77	0.00	1,565.77 D
415841	Fundo Compensacao do	74.94	0.00	74.94 D	1,565.77	0.00	1,565.77 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGIV	0.00	7,755.97	7,755.97 C	29,312.91	15,511.94	13,800.97 D
433	Outros Ativos Fxos T	0.00	7,755.97	7,755.97 C	29,312.91	15,511.94	13,800.97 D
4334	Equipamento de Trans	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
43341	Equip.Transporte Lig	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
433411	Eqip.Transp.Lig-N/Re	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
4334111	Eq.Transporte-Ligeir	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
43341119	Eq.Transp.Lig.MN-F/I	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
4335	Equipamento Administ	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
43353	Maquinas Escritorio	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
433531	Maq.Escritorio-N/Rea	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
4335311	Maquinas Escritorio-	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
43353119	Mq.Escritorio MN-F/I	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
4338	Depreciacoes Acumula	0.00	7,755.97	7,755.97 C	0.00	15,511.94	15,511.94 C
43384	Equipamento de Trans	0.00	5,959.36	5,959.36 C	0.00	11,918.72	11,918.72 C
433841	Equipam.Transp.-Lige	0.00	5,959.36	5,959.36 C	0.00	11,918.72	11,918.72 C
4338411	Equipam.Transp.-Lige	0.00	5,959.36	5,959.36 C	0.00	11,918.72	11,918.72 C
43385	Equipamento Administ	0.00	1,796.61	1,796.61 C	0.00	3,593.22	3,593.22 C
433853	Maquinas de Escritor	0.00	1,796.61	1,796.61 C	0.00	3,593.22	3,593.22 C
4338531	Maquinas de Escritor	0.00	1,796.61	1,796.61 C	0.00	3,593.22	3,593.22 C
	>>A Transportar	36,272.60	44,479.21	8,206.61 C	377,659.76	322,472.68	55,187.08 D

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	24,384.63	13,216.22	11,168.41 D	225,261.94	166,918.32	58,343.62 D
221110060	NUMBER 9 COMUNICAÇÃO	0.00	0.00	0.00	20.42	20.42	0.00
221110061	JOSE LUIS PALMA LOPE	0.00	0.00	0.00	50.00	50.00	0.00
221110062	CC-PORTUGAL - CÂMARA	0.00	0.00	0.00	140.00	140.00	0.00
221110063	Jose Luis de Jesus d	0.00	0.00	0.00	50.00	50.00	0.00
221110064	ADEGA REGIONAL DE CO	0.00	0.00	0.00	133.43	133.43	0.00
221110065	ENCANTOS & EMOÇÕES -	0.00	0.00	0.00	40.00	40.00	0.00
221110066	ELISABETE RAIMUNDO -	70.00	70.00	0.00	70.00	70.00	0.00
23	PESSOAL	4,369.37	4,369.37	0.00	65,823.12	65,823.12	0.00
231	Remuneracoes a Pagar	4,369.37	4,369.37	0.00	65,823.12	65,823.12	0.00
2312	Remun. A Pagar-Ao Pe	4,369.37	4,369.37	0.00	65,823.12	65,823.12	0.00
24	ESTADO E OUTROS ENTE	7,334.35	3,607.78	3,726.57 D	54,294.14	57,901.42	3,607.28 C
241	Imposto Sobre o Rend	0.00	0.00	0.00	0.50	0.00	0.50 D
2412	Retencoes Efe.P/Terc	0.00	0.00	0.00	0.50	0.00	0.50 D
24121	Rendimentos de Capit	0.00	0.00	0.00	0.50	0.00	0.50 D
241211	Depositos e Aplic.Si	0.00	0.00	0.00	0.50	0.00	0.50 D
242	Retencao Impostos So	2,919.00	1,452.00	1,467.00 D	22,363.00	23,815.00	1,452.00 C
2421	Trabalho Dependente	2,919.00	1,452.00	1,467.00 D	22,363.00	23,815.00	1,452.00 C
2421101	Trabalho Dependente	2,919.00	1,452.00	1,467.00 D	22,057.00	23,509.00	1,452.00 C
2421102	Trab.Dependente-Sobr	0.00	0.00	0.00	306.00	306.00	0.00
245	Contribuicoes p/ a S	4,334.34	2,074.77	2,259.57 D	31,072.62	33,147.39	2,074.77 C
247	Fundos Compens.Garan	81.01	81.01	0.00	858.02	939.03	81.01 C
2471	Fundo Compensacao do	74.94	74.94	0.00	793.72	868.66	74.94 C
2472	Fundo Garantia e Com	6.07	6.07	0.00	64.30	70.37	6.07 C
26	FUNDADORES PATR.DOAD	39.31	39.31	0.00	85.01	85.01	0.00
261	Fundad.,Associad.Mem	0.00	0.00	0.00	45.70	45.70	0.00
2619	Outras Entidades	0.00	0.00	0.00	45.70	45.70	0.00
266	Financ.Conced.-Funda	39.31	39.31	0.00	39.31	39.31	0.00
2663002	Jose Diogo	39.31	39.31	0.00	39.31	39.31	0.00
27	OUTR.CONTAS A RECEBE	0.00	15,420.56	15,420.56 C	200.00	15,420.56	15,220.56 C
272	Deved/Credor.p/Acres	0.00	15,420.56	15,420.56 C	0.00	15,420.56	15,420.56 C
2722	Credores por Acresci	0.00	15,420.56	15,420.56 C	0.00	15,420.56	15,420.56 C
272202	Remuneracoes a Liqui	0.00	15,420.56	15,420.56 C	0.00	15,420.56	15,420.56 C
2722023	Fer.S.Fer.-Producao	0.00	7,174.54	7,174.54 C	0.00	7,174.54	7,174.54 C
2722024	Enc.C/Ferias-Produca	0.00	1,703.95	1,703.95 C	0.00	1,703.95	1,703.95 C
2722025	Fer.S.Fer.-Out.Secto	0.00	5,286.52	5,286.52 C	0.00	5,286.52	5,286.52 C
	>>A Transportar	36,197.66	35,467.69	729.97 D	345,968.06	305,396.73	40,571.33 D

		MES			ACUMULADO		
Conta	Descricao	Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	23,801.86	12,433.45	11,368.41 D	208,974.08	150,061.46	58,912.62 D
2211	Fornecedores Gerais	652.77	852.77	200.00 C	16,791.71	17,360.71	569.00 C
22111	Fornecedores-C/C-Nac	652.77	852.77	200.00 C	16,791.71	17,360.71	569.00 C
221110001	Gestecla - Gab.Tec.F	123.00	123.00	0.00	1,273.05	1,642.05	369.00 C
221110004	CTT . SA	0.00	0.00	0.00	29.79	29.79	0.00
221110008	AMADO PATROCINIO NET	0.00	0.00	0.00	36.90	36.90	0.00
221110009	DATAEME ACESSORIOS P	0.00	0.00	0.00	159.78	159.78	0.00
221110010	MONDE VISIONNAIRE SA	0.00	0.00	0.00	418.20	418.20	0.00
221110012	O CARRILHAO	0.00	0.00	0.00	110.70	110.70	0.00
221110014	AMENWORLD SERVIÇOS I	0.00	0.00	0.00	50.43	50.43	0.00
221110016	LIBERTY SEGUROS SA	0.00	0.00	0.00	986.28	986.28	0.00
221110017	MINHA TERRA	0.00	0.00	0.00	1,500.00	1,500.00	0.00
221110020	FICCOES MEDIA, LDA.	0.00	0.00	0.00	233.70	233.70	0.00
221110023	VIAGENS ABREU SA	0.00	0.00	0.00	1,048.26	1,048.26	0.00
221110024	XANAUTO COMERCIO VEI	295.31	295.31	0.00	487.20	487.20	0.00
221110025	FIDELIDADE - COMPANH	0.00	0.00	0.00	602.41	602.41	0.00
221110029	VIA VERDE PORTUGAL -	73.30	73.30	0.00	1,024.40	1,024.40	0.00
221110032	CENINTEL CENTRO DE I	0.00	0.00	0.00	112.50	112.50	0.00
221110033	AUCHAN PORTUGAL SA	0.00	0.00	0.00	320.29	320.29	0.00
221110036	SODIMAFRA LDA	91.16	91.16	0.00	766.43	766.43	0.00
221110037	PETROCONDE - COMBUST	0.00	0.00	0.00	168.62	168.62	0.00
221110038	GESPOST - GESTÃO E A	0.00	0.00	0.00	304.09	304.09	0.00
221110042	RUI MEGA AUTO COMERC	0.00	0.00	0.00	24.00	24.00	0.00
221110043	AUTOMAFRA PNEUS ACES	0.00	0.00	0.00	56.73	56.73	0.00
221110044	GALPGESTE GESTÃO DE	0.00	0.00	0.00	124.55	124.55	0.00
221110045	PMPR UNIPESSOAL LDA	0.00	0.00	0.00	40.04	40.04	0.00
221110046	STAPLES PORTUGAL - E	0.00	0.00	0.00	75.71	75.71	0.00
221110047	PNEUVITA COMERCIO E	0.00	0.00	0.00	20.00	20.00	0.00
221110048	UNIVERSIDADE CATOLIC	0.00	0.00	0.00	2.30	2.30	0.00
221110049	SOC DAS TERMAS DE MO	0.00	0.00	0.00	80.00	80.00	0.00
221110050	MUNICIPIO DE MAFRA	0.00	200.00	200.00 C	2,400.00	2,600.00	200.00 C
221110051	ANA RITA SANTOS UNIP	0.00	0.00	0.00	966.78	966.78	0.00
221110052	POSTER DIGITAL IMPRE	0.00	0.00	0.00	364.20	364.20	0.00
221110053	BELTRÃO COELHO - SIS	0.00	0.00	0.00	288.34	288.34	0.00
221110054	ALGORITMO ATIVO LDA	0.00	0.00	0.00	1,619.91	1,619.91	0.00
221110055	KSR BRINDES PUBLICIT	0.00	0.00	0.00	503.93	503.93	0.00
221110056	CAIZHU WANG	0.00	0.00	0.00	13.50	13.50	0.00
221110057	RUI BELCHIOR POMBO D	0.00	0.00	0.00	11.30	11.30	0.00
221110058	BRICODIS DISTRIBUIÇÃ	0.00	0.00	0.00	25.39	25.39	0.00
221110059	JUSTINO GOMES BESSA	0.00	0.00	0.00	38.15	38.15	0.00
	>>A Transportar	24,384.63	13,216.22	11,168.41 D	225,261.94	166,918.32	58,343.62 D

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Cnt - 31.15.2017 Mes : Dezembro Pag. 1

Conta	Descricao	MES Debito	MES Credito	MES Saldo	ACUMULADO Debito	ACUMULADO Credito	ACUMULADO Saldo
11	CAIXA	0.00	0.00	0.00	2.03	2.03	0.00
111	Caixa Principal	0.00	0.00	0.00	2.03	2.03	0.00
12	DEPOSITOS A ORDEM	23,801.86	12,433.45	11,368.41 D	192,472.05	138,059.43	54,412.62 D
1252	Cx.Cred.Agricola de	23,801.86	12,433.45	11,368.41 D	192,472.05	138,059.43	54,412.62 D
12521	CCAM Mafra 13218001	23,801.86	12,433.45	11,368.41 D	192,472.05	138,059.43	54,412.62 D
	Total da Classe 1	23,801.86	12,433.45	11,368.41 D	192,474.08	138,061.46	54,412.62 D
21	CLIENTES E UTENTES	0.00	0.00	0.00	16,500.00	12,000.00	4,500.00 D
211	Clientes e Utentes C	0.00	0.00	0.00	16,500.00	12,000.00	4,500.00 D
2111	Clientes Gerais	0.00	0.00	0.00	16,500.00	12,000.00	4,500.00 D
21111	Clientes-C/C-Movim.G	0.00	0.00	0.00	16,500.00	12,000.00	4,500.00 D
211111	Clientes-C/C-Naciona	0.00	0.00	0.00	16,500.00	12,000.00	4,500.00 D
2111110001	Adega Coop Azueira	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110002	Adega Reg de Colares	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110003	ASSOC.AGRIC.CONC MAF	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00 D
2111110004	ASSOC BENEF DE LOURE	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110005	ASSOC DE COM IND SER	0.00	0.00	0.00	1,200.00	0.00	1,200.00 D
2111110006	AGROCOL- ASOC PROD F	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00 D
2111110007	AECSCLO ASSOC EMP C	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110008	ASSOC EMP CONC SINTR	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110009	CCAMLSL CAIXA C AG M	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110010	CCAMM CAIXA AG MAFRA	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110011	CENINTEL CENTRO INT	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110012	CENTRO S P SAO JOAO	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110013	CENTRO S P SAO PEDRO	0.00	0.00	0.00	900.00	0.00	900.00 D
2111110014	COMISSAO VITIVINICOL	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110015	COOP AG DE LOURES	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110016	FRUTOESTE COOP AGR H	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110017	MARL MERC ABAST REG	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110018	MUNICIPIO DE LOURES	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00
2111110019	MUNICIPIO MAFRA	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00
2111110020	MUNICIPIO DE SINTRA	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00
2111110021	SANTA CASA MISERICOR	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111110022	AGROBIO ASSOC PORT A	0.00	0.00	0.00	1,200.00	0.00	1,200.00 D
22	FORNECEDORES	652.77	852.77	200.00 C	16,791.71	17,360.71	569.00 C
221	Fornecedores C/C	652.77	852.77	200.00 C	16,791.71	17,360.71	569.00 C
	>>A Transportar	23,801.86	12,433.45	11,368.41 D	208,974.08	150,061.46	58,912.62 D

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) do periodo findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

A2S-ASSOCIACAO PARA' DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	15,000.00	15,000.00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	137,077.51	181,001.21
Fornecimentos e serviços externos	8	(12,593.35)	(28,908.30)
Gastos com o pessoal	12	(135,239.12)	(98,910.74)
Outros rendimentos	8	2.27	
Outros gastos		(2,309.92)	(3,930.10)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		**1,937.39**	**64,252.07**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	(8,349.14)	(7,809.22)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(6,411.75)**	**56,442.85**
Juros e gastos similares suportados	6		(249.75)
Resultado antes de impostos		**(6,411.75)**	**56,193.10**
Resultado líquido do período		**(6,411.75)**	**56,193.10**

A Associação A2S

Paulo Jorge Frade de Almeida
TOC N.º 59659

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	13,800.97	21,556.94
Ativos intangíveis	5	1,133.27	106.53
Outros créditos e ativos não correntes	14	1,565.77	754.74
		16,500.01	**22,418.21**
Ativo corrente			
Créditos a receber	11	4,700.00	1,500.00
Estado e outros entes públicos		0.50	
Diferimentos		304.56	294.14
Caixa e depósitos bancários		54,412.62	42,357.07
		59,417.68	**44,151.21**
Total do ativo		**75,917.69**	**66,569.42**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	**15**		
Fundos	11	14,400.00	14,400.00
Resultados transitados		48,332.10	(7,861.00)
Resultado líquido do período		(6,411.75)	56,193.10
Total dos fundos patrimoniais		**56,320.35**	**62,732.10**
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	569.00	104.55
Estado e outros entes públicos		3,607.78	3,687.07
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11		45.70
Outros passivos correntes	11;12	15,420.56	
		19,597.34	**3,837.32**
Total do passivo		**19,597.34**	**3,837.32**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**75,917.69**	**66,569.42**

A Associação A2S

Paulo Jorge Frade de Almeida
TOC Nº 59659

ANEXOS

RELATÓRIO DE CONTAS 2017

O relatório de contas foi elaborado pela empresa de contabilidade e, em anexo, encontram-se os seguintes documentos:

1. Balanço;
2. Demonstração de Resultados por naturezas;
3. Balancete de dezembro 2017;
4. Balancete final de exercício;
5. Inventário.

15209-A2S-ASSOC.P/DESENV.SUST.REGIAO SALOIA
Data Emissão 16-03-2018

Listagem [Activos]: 9 registos

CODIGO	DESCRICAO	AQUISICA	COD	VALOR	DEPR_ACU	CONTA	DPR.EXER	ES	LIQUIDO
(tudo)									
CONTA : 43341119									
2.000006	VIAT.38-RP-80 MAZDA CX 1.5 LIG.PASS.	11-07-2016	2375	23,837.44	5,959.36	43341119	5,959.36	Ativ	11,918.72
Total de VALOR: 23,837.44Total de DEPR_ACUM: 5,959.36Total de DPR.EXERC: 5,959.36Total de LIQUIDO: 11,918.72									
CONTA : 43353119									
2.000001	TOSHIBA PORT REPLICATOR DYNADO	15-03-2016	2240	462.48	154.14	43353119	154.14	Ativ	154.20
2.000002	ASUS MONITOR LED 24 + TECLADO RA	15-03-2016	2240	698.15	232.69	43353119	232.69	Ativ	232.77
2.000003	ASUS NOTEBOOK ZENBOOK UX3035U	15-03-2016	2240	1,916.34	638.72	43353119	638.72	Ativ	638.90
2.000004	ASUS NOTEBOOK ZENBOOK UX303UB	15-03-2016	2240	1,227.54	409.14	43353119	409.14	Ativ	409.26
2.000005	ASUS NOTEBOOK ZENBOOK UX305UA	22-03-2016	2240	958.17	319.36	43353119	319.36	Ativ	319.45
2.000007	MULTIFUNCOES CANON MAXIFY MB 51	04-11-2016	2200	212.79	42.56	43353119	42.56	Ativ	127.67
Total de VALOR: 5,475.47Total de DEPR_ACUM: 1,796.61Total de DPR.EXERC: 1,796.61Total de LIQUIDO: 1,882.25									
CONTA : 4423119									
3.000008	OFFICE 365 5 pcs	18-05-2016	2440	159.78	53.25	4423119	53.25	Ativ	53.28
3.000009	CONSTRUCAO E ALOJAMENTO PLATA	24-05-2017	2440	1,619.91		4423119	539.92	Ativ	1,079.99
Total de VALOR: 1,779.69Total de DEPR_ACUM: 53.25Total de DPR.EXERC: 593.17Total de LIQUIDO: 1,133.27									
Total de VALOR: 31,092.60Total de DEPR_ACUM: 7,809.22Total de DPR.EXERC: 8,349.14Total de LIQUIDO: 14,934.24									

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos XXXX mês de março de 2018, pelas 17 horas, reuniu-se o Conselho Fiscal da A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, na sua sede social, para análise da proposta de Relatório de Atividades e Contas da A2S, apresentada pela Direção, relativo ao exercício de 2017.

Dando cumprimento ao articulado nos Estatutos, o Conselho Fiscal analisou as contas de 2017, tendo realizado nesse sentido um trabalho de verificação documental dos relatórios contabilísticos apresentados.

Concluiu o Conselho Fiscal que as Demonstrações Financeiras que lhe foram apresentadas representam a atividade ocorrida no exercício.

O Conselho Fiscal destaca o rigor e a clareza do Relatório de Atividades apresentado e agradece a colaboração da estrutura técnica da Associação para a realização do seu trabalho.

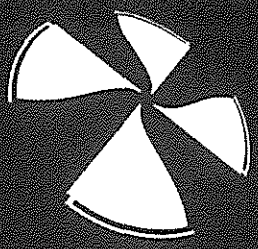
Nestes termos e com base nos princípios de prudência com que foi elaborado, o Conselho Fiscal emite um parecer favorável ao documento apesentado, considerando, por isso, que o mesmo merece ser aprovado.

O CONSELHO FISCAL

Presidente – Adega Cooperativa da Azueira – João Moreira

Vogal – Associação de Beneficiários de Loures – Vítor Caliça

Vogal – Adega Regional de Colares – José Vicente-Paulo



A2S

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

www.a2s.pt

PDR 2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 2020

mar 2020

Lisb@20[20]

PORTUGAL 2020

A reunir.

65 16.

Rota Histórica
das Linhas de Torres

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

E CONTAS

2017

Anexo VI

Índice

Introdução 3
Atividades 4
Mapas mensais de Despesa/Receita 8
Mapa anual receita/despesa 14
Balancete anual 15
Conclusão 17

Introdução

A Rota Histórica das Linhas de Torres constituiu-se como associação por escritura pública em janeiro de 2017. Esta é uma associação sem fins lucrativos constituída por Municípios e outras entidades públicas e privadas que tem por fim a realização de interesse específicos comuns aos membros que a integram. Sem prejuízo da atribuição de posteriores objetivos, a Rota Histórica das Linhas de Torres, prossegue os fins estabelecidos nos estatutos aprovados aquando da sua constituição.

O presente documento apresenta as atividades realizadas durante ano de 2017, assim como as contas, deste primeiro ano de atividade.

Atividades

Das atividades previstas no Plano de Ação e Orçamento, foram realizadas durante o ano de 2017 as seguintes atividades:

- Criação e produção do estacionário gráfico da associação, com base na imagem da RHLT, foram criadas folhas de ofício (primeira e segunda página), pastas, envelopes (com e sem janela) e livros de faturas. Para uma segunda fase, ficou a criação de outros tamanhos de envelopes. Durante o ano de 2017 todos os custos com correspondência da RHLT foram assegurados pelo município de Sobral de Monte Agraço, pois o estacionário só ficou concluído no final do ano.
A fatura no valor de 1.146,36 € foi liquidada na totalidade.

- Foi desenvolvida a campanha de captação de imagens (fotografia e vídeo) que vão permitir nesta primeira fase alimentar o *website* e enriquecer as participações da RHLT em eventos de divulgação.
Relativamente ao *website* da RHLT, foi criada a estrutura e desenvolvidos conteúdos, estando neste momento em fase de conclusão e ajustes a versão portuguesa. Posteriormente, os conteúdos serão enviados para tradução. A tabela abaixo esquematiza o ponto de situação das ações relativas ao website:

Ação	Empresa	Valor	Observações
Construção do website	Groovit: Digital Marketing Consulting	4.680,00 €	Pago 40 % (1.869,60 €)
Registo do domínio	PTISP	9,84 €	Pago
Alojamento e manutenção plataforma web	Groovit: Digital Marketing Consulting	492,00 €	Por pagar (não estava no orçamento inicial do website)
Tradução	International House	2.000,00 €	Valor por liquidar e que pode sofrer ajustes por se tratar de uma estimativa
Reportagem fotográfica e registo vídeo	SPA Produções	6.340,00 €	Pago
Produção do vídeo	SPA Produções	760,00 €	Pago

- Comemoração do Dia Nacional das Linhas de Torres:

INVADE! - Concurso de curtas-metragens sobre o tema Invasões, envolvendo temáticas como a História das Guerras Peninsulares e das Linhas de Torres, o património das Linhas de Torres, o enquadramento cultural e a vivência da comunidade local. O público-alvo foram os estudantes do ensino secundário.

A entrega dos prémios decorreu numa cerimónia na Escola Secundária do Forte da Casa, onde também foi a apresentada a Mochila do Soldado, um recurso educativo desenvolvido pela RHLT e pela AIDGLOBAL, ao abrigo do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.

Na cerimónia além dos membros da Direção da RHLT, esteve presente a Sra. Embaixadora do Reino Unido em Portugal que entregou o prémio para a melhor curta, classificação do *facebook*, e ainda dois elementos do júri (Ana Catarina Sousa e Luís Rafael de Matos) que entregaram o prémio de júri para a curta vencedora.

Homenagem ao Esforço da População na Defesa de Portugal, protagonizada pelo grupo de recriação histórica *Guerrilha de Montagraço*, teve início às 20 horas com o desfile de bombos da Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913, que percorreu a avenida Marquês de Pombal até à Praça Dr. Eugénio Dias, onde foi depositada uma coroa de flores junto à placa evocativa da memória e resistência do Povo Português e aos mortos da Guerra Peninsular, acompanhada por uma alocução alusiva à vivência dentro das Linhas naquele tempo. O momento foi encerrado com uma contradança da época.

(Ação promovida pela Associação de Cultura e Recreio 13 de setembro e 1913, como o apoio do município de Sobral de Monte Agraço)

Conferência "Guerra Peninsular e Invasões Francesas", às 21:30, no Auditório Municipal de Sobral de Monte Agraço, pelo coronel Américo Henrique, a qual foi acolhida pelo senhor presidente da Câmara Municipal e presidente da Rota Histórica das Linhas de Torres, José Alberto Quintino, acompanhado por Célia Batalha Fernandes, também em representação da RHLT.

(Ação promovida pela Associação de Cultura e Recreio 13 de setembro e 1913, como o apoio do município de Sobral de Monte Agraço)

Dia Aberto ao Professor, decorreu no dia 21 de outubro, pelas 10 horas, no Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT) | Sobral de Monte Agraço, com a iniciativa "Mochila do Soldado – Partir da Guerra para a Paz", dirigida a professores e suas famílias, na qual foi apresentada uma ferramenta pedagógica para escolas que disponibiliza propostas de atividade que articulam a Cidadania Global com situações vividas durante as Invasões Francesas, no séc. XIX.

(Ação promovida pelo Centro de Interpretação as Linhas de Torres de Sobral de Monte Agraço)

Visita ao Forte da Ajuda Grande, no dia 21 de outubro, às 16h00, teve lugar um passeio com evocação histórica, partindo do Museu do Vinho e da Vinha, em Bucelas e que contou com a participação do grupo de recriação histórica *Guerrilha de Montagraço.*

(Ação promovida pelo município de Loures, com a participação da Associação de Cultura e Recreio 13 de setembro e 1913)

Abaixo se indica relação dos custos suportados pela RHLT:

Ação	Empresa	Valor	Observações
Prémio na categoria de júri (Cartão presente)	Jumbo – grupo Auchan	500,00 €	Pago
Prémio na categoria de público (Cartão presente)	Jumbo – grupo Auchan	250,00 €	Pago
Coffee-Break (Aquisição de miniaturas doces)	Pastelaria Pão com mel	125,00 €	Pago
Coffee-Break (Aquisição de fruta, talheres e açúcar)	Várias entidades	12,90 €	Pago

Das atividades previstas no Plano de Ação e Orçamento para o ano 2017, não foram realizadas as seguintes:

- Monitorização do estado de visitabilidade e conservação de todo o património que integra os percursos do Guia de visita da RHLT. Esta monitorização não foi realizada por uma única equipa, com elaboração de relatório como no ano anterior, mas o estado de visitabilidade dos fortes foi analisado pela Equipa Técnica. Esta análise decorreu no âmbito do trabalho realizado

para a escolha dos locais a fotografar e filmar para a campanha e também na revisão/elaboração de conteúdos para o site.

Foram ainda realizadas as seguintes atividades, que não estavam prevista no Plano de Ação, mas que tendo em conta a importância para a missão da RHLT foram asseguradas:

- Representação da RHLT em Londres, no dia 19 de outubro, uma delegação portuguesa foi a Londres promover as potencialidades da RHLT enquanto produto turístico de qualidade diferenciada.

A delegação, constituída por representantes políticos e técnicos dos municípios de Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras e por parceiros que operam na área do Turismo no território RHLT, estiveram em Londres com o objetivo de iniciar a promoção externa das Linhas de Torres como destino turístico. O evento decorreu na Embaixada Portuguesa no Reino Unido, com apoio dos membros do Turismo de Portugal naquele país, para uma assistência composta por membros dos Friends of the Lines, operadores turísticos e pela imprensa.

A abertura ficou a cargo do senhor embaixador Manuel Lobo Antunes e de José Aragão, gestor de produto Turismo de Negócios, Turismo Residencial e Golfe , a que se seguiu a intervenção da Vice-Presidente da RHLT, Ana Umbelino, que falou do contributo que as Linhas de Torres podem dar para um turismo de excelência, terminando com a apresentação do novo vídeo promocional. Após esse momento, coube ao CEO da Citur, João Moita, dar a conhecer um pacote turístico pensado essencialmente para as Linhas de Torres, em articulação com outros dois polos de grande atratividade, Lisboa e Óbidos.

Durante o cocktail, servido com os vinhos da Quinta da Folgorosa, um dos parceiros que tem colaborado com a RHLT, decorreram vários contactos e esclarecimentos quanto a este destino.

O evento terminou com a entrega de goody bags aos convidados, dos quais faziam parte materiais promocionais do património cultural das Linhas de Torres.

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapas mensais de Despesa/Receita

Mapa do mês de julho

RECEITA		Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	7.000,00 €	0,00 €	9.000,00 €	7.000,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	2.600,00 €	0,00 €	7.800,00 €	2.600,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**9.600,00 €**			**9.600,00 €**
2.	Atividades				
2.1.	Participações				
	Total	**9.600,00 €**			**9.600,00 €**

DESPESA		Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	5,41 €	0,00 €	70,00	5,41 €
1.4.	Produção gráfica	0,00 €	0,00 €	1.170,00	0,00 €
1.5.	Outros	0,00 €	0,00 €	50,00	0,00 €
	Sub-total	**5,41 €**			**5,41 €**
2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	0,00 €	0,00 €	750,00	0,00 €
2.2.	Criação site	1.869,60 €	0,00 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	0,00 €	0,00 €	7.100,00	0,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	0,00 €	0,00 €	250,00	0,00 €
	Sub-total	**1.869,60 €**			**1.869,60 €**
	Total	**1.875,01 €**			**1.875,01 €**

RESUMO

Receita total do Ano	9.600,00 €	Saldo Mês	7.724,99 €
Despesa Total do ano	1.875,01 €		
		SALDO FINAL	7.724,99 €

Depósito no C.A.S.M.A.	7.724,99 €
Fundo de Caixa	0
TOTAL	7.724,99 €

Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapa do mês de agosto

RECEITA		Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	500,00 €	7.000,00 €	9.000,00 €	7.500,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	2.600,00 €	2.600,00 €	7.800,00 €	5.200,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**3.100,00 €**			**12.700,00 €**

2.	Atividades
2.1.	Participações

Total	**3.100,00 €**	**12.700,00 €**

DESPESA		Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	14,56 €	5,41 €	70,00	19,97 €
1.4.	Produção gráfica	0,00 €	0,00 €	1.170,00	0,00 €
1.5.	Outros	9,84 €	0,00 €	50,00	9,84 €
	Sub-total	**24,40 €**			**29,81 €**

2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	0,00 €	0,00 €	750,00	0,00 €
2.2.	Criação site	0,00 €	1.869,60 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	0,00 €	0,00 €	7.100,00	0,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	0,00 €	0,00 €	250,00	0,00 €
	Sub-total	**0,00 €**			**1.869,60 €**

Total	**24,40 €**	**1.899,41 €**

RESUMO

Receita total do Ano	12.700,00 €	Saldo Mês	3.075,60 €
Despesa Total do ano	1.899,41 €		
		SALDO FINAL	10.800,59 €

Depósito no C.A.S.M.A.	10.800,59 €
Fundo de Caixa	0
TOTAL	10.800,59 €

Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapa do mês de setembro

RECEITA		Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	0,00 €	7.500,00 €	9.000,00 €	7.500,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	1.300,00 €	5.200,00 €	7.800,00 €	6.500,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**1.300,00 €**			**14.000,00 €**

2.	Atividades
2.1.	Participações

Total	**1.300,00 €**	**14.000,00 €**

DESPESA		Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	0,00 €	19,97 €	70,00	19,97 €
1.4.	Produção gráfica	0,00 €	0,00 €	1.170,00	0,00 €
1.5.	Outros	0,00 €	9,84 €	50,00	9,84 €
	Sub-total	**0,00 €**			**29,81 €**

2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	0,00 €	0,00 €	750,00	0,00 €
2.2.	Criação site	0,00 €	1.869,60 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	6.340,00 €	0,00 €	7.100,00	6.340,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	0,00 €	0,00 €	250,00	0,00 €
	Sub-total	**6.340,00 €**			**8.209,60 €**

Total	**6.340,00 €**	**8.239,41 €**

RESUMO

Receita total do Ano	14.000,00 €	Saldo Mês	-5.040,00 €
Despesa Total do ano	8.239,41 €		
		SALDO FINAL	5.760,59 €

Depósito no C.A.S.M.A.	5.760,59 €
Fundo de Caixa	0
TOTAL	5.760,59 €

Rota Histórica das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapa do mês de outubro

RECEITA		Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	1.500,00 €	7.500,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	1.300,00 €	6.500,00 €	7.800,00 €	7.800,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**2.800,00 €**			**16.800,00 €**

2.	Atividades
2.1.	Participações

Total	**2.800,00 €**	**16.800,00 €**

DESPESA		Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	20,80 €	19,97 €	70,00	40,77 €
1.4.	Produção gráfica	0,00 €	0,00 €	1.170,00	0,00 €
1.5.	Outros	0,00 €	9,84 €	50,00	9,84 €
	Sub-total	**20,80 €**			**50,61 €**

2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	750,00 €	0,00 €	750,00	750,00 €
2.2.	Criação site	0,00 €	1.869,60 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	760,00 €	6.340,00 €	7.100,00	7.100,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	137,90 €	0,00 €	250,00	137,90 €
	Sub-total	**1.647,90 €**			**9.857,50 €**

Total	**1.668,70 €**	**9.908,11 €**

RESUMO

Receita total do Ano	16.800,00 €	Saldo Mês	1.131,30 €
Despesa Total do ano	9.908,11 €		
		SALDO FINAL	6.891,89 €

Depósito no C.A.S.M.A.	6.884,79 €
Fundo de Caixa	7,10 €
TOTAL	6.891,89 €

Rota Histórica
das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapa do mês de novembro

	RECEITA	Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	0,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	0,00 €	7.800,00 €	7.800,00 €	7.800,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**0,00 €**			**16.800,00 €**

2.	Atividades
2.1.	Participações

Total	**0,00 €**	**16.800,00 €**

	DESPESA	Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	0,00 €	40,77 €	70,00	40,77 €
1.4.	Produção gráfica	0,00 €	0,00 €	1.170,00	0,00 €
1.5.	Outros	0,00 €	9,84 €	50,00	9,84 €
	Sub-total	**0,00 €**			**50,61 €**

2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	0,00 €	750,00 €	750,00	750,00 €
2.2.	Criação site	0,00 €	1.869,60 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	0,00 €	7.100,00 €	7.100,00	7.100,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	0,00 €	137,90 €	250,00	137,90 €
	Sub-total	**0,00 €**			**9.857,50 €**

Total	**0,00 €**	**9.908,11 €**

RESUMO

Receita total do Ano	16.800,00 €	Saldo Mês	0,00 €
Despesa Total do ano	9.908,11 €		
		SALDO FINAL	6.891,89 €

Depósito no C.A.S.M.A.	6.884,79 €
Fundo de Caixa	7,10 €
TOTAL	6.891,89 €

Rota Histórica das Linhas de Torres

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

Mapa do mês de dezembro

RECEITA		Recebido		Dotação orçamental	Receita obtida
		No Mês	Anterior		
1.	Funcionamento				
1.1.	Quota	0,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €	9.000,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	0,00 €	7.800,00 €	7.800,00 €	7.800,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub-total	**0,00 €**			**16.800,00 €**
2.	Atividades				
2.1.	Participações				
	Total	**0,00 €**			**16.800,00 €**

DESPESA		Pago		Dotação orçamental	Total despesa
		No Mês	Anterior		
1.	*Funcionamento*				
1.1.	Expediente	0,00 €	0,00 €	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	0,00 €	0,00 €	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	0,00 €	40,77 €	70,00	40,77 €
1.4.	Produção gráfica	1.146,36 €	0,00 €	1.170,00	1.146,36 €
1.5.	Outros	0,00 €	9,84 €	50,00	9,84 €
	Sub-total	**1.146,36 €**			**1.196,97 €**
2.	*Atividades*				
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	0,00 €	750,00 €	750,00	750,00 €
2.2.	Criação site	0,00 €	1.869,60 €	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	0,00 €	7.100,00 €	7.100,00	7.100,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	0,00 €	0,00 €	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	0,00 €	137,90 €	250,00	137,90 €
	Sub-total	**0,00 €**			**9.857,50 €**
	Total	**1.146,36 €**			**11.054,47 €**

RESUMO

Receita total do Ano	16.800,00 €	Saldo Mês	-1.146,36 €
Despesa Total do ano	11.054,47 €		
		SALDO FINAL	5.745,53 €

Depósito no C.A.S.M.A.	5.738,43 €
Fundo de Caixa	7,10 €
TOTAL	5.745,53 €

Mapa anual receita/despesa

Mapa do ano 2017

	RECEITA	Dotação orçamental	Receita obtida
1.	Funcionamento		
1.1.	Quota	9.000,00 €	9.000,00 €
1.2	Contribuição extraordinária	7.800,00 €	7.800,00 €
1.3.	Donativos	0,00 €	0,00 €
1.4.	Juros de capital	0,00 €	0,00 €
	Sub-total		**16.800,00 €**

2.	Atividades	
2.1.	Participações	

Total da receita	**16.800,00 €**

	DESPESA	Dotação orçamental	Total despesa
1.	*Funcionamento*		
1.1.	Expediente	150,00	0,00 €
1.2.	Contabilidade	230,00	0,00 €
1.3.	Serviços bancários	70,00	40,77 €
1.4.	Produção gráfica	1.170,00	1.146,36 €
1.5.	Outros	50,00	9,84 €
	Sub-total		**1.196,97 €**

2.	*Atividades*		
2.1.	Dia Nacional das Linhas de Torres	750,00	750,00 €
2.2.	Criação site	6.680,00	1.869,60 €
2.3.	Campanha de recolha de imagem	7.100,00	7.100,00 €
2.4.	Participação em congressos ou outros	350,00	0,00 €
2.5.	Outros	250,00	137,90 €
	Sub-total		**9.857,50 €**

Total da despesa	**11.054,47 €**

SALDO FINAL	5.745,53 €

Depósito no C.A.S.M.A.	5.738,43 €
Fundo de Caixa	7,10 €
TOTAL	5.745,53 €

72

Balancete anual

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro (Euros)

CONTA		VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
Código	Designação	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
11	Caixa			20,00	12,90	7,10	
11.1	Caixa			20,00	12,90	7,10	
12	Depósitos à Ordem		1.146,36	16.800,00	11.061,57	5.738,43	
12.1	Caixa Agrícola		1.146,36	16.800,00	11.061,57	5.738,43	
22	Fornecedores	1.146,36	3.245,96	10.125,80	10.355,80		230,00
22.1	Fornecedores c/c	1.146,36	3.245,96	10.125,80	10.355,80		230,00
22.1.1	Fornecedores gerais	1.146,36	3.245,96	10.125,80	10.355,80		230,00
22.1.1.1	Fornecedores c/c (Nacionais)	1.146,36	3.245,96	10.125,80	10.355,80		230,00
22.1.1.1.001	Groovit, Lda		1.869,60	1.869,60	1.869,60		
22.1.1.1.002	AlmouroITEC, Lda (plisp)			9,84	9,84		
22.1.1.1.003	Luis Rafael Teixeira Matos			7.100,00	7.100,00		
22.1.1.1.004	Gutenimagem - Artes Gráficas Unip. Lda	1.146,36	1.146,36	1.146,36	1.146,36		
22.1.1.1.005	Prestigio Global, Lda		230,00		230,00		230,00
27	Outras contas a receber e a pagar			16.800,00	16.800,00		
27.8	Outros devedores e credores			16.800,00	16.800,00		
27.8.8	Devedores e Credores Diversos			16.800,00	16.800,00		
27.8.8.1	Sócios Internos			16.800,00	16.800,00		
27.8.8.1.001	Município de Sobral de Monte Agraço			2.800,00	2.800,00		
27.8.8.1.002	Município de Arruda dos Vinhos			2.800,00	2.800,00		
27.8.8.1.003	Município de Torres Vedras			2.800,00	2.800,00		
27.8.8.1.004	Município de Vila Franca de Xira			2.800,00	2.800,00		
27.8.8.1.005	Município de Mafra			2.800,00	2.800,00		
27.8.8.1.006	Município de Loures			2.800,00	2.800,00		
62	Fornecimentos e serviços externos	3.245,96		11.243,70		11.243,70	
62.2	Serviços especializados	2.099,60		9.209,44		9.209,44	
62.2.1	Trabalhos Especializados	230,00		230,00		230,00	
62.2.1.1	Trab.Especial.Merc.Nacional	230,00		230,00		230,00	
62.2.1.1.2	Trab.Especial c/IVA n/Dedutiv	230,00		230,00		230,00	
62.2.2	Publicidade e Propaganda	1.869,60		8.979,44		8.979,44	
62.2.2.1	Public.Prop.Merc.Nacional	1.869,60		8.979,44		8.979,44	
62.2.2.1.2	Public.Prop.c/IVA n/Dedutível	1.869,60		8.979,44		8.979,44	
62.3	Materiais	1.146,36		1.896,36		1.896,36	
62.3.3	Material de Escritório	1.146,36		1.146,36		1.146,36	
62.3.3.1	Mat.Escrit.Merc.Nacional	1.146,36		1.146,36		1.146,36	
62.3.3.1.2	Mat.Escrit.M.N.c/IVA n/Ded.	1.146,36		1.146,36		1.146,36	
62.3.4	Artigos para Oferta			750,00		750,00	
62.3.4.1	Artig.Oferta Merc.Nacional			750,00		750,00	
62.3.4.1.2	Artig.Oferta c/IVA n/Dedutível			750,00		750,00	
62.6	Serviços diversos			137,90		137,90	
62.6.6	Despesas de Representação			137,90		137,90	
62.6.6.6	Coffee Break			137,90		137,90	
68	Outros gastos e perdas			40,77		40,77	
68.8	Outros			40,77		40,77	
68.8.8	Outros não especificados			40,77		40,77	
68.8.8.6	Out.Custos Perdas Financeiras			40,77		40,77	
68.8.8.6.1	Serviços Bancários			40,77		40,77	

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro (Euros)

CONTA		VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
Código	Designação	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
62.3.3.6.1.3	Cust.Serv.Banc.Isentos			40,77		40,77	
78	Outros rendimentos e ganhos				16.800,00		16.800,00
78.1	Rendimentos suplementares				16.800,00		16.800,00
78.1.1	Quotas				16.800,00		16.800,00
78.1.1.1	Quota Anual				9.000,00		9.000,00
78.1.1.2	Contribuição extraordinária				7.800,00		7.800,00
TOTAL GERAL:		4.392,32	4.392,32	55.030,27	55.030,27	17.030,00	17.030,00

Licenciado a PRESTIGIO GLOBAL Consultores, Lda. Página: 2

Conclusão

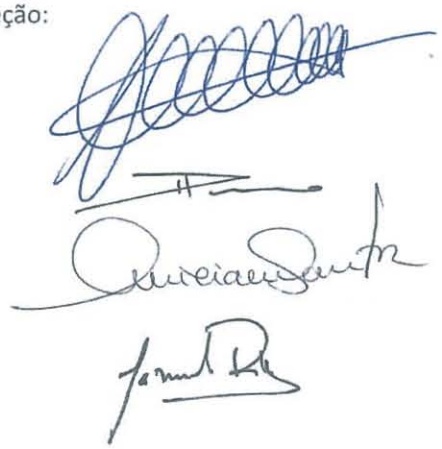
O primeiro ano de atividade da Associação decorreu dentro do esperado, tendo sido dada prioridade à criação do website da RHLT. Este não ficou concluido dentro do prazo inicialmente esperado, uma vez que os pagamentos da quotas e contribuições extraordinárias dos sócios não foram realizados até ao final de junho, como inicialmente previsto. Assim, o pagamento inicial à empresa foi protelado, o que atrasou o inicio dos trabalhos. A Equipa Técnica teve dificuldades em cumprir os prazos estipulados pelo grupo detrabalho do site para o envio de conteúdos, o que levou a alguns atrasos no envio dos dados à empresa.

A campanha de recolha de imagens também foi atrasada, pelas condiçoes climatéricas, mas foi concluída a tempo do vídeo promocional ser apresentado em Londres.

Em suma, espera-se no primeiro trimestre de 2018 concluir as atividades que ficaram pendentes em 2017, o que levou ao trânsito do saldo de 5.745,53 €.

Sobral de Monte Agraço, 01 de março de 2018

A Direção:



PARECER DO CONSELHO FISCAL

DA ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PATRIMONIAL DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS

No cumprimento do artigo 22º dos Estatutos da Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, adiante designada por RHLT, o Conselho Fiscal vem apreciar e dar parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas, apresentados pela Direção, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1. O Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, procedendo às verificações que considerou conveniente. Para o efeito foram prestados todos os esclarecimentos solicitados, e colocados à disposição os documentos de prestação de contas.

2. Verificámos que o Balanço de anual produzido, reflete de uma forma clara assim que com manifestações a atividade financeira da RHLT.

3. Da análise ao Relatório e Contas, apresentamos algumas considerações, nomeadamente:

   a) Em termos de gastos foi apresentado um valor de gastos no valor de €9.765,53 evidenciando que transitou para 2018.

   b) No que respeita à análise contabilística, verificou-se que não foram acrescidos custos, ocorridos no exercício de 2017, e dívidas que [illegible] no valor de €2.215,56, dos quais:

      - o valor de 60% de €4.650,00 referido à contribuição de sócio;
      - o valor de €437,00 também no âmbito do sócio; e
      - o valor ainda que estimado de €2.000,00 para pagamento de trabalhos de fiscalização nos concelhos do sócio.

   Tendo em conta, o exposto, o resultado apurado do exercício de 2017, que é de [illegible] quando ajustado pelo valor em €215,56.

4. O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Direção, no ano em análise.

5. Em conclusão, e atendendo às considerações constantes neste parecer positivo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Atividades e Contas subscritos pela Direção, respeitante ao exercício de 2017, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral da RHLT.

6. Aprovadas as contas na Assembleia Geral é necessário que se cumpram as orientações do Tribunal de Contas no que respeita à divulgação das contas no sítio eletrónico da RHLT, à remessa da declaração de responsabilidade em modelo próprio assim como dos documentos aplicáveis às entidades dispensadas de remessa de contas nos termos do n.º10 da Resolução 1/2018.

Loures, 26 de fevereiro de 2018

O Conselho Fiscal

Vogal

Rui Brás

- 75 19.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER De acordo com a proposta. Para tomada de conhecimento do Executivo e Deliberativo.

2018/04/03

O Vereador,

Concordo com o presente informação.

3/04/2018

A Diretora de Departamento,

...../...../.....

A Chefe de Divisão

DESPACHO

À reunião

03/04/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/5225

ASSUNTO: Relatórios e Contas do ano de 2017 - Empresas e Associações

No âmbito das suas atividades, as seguintes entidades detidas pelo Município de Mafra apresentaram os seus Relatórios e Contas do ano de 2017:

- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- CCAMM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL.

Face ao exposto e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que se submetam os referidos relatórios, para conhecimento do Órgão Executivo e Deliberativo.

À Consideração Superior

A Técnica Superior

(Cândida Jacinto)

Anexo VII

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

Exmo.Senhor
Presidente

V/Ref. **N/Ref.: CIR_31_2018/PBR** **DATA 28/03/2018**

ASSUNTO: Relatório e Contas 2017

Para os devidos efeitos somos a informar que se encontra disponível para consulta na área reservada aos associados, o relatório e contas do exercício de 2017, aprovado por unanimidade, em reunião do Conselho Geral realizada no dia 27/03/2018.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretario Geral

Rui Solheiro

RELATÓRIO

E CONTAS

2017

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DA ANMP RESPEITANTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ANMP E DA SUA ACTIVIDADE

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) é uma entidade de direito privado e de utilidade pública, tendo sido constituída através de escritura pública em 22 de Fevereiro de 1985.

A ANMP rege-se pelos seus Estatutos e subsidiariamente pelas competentes disposições do Código Civil. Pela sua natureza jurídica esta associação encontrava, até ao final do ano de 2009, o seu enquadramento contabilístico no Plano Oficial de Contabilidade – **POC**, atualmente revogado pelo Sistema de Normalização Contabilístico, com efeitos no exercício em análise.

A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local e, em especial:

- A representação e defesa dos Municípios e das Freguesias perante os órgãos de soberania;
- A realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local;
- A criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros;
- O desenvolvimento de ações de informação dos Eleitos Locais e de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da administração local;
- A troca de experiências e informações de natureza técnico-administrativa entre os seus membros;
- A representação dos seus membros perante as organizações nacionais ou internacionais.

Os membros da ANMP

São membros da ANMP os Municípios Portugueses e Associações de Municípios que declarem aderir à Associação mediante deliberação do órgão executivo e aprovação pelo órgão deliberativo.

Nas realizações da ANMP poderão participar, sem direito a voto, representantes de autarquias ou coletividades territoriais afins de países de língua oficial portuguesa.

Os Órgãos da ANMP

Os órgãos da Associação Nacional de Municípios Portugueses são:

- Congresso Nacional, órgão máximo composto por 3 delegados de cada Município;
- Conselho Geral, órgão deliberativo entre Congressos;
- Conselho Diretivo, órgão executivo;
- Conselho Fiscal, que tem por incumbência o controlo e fiscalização no domínio financeiro e patrimonial;
- Conselho Consultivo.

Organização Interna

A atividade diária da ANMP é desenvolvida a partir da sua sede nacional, localizada em Coimbra, onde funcionam os seguintes serviços:

- Secretário-Geral (SG) é o responsável pela direção dos serviços da ANMP, pela gestão corrente dos seus assuntos administrativos e financeiros e pela direção dos seus recursos técnicos e humanos;
- Gabinete de Apoio Secretário-Geral (GASG);
- Secretário-Geral Adjunto (SGA);
- Gabinete de Apoio ao Secretário (GASGA);
- Gabinete de Eventos, Secções e Grupos de Trabalho (GESG);
- Gabinete de Finanças, Fundos, Desenvolvimento e Cooperação (GFFDC);
- Gabinete Informático e de Tecnologias da Informação (GITI);
- Gabinete Jurídico (GJ);
- Gabinete de Relações Internacionais (GRI);
- Assessoria de Comunicação (AC).

A ANMP mantém em funcionamento uma delegação em Lisboa, para apoio aos seus associados.

2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

RENDIMENTOS

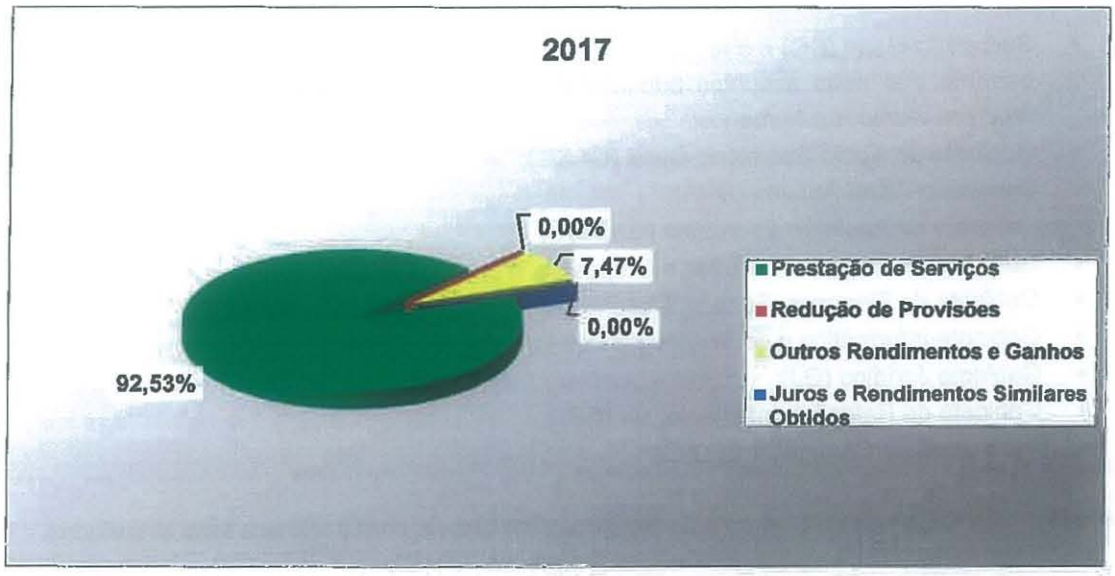
Euros

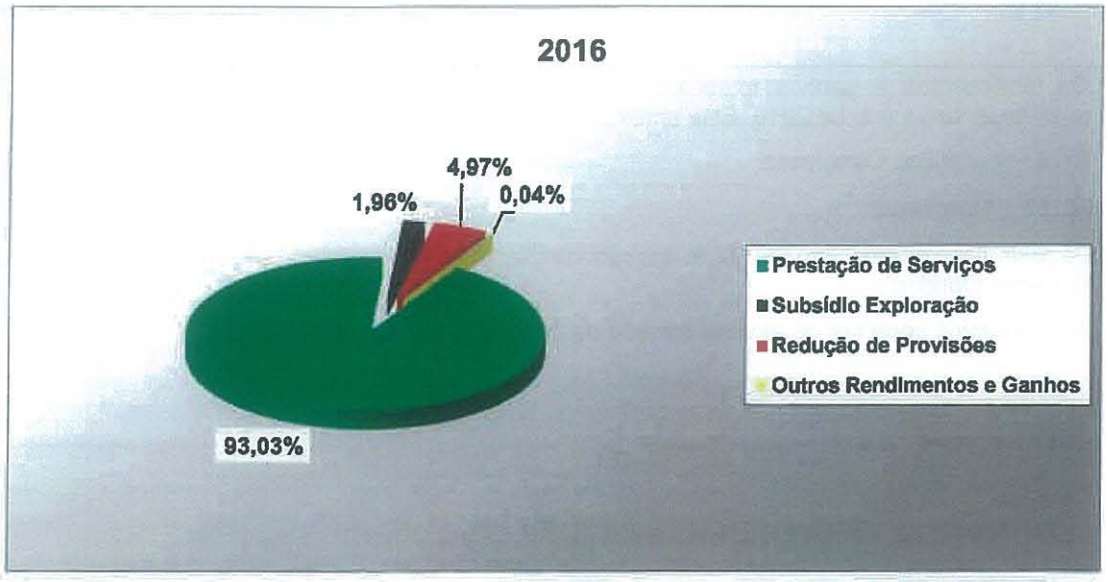
Rubricas	2017 (b)	2016 (a)
Prestações de Serviços	1.634.181,74	1.492.935,29
Subsídios à Exploração	----------	----------
Reversões de Provisões	----------	31.439,21
Outros Rendimentos e Ganhos	132.000,02	79.822,13
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	----------	671,01
Total	**1.766.181,76**	**1.604.867,64**

Os rendimentos da ANMP incluem:

- Rendimentos de quotizações de associadas, inscrições em congressos, seminários e outras organizações da ANMP;
- Rendimentos provenientes de outros proveitos suplementares tais como apoios recebidos para a realização de eventos e outras iniciativas da ANMP;
- Rendimentos provenientes de juros de depósitos à ordem e a prazo;
- Rendimentos relacionados com exercícios findos.

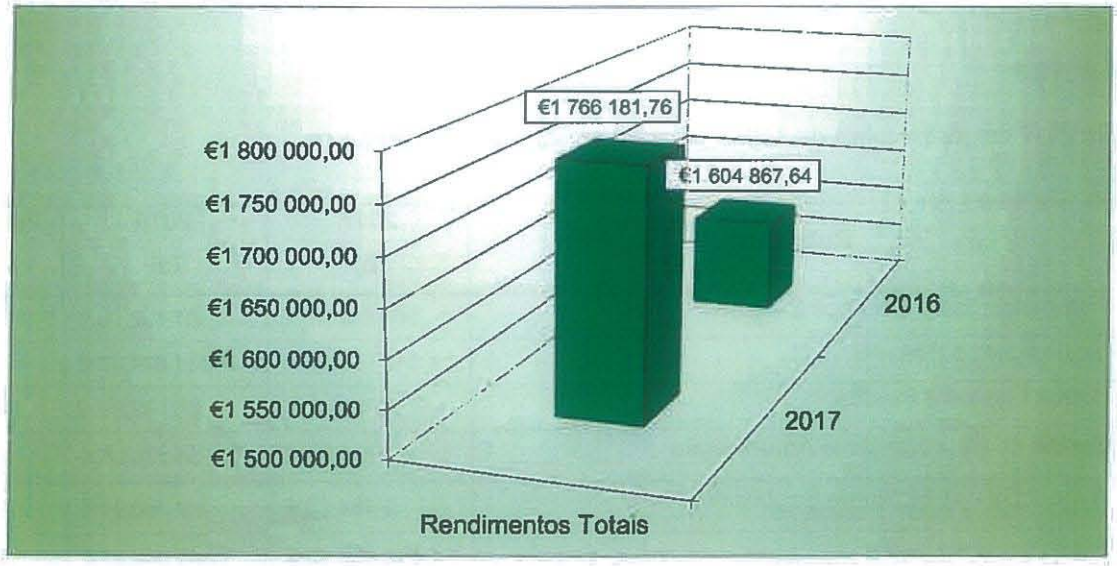
COMPOSIÇÃO DOS RÉDITOS





As quotizações dos associados representam quase a totalidade dos recursos que a ANMP dispõe para financiar a sua atividade. Os outros rendimentos e ganhos obtidos em 2017 referem-se essencialmente às inscrições e as apoios auferidos no âmbito da realização do XIII Congresso da ANMP.

Evolução dos rendimentos e ganhos face a 2016



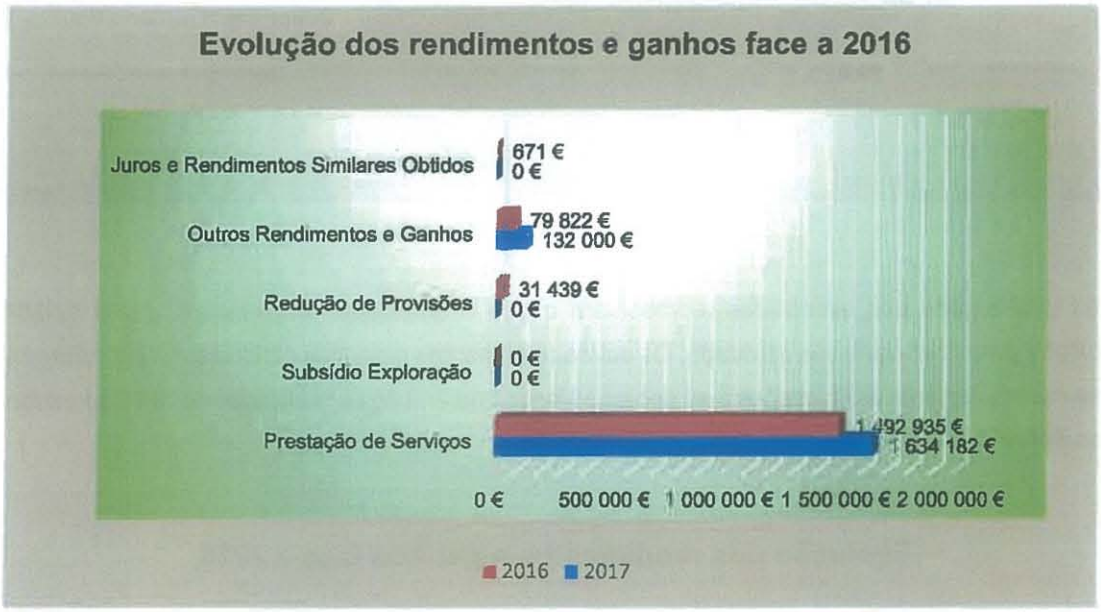
Os rendimentos e ganhos totais da ANMP sofreram um acréscimo de cerca de **10,05%** relativamente ao ano de 2016. Este acréscimo está sobretudo refletido nas seguintes contas:

7212 – Inscrições Congresso

78162 – Patrocínios.

De assinalar o decréscimo em 100% nas rúbrica "Redução de Provisões" e "Juros e Rendimentos Similares Obtidos".

Esta dinâmica pode ser observada através da figura que abaixo se apresenta:

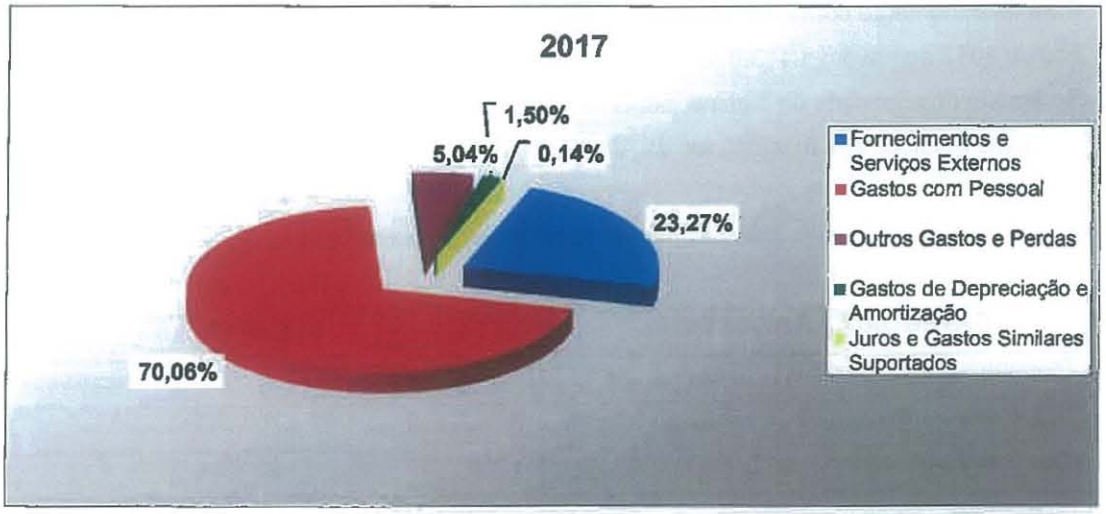


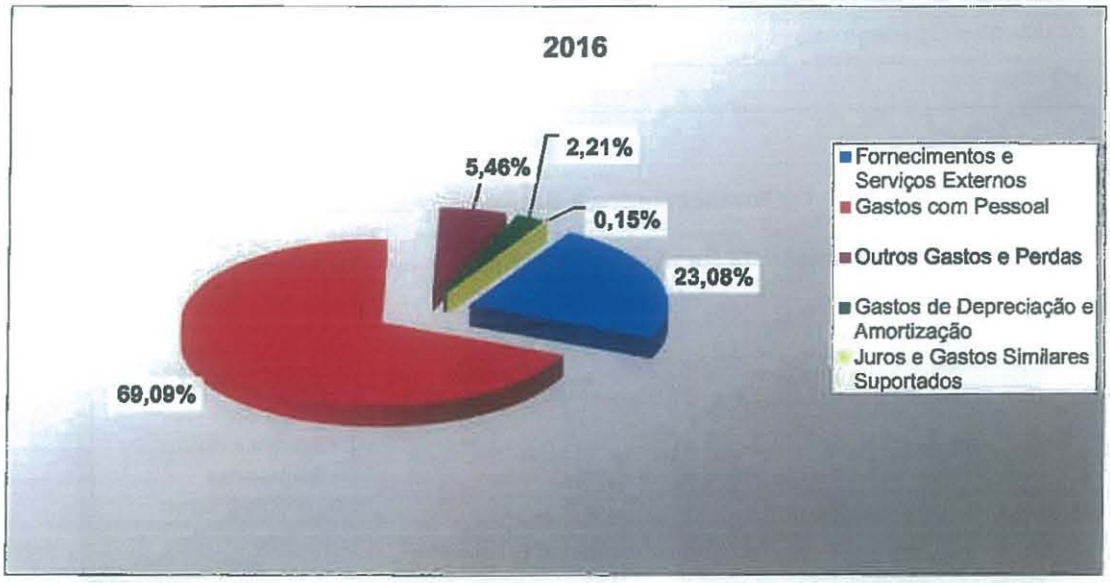
GASTOS

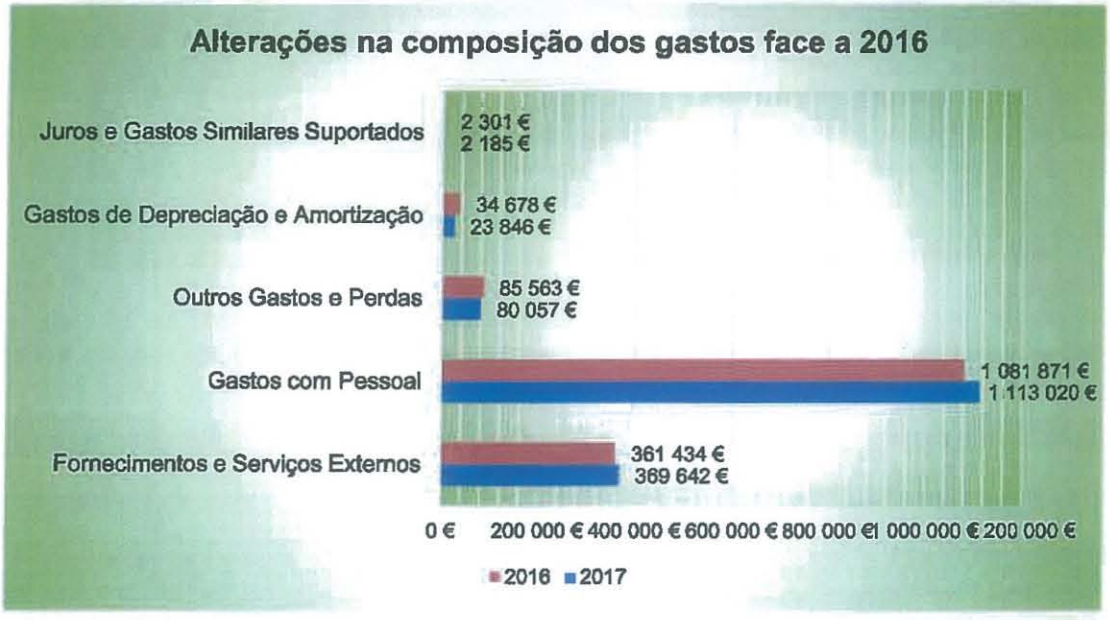
Em 2017 os gastos totais da ANMP cifraram-se em 1 588 750,59 euros.

Rubricas	2017 (b)	2016 (a)	Variação (b/a)
Fornecimentos e Serviços Externos	369 642,45 €	361 433,98 €	2,27%
Gastos com o Pessoal	1 113 020,24 €	1 081 871,03 €	2,88%
Outros Gastos e Perdas	80 056,81€	85 562,67 €	-6,43%
Gastos de Depreciação e Amortização	23 846,39 €	34 678,28 €	-31,24%
Juros e Gastos Similares Suportados	2 184,70 €	2 300,91 €	-5,05%
Total	**1 588 750,59 €**	**1 565 846,87 €**	**1,46%**

COMPOSIÇÃO DOS GASTOS







Recursos humanos

Para este montante contribuíram com grande expressão os Gastos com Pessoal que no final do ano de 2017 somavam 1.113.020,24 euros.

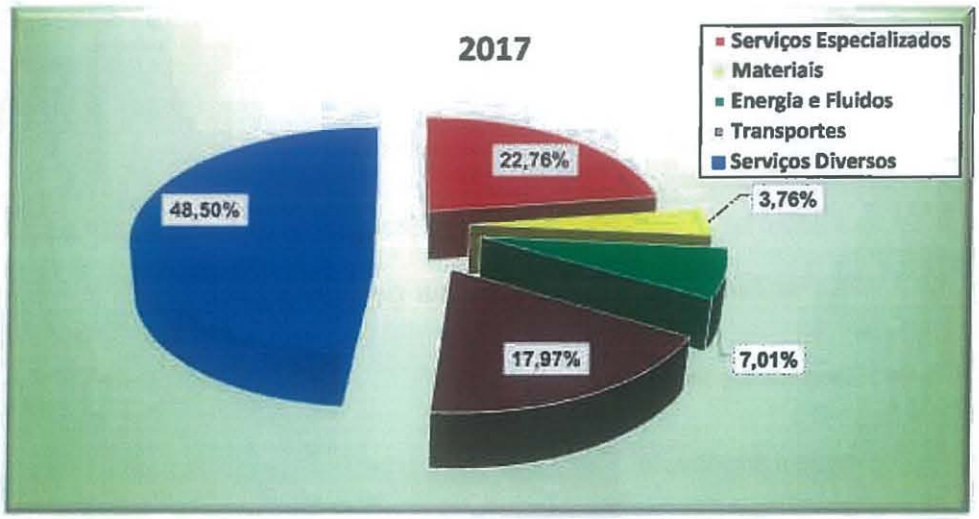
No âmbito dos serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho, foram realizados exames e consultas médicas aos funcionários da ANMP.

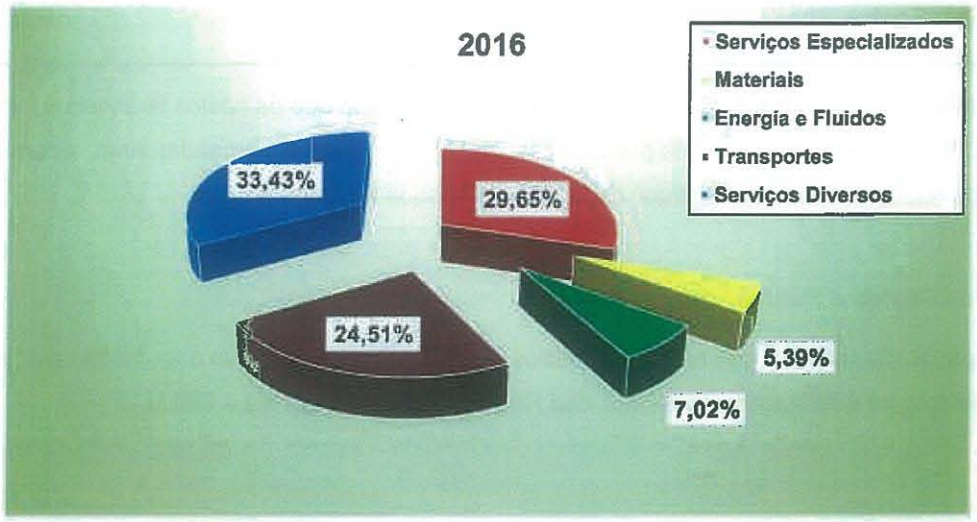
Número de pessoas ao serviço em 2017

CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO
Dirigentes Superiores de 1.º Grau	1
Dirigentes Superiores de 2.º Grau	1
Técnicos Superiores	15
Assistentes Técnicos	7
Assistentes Operacionais	2
TOTAL	**26**

Fornecimentos e Serviços Externos

Composição da Rubrica Fornecimento e Serviços Externos





Os Fornecimentos e Serviços Externos, atingiram, em 2017, o valor de 369 642,45 Euros.
No cômputo geral esta rúbrica sofreu um acréscimo de 2,27 % relativamente ao ano de 2016.
Este acréscimo resulta sobretudo dos custos relacionados com a realização do XXII Congresso da ANMP.

Os restantes custos de FSE referem-se:

- Gastos efetuados com reuniões com entidades oficiais nacionais e internacionais e que, de acordo com a nova classificação SNC, estão incluídos na rubrica Transportes;
- Honorários pagos a terceiros;
- Conservação e reparação;
- À aquisição de materiais; energia e fluidos (combustíveis) necessários para cobrir necessidades de funcionamento;
- Serviços especializados
- Outros Serviços contratados na prossecução das atividades desta Associação.

Assim compostos, os Fornecimentos e Serviços Externos representam 23% do total dos compromissos assumidos pela ANMP em 2017.

Aprovisionamento

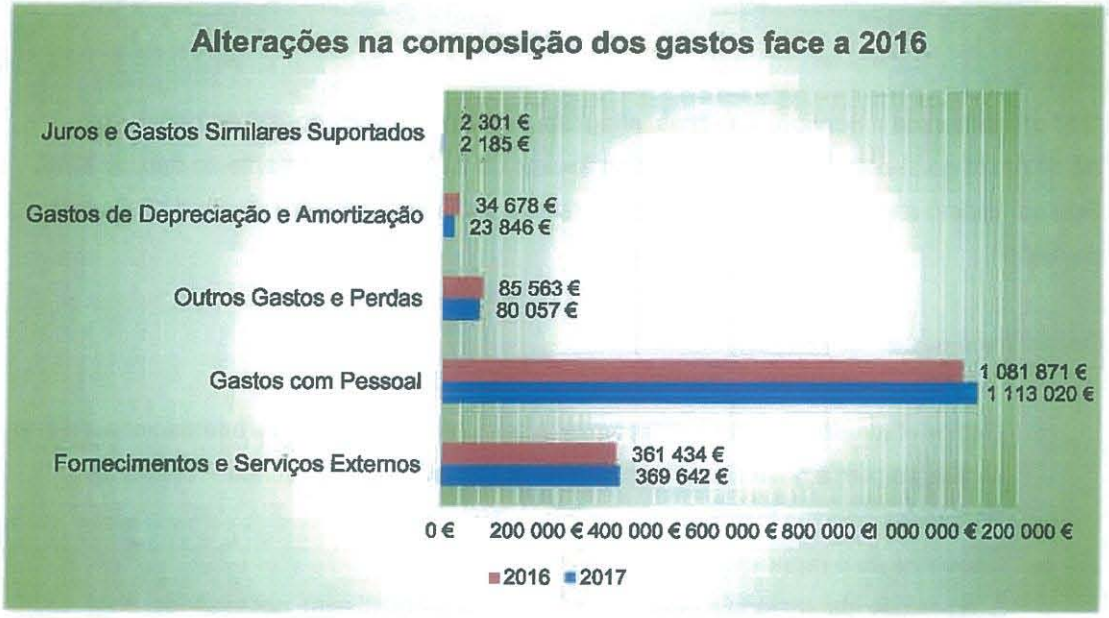
As compras efetuadas pela ANMP seguem as regras estabelecidas pelo Código da Contratação Pública e obedecem aos normativos consagrados pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), classificando-se, neste âmbito, como uma entidade sem pagamentos em atraso.

Juros e Gastos Similares suportados

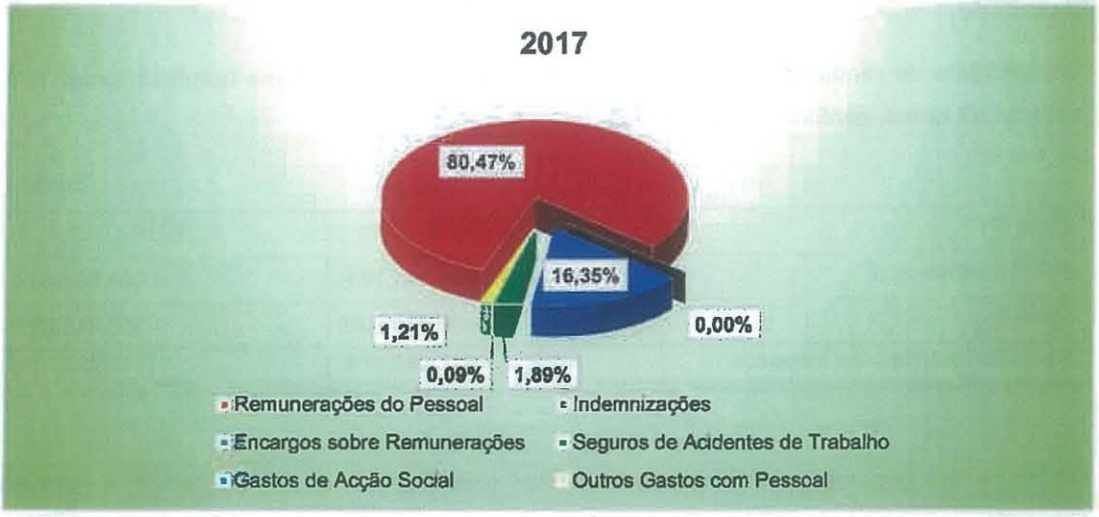
A ANMP não recorreu a qualquer empréstimo bancário, pelo que os gastos financeiros, no valor de 2.184,70 euros, e assumidos por esta associação, referem-se, nomeadamente, a comissões e juros relacionados com encargos de locação cobrados ao longo do ano.

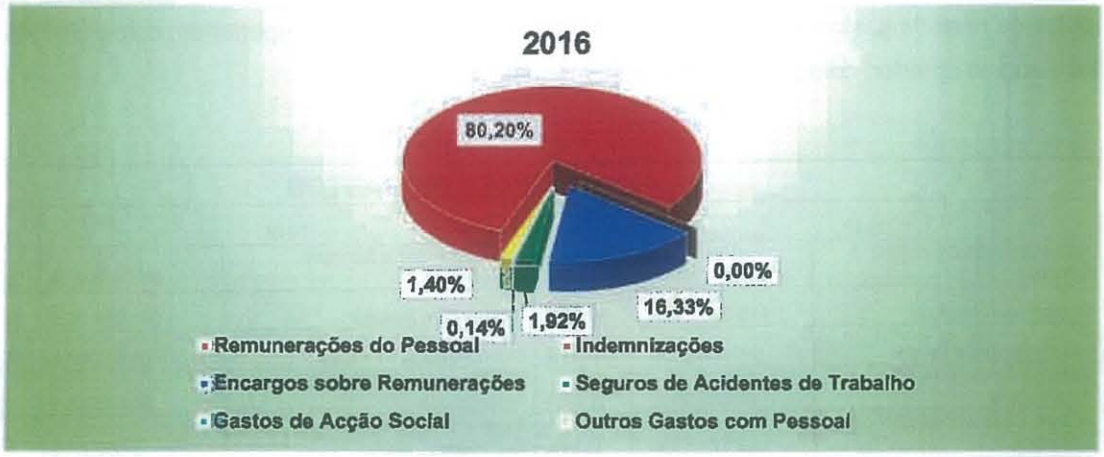
Outros Gastos e Perdas

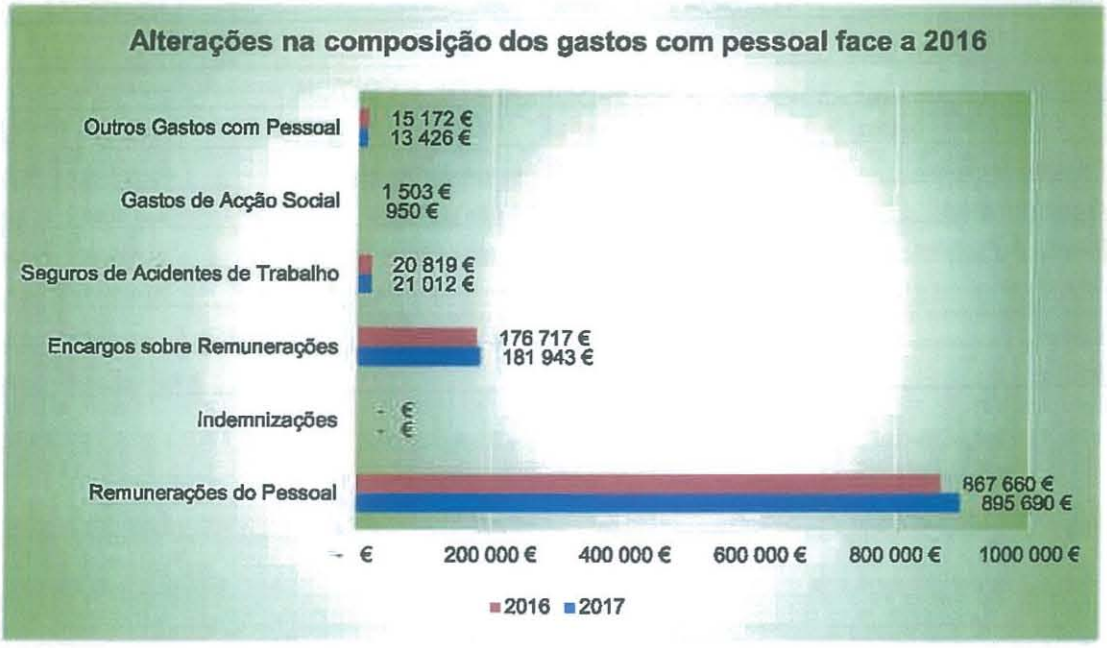
Cumpre ainda salientar que na rúbrica Outros Gastos e Perdas continua a ter muita relevância o pagamento de quotizações ao Comité das Regiões Europeu (CCRE) e CGLU.



Composição dos Gastos com Pessoal







Resultado

Do confronto de rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se um resultado positivo de 177 431,17 euros, conforme mapa abaixo.

euros

Rubricas	2016	2016
Rendimentos	1 766 181,76 €	1 604 867,64 €
Gastos	1 588 750,59 €	1 565 846,87 €
Resultado antes do Imposto	**117 431,17 €**	**39 020,77 €**

Da leitura dos gráficos que ilustram as variações ocorridas nos custos da ANMP, e também observadas no mapa de Demonstrações de Resultados, verifica-se que houve um acréscimo global do nível de gastos de cerca de 1,46 % para um nível de receita superior em cerca 10,05% face ao ano anterior, conforme os seguintes mapas:

COMPOSIÇÃO DE GASTOS						
2017		%	2016		%	Variação
Fornecimentos e Serviços Externos	369 642,45 €	23,27%	Fornecimentos e Serviços Externos	361 433,98 €	23,08%	2,27%
Gastos com Pessoal	1 113 020,24 €	70,06%	Gastos com Pessoal	1 081 871,03 €	69,09%	2,88%
Outros Gastos e Perdas	80 056,81 €	5,04%	Outros Gastos e Perdas	85 562,67 €	5,46%	-6,43%
Gastos de Depreciação e Amortização	23 846,39 €	1,50%	Gastos de Depreciação e Amortização	34 678,28 €	2,21%	-31,24%
Juros e Gastos Similares Suportados	2 184,70 €	0,14%	Juros e Gastos Similares Suportados	2 300,91 €	0,15%	-5,05%
Total	**1 588 750,59 €**	**100%**	**Total**	**1 565 846,87 €**	**100%**	**1,46%**

COMPOSIÇÃO DE RÉDITOS						
2017		%	2016		%	Variação
Prestação de Serviços	1 634 181,74 €	92,53%	Prestação de Serviços	1 492 935,29 €	**93,03%**	9,46%
Subsídio Exploração	0,00 €	0,00%	Subsídio Exploração	0,00 €	**0,00%**	0,00%
Redução de Provisões	0,00 €	0,00%	Redução de Provisões	31 439,21 €	**1,96%**	-100,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	132 000,02€	7,47%	Outros Rendimentos e Ganhos	79 822,13 €	**4,97%**	65,37%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00 €	0,00%	Juros e Rendimentos Similares Obtidos	671,01 €	**0,04%**	-100,00%
Total	**1 766 181,76 €**	**100%**	**Total**	**1 604 867,64 €**	**100%**	**10,05%**

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1. Designação da entidade

Associação Nacional de Municípios Portugueses

1.2. Sede

Avenida Marnoco e Sousa, n.º 52, em Coimbra

1.3. NIPC

501 627 413

1.4. Natureza da Actividade

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) é uma entidade de direito privado e de utilidade pública, tendo sido constituída em 22 de Fevereiro de 1985. A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, no disposto das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro (NCFR) da ANMP.

1.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

1.3. Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2017.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da ANMP, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 *(data de transição para NCRF),* encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

IMPARIDADE DE ACTIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

RÉDITO (NCRF 20)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;

- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;

- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;

- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Associados e outras dívidas de terceiros

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Benefícios de empregados

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação

4 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

DESCRIÇÃO	CONTA	MONTANTE
TOTAL CAIXA	11	23 614,01 €
DEPÓSITOS À ORDEM	12	608 340,56 €
DEPÓSITOS A PRAZO	13	1 160 000,00 €
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS		**1 791 954,57 €**

5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidades acumuladas;

b) As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes, numa base anual, de acordo com as taxas aplicáveis por Lei

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas são as aplicáveis por Lei;

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, de acordo com o seguinte quadro:

Euros

Descrição	31/12/2016	Adições	Abates	31/12/2017
Edifícios e outras construções	617.149,93			617.149,93
Equipamento de transporte	99.152,91			99.152,91
Equipamento Administrativo	301.864,63	902,09		302.766,72
Outros ativos tangíveis	301.406,80	8.172,35		309.579,15
Ativo Bruto Tangível	**1.319.574,27**	**9.074,44**		**1.328.648,71**
Depreciações Acumuladas	1 126 856,50	23 846,39		1 150 702,89
Ativo Líquido Tangível	**192.717,77**			**177.945,82**

6 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	Rúbrica	2017	2016
72	**Prestação de Serviços**	**1 634 181,74 €**	**1 492 935,29 €**
721	**Associadas**	**1 634 181,74 €**	**1 492 935,29 €**
7211	Quotizações	1 503 181,74 €	1 492 435,29 €
7212	Inscrições Congresso	131 000,00 €	500,00 €
75	**S. Exploração**	**- €**	**- €**
752	Subsídios de outras entidades	- €	- €
76	**Reversões**	**- €**	**31 439,21 €**
763	**Provisões**	**- €**	**31 439,21 €**
7638	O. Provisões	- €	31 439,21 €
78	**Outros rendimentos e ganhos**	**132 000,02 €**	**79 822,13 €**
781	**Rendimentos suplementares**	**132 000,00 €**	**73 750,00 €**
7816	**O. Rendimentos suplementares**	**132 000,00 €**	**73 750,00 €**
78162	**Patrocínios**	**132 000,00 €**	**73 750,00 €**
781621	Patrocínio Congresso	127 500,00 €	- €
781622	Patrocínio Prémio de Jornalismo	4 500,00 €	3 250,00 €
781624	Rendimentos e Ganhos	- €	70 500,00 €
78465	**Outros Serviços**	**- €**	**6 071,63 €**
782	**Descontos p/p obtidos**	**- €**	**- €**
786	**Rendimentos e Ganhos nos restantes activos**	**- €**	**- €**
7861	Diferenças de câmbio favoráveis	- €	- €
788	**Outros**	**0,02 €**	**0,50 €**
7881	**Correcções períodos anteriores**	**- €**	**- €**
78811	Exercícios anteriores	- €	- €
7888	Outros não especificados	0,02 €	0,50 €
79	**Juros, dividendos e outros**	**- €**	**671,01 €**
791	**Juros obtidos**	**- €**	**671,01 €**
79111	D. Ordem	- €	- €
79112	D. Prazo	- €	671,01 €
TOTAL		**1 766 181,76 €**	**1 604 867,64 €**

7 – Instrumentos Financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

7.1. – Fornecedores/Associados/Outras contas a receber e a pagar/pessoal

- Clientes/Associados – da qual fazem parte todas quotizações e demais operações relacionadas com as Câmaras Municipais que estão associadas à ANMP
- Outras Contas a Receber – Operações com juntas de freguesia e câmaras municipais relativas a seguros de eleitos locais e de bombeiros, bem como, operações com pessoal e com congéneres africanos no âmbito da cooperação com os mesmos.

Os saldos credores destas contas, originados por correções de tesouraria e respetiva emissão de notas de crédito, encontram-se refletidos no passivo mantendo assim o princípio contabilístico da não compensação de saldos.

- Fornecedores
- Outras contas a pagar

O mesmo princípio é aplicado às contas do Passivo Corrente supra.

8 – Outras Informações

8.1. – Estado e outros entes públicos

Euros

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativos		
Segurança Social	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento	0,00	1.390,96
Total	**0,00**	**1.390,96**
Passivos		
Retenção de impostos sobre rendimentos	16.359,99	18.300,66
Imposto sobre Valor Acrescentado	29.325,00	8.625,00
Contribuições para a Segurança Social	19.092,98	19.996,73
Outras Tributações FCT e FGT	56,25	54,19
Total	**64.834,22**	**46.976,58**

BALANÇO A 31.12.2017

Rubricas	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		177 945,82	192 717,77
Activos Intangíveis		191,04	191,04
Outros activos financeiros		1 312,25	695,41
Subtotal		179 449,11	193 604,22
Activo corrente			
Clientes		313 756,90	298 985,52
Estado e outros entes públicos		0,00	1 390,96
Outras contas a receber		48 321,30	55 014,63
Diferimentos		27 206,30	41 948,04
Caixa e depósitos bancários		1 791 954,57	1 564 704,79
Subtotal		2 181 239,07	1 962 043,94
Total do activo		2 360 688,18	2 155 648,16
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Resultados transitados		1 989 914,94	1 950 894,17
Outras variações de capital próprio		14 250,00	14 250,00
Subtotal		2 004 164,94	1 965 144,17
Resultado líquido do exercício		177 431,17	39 020,77
Total do capital próprio		2 181 596,11	2 004 164,94
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		788,69	788,69
Subtotal		788,69	788,69
Passivo corrente			
Fornecedores		78 928,39	49 803,82
Adiantamentos de clientes		3 309,22	2 794,10
Estado e outros entes publicos		64 834,22	46 976,58
Outras contas a pagar		31 231,55	51 120,03
Subtotal		178 303,38	150 694,53
Total do Passivo		179 092,07	151 483,22
Total do capital próprio e do passivo		2 360 688,18	2 155 648,16

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 31.12.2017

Conta Pos	Conta Neg	Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
71/72		Vendas e serviços prestados		1 634 181,74	1 492 935,29
75		Subsídios à exploração		0,00	0,00
	685	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
785+792					
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos		-369 642,45	-361 433,98
	63	Gastos com pessoal		-1 113 020,24	-1 081 871,03
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	31 439,21
7623; 7627/8	653;657/8	Imparidade de Investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
78...+791		Outros rendimentos e ganhos		132 000,02	79 822,13
	69-685+69...	Outros gastos e perdas		-80 056,81	-85 562,67
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		203 462,26	75 328,95
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-23 846,39	-34 678,28
7624/6	654/6	Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		179 615,87	40 650,67
7915		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	671,01
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados		-2 184,70	-2 300,91
		Resultado antes de impostos		177 431,17	39 020,77
	812	Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		177 431,17	39 020,77

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo) a 31.12.2017

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		2 243 476,24	2 096 027,56
Pagamentos a Fornecedores		-974 123,21	-909 257,69
Pagamentos ao Pessoal		-553 293,96	-538 149,84
Caixa geradas pelas operações		716 059,07	648 620,03
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-485 805,46	-496 856,54
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		-917,07	-1 869,10
Fluxos das actividades operacionais (1)		229 336,54	149 894,39
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-334,28	-501,66
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	966,81
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-334,28	465,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-1 752,48	-2 300,90
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-1 752,48	-2 300,90
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		227 249,78	148 058,64
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 564 704,79	1 416 646,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 791 954,57	1 564 704,79

Contabilidade -
(c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Técnico Oficial de Contas

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS ☐
- ACTIVOS INTANGÍVEIS ☒
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS ☐
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO ☐

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES ☒
- QUOTAS DECRESCENTES ☐
- OUTROS ☐

IRC

MODELO **32**

Código de acordo com a tabela anexa ao DR 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais					Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
		Início de utilização		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilidade esperada		Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Depreciações e amortizações			Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)			
		Mês	Ano						Taxa %	Taxa corrigida %	Limite fiscal do período				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6)] ou [(6)-(9)]x(11)	(13)	(14)	(15)=(8)-[(12)+(13)]	(16)
	Transporte														
	Elementos que entraram em funcionamento a partir 1 de Janeiro de 1989														
	TABELA 2 DIVISÃO 1 GRUPO 5														
2440	Programas de computadores														
	LICENÇA ANTIVIRUS PANDA		2008	1 080,00	1 080,00		0,00	1 080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	GOODSYNC -SOFTWARE PARA CÓPI		2009	231,20	231,20		0,00	231,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	LICENÇA PANDA ANTIVÍRUS 3 ANOS		2009	1 189,97	1 189,97		0,00	1 189,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PROGRAMA ARCVIEW9.X5U		2010	3 732,00	3 732,00		0,00	3 732,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				6 233,17	6 233,17		0,00	6 233,17			0,00	0,00		0,00	0,00
	TABELA 2 DIVISÃO 2														
2475	Elementos da propriedade industrial, tais como patentes, marcas, alvarás, processos de fabrico,... plataforma lei dos compromissos		2014	573,18	573,18		0,00	573,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				573,18	573,18		0,00	573,18			0,00	0,00		0,00	0,00
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR....			6 806,35	6 806,35		0,00	6 806,35			0,00	0,00		0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS [X]
- ACTIVOS INTANGÍVEIS [ ]
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS [ ]
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO [ ]

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES [X]
- QUOTAS DECRESCENTES [ ]
- OUTROS [ ]

IRC

MODELO 32

Código de acordo com a tabela anexa ao DR 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais				Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
		Início de utilização		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilidade esperada		Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Depreciações e amortizações					
		Mês	Ano						Taxa %	Taxa corrigida %	Limite fiscal do período	Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6)] ou [(6)-(9)]x(11)	(13)	(14)	(15)=(8)-[(12)+(13)]	(16)
	Transporte														
	Elementos que entraram em funcionamento até 31 de Dezembro de 1988														
	TABELA 2 DIVISÃO 1 GRUPO 1														
2015	Edifícios: Comerciais e administrativos														
	EDIFICIO SEDE		1987	322 314,00	322 314,00		6 446,28	196 124,85	2,00	0,00	6 446,28	0,00	0,00	0,00	0,00
				322 314,00	322 314,00		6 446,28	196 124,85			6 446,28	0,00		0,00	0,00
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR....			322 314,00	322 314,00		6 446,28	196 124,85			6 446,28	0,00		0,00	0,00

MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO: 2017

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS [X]
- ACTIVOS INTANGÍVEIS [ ]
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS [ ]
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO [ ]

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES [X]
- QUOTAS DECRESCENTES [ ]
- OUTROS [ ]

IRC

MODELO 32

Código de acordo com a tabela anexa ao DR 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data: Início de utilização: Mês	Data: Início de utilização: Ano	Activos: Valor contabilístico registado	Activos: Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa corrigida %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Limite fiscal do período	Gastos Fiscais: Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6)] ou [(6)-(9)]x(11)	(13)	(14)	(15)=(8)-[(12)+(13)]	(16)
	Transporte			322 314,00	322 314,00		6 446,28	196 124,85			6 446,28				
	Elementos que entraram em funcionamento a partir 1 de Janeiro de 1989														
	TABELA 1 DIVISÃO 7 GRUPO 1														
1565	Mobiliário														
	CADEIRA RODADA CACP-R10		2011	129,15	129,15		16,14	80,70	12,50	0,00	16,14	0,00	0,00	0,00	0,00
				129,15	129,15		16,14	80,70			16,14	0,00		0,00	0,00
	TABELA 1 DIVISÃO 7 GRUPO 2 ALÍNEA A														
1615	Aparelhagem e mobiliário de uso específico														
	Aspirador Hoover TCR4205		2013	122,00	122,00		15,25	61,00	12,50	0,00	15,25	0,00	0,00	0,00	0,00
				122,00	122,00		15,25	61,00			15,25	0,00		0,00	0,00
	TABELA 2 DIVISÃO 1 GRUPO 2														
2130	Centrais telefónicas privativas														
	TELEMOVEL NOKIA 8810		1998	897,34	897,34		0,00	897,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TELEMOVEL NOKIA 7110		2000	398,54	398,54		0,00	398,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO		2006	2 278,43	2 278,43		0,00	2 278,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TELEFONE YEALINK		2014	130,24	130,24		13,02	39,06	10,00	0,00	13,02	0,00	0,00	0,00	0,00
2170	Radiofónicas, radiotelegráficas e de televisão (instalações privativas)														
	FAX MULTIFUNÇÕES SAMSUNG		2007	304,99	304,99		0,00	304,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2175	Refeitórios e cozinhas privativas														
	Frigorífico LG GRB-3925-T INOX		2010	589,00	589,00		58,90	412,30	10,00	0,00	58,90	0,00	0,00	0,00	0,00
2195	Não especificadas														
	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO AN		2008	1 628,11	1 628,11		162,82	1 465,29	10,00	0,00	162,82	0,00	0,00	0,00	0,00
	SISTEMA DE SEGURANÇA		2008	854,26	854,26		85,39	768,87	10,00	0,00	85,39	0,00	0,00	0,00	0,00
				7 080,91	7 080,91		320,13	6 564,82			320,13	0,00		0,00	0,00
	TABELA 2 DIVISÃO 1 GRUPO 3														
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR....			329 646,06	329 646,06		6 797,80	202 831,37			6 797,80	0,00		0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS [X]
- ACTIVOS INTANGÍVEIS [ ]
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS [ ]
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO [ ]

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES [X]
- QUOTAS DECRESCENTES [ ]
- OUTROS [ ]

IRC

MODELO **32**

Código de acordo com a tabela anexa ao DR 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data: Início de utilização – Mês	Data: Início de utilização – Ano	Activos: Valor contabilístico registado	Activos: Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Activos: Nº de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa corrigida %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Limite fiscal do período	Gastos Fiscais: Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6)] ou [(6)-(9)]x(11)	(13)	(14)	(15)=(8)-[(12)+(13)]	(16)
	Transporte			329 646,06	329 646,06		6 797,80	202 831,37			6 797,80				
2200	Aparelhagem e máquinas electrónicas														
	ACESSORIOS MAQ FOT DIGITAL CA		2006	568,93	568,93		0,00	568,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MÁQUINA FOTOGRÁFICA DIGITAL- I		2006	1 131,35	1 131,35		0,00	1 131,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MATERIAL DE FOTOGRAFIA- FLASH		2006	445,28	445,28		0,00	445,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DECK DE CASSETTES		2006	157,30	157,30		0,00	157,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TELEFONE DIGITAL-CENTRAL TELFÓ		2010	214,06	214,06		0,00	214,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CONJUNTO PROJETOR VIDEO,TELA		2014	601,80	601,80		120,36	361,08	20,00	0,00	120,36	0,00	0,00	0,00	0,00
2205	Aparelhagem de reprodução de som														
	EQUIPAMENTO DE GRAVAÇÃO E REI		2007	398,99	398,99		0,00	398,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SISTEMA DE SOM		2007	4 595,58	4 595,58		0,00	4 595,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MICROFONE		2007	330,33	330,33		0,00	330,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RACK COM RODAS- EQUIPAMENTO I		2006	423,50	423,50		0,00	423,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	UNIDADES DE DELEGADO - SISTEMA		2006	1 197,90	1 197,90		0,00	1 197,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE CONTROLE/ALIMENTAÇÃO		2006	1 281,45	1 281,45		0,00	1 281,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	EQUALIZADOR GRÁFICO - SISTEMA		2006	223,85	223,85		0,00	223,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	AMPLIFICADOR STEREO		2006	665,50	665,50		0,00	665,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE MISTURA YAMAHA		2006	592,90	592,90		0,00	592,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COLUNAS DE SOM MUSICSON		2006	363,00	363,00		0,00	363,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	EQUIPAMENTO DE PROJECÇÃO GAB		2008	1 668,34	1 668,34		0,00	1 668,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	GRAVADOR LG EXTERNO		2008	94,00	94,00		0,00	94,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2210	Aparelhos de ar condicionado														
	SISTEMA DE AR CONDICIONADO		2007	1 499,00	1 499,00		0,00	1 499,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SISTEMA DE AR CONDICIONADO		2007	1 161,60	1 161,60		0,00	1 161,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	APARELHOS DE AR CONDICIONADO		2014	2 498,50	2 498,50		312,31	936,93	12,50	0,00	312,31	0,00	0,00	0,00	0,00
	SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO MITSUI		2016	1 656,81	1 656,81		207,10	207,10	12,50	0,00	207,10	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR....			351 416,03	351 416,03		7 437,57	221 349,34			7 437,57	0,00		0,00	0,00

MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO: 2017

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS [X]
- ACTIVOS INTANGÍVEIS [ ]
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS [ ]
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO [ ]

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES [X]
- QUOTAS DECRESCENTES [ ]
- OUTROS [ ]

IRC

MODELO 32

Código de acordo com a tabela anexa ao DR 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data: Início de utilização: Mês	Data: Início de utilização: Ano	Activos: Valor contabilístico registado	Activos: Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Activos: Nº de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa corrigida %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Limite fiscal do período	Gastos Fiscais: Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6)] ou [(6)-(9)]x(11)	(13)	(14)	(15)=(8)-[(12)+(13)]	(16)
	Transporte			351 416,03	351 416,03		7 437,57	221 349,34			7 437,57				
	Bomba de Calor AC		2010	18 264,95	18 264,95		2 283,11	15 981,84	12,50	0,00	2 283,11	0,00	0,00	0,00	0,00
2215	Aparelhos de aquecimento (irradiadores e outros)														
	RADIADORES DELEGAÇÃO LX		2011	85,80	85,80		10,72	64,34	12,49	0,00	10,72	0,00	0,00	0,00	0,00
	IRRADIADORES A ÓLEO - DELEGAÇÃ		2011	85,80	85,80		10,72	64,34	12,49	0,00	10,72	0,00	0,00	0,00	0,00
2240	Computadores														
	FOTOCOPIADORA E FAX- KONICA M		2005	847,00	847,00		0,00	847,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IMPRESSORA ELTRON P3301 USB		2005	1 789,88	1 789,88		0,00	1 789,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADOR PESSOAL		2005	685,44	685,44		0,00	685,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADOR PESSOAL		2005	1 586,03	1 586,03		0,00	1 586,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FAX SAMSUNG SCX 4216		2005	331,12	331,12		0,00	331,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Kit controlador de rede workcentre		2004	1 676,45	1 676,45		0,00	1 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADOR DELEGAÇÃO DE TIM		2008	417,32	417,32		0,00	417,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MONITOR VIEWSONIC 20 WIDE VA2		2008	578,27	578,27		0,00	578,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADORES PORTATEIS OFFIC		2008	900,00	900,00		0,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SERVIDOR HP ML110G5 3065 250Gb		2008	1 350,00	1 350,00		0,00	1 350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADORES HP de5800 SFF+O		2008	9 660,00	9 660,00		0,00	9 660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADOR HP DC5800 SFF+ OFI		2008	1 008,00	1 008,00		0,00	1 008,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADORES PORTATEIS HP 67		2008	1 814,40	1 814,40		0,00	1 814,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADORES HP DC 5800 SFF+C		2008	9 660,00	9 660,00		0,00	9 660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	HP DC 5800 SFFF+OFFICE PRO		2008	2 016,00	2 016,00		0,00	2 016,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	HP 6730S C2D T5870/2GB/250GB		2008	1 814,40	1 814,40		0,00	1 814,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	EQUIPAMENTO DE INTERLIGAÇÃO D		2009	490,00	490,00		0,00	490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	computador Touchsmart HP		2009	1 249,00	1 249,00		0,00	1 249,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	disco externo western digital 2TB		2013	237,88	237,88		0,00	237,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	APPLE MB Pro 13		2014	1 399,00	1 399,00		0,00	1 398,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR....			409 362,77	409 362,77		9 742,12	276 969,92			9 742,12	0,00		0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS [X]
- ACTIVOS INTANGÍVEIS [ ]
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS [ ]
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO [ ]

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES [X]
- QUOTAS DECRESCENTES [ ]
- OUTROS [ ]

IRC

MODELO 32

Código de acordo com a tabela anexa ao DR 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data: Início de utilização Mês	Data: Início de utilização Ano	Activos: Valor contabilístico registado	Activos: Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa corrigida %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Limite fiscal do período	Gastos Fiscais: Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6)] ou [(6)-(9)]x(11)	(13)	(14)	(15)=(8)-[(12)+(13)]	(16)
	Transporte			409 362,77	409 362,77		9 742,12	276 969,92			9 742,12				
	APPLE IPAD 64GB		2014	789,00	789,00		0,00	788,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PC SERVIDOR CONTABILIDADE		2014	918,07	918,07		0,00	917,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MONITORES PC		2014	472,20	472,20		0,00	472,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	HP PROBOOK 650GI74702		2014	21 827,58	21 827,58		0,00	21 825,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	HP PROBOOK 650GI54200M		2014	9 165,96	9 165,96		0,00	9 165,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOSHIBA Z3012V 17-4		2014	1 299,00	1 299,00		0,00	1 298,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOSHIBA Z30-12V 17 - 4		2014	1 299,00	1 299,00		0,00	1 298,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	APPLE IPAD 15 GB		2014	509,00	509,00		0,00	508,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	APPLE IPAD 16GB		2014	1 018,00	1 018,00		0,00	1 017,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	APPLE IPAD II 16 MC773		2014	469,00	469,00		0,00	468,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TABLET SAMSUNG 3.8		2014	269,90	269,90		0,00	269,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	HP ML 310 E d8 e3-1229V3 8 Gb 2*1		2015	2 538,72	2 538,72		634,68	1 269,36	25,00	0,00	634,68	0,00	0,00	0,00	0,00
	SERVIDOR HP PROLIANT ML 10 GEN		2017	642,06	642,06		214,00	0,00	33,33	0,00	214,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SAMSUNG SERIE 850 EVO SSD 500 G		2017	4 247,19	4 247,19		1 415,59	0,00	33,33	0,00	1 415,59	0,00	0,00	0,00	0,00
	PORTATIL APPLE MACBOOK PRO 13'		2017	2 375,13	2 375,13		791,63	0,00	33,33	0,00	791,63	0,00	0,00	0,00	0,00
2251	Aparelhos telemóveis														
	Telefone Digital M760		2010	214,06	214,06		0,00	214,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IPHONE 5 - GABINETE COMUNICAÇÃ		2014	560,41	560,41		112,08	336,24	20,00	0,00	112,08	0,00	0,00	0,00	0,00
	IPHONE 6 - 16GB SPACE GREY		2015	699,00	699,00		139,80	279,60	20,00	0,00	139,80	0,00	0,00	0,00	0,00
	IPHONE 7 - 128 GB		2017	907,97	907,97		181,59	0,00	20,00	0,00	181,59	0,00	0,00	0,00	0,00
2265	Ferramentas e utensílios														
	COMPUTADOR INTEL CELERON 30G		2006	886,93	886,93		0,00	886,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PROGRAMA DE CONTABILIDADE E C		2007	5 939,89	5 939,89		0,00	5 939,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	UPS PHASAK GATE		2015	793,47	793,47		198,37	396,74	25,00	0,00	198,37	0,00	0,00	0,00	0,00
2275	Máquinas de escrever, calcular, de contabilidade e de fotocopiar; Máq.-ferramentas: Ligeiras														
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR....			467 204,31	467 204,31		13 429,86	324 326,57			13 429,86	0,00		0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS [X]
- ACTIVOS INTANGÍVEIS [ ]
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS [ ]
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO [ ]

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES [X]
- QUOTAS DECRESCENTES [ ]
- OUTROS [ ]

IRC

MODELO 32

Código de acordo com a tabela anexa ao DR 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data: Início de utilização: Mês	Data: Início de utilização: Ano	Activos: Valor contabilístico registado	Activos: Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Activos: Nº de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa corrigida %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Limite fiscal do período	Gastos Fiscais: Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6)] ou [(6)-(9)]x(11)	(13)	(14)	(15)=(8)-[(12)+(13)]	(16)
	Transporte			467 204,31	467 204,31		13 429,86	324 326,57			13 429,86				
	IMPRESSORA EPSON LQ-300		2011	258,05	258,05		0,00	258,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Impressora Zebra ZPX Série 3		2015	891,75	891,75		178,35	356,70	20,00	0,00	178,35	0,00	0,00	0,00	0,00
	IMPRESSORA ZEBRA		2009	1 978,80	1 978,80		0,00	1 978,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IMPRESSORA HP MULTIFUNÇÕES		2009	50,00	50,00		0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Impressora HP Multifunções - Delega		2009	50,00	50,00		0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Maquina cafe Delta Q		2013	49,00	49,00		9,80	39,20	20,00	0,00	9,80	0,00	0,00	0,00	0,00
	COPIADOR DIGITAL RICOH MP C500		2014	1 230,00	1 230,00		246,00	738,00	20,00	0,00	246,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COPIADORA MULTIFUNCIONAL RICO		2014	1 230,00	1 230,00		246,00	738,00	20,00	0,00	246,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IMPRESSORA ZEBRA ZXP3		2017	902,08	902,08		180,42	0,00	20,00	0,00	180,42	0,00	0,00	0,00	0,00
	FOTOCOPIADORAS LEMARX X654DE		2011	2 767,50	2 767,50		0,00	2 767,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2280	Máquinas-ferramentas: Ligeiras														
	MAQUINA DESTRUIDORA REXEL Rss		2014	274,54	274,54		54,91	164,73	20,00	0,00	54,91	0,00	0,00	0,00	0,00
2285	Máquinas-ferramentas: Pesadas														
	FAX OKI 5650		2004	654,50	654,50		0,00	654,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MÁQUINA DE ENCADERNAR		2007	275,03	275,03		0,00	275,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2295	Máquinas não especificadas														
	BENS TOTALMENTE AMORTIZADOS		2008	776 698,66	776 698,66	1	0,00	776 698,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	AUTOMATISMO PARA O PORTÃO		2004	1 076,95	1 076,95		0,00	1 076,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MAQUINA DE GELO		2004	1 060,00	1 060,00		0,00	1 060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ASPIRADOR HOOVER SPRINT TW16		2008	43,44	43,44		0,00	43,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TELEFONES FIXOS		2007	169,40	169,40		0,00	169,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	AspiradorTaski Vento		2009	191,81	191,81		0,00	191,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Frigorífico LG GRB-3925-T INOX		2010	599,00	599,00		74,86	524,14	12,50	0,00	74,86	0,00	0,00	0,00	0,00
2300	Material de incêndio (extintores e outros)														
	MATERIAL DE INCENDIO		2009	2 212,41	2 212,41		0,00	2 212,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR....			1 259 867,23	1 259 867,23		14 420,20	1 114 373,89			14 420,20	0,00		0,00	0,00

MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO: 2017

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS [X]
- ACTIVOS INTANGÍVEIS [ ]
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS [ ]
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO [ ]

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES [X]
- QUOTAS DECRESCENTES [ ]
- OUTROS [ ]

IRC

MODELO 32

Código de acordo com a tabela anexa ao DR 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data: Início de utilização: Mês	Data: Início de utilização: Ano	Activos: Valor contabilístico registado	Activos: Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Activos: Nº de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa corrigida %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Limite fiscal do período	Gastos Fiscais: Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6)] ou [(6)-(9)]x(11)	(13)	(14)	(15)=(8)-[(12)+(13)]	(16)
	Transporte			1 259 867,23	1 259 867,23		14 420,20	1 114 373,89			14 420,20				
	Equipamento de Segurança contra Ir		2009	2 212,41	2 212,41		0,00	2 212,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2315	Televisores														
	TELA DE PROJECÇÃO TRIPE 200*20		2009	139,20	139,20		0,00	139,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Televisor Gabinete Comunicação Soc		2009	349,00	349,00		0,00	349,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Televisor LCD LG e Consola Multimé		2010	726,24	726,24		0,00	725,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TELEVISOR SAMSUNG - SALA SG		2014	299,00	299,00		42,70	128,10	14,28	0,00	42,70	0,00	0,00	0,00	0,00
				933 947,02	933 947,02		7 665,10	915 097,20			7 665,10	0,00		0,00	0,00
	TABELA 2 DIVISÃO 1 GRUPO 4														
2375	Veículos automóveis: Ligeiros e mistos														
	Viatura Pick Up		2010	17 277,93	17 277,93		0,00	17 277,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOYOTA AVENSIS SW 2.0 D 60-ON-		2015	30 000,00	30 000,00		7 500,00	15 000,00	25,00	0,00	7 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				47 277,93	47 277,93		7 500,00	32 277,93			7 500,00	0,00		0,00	0,00
	TABELA 2 DIVISÃO 1 GRUPO 5														
2400	Artigos de conforto e decoração: Alcatifas														
	PASSADEIRA DE COCO PANAMÁ		2005	545,00	545,00		0,00	545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2405	Artigos de conforto e decoração: Outros														
	CORTINADOS SEDE		2005	251,96	251,96		0,00	251,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	REMODELAÇÃO DO GABINETE JURÍ		2003	7 741,91	7 741,91		0,00	7 741,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	AQUECEDORES A OLEO		2008	120,00	120,00		0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CORTINADO SALA SG		2014	286,00	286,00		35,75	107,25	12,50	0,00	35,75	0,00	0,00	0,00	0,00
	CORTINADOS SECRETARIA		2014	524,00	524,00		65,50	196,50	12,50	0,00	65,50	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTORE RUNNY CAIRO PREMIUM BL		2014	210,00	210,00		26,25	78,75	12,50	0,00	26,25	0,00	0,00	0,00	0,00
2420	Filmes, discos e cassetes														
	TELA		2004	1 000,00	1 000,00		0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR....			1 321 549,88	1 321 549,88		22 090,40	1 160 247,87			22 090,40	0,00		0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS [X]
- ACTIVOS INTANGÍVEIS [ ]
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS [ ]
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO [ ]

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES [X]
- QUOTAS DECRESCENTES [ ]
- OUTROS [ ]

IRC

MODELO **32**

Código de acordo com a tabela anexa ao DR 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data: Início de utilização Mês	Data: Início de utilização Ano	Activos: Valor contabilístico registado	Activos: Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa corrigida %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Limite fiscal do período	Gastos Fiscais: Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6)] ou [(6)-(9)]x(11)	(13)	(14)	(15)=(8)-[(12)+(13)]	(16)
	Transporte			1 321 549,88	1 321 549,88		22 090,40	1 160 247,87			22 090,40				
2430	Mobiliário														
	CADEIRA RODADA C/ BR. CA CT - TA		2006	249,26	249,26		0,00	249,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS RODADAS (4 UNIDADES)		2002	485,52	485,52		0,00	485,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 MESA DE REUNIÃO E DUAS CADEI		2002	559,81	559,81		0,00	559,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTANTES (GARAGEM/ARQUIVO)		2000	869,75	869,75		0,00	869,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRA GABINETE FINANÇAS LOC		2008	54,90	54,90		0,00	54,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTRUTURA MESA DE REUNIÃO GAE		2008	132,00	132,00		0,00	132,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTANTE EXPEDIT 185X185		2009	157,68	157,68		0,00	157,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRA DE ESCRITÓRIO MODELO		2009	99,90	99,90		0,00	99,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE ESCRITÓRIO GALANT		2009	203,29	203,29		0,00	203,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	BLOCO DE GAVETAS RODADO GALA		2009	127,93	127,93		0,00	127,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTANTE PINHO MEL PORT		2006	159,90	159,90		0,00	159,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRA EXECUTIVO MIURA PRETA		2009	119,90	119,90		0,00	119,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS MIURA PRETAS		2009	476,70	476,70		0,00	476,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTANTE MELAM. CEREJEIRA		2006	308,00	308,00		0,00	308,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE REUNIÕES 1.90X90		2014	735,54	735,54		91,94	275,82	12,50	0,00	91,94	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS TRENÓ		2014	1 217,70	1 217,70		152,21	456,63	12,50	0,00	152,21	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRA RODADA		2014	301,35	301,35		37,67	113,01	12,50	0,00	37,67	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS- SALA DE REUNIÕES SED		2014	4 741,65	4 741,65		592,71	1 778,13	12,50	0,00	592,71	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS - SALA DE REUNIÕES SE		2014	3 161,10	3 161,10		395,14	1 185,42	12,50	0,00	395,14	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE REUNIÃO REV 1100 ML		2014	201,72	201,72		25,21	75,63	12,50	0,00	25,21	0,00	0,00	0,00	0,00
	SECRETÁRIA 1600X800 ml cj-8989		2014	185,73	185,73		23,22	69,66	12,50	0,00	23,22	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRA RODADA		2014	602,70	602,70		75,34	226,02	12,50	0,00	75,34	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS TRENÓ COM BRAÇO		2014	409,59	409,59		51,20	153,60	12,50	0,00	51,20	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS MARKUS - IKEA		2014	1 272,00	1 272,00		159,00	477,00	12,50	0,00	159,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR....			1 338 383,50	1 338 383,50		23 694,04	1 169 063,31			23 694,04	0,00		0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS [X]
- ACTIVOS INTANGÍVEIS [ ]
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS [ ]
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO [ ]

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES [X]
- QUOTAS DECRESCENTES [ ]
- OUTROS [ ]

IRC

MODELO **32**

Código de acordo com a tabela anexa ao DR 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data: Início de utilização – Mês	Data: Início de utilização – Ano	Activos: Valor contabilístico registado	Activos: Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Taxa corrigida %	Gastos Fiscais: Depreciações e amortizações: Limite fiscal do período	Gastos Fiscais: Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6)] ou [(6)-(9)]x(11)	(13)	(14)	(15)=(8)-[(12)+(13)]	(16)
	Transporte			1 338 383,50	1 338 383,50		23 694,04	1 169 063,31			23 694,04				
	MESA DE REUNIÕES ESTRUTURA EM		2014	142,10	142,10		17,76	53,28	12,50	0,00	17,76	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS MARKUS - DELEG LX		2014	318,00	318,00		39,75	119,25	12,50	0,00	39,75	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA GALLANT - GAB. FD		2014	189,00	189,00		23,63	70,89	12,50	0,00	23,63	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTANTE GALLANT- GAB FD DELEG		2014	89,99	89,99		11,25	33,75	12,50	0,00	11,25	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliario sala Del. LX		2010	479,89	479,89		59,96	419,93	12,49	0,00	59,96	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE REUNIÃO RED. 1000 IMIT/		2006	211,75	211,75		0,00	211,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				28 943,22	28 943,22		1 883,49	19 765,66			1 883,49	0,00		0,00	0,00
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR....			1 339 814,23	1 339 814,23		23 846,39	1 169 972,16			23 846,39	0,00		0,00	0,00

Balancete Razão (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS> Data Contab. : 31-12-2017

					Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	1 396,06	0,00	1 396,06 D	1 396,06	0,00	1 396,06 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	403 308,73	0,00	403 308,73 D	403 308,73	0,00	403 308,73 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D
22	FORNECEDORES	422,33	49 803,82	49 381,49 C	422,33	49 803,82	49 381,49 C
23	PESSOAL	3 664,32	0,00	3 664,32 D	3 664,32	0,00	3 664,32 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	1 390,96	46 976,58	45 585,62 C	1 390,96	46 976,58	45 585,62 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBI	50 927,98	52 913,93	1 985,95 C	50 927,98	52 913,93	1 985,95 C
28	DIFERIMENTOS	41 948,04	0,00	41 948,04 D	41 948,04	0,00	41 948,04 D
29	PROVISÕES	0,00	788,69	788,69 C	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	695,41	0,00	695,41 D	695,41	0,00	695,41 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	1 319 574,27	1 126 856,50	192 717,77 D	1 319 574,27	1 126 856,50	192 717,77 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	29 700,58	29 509,54	191,04 D	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17 C	357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17 C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	14 250,00	14 250,00 C	0,00	14 250,00	14 250,00 C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	39 020,77	39 020,77 C	0,00	39 020,77	39 020,77 C
	Soma Líquida	3 669 283,02	3 669 283,02	0,00	3 669 283,02	3 669 283,02	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Janeiro - Janeiro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

		Janeiro - Janeiro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	32 322,48	27 994,06	4 328,42	D	33 718,54	27 994,06	5 724,48	D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	54 813,29	150 557,08	95 743,79	C	458 122,02	150 557,08	307 564,94	D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00		1 160 000,00	0,00	1 160 000,00	D
21	ASSOCIADOS	1 504 181,74	43 693,05	1 460 488,69	D	1 803 167,26	44 693,25	1 758 474,01	D
22	FORNECEDORES	54 567,90	16 843,82	37 724,08	D	54 990,23	66 647,64	11 657,41	C
23	PESSOAL	40 416,68	40 755,71	339,03	C	44 081,00	40 755,71	3 325,29	D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	38 296,86	38 161,92	134,94	D	39 687,82	85 138,50	45 450,68	C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBE	15 479,81	76 922,50	61 442,69	C	66 407,79	129 836,43	63 428,64	C
28	DIFERIMENTOS	3 244,25	3 153,00	91,25	D	45 192,29	3 153,00	42 039,29	D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	788,69	788,69	C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	50,13	0,00	50,13	D	745,54	0,00	745,54	D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 755,29	1 755,29	C	1 319 574,27	1 128 611,79	190 962,48	D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00		29 700,58	29 509,54	191,04	D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00		357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17	C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00		0,00	14 250,00	14 250,00	C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	19 252,26	0,00	19 252,26	D	19 252,26	0,00	19 252,26	D
63	GASTOS COM O PESSOAL	80 040,63	0,00	80 040,63	D	80 040,63	0,00	80 040,63	D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 755,29	0,00	1 755,29	D	1 755,29	0,00	1 755,29	D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	58 024,97	0,00	58 024,97	D	58 024,97	0,00	58 024,97	D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	571,90	0,00	571,90	D	571,90	0,00	571,90	D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	1 503 181,74	1 503 181,74	C	0,00	1 503 181,74	1 503 181,74	C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,02	0,02	C	0,00	0,02	0,02	C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00		0,00	39 020,77	39 020,77	C
	Soma Líquida	1 903 018,19	1 903 018,19	0,00		5 572 301,21	5 572 301,21	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Fevereiro - Fevereiro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS> Data Contab. : 31-12-2017

		Fevereiro - Fevereiro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	101 319,31	56 780,85	44 538,46	D	135 037,85	84 774,91	50 262,94	D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	463 733,56	116 282,58	347 450,98	D	921 855,58	266 839,66	655 015,92	D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00		1 160 000,00	0,00	1 160 000,00	D
21	ASSOCIADOS	67 370,20	570 711,29	503 341,09	C	1 870 537,46	615 404,54	1 255 132,92	D
22	FORNECEDORES	17 075,68	24 284,34	7 208,66	C	72 065,91	90 931,98	18 866,07	C
23	PESSOAL	41 091,74	41 777,55	685,81	C	85 172,74	82 533,26	2 639,48	D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	45 450,15	37 040,73	8 409,42	D	85 137,97	122 179,23	37 041,26	C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBI	9 331,24	1 705,28	7 625,96	D	75 739,03	131 541,71	55 802,68	C
28	DIFERIMENTOS	2 499,78	3 661,01	1 161,23	C	47 692,07	6 814,01	40 878,06	D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	788,69	788,69	C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	50,13	0,00	50,13	D	795,67	0,00	795,67	D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 755,27	1 755,27	C	1 319 574,27	1 130 367,06	189 207,21	D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00		29 700,58	29 509,54	191,04	D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00		357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17	C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00		0,00	14 250,00	14 250,00	C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	22 042,27	40,00	22 002,27	D	41 294,53	40,00	41 254,53	D
63	GASTOS COM O PESSOAL	81 939,47	0,00	81 939,47	D	161 980,10	0,00	161 980,10	D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 755,27	0,00	1 755,27	D	3 510,56	0,00	3 510,56	D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	240,20	0,00	240,20	D	58 265,17	0,00	58 265,17	D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	139,90	0,00	139,90	D	711,80	0,00	711,80	D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	67 370,20	67 370,20	0,00		67 370,20	1 570 551,94	1 503 181,74	C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00		0,00	0,02	0,02	C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00		0,00	39 020,77	39 020,77	C
	Soma Líquida	921 409,10	921 409,10	0,00		6 493 710,31	6 493 710,31	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Março - Março] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS> Data Contab. : 31-12-2017

		Março - Março				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	112 362,53	138 227,18	25 864,65	C	247 400,38	223 002,09	24 398,29	D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	521 762,68	115 101,25	406 661,43	D	1 443 618,26	381 940,91	1 061 677,35	D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00		1 160 000,00	0,00	1 160 000,00	D
21	ASSOCIADOS	449 894,89	934 292,57	484 397,68	C	2 320 432,35	1 549 697,11	770 735,24	D
22	FORNECEDORES	30 752,93	60 690,92	29 937,99	C	102 818,84	151 622,90	48 804,06	C
23	PESSOAL	40 589,02	40 947,48	358,46	C	125 761,76	123 480,74	2 281,02	D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	37 040,68	36 794,53	246,15	D	122 178,65	158 973,76	36 795,11	C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBE	44 022,08	17 251,91	26 770,17	D	119 761,11	148 793,62	29 032,51	C
28	DIFERIMENTOS	3 107,65	3 264,74	157,09	C	50 799,72	10 078,75	40 720,97	D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	788,69	788,69	C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	50,13	0,00	50,13	D	845,80	0,00	845,80	D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 755,27	1 755,27	C	1 319 574,27	1 132 122,33	187 451,94	D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00		29 700,58	29 509,54	191,04	D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00		357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17	C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00		0,00	14 250,00	14 250,00	C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	24 694,14	59,01	24 635,13	D	65 988,67	99,01	65 889,66	D
63	GASTOS COM O PESSOAL	82 209,58	0,00	82 209,58	D	244 189,68	0,00	244 189,68	D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 755,27	0,00	1 755,27	D	5 265,83	0,00	5 265,83	D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,08	0,00	0,08	D	58 265,25	0,00	58 265,25	D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	143,20	0,00	143,20	D	855,00	0,00	855,00	D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	455 825,90	455 825,90	0,00		523 196,10	2 026 377,84	1 503 181,74	C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00		0,00	0,02	0,02	C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00		0,00	39 020,77	39 020,77	C
	Soma Líquida	1 804 210,76	1 804 210,76	0,00		8 297 921,07	8 297 921,07	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Abril - Abril] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS> Data Contab. : 31-12-2017

		Abril - Abril				Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	26 661,82	22 910,05	3 751,77 D	274 062,20	245 912,14	28 150,06	D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	146 929,74	101 583,05	45 346,69 D	1 590 548,00	483 523,96	1 107 024,04	D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00	D
21	ASSOCIADOS	16 709,60	151 367,50	134 657,90 C	2 337 141,95	1 701 064,61	636 077,34	D
22	FORNECEDORES	16 261,53	21 548,85	5 287,32 C	119 080,37	173 171,75	54 091,38	C
23	PESSOAL	39 856,91	40 196,33	339,42 C	165 618,67	163 677,07	1 941,60	D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	36 758,48	36 652,61	105,87 D	158 937,13	195 626,37	36 689,24	C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBI	12 672,53	19 977,17	7 304,64 C	132 433,64	168 770,79	36 337,15	C
28	DIFERIMENTOS	2 417,82	6 942,38	4 524,56 C	53 217,54	17 021,13	36 196,41	D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69	C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	50,13	0,00	50,13 D	895,93	0,00	895,93	D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 755,24	1 755,24 C	1 319 574,27	1 133 877,57	185 696,70	D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04	D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	39 020,77	39 020,77 C	357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94	C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00	C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	19 650,84	958,25	18 692,59 D	85 639,51	1 057,26	84 582,25	D
63	GASTOS COM O PESSOAL	79 053,10	0,00	79 053,10 D	323 242,78	0,00	323 242,78	D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 755,24	0,00	1 755,24 D	7 021,07	0,00	7 021,07	D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	4 977,09	0,00	4 977,09 D	63 242,34	0,00	63 242,34	D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	136,60	0,00	136,60 D	991,60	0,00	991,60	D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	16 677,80	16 677,80	0,00	539 873,90	2 043 055,64	1 503 181,74	C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	C
81	Resultado Líquido do Perío	39 020,77	0,00	39 020,77 D	39 020,77	39 020,77	0,00	
	Soma Líquida	459 590,00	459 590,00	0,00	8 757 511,07	8 757 511,07	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Maio - Maio] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

		Maio - Maio				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	33 632,47	55 680,74	22 048,27	C	307 694,67	301 592,88	6 101,79	D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	136 193,28	106 204,49	29 988,79	D	1 726 741,28	589 728,45	1 137 012,83	D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00		1 160 000,00	0,00	1 160 000,00	D
21	ASSOCIADOS	4 258,16	100 523,02	96 264,86	C	2 341 400,11	1 801 587,63	539 812,48	D
22	FORNECEDORES	15 160,10	301 623,45	286 463,35	C	134 240,47	474 795,20	340 554,73	C
23	PESSOAL	43 873,45	43 900,73	27,28	C	209 492,12	207 577,80	1 914,32	D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	36 688,58	41 040,68	4 352,10	C	195 625,71	236 667,05	41 041,34	C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBI	289 792,22	19 629,32	270 162,90	D	422 225,86	188 400,11	233 825,75	D
28	DIFERIMENTOS	2 916,41	2 916,41	0,00		56 133,95	19 937,54	36 196,41	D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	788,69	788,69	C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04	D	947,97	0,00	947,97	D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	907,97	1 830,93	922,96	C	1 320 482,24	1 135 708,50	184 773,74	D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00		29 700,58	29 509,54	191,04	D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00		357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94	C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00		0,00	14 250,00	14 250,00	C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	19 497,01	63,00	19 434,01	D	105 136,52	1 120,26	104 016,26	D
63	GASTOS COM O PESSOAL	87 617,95	0,00	87 617,95	D	410 860,73	0,00	410 860,73	D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 830,93	0,00	1 830,93	D	8 852,00	0,00	8 852,00	D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	842,27	0,00	842,27	D	64 084,61	0,00	64 084,61	D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	149,93	0,00	149,93	D	1 141,53	0,00	1 141,53	D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	4 258,16	4 258,16	0,00		544 132,06	2 047 313,80	1 503 181,74	C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00		0,00	0,02	0,02	C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00		39 020,77	39 020,77	0,00	
	Soma Líquida	677 670,93	677 670,93	0,00		9 435 182,00	9 435 182,00	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Junho - Junho] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS> Data Contab. : 31-12-2017

		Junho - Junho				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	63 506,32	67 638,54	4 132,22	C	371 200,99	369 231,42	1 969,57	D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	414 066,47	152 699,20	261 367,27	D	2 140 807,75	742 427,65	1 398 380,10	D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00		1 160 000,00	0,00	1 160 000,00	D
21	ASSOCIADOS	0,00	123 521,38	123 521,38	C	2 341 400,11	1 925 109,01	416 291,10	D
22	FORNECEDORES	27 889,90	164 562,87	136 672,97	C	162 130,37	639 358,07	477 227,70	C
23	PESSOAL	72 710,31	73 060,31	350,00	C	282 202,43	280 638,11	1 564,32	D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	42 742,93	70 459,25	27 716,32	C	238 368,64	307 126,30	68 757,66	C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBI	149 859,63	294 116,58	144 256,95	C	572 085,49	482 516,69	89 568,80	D
28	DIFERIMENTOS	2 807,13	2 807,13	0,00		58 941,08	22 744,67	36 196,41	D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	788,69	788,69	C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04	D	1 000,01	0,00	1 000,01	D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 770,40	1 770,40	C	1 320 482,24	1 137 478,90	183 003,34	D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00		29 700,58	29 509,54	191,04	D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00		357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94	C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO C/	0,00	0,00	0,00		0,00	14 250,00	14 250,00	C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	29 553,27	0,00	29 553,27	D	134 689,79	1 120,26	133 569,53	D
63	GASTOS COM O PESSOAL	143 105,91	0,00	143 105,91	D	553 966,64	0,00	553 966,64	D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 770,40	0,00	1 770,40	D	10 622,40	0,00	10 622,40	D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	6 923,07	0,00	6 923,07	D	71 007,68	0,00	71 007,68	D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	148,28	0,00	148,28	D	1 289,81	0,00	1 289,81	D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		544 132,06	2 047 313,80	1 503 181,74	C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	4 500,00	4 500,00	C	0,00	4 500,02	4 500,02	C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00		39 020,77	39 020,77	0,00	
	Soma Líquida	955 135,66	955 135,66	0,00		10 390 317,66	10 390 317,66	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Julho - Julho] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

		Julho - Julho				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	21 578,06	21 359,31	218,75	D	392 779,05	390 590,73	2 188,32	D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	712 652,65	1 170 757,80	458 105,15	C	2 853 460,40	1 913 185,45	940 274,95	D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00		1 160 000,00	0,00	1 160 000,00	D
21	ASSOCIADOS	0,00	28 757,72	28 757,72	C	2 341 400,11	1 953 866,73	387 533,38	D
22	FORNECEDORES	473 124,60	37 745,85	435 378,75	D	635 254,97	677 103,92	41 848,95	C
23	PESSOAL	41 084,10	41 434,10	350,00	C	323 286,53	322 072,21	1 214,32	D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	88 809,05	40 304,19	48 504,86	D	327 177,69	347 430,49	20 252,80	C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBE	23 563,18	136 658,98	113 095,80	C	595 648,67	619 175,67	23 527,00	C
28	DIFERIMENTOS	2 834,45	7 359,01	4 524,56	C	61 775,53	30 103,68	31 671,85	D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	788,69	788,69	C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04	D	1 052,05	0,00	1 052,05	D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 770,43	1 770,43	C	1 320 482,24	1 139 249,33	181 232,91	D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00		29 700,58	29 509,54	191,04	D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00		357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94	C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00		0,00	14 250,00	14 250,00	C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	25 145,60	6 111,78	19 033,82	D	159 835,39	7 232,04	152 603,35	D
63	GASTOS COM O PESSOAL	96 964,04	0,00	96 964,04	D	650 930,68	0,00	650 930,68	D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 770,43	0,00	1 770,43	D	12 392,83	0,00	12 392,83	D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	4 524,57	0,00	4 524,57	D	75 532,25	0,00	75 532,25	D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	156,40	0,00	156,40	D	1 446,21	0,00	1 446,21	D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		544 132,06	2 047 313,80	1 503 181,74	C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00		0,00	4 500,02	4 500,02	C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00		39 020,77	39 020,77	0,00	
	Soma Líquida	1 492 259,17	1 492 259,17	0,00		11 882 576,83	11 882 576,83	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Agosto - Agosto] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS> Data Contab. : 31-12-2017

		Agosto - Agosto				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	2 144,20	860,19	1 284,01	D	394 923,25	391 450,92	3 472,33	D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	14 428,03	70 794,74	56 366,71	C	2 867 888,43	1 983 980,19	883 908,24	D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00		1 160 000,00	0,00	1 160 000,00	D
21	ASSOCIADOS	0,00	16 541,99	16 541,99	C	2 341 400,11	1 970 408,72	370 991,39	D
22	FORNECEDORES	10 096,99	16 050,31	5 953,32	C	645 351,96	693 154,23	47 802,27	C
23	PESSOAL	40 659,37	41 009,37	350,00	C	363 945,90	363 081,58	864,32	D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	20 252,19	38 168,28	17 916,09	C	347 429,88	385 598,77	38 168,89	C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBI	200,00	1 391,12	1 191,12	C	595 848,67	620 566,79	24 718,12	C
28	DIFERIMENTOS	3 005,20	3 005,20	0,00		64 780,73	33 108,88	31 671,85	D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	788,69	788,69	C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04	D	1 104,09	0,00	1 104,09	D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 770,40	1 770,40	C	1 320 482,24	1 141 019,73	179 462,51	D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00		29 700,58	29 509,54	191,04	D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00		357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94	C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00		0,00	14 250,00	14 250,00	C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	12 890,77	0,00	12 890,77	D	172 726,16	7 232,04	165 494,12	D
63	GASTOS COM O PESSOAL	83 951,70	0,00	83 951,70	D	734 882,38	0,00	734 882,38	D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 770,40	0,00	1 770,40	D	14 163,23	0,00	14 163,23	D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	0,00	0,00		75 532,25	0,00	75 532,25	D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	140,71	0,00	140,71	D	1 586,92	0,00	1 586,92	D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		544 132,06	2 047 313,80	1 503 181,74	C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00		0,00	4 500,02	4 500,02	C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00		39 020,77	39 020,77	0,00	
	Soma Líquida	189 591,60	189 591,60	0,00		12 072 168,43	12 072 168,43	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Setembro - Setembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

		Setembro - Setembro				Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	3 497,96	4 546,59	1 048,63 C	398 421,21	395 997,51	2 423,70 D	
12	DEPÓSITOS À ORDEM	2 129,08	107 716,50	105 587,42 C	2 870 017,51	2 091 696,69	778 320,82 D	
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D	
21	ASSOCIADOS	0,00	0,00	0,00	2 341 400,11	1 970 408,72	370 991,39 D	
22	FORNECEDORES	13 980,83	15 200,69	1 219,86 C	659 332,79	708 354,92	49 022,13 C	
23	PESSOAL	41 402,28	41 752,28	350,00 C	405 348,18	404 833,86	514,32 D	
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	38 168,29	37 457,48	710,81 D	385 598,17	423 056,25	37 458,08 C	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBE	10 727,50	1 376,00	9 351,50 D	606 576,17	621 942,79	15 366,62 C	
28	DIFERIMENTOS	2 834,45	2 834,45	0,00	67 615,18	35 943,33	31 671,85 D	
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C	
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04 D	1 156,13	0,00	1 156,13 D	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 770,41	1 770,41 C	1 320 482,24	1 142 790,14	177 692,10 D	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D	
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94 C	
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C	
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	16 307,32	0,00	16 307,32 D	189 033,48	7 232,04	181 801,44 D	
63	GASTOS COM O PESSOAL	81 636,17	0,00	81 636,17 D	816 518,55	0,00	816 518,55 D	
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 770,41	0,00	1 770,41 D	15 933,64	0,00	15 933,64 D	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	0,00	0,00	75 532,25	0,00	75 532,25 D	
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	148,07	0,00	148,07 D	1 734,99	0,00	1 734,99 D	
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	544 132,06	2 047 313,80	1 503 181,74 C	
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	4 500,02	4 500,02 C	
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00	
	Soma Líquida	212 654,40	212 654,40	0,00	12 284 822,83	12 284 822,83	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Outubro - Outubro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS> Data Contab. : 31-12-2017

		Outubro - Outubro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	2 576,30	1 861,34	714,96	D	400 997,51	397 858,85	3 138,66	D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	16 558,16	134 171,81	117 613,65	C	2 886 575,67	2 225 868,50	660 707,17	D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00		1 160 000,00	0,00	1 160 000,00	D
21	ASSOCIADOS	500,00	4 258,16	3 758,16	C	2 341 900,11	1 974 666,88	367 233,23	D
22	FORNECEDORES	47 798,86	19 060,29	28 738,57	D	707 131,65	727 415,21	20 283,56	C
23	PESSOAL	41 037,16	40 814,60	222,56	D	446 385,34	445 648,46	736,88	D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	37 401,24	44 594,53	7 193,29	C	422 999,41	467 650,78	44 651,37	C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBE	49 281,92	13 676,00	35 605,92	D	655 858,09	635 618,79	20 239,30	D
28	DIFERIMENTOS	2 841,28	2 841,28	0,00		70 456,46	38 784,61	31 671,85	D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	788,69	788,69	C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04	D	1 208,17	0,00	1 208,17	D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 770,39	1 770,39	C	1 320 482,24	1 144 560,53	175 921,71	D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00		29 700,58	29 509,54	191,04	D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00		357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94	C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00		0,00	14 250,00	14 250,00	C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	18 596,91	0,00	18 596,91	D	207 630,39	7 232,04	200 398,35	D
63	GASTOS COM O PESSOAL	79 986,14	0,00	79 986,14	D	896 504,69	0,00	896 504,69	D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 770,39	0,00	1 770,39	D	17 704,03	0,00	17 704,03	D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	0,00	0,00		75 532,25	0,00	75 532,25	D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	148,00	0,00	148,00	D	1 882,99	0,00	1 882,99	D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	500,00	500,00	C	544 132,06	2 047 813,80	1 503 681,74	C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	35 000,00	35 000,00	C	0,00	39 500,02	39 500,02	C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00		39 020,77	39 020,77	0,00	
	Soma Líquida	298 548,40	298 548,40	0,00		12 583 371,23	12 583 371,23	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Novembro - Novembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS> Data Contab. : 31-12-2017

		Novembro - Novembro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	23 682,07	8 862,64	14 819,43	D	424 679,58	406 721,49	17 958,09	D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	92 817,99	136 142,38	43 324,39	C	2 979 393,66	2 362 010,88	617 382,78	D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00		1 160 000,00	0,00	1 160 000,00	D
21	ASSOCIADOS	85 500,00	69 095,21	16 404,79	D	2 427 400,11	2 043 762,09	383 638,02	D
22	FORNECEDORES	25 367,56	20 529,81	4 837,75	D	732 499,21	747 945,02	15 445,81	C
23	PESSOAL	70 262,62	71 244,96	982,34	C	516 647,96	516 893,42	245,46	C
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	36 488,30	82 086,10	45 597,80	C	459 487,71	549 736,88	90 249,17	C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBI	97 343,06	42 615,73	54 727,33	D	753 201,15	678 234,52	74 966,63	D
28	DIFERIMENTOS	0,00	0,00	0,00		70 456,46	38 784,61	31 671,85	D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	788,69	788,69	C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04	D	1 260,21	0,00	1 260,21	D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	4 889,25	3 264,19	1 625,06	D	1 325 371,49	1 147 824,72	177 546,77	D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00		29 700,58	29 509,54	191,04	D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00		357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94	C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00		0,00	14 250,00	14 250,00	C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	19 949,44	406,00	19 543,44	D	227 579,83	7 638,04	219 941,79	D
63	GASTOS COM O PESSOAL	136 986,00	0,00	136 986,00	D	1 033 490,69	0,00	1 033 490,69	D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	3 264,19	0,00	3 264,19	D	20 968,22	0,00	20 968,22	D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	0,00	0,00		75 532,25	0,00	75 532,25	D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	144,50	0,00	144,50	D	2 027,49	0,00	2 027,49	D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	500,00	85 500,00	85 000,00	C	544 632,06	2 133 313,80	1 588 681,74	C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	77 500,00	77 500,00	C	0,00	117 000,02	117 000,02	C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00		39 020,77	39 020,77	0,00	
	Soma Líquida	597 247,02	597 247,02	0,00		13 180 618,25	13 180 618,25	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Razão (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS> Data Contab. : 31-12-2017

		Dezembro - Dezembro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
11	CAIXA	43 965,59	38 309,67	5 655,92	D	468 645,17	445 031,16	23 614,01	D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	203 186,97	212 229,19	9 042,22	C	3 182 580,63	2 574 240,07	608 340,56	D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00		1 160 000,00	0,00	1 160 000,00	D
21	ASSOCIADOS	48 500,00	118 881,32	70 381,32	C	2 475 900,11	2 162 643,41	313 256,70	D
22	FORNECEDORES	80 061,04	143 543,61	63 482,57	C	812 560,25	891 488,63	78 928,38	C
23	PESSOAL	44 553,35	44 143,57	409,78	D	561 201,31	561 036,99	164,32	D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	123 023,59	97 608,64	25 414,95	D	582 511,30	647 345,52	64 834,22	C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBI	34 873,94	95 724,17	60 850,23	C	788 075,09	773 958,69	14 116,40	D
28	DIFERIMENTOS	2 251,44	6 716,99	4 465,55	C	72 707,90	45 501,60	27 206,30	D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00		0,00	788,69	788,69	C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04	D	1 312,25	0,00	1 312,25	D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	3 277,22	2 878,17	399,05	D	1 328 648,71	1 150 702,89	177 945,82	D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00		29 700,58	29 509,54	191,04	D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00		357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94	C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00		0,00	14 250,00	14 250,00	C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	151 616,66	1 916,00	149 700,66	D	379 196,49	9 554,04	369 642,45	D
63	GASTOS COM O PESSOAL	79 529,55	0,00	79 529,55	D	1 113 020,24	0,00	1 113 020,24	D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	2 878,17	0,00	2 878,17	D	23 846,39	0,00	23 846,39	D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	4 524,56	0,00	4 524,56	D	80 056,81	0,00	80 056,81	D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	157,21	0,00	157,21	D	2 184,70	0,00	2 184,70	D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3 000,00	48 500,00	45 500,00	C	547 632,06	2 181 813,80	1 634 181,74	C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	15 000,00	15 000,00	C	0,00	132 000,02	132 000,02	C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00		39 020,77	39 020,77	0,00	
	Soma Líquida	825 451,33	825 451,33	0,00		14 006 069,58	14 006 069,58	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Abertura -			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	1 396,06	0,00	1 396,06 D	1 396,06	0,00	1 396,06 D
111	Caixa Da Sede	616,86	0,00	616,86 D	616,86	0,00	616,86 D
112	Caixa Da Delegação	779,20	0,00	779,20 D	779,20	0,00	779,20 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	403 308,73	0,00	403 308,73 D	403 308,73	0,00	403 308,73 D
1201	BANCO BPI - CONTA PROPRIA	292 216,95	0,00	292 216,95 D	292 216,95	0,00	292 216,95 D
1204	BANCO BPI - SEGURO BOMBI	26 573,39	0,00	26 573,39 D	26 573,39	0,00	26 573,39 D
1208	BANCO CGD - 025514165243	26 648,87	0,00	26 648,87 D	26 648,87	0,00	26 648,87 D
1211	BANCO BPI - SEGURO ELEITO	14 097,92	0,00	14 097,92 D	14 097,92	0,00	14 097,92 D
1212	BANCO CGD - 202105536593	16 918,95	0,00	16 918,95 D	16 918,95	0,00	16 918,95 D
1213	BANCO BPI - MAREMOTO NA	20 345,37	0,00	20 345,37 D	20 345,37	0,00	20 345,37 D
1214	BANCO-CGD - 202105773533	6 507,28	0,00	6 507,28 D	6 507,28	0,00	6 507,28 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁF	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
13149	CGD conta 0255141652620-1	60 000,00	0,00	60 000,00 D	60 000,00	0,00	60 000,00 D
13195	CGD CONTA 111	200 000,00	0,00	200 000,00 D	200 000,00	0,00	200 000,00 D
13196	CGD CONTA 112	900 000,00	0,00	900 000,00 D	900 000,00	0,00	900 000,00 D
21	ASSOCIADOS	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D
211	Associados c/c	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D
2111	Câmaras Municipais	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D
21110003	C.M. DE ANADIA	500,00	0,00	500,00 D	500,00	0,00	500,00 D
21110020	C.M. DE ALJUSTREL	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110032	C.M. DE VIDIGUEIRA	945,95	0,00	945,95 D	945,95	0,00	945,95 D
21110052	C.M. DE MIRANDELA	19 049,35	0,00	19 049,35 D	19 049,35	0,00	19 049,35 D
21110055	C.M. DE VILA FLOR	4 218,00	0,00	4 218,00 D	4 218,00	0,00	4 218,00 D
21110066	C.M. DE SERTÃ	4 781,35	0,00	4 781,35 D	4 781,35	0,00	4 781,35 D
21110071	C.M. DE COIMBRA	757,00	0,00	757,00 D	757,00	0,00	757,00 D
21110084	MUNICIPIO DE TÁBUA	10 037,35	0,00	10 037,35 D	10 037,35	0,00	10 037,35 D
21110085	C.M. DE VILA NOVA DE POIA	114,72	0,00	114,72 D	114,72	0,00	114,72 D
21110090	MUNICIPIO DE EVORA	5 888,61	0,00	5 888,61 D	5 888,61	0,00	5 888,61 D
21110093	C.M. DE MOURÃO	0,00	1 000,00	1 000,00 C	0,00	1 000,00	1 000,00 C
21110096	MUNICIPIO DE REGUENGOS	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110100	MUNICIPIO DE ALBUFEIRA	175,00	0,00	175,00 D	175,00	0,00	175,00 D
21110115	C.M. DE VILA REAL DE S.AN	19 049,35	0,00	19 049,35 D	19 049,35	0,00	19 049,35 D
21110118	MUNICIPIO DE CELORICO DA	28 156,97	0,00	28 156,97 D	28 156,97	0,00	28 156,97 D
21110121	C.M. DE GOUVEIA	1 969,14	0,00	1 969,14 D	1 969,14	0,00	1 969,14 D
21110131	MUNICIPIO DE ANSIÃO	250,00	0,00	250,00 D	250,00	0,00	250,00 D
21110133	MUNICIPIO DE BOMBARRAL	199,51	0,00	199,51 D	199,51	0,00	199,51 D
21110136	MUNICIPIO DE FIGUEIRÓ DO	50,00	0,00	50,00 D	50,00	0,00	50,00 D
21110137	C.M. DE LEIRIA	0,50	0,00	0,50 D	0,50	0,00	0,50 D
21110139	C.M. DE NAZARE	4 781,35	0,00	4 781,35 D	4 781,35	0,00	4 781,35 D
21110140	MUNICIPIO DE ÓBIDOS	100,00	0,00	100,00 D	100,00	0,00	100,00 D
21110151	C.M. DE LISBOA	39,19	0,00	39,19 D	39,19	0,00	39,19 D
21110182	C.M. DE MATOSINHOS	0,00	0,20	0,20 C	0,00	0,20	0,20 C
21110183	MUNICIPIO DE PAÇOS DE FEF	29 009,39	0,00	29 009,39 D	29 009,39	0,00	29 009,39 D
21110191	MUNICIPIO DE VILA NOVA DI	69,66	0,00	69,66 D	69,66	0,00	69,66 D
21110195	C.M. DE ALPIARCA	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110196	C.M. DE BENAVENTE	49,88	0,00	49,88 D	49,88	0,00	49,88 D
21110197	C.M. DE CARTAXO	14 793,35	0,00	14 793,35 D	14 793,35	0,00	14 793,35 D
21110198	C.M. DE CHAMUSCA	2,97	0,00	2,97 D	2,97	0,00	2,97 D
21110199	C.M. DE CONSTANCIA	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110201	MUNICIPIO DO ENTRONCAM	274,34	0,00	274,34 D	274,34	0,00	274,34 D
21110204	C.M. DE MAÇÃO	200,00	0,00	200,00 D	200,00	0,00	200,00 D
21110210	MUNICIPIO DE TORRES NOVA	193,11	0,00	193,11 D	193,11	0,00	193,11 D
21110222	MUNICIPIO DO SEIXAL	1 389,45	0,00	1 389,45 D	1 389,45	0,00	1 389,45 D
21110224	C.M. DE SETUBAL	239,82	0,00	239,82 D	239,82	0,00	239,82 D
21110225	C.M. DE SINES	10 037,35	0,00	10 037,35 D	10 037,35	0,00	10 037,35 D
21110227	MUNICIPIO DE CAMINHA	4 781,35	0,00	4 781,35 D	4 781,35	0,00	4 781,35 D
21110233	C.M. DE VIANA DO CASTELO	5 888,61	0,00	5 888,61 D	5 888,61	0,00	5 888,61 D
21110238	MUNICIPIO DE MESÃO FRIO	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110242	MUNICIPIO DE PESO DA REG	14 293,35	0,00	14 293,35 D	14 293,35	0,00	14 293,35 D
21110249	MUNICIPIO DE ARMAMAR	4 218,00	0,00	4 218,00 D	4 218,00	0,00	4 218,00 D
21110265	C.M. DE TABUACO	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110266	MUNICIPIOD DE TAROUCA	21 430,72	0,00	21 430,72 D	21 430,72	0,00	21 430,72 D
21110280	C.M. DE POVOAÇÃO	32 725,19	0,00	32 725,19 D	32 725,19	0,00	32 725,19 D

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Abertura -			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110282	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ I	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110291	C.M. DE MACHICO	4 756,00	0,00	4 756,00 D	4 756,00	0,00	4 756,00 D
21110294	MUNICIPIO DE PORTO SANTO	3 895,83	0,00	3 895,83 D	3 895,83	0,00	3 895,83 D
21110308	MUNICIPIO DE LAGES DAS FL	4 218,00	0,00	4 218,00 D	4 218,00	0,00	4 218,00 D
21110316	AS.MUNICIPIOS NORTE ALEN	15 861,77	0,00	15 861,77 D	15 861,77	0,00	15 861,77 D
22	FORNECEDORES	422,33	49 803,82	49 381,49 C	422,33	49 803,82	49 381,49 C
221	Fornecedores c/c	422,33	49 803,82	49 381,49 C	422,33	49 803,82	49 381,49 C
2211	Fornecedores gerais	422,33	49 803,82	49 381,49 C	422,33	49 803,82	49 381,49 C
22111	Fornecedores nacionais	422,33	49 803,82	49 381,49 C	422,33	49 803,82	49 381,49 C
221112	Fornecedores internaciona	422,33	32 012,75	31 590,42 C	422,33	32 012,75	31 590,42 C
221112014	CTT - CORREIOS DE PORTUGA	0,00	1 499,33	1 499,33 C	0,00	1 499,33	1 499,33 C
221112049	HOTEL ALTIS	0,00	576,00	576,00 C	0,00	576,00	576,00 C
221112065	CISION	0,00	983,76	983,76 C	0,00	983,76	983,76 C
221112068	OMNITUR AGEN. VIAGENS TI	0,00	260,00	260,00 C	0,00	260,00	260,00 C
221112165	JORGE MENDES, LDA	0,00	160,00	160,00 C	0,00	160,00	160,00 C
221112167	COMPANHIA DE SEGUROS LU	0,00	1 161,26	1 161,26 C	0,00	1 161,26	1 161,26 C
221112216	HOTEL QUINTA DAS LÁGRIM/	0,00	837,50	837,50 C	0,00	837,50	837,50 C
221112375	RÁDIOTELEVISÃO PORTUGUE	0,00	8 753,77	8 753,77 C	0,00	8 753,77	8 753,77 C
221112385	NOS COMUNICAÇÕES	0,00	819,90	819,90 C	0,00	819,90	819,90 C
221112391	LTE - ELETRICIDADE DE LIS	0,00	265,12	265,12 C	0,00	265,12	265,12 C
221112395	EPAL	0,00	47,87	47,87 C	0,00	47,87	47,87 C
221112476	MEO - SERVIÇOS DE COMUN	0,00	15,89	15,89 C	0,00	15,89	15,89 C
221112568	TSF - RADIO NOTICIAS	0,00	6 396,00	6 396,00 C	0,00	6 396,00	6 396,00 C
221112586	COMPANHIA DE SEGUROS A(	0,00	69,33	69,33 C	0,00	69,33	69,33 C
221112600	AGUAS DE COIMBRA	3,40	0,00	3,40 D	3,40	0,00	3,40 D
221112604	JOAQUIM MANUEL SANTOS I	0,00	3 702,30	3 702,30 C	0,00	3 702,30	3 702,30 C
221112695	TRYP COIMBRA	0,00	580,00	580,00 C	0,00	580,00	580,00 C
221112697	EL CORTE INGLES	0,00	1 235,78	1 235,78 C	0,00	1 235,78	1 235,78 C
221112781	EDP COMERCIAL	0,00	1 351,93	1 351,93 C	0,00	1 351,93	1 351,93 C
221112851	Argomed - Medicina, Higie	0,00	259,51	259,51 C	0,00	259,51	259,51 C
221112857	Canon Portugal	0,00	126,41	126,41 C	0,00	126,41	126,41 C
221112862	3WD INFORMÁTICA	0,00	121,38	121,38 C	0,00	121,38	121,38 C
221112868	NOVA GAMA GOURMET SA	0,00	1 441,40	1 441,40 C	0,00	1 441,40	1 441,40 C
221112889	SERRALARIA SEMIDENSE, LD/	0,00	307,50	307,50 C	0,00	307,50	307,50 C
221112954	GISPERT EQUIPAMENTOS E S	0,00	875,81	875,81 C	0,00	875,81	875,81 C
221112973	S GALD AUTOMOTIVE	418,92	0,00	418,92 D	418,92	0,00	418,92 D
221112987	JOAQUIM DA SILVA	0,00	165,00	165,00 C	0,00	165,00	165,00 C
221112993	TICKETS RESTAURANT PORTU	0,01	0,00	0,01 D	0,01	0,00	0,01 D
221113068	LUSA - AGÊNCIA DE NOTICIA	0,00	184,50	184,50 C	0,00	184,50	184,50 C
221113073	ASCENDUM II VEICULOS, UNI	0,00	150,10	150,10 C	0,00	150,10	150,10 C
221113076	DIMEXA	0,00	442,80	442,80 C	0,00	442,80	442,80 C
221113080	NUNO JOÃO LOPES LUÍS	0,00	716,72	716,72 C	0,00	716,72	716,72 C
221113094	Ladeirinha & Ventura lda	0,00	341,70	341,70 C	0,00	341,70	341,70 C
221113103	ISCAC - I. Sup. de Contab	0,00	600,00	600,00 C	0,00	600,00	600,00 C
221113109	Paradigma de Mérito, Unip	0,00	3 075,00	3 075,00 C	0,00	3 075,00	3 075,00 C
221113111	CHURRASQUEIRA DA VARZEA	0,00	588,70	588,70 C	0,00	588,70	588,70 C
221113119	Acro Clube da Maia	0,00	1 000,00	1 000,00 C	0,00	1 000,00	1 000,00 C
221113120	BKN - Breaking News, Lda	0,00	1 045,50	1 045,50 C	0,00	1 045,50	1 045,50 C
221113121	FIG - Industrias Graficas	0,00	471,09	471,09 C	0,00	471,09	471,09 C
221113122	GO OUTDOOR, LDA	0,00	114,60	114,60 C	0,00	114,60	114,60 C
221113123	BRANDP - GESTÃO DE MARKI	0,00	334,56	334,56 C	0,00	334,56	334,56 C
221113124	Manufatura Silver Riber O	0,00	5 044,23	5 044,23 C	0,00	5 044,23	5 044,23 C
221113127	VIMARSIL - Victor Manuel	0,00	3 516,57	3 516,57 C	0,00	3 516,57	3 516,57 C
221113128	Arte e Flor	0,00	165,00	165,00 C	0,00	165,00	165,00 C
23	PESSOAL	3 664,32	0,00	3 664,32 D	3 664,32	0,00	3 664,32 D
232	Adiantamentos	3 663,92	0,00	3 663,92 D	3 663,92	0,00	3 663,92 D
2322	Ao pessoal	3 663,92	0,00	3 663,92 D	3 663,92	0,00	3 663,92 D
23220046	CATARINA SEGORBE	163,92	0,00	163,92 D	163,92	0,00	163,92 D
23220048	FILIPE CARVALHO	3 500,00	0,00	3 500,00 D	3 500,00	0,00	3 500,00 D
2382	Outras operações com pess	0,40	0,00	0,40 D	0,40	0,00	0,40 D
23820018	Maria Joao Lopes	0,40	0,00	0,40 D	0,40	0,00	0,40 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚ	1 390,96	46 976,58	45 585,62 C	1 390,96	46 976,58	45 585,62 C
241	Imposto sobre o rendiment	1 390,96	0,00	1 390,96 D	1 390,96	0,00	1 390,96 D

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Abertura -			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
2415	Irc - apuramento	1 390,96	0,00	1 390,96 D	1 390,96	0,00	1 390,96 D
242	Retenção de impostos sobr	0,00	18 300,66	18 300,66 C	0,00	18 300,66	18 300,66 C
2421	Rir-trabalho dependente	0,00	16 506,66	16 506,66 C	0,00	16 506,66	16 506,66 C
2422	Rir-rendimentos profissio	0,00	1 250,00	1 250,00 C	0,00	1 250,00	1 250,00 C
2423	IRS SOBRETAXA	0,00	544,00	544,00 C	0,00	544,00	544,00 C
243	Imposto sobre o valor acr	0,00	8 625,00	8 625,00 C	0,00	8 625,00	8 625,00 C
2436	IVA - A pagar	0,00	8 625,00	8 625,00 C	0,00	8 625,00	8 625,00 C
245	Contribuições para a Segu	0,00	19 996,73	19 996,73 C	0,00	19 996,73	19 996,73 C
2451	Segurança social	0,00	19 996,73	19 996,73 C	0,00	19 996,73	19 996,73 C
248	Outras Tributações	0,00	54,19	54,19 C	0,00	54,19	54,19 C
2487	Outras Tributações FCT e	0,00	54,19	54,19 C	0,00	54,19	54,19 C
24871	Outras Tributações FCT	0,00	50,13	50,13 C	0,00	50,13	50,13 C
24872	Outras Tributações FGCT	0,00	4,06	4,06 C	0,00	4,06	4,06 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	50 927,98	52 913,93	1 985,95 C	50 927,98	52 913,93	1 985,95 C
272	Devedores e Credores por	0,00	4 414,76	4 414,76 C	0,00	4 414,76	4 414,76 C
2722	Credores por acréscimos d	0,00	4 414,76	4 414,76 C	0,00	4 414,76	4 414,76 C
27229	Outros acréscimos de cust	0,00	4 414,76	4 414,76 C	0,00	4 414,76	4 414,76 C
276	Adiantamentos por conta d	0,00	2 794,10	2 794,10 C	0,00	2 794,10	2 794,10 C
2760104	CM Faro	0,00	1 500,00	1 500,00 C	0,00	1 500,00	1 500,00 C
2761	Adiant. de Associados	0,00	1 294,10	1 294,10 C	0,00	1 294,10	1 294,10 C
27610197	CM Cartaxo	0,00	1 250,00	1 250,00 C	0,00	1 250,00	1 250,00 C
27611144	J.F. DE SOUSELO	0,00	28,63	28,63 C	0,00	28,63	28,63 C
27611378	J F DE VILA CA	0,00	15,02	15,02 C	0,00	15,02	15,02 C
27611521	J.F. JARMELO DE SAO MIGUE	0,00	0,45	0,45 C	0,00	0,45	0,45 C
278	Outros Devedores e Credor	50 927,98	45 705,07	5 222,91 D	50 927,98	45 705,07	5 222,91 D
2781	Devedores e Credores dive	49 090,38	40 720,97	8 369,41 D	49 090,38	40 720,97	8 369,41 D
27811	Devedores Diversos	49 090,38	0,00	49 090,38 D	49 090,38	0,00	49 090,38 D
278114046	SONDEX	49,88	0,00	49,88 D	49,88	0,00	49,88 D
278114059	EDP- DISTRIBUIÇÃO ENERGIA	15 375,00	0,00	15 375,00 D	15 375,00	0,00	15 375,00 D
278114096	JOSÉ MANUEL MACEDO	117,15	0,00	117,15 D	117,15	0,00	117,15 D
278114106	CENTRO DE SAÚDE DE FORN	25,00	0,00	25,00 D	25,00	0,00	25,00 D
278114108	DULCE MARIA APARICIO SILV	25,00	0,00	25,00 D	25,00	0,00	25,00 D
278114204	MOVENSIS	3 123,36	0,00	3 123,36 D	3 123,36	0,00	3 123,36 D
278114207	MEDIDATA	12 300,00	0,00	12 300,00 D	12 300,00	0,00	12 300,00 D
278114209	ANO - SISTEMAS DE INFORM	18 000,00	0,00	18 000,00 D	18 000,00	0,00	18 000,00 D
278114217	PETRUS, LDA	74,99	0,00	74,99 D	74,99	0,00	74,99 D
27812	Credores diversos	0,00	40 720,97	40 720,97 C	0,00	40 720,97	40 720,97 C
278123087	CCRE / CGLU	0,00	40 720,97	40 720,97 C	0,00	40 720,97	40 720,97 C
2782	Consultores, assessores e	426,75	3 734,10	3 307,35 C	426,75	3 734,10	3 307,35 C
27824639	ARTUR JOSÉ PONTVIANNE HI	0,00	980,00	980,00 C	0,00	980,00	980,00 C
27824640	FERNANDO HENRIQUE ROSA	426,75	0,00	426,75 D	426,75	0,00	426,75 D
27824645	FERNANDO SOUSA CAEIROS	0,00	1 176,00	1 176,00 C	0,00	1 176,00	1 176,00 C
27824662	Daniela Alexandra Pereira	0,00	578,10	578,10 C	0,00	578,10	578,10 C
27824663	Ivan Ricardo Cardoso	0,00	500,00	500,00 C	0,00	500,00	500,00 C
27824664	Ana Marta Moreira da Cruz	0,00	250,00	250,00 C	0,00	250,00	250,00 C
27824665	Jaime da Gloria Dias	0,00	250,00	250,00 C	0,00	250,00	250,00 C
2783	Apólice Seguros	1 410,85	0,00	1 410,85 D	1 410,85	0,00	1 410,85 D
27831	Seguros - Câmaras Municip	16,61	0,00	16,61 D	16,61	0,00	16,61 D
278310004	C.M. DE AROUCA	0,10	0,00	0,10 D	0,10	0,00	0,10 D
278310091	MUNICIPIO DE MONTEMOR	13,90	0,00	13,90 D	13,90	0,00	13,90 D
278310131	MUNICIPIO DE ANSIÃO	2,31	0,00	2,31 D	2,31	0,00	2,31 D
278310190	MUNICIPIO DE VILA DO CON	0,29	0,00	0,29 D	0,29	0,00	0,29 D
278310194	MUNICIPIO DE ALMEIRIM	0,01	0,00	0,01 D	0,01	0,00	0,01 D
27832	Seguros - Juntas de Fregu	1 394,24	0,00	1 394,24 D	1 394,24	0,00	1 394,24 D
278321002	J.F. DE ALFEIZERÃO	66,75	0,00	66,75 D	66,75	0,00	66,75 D
278321008	J.F. DE ÉVORA DE ALCOBACA	43,32	0,00	43,32 D	43,32	0,00	43,32 D
278321100	J.F. DE VILA DE SANTA CAT	0,30	0,00	0,30 D	0,30	0,00	0,30 D
278321122	J.F. DE VILE	36,16	0,00	36,16 D	36,16	0,00	36,16 D
278321125	J.F. DE PAPIZIOS	0,28	0,00	0,28 D	0,28	0,00	0,28 D
278321133	J.F. DE ALHOES	76,52	0,00	76,52 D	76,52	0,00	76,52 D
278321142	J.F. DE RAMIRES	80,31	0,00	80,31 D	80,31	0,00	80,31 D
278321143	J.F. DE SANTIAGO DE PIAES	76,52	0,00	76,52 D	76,52	0,00	76,52 D
278321144	J.F. DE SOUSELO	28,77	0,00	28,77 D	28,77	0,00	28,77 D

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Abertura -			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
278321151	J.F. DE VILA RUIVA	15,05	0,00	15,05 D	15,05	0,00	15,05 D
278321232	J.F. DE RIBEIRA DOS CARIN	0,29	0,00	0,29 D	0,29	0,00	0,29 D
278321253	J.F. DE BARAO S. JOÃO	92,05	0,00	92,05 D	92,05	0,00	92,05 D
278321254	J.F. DE BENSAFRIM	92,05	0,00	92,05 D	92,05	0,00	92,05 D
278321260	J.F. DE PENHA DE FRANCA	0,50	0,00	0,50 D	0,50	0,00	0,50 D
278321262	J.F. DE SANTO ESTEVAO	62,57	0,00	62,57 D	62,57	0,00	62,57 D
278321296	J.F. DE GATÕES	30,10	0,00	30,10 D	30,10	0,00	30,10 D
278321298	J.F. DE CANDEDO	61,68	0,00	61,68 D	61,68	0,00	61,68 D
278321300	J.F. DE FIOLHOSO	0,08	0,00	0,08 D	0,08	0,00	0,08 D
278321303	J.F. DE NOURA	61,68	0,00	61,68 D	61,68	0,00	61,68 D
278321378	J.F. DE VILA CHÃ	15,12	0,00	15,12 D	15,12	0,00	15,12 D
278321380	J.F. DE CAMPO	3,02	0,00	3,02 D	3,02	0,00	3,02 D
278321386	J.F. DE SERRA AGUA	185,93	0,00	185,93 D	185,93	0,00	185,93 D
278321414	J.F. DE SEVER DO VOUGA	137,18	0,00	137,18 D	137,18	0,00	137,18 D
278321428	J.F. DE CINFAES	37,29	0,00	37,29 D	37,29	0,00	37,29 D
278321435	J.F. DE PORTIMÃO	146,01	0,00	146,01 D	146,01	0,00	146,01 D
278321493	J.F. DE PINHAL NOVO	44,71	0,00	44,71 D	44,71	0,00	44,71 D
2786	Apoio a Timor-Leste	0,00	1 250,00	1 250,00 C	0,00	1 250,00	1 250,00 C
28	DIFERIMENTOS	41 948,04	0,00	41 948,04 D	41 948,04	0,00	41 948,04 D
281	Gastos a reconhecer	41 948,04	0,00	41 948,04 D	41 948,04	0,00	41 948,04 D
2811	Tickets de refeição	6,83	0,00	6,83 D	6,83	0,00	6,83 D
2819	Outros gastos diferidos	41 941,21	0,00	41 941,21 D	41 941,21	0,00	41 941,21 D
29	PROVISÕES	0,00	788,69	788,69 C	0,00	788,69	788,69 C
298	Outras provisões	0,00	788,69	788,69 C	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEIRC	695,41	0,00	695,41 D	695,41	0,00	695,41 D
415	Outros Investimentos Fina	695,41	0,00	695,41 D	695,41	0,00	695,41 D
4157	Outros Investimentos Fina	695,41	0,00	695,41 D	695,41	0,00	695,41 D
41571	FCT	695,41	0,00	695,41 D	695,41	0,00	695,41 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	1 319 574,27	1 126 856,50	192 717,77 D	1 319 574,27	1 126 856,50	192 717,77 D
432	Edifícios e outras constr	617 149,93	0,00	617 149,93 D	617 149,93	0,00	617 149,93 D
4321	Edifícios e outras constr	322 314,26	0,00	322 314,26 D	322 314,26	0,00	322 314,26 D
4322	Ampliações e Conservação	294 835,67	0,00	294 835,67 D	294 835,67	0,00	294 835,67 D
434	Equipamento de transporte	99 152,91	0,00	99 152,91 D	99 152,91	0,00	99 152,91 D
4341	Viatura da Sede	81 874,98	0,00	81 874,98 D	81 874,98	0,00	81 874,98 D
4343	Viatura Pickup Timor	17 277,93	0,00	17 277,93 D	17 277,93	0,00	17 277,93 D
435	Equipamento administrativ	301 864,63	0,00	301 864,63 D	301 864,63	0,00	301 864,63 D
4351	Equip. admin. - Sede	264 651,67	0,00	264 651,67 D	264 651,67	0,00	264 651,67 D
4352	Equip. admin. - Delegação	34 943,04	0,00	34 943,04 D	34 943,04	0,00	34 943,04 D
4353	Equipamento Administrativ	2 269,92	0,00	2 269,92 D	2 269,92	0,00	2 269,92 D
437	Outros activos fixos tang	301 406,80	0,00	301 406,80 D	301 406,80	0,00	301 406,80 D
4371	biblioteca	1 369,42	0,00	1 369,42 D	1 369,42	0,00	1 369,42 D
4372	rouparia e outros	4 172,31	0,00	4 172,31 D	4 172,31	0,00	4 172,31 D
4373	equipamento informático	214 097,15	0,00	214 097,15 D	214 097,15	0,00	214 097,15 D
4374	Equipamento de Projecção	41 386,13	0,00	41 386,13 D	41 386,13	0,00	41 386,13 D
4375	Ferr. e Utens. - Mercado	1 560,18	0,00	1 560,18 D	1 560,18	0,00	1 560,18 D
4376	Outros activos fixos tang	35,38	0,00	35,38 D	35,38	0,00	35,38 D
4379	Outras Imobilizações	38 786,23	0,00	38 786,23 D	38 786,23	0,00	38 786,23 D
438	Depreciações acumuladas	0,00	1 126 856,50	1 126 856,50 C	0,00	1 126 856,50	1 126 856,50 C
4382	Edifícios e outras constr	0,00	490 960,65	490 960,65 C	0,00	490 960,65	490 960,65 C
43821	Edifícios e outras constr	0,00	196 124,98	196 124,98 C	0,00	196 124,98	196 124,98 C
43822	Ampliações e Conservação	0,00	294 835,67	294 835,67 C	0,00	294 835,67	294 835,67 C
4384	Equipamento de transporte	0,00	84 152,91	84 152,91 C	0,00	84 152,91	84 152,91 C
43841	Viatura da Sede	0,00	66 874,98	66 874,98 C	0,00	66 874,98	66 874,98 C
43844	Viatura Pick Up Timor	0,00	17 277,93	17 277,93 C	0,00	17 277,93	17 277,93 C
4385	Equipamento administrativ	0,00	267 269,43	267 269,43 C	0,00	267 269,43	267 269,43 C
43851	Equip. admin. - Sede	0,00	232 362,23	232 362,23 C	0,00	232 362,23	232 362,23 C
43852	Equip. admin. - Delegação	0,00	32 667,28	32 667,28 C	0,00	32 667,28	32 667,28 C
43853	Equipamento Administrativ	0,00	2 239,92	2 239,92 C	0,00	2 239,92	2 239,92 C
4387	Outros Activos Tangíveis	0,00	284 473,51	284 473,51 C	0,00	284 473,51	284 473,51 C
43871	Ferramentas e utensílios	0,00	1 552,57	1 552,57 C	0,00	1 552,57	1 552,57 C
43872	Taras e vasilhame	0,00	35,38	35,38 C	0,00	35,38	35,38 C
43879	Outras Imobilizações Corp	0,00	282 885,56	282 885,56 C	0,00	282 885,56	282 885,56 C
438791	biblioteca	0,00	1 369,42	1 369,42 C	0,00	1 369,42	1 369,42 C

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Abertura -			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
438792	rouparia e outros	0,00	2 754,81	2 754,81 C	0,00	2 754,81	2 754,81 C
438793	equipamento informático	0,00	210 404,24	210 404,24 C	0,00	210 404,24	210 404,24 C
438794	Equipamento de Projecção	0,00	28 349,29	28 349,29 C	0,00	28 349,29	28 349,29 C
438795	Outras Imobilizações	0,00	40 007,80	40 007,80 C	0,00	40 007,80	40 007,80 C
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	29 700,58	29 509,54	191,04 D	29 700,58	29 509,54	191,04 D
443	Programas de Computador	29 700,58	0,00	29 700,58 D	29 700,58	0,00	29 700,58 D
4433	Amortizações Acumuladas -	29 700,58	0,00	29 700,58 D	29 700,58	0,00	29 700,58 D
448	Amortizações acumuladas	0,00	29 509,54	29 509,54 C	0,00	29 509,54	29 509,54 C
4483	Programas de Computador	0,00	29 509,54	29 509,54 C	0,00	29 509,54	29 509,54 C
56	RESULTADOS TRANSITADOS	357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17 C	357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17 C
561	Resultados transitados do	0,00	1 841 624,94	1 841 624,94 C	0,00	1 841 624,94	1 841 624,94 C
562	Proveitos de exercícios a	0,00	466 538,05	466 538,05 C	0,00	466 538,05	466 538,05 C
563	Custos de exercícios ante	330 962,32	0,00	330 962,32 D	330 962,32	0,00	330 962,32 D
564	Outras regularizações	26 306,50	0,00	26 306,50 D	26 306,50	0,00	26 306,50 D
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAP	0,00	14 250,00	14 250,00 C	0,00	14 250,00	14 250,00 C
594	Doações	0,00	14 250,00	14 250,00 C	0,00	14 250,00	14 250,00 C
81	Resultado Líquido do Perí	0,00	39 020,77	39 020,77 C	0,00	39 020,77	39 020,77 C
818	Resultado Líquido	0,00	39 020,77	39 020,77 C	0,00	39 020,77	39 020,77 C
	Soma Líquida	3 669 283,02	3 669 283,02	0,00	3 669 283,02	3 669 283,02	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	43 965,59	38 309,67	5 655,92 D	468 645,17	445 031,16	23 614,01 D
111	Caixa Da Sede	7 272,01	6 641,21	630,80 D	37 249,55	36 019,16	1 230,39 D
112	Caixa Da Delegação	146,45	566,38	419,93 C	3 358,23	2 924,61	433,62 D
119	CAIXA RECEBIMENTO	36 547,13	31 102,08	5 445,05 D	428 037,39	406 087,39	21 950,00 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	203 186,97	212 229,19	9 042,22 C	3 182 580,63	2 574 240,07	608 340,56 D
1201	BANCO BPI - CONTA PROPRIA	191 686,97	212 229,19	20 542,22 C	2 448 293,23	1 982 537,65	465 755,58 D
1204	BANCO BPI - SEGURO BOMBI	8 000,00	0,00	8 000,00 D	467 101,69	429 025,26	38 076,43 D
1208	BANCO CGD - 025514165243	0,00	0,00	0,00	36 838,04	172,20	36 665,84 D
1211	BANCO BPI - SEGURO ELEITO	3 500,00	0,00	3 500,00 D	181 760,29	162 504,96	19 255,33 D
1212	BANCO CGD - 202105536593	0,00	0,00	0,00	21 734,73	0,00	21 734,73 D
1213	BANCO BPI - MAREMOTO NA	0,00	0,00	0,00	20 345,37	0,00	20 345,37 D
1214	BANCO-CGD - 202105773535	0,00	0,00	0,00	6 507,28	0,00	6 507,28 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁR	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
13149	CGD conta 0255141652620-1	0,00	0,00	0,00	60 000,00	0,00	60 000,00 D
13195	CGD CONTA 111	0,00	0,00	0,00	200 000,00	0,00	200 000,00 D
13196	CGD CONTA 112	0,00	0,00	0,00	900 000,00	0,00	900 000,00 D
21	ASSOCIADOS	48 500,00	118 881,32	70 381,32 C	2 475 900,11	2 162 643,41	313 256,70 D
211	Associados c/c	48 500,00	118 381,32	69 881,32 C	2 475 868,31	2 162 111,61	313 756,70 D
2111	Câmaras Municipais	48 500,00	118 381,32	69 881,32 C	2 475 868,31	2 162 111,61	313 756,70 D
21110001	C.M. DE AGUEDA	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110002	MUNICIPIIO DE ALBERGARIA-	0,00	500,00	500,00 C	10 131,56	10 131,56	0,00
21110003	C.M. DE ANADIA	0,00	500,00	500,00 C	5 815,78	5 315,78	500,00 D
21110004	C.M. DE AROUCA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110005	MUNICIPIO DE AVEIRO	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110006	C.M. DE CASTELO DE PAIVA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110007	MUNICIPIO DE ESPINHO	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110008	C.M. DE ESTARREJA	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110009	C.M. DE FEIRA	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110010	MUNICIPIO DE ILHAVO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110011	C.M. DE MEALHADA	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110012	MUNICIPIO DA MURTOSA	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110013	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110014	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110015	C.M. DE OVAR	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110016	MUNICIPIO DE S. JOÃO MAD	500,00	0,00	500,00 D	10 131,56	9 631,56	500,00 D
21110017	C.M. DE SEVER DO VOUGA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110018	MUNICIPIO DE VAGOS	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110019	MUNICIPIO DE VALE CAMBR/	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110020	C.M. DE ALJUSTREL	0,00	500,00	500,00 C	8 985,88	8 985,88	0,00
21110021	C.M. DE ALMODOVAR	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110022	MUNICIPIO DE ALVITO	0,00	500,00	500,00 C	434 832,32	434 832,32	0,00
21110023	C.M. DE BEJA	0,00	0,00	0,00	10 131,56	10 131,56	0,00
21110024	C.M. DE CASTRO VERDE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110025	C.M. DE CUBA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110026	C.M. DE FERREIRA ALENTEJO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110027	C.M. DE MERTOLA	500,00	500,00	0,00	9 016,32	9 016,32	0,00
21110028	C.M. DE MOURA	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110029	MUNICIPIO DE ODEMIRA	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110030	C.M. DE OURIQUE	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110031	C.M. DE SERPA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110032	C.M. DE VIDIGUEIRA	0,00	500,00	500,00 C	5 704,11	4 758,16	945,95 D
21110033	C.M. DE AMARES	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110034	C.M. DE BARCELOS	0,00	0,00	0,00	5 931,01	5 931,01	0,00
21110035	MUNICIPIO DE BRAGA	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110036	C.M. DE CABECEIRAS DE BAS	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110037	MUNICIPIO DE CELORICO DE	500,00	5 315,78	4 815,78 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110038	MUNICIPIO DE ESPOSENDE	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110039	MUNICIPIO DE FAFE	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110040	MUNICIPIO DE GUIMARÃES	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110041	MUNICIPIO DE POVOA DO LA	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110042	C.M. DE TERRAS DO BOURO	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110043	MUNICIPIO DE VIEIRA DO MI	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110044	MUNICIPIO DE VILA NOVA DI	0,00	0,00	0,00	5 931,01	5 931,01	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110045	C.M. DE VILA VERDE	0,00	0,00	0,00	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110046	MUNICIPIO DE ALFANDEGA D	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110047	C.M. DE BRAGANCA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110048	C.M. DE CARRAZEDA DE ANS	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110049	C.M. DE FREIXO ESPADA-À-C	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110050	C.M. DE MACEDO CAVALEIRC	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110051	C.M. DE MIRANDA DO DOUR	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110052	C.M. DE MIRANDELA	0,00	0,00	0,00	24 365,13	0,00	24 365,13 D
21110053	C.M. DE MONCORVO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110054	C.M. DE MOGADOURO	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110055	C.M. DE VILA FLOR	0,00	0,00	0,00	8 476,16	4 258,16	4 218,00 D
21110056	C.M. DE VIMIOSO	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110057	C.M. DE VINHAIS	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110058	C.M. DE BELMONTE	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110059	C.M. DE CASTELO BRANCO	0,00	0,00	0,00	12 362,02	12 362,02	0,00
21110060	C.M. DE COVILHA	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110061	C.M. DE FUNDÃO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110062	MUNICIPIO DE IDANHA-A-NC	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110063	C.M. DE OLEIROS	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110064	MUNICIPIO DE PENAMACOR	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110065	C.M. DE PROENÇA-A-NOVA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110066	C.M. DE SERTÃ	0,00	10 097,13	10 097,13 C	10 097,13	10 097,13	0,00
21110068	C.M. DE VILA VELHA DE RÓD	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110069	C.M. DE ARGANIL	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110070	MUNICIPIO DE CANTANHEDE	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110071	C.M. DE COIMBRA	500,00	500,00	0,00	7 188,01	6 431,01	757,00 D
21110072	C.M. DE CONDEIXA-A-NOVA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110073	C.M. DE FIGUEIRA DA FOZ	0,00	0,00	0,00	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110074	C.M. DE GÓIS	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110075	C.M. DE LOUSA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110076	MUNICIPIO DE MIRA	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110077	MUNICIPIO DE MIRANDA DO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110078	C.M. DE MONTEMOR-O-VEL	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110079	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110080	MUNICIPIO DE PAMPILHOSA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110081	MUNICIPIO DE PENACOVA	500,00	0,00	500,00 D	10 131,56	9 631,56	500,00 D
21110082	MUNICIPIO DE PENELA	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110083	MUNICIPIO DE SOURE	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	500,00	4 815,78 D
21110084	MUNICIPIO DE TÁBUA	500,00	0,00	500,00 D	15 353,13	0,00	15 353,13 D
21110085	C.M. DE VILA NOVA DE POIA	0,00	500,00	500,00 C	4 872,88	4 758,16	114,72 D
21110086	MUNICIPIO DE ALANDROAL	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110087	C.M. DE ARRAIOLOS	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110088	MUNICIPIO DE BORBA	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110089	MUNICIPIO DE ESTREMOZ	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110090	MUNICIPIO DE EVORA	0,00	0,00	0,00	12 319,62	12 319,62	0,00
21110091	MUNICIPIO DE MONTEMOR	500,00	0,00	500,00 D	10 131,56	9 631,56	500,00 D
21110092	MUNICIPIO DE MORA	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110093	C.M. DE MOURÃO	0,00	0,00	0,00	5 758,16	5 758,16	0,00
21110094	C.M. DE PORTEL	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110095	C.M. DE REDONDO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110096	MUNICIPIO DE REGUENGOS	0,00	0,00	0,00	8 985,88	0,00	8 985,88 D
21110097	MUNICIPIO DE VENDAS NOV.	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110098	C.M. DE VIANA DO ALENTEJC	0,00	0,00	0,00	9 016,32	9 016,32	0,00
21110099	C.M. DE VILA VICOSA	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110100	MUNICIPIO DE ALBUFEIRA	0,00	0,00	0,00	5 490,78	0,00	5 490,78 D
21110101	C.M. DE ALCOUTIM	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110102	MUNICIPIO DE ALJEZUR	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110103	MUNICIPIO DE CASTRO MAR	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110104	MUNICIPIO DE FARO	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110105	MUNICIPIO DE LAGOA (ALGA	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110106	MUNICIPIO DE LAGOS	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110107	C.M. DE LOULÉ	0,00	0,00	0,00	12 362,02	12 362,02	0,00
21110108	C.M. DE MONCHIQUE	0,00	0,00	0,00	9 016,32	9 016,32	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110109	C.M. DE OLHÃO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110110	MUNICIPIO DE PORTIMÃO	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110111	MUNICIPIO DE S. BRÁS DE A	1 000,00	1 000,00	0,00	5 258,16	5 258,16	0,00
21110112	MUNICIPIO DE SILVES	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110113	MUNICIPO DE TAVIRA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110114	C.M. DE VILA DO BISPO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110115	C.M. DE VILA REAL DE S.AN	0,00	0,00	0,00	24 365,13	14 268,00	10 097,13 D
21110116	MUNICIPIO DE AGUIAR DA B	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110117	MUNICIPIO DE ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110118	MUNICIPIO DE CELORICO DA	500,00	0,00	500,00 D	32 915,13	4 258,16	28 656,97 D
21110119	C.M. DE FIG.DE CASTELO RO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110120	C.M. DE FORNOS DE ALGODF	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110121	C.M. DE GOUVEIA	0,00	0,00	0,00	7 284,92	5 315,78	1 969,14 D
21110122	C.M. DE GUARDA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110123	MUNICIPIO DE MANTEIGAS	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110124	C.M. DE MEDA	0,00	0,00	0,00	9 016,32	9 016,32	0,00
21110125	MUNICIPIO DE SABUGAL	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110126	MUNICIPIO DE SEIA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110127	MUNICIPIO DE TRANCOSO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110128	C.M. DE VILA NOVA DE FOZ	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110129	C.M. DE ALCOBACA	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110130	C.M. DE ALVAIAZERE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110131	MUNICIPIO DE ANSIÃO	500,00	500,00	0,00	5 565,78	5 315,78	250,00 D
21110132	C.M. DE BATALHA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110133	MUNICIPIO DE BOMBARRAL	500,00	500,00	0,00	5 515,29	5 315,78	199,51 D
21110134	C.M. DE CALDAS DA RAINHA	0,00	0,00	0,00	10 131,56	9 631,56	500,00 D
21110135	MUNICIPIO DE CASTANHEIRA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110136	MUNICIPIO DE FIGUEIRÓ DO:	0,00	0,00	0,00	4 808,16	4 758,16	50,00 D
21110137	C.M. DE LEIRIA	0,00	500,00	500,00 C	6 431,51	6 431,01	0,50 D
21110138	MUNICIPIO DE MARINHA GR	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110139	C.M. DE NAZARE	500,00	0,00	500,00 D	10 097,13	5 381,35	4 715,78 D
21110140	MUNICIPIO DE ÓBIDOS	500,00	4 815,78	4 315,78 C	5 415,78	4 815,78	600,00 D
21110141	C.M. DE PEDROGÃO GRANDE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110142	C.M. DE PENICHE	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110143	MUNICIPIO DE POMBAL	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110144	MUNICIPIO DE PORTO DE MC	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110145	C.M. DE ALENQUER	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110146	C.M. DE AMADORA	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110147	MUNICIPIO DE ARRUDA DOS	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110148	C.M. DE AZAMBUJA	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110149	MUNICIPIO DO CADAVAL	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110150	MUNICIPIO DE CASCAIS	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110151	C.M. DE LISBOA	0,00	500,00	500,00 C	6 977,12	6 937,93	39,19 D
21110152	C.M. DE LOURES	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110153	MUNICIPIO DA LOURINHÃ	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110154	MUNICIPIO DE MAFRA	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110155	C.M. DE OEIRAS	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110156	C.M. DE SINTRA	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110157	MUNICIPIO DE SOBRAL DE M	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110158	C.M. DE TORRES VEDRAS	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110159	MUNICIPIO DE VILA FRANCA	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110160	C.M. DE ALTER DO CHAO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110161	C.M. DE ARRONCHES	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110162	MUNICIPIO DE AVIS	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110163	MUNICIPIO DE CAMPO MAIC	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110164	C.M. DE CASTELO DE VIDE	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110165	C.M. DE CRATO	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110166	MUNICIPIO DE ELVAS	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	0,00	5 315,78 D
21110167	C.M. DE FRONTEIRA	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110168	MUNICIPIO DE GAVIÃO	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110169	MUNICIPIO DE MARVÃO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110170	C.M. DE MONFORTE	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110171	C.M. DE NISA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110172	MUNICIPIO DE PONTE DE SO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110173	C.M. DE PORTALEGRE	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110174	MUNICIPIO DE SOUSEL	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110175	C.M. DE AMARANTE	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110176	C.M. DE BAIAO	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110177	MUNICIPIO DE FELGUEIRAS	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110178	C.M. DE GONDOMAR	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110179	C.M. DE LOUSADA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110180	C.M. DE MAIA	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110181	MUNICIPIO DE MARCO DE C/	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110182	C.M. DE MATOSINHOS	0,00	500,00	500,00 C	12 862,02	12 862,22	0,20 C
21110183	MUNICIPIO DE PAÇOS DE FEI	0,00	0,00	0,00	34 940,40	5 931,01	29 009,39 D
21110184	MUNICIPIO DE PAREDES	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110185	C.M. DE PENAFIEL	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110186	C.M. DE PORTO	500,00	500,00	0,00	6 937,93	6 937,93	0,00
21110187	MUNICIPIO DE POVOA DO VA	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110188	C.M. DE SANTO TIRSO	0,00	0,00	0,00	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110189	C.M. DE VALONGO	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110190	MUNICIPIO DE VILA DO CONI	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110191	MUNICIPIO DE VILA NOVA DI	500,00	0,00	500,00 D	6 500,67	5 931,01	569,66 D
21110192	MUNICIPIO DE ABRANTES	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110193	MUNICIPIO DE ALCANENA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110194	MUNICIPIO DE ALMEIRIM	0,00	500,00	500,00 C	10 131,56	10 131,56	0,00
21110195	C.M. DE ALPIARCA	500,00	4 227,72	3 727,72 C	8 985,88	4 227,72	4 758,16 D
21110196	C.M. DE BENAVENTE	0,00	0,00	0,00	5 365,66	5 315,78	49,88 D
21110197	C.M. DE CARTAXO	500,00	20 109,13	19 609,13 C	20 109,13	20 109,13	0,00
21110198	C.M. DE CHAMUSCA	500,00	500,00	0,00	4 761,13	4 758,16	2,97 D
21110199	C.M. DE CONSTANCIA	500,00	500,00	0,00	8 985,88	8 985,88	0,00
21110200	MUNICIPIO DE CORUCHE	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110201	MUNICIPIO DO ENTRONCAM	0,00	500,00	500,00 C	5 590,12	5 315,78	274,34 D
21110202	MUNICIPIO DE FERREIRA DO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110203	MUNICIPIO DA GOLEGÃ	0,00	0,00	0,00	4 758,16	500,00	4 258,16 D
21110204	C.M. DE MAÇÃO	0,00	0,00	0,00	4 958,16	4 258,16	700,00 D
21110205	MUNICIPIO DE RIO MAIOR	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110206	C.M. DE SALVATERRA DE MA	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110207	C.M. DE SANTARÉM	500,00	500,00	0,00	12 362,02	12 362,02	0,00
21110208	C.M. DE SARDOAL	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110209	MUNICIPIO DE TOMAR	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110210	MUNICIPIO DE TORRES NOV/	0,00	500,00	500,00 C	5 508,89	5 315,78	193,11 D
21110211	MUNICIPIO DE VILA NOVA D/	0,00	0,00	0,00	8 516,32	8 516,32	0,00
21110212	C.M. DE OURÉM	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110213	C.M. DE ALCACER DO SAL	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110214	MUNICIPIO DE ALCOCHETE	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110215	C.M. DE ALMADA	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110216	C.M. DE BARREIRO	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110217	MUNICIPIO DE GRANDOLA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110218	MUNICIPIO DA MOITA	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110219	C.M. DE MONTIJO	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110220	MUNICÍPIO DE PALMELA	0,00	0,00	0,00	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110221	C.M. DE SANTIAGO DO CACÉ	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110222	MUNICIPIO DO SEIXAL	500,00	500,00	0,00	7 820,46	6 431,01	1 389,45 D
21110223	C.M. DE SESIMBRA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110224	C.M. DE SETUBAL	0,00	0,00	0,00	6 670,83	6 431,01	239,82 D
21110225	C.M. DE SINES	0,00	0,00	0,00	15 353,13	15 353,13	0,00
21110226	C.M. DE ARCOS DE VALDEVE	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110227	MUNICIPIO DE CAMINHA	0,00	500,00	500,00 C	10 097,13	500,00	9 597,13 D
21110228	C.M. DE MELGACO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110229	MUNICIPIO DE MONÇÃO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110230	C.M. DE PAREDES DE COURA	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110231	MUNICIPIO DE PONTE DA BA	0,00	0,00	0,00	4 815,78	0,00	4 815,78 D
21110232	MUNICIPIO DE PONTE DE LIM	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110233	C.M. DE VIANA DO CASTELO	0,00	0,00	0,00	12 319,62	12 319,62	0,00
21110234	C.M. DE VILA NOVA DE CERV	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110235	MUNICIPIO DE ALIJO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110236	MUNICIPIO DE BOTICAS	0,00	500,00	500,00 C	9 016,32	9 016,32	0,00
21110237	MUNICIPIO DE CHAVES	0,00	0,00	0,00	5 931,01	5 931,01	0,00
21110238	MUNICIPIO DE MESÃO FRIO	0,00	0,00	0,00	8 985,88	8 485,88	500,00 D
21110239	C.M. DE MONDIM DE BASTO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110240	C.M. DE MONTALEGRE	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110241	C.M. DE MURCA	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110242	MUNICIPIO DE PESO DA REG	0,00	0,00	0,00	19 109,13	0,00	19 109,13 D
21110243	MUNICIPIO DE RIBEIRA DE P	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110244	C.M. DE SABROSA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110245	MUNICIPIO DE SANTA MARTA	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110246	MUNICIPIO DE VALPACOS	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110247	MUNICIPIO DE VILA POUCA D	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110248	MUNICIPIO DE VILA REAL	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110249	MUNICIPIO DE ARMAMAR	500,00	0,00	500,00 D	8 976,16	4 258,16	4 718,00 D
21110250	MUNICIPIO DE CARREGAL DO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110251	MUNICIPIO DE CASTRO DAIR	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110252	MUNICIPIO DE CINFAES	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110253	MUNICIPIO DE LAMEGO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110254	C.M. DE MANGUALDE	0,00	0,00	0,00	9 631,56	9 631,56	0,00
21110255	C.M. DE MOIMENTA DA BEIR	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110256	MUNICIPIO DE MORTÁGUA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110257	MUNICIPIO DE NELAS	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110258	C.M. DE OLIVEIRA DE FRADE	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110259	C.M. DE PENALVA DO CASTEL	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110260	C.M. DE RESENDE	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110261	MUNICIPIO DE SANTA COMB	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110262	MUNICIPIO DE JOÃO DA PES	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110263	C.M. DE S. PEDRO DO SUL	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110264	C.M. DE SATÃO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110265	C.M. DE TABUACO	1 000,00	500,00	500,00 D	9 485,88	8 985,88	500,00 D
21110266	MUNICIPIOD DE TAROUCA	500,00	0,00	500,00 D	26 188,88	0,00	26 188,88 D
21110267	MUNICIPIO DE TONDELA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110268	MUNICIPIO DE VILA NOVA DI	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110269	C.M. DE VISEU	0,00	0,00	0,00	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110270	MUNICIPIO DE VOUZELA	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110271	C.M. DE ANGRA DO HEROISM	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110273	C.M. DO CORVO	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110274	C.M. DE HORTA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110275	C.M. DE LAGOA (AÇORES)	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110276	C.M. DE LAGES DO PICO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110277	C.M. DE MADALENA	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110278	C.M. DE NORDESTE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110279	C.M. DE PONTA DELGADA	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110280	C.M. DE POVOAÇÃO	0,00	0,00	0,00	36 983,35	0,00	36 983,35 D
21110281	C.M. DE RIBEIRA GRANDE	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110282	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ I	0,00	0,00	0,00	12 744,04	8 516,32	4 227,72 D
21110283	C.M. DE SANTA CRUZ DA GRA	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110285	C.M. DE VILA FRANCA DO CA	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110286	C.M. DE VILA DO PORTO	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110287	MUNICIPIO DE PRAIA DA VIT	0,00	0,00	0,00	9 631,56	9 631,56	0,00
21110288	MUNICIPIO DE CALHETA (MA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110289	MUNICIPIO DE CAMARA DE I	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110290	C.M. DE FUNCHAL	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110291	C.M. DE MACHICO	0,00	4 815,78	4 815,78 C	10 071,78	5 315,78	4 756,00 D
21110292	MUNICIPIO DE PONTA DO SC	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110293	MUNICIPIO DE PORTO MONI	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110294	MUNICIPIO DE PORTO SANTO	0,00	0,00	0,00	8 153,99	4 258,16	3 895,83 D
21110295	C.M. DE RIBEIRA BRAVA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110296	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110297	C.M. DE SANTANA	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110298	MUNICIPIO DE SÃO VICENTE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110299	MUNICIPIO DE BARRANCOS	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110301	A.M. DE OESTE	0,00	0,00	0,00	12 875,86	12 875,86	0,00
21110302	C.M. DE PENEDONO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110303	C.M. DE SERNANCELHE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110304	C.M. DE S. ROQUE DO PICO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110305	C.M. DE VILA DE REI	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110306	C.M. DE PINHEL	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110307	C.M. DE VALENÇA	0,00	500,00	500,00 C	10 131,56	10 131,56	0,00
21110308	MUNICIPIO DE LAGES DAS FL	0,00	0,00	0,00	8 476,16	4 258,16	4 218,00 D
21110309	ASSOC INFORMÁTICA REGIÃ(	0,00	0,00	0,00	6 437,93	6 437,93	0,00
21110310	A.M. DE LITORAL ALENTEJAN	0,00	0,00	0,00	6 437,93	6 437,93	0,00
21110316	AS.MUNICIPIOS NORTE ALEN	0,00	0,00	0,00	15 861,77	0,00	15 861,77 D
21110317	MUNICIPIO DE ODIVELAS	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110319	C.M. DA TROFA	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110320	C.M. DE VIZELA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110321	A.M. DISTRITO SETUBAL	0,00	0,00	0,00	6 437,93	6 437,93	0,00
218	Adiantamentos de Câmaras	0,00	500,00	500,00 C	31,80	531,80	500,00 C
2180150	CAMARA MUNICIPAL DE CAS	0,00	500,00	500,00 C	0,00	500,00	500,00 C
2181533	União de Freguesias de Pa	0,00	0,00	0,00	31,80	31,80	0,00
22	FORNECEDORES	80 061,04	143 543,61	63 482,57 C	812 560,25	891 488,63	78 928,38 C
221	Fornecedores c/c	80 061,04	143 543,61	63 482,57 C	811 330,25	890 258,63	78 928,38 C
2211	Fornecedores gerais	80 061,04	143 543,61	63 482,57 C	811 330,25	890 258,63	78 928,38 C
22111	Fornecedores nacionais	80 061,04	143 543,61	63 482,57 C	811 330,25	890 258,63	78 928,38 C
221111002	RESTAURANTE O SARGENTO	0,00	0,00	0,00	1 207,87	1 207,87	0,00
221111004	COMPANHIA DE SEGUROS VI	0,00	0,00	0,00	40,00	40,00	0,00
221111006	VIA LUSITANIA	2 556,10	1 385,30	1 170,80 D	9 956,90	9 956,90	0,00
221111013	IGAP	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	0,00
221112	Fornecedores internaciona	58 031,70	62 574,05	4 542,35 C	688 311,85	705 505,74	17 193,89 C
221112014	CTT - CORREIOS DE PORTUG/	869,13	162,38	706,75 D	5 167,17	5 935,70	768,53 C
221112031	DIÁRIO DE COIMBRA	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00	0,00
221112046	GRUPEME - SER. SIST. SEG.	0,00	0,00	0,00	617,71	617,71	0,00
221112049	HOTEL ALTIS	689,00	96,00	593,00 D	3 342,00	3 438,00	96,00 C
221112065	CISION	491,88	491,88	0,00	6 394,44	6 886,32	491,88 C
221112068	OMNITUR AGEN. VIAGENS TI	583,00	260,00	323,00 D	7 139,60	7 399,60	260,00 C
221112080	S.P.4 PROJ. SERV. ELECT.	0,00	0,00	0,00	627,30	627,30	0,00
221112165	JORGE MENDES, LDA	0,00	0,00	0,00	160,00	160,00	0,00
221112167	COMPANHIA DE SEGUROS LL	0,00	0,00	0,00	441 260,93	441 260,96	0,03 C
221112212	CENTROQUIMICA, LDA	0,00	0,00	0,00	1 197,41	1 197,41	0,00
221112216	HOTEL QUINTA DAS LÁGRIM/	0,00	0,00	0,00	1 932,50	1 932,50	0,00
221112217	NESTLÉ PORTUGAL, SA	275,83	393,91	118,08 C	3 824,10	3 942,18	118,08 C
221112248	COMERGESTE	0,00	0,00	0,00	467,65	467,65	0,00
221112251	IMPRENSA NACIONAL CASA I	0,00	0,00	0,00	958,25	958,25	0,00
221112270	CASA DAS BANDEIRAS	0,00	0,00	0,00	1 063,95	1 063,95	0,00
221112359	HOTEL ALGARVE CASINO	0,00	0,00	0,00	205,20	205,20	0,00
221112375	RÁDIOTELEVISÃO PORTUGUE	0,00	0,00	0,00	8 753,77	8 753,77	0,00
221112385	NOS COMUNICAÇÕES	816,74	828,00	11,26 C	10 639,49	11 465,97	826,48 C
221112391	LTE - ELETRICIDADE DE LIS	0,00	0,00	0,00	0,00	265,12	265,12 C
221112395	EPAL	0,00	52,94	52,94 C	303,41	356,35	52,94 C
221112405	HOTEL NACIONAL	0,00	0,00	0,00	51,00	51,00	0,00
221112430	DOM GONÇALO	0,00	0,00	0,00	124,00	124,00	0,00
221112476	MEO - SERVIÇOS DE COMUN	441,52	441,52	0,00	4 570,58	4 586,47	15,89 C
221112503	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	1 437,00	0,00	1 437,00 D	1 437,00	1 437,00	0,00
221112547	TRIFIDA, COMERCIO DE MAT	0,00	0,00	0,00	202,95	202,95	0,00
221112564	RUI DOS LEITÕES ACTIVIDAD	0,00	1 710,00	1 710,00 C	0,00	2 391,35	2 391,35 C
221112568	TSF - RADIO NOTICIAS	0,00	0,00	0,00	6 396,00	6 396,00	0,00
221112586	COMPANHIA DE SEGUROS A(	131,75	3,04	128,71 D	42 693,13	42 693,13	0,00
221112600	AGUAS DE COIMBRA	300,60	300,60	0,00	2 777,18	2 777,18	0,00
221112604	JOAQUIM MANUEL SANTOS I	0,00	0,00	0,00	8 924,88	8 924,88	0,00
221112605	P.M.G. - BRINDES PUBLICIT	0,00	4 645,71	4 645,71 C	0,00	4 645,71	4 645,71 C
221112622	M AR DE AR MURALHAS	0,00	0,00	0,00	274,25	274,25	0,00
221112667	CLIMABITUS - MANUTENÇAC	0,00	1 045,50	1 045,50 C	996,18	2 041,68	1 045,50 C
221112695	TRYP COIMBRA	504,00	252,00	252,00 D	2 049,00	2 112,00	63,00 C
221112697	EL CORTE INGLES	0,00	0,00	0,00	1 235,78	1 235,78	0,00
221112781	EDP COMERCIAL	1 101,22	1 482,28	381,06 C	15 671,09	17 153,37	1 482,28 C

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
221112785	KONICA MINOLTA	684,06	621,11	62,95 D	684,06	1 305,17	621,11 C
221112849	ESPECTRO - SISTEMAS DE IN	0,00	1 285,84	1 285,84 C	0,00	1 285,84	1 285,84 C
221112851	Argomed - Medicina, Higie	0,00	0,00	0,00	259,51	259,51	0,00
221112857	Canon Portugal	84,12	84,12	0,00	1 090,17	1 174,29	84,12 C
221112862	3WD INFORMÁTICA	0,00	0,00	0,00	121,38	121,38	0,00
221112868	NOVA GAMA GOURMET SA	0,00	0,00	0,00	1 785,42	1 785,42	0,00
221112889	SERRALARIA SEMIDENSE, LD/	0,00	0,00	0,00	307,50	307,50	0,00
221112903	SOJORMÉDIA BEIRAS, S.A.	0,00	0,00	0,00	110,00	110,00	0,00
221112907	VISTA ALEGRE	0,00	0,00	0,00	918,00	918,00	0,00
221112912	F5C FIRST FIVE CONSULTING	44 998,74	42 243,54	2 755,20 D	44 998,74	44 998,74	0,00
221112954	GISPERT EQUIPAMENTOS E S	0,00	1 385,57	1 385,57 C	3 189,62	4 575,19	1 385,57 C
221112964	Veiga e Moura & Associado	0,00	0,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00
221112971	AMERICANA - PAPELARIAS, L	0,00	0,00	0,00	236,34	236,34	0,00
221112973	S GALD AUTOMOTIVE	2 258,94	2 258,94	0,00	16 158,64	17 288,11	1 129,47 C
221112976	FALGI EQUIPAMENTOS E PRO	0,00	0,00	0,00	603,93	603,93	0,00
221112983	VILA GALÉ COIMBRA	0,00	0,00	0,00	1 075,00	1 075,00	0,00
221112987	JOAQUIM DA SILVA	165,00	330,00	165,00 C	1 980,00	2 145,00	165,00 C
221112990	PAPELARIA UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	96,83	96,83	0,00
221112991	PRIPT-Business Software S	0,00	0,00	0,00	1 093,54	1 093,54	0,00
221112993	TICKETS RESTAURANT PORTU	2 199,17	2 199,17	0,00	30 795,27	30 795,26	0,01 D
221113012	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	0,00	0,00	0,00	1 040,00	1 040,00	0,00
221113022	MAPFRE - SEGUROS GERAIS,	129,04	129,04	0,00	1 416,84	1 416,84	0,00
221113029	PRAXIS CERVEJAS DE COIMBI	0,00	0,00	0,00	360,60	360,60	0,00
221113036	Associação de Estudos de	0,00	0,00	0,00	60,00	120,00	60,00 C
221113037	HOTEL OSLO	350,00	50,00	300,00 D	740,00	790,00	50,00 C
221113043	INCENTEA TECNOLOGIA DE €	0,00	0,00	0,00	1 640,57	1 640,57	0,00
221113068	LUSA - AGÊNCIA DE NOTICIA	184,50	184,50	0,00	2 214,00	2 398,50	184,50 C
221113073	ASCENDUM II VEICULOS, UNI	0,00	0,00	0,00	150,10	150,10	0,00
221113076	DIMEXA	0,00	0,00	0,00	442,80	442,80	0,00
221113077	CESAE - CENTRO DE SERVIÇO	0,00	0,00	0,00	148,50	148,50	0,00
221113080	NUNO JOÃO LOPES LUÍS	430,50	430,50	0,00	3 768,23	3 768,23	0,00
221113089	REIS E CARMO LDA	0,00	0,00	0,00	406,00	406,00	0,00
221113092	CÂMARA MUNICIPAL DE LISB	0,00	0,00	0,00	2 500,00	2 500,00	0,00
221113094	Ladeirinha & Ventura lda	0,00	0,00	0,00	341,70	341,70	0,00
221113096	COIMLIMPE	0,00	0,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00
221113103	ISCAC - I. Sup. de Contab	105,00	0,00	105,00 D	1 050,00	1 680,00	630,00 C
221113104	LICINIO SERAFIM DA CRUZ	59,01	59,01	0,00	767,13	767,13	0,00
221113109	Paradigma de Mérito, Unip	0,00	0,00	0,00	33 825,00	33 825,00	0,00
221113111	CHURRASQUEIRA DA VARZEA	0,00	0,00	0,00	588,70	588,70	0,00
221113119	Acro Clube da Maia	0,00	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00
221113120	BKN - Breaking News, Lda	1 845,00	1 845,00	0,00	3 505,50	3 505,50	0,00
221113121	FIG - Industrias Graficas	0,00	1 798,26	1 798,26 C	4 049,63	5 847,89	1 798,26 C
221113122	GO OUTDOOR, LDA	0,00	0,00	0,00	114,60	114,60	0,00
221113123	BRANDP - GESTÃO DE MARKI	2 583,00	2 583,00	0,00	2 917,56	2 917,56	0,00
221113124	Manufatura Silver Riber O	0,00	0,00	0,00	5 044,23	5 044,23	0,00
221113127	VIMARSIL - Victor Manuel	12 923,22	12 923,22	0,00	16 439,79	16 439,79	0,00
221113128	Arte e Flor	0,00	0,00	0,00	165,00	165,00	0,00
221113129	Caravela - Companhia Segu	0,00	0,00	0,00	1 251,06	1 251,06	0,00
221113130	Grupo Pestana - Pestana H	0,00	0,00	0,00	1 585,00	1 585,00	0,00
221113131	AZURA - Comércio de Máqui	0,00	0,00	0,00	811,43	811,43	0,00
221113132	Caminhos Sem Atalho - Pro	0,00	0,00	0,00	3 586,50	3 586,50	0,00
221113133	ANTÓNIO R. LAGOA	0,00	0,00	0,00	369,00	369,00	0,00
221113134	CAETANO AUTO, SA	0,00	373,86	373,86 C	343,90	717,76	373,86 C
221113135	Pneus do Mosteiro, Estaçã	0,00	0,00	0,00	340,02	340,02	0,00
221113136	Hotel Figueiredo's	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00
221113137	Hotel Noiva do Mar	0,00	0,00	0,00	845,50	845,50	0,00
221113138	Ambiglobal, Lda	0,00	0,00	0,00	702,80	702,80	0,00
221113139	VF Exploração Turistica	0,00	0,00	0,00	1 840,00	1 840,00	0,00
221113140	CEDIPRE - C. de Estudos d	0,00	0,00	0,00	140,00	140,00	0,00
221113141	11 TIME, LDA	0,00	0,00	0,00	754,00	754,00	0,00
221113142	MELIA RIA HOTEL & SPA	0,00	0,00	0,00	1 660,00	1 660,00	0,00
221113143	Filipa Maria Marques de A	0,00	0,00	0,00	5 796,78	5 796,78	0,00
221113144	SWITCH TECHNOLOGY	0,00	2 375,13	2 375,13 C	4 247,19	6 622,32	2 375,13 C

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
221113146	ALBISCOLA-Com. de Mat. Es	293,97	0,00	293,97 D	293,97	293,97	0,00
221113147	Alcione - Comércio Alimen	0,00	19 762,49	19 762,49 C	0,00	19 762,49	19 762,49 C
221113148	Multitendas - Comércio e	0,00	36 500,25	36 500,25 C	0,00	36 500,25	36 500,25 C
221113150	AMARILIS Indústria Hotele	570,00	570,00	0,00	570,00	570,00	0,00
228	Adiantamentos a fornecedo	0,00	0,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00
2282964	Veiga e Moura & Associado	0,00	0,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00
23	PESSOAL	44 553,35	44 143,57	409,78 D	561 201,31	561 036,99	164,32 D
231	Remunerações a pagar *	43 786,81	43 786,81	0,00	552 259,43	552 259,43	0,00
2312	Ao pessoal	43 786,81	43 786,81	0,00	552 259,43	552 259,43	0,00
23121	VENCIMENTOS LIQUIDOS	43 786,81	43 786,81	0,00	552 259,43	552 259,43	0,00
232	Adiantamentos	766,54	356,76	409,78 D	8 941,48	8 777,56	163,92 D
2322	Ao pessoal	766,54	356,76	409,78 D	8 941,48	8 777,56	163,92 D
23220007	FERNANDA MEDINA	0,00	0,00	0,00	521,22	521,22	0,00
23220016	LANDRI PINTO	0,00	0,00	0,00	572,56	572,56	0,00
23220046	CATARINA SEGORBE	0,00	0,00	0,00	163,92	0,00	163,92 D
23220048	FILIPE CARVALHO	766,54	356,76	409,78 D	7 683,78	7 683,78	0,00
2382	Outras operações com pess	0,00	0,00	0,00	0,40	0,00	0,40 D
23820018	Maria Joao Lopes	0,00	0,00	0,00	0,40	0,00	0,40 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚ	123 023,59	97 608,64	25 414,95 D	582 511,30	647 345,52	64 834,22 C
241	Imposto sobre o rendiment	0,00	0,00	0,00	1 390,96	1 390,96	0,00
2415	Irc - apuramento	0,00	0,00	0,00	1 390,96	1 390,96	0,00
242	Retenção de impostos sobr	29 430,78	16 359,99	13 070,79 D	235 824,26	252 184,25	16 359,99 C
2421	Rir-trabalho dependente	28 382,28	15 907,36	12 474,92 D	223 841,10	239 748,46	15 907,36 C
2422	Rir-rendimentos profissio	357,50	452,63	95,13 C	5 480,16	5 932,79	452,63 C
2423	IRS SOBRETAXA	691,00	0,00	691,00 D	6 503,00	6 503,00	0,00
243	Imposto sobre o valor acr	58 650,00	62 100,00	3 450,00 C	70 380,00	99 705,00	29 325,00 C
2433	IVA - Liquidado	29 325,00	3 450,00	25 875,00 D	30 360,00	30 360,00	0,00
24331	Operacoes gerais	29 325,00	3 450,00	25 875,00 D	30 360,00	30 360,00	0,00
243312	Iva liq. - ps - taxa norm	29 325,00	3 450,00	25 875,00 D	30 360,00	30 360,00	0,00
2435	IVA - Apuramento	29 325,00	29 325,00	0,00	30 360,00	30 360,00	0,00
2436	IVA - A pagar	0,00	29 325,00	29 325,00 C	9 660,00	38 985,00	29 325,00 C
244	Restantes impostos	0,00	0,00	0,00	2 790,85	2 790,85	0,00
2441	imposto do Selo	0,00	0,00	0,00	2 790,85	2 790,85	0,00
245	Contribuições para a Segu	34 774,06	19 092,40	15 681,66 D	271 460,53	290 553,51	19 092,98 C
2451	Segurança social	34 774,06	19 092,40	15 681,66 D	271 460,53	290 553,51	19 092,98 C
248	Outras Tributações	168,75	56,25	112,50 D	664,70	720,95	56,25 C
2487	Outras Tributações FCT e	168,75	56,25	112,50 D	664,70	720,95	56,25 C
24871	Outras Tributações FCT	156,09	52,04	104,05 D	614,87	666,97	52,10 C
24872	Outras Tributações FGCT	12,66	4,21	8,45 D	49,83	53,98	4,15 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	34 873,94	95 724,17	60 850,23 C	788 075,09	773 958,69	14 116,40 D
271	Fornec. de invest.	0,00	0,00	0,00	642,06	642,06	0,00
2711	Fornec. de invest.- c/g	0,00	0,00	0,00	642,06	642,06	0,00
27111	Fornec. de invest.- c/c-	0,00	0,00	0,00	642,06	642,06	0,00
271111	Fornec. de invest.- c/c-	0,00	0,00	0,00	642,06	642,06	0,00
2711113084	3WD	0,00	0,00	0,00	642,06	642,06	0,00
272	Devedores e Credores por	285,83	1 525,91	1 240,08 C	4 700,59	5 940,67	1 240,08 C
2721	Devedores por acréscimos	285,83	0,00	285,83 D	285,83	0,00	285,83 D
27219	Outros acréscimos de prov	285,83	0,00	285,83 D	285,83	0,00	285,83 D
2722	Credores por acréscimos d	0,00	1 525,91	1 525,91 C	4 414,76	5 940,67	1 525,91 C
27229	Outros acréscimos de cust	0,00	1 525,91	1 525,91 C	4 414,76	5 940,67	1 525,91 C
276	Adiantamentos por conta d	0,00	0,00	0,00	0,00	2 809,22	2 809,22 C
2760104	CM Faro	0,00	0,00	0,00	0,00	1 500,00	1 500,00 C
2761	Adiant. de Associados	0,00	0,00	0,00	0,00	1 309,22	1 309,22 C
27610197	CM Cartaxo	0,00	0,00	0,00	0,00	1 250,00	1 250,00 C
27611144	J.F. DE SOUSELO	0,00	0,00	0,00	0,00	28,63	28,63 C
27611378	J F DE VILA CA	0,00	0,00	0,00	0,00	15,02	15,02 C
27611521	J.F. JARMELO DE SAO MIGUE	0,00	0,00	0,00	0,00	15,57	15,57 C
278	Outros Devedores e Credor	34 588,11	94 198,26	59 610,15 C	782 732,44	764 566,74	18 165,70 D
2781	Devedores e Credores dive	32 326,06	92 250,00	59 923,94 C	288 056,13	269 188,04	18 868,09 D
27811	Devedores Diversos	18 450,00	92 250,00	73 800,00 C	211 450,38	165 435,00	46 015,38 D
278114046	SONDEX	0,00	0,00	0,00	49,88	0,00	49,88 D
278114056	AIRC	18 450,00	18 450,00	0,00	18 450,00	18 450,00	0,00
278114059	EDP- DISTRIBUIÇÃO ENERGIA	0,00	0,00	0,00	46 125,00	46 125,00	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
278114096	JOSÉ MANUEL MACEDO	0,00	0,00	0,00		117,15	0,00	117,15	D
278114106	CENTRO DE SAÚDE DE FORN	0,00	0,00	0,00		25,00	0,00	25,00	D
278114108	DULCE MARIA APARICIO SILV	0,00	0,00	0,00		25,00	0,00	25,00	D
278114137	MEO -SERVIÇOS DE COMUNI	0,00	0,00	0,00		24 600,00	0,00	24 600,00	D
278114148	MUNICIPIA, S.A. EMPRESA D	0,00	12 300,00	12 300,00	C	12 300,00	12 300,00	0,00	
278114187	BANCO BPI	0,00	0,00	0,00		6 150,00	6 150,00	0,00	
278114191	TOYOTA CAETANO PORTUGAI	0,00	15 375,00	15 375,00	C	15 375,00	15 375,00	0,00	
278114204	MOVENSIS	0,00	0,00	0,00		3 123,36	0,00	3 123,36	D
278114206	ACIN	0,00	24 600,00	24 600,00	C	24 600,00	24 600,00	0,00	
278114207	MEDIDATA	0,00	0,00	0,00		12 300,00	12 300,00	0,00	
278114209	ANO - SISTEMAS DE INFORM	0,00	0,00	0,00		18 000,00	0,00	18 000,00	D
278114217	PETRUS, LDA	0,00	0,00	0,00		74,99	0,00	74,99	D
278114220	CTT - CORREIOS DE PORTUG/	0,00	3 075,00	3 075,00	C	3 075,00	3 075,00	0,00	
278114459	COMPANHIA DE SEGUROS LL	0,00	12 300,00	12 300,00	C	17 835,00	17 835,00	0,00	
278114467	Éolica da Arada - Empreen	0,00	0,00	0,00		3 075,00	3 075,00	0,00	
278114471	Seguradoras Unidas, SA	0,00	6 150,00	6 150,00	C	6 150,00	6 150,00	0,00	
27812	Credores diversos	13 876,06	0,00	13 876,06	D	76 605,75	103 753,04	27 147,29	C
278123087	CCRE / CGLU	13 876,06	0,00	13 876,06	D	69 682,68	96 829,97	27 147,29	C
278123724	Miriam Alves	0,00	0,00	0,00		2 307,69	2 307,69	0,00	
278123725	Miguel Midoes	0,00	0,00	0,00		2 307,69	2 307,69	0,00	
278123726	Alexandra Figueira	0,00	0,00	0,00		2 307,69	2 307,69	0,00	
2782	Consultores, assessores e	2 259,01	1 816,51	442,50	D	25 489,27	26 238,52	749,25	C
27824633	RUTE MARIA BERNARDO	200,00	200,00	0,00		2 400,00	2 400,00	0,00	
27824639	ARTUR JOSÉ PONTVIANNE H	0,00	0,00	0,00		1 960,00	1 960,00	0,00	
27824640	FERNANDO HENRIQUE ROSA	0,00	0,00	0,00		426,75	0,00	426,75	D
27824645	FERNANDO SOUSA CAEIROS	1 616,51	1 616,51	0,00		15 392,57	16 568,57	1 176,00	C
27824647	ISMÉNIA SANTOS	0,00	0,00	0,00		3 082,50	3 082,50	0,00	
27824662	Daniela Alexandra Pereira	0,00	0,00	0,00		578,10	578,10	0,00	
27824663	Ivan Ricardo Cardoso	0,00	0,00	0,00		500,00	500,00	0,00	
27824664	Ana Marta Moreira da Cruz	0,00	0,00	0,00		250,00	250,00	0,00	
27824665	Jaime da Gloria Dias	0,00	0,00	0,00		250,00	250,00	0,00	
27824667	Maria de Fátima Ferreira	0,00	0,00	0,00		206,85	206,85	0,00	
27824668	João Ferrand Lopes	442,50	0,00	442,50	D	442,50	442,50	0,00	
2783	Apólice Seguros	3,04	131,75	128,71	C	469 187,04	467 890,18	1 296,86	D
27831	Seguros - Câmaras Municip	3,04	131,75	128,71	C	464 393,28	464 505,78	112,50	C
278310002	MUNICIPIO DE ALBERGARIA-.	0,00	0,00	0,00		5 279,38	5 279,38	0,00	
278310004	C.M. DE AROUCA	0,00	0,00	0,00		0,10	0,00	0,10	D
278310012	MUNICIPIO DA MURTOSA	0,00	0,00	0,00		403,23	403,23	0,00	
278310021	C.M. DE ALMODOVAR	0,00	0,00	0,00		3 338,49	3 338,49	0,00	
278310022	MUNICIPIO DE ALVITO	0,00	0,00	0,00		3 068,00	3 068,00	0,00	
278310023	C.M. DE BEJA	0,00	0,00	0,00		514,73	514,73	0,00	
278310025	C.M. DE CUBA	0,00	0,00	0,00		349,12	349,12	0,00	
278310027	C.M. DE MERTOLA	0,00	0,00	0,00		3 759,27	3 759,27	0,00	
278310028	C.M. DE MOURA	0,00	0,00	0,00		6 348,01	6 348,01	0,00	
278310031	C.M. DE SERPA	0,00	0,00	0,00		3 425,31	3 425,31	0,00	
278310037	MUNICIPIO DE CELORICO DE	0,00	0,00	0,00		7 195,40	7 195,40	0,00	
278310042	C.M. DE TERRAS DO BOURO	0,00	0,00	0,00		6 468,49	6 468,49	0,00	
278310046	MUNICIPIO DE ALFANDEGA I	0,00	0,00	0,00		4 726,81	4 726,81	0,00	
278310047	C.M. DE BRAGANCA	3,04	0,00	3,04	D	893,26	890,22	3,04	D
278310048	C.M. DE CARRAZEDA DE ANS	0,00	0,00	0,00		399,21	399,21	0,00	
278310050	C.M. DE MACEDO CAVALEIR(	0,00	0,00	0,00		6 423,35	6 423,35	0,00	
278310051	C.M. DE MIRANDA DO DOUR	0,00	0,00	0,00		8 716,16	8 716,16	0,00	
278310053	C.M. DE MONCORVO	0,00	0,00	0,00		401,22	401,22	0,00	
278310054	C.M. DE MOGADOURO	0,00	0,00	0,00		1 229,58	1 229,58	0,00	
278310055	C.M. DE VILA FLOR	0,00	0,00	0,00		4 274,76	4 274,76	0,00	
278310056	C.M. DE VIMIOSO	0,00	0,00	0,00		3 955,51	3 955,51	0,00	
278310059	C.M. DE CASTELO BRANCO	0,00	0,00	0,00		544,54	544,54	0,00	
278310061	C.M. DE FUNDÃO	0,00	0,00	0,00		552,52	552,52	0,00	
278310062	MUNICIPIO DE IDANHA-A-NC	0,00	0,00	0,00		397,69	397,69	0,00	
278310068	MUNICIPIO DE VILA VELHA	0,00	0,00	0,00		286,18	286,18	0,00	
278310076	MUNICIPIO DE MIRA	0,00	131,75	131,75	C	5 078,23	5 209,98	131,75	C
278310078	C.M. DE MONTEMOR-O-VELI	0,00	0,00	0,00		6 755,46	6 755,46	0,00	
278310081	MUNICIPIO DE PENACOVA	0,00	0,00	0,00		8 803,00	8 803,00	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
278310082	MUNICIPIO DE PENELA	0,00	0,00	0,00	6 124,32	6 124,32	0,00	
278310084	MUNICIPIO DE TÁBUA	0,00	0,00	0,00	10 619,19	10 619,19	0,00	
278310085	C.M. DE VILA NOVA DE POIA	0,00	0,00	0,00	4 998,72	4 998,72	0,00	
278310091	MUNICIPIO DE MONTEMOR	0,00	0,00	0,00	214,74	200,84	13,90	D
278310092	MUNICIPIO DE MORA	0,00	0,00	0,00	4 575,30	4 575,30	0,00	
278310097	MUNICIPIO DE VENDAS NOV.	0,00	0,00	0,00	5 459,28	5 459,28	0,00	
278310098	MUNICIPIO DE VIANA DO AL	0,00	0,00	0,00	1 972,62	1 972,62	0,00	
278310099	C.M. DE VILA VICOSA	0,00	0,00	0,00	3 722,84	3 722,84	0,00	
278310102	MUNICIPIO DE ALIEZUR	0,00	0,00	0,00	5 999,00	5 999,00	0,00	
278310105	MUNICIPIO DE LAGOA (ALGA	0,00	0,00	0,00	5 225,42	5 225,42	0,00	
278310106	MUNICIPIO DE LAGOS	0,00	0,00	0,00	6 210,00	6 210,00	0,00	
278310107	C.M. DE LOULÉ	0,00	0,00	0,00	5 931,01	5 931,01	0,00	
278310114	C.M. DE VILA DO BISPO	0,00	0,00	0,00	3 847,42	3 847,42	0,00	
278310116	MUNICIPIO DE AGUIAR DA B	0,00	0,00	0,00	3 588,20	3 588,20	0,00	
278310117	MUNICIPIO DE ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	4 990,32	4 990,32	0,00	
278310118	MUNICIPIO DE CELORICO DA	0,00	0,00	0,00	4 965,17	4 965,17	0,00	
278310119	C.M. DE FIG.DE CASTELO RO	0,00	0,00	0,00	4 343,01	4 343,01	0,00	
278310121	C.M. DE GOUVEIA	0,00	0,00	0,00	19 687,37	19 687,37	0,00	
278310124	C.M. DE MEDA	0,00	0,00	0,00	4 054,59	4 054,59	0,00	
278310128	C.M. DE VILA NOVA DE FOZ	0,00	0,00	0,00	4 338,38	4 338,38	0,00	
278310130	C.M. DE ALVAIAZERE	0,00	0,00	0,00	7 086,06	7 086,06	0,00	
278310131	MUNICIPIO DE ANSIÃO	0,00	0,00	0,00	6 676,70	6 674,39	2,31	D
278310134	C.M. DE CALDAS DA RAINHA	0,00	0,00	0,00	378,93	378,93	0,00	
278310135	MUNICIPIO DE CASTANHEIRA	0,00	0,00	0,00	3 566,98	3 566,98	0,00	
278310136	MUNICIPIO DE FIGUEIRÓ DO	0,00	0,00	0,00	6 960,64	6 960,64	0,00	
278310142	C.M. DE PENICHE	0,00	0,00	0,00	7 863,09	7 863,09	0,00	
278310144	MUNICIPIO DE PORTO DE M(	0,00	0,00	0,00	705,90	705,90	0,00	
278310151	C.M. DE LISBOA	0,00	0,00	0,00	1 313,88	1 313,88	0,00	
278310157	MUNICIPIO DE SOBRAL DE M	0,00	0,00	0,00	4 502,54	4 502,54	0,00	
278310162	MUNICIPIO DE AVIS	0,00	0,00	0,00	3 163,28	3 163,28	0,00	
278310168	MUNICIPIO DE GAVIÃO	0,00	0,00	0,00	291,23	291,23	0,00	
278310169	MUNICIPIO DE MARVÃO	0,00	0,00	0,00	483,42	483,42	0,00	
278310176	C.M. DE BAIAO	0,00	0,00	0,00	1 141,33	1 141,33	0,00	
278310179	C.M. DE LOUSADA	0,00	0,00	0,00	8 880,76	8 880,76	0,00	
278310181	MUNICIPIO DE MARCO DE C/	0,00	0,00	0,00	9 124,96	9 124,96	0,00	
278310182	C.M. DE MATOSINHOS	0,00	0,00	0,00	23 937,85	23 937,85	0,00	
278310183	MUNICIPIO DE PAÇOS DE FEF	0,00	0,00	0,00	397,16	397,16	0,00	
278310187	MUNICIPIO DE POVOA DO VA	0,00	0,00	0,00	6 852,24	6 852,24	0,00	
278310190	MUNICIPIO DE VILA DO CONI	0,00	0,00	0,00	9 269,07	9 268,78	0,29	D
278310194	MUNICIPIO DE ALMEIRIM	0,00	0,00	0,00	4 545,55	4 545,54	0,01	D
278310198	C.M. DE CHAMUSCA	0,00	0,00	0,00	4 729,20	4 729,20	0,00	
278310201	MUNICIPIO DO ENTRONCAM	0,00	0,00	0,00	678,86	678,86	0,00	
278310202	MUNICIPIO DE FERREIRA DO	0,00	0,00	0,00	4 103,60	4 103,60	0,00	
278310205	MUNICIPIO DE RIO MAIOR	0,00	0,00	0,00	4 570,21	4 570,21	0,00	
278310208	C.M. DE SARDOAL	0,00	0,00	0,00	2 252,67	2 252,67	0,00	
278310218	MUNICIPIO DA MOITA	0,00	0,00	0,00	875,26	875,26	0,00	
278310219	C.M. DE MONTIJO	0,00	0,00	0,00	9 452,96	9 452,96	0,00	
278310220	MUNICÍPIO DE PALMELA	0,00	0,00	0,00	1 009,55	1 009,95	0,40	C
278310235	MUNICIPIO DE ALIJO	0,00	0,00	0,00	13 522,00	13 522,00	0,00	
278310236	MUNICIPIO DE BOTICAS	0,00	0,00	0,00	377,97	377,97	0,00	
278310237	MUNICIPIO DE CHAVES	0,00	0,00	0,00	11 710,41	11 710,41	0,00	
278310238	MUNICIPIO DE MESÃO FRIO	0,00	0,00	0,00	5 440,54	5 440,54	0,00	
278310241	C.M. DE MURCA	0,00	0,00	0,00	3 751,63	3 751,63	0,00	
278310242	MUNICIPIO DE PESO DA REG	0,00	0,00	0,00	1 274,91	1 274,91	0,00	
278310246	MUNICIPIO DE VALPACOS	0,00	0,00	0,00	5 205,24	5 205,24	0,00	
278310247	MUNICIPIO DE VILA POUCA I	0,00	0,00	0,00	7 771,94	7 771,94	0,00	
278310248	MUNICIPIO DE VILA REAL	0,00	0,00	0,00	16 521,63	16 521,63	0,00	
278310252	MUNICIPIO DE CINFAES	0,00	0,00	0,00	614,11	614,11	0,00	
278310253	MUNICIPIO DE LAMEGO	0,00	0,00	0,00	4 555,77	4 555,77	0,00	
278310256	MUNICIPIO DE MORTÁGUA	0,00	0,00	0,00	4 533,51	4 533,51	0,00	
278310262	MUNICIPIO DE JOÃO DA PES(	0,00	0,00	0,00	394,66	394,66	0,00	
278310264	C.M. DE SATÃO	0,00	0,00	0,00	5 600,99	5 600,99	0,00	
278310265	C.M. DE TABUACO	0,00	0,00	0,00	6 435,43	6 435,43	0,00	

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
278310290	MUNICIPIO DO FUNCHAL	0,00	0,00	0,00	581,19	581,19	0,00
278310292	MUNICIPIO DE PONTA DO SC	0,00	0,00	0,00	139,33	139,33	0,00
278310295	C.M. DE RIBEIRA BRAVA	0,00	0,00	0,00	501,08	501,08	0,00
278310299	MUNICIPIO DE BARRANCOS	0,00	0,00	0,00	2 468,01	2 468,01	0,00
278310303	C.M. DE SERNANCELHE	0,00	0,00	0,00	2 854,40	2 854,40	0,00
278310305	C.M. DE VILA DE REI	0,00	0,00	0,00	3 912,25	3 912,25	0,00
278310306	C.M. DE PINHEL	0,00	0,00	0,00	6 867,80	6 867,80	0,00
278310307	C.M. DE VALENÇA	0,00	0,00	0,00	3 574,94	3 574,94	0,00
278310317	MUNICIPIO DE ODIVELAS	0,00	0,00	0,00	16 515,75	16 515,75	0,00
27832	Seguros - Juntas de Fregu	0,00	0,00	0,00	4 793,76	3 384,40	1 409,36 D
278321002	J.F. DE ALFEIZERÃO	0,00	0,00	0,00	66,75	0,00	66,75 D
278321004	J.F. DE BARRIO	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321006	J.F. DE CELA	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321008	J.F. DE ÉVORA DE ALCOBACA	0,00	0,00	0,00	43,32	0,00	43,32 D
278321013	J.F. DE S. MARTINHO DO PO	0,00	0,00	0,00	30,24	30,24	0,00
278321016	FREGUESIA DE S. FRANCISCO	0,00	0,00	0,00	30,29	30,29	0,00
278321093	J.F. DE ALVORNINHA	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321094	J.F. DE A DOS FRANCOS	0,00	0,00	0,00	20,17	20,17	0,00
278321096	J.F. DE CARVALHAL BENFEIT	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321098	J.F. DE LANDAL	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321100	J.F. DE VILA DE SANTA CAT	0,00	0,00	0,00	16,93	16,63	0,30 D
278321102	J.F. DE CAMARA DE LOBOS	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321122	J.F. DE VILE	0,00	0,00	0,00	36,16	0,00	36,16 D
278321123	J.F. DE BEIJÓS	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321124	J.F. DE OLIVEIRA DO CONDE	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321125	J.F. DE PAPIZIOS	0,00	0,00	0,00	0,28	0,00	0,28 D
278321126	J.F. DE PARADA (CARREGAL	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321127	J.F. DE CARREGUEIRA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321131	J.F. DE ULME	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321132	FREGUESIA DE VALE DE CAVA	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321133	J.F. DE ALHOES	0,00	0,00	0,00	76,52	0,00	76,52 D
278321137	J.F. DE FORNELOS	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321140	J.F. DE NESPEREIRA (CINFA	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321141	J.F. DE OLIVEIRA DO DOURO	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321142	J.F. DE RAMIRES	0,00	0,00	0,00	80,31	0,00	80,31 D
278321143	J.F. DE SANTIAGO DE PIAES	0,00	0,00	0,00	76,52	0,00	76,52 D
278321144	J.F. DE SOUSELO	0,00	0,00	0,00	57,54	28,77	28,77 D
278321145	J.F. DE S. CRISTOVÃO NOGU	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321148	J.F. DE TRAVANCA (CINFÃES	0,00	0,00	0,00	5,04	5,04	0,00
278321149	J.F. DE CUBA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321150	J.F. DE FARO ALENTEJO	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321151	J.F. DE VILA RUIVA	0,00	0,00	0,00	37,75	22,70	15,05 D
278321152	J.F. DE VILA ALVA	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321153	J.F. DE S. MIGUEL MACHEDE	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321154	J.F. DE BUARCOS	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321158	J.F. DE TAVAREDE	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321159	J.F. DE MONTE	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321160	J.F. DE SANTA LUZIA	0,00	0,00	0,00	43,41	43,41	0,00
278321161	J.F. DE SANTA MARIA MAIOR	0,00	0,00	0,00	47,96	47,96	0,00
278321162	J.F. DE SANTO ANTONIO	0,00	0,00	0,00	64,12	64,12	0,00
278321163	J.F. DE S. GONÇALO	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321164	J.F. DE S. MARTINHO	0,00	0,00	0,00	65,64	65,64	0,00
278321165	J.F. DE S. ROQUE	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321232	J.F. DE RIBEIRA DOS CARIN	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00	0,29 D
278321253	J.F. DE BARAO S. JOÃO	0,00	0,00	0,00	92,05	0,00	92,05 D
278321254	J.F. DE BENSAFRIM	0,00	0,00	0,00	92,05	0,00	92,05 D
278321260	J.F. DE PENHA DE FRANCA	0,00	0,00	0,00	83,80	83,30	0,50 D
278321262	J.F. DE SANTO ESTEVAO	0,00	0,00	0,00	62,57	0,00	62,57 D
278321293	J.F. DE PRAIA DE MIRA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321295	J.F. DE MOITA	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321296	J.F. DE GATÕES	0,00	0,00	0,00	30,10	0,00	30,10 D
278321297	J.F. DE SEIXO DE GATOES	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321298	J.F. DE CANDEDO	0,00	0,00	0,00	76,80	15,12	61,68 D

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
278321300	J.F. DE FIOLHOSO	0,00	0,00	0,00	15,20	15,12	0,08 D
278321301	J.F. DE JOU	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321302	J.F. DE MURCA	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321303	J.F. DE NOURA	0,00	0,00	0,00	61,68	0,00	61,68 D
278321305	J.F. DE VALONGO MILHAIS	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321365	J.F. DE ALMAGREIRA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321366	J.F. DE CARNIDE	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321367	J.F. DE CARRIÇO	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321369	J.F. DE LOURICAL	0,00	0,00	0,00	27,25	27,25	0,00
278321372	J.F. DE PELARIGA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321373	J.F. DE POMBAL (POMBAL)	0,00	0,00	0,00	43,90	43,90	0,00
278321374	J.F. DE REDINHA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321377	J.F. DE VERMOIL	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321378	J.F. DE VILA CHÃ	0,00	0,00	0,00	30,24	15,12	15,12 D
278321380	J.F. DE CAMPO	0,00	0,00	0,00	3,02	0,00	3,02 D
278321381	J.F. DE MONSARAZ	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321382	J.F. DE REGUENGOS DE MON	0,00	0,00	0,00	46,44	46,44	0,00
278321383	J.F. DE CORVAL	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321386	J.F. DE SERRA AGUA	0,00	0,00	0,00	185,93	0,00	185,93 D
278321406	J.F. DE CORROIOS	0,00	0,00	0,00	73,71	73,71	0,00
278321410	J.F. DE COUTO ESTEVES	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321412	J.F. DE PESSEGUEIRO DO VO	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321413	J.F. DE ROCAS DO VOUGA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321414	J.F. DE SEVER DO VOUGA	0,00	0,00	0,00	137,18	0,00	137,18 D
278321416	J.F. DE TALHADAS	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321422	J.F. DE FRATEL	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321423	J.F. DE PERAIS	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321428	J.F. DE CINFAES	0,00	0,00	0,00	52,41	15,12	37,29 D
278321435	J.F. DE PORTIMÃO	0,00	0,00	0,00	146,01	0,00	146,01 D
278321438	J.F. DE VENDAS NOVAS	0,00	0,00	0,00	47,96	47,96	0,00
278321453	J.F. DE CASTELO BRANCO	0,00	0,00	0,00	5,04	5,04	0,00
278321479	J.F. DE FOZ DO ARELHO	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321481	J.F. DE VALES	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321484	J.F. IMACULADO CORAÇÃO M	0,00	0,00	0,00	43,41	43,41	0,00
278321488	J.F. DE SANTO QUINTINO	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321489	J.F. DE SOBRAL MONTE AGRA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321491	J.F. DE SAPATARIA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321493	J.F. DE PINHAL NOVO	0,00	0,00	0,00	44,71	0,00	44,71 D
278321500	J.F. DE BUDENS	0,00	0,00	0,00	33,32	33,32	0,00
278321508	J.F. GÂNDARAS	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321512	Freguesia de Aljubarrota	0,00	0,00	0,00	25,21	25,21	0,00
278321513	FREGUESIA DE CHAMUSCA E	0,00	0,00	0,00	126,63	126,63	0,00
278321515	FREGUESIA DE GÓIS	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321516	FREGUESIA DE GUARDA	0,00	0,00	0,00	35,30	35,30	0,00
278321517	FREGUESIA DE LEIRIA, POUS	0,00	0,00	0,00	64,12	64,12	0,00
278321518	FREGUESIA DE LOUSÃ E VILA	0,00	0,00	0,00	30,25	30,25	0,00
278321519	FREGUESIA DE NSA SRA DA C	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321521	JUNTA DE FREGUESIA DE JAR	0,00	0,00	0,00	30,24	15,12	15,12 D
278321522	UNIÃO DAS FREGUESIAS ADC	0,00	0,00	0,00	30,29	30,29	0,00
278321523	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE /	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321524	UNIÃO FREGUESIAS N. SRA P	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321525	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE (	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321526	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE (	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321527	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE (	0,00	0,00	0,00	30,29	30,29	0,00
278321528	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE (	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321529	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE (	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321530	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	240,65	240,65	0,00
278321531	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321532	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321533	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	31,80	31,80	0,00
278321534	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	25,21	25,21	0,00
278321535	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321536	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S	0,00	0,00	0,00	46,44	46,44	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
278321537	U. F. SANTIAGO, S. SIMÃO	0,00	0,00	0,00	43,41	43,41	0,00
278321538	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE T	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321539	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE \	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321541	FREGUESIA DE MELRES E ME	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321542	UNIÃO FREG. S.VICENTE DE	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321543	FREGUESIA DE CARREGAL DC	0,00	0,00	0,00	27,25	27,25	0,00
2786	Apoio a Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	0,00	1 250,00	1 250,00 C
28	DIFERIMENTOS	2 251,44	6 716,99	4 465,55 C	72 707,90	45 501,60	27 206,30 D
281	Gastos a reconhecer	2 251,44	6 716,99	4 465,55 C	72 707,90	45 501,60	27 206,30 D
2811	Tickets de refeição	2 192,43	2 192,43	0,00	30 707,68	30 707,68	0,00
2819	Outros gastos diferidos	59,01	4 524,56	4 465,55 C	42 000,22	14 793,92	27 206,30 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
298	Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEIRC	52,04	0,00	52,04 D	1 312,25	0,00	1 312,25 D
415	Outros Investimentos Fina	52,04	0,00	52,04 D	1 312,25	0,00	1 312,25 D
4157	Outros Investimentos Fina	52,04	0,00	52,04 D	1 312,25	0,00	1 312,25 D
41571	FCT	52,04	0,00	52,04 D	1 312,25	0,00	1 312,25 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	3 277,22	2 878,17	399,05 D	1 328 648,71	1 150 702,89	177 945,82 D
432	Edifícios e outras constr	0,00	0,00	0,00	617 149,93	0,00	617 149,93 D
4321	Edifícios e outras constr	0,00	0,00	0,00	322 314,26	0,00	322 314,26 D
4322	Ampliações e Conservação	0,00	0,00	0,00	294 835,67	0,00	294 835,67 D
434	Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	99 152,91	0,00	99 152,91 D
4341	Viatura da Sede	0,00	0,00	0,00	81 874,98	0,00	81 874,98 D
4343	Viatura Pickup Timor	0,00	0,00	0,00	17 277,93	0,00	17 277,93 D
435	Equipamento administrativ	902,09	0,00	902,09 D	302 766,72	0,00	302 766,72 D
4351	Equip. admin. - Sede	902,09	0,00	902,09 D	265 553,76	0,00	265 553,76 D
4352	Equip. admin. - Delegação	0,00	0,00	0,00	34 943,04	0,00	34 943,04 D
4353	Equipamento Administrativ	0,00	0,00	0,00	2 269,92	0,00	2 269,92 D
437	Outros activos fixos tang	2 375,13	0,00	2 375,13 D	309 579,15	0,00	309 579,15 D
4371	biblioteca	0,00	0,00	0,00	1 369,42	0,00	1 369,42 D
4372	rouparia e outros	0,00	0,00	0,00	4 172,31	0,00	4 172,31 D
4373	equipamento informático	2 375,13	0,00	2 375,13 D	221 361,53	0,00	221 361,53 D
4374	Equipamento de Projecção	0,00	0,00	0,00	42 294,10	0,00	42 294,10 D
4375	Ferr. e Utens. - Mercado	0,00	0,00	0,00	1 560,18	0,00	1 560,18 D
4376	Outros activos fixos tang	0,00	0,00	0,00	35,38	0,00	35,38 D
4379	Outras Imobilizações	0,00	0,00	0,00	38 786,23	0,00	38 786,23 D
438	Depreciações acumuladas	0,00	2 878,17	2 878,17 C	0,00	1 150 702,89	1 150 702,89 C
4382	Edifícios e outras constr	0,00	537,19	537,19 C	0,00	497 406,93	497 406,93 C
43821	Edifícios e outras constr	0,00	537,19	537,19 C	0,00	202 571,26	202 571,26 C
43822	Ampliações e Conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	294 835,67	294 835,67 C
4384	Equipamento de transporte	0,00	625,00	625,00 C	0,00	91 652,91	91 652,91 C
43841	Viatura da Sede	0,00	625,00	625,00 C	0,00	74 374,98	74 374,98 C
43844	Viatura Pick Up Timor	0,00	0,00	0,00	0,00	17 277,93	17 277,93 C
4385	Equipamento administrativ	0,00	183,21	183,21 C	0,00	269 468,29	269 468,29 C
43851	Equip. admin. - Sede	0,00	140,65	140,65 C	0,00	234 049,94	234 049,94 C
43852	Equip. admin. - Delegação	0,00	42,56	42,56 C	0,00	33 178,43	33 178,43 C
43853	Equipamento Administrativ	0,00	0,00	0,00	0,00	2 239,92	2 239,92 C
4387	Outros Activos Tangíveis	0,00	1 532,77	1 532,77 C	0,00	292 174,76	292 174,76 C
43871	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	1 552,57	1 552,57 C
43872	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	35,38	35,38 C
43879	Outras Imobilizações Corp	0,00	1 532,77	1 532,77 C	0,00	290 586,81	290 586,81 C
438791	biblioteca	0,00	0,00	0,00	0,00	1 369,42	1 369,42 C
438792	rouparia e outros	0,00	10,63	10,63 C	0,00	2 882,31	2 882,31 C
438793	equipamento informático	0,00	1 192,13	1 192,13 C	0,00	214 017,28	214 017,28 C
438794	Equipamento de Projecção	0,00	90,71	90,71 C	0,00	29 437,82	29 437,82 C
438795	Outras Imobilizações	0,00	239,30	239,30 C	0,00	42 879,98	42 879,98 C
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
443	Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	29 700,58	0,00	29 700,58 D
4433	Amortizações Acumuladas -	0,00	0,00	0,00	29 700,58	0,00	29 700,58 D
448	Amortizações acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	29 509,54	29 509,54 C
4483	Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	29 509,54	29 509,54 C
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94 C
561	Resultados transitados do	0,00	0,00	0,00	0,00	1 880 645,71	1 880 645,71 C

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
562	Proveitos de exercícios a	0,00	0,00	0,00	0,00	466 538,05	466 538,05 C
563	Custos de exercícios ante	0,00	0,00	0,00	330 962,32	0,00	330 962,32 D
564	Outras regularizações	0,00	0,00	0,00	26 306,50	0,00	26 306,50 D
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAP	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
594	Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EXTE	151 616,66	1 916,00	149 700,66 D	379 196,49	9 554,04	369 642,45 D
622	Serviços Especializados	4 967,16	0,00	4 967,16 D	84 128,99	0,00	84 128,99 D
6221	Trabalhos Especializados	725,58	0,00	725,58 D	14 054,45	0,00	14 054,45 D
62213	Serviços de Informática	0,00	0,00	0,00	2 962,89	0,00	2 962,89 D
62214	Consultoria e Trabalhos d	0,00	0,00	0,00	615,00	0,00	615,00 D
62215	Clipping Diversos	676,38	0,00	676,38 D	8 116,56	0,00	8 116,56 D
62216	Boletim da ANMP	0,00	0,00	0,00	2 310,80	0,00	2 310,80 D
622162	CUSTOS Próprios - IVA não	0,00	0,00	0,00	2 310,80	0,00	2 310,80 D
62217	Outros trabalhos especial	49,20	0,00	49,20 D	49,20	0,00	49,20 D
6223	Vigilância e Segurança	0,00	0,00	0,00	814,51	0,00	814,51 D
6224	Honorários	2 028,89	0,00	2 028,89 D	57 519,01	0,00	57 519,01 D
62243	Outros Trabalhos	0,00	0,00	0,00	6 219,76	0,00	6 219,76 D
62245	Consultadoria	2 028,89	0,00	2 028,89 D	51 299,25	0,00	51 299,25 D
6226	Conservação e Reparação	2 212,69	0,00	2 212,69 D	11 741,02	0,00	11 741,02 D
623	Materiais	4 854,94	0,00	4 854,94 D	13 901,29	0,00	13 901,29 D
6231	Ferramentas e Utensílios	546,59	0,00	546,59 D	2 734,54	0,00	2 734,54 D
6232	Livros e Documentação Téc	0,00	0,00	0,00	209,94	0,00	209,94 D
6233	Material de Escritório	2 018,58	0,00	2 018,58 D	7 501,54	0,00	7 501,54 D
62331	Artigos diversos de Exped	11,90	0,00	11,90 D	1 755,74	0,00	1 755,74 D
62332	Ofícios envelopes e outro	0,00	0,00	0,00	43,07	0,00	43,07 D
62333	Outros Trabalhos de Tipog	0,00	0,00	0,00	1 068,48	0,00	1 068,48 D
62334	Encargos com Fotocopiador	2 006,68	0,00	2 006,68 D	4 320,49	0,00	4 320,49 D
62336	Material Informático	0,00	0,00	0,00	267,74	0,00	267,74 D
62338	Outras Aquisições	0,00	0,00	0,00	46,02	0,00	46,02 D
6234	Artigos para Oferta	2 289,77	0,00	2 289,77 D	3 455,27	0,00	3 455,27 D
624	Energia e Fluidos	2 831,53	285,83	2 545,70 D	26 199,41	285,83	25 913,58 D
6241	Electricidade	1 572,66	0,00	1 572,66 D	13 309,98	0,00	13 309,98 D
6242	Combustíveis	958,27	0,00	958,27 D	10 173,94	0,00	10 173,94 D
62421	Combustíveis	958,27	0,00	958,27 D	10 173,94	0,00	10 173,94 D
6243	Água	300,60	285,83	14,77 D	2 715,49	285,83	2 429,66 D
625	Transportes	10 010,34	1 518,16	8 492,18 D	68 436,65	2 027,16	66 409,49 D
6251	Deslocações e estadas	10 010,34	1 518,16	8 492,18 D	66 068,01	1 987,16	64 080,85 D
62511	Deslocações e Estadas de	6 257,04	1 518,16	4 738,88 D	32 029,24	1 924,16	30 105,08 D
625111	Táxis	392,00	0,00	392,00 D	763,37	0,00	763,37 D
625112	Transportes Colectivos	59,50	0,00	59,50 D	1 748,40	0,00	1 748,40 D
625113	Viatura Própria	2 290,68	0,00	2 290,68 D	4 920,60	0,00	4 920,60 D
625114	Alojamento e Alimentação	0,00	0,00	0,00	3 565,70	0,00	3 565,70 D
625115	Portagens e Recolha de Vi	1 479,95	500,70	979,25 D	8 529,31	906,70	7 622,61 D
625116	Outros Custos de Deslocaç	0,00	0,00	0,00	292,35	0,00	292,35 D
625117	Viatura de Serviço	2 034,91	1 017,46	1 017,45 D	12 209,51	1 017,46	11 192,05 D
62512	Deslocações e Estadas dos	3 753,30	0,00	3 753,30 D	34 038,77	63,00	33 975,77 D
625121	Reuniões com entidades of	0,00	0,00	0,00	6 176,03	0,00	6 176,03 D
625122	Reuniões Conselho Directi	3 753,30	0,00	3 753,30 D	27 862,74	63,00	27 799,74 D
6254	Relações Externas	0,00	0,00	0,00	2 368,64	40,00	2 328,64 D
62541	Transportes	0,00	0,00	0,00	1 407,00	40,00	1 367,00 D
62542	Alimentação, Alojamento e	0,00	0,00	0,00	896,34	0,00	896,34 D
62544	Seguros de Viagem	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	40,00 D
62545	Outros Encargos	0,00	0,00	0,00	25,30	0,00	25,30 D
626	Serviços Diversos	128 952,69	112,01	128 840,68 D	186 530,15	7 241,05	179 289,10 D
6261	Rendas e alugueres	0,00	0,00	0,00	804,65	59,01	745,64 D
6262	Comunicação	2 637,88	0,00	2 637,88 D	18 890,08	315,00	18 575,08 D
62621	Avenças e Franquias	162,38	0,00	162,38 D	4 451,77	315,00	4 136,77 D
62622	Comunicação-telefones e o	2 475,50	0,00	2 475,50 D	14 438,31	0,00	14 438,31 D
6263	Seguros	224,03	112,01	112,02 D	5 608,66	112,01	5 496,65 D
62631	Multi-riscos	0,00	0,00	0,00	1 319,36	0,00	1 319,36 D
62632	Ramo Viaturas	224,03	112,01	112,02 D	1 800,37	112,01	1 688,36 D
62633	Acidentes Pessoais e Outr	0,00	0,00	0,00	2 488,93	0,00	2 488,93 D
6265	Contencioso e notariado	2,00	0,00	2,00 D	6 052,78	5 796,78	256,00 D

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
6267	Limpeza, higiene e confor	49,20	0,00	49,20 D	3 518,20	0,00	3 518,20 D
6268	Outros Fornecimentos e Se	126 039,58	0,00	126 039,58 D	151 655,78	958,25	150 697,53 D
62681	Outros Encargos da Sede	734,15	0,00	734,15 D	9 684,01	958,25	8 725,76 D
626811	Jornais, Revistas e Outro	109,90	0,00	109,90 D	1 923,81	0,00	1 923,81 D
626812	Publicações Oficiais	0,00	0,00	0,00	0,00	958,25	958,25 C
626813	Decorações/Ornamentações	0,00	0,00	0,00	1 093,95	0,00	1 093,95 D
626815	Aquisições para o Bar	624,25	0,00	624,25 D	5 023,63	0,00	5 023,63 D
626816	Outras aquisições de bens	0,00	0,00	0,00	499,42	0,00	499,42 D
626817	Preitos/Homenagens	0,00	0,00	0,00	325,00	0,00	325,00 D
626818	Serviços de TV Cabo	0,00	0,00	0,00	818,20	0,00	818,20 D
62682	Recepção a Entidades Dive	0,00	0,00	0,00	1 703,82	0,00	1 703,82 D
62684	Congressos, Seminários e	124 704,60	0,00	124 704,60 D	131 986,95	0,00	131 986,95 D
626841	XXI Congresso	31 590,21	0,00	31 590,21 D	31 618,81	0,00	31 618,81 D
6268412	XXI Congresso-Alimentação	21 103,62	0,00	21 103,62 D	21 132,22	0,00	21 132,22 D
6268414	XXI Congresso-Outros	10 486,59	0,00	10 486,59 D	10 486,59	0,00	10 486,59 D
626842	XXIII CONGRESSO	93 114,39	0,00	93 114,39 D	96 074,79	0,00	96 074,79 D
62684201	Alojamento	570,00	0,00	570,00 D	775,20	0,00	775,20 D
62684202	Conceito Gráfico XXIII	0,00	0,00	0,00	2 755,20	0,00	2 755,20 D
62684203	Audiovisuais e Produções	43 412,04	0,00	43 412,04 D	43 412,04	0,00	43 412,04 D
62684204	HOSPEDEIRAS/ ASSISTENTES	2 583,00	0,00	2 583,00 D	2 583,00	0,00	2 583,00 D
62684205	SERVIÇOS GRÁFICOS	6 826,50	0,00	6 826,50 D	6 826,50	0,00	6 826,50 D
62684206	ESFEROGRÁFICAS E FITAS	2 730,60	0,00	2 730,60 D	2 730,60	0,00	2 730,60 D
62684207	Aluguer de tendas	36 500,25	0,00	36 500,25 D	36 500,25	0,00	36 500,25 D
62684208	Transporte	492,00	0,00	492,00 D	492,00	0,00	492,00 D
626845	SEMINÁRIO PORTUGAL 2020	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00 D
62684507	Honorários	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00 D
626847	CELEBRAÇÃO DOS 40 ANOS I	0,00	0,00	0,00	3 793,35	0,00	3 793,35 D
62684704	Hino 40 Anos do POder dem	0,00	0,00	0,00	3 586,50	0,00	3 586,50 D
62684706	Material Grafico Design	0,00	0,00	0,00	206,85	0,00	206,85 D
62688	Encargos da Delegação de	600,83	0,00	600,83 D	8 281,00	0,00	8 281,00 D
6268801	Material de Escritório -	0,00	0,00	0,00	180,33	0,00	180,33 D
6268802	Comunicação - Lx	0,00	0,00	0,00	19,47	0,00	19,47 D
6268803	Transportes - Lx	0,00	0,00	0,00	185,60	0,00	185,60 D
6268806	Conservação e Reparação -	0,00	0,00	0,00	343,04	0,00	343,04 D
6268807	Limpeza, higiene e confor	200,00	0,00	200,00 D	3 032,79	0,00	3 032,79 D
6268808	Jornais, Revistas e Outro	20,70	0,00	20,70 D	312,00	0,00	312,00 D
6268809	Aquisições para o bar - L	26,17	0,00	26,17 D	265,63	0,00	265,63 D
6268811	Electricidade - Lx	117,39	0,00	117,39 D	1 543,62	0,00	1 543,62 D
6268812	Água - Lx	66,70	0,00	66,70 D	322,24	0,00	322,24 D
6268813	Encargos com Fotocopiador	84,12	0,00	84,12 D	1 047,88	0,00	1 047,88 D
6268814	Rendas e Alugueres - Lx	85,75	0,00	85,75 D	1 028,40	0,00	1 028,40 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	79 529,55	0,00	79 529,55 D	1 113 020,24	0,00	1 113 020,24 D
632	Remunerações do pessoal	65 763,69	0,00	65 763,69 D	895 690,12	0,00	895 690,12 D
6321	Remunerações do pessoal -	58 407,03	0,00	58 407,03 D	728 688,51	0,00	728 688,51 D
6323	Remunerações do pessoal -	1 773,34	0,00	1 773,34 D	122 481,20	0,00	122 481,20 D
6324	Remunerações do pessoa -	2 772,98	0,00	2 772,98 D	39 470,57	0,00	39 470,57 D
63244	Remunerações do pessoa -	580,55	0,00	580,55 D	8 762,89	0,00	8 762,89 D
63245	Remunerações do pessoa -	2 192,43	0,00	2 192,43 D	30 707,68	0,00	30 707,68 D
6328	Rem. do pessoal - ajudas	2 810,34	0,00	2 810,34 D	5 049,84	0,00	5 049,84 D
635	Encargos sobre remuneraçõ	12 842,92	0,00	12 842,92 D	181 942,57	0,00	181 942,57 D
6351	Segurança Social	12 838,71	0,00	12 838,71 D	181 892,65	0,00	181 892,65 D
6357	Encargos sobre Remuneraçõ	4,21	0,00	4,21 D	49,92	0,00	49,92 D
636	Seguros de acidentes no t	129,04	0,00	129,04 D	21 011,76	0,00	21 011,76 D
6361	Acidentes de Trabalho	0,00	0,00	0,00	4 644,92	0,00	4 644,92 D
6362	Seguro de Saúde	129,04	0,00	129,04 D	16 366,84	0,00	16 366,84 D
637	Gastos de acção social	34,16	0,00	34,16 D	949,88	0,00	949,88 D
6371	Serviços Clínicos	0,00	0,00	0,00	373,64	0,00	373,64 D
6372	Medicamentos	34,16	0,00	34,16 D	136,24	0,00	136,24 D
6373	Outros custos com a saúde	0,00	0,00	0,00	440,00	0,00	440,00 D
638	Outros gastos com o pesso	759,74	0,00	759,74 D	13 425,91	0,00	13 425,91 D
6381	Formação de Pessoal	0,00	0,00	0,00	4 295,50	0,00	4 295,50 D
6382	Encargos com alojamento	753,00	0,00	753,00 D	9 036,00	0,00	9 036,00 D
6385	custo com tichet de refei	6,74	0,00	6,74 D	94,41	0,00	94,41 D

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017 Lançamento: <TODOS>

		Dezembro - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E /	2 878,17	0,00	2 878,17 D	23 846,39	0,00	23 846,39 D
642	Activos fixos tangíveis	2 878,17	0,00	2 878,17 D	23 846,39	0,00	23 846,39 D
6421	Activos fixos tangíveis-p	2 878,17	0,00	2 878,17 D	23 846,39	0,00	23 846,39 D
64212	Deprec-edifícios outras c	537,19	0,00	537,19 D	6 446,28	0,00	6 446,28 D
642121	Deprec-edifícios outras c	537,19	0,00	537,19 D	6 446,28	0,00	6 446,28 D
64214	Deprec-equipamento de tra	625,00	0,00	625,00 D	7 500,00	0,00	7 500,00 D
642141	Viatura da Sede	625,00	0,00	625,00 D	7 500,00	0,00	7 500,00 D
64215	Deprec-equipamento admini	183,21	0,00	183,21 D	2 198,86	0,00	2 198,86 D
642151	Equipamento da Sede	140,65	0,00	140,65 D	1 687,71	0,00	1 687,71 D
642152	Equipamento da Delegação	42,56	0,00	42,56 D	511,15	0,00	511,15 D
64217	Deprec-outras imob. corpó	1 532,77	0,00	1 532,77 D	7 701,25	0,00	7 701,25 D
642172	Rouparia e Outros	10,63	0,00	10,63 D	127,50	0,00	127,50 D
642173	Equipamento Informático	1 192,13	0,00	1 192,13 D	3 613,04	0,00	3 613,04 D
642174	Equipamento de Projecção	90,71	0,00	90,71 D	1 088,53	0,00	1 088,53 D
642175	Outras Imobilizações	239,30	0,00	239,30 D	2 872,18	0,00	2 872,18 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	4 524,56	0,00	4 524,56 D	80 056,81	0,00	80 056,81 D
681	Impostos	0,00	0,00	0,00	218,92	0,00	218,92 D
688	Outros	4 524,56	0,00	4 524,56 D	79 837,89	0,00	79 837,89 D
6881	Correcções Relativas a pe	0,00	0,00	0,00	233,61	0,00	233,61 D
68817	Exercício de 2015	0,00	0,00	0,00	233,61	0,00	233,61 D
6883	Quotizações	4 524,56	0,00	4 524,56 D	69 682,68	0,00	69 682,68 D
68831	CCRE	4 524,56	0,00	4 524,56 D	60 982,68	0,00	60 982,68 D
68833	CGLU	0,00	0,00	0,00	8 700,00	0,00	8 700,00 D
6888	Outros não especificados	0,00	0,00	0,00	9 921,60	0,00	9 921,60 D
68881	Multas e Penalidades	0,00	0,00	0,00	790,29	0,00	790,29 D
688811	Multas Fiscais	0,00	0,00	0,00	50,28	0,00	50,28 D
688812	Multas Não Fiscais	0,00	0,00	0,00	740,01	0,00	740,01 D
68882	PRÉMIOS ATRIBUIDOS	0,00	0,00	0,00	7 740,35	0,00	7 740,35 D
688821	PRÉMIO ANMP DE JORNALIS	0,00	0,00	0,00	7 740,35	0,00	7 740,35 D
68883	Outros	0,00	0,00	0,00	1 390,96	0,00	1 390,96 D
688831	Outros	0,00	0,00	0,00	1 390,96	0,00	1 390,96 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINAN	157,21	0,00	157,21 D	2 184,70	0,00	2 184,70 D
691	JUROS SUPORTADOS	0,71	0,00	0,71 D	10,50	0,00	10,50 D
69118	Outros Juros	0,71	0,00	0,71 D	10,50	0,00	10,50 D
698	Outros Gastos e Perdas de	156,50	0,00	156,50 D	2 174,20	0,00	2 174,20 D
6982	Serviços Bancários	156,50	0,00	156,50 D	2 174,20	0,00	2 174,20 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3 000,00	48 500,00	45 500,00 C	547 632,06	2 181 813,80	1 634 181,74 C
721	Associadas	3 000,00	48 500,00	45 500,00 C	547 632,06	2 181 813,80	1 634 181,74 C
7211	Quotizações Anuais	0,00	0,00	0,00	544 132,06	2 047 313,80	1 503 181,74 C
7212	Inscrições em Congressos	3 000,00	48 500,00	45 500,00 C	3 500,00	134 500,00	131 000,00 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E GA	0,00	15 000,00	15 000,00 C	0,00	132 000,02	132 000,02 C
781	Rendimentos Suplementares	0,00	15 000,00	15 000,00 C	0,00	132 000,00	132 000,00 C
7816	Outros Rendimentos suplem	0,00	15 000,00	15 000,00 C	0,00	132 000,00	132 000,00 C
78162	Patrocínios	0,00	15 000,00	15 000,00 C	0,00	132 000,00	132 000,00 C
781621	Patrocínios Congressos	0,00	15 000,00	15 000,00 C	0,00	127 500,00	127 500,00 C
781623	PATROCÍNIO PRÉMIO DE JOR	0,00	0,00	0,00	0,00	4 500,00	4 500,00 C
788	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02 C
7888	Outros não especificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02 C
81	Resultado Líquido do Perí	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
818	Resultado Líquido	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
	Soma Líquida	825 451,33	825 451,33	0,00	14 006 069,58	14 006 069,58	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES

CONSELHO DIRECTIVO
DA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES
à data de 31.12.17 | Coimbra

Manuel Machado **Presidente**	**PCM Coimbra**	Luís Dias	PCM Vendas Novas
Ribau Esteves **Vice-Presidente**	**PCM Aveiro**	Paulo Fernandes	PCM Fundão
Isilda Gomes **Vice-Presidente**	**PCM Portimão**	José Guerreiro	PCM Odemira
Miguel Costa Gomes **Vice-Presidente**	**PCM Barcelos**	Luís Antunes	PCM Lousã
Almeida Henriques **Vice-Presidente**	**PCM Viseu**	Raúl Almeida	PCM Mira
Alfredo Monteiro **Vice-Presidente**	**PAM Seixal**	Joaquim Santos	PCM Seixal
Rui Santos **Vogal**	**PCM Vila Real**	Luís Correia	PCM Castelo Branco
Rogério Bacalhau **Vogal**	**PCM Faro**	Maria da Conceição Cabrita	PCM V. R. Santo António
Nuno Mocinha **Vogal**	**PCM Elvas**	Paulo Langrouva	PCM Figueira Cº Rodrigo
José Leonardo Silva **Vogal**	**PCM Horta**	Rui Marqueiro	PCM Mealhada
Paulo Batista Santos **Vogal**	**PCM Batalha**	Benjamim Pereira	PCM Esposende
Marco Martins **Vogal**	**PCM Gondomar**	José Eduardo Ferreira	PCM Moimenta da Beira
Pedro Folgado **Vogal**	**PCM Alenquer**	Hugo Martins	PCM Odivelas
José Manuel Bolieiro **Vogal**	**PCM Ponta Delgada**	Luís Tadeu	**PCM Gouveia**
Pedro Ferreira **Vogal**	**PCM Torres Novas**	Carlos Bernardes	PCM Torres Vedras
Fernando Queiroga **Vogal**	**PCM Boticas**	Humberto Marques	PCM Óbidos
Alberto Mesquita **Vogal**	**PCM Vila Franca de Xira**	Nuno Canta	PCM Montijo

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

AV. MARNOCO E SOUSA, 52
3004-511 COIMBRA
TEL: 239 404 434
FAX: 239 701 760 / 862
E-MAIL: ANMP@ANMP.PT
PESSOA COLECTIVA DE
UTILIDADE PÚBLICA
D. R. IIª SÉRIE Nº 276 DE 30.11.85
NIF: 501 627 413

RESUMO DOS MAPAS

DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA/DEPOSITOS À ORDEM

CONTA Nº	
9 1542130/001/001	465 755,58
9 1542130/001/004	38 076,43
255141652431	36 665,84
9 1542130/001/011	19 255,33
9 1542130/001/013	20 345,37
2021055365930	21 734,73
2021057735330	6 507,28

TOTAL DOS SALDOS DO RAZÃO	608 340,56
CHEQUES EM TRANSITO	8 338,31
TOTAL DOS SALDOS BANCÁRIOS	616 678,87

Coimbra, 31 de Dezembro de 2017

O Secretário Geral

.....

O Técnico de Contas

.....

Reconciliação bancária - 1201

Data de reconciliação: 2017-12-31 | Saldo do Extrato: 474 093,89 | Saldo Contabilístico: 465 755,58

Saldo não reconciliado: -8 338,31 | Movimentos de diferença: 0,00 | Balanceamento: 0,00

Observação: DEZEMBRO2017

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos não reconciliados a 2017-12-31						
01/10/2013	CHQ	25401623	22-FRD	2517	0,00	6,00
10/10/2017	CHQ	51566027	22-FRD	2167	0,00	1 161,23
28/11/2017	CHQ	51566069	22-FRD	3037	0,00	50,00
28/11/2017	CHQ	51566070	22-FRD	2987	0,00	165,00
19/12/2017	CHQ	51566082	22-FRD	2857	0,00	84,12
19/12/2017	CHQ	51566087	22-FRD	3103	0,00	105,00
19/12/2017	CHQ	51566088	22-FRD	2987	0,00	165,00
19/12/2017	CHQ	51566091	22-FRD	2217	0,00	275,83
19/12/2017	CHQ	51566086	22-FRD	3037	0,00	350,00
19/12/2017	CHQ	51566092	22-FRD	3080	0,00	390,25
19/12/2017	CHQ	51566083	22-FRD	2065	0,00	491,88
19/12/2017	CHQ	51566094	22-FRD	2695	0,00	504,00
19/12/2017	CHQ	51566080	22-FRD	3150	0,00	570,00
19/12/2017	CHQ	51566095	22-FRD	2503	0,00	1 437,00
19/12/2017	CHQ	51566101	22-FRD	3123	0,00	2 583,00
				Total	0,00	8 338,31
Movimentos reconciliados						
14/11/2017	CHQ	51566044	22-FRD	3138	0,00	66,00
14/11/2017	CHQ	51566058	22-FRD	1006	0,00	68,20
14/11/2017	CHQ	51566047	22-FRD	2065	0,00	491,88
14/11/2017	CHQ	51566061	22-FRD	1006	0,00	949,70
28/11/2017	CHQ	51566068	22-FRD	2049	0,00	96,00
28/11/2017	CHQ	51566074	22-FRD	2547	0,00	202,95
28/11/2017	CHQ	51566071	22-FRD	2217	0,00	393,91
28/11/2017	CHQ	51566066	22-FRD	2065	0,00	491,88
28/11/2017	CHQ	51566065	22-FRD	2862	0,00	642,06
28/11/2017	CHQ	51566076	22-FRD	1006	0,00	923,20
28/11/2017	CHQ	51566075	22-FRD	3012	0,00	1 040,00
28/11/2017	CHQ	51566073	22-FRD	3144	0,00	4 247,19
28/11/2017	CHQ	51566072	22-FRD	3109	0,00	6 150,00
01/12/2017	PTRF		22-FRD	3022	0,00	129,04
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0101	500,00	0,00
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0175	500,00	0,00
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0227	500,00	0,00
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0251	500,00	0,00
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0305	500,00	0,00
04/12/2017	CHQ	51566077		1008	0,00	3 400,41
04/12/2017	RTRF		21-RECEB	0004	500,00	0,00
04/12/2017	RTRF		21-RECEB	0035	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0011	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0029	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0032	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0036	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0047	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0083	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0129	500,00	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Reconciliação bancária - 1201

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 474 093,89	Saldo Contabilístico: 465 755,58
Saldo não reconciliado: -8 338,31	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0259	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	4206	24 600,00	0,00
06/12/2017	DSB		DESP_BANCARIAS	3087	0,00	4,50
06/12/2017	DSB		DESP_BANCARIAS	9913	0,00	4,50
06/12/2017	PTRF		22-FRD	2035	0,00	40,61
06/12/2017	PTRF		2682-OCRED	9913	0,00	409,78
06/12/2017	PTRF		2682-OCRED	3087	0,00	4 675,75
06/12/2017	TDEP	29			17 504,95	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0002	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0120	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0143	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0157	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0165	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0168	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0213	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0288	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0295	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0317	500,00	0,00
07/12/2017	TDEP	30			1 000,00	0,00
07/12/2017	RTRF			4148	12 300,00	0,00
07/12/2017	RTRF		26-RECEB	4191	15 375,00	0,00
08/12/2017	PTRF		22-FRD	2385	0,00	62,73
08/12/2017	PTRF		22-FRD	2385	0,00	754,01
11/12/2017	CHQ	51566078	11-CAIXA	1008	0,00	3 871,60
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0003	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0006	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0012	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0054	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0070	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0071	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0088	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0104	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0155	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0173	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0190	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0192	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0206	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0222	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0229	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0267	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0274	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0298	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0195	4 227,72	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	4 756,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	4 756,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	4 781,35	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0140	4 815,78	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	4 815,78	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0037	500,00	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0106	500,00	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0239	500,00	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Reconciliação bancária - 1201

Data de reconciliação: 2017-12-31 | Saldo do Extrato: 474 093,89 | Saldo Contabilístico: 465 755,58
Saldo não reconciliado: -8 338,31 | Movimentos de diferença: 0,00 | Balanceamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO2017

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0302	500,00	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	4220	3 075,00	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0037	4 815,78	0,00
14/12/2017	PTRF		22-FRD	3104	0,00	59,01
14/12/2017	RTRF			0150	500,00	0,00
15/12/2017	PTRF		22-FRD	2600	0,00	300,60
15/12/2017	PTRF		22-FRD	2014	0,00	869,13
15/12/2017	PTRF		22-FRD	2973	0,00	1 129,47
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0087	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0186	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0194	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0226	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0245	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0271	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0285	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		26-RECEB	4459	12 300,00	0,00
18/12/2017	PTRF		22-FRD	2781	0,00	1 060,61
18/12/2017	RTRF		21-RECEB	0152	500,00	0,00
18/12/2017	RTRF		21-RECEB	0283	500,00	0,00
19/12/2017	DSB		DESP_BANCARIAS	3087	0,00	4,50
19/12/2017	DSB		DESP_BANCARIAS	3087	0,00	4,50
19/12/2017	PTRF			1008	0,00	146,45
19/12/2017	CHQ	51566090	22-FRD	3068	0,00	184,50
19/12/2017	CHQ	51566079	22-FRD	3146	0,00	293,97
19/12/2017	CHQ	51566099	24-IRS	2422	0,00	357,50
19/12/2017	CHQ	51566097	267-INDEPENDENT	4668	0,00	442,50
19/12/2017	CHQ	51566093	22-FRD	2068	0,00	583,00
19/12/2017	CHQ	51566089	22-FRD	2785	0,00	684,06
19/12/2017	CHQ	51566085	22-FRD	2049	0,00	689,00
19/12/2017	CHQ	51566100	22-FRD	3120	0,00	1 845,00
19/12/2017	CHQ	51566096	22-FRD	1006	0,00	2 556,10
19/12/2017	PTRF		2682-OCRED	3087	0,00	4 524,56
19/12/2017	PTRF		2682-OCRED	3087	0,00	4 675,75
19/12/2017	CHQ	51566102	22-FRD	3127	0,00	12 923,22
19/12/2017	CHQ	51566098		2421	0,00	29 073,28
19/12/2017	CHQ	51566084	22-FRD	2912	0,00	44 998,74
20/12/2017	DSB		DESP_BANCARIAS	4645	0,00	4,50
20/12/2017	PTRF		267-INDEPENDENT	4645	0,00	1 616,51
20/12/2017	PTRF		24-S.SOCIAL	2451	0,00	34 774,06
20/12/2017	TDEP	32			1 000,00	0,00
21/12/2017	RTRF			0021	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF			0215	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0019	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0085	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0137	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0151	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0154	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0156	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0257	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0293	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0320	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	4471	6 150,00	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Reconciliação bancária - 1201

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 474 093,89	Saldo Contabilístico: 465 755,58
Saldo não reconciliado: -8 338,31	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
21/12/2017	TDEP	31			11 597,13	0,00
22/12/2017	RTRF		21-RECEB	0199	500,00	0,00
22/12/2017	RTRF		21-RECEB	0304	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0022	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0041	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0064	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0089	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0212	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0216	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0234	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0248	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0276	500,00	0,00
27/12/2017	PTRF		22-FRD	2476	0,00	441,52
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0058	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0109	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0123	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0138	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0145	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0149	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0210	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0235	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0261	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0279	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0281	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0111	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0127	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0133	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0209	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0263	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0291	4 815,78	0,00
31/12/2017	DSB		DESP_BANCARIAS	9913	0,00	4,50
31/12/2017	PTRF		22-FRD	FVD	0,00	4,50
31/12/2017	PTRF		22-FRD	FVD	0,00	125,00
31/12/2017	PTRF		22-FRD	4633	0,00	200,00
31/12/2017	PTRF		2682-OCRED	9913	0,00	356,76
31/12/2017	PTRF			3089	0,00	500,70
31/12/2017	PTRF			0021	0,00	713,53
31/12/2017	PTRF			0007	0,00	730,96
31/12/2017	PTRF			0050	0,00	849,32
31/12/2017	PTRF			0017	0,00	1 084,87
31/12/2017	PTRF			0006	0,00	1 140,06
31/12/2017	PTRF			0002	0,00	1 188,06
31/12/2017	PTRF			0029	0,00	1 253,05
31/12/2017	PTRF			0005	0,00	1 319,24
31/12/2017	PTRF			0051	0,00	1 514,85
31/12/2017	PTRF			0022	0,00	1 523,79
31/12/2017	PTRF			0053	0,00	1 552,44
31/12/2017	PTRF			0045	0,00	1 592,87
31/12/2017	PTRF			0020	0,00	1 596,40
31/12/2017	PTRF			0047	0,00	1 622,16
31/12/2017	PTRF			0037	0,00	1 660,99

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Reconciliação bancária - 1201

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 474 093,89	Saldo Contabilístico: 465 755,58
Saldo não reconciliado: -8 338,31	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
31/12/2017	PTRF			0027	0,00	1 716,23
31/12/2017	PTRF			0038	0,00	1 822,68
31/12/2017	PTRF			0044	0,00	1 947,01
31/12/2017	PTRF			0012	0,00	2 179,71
31/12/2017	PTRF		22-FRD	2993	0,00	2 199,17
31/12/2017	PTRF			0013	0,00	2 219,48
31/12/2017	PTRF			0028	0,00	2 221,19
31/12/2017	PTRF			0023	0,00	2 269,68
31/12/2017	PTRF			0054	0,00	2 643,55
31/12/2017	PTRF			0043	0,00	3 498,84
31/12/2017	PTRF			0052	0,00	3 925,85
				Total	191 186,27	220 535,38
				Total Geral	191 186,27	228 873,69

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

114

Reconciliação bancária - 1204

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 38 076,43	Saldo Contabilístico: 38 076,43
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO 2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0028	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0179	500,00	0,00
07/12/2017	DEP			0116	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF			0182	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0013	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0130	500,00	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0219	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0128	500,00	0,00
18/12/2017	RTRF		21-RECEB	0102	500,00	0,00
18/12/2017	RTRF		21-RECEB	0307	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0092	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0198	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0253	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0114	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0131	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0207	500,00	0,00
				Total	8 000,00	0,00
				Total Geral	8 000,00	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Reconciliação bancária - 1208

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 36 665,84	Saldo Contabilístico: 36 665,84
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO 2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
27/01/2017	**PTRF**		**22-FRD**	**FVD**	**0,00**	**172,20**
03/03/2017	**RTRF**		**21-RECEB**	**0177**	**5 931,01**	**0,00**
27/06/2017	RTRF		21-RECEB	0277	4 258,16	0,00
				Total	**10 189,17**	**172,20**
				Total Geral	**10 189,17**	**172,20**

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Reconciliação bancária - 1211

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 19 255,33	Saldo Contabilístico: 19 255,33
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO 2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0062	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0201	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0144	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF			0027	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0187	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0236	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0290	500,00	0,00
				Total	3 500,00	0,00
				Total Geral	3 500,00	0,00

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Reconciliação bancária - 1212

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 21 734,73	Saldo Contabilístico: 21 734,73
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO 2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
13/04/2017	RTRF		21-RECEB	0217	4 815,78	0,00
				Total	**4 815,78**	**0,00**
				Total Geral	**4 815,78**	**0,00**

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Reconciliação bancária - 1213

Data de reconciliação: 2009-10-31	Saldo do Extrato: 20 345,37	Saldo Contabilístico: 20 345,37
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: OUTUBRO2009		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
01/10/2009	**IRC**		**63-IRC**		**0,00**	**1,37**
01/10/2009	JRC		78-JUROS DO		6,87	0,00
				Total	**6,87**	**1,37**
				Total Geral	**6,87**	**1,37**

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Reconciliação bancária - 1214

Data de reconciliação: 2015-2-28
Saldo do Extrato: 6 507,28
Saldo Contabilístico: 6 507,28
Saldo não reconciliado: 0,00
Movimentos de diferença: 0,00
Balanceamento: 0,00
Observação: FEVEREIRO/2015

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
01/01/2008	SLA				6 507,28	0,00
				Total	**6 507,28**	**0,00**
				Total Geral	**6 507,28**	**0,00**

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

AV. MARNOCO E SOUSA, 52
3004-511 COIMBRA
TEL: 239 404 434
FAX: 239 701 760 / 862
E-MAIL: ANMP@ANMP.PT
PESSOA COLECTIVA DE
UTILIDADE PÚBLICA
D. R. IP SÉRIE Nº 276 DE 30.11.85
NIF: 501 627 413

RESUMO DOS MAPAS

DE

RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA/DEPÓSITOS A PRAZO

CONTA Nº 255141652620-110	60 000,00
255141652620-111	200 000,00
255141652620-112	900 000,00
TOTAL DOS SALDOS DO RAZÃO	1 160 000,00
TOTAL DOS SALDOS BANCÁRIOS	1 160 000,00

Coimbra, 31 de Dezembro de 2017

O Secretário Geral

.....

O Técnico de Contas

.....

Reconciliação bancária - 13149

Data de reconciliação: 2015-3-31	Saldo do Extrato: 60 000,00	Saldo Contabilísti co: 60 000,00
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: Março 2015		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Enti dade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
10/02/2014 APL					60 000,00	0,00
				Total	**60 000,00**	**0,00**
				Total Geral	**60 000,00**	**0,00**

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Reconciliação bancária - 13195

Data de reconciliação: 2016-12-31	Saldo do Extrato: 200 000,00	Saldo Contabilís co: 200 000,00
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: Dezembro 2016		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Ent dade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
16/03/2016 APL					200 000,00	0,00
				Total	**200 000,00**	0,00
				Total Geral	**200 000,00**	**0,00**

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Reconciliação bancária - 13196

Data de reconciliação: 2016-12-31	Saldo do Extrato: 900 000,00	Saldo Contabilisi co: 900 000,00
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: Dezembro 2016		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Enı dade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
16/03/2016 APL					900 000,00	0,00
				Total	**900 000,00**	**0,00**
				Total Geral	**900 000,00**	**0,00**

© PRIMAVERA BSS / Licença de: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

A.N.M.P.-ASSOC NAC MUNICIPIOS PORTUG
AV MARNOCO E SOUSA 52
3004-511 COIMBRA

NUC: 1542130 Contribuinte: 501627413 Posição em: 31-12-2017

Certidão

O Banco BPI, S.A., certifica para os devidos efeitos que nas contas abaixo mencionadas e em nome de A.N.M.P.-ASSOC NAC MUNICIPIOS PORTUG apresentava à data de 31-12-2017, o seguinte saldo:

Disponibilidades

DEPOSITOS A ORDEM-PORTUGAL

Nº Operação	Produto	Vencimento	Taxa	Saldo	Incumprimento
1542130001013	DEP. ORDEM SECTOR PUBLICO		0,00000%	20.345,37 EUR	0,00 EUR
1542130001011	DEP. ORDEM SECTOR PUBLICO		0,00000%	19.255,33 EUR	0,00 EUR
1542130001004	DEP. ORDEM SECTOR PUBLICO		0,00000%	38.076,43 EUR	0,00 EUR
1542130001001	DEP. ORDEM SECTOR PUBLICO		0,00000%	474.093,89 EUR	0,00 EUR

BANCO BPI, S.A.
Sede: Rua Tenente Valadim, 284 - 4100-476 PORTO Telefone 22 207 50 00 Fax 22 207 58 88
BPI Directo 707 020 500 www.bancobpi.pt E-mail: bancobpi@mail.bancobpi.pt SWIFT BBPIPTPL

Sociedade Aberta, Capital Social € 1.293.063.324,98, matriculada na CRCP sob o número único de matrícula e identificação fiscal 501 214 534

Mod. 4089 (09/2017)

DECLARAÇÃO

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S. A., pessoa colectiva nº 500960046, com sede na Av. João XXI, 63 declara, a pedido ANMP, que a 31 de Dezembro de 2017 a Conta de Depósitos a Prazo apresentava um saldo de:

0255.141652.620-110 – 60.000€
0255.141652.620-111 – 200.000€
0255.141652.620-112 – 900.000€

Coimbra, 01 de Fevereiro de 2018

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

---- CERTIDÃO DE SALDO E JUROS ----

Certifica-se que o saldo da conta de depósito à ordem nº 2021057735330
em nome de ASSOCIACAO N MUNICIPIOS PORTUGUESES
era em 31 de Dezembro de 2017 de 6.507,28 EUR.
Foram pagos juros em 2017, na importância de 0,00 EUR,
aos quais foi deduzido IRC no valor de 0,00 EUR.

2018-01-12

Declaração Processada por Computador

---- CERTIDÃO DE SALDO E JUROS ----

Certifica-se que o saldo da conta de depósito à ordem nº 2021055365930
em nome de ASSOCIACAO N MUNICIPIOS PORTUGUESES
era em 31 de Dezembro de 2017 de 21.734,73 EUR.
Foram pagos juros em 2017, na importância de 0,00 EUR,
aos quais foi deduzido IRC no valor de 0,00 EUR.

2018-01-12

Declaração Processada por Computador

---- CERTIDÃO DE SALDO E JUROS ----

Certifica-se que o saldo da conta de depósito à ordem nº 0255141652431
em nome de ASSOCIACAO N MUNICIPIOS PORTUGUESES
era em 31 de Dezembro de 2017 de 36.665,84 EUR.
Foram pagos juros em 2017, na importância de 0,00 EUR,
aos quais foi deduzido IRC no valor de 0,00 EUR.

2018-01-12

Declaração Processada por Computador

Relatório e Contas
2017



60 ANOS

Idealização, Pesquisa e Coordenação por:

Adélia Antunes

Ana Duarte

Daniel Ribeiro

Gonçalo Gamboa

José Cláudio

Impressão / Encadernação:

Valente Artes Gráficas

Sérgio Fernandes Unipessoal, Lda.

Fotografia:

Rafael G. Antunes

Fotos do Palácio Nacional de Mafra, a quem prestamos os nossos agradecimentos

CONVOCATÓRIA

Na qualidade de Presidente da Mesa de Assembleia Geral da CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, CRL, e no cumprimento do que determinam os seus Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária da mesma CCAM para o dia 23 de março (Sexta-Feira), às 17H00 na Sede da Instituição, em Mafra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e Votação do Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração, incluído o Parecer do Conselho Fiscal (Exercício de 2017);

2. Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação de Resultados;

3. Apreciação Geral sobre a administração e fiscalização da CCAM de Mafra;

4. Apreciação e Votação da Declaração do Conselho de Administração relativa à Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e demais Dirigentes da CCAM de Mafra;

5. Apreciação do relatório com os resultados da avaliação da implementação das políticas de remuneração praticadas na CCAM de Mafra.

6. Outros Assuntos de Interesse Colectivo.

Notas:

Nos termos do art. 25.º dos Estatutos, a Assembleia Geral reunirá, à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto.

Se não estiver presente número suficiente de associados, a Assembleia reunirá, com qualquer número, uma hora depois.

Mafra e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, aos 01 de março de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Jorge Humberto Moreira Simões, Dr.


2

Mensagem da Presidente



Ao longo da sua História, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra sempre prezou o seu contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Mafra.

Ficou claro, desde muito cedo, que este seria um aspeto incontornável da sua missão, forte estímulo para o seu contínuo crescimento e expansão com benefício direto para os seus sócios e clientes.

Neste momento em que o sistema financeiro Português vê afetada a sua credibilidade e apresenta fragilidades demonstradas desde a crise de 2008, tendo o ano de 2017 sido marcado pela continuação da reestruturação dos principais bancos portugueses como a CGD, o BCP, o BPI, o Novo Banco e o Banco Popular em alguns casos com mudanças na gestão e nas estruturas de controlo acionista este papel ainda se torna mais primordial.

A perda de soberania nacional da maioria das instituições financeiras e a tendência para a concentração bancária e globalização, leva a um aumento da distância entre os centros de decisão e o sócio/cliente/investidor. As decisões estratégicas dos novos centros de decisão estão longe das preocupações e necessidades nacionais.

Neste contexto, a missão da Caixa de Crédito Agrícola de Mafra torna-se um fator essencial e distintivo da outra banca, pois o centro de decisão está próximo do sócio e cliente e no caso da nossa Caixa ainda mais próximo, pela independência do SICAM.

A nossa instituição é estratégica para os sócios, não ficando dependente de decisões transnacionais e o seu valor acrescentado promove diretamente o crescimento do concelho.

A nossa instituição reporta diretamente ao Banco de Portugal, nos moldes de reporte definidos atualmente pela EBA (European Banking Authority), no âmbito da União Bancária Europeia, estando o centro de decisão no nosso concelho. Não obstante as regras Europeias que cada vez mais, através da supervisão, vinculam as pequenas instituições ao mesmo tipo de mecanismos e de regras que os grandes bancos e retirem alternativas de gestão, a Caixa de Crédito Agrícola de Mafra tem vindo a demonstrar a sua resiliência e solidez sustentada.

Numa conjuntura de desafios para o setor bancário e incertezas para o crédito agrícola e de pressão para as 5 caixas independentes do sistema ingressarem para dentro do SICAM, os Conselhos de Administração decidiram encomendar um estudo à Business School da Universidade Católica do Porto (CEGEA). De acordo com uma ampla panóplia de indicadores o estudo conclui, que na última década estas CCAM têm exibido um desempenho económico e financeiro notável, exibindo padrões de resiliência em acentuado contraste com a deterioração da situação patrimonial e de exploração dos principais bancos de retalho.

As principais conclusões foram que individualmente e em conjunto, não obstante a sua pequena dimensão e com a atividade confinada territorialmente, desde 2007-2008, as CCAM independentes pontuam entre as Instituições de Crédito mais sólidas, eficientes e resilientes do sistema bancário nacional, operam sob modelos tradicionais de risco de negócios reduzidos e controlados, apresentam bons desempenhos financeiros, níveis de capitalização elevados, eficiência operacional , fidelização e confiança dos clientes . O estudo conclui ainda que os custos da entrada para o sistema são elevados, não tendo sido demonstrada qualquer vantagem na entrada para o SICAM.

Assim, garantindo os objetivos referidos e dados os baixos níveis históricos da Euribor, continuamos a política de segurança dos valores que nos são confiados e adaptamo-nos às circunstâncias da conjuntura, servindo os nossos sócios e clientes, garantindo o apoio necessário em condições equitativas, mantendo a solidez da Instituição.

Agradecemos a confiança, fidelidade e dedicação dos sócios, clientes e colaboradores, todos eles imprescindíveis para a sustentabilidade da nossa instituição.

Sabemos que um longo e prestigiante passado, cuja construção assentou em valores éticos, de rigor e de segurança é uma vantagem competitiva para enfrentar um futuro pleno de desafios

Congratulamo-nos pelo sexagésimo aniversário desta instituição no passado dia 4 de abril de 2017.

Temos a responsabilidade de proporcionar às gerações vindouras um futuro promissor.

Mafra, aos 06 de março de 2018

A Presidente do Conselho de Administração

ÍNDICE



Órgãos Sociais 7



Relatório do Conselho de Administração 9



Notas Anexas às Demonstrações Financeiras 57



Informação Carta-Circular Nº 2/2014/DSPDR 101



Parecer do Conselho Fiscal 129



Certificação Legal das Contas 133





ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente | Dr. Jorge Humberto Moreira Simões
Vice-Presidente | José Manuel Silva Gomes
Secretário | Rogério Bernardes Miranda

Conselho de Administração

Administradores Executivos:

Presidente | Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale
Vice-Presidente | Adélia Maria M. G. Rodrigues Antunes

Administradores Não Executivos:

Vice-Presidente | Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge

Conselho de Administração Substituto

Hernâni José Gomes Rodrigues

Conselho Fiscal

Presidente | Dr. Mário Jorge Silvestre Neto
Secretário | Dr. Sérgio Nuno Dias Bento
Vogal | Dr. João Miguel Peralta Patrocinio Bento

Conselho Fiscal Substituto

Dr. César Miguel Carvalho dos Santos

Revisor Oficial de Contas (Efectivo)

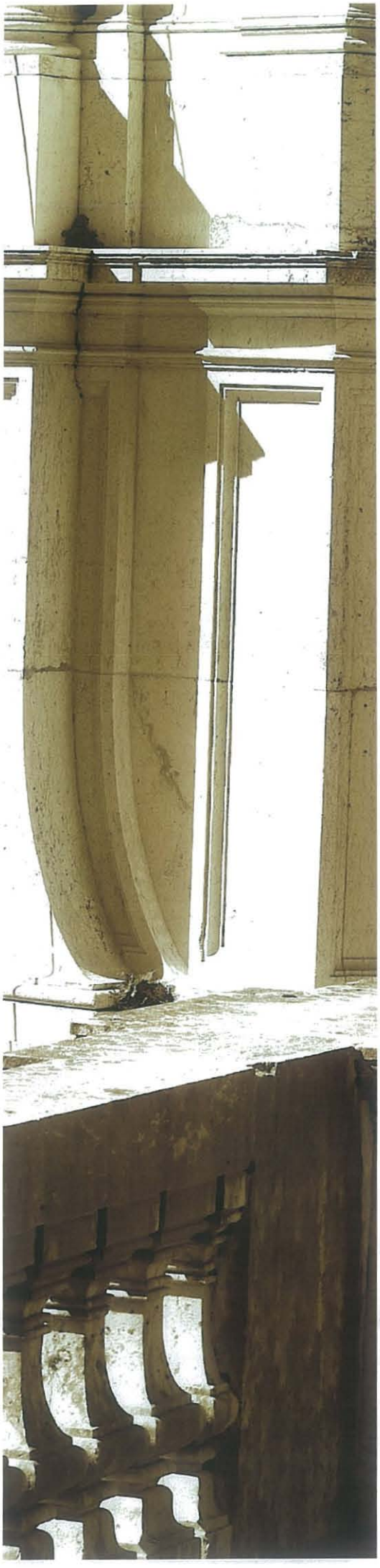
Oliveira, Reis & Associados, SROC, n.º 23

Dr. Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

Revisor Oficial de Contas (Suplente)

Dr. Fernando Marques Oliveira, ROC nº 207





RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2017

No cumprimento dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra CRL, o Conselho de Administração apresenta o seu Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017.

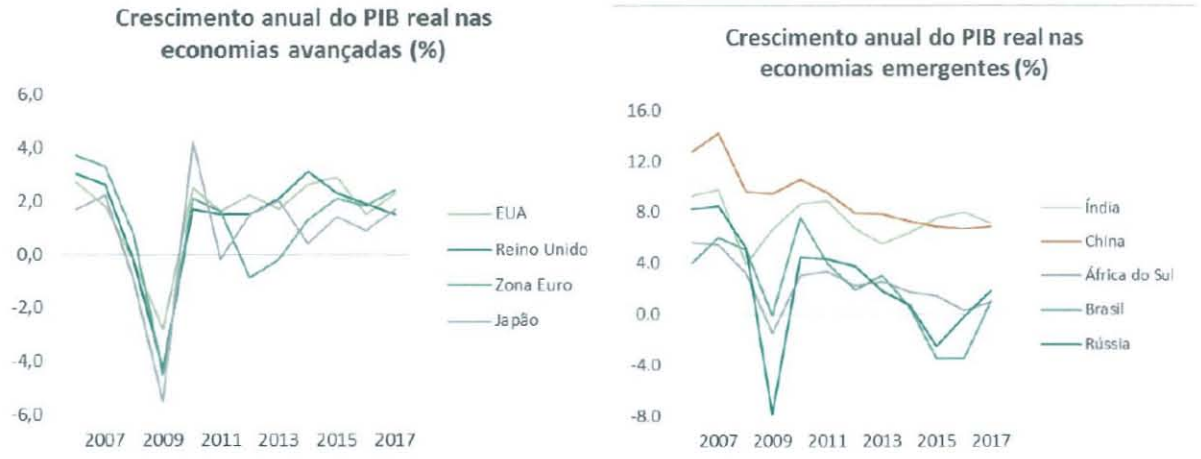
1 – Enquadramento Económico

Economia Internacional

A economia internacional registou um crescimento significativo em 2017 de 3%.

Para este crescimento tiveram grande contributo a retoma do comércio internacional, a influência das compras sucessivas dos bancos centrais das dívidas dos países desenvolvidos e a estabilização política.

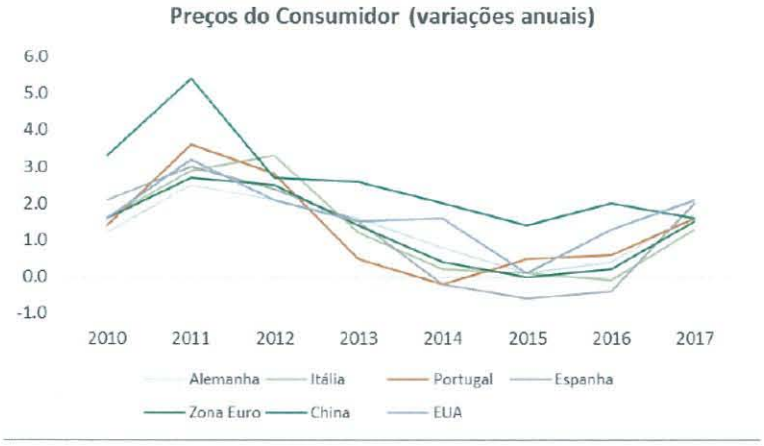
No que toca ao crescimento dos preços nos países desenvolvidos, embora tenha havido aumentos ficaram aquém do esperado.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

A economia americana acabou o ano de 2017 com um crescimento forte na ordem dos 2,3% do PIB, devido ao efeito positivo do mercado de capitais, confiança dos consumidores e do emprego, indicadores que acabaram por atingir nalguns casos os melhores resultados desde sempre.

A taxa de desemprego ficou nos 4,1% perto do final do ano, sendo este o valor mais baixo em quase 17 anos.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

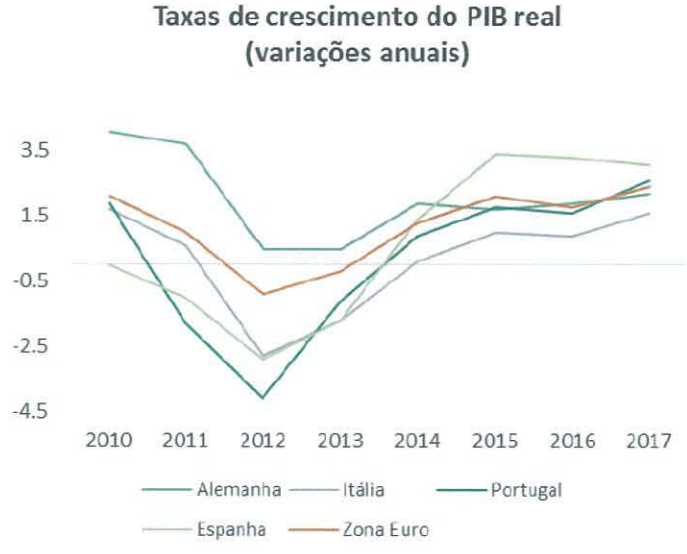
A inflação nos EUA subiu no final do ano para valores de 1,8% em termos homólogos, impulsionada pelo sector automóvel, imobiliário e de transportes.

A Reserva Federal Americana subiu a sua taxa de benchmark 3 vezes ao longo de 2017, estando esta atualmente no intervalo entre 1,25 e 1,50% e por isso bastante mais elevada que a da Europa.

Relativamente à Zona Euro, em 2017 a economia manteve-se sólida, sobretudo pelo forte contributo da influência das intervenções do BCE na compra da dívida, pelo baixo preço dos bens energéticos, recuperação da confiança entre os agentes económicos e redução dos riscos políticos.

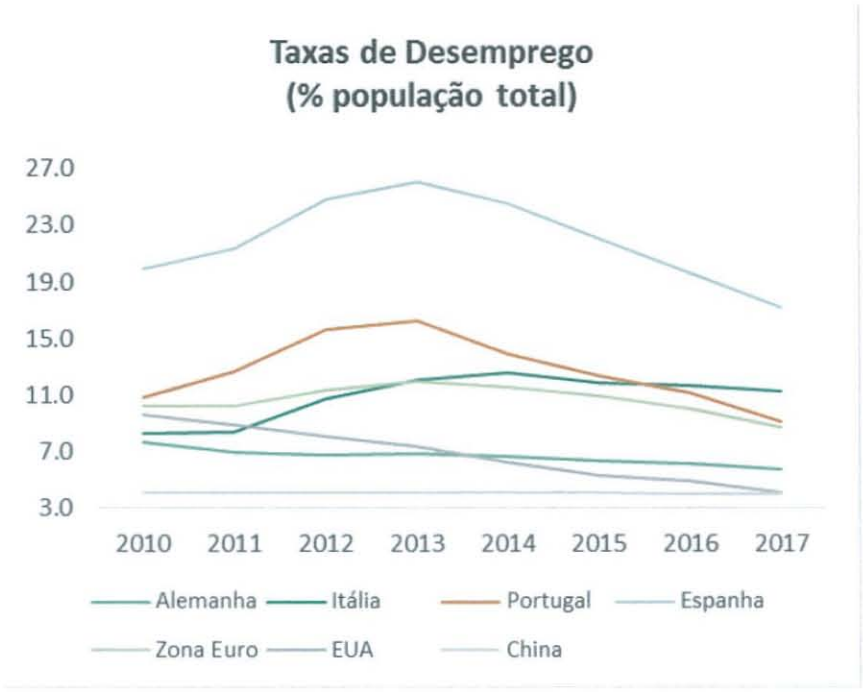
Durante 2017, os contributos do aumento do consumo interno e a recuperação das exportações, assim como a minimização dos riscos políticos e o aumento da confiança dos empresários e consumidores na economia potenciaram o crescimento.

Os países da Zona Euro, no seu conjunto, cresceram ao maior ritmo dos últimos sete anos, ficando o crescimento real do PIB acima dos 2% na Área do Euro. O investimento de capital também apresentou um forte crescimento em resposta à manutenção das políticas acomodatícias do Banco Central Europeu.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

A taxa de desemprego na Zona Euro apresentou o valor mais baixo desde 2009, atingindo o valor de 8,7%, no entanto o aumento do emprego não consubstanciou o aumento dos salários, tendo por isso o aumento do consumo sido apenas de 1,4% ficando aquém da meta esperada pelo BCE.

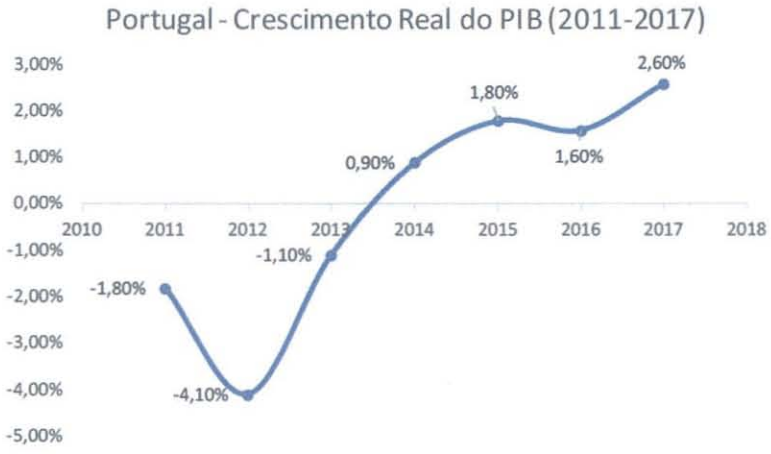


Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

O BCE decidiu manter as principais taxas diretoras inalteradas ao longo de todo o ano, em 0% no caso da taxa principal de refinanciamento, em -0,4% no caso da taxa dos depósitos, e em 0,25% no caso da taxa de cedência de fundos. Durante o ano 2017 o BCE cortou por duas vezes o montante de compras de ativos mensal, passando de 60 mil milhões de euros para 30 mil milhões de euros a partir de janeiro de 2018, ficando definido que este plano de compras ficaria constante até setembro de 2018.

ECONOMIA PORTUGUESA

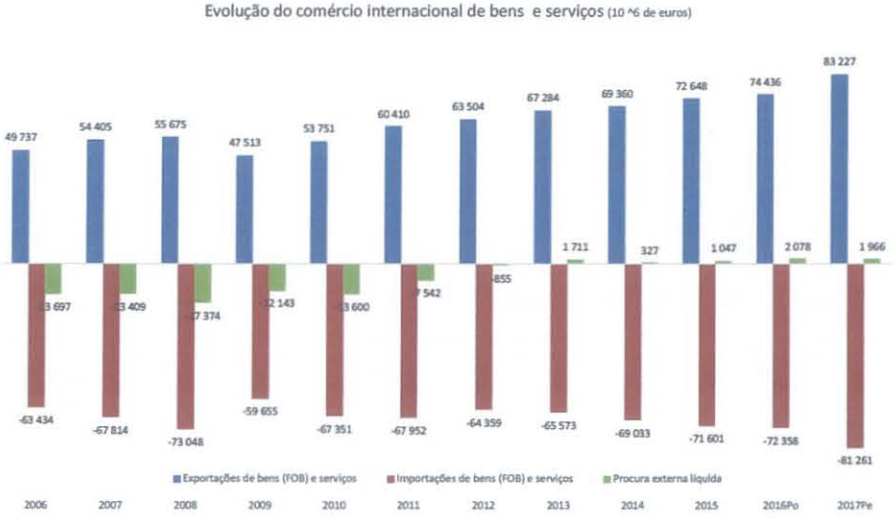
A economia portuguesa, em 2017, cresceu 2,6% (valor maior do que o conjunto dos países da Zona Euro, 2,40%, o que é raro e já não acontecia há 18 anos), beneficiando do conjunto do aumento da procura interna e pelo aumento das exportações dada a procura dos parceiros comerciais.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

Na procura interna, contribui o consumo privado consequência do aumento do emprego e do rendimento disponível, tendo registado um crescimento médio anual de 2,2%, assim como o investimento pelos baixos custos de financiamento e do fortalecimento da procura global aumentando a capacidade produtiva instalada. O investimento registou um crescimento médio anual de 8,4% sobretudo devido ao sector privado, contrariando a tendência do ultimo ano.

O contributo da procura externa foi positivo, com as exportações nacionais a ficarem acima das importações. As exportações nacionais atingiram os 42% do Produto Interno Bruto em 2017 (que compara com 39,9% do PIB em 2016), um sinal da resiliência da economia nacional face a uma evolução na política monetária europeia.



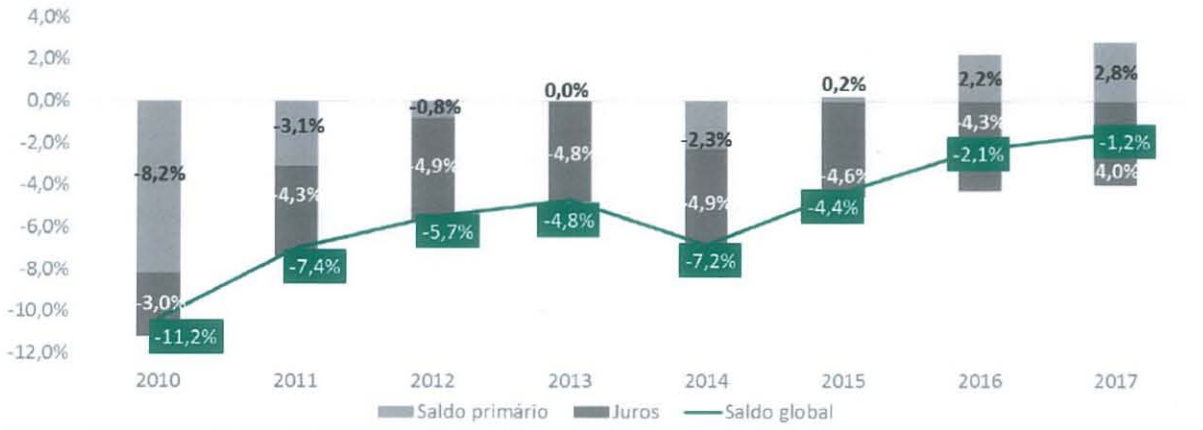
Fonte: INE (contas nacionais)

A taxa de desemprego voltou a descer atingindo no fim do ano a taxa de 9,1% (uma das descidas mais acentuadas entre os países da Europa).

Os preços ao consumidor subiram ao longo do ano devido á evolução dos preços dos bens energéticos assim como devido ao dinamismo do Turismo, com consequência no aumento da taxa de inflação que atingiu 1,5% (1,2% se excluirmos energia e alimentação), tendo os preços dos transportes, restaurantes e hotéis crescido mais de 3% face ao mesmo período do ano anterior.

A yield das OT Portuguesas de 10 anos, face ás Alemães estreitaram as diferenças de valores de 3,56 % em 2016 para valores historicamente baixos de 1,59% em 2017.

Saldo orçamental do Estado Português: Saldo global e primário (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, Janeiro 2018

O défice do conjunto das Administrações Públicas fechou o ano de 2017 em 2.574 milhões de euros, o que se traduziu numa melhoria de 1.607 milhões de euros face a 2016. Apesar da redução do défice em contabilidade pública entre 2016 e 2017, o seu valor em termos brutos ficou 104 milhões de euros acima da meta traçada e ainda representa no fim de 2017 cerca de 1,2% do PIB.

SECTOR BANCÁRIO

O ano de 2017 foi marcado pela conclusão de vários processos de reestruturação significativa dos principais bancos portugueses como a CGD, o BCP, o Novo Banco, o BPI e a integração do Banco Popular Portugal no Santander Totta, em alguns casos com mudanças na gestão e nas estruturas de controlo acionista, bem como injeções de capital visando a recapitalização das Instituições.

O volume de depósitos aumentou 2,8% face a dezembro de 2016, impulsionado principalmente pelos depósitos das empresas, ao invés da concessão de crédito que registou um decréscimo de cerca de 2,8% no mesmo período, afectado não só pela contracção do crédito à habitação (-1,4%), mas também no sector empresarial (-5,5%). No caso do crédito a particulares, cerca de 3,8% encontrava-se vencido sobretudo devido aos créditos de outros fins. No caso do crédito a empresas embora tenha havido em média um decréscimo, alguns setores como a agricultura, as industrias extrativas, alojamento e restauração e atividades imobiliárias tiveram aumentos respetivamente de 3%, 7,8%, 1,4%e 4,3%.

Ao nível dos desafios que se deparam à Banca, surgem as exigências cada vez maiores em matéria de requisitos de capital, alavancagem e liquidez, os quais não apresentam impactos significativos face aos rácios confortáveis que a CCAM de Mafra apresenta. No entanto existem outros desafios assinaláveis de que se destacam a necessidade de adaptação a novas exigências regulatórias (ex.: IFRS9, RGPD, Prevenção BC/FT), a melhoria da rentabilidade do negócio bancário no que respeita ao aumento da eficiência operacional e redução dos custos, gestão dos montantes de crédito não produtivo e a revisão dos modelos de negócio ajustados ás novas exigências dos consumidores e acompanhando as novas tecnologias e o novo contexto do open banking.

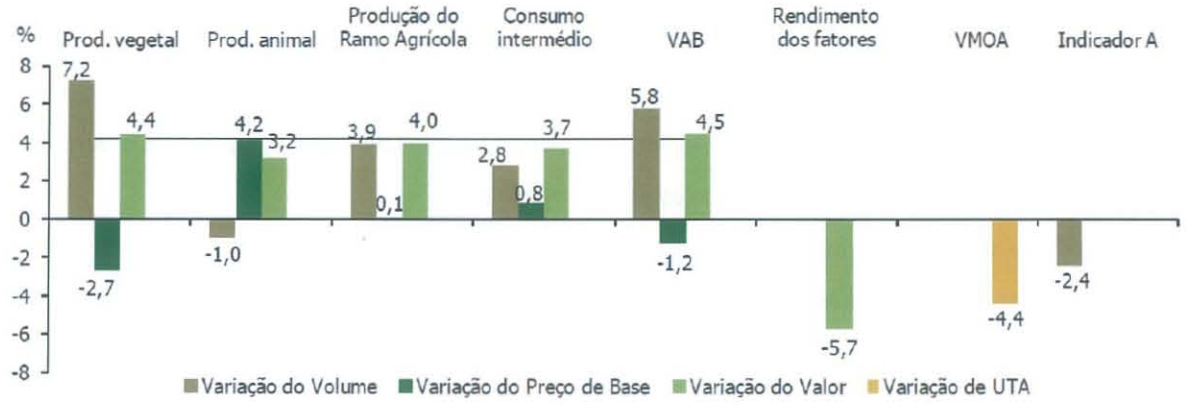
Também não é possível ignorar as alterações que se vivem a nível social, nomeadamente no acréscimo dos níveis de desvinculação dos clientes, com um aumento exponencial da concorrência e da necessidade de inovação tecnológica constante, fruto da procura de novos canais de comercialização e de comunicação.

Os factos acima descritos têm levado a uma inevitável reformulação no contacto com os clientes, originando a redução de agências na Banca em geral. Contudo, esta realidade não se adequa a esta CCAM, por força da localização das agências em pontos estratégicos do Concelho, ajustadas às necessidades e procura dos nossos associados e clientes.

SECTOR AGRÍCOLA

De acordo com a primeira estimativa das Contas Económicas da Agricultura (CEA) para 2017, publicadas pelo INE, o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano (UTA), deverá registar um decréscimo de 2,4%, após um crescimento de 17,5% observado em 2016. Esta diminuição foi determinada pela expressiva redução dos Outros subsídios à produção (-25,4%), tendo o Valor acrescentado bruto (VAB) aumentado 4,5% (diminuição de 1,5% em 2016).

Para o aumento nominal do VAB (+4,5%) contribuiu a variação positiva da Produção do ramo agrícola (+4,0%) conjugada com uma variação positiva menos acentuada do Consumo intermédio (+3,7%). Em termos reais, perspetiva-se para o VAB um aumento de 5,8%.



A variação anual do Rendimento da Atividade Agrícola corresponde ao "Indicador A" (Variação anual, em %, do Rendimento dos Fatores, deflacionado, por Volume de Mão-de-Obra Agrícola Total).

Estima-se que a Produção do ramo agrícola apresente, em 2017, um acréscimo em termos nominais (+4,0%), para o qual concorre um aumento do volume (+3,9%) e uma estabilização dos preços base (+0,1%). A evolução dos preços no produtor (+0,6%) deverá ser atenuada por uma diminuição dos subsídios aos produtos (-16,0%).

A evolução nominal positiva prevista para a Produção vegetal (+4,4%) em 2017 resulta de um acréscimo em volume (+7,2%) e de uma redução dos preços de base (-2,7%). A produção de Vegetais e produtos hortícolas e de Frutos foi determinante no crescimento da Produção vegetal. No que respeita aos Frutos, perspetiva-se um acréscimo significativo em volume (+17,2%), consequência de uma maior produção de maçã, pera, pêssego, kiwi, frutos de baga e amêndoa. Deverá registar-se uma redução dos preços em relação ao ano anterior (-1,4%), em resultado de uma descida generalizada para todos os frutos, com exceção da maçã.

Em relação à produção de Vinho, as estimativas apontam para um acréscimo nominal (+10,0%). As uvas entregues nas adegas encontravam-se, em geral, em boas condições sanitárias, bem amadurecidas e com elevados teores de açúcar. A vindima foi feita com tempo seco, pelo que são esperados vinhos de qualidade superior.

Estima-se que o Consumo intermédio (CI) aumente 3,7%, em termos nominais, em 2017, na sequência de acréscimos em volume (+2,8%) e preço (+0,8%). A variação nominal positiva é o resultado de um aumento generalizado dos produtos para CI particularmente da energia (+14,9%) e dos fertilizantes (11,9%). O consumo de Energia deverá apresentar aumentos em volume (+7,9%) e preço (+6,5%), comportamento determinado pelo consumo de gasóleo (crescimento de 11,9% em volume).

Segundo Avillez, da análise destes dados pode-se concluir que em 2017 os resultados económicos da agricultura portuguesas melhoraram significativamente em relação a 2016, apesar dos rendimentos do sector agrícola e dos produtores agrícolas se terem reduzido.

Com efeito, o produto agrícola bruto em volume, medido pelo valor acrescentado bruto no produtor a preços constantes, cresceu 7,1% em 2017 em relação a 2016, o que contrasta muito favoravelmente com a variação de -9,2% verificada no ano anterior, se bem que tenha sido inferior ao aumento verificado entre 2014 e 2015 (+9,2%).

Por outro lado, o produto agrícola medido pelo valor acrescentado bruto agrícola a preços no produtor correntes nominais, cresceu 6,4% em 2017 relativamente a 2016, o que tendo sido muito mais favorável do que o ocorrido no ano anterior (-1,4%) foi também mais positivo que o verificado entre 2014 e 2015 (+5,2%).

O rendimento do sector agrícola nacional, medido pelo valor acrescentado a custo de fatores e a preços nominais, apresentou uma variação de -4,2% entre 2016 e 2017, bastante inferior à verificada no ano anterior (+12,6%).Este comportamento desfavorável do rendimento do sector agrícola português ficou a dever-se a uma quebra muito elevada (-26%) no valor dos pagamentos diretos aos produtores (PDP) recebidos no ano de 2017 pelos agricultores portugueses, o qual contrasta com o anormal aumento (+58%) verificado no ano anterior. Importa sublinhar que, apesar das grandes variações verificadas no valor dos PDP nos últimos anos, o rendimento do sector agrícola cresceu, em média, 3,1% ano no último triénio.

2 – Atividade Financeira e Comercial da CCAM de Mafra

O exercício de 2017 continuou a pautar-se por uma política de gestão rigorosa, clara, bem definida, transparente, segura e coerente.

A CCAM apresenta uma situação confortável, concretamente quanto ao rácio de *Core Tier 1* de 38,61%.

O rácio de transformação apresenta um valor de 37,05%, espelhando o não acompanhamento da concessão de crédito ao ritmo do aumento da captação de depósitos.

Os valores de balanço são demonstrativos de um historial de solidez e resiliência face às diversas crises económicas e financeiras que se têm feito sentir nas últimas décadas, com especial destaque para a de 2007/2008, da qual o país ainda se encontra a recuperar, e que foi mais uma demonstração da credibilidade que os associados e clientes da CCAM de Mafra depositam na gestão da Instituição, que ao longo dos anos tem garantido a segurança dos depositantes e sido merecedora da confiança destes.

No que se refere ao crédito total, verificou-se um aumento de 1,57%, correspondente a mais de € 937.000. De realçar que neste exercício verificou-se uma redução significativa do crédito em contencioso superior a 18%. Manteve-se ainda uma contenção de entradas de processos de crédito para cobrança judicial, resultado da ação direta e atempada junto dos associados/clientes, mutuários e fiadores, no sentido de ser encontrada uma solução que viabilize o cumprimento nomeadamente e sempre que se justifique aumento de prazo de reembolso e períodos, curtos, de carência de capital.

Relativamente ao crédito vivo, regista-se um aumento de cerca de € 2.400.000, que corresponde a um acréscimo de 4,6%. Congratulamo-nos com o aumento registado nesta CCAM face ao orçamentado.

Continuámos a atuar ativa e atentamente, adotando as soluções adequadas de forma a mantermos, tanto quanto possível, a carteira dos nossos associados e clientes.

A margem financeira cresceu cerca de 7,9%, fruto sobretudo das taxas de juros das aplicações nos ativos disponíveis para venda por reconversão a partir de depósitos a prazo noutras instituições. Assistiu-se também a uma quebra generalizada nas taxas passivas, fruto do alinhamento com o mercado.

Realçamos com agrado os resultados obtidos com o acréscimo nas captações de recursos, neste exercício de 2017, de 8,78% (superior a 12 M€), valor amplamente superior à média nacional de 2,8%. Este acréscimo é justificado essencialmente pela manutenção do clima de turbulência que envolveu algumas das instituições bancárias a atuar no mercado nacional, bem como a divulgação de aumentos nos preçários da concorrência.

Registamos também a concretização de vendas de ativos não financeiros disponíveis para venda e mais-valias em reversão de imparidades existentes, deduzindo custos de intermediação imobiliária, consubstanciando rendimentos superiores a € 512.000.

Congratulamo-nos com a demonstração da credibilidade que merecemos dos nossos associados e clientes.

A área de ação e rede comercial da nossa Caixa de Crédito, atuando em 6 agências, acrescida de um serviço de prospeção comercial direto e com 27 máquinas ATM instaladas à data de 31 de Dezembro de 2017, circunscreve todo o concelho, permitindo-nos deste modo a afirmação de sermos "o Banco do Concelho".

Esta CCAM, que no seu papel de cooperativa, sempre apoiou o desenvolvimento agrícola, até pela sua inserção num concelho com raízes fortemente agrícolas, encontrando-se atenta ao crescimento e sustentabilidade de um sector económico indispensável para a recuperação económica do país.

Para além do sector primário, o nosso concelho apresenta uma grande diversidade de atividades.

2.1 - 60 Anos ao Serviço do Concelho



A Caixa Agrícola de Mafra regozija-se pelo seu 60º aniversário.

Constituída em 4 de abril de 1957, com a intenção de prestar apoio aos agricultores do Concelho, com base em princípios mutualistas e cooperativistas, a CCAM de Mafra tem efetuado um percurso com o sentido de dever cumprido. Para tanto, ao longo das suas seis décadas de existência, tem mantido uma actuação profícua e vantajosa no âmbito da sua atividade.

Salienta-se neste percurso:

- na década de 80 a aprovação do primeiro Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, consagrando às Caixas o estatuto de Instituições Especiais de Crédito, bem como a extinção da tutela administrativa da Caixa Geral de Depósitos, com supervisão direta pelo Banco de Portugal. A CCAM de Mafra passou a exercer a nossa atividade em instalações próprias, mandadas construir de raiz a partir de 1985 e adaptadas ao exercício da atividade bancária;

- na década de 90 a legislação permitiu o alargamento às diversas atividades bancárias;

- em 2003 saímos por vontade própria do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), não batendo com a porta nem quebrando pontes, não deixámos de ser uma Caixa Agrícola, mantendo com as nossas congéneres e Caixa Central uma relação cordial.

Atualmente temos 6 agências instaladas na área geográfica do Concelho (Mafra, Azueira, Encarnação, Póvoa da Galega, Malveira e Ericeira) e 35 funcionários, bem como 27 máquinas ATM, o que nos permite fazer a cobertura integral da área onde desenvolvemos a nossa atividade e garantir a proximidade que nos é peculiar com a comunidade.

Não descuramos a aposta na inovação tecnológica, bem como a formação dos recursos humanos.

Pautamo-nos por uma gestão rigorosa, profissional e transparente, do que resulta a solidez da Instituição, bem como a confiança que nos é merecida pelos nossos associados e clientes.

Cumpre-nos homenagear os Fundadores, Elementos Dirigentes e restantes Órgãos Sociais, Associados, Clientes e Trabalhadores do passado e do presente.

2.2 - Atividade Económica no Concelho de Mafra

O concelho de Mafra mantém uma diversidade de atividades, do que resulta um equilíbrio económico sustentado pelo aumento populacional, essencialmente nas zonas urbanas, com um crescimento na ordem de 7% face aos Censos de 2011, ultrapassando a barreira dos 82.500 residentes. Relevamos a taxa de desemprego do Concelho, na ordem de 5%, que é a mais baixa da Área Metropolitana de Lisboa.

Nos vários sectores económicos, continuamos a salientar o Terciário "Comércio por grosso e retalho" e "serviços administrativos e de apoio", concretamente o "Turismo", cuja potencialidade abrange todo o concelho, com especial relevo para o Convento/Palácio Nacional de Mafra, incluindo na sua envolvente a Tapada Nacional de Mafra. A par, destaca-se o "surf" em toda a costa oceânica do Concelho (única reserva mundial da Europa), e bem assim a gastronomia.

Não podemos deixar de referenciar a importância do sector Primário, destacando-se a produção da "pêra rocha", "morangos", "limão", "vinha", "hortícolas" e de "leite", seguindo-se-lhe o sector Secundário destacando-se a "panificação", já com marca registada; o "vinho", com a recuperação de uma casta única, na freguesia de Cheleiros, a indústria transformadora de carnes e a cerâmica.

A CCAM de Mafra continuará a apoiar os vários sectores, mantendo diversas parcerias e protocolos, nomeadamente com o Grupo de Acção Local (GAL) "A2S – Associação Para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia e com o Município de Mafra, neste último caso nos projetos "Mafra Business Factory", "Ericeira Business Factory" e "Mafra reQualifica".

No âmbito dos Protocolos, destaca-se ainda a manutenção das Linhas de Crédito existentes com as Cooperativas do Concelho, em vigor há mais de uma década.

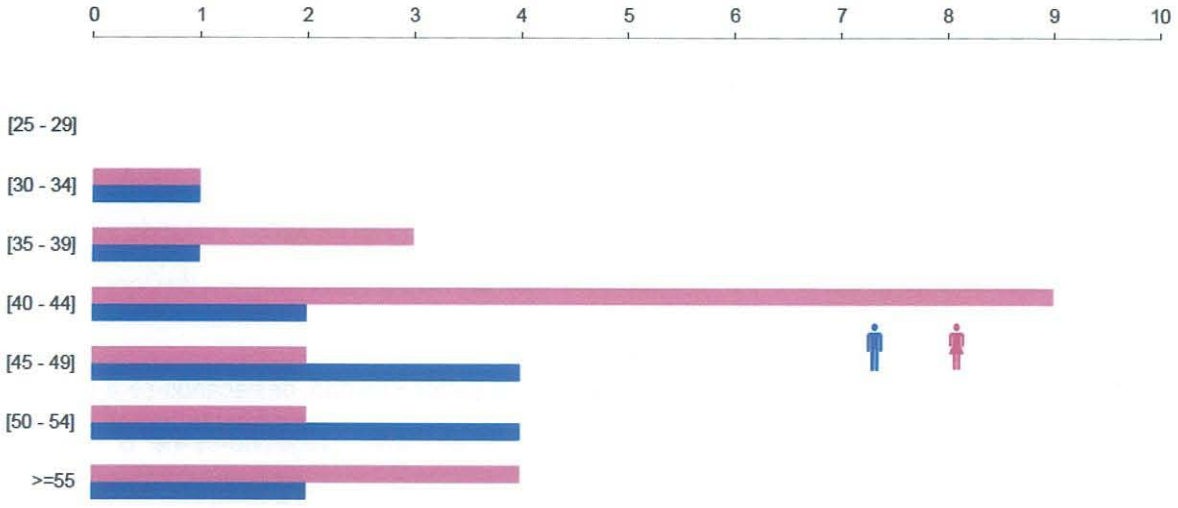
Com estas parcerias, reforçamos a nossa intervenção e posição como parceiro privilegiado no fornecimento de instrumentos financeiros necessários à concretização de projetos globais, nas zonas rurais e centros urbanos.

3 – Recursos Humanos

Os recursos humanos são um dos principais ativos de qualquer instituição, o que se confirma na nossa Caixa de Crédito, por esse facto são alvo de uma permanente atenção ao nível da formação e do desenvolvimento profissional com vista ao bom desempenho. Para tal aposta-se na formação adequada, de modo a constituírem-se equipas técnicas e comerciais bem preparadas, disponíveis, dedicadas e orientadas para o bom funcionamento da Instituição.

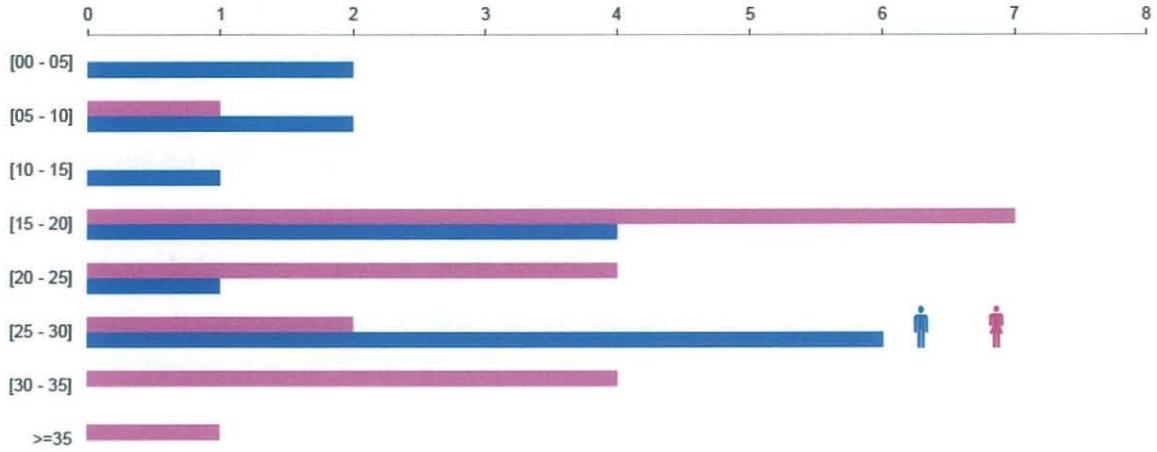
O quadro de pessoal é composto por 35 elementos administrativos, prevalecendo os elementos femininos que representam 60%.

A média etária situa-se nos 46 anos, sendo que é no escalão [40 – 44] onde se encontra o maior número (11) de colaboradores.



Antiguidade

A antiguidade nesta Caixa de Crédito é em média de 21 anos, o que revela uma experiência relevante dos Recursos Humanos, sendo que é no escalão [15 – 20] onde se encontra o maior número de colaboradores.



4 – Ação Social

Atenta à realidade do Concelho, a CCAM Mafra apoia de forma significativa a comunidade onde está inserida. A instituição tenta permanentemente dar resposta às solicitações de que é alvo, sendo diversa a natureza das entidades e os objetivos dos pedidos de apoio. No entanto, podemos afirmar que o apoio à comunidade se centra em quatro grandes áreas de ação: Idosos, Juventude, Cultura/Ambiente e Coletividades.

De forma resumida, cada área de acção abrange o seguinte tipo de organização:

- Idosos – nesta área são apoiadas, quer por solicitação quer por protocolo, as Misericórdias do concelho (Mafra, Ericiera e Venda do Pinheiro), na vertente dos seus Centros de Dia, e as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários e Associações de Socorros, através de protocolo para o transporte de idosos aos diversos serviços de saúde;
- Juventude – marcadamente, este apoio incide sobre os diversos agrupamentos escolares do concelho, bem como às suas associações de pais e encarregados de educação, e a tipos diversos de organizações tais como agrupamentos de escuteiros, escolas musicais e escalões de formação de clubes desportivos do concelho;
- Cultura/Ambiente – nesta área, são apoioados dois dos espaços mais emblemáticos do concelho, com projecção nacional – o Palácio Nacional de Mafra e a Tapada Nacional de Mafra. Por outro lado, são directamente apoiadas publicações literárias que incidem sobre o património cultural, natural e edificado do concelho e sobre a sua história. De forma mais ocasional, mas com grande impacto, são apoioados alguns projectos de reconstrução e restauro de edifícios marcantes (p.e. capelas e igrejas) e de obras de arte;

- Colectividades – a CCAM Mafra apoia inúmeras colectividades do concelho na pressecução dos seus objectivos. Desde grupos corais, bandas filarmónicas, ranchos folclóricos, clubes desportivos, associações recreativas e culturais, comissões de festas, etc. Dada a sua diversidade e número, é esta a área de acção a que fica adstrito um maior montante global de donativos.

Salientamos que estes donativos podem ser de natureza material ou financeira, em função das solicitações apresentadas, mas sendo na sua esmagadora maioria de natureza financeira.
Consideramos significativo o retorno que a CCAM Mafra devolve à comunidade onde está inserida. A demonstração da importância destes apoios está bem patente na percentagem do resultado líquido que a Instituição destina a esta ação social que, nos últimos dez anos tem rondado os 20%.
Salientamos que neste exercício que marcou o 60º aniversário desta Caixa, foi entendido proceder a um reforço da política de mecenato, considerando tratar-se de apoios essenciais ao bem comum, ajudando a superar algumas necessidades de primeira linha.

Dos projetos apoiados, um dos que relevamos e consideramos ser mais distintivo é o apoio proporcionado à Terceira Idade, através das várias instituições, nomeadamente os Centros de Noite, realidade onde o concelho de Mafra foi pioneiro. Estas ações têm como base o apoio merecido a uma faixa etária que por vezes não vê reconhecido o esforço desenvolvido durante toda a vida ativa, complementando em diversas situações as dificuldades sentidas pelas próprias famílias em proporcionar condições condignas.

Outro projeto que consideramos ser distintivo relativamente aos restantes, e um dos que mais vincadamente pode ser considerado um apoio "com os olhos postos no futuro" é o pagamento integral do salário de uma Técnica em Psicologia que presta apoio à comunidade escolar, mais concretamente na Escola Básica de Mafra (2º e 3º ciclos de escolaridade), coadjuvando e apoiando as crianças e os adolescentes, monitorizando comportamentos e prevenindo o seu agravamento, avaliando e encaminhando o seu percurso escolar e futuro profissional e colaborando no levantamento das necessidades para a implementação de curso de formação e/ou de transição para a vida ativa em caso de sério risco de insucesso ou abandono escolar.

Este projeto é complementado com um programa de estágios profissionais, celebrado essencialmente com as Escolas Secundárias do Concelho e até já com algumas Universidades e Institutos Superiores de referência, com alunos residentes na área de atuação da CCAM de Mafra. Estes estágios têm uma duração média de 3 meses, integrando os jovens na estrutura funcional da instituição, com a possibilidade de

inserção em diversas unidades de estrutura, visando um conhecimento transversal da atividade da IC e uma experiência bastante completa e integrativa, sendo para muitos o primeiro contacto com o mercado de trabalho. Sem qualquer obrigatoriedade, aos estagiários é atribuído um subsídio com um montante igual à remuneração mínima mensal legalmente estabelecida e é privilegiada uma integração direcionada para a área de formação do jovem e que se traduza numa motivação e mais-valia futura na sua carreira profissional.

5 - Visão, Missão e Valores

Visão - Instituição financeira cooperativa de âmbito regional, criando valor aos associados, aos clientes e à região.

Missão - Somos o motor de desenvolvimento do concelho, através de relações de proximidade com os associados e clientes, respondendo aos seus projetos financeiros, de acordo com os princípios que nos norteiam.

Valores

- solidez;
- confiança;
- honestidade;
- responsabilidade;
- rigor;
- transparência e profissionalismo.

6 – Estudo efetuado para as CCAM não integrantes do SICAM

Numa conjuntura que se revela desafiadora para o sector bancário e com algumas incertezas no que concerne ao futuro do Crédito Agrícola em Portugal, acrescendo o facto de a CCAM de Mafra ser uma das Caixas não integrantes do SICAM (juntamente com as congéneres do Bombarral, Chamusca, Leiria e Torres Vedras), foi entendido pelo conjunto dos Conselhos de Administração, a contratação de um estudo á Business School da Universidade Católica do Porto (CEGEA – Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada), cujos objetivos principais foram a caracterização das CCAM independentes, individualmente e em conjunto, na ótica da performance económica e financeira revelada na fase subsequente à ignição em 2007-2008 da grande crise financeira internacional, à luz de um elenco alargado de indicadores de desempenho, nomeadamente económico-financeiros.

Da análise deste estudo podem retirar-se as seguintes conclusões:

- As CCAM independentes pontuam entre as instituições mais sólidas, eficientes e resilientes do sistema bancário nacional, não obstante a sua (muito) pequena dimensão e a circunstância de a sua atividade se confinar a âmbitos territoriais delimitados nos termos da lei.

- A atividade destas Instituições de crédito agrícola mútuo é inteiramente consentânea com a afirmação de instituições sólidas, robustamente capitalizadas, dotadas de níveis adequados de liquidez, altamente eficientes, operando sob níveis de risco de negócio reduzidos e controlados.

- Estas Instituições apresentam bons desempenhos financeiros, níveis de capitalização muito elevados e eficiência operacional assentes num modelo de negócio tradicional e de baixo moderado em que a fidelidade dos clientes é essencial e deixa transparecer a confiança de que estas CCAM são merecedoras por parte das populações nos meios em que desenvolvem as suas atividades.

- Com base numa ampla bateria de indicadores – abarcando atributos como a dimensão e escala de operação, a estrutura do Balanço, proveitos e custos, a composição do produto bancário, a rendibilidade, a intensidade de exposição a riscos de negócio, a solvabilidade, a eficiência e a produtividade, na última década estas CCAM têm exibido um desempenho económico e financeiro notável, exibindo padrões de resiliência em acentuado contraste com a deterioração da situação patrimonial e de exploração dos principais operadores da banca de retalho.

No que concerne especificamente à CCAM de Mafra, poder-se-á acrescentar, para além das conclusões comuns às cinco Caixas, que é uma Instituição com um elevado nível de resiliência face à envolvente adversa dos últimos anos, tendo registado resultados positivos há mais de três década, ano após ano, o que viabilizou a acumulação de uma sólida base de fundos próprios e um elevado rácio de capital regulatório, quase triplicando o nível de capitalização médio no sistema bancário nacional, com um bom desempenho económico-financeiro ao nível da eficiência e produtividade operacional, com uma cobertura integral em toda a zona geográfica do concelho.

7 – Gestão de Riscos

A unidade de estrutura de Gestão de Risco e Análise do Reporte Prudencial manteve no decurso de 2017 a função de definição de processos que assegurem apropriada compreensão da natureza e da magnitude dos riscos subjacentes à atividade da CCAM de Mafra, de forma a permitir uma implementação adequada da estratégia e do cumprimento dos objetivos delineados pela Instituição, e tendo por base as "*best practices*" emanadas pelas entidades reguladoras e de supervisão. Este é um processo transversal e integrado na instituição, agindo preventivamente nas situações que possam colocar em causa a situação financeira da instituição, criando e melhorando controlos e ferramentas eficazes para acompanhar, monitorizar, avaliar e controlar os riscos materialmente mais relevantes.

No seguimento da política de gestão de riscos exigida pelo Banco de Portugal, o exercício de 2017 foi marcado pela transição para as regras contabilísticas em NIC's, sendo que a continuidade dos reportes ao órgão de supervisão tornou-se mais exigente e com novos tipos de envios.

Este órgão colaborou com a da elaboração dos seguintes relatórios/normativos:

Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno – A existência de um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz assume uma importância fulcral na estabilidade e segurança das Instituições e consequentemente do próprio sistema financeiro, garantindo um efetivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que as Instituições se encontram sujeitas e uma apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas. Assim, é elaborado anualmente um Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno vigente na Instituição.

Relatório de ICAAP – O cálculo do ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*), constitui não apenas uma obrigação regulamentar, mas também um importante instrumento de gestão de risco que permite avaliar e determinar o nível de capital interno subjacente ao perfil de risco a que se encontra exposta a instituição.

Relatório da Disciplina de Mercado – Este relatório anual de divulgação pública de informação, é obrigatório e de possibilidade de consulta *online* no sítio da Internet. Apresenta um detalhe exaustivo sobre a solvabilidade da instituição, assim como das suas políticas e práticas de gestão, de acordo com o Regulamento (EU) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013.

Relatório de Branqueamento de Capitais – Em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, procura-se minimizar eficazmente possíveis ocorrências, bem como os impactos que delas podem advir. O modelo de gestão de risco implementado na CCAM de Mafra nesta matéria assenta primordialmente no conhecimento dos seus clientes (*Know Your Costumer*), fundamentado na relação de proximidade que a caracteriza e que se traduz numa expectativa sobre o seu comportamento

futuro, tendo em consideração o tipo de cliente e a relação de negócio existente, pelo que desvios ao perfil conhecido do cliente são encarados como fatores de risco. Nesta matéria destaca-se a publicação de nova legislação (Lei nº 83/2017, de 18 de agosto), resultante da transposição de uma Diretiva da União Europeia e que reforça os deveres das Instituições de Crédito na prevenção deste tipo de crime.

Relatório sobre *Stress Tests* – Embora se mantenha a obrigatoriedade de realização de *Stress Tests* de acordo com a Instrução nº 4/2011, que divulga as orientações para a realização de análises de sensibilidade, o Banco de Portugal isentou esta CCAM através da Carta Circular nº CC/2017/00000900-G de 03/02/2017. Não obstante esta não desvincula a CCAM de Mafra dos demais deveres a que estão sujeitas relativamente ao desenvolvimento de testes de esforço como ferramenta essencial de gestão de risco e planeamento de capital, verifica-se que os níveis de solvabilidade e liquidez são adequados, e que a instituição tem capacidade para absorver o impacto de acontecimentos adversos.

Relatório sobre Imparidade da Carteira de Crédito - O relatório sobre a imparidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra tem por objetivo a obtenção de um grau de segurança aceitável de que as metodologias de cálculo de imparidade implementadas permitem uma avaliação do risco associado à carteira de crédito e uma quantificação das respetivas perdas incorridas, conforme previsto na Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal. Nesta matéria é também relevante a Carta-Circular n.º 2/14/DSPDR que procede à sistematização e divulgação dos critérios de referência, bem como dos princípios que suportam a avaliação das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal que utilizam metodologias de cálculo de imparidade, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" (IAS 39), para avaliação do risco associado à carteira de crédito e quantificação das respetivas perdas incorridas. Importa relevar que o exercício de 2017 foi marcado pela reestruturação do modelo de cálculo de imparidade face à adoção da IAS 39 e que o exercício de 2018 trará a transição para a IFRS9, o que se traduz num enorme esforço de adaptação para a Instituição.

Plano de Recuperação – O Plano de Recuperação, de acordo com o definido no Aviso n.º 3/2015 do Banco de Portugal, visa identificar as medidas suscetíveis de serem adotadas em cenários de desequilíbrios de Capital e/ou Liquidez, de forma a garantir que as Instituições de Crédito estão em condições de reagir de forma mais célere, mas também mais estruturada, em situações de dificuldades financeiras. A CCAM de Mafra foi considerada pelo Banco de Portugal uma Instituição com obrigações de reporte simplificadas nesta matéria (efetuado a cada 2 anos).

Na sequência da elaboração destes relatórios, e com base no Modelo de Avaliação de Riscos (MAR) implementado, temos plena consciência que os riscos são fatores inerentes à atividade, pelo que continuamos atentos e despertos, atuando com rigor, profissionalismo, disponibilidade e dinamismo, de forma a garantir aos nossos associados e clientes a segurança dos valores que nos confiam.

Assim, os riscos materialmente relevantes para a instituição, são os que passamos a descrever:

Risco de Crédito

Este risco corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

O Risco de crédito, pela relevância material de que se reveste, é o principal risco subjacente à atividade Bancária, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

A estratégia da CCAM de Mafra fundamenta-se no acompanhamento da sua carteira de clientes, atendendo à limitação geográfica associada ao seu objeto social. As principais linhas de negócio encontram-se relacionadas com o desenvolvimento do mundo rural, com créditos aos agricultores incluindo o seu bem-estar social, o crédito à habitação, créditos a PME e créditos de natureza individual, utilizando-se para o efeito os produtos disponíveis no mercado. O controlo das operações fundamenta-se num detalhado conhecimento das mesmas por parte do Conselho de Administração da CCAM de Mafra.

Sendo o risco de crédito um dos materialmente mais relevantes na atividade da CCAM de Mafra, e um dos que consome mais capital interno, encontra-se devidamente implementada uma política de concessão de crédito assente em critérios conservadores e rigorosos.

Algumas das principais técnicas utilizadas na mitigação do risco de crédito são as Garantias Reais (cauções-depósitos em numerário efetuados junto da Instituição, hipotecas de bens imóveis), reforço da taxa de provisionamento do Crédito Vencido e a diversificação setorial da carteira de Crédito.

Risco de Mercado

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias.

O controlo dos riscos de mercados enquadra-se no âmbito do exercício da atividade da Instituição e do cumprimento das regras e exigências aplicáveis.

Este risco resulta da conjugação de vários riscos, incluindo o risco de crédito, de taxa de juro, de liquidez, operacional e de "*compliance*", aos quais acrescem os impactos provocados pelas oscilações das variáveis macroeconómicas e o comportamento da concorrência.

Acompanhamos a evolução destes fatores de uma forma periódica, tempestiva e adequada à definição das suas políticas, procurando minimizar os riscos de mercado, nomeadamente, no mercado específico onde atuamos e de onde provêm a maioria dos clientes que servimos, quer ao nível do crédito, quer ao nível da

captação de recursos. Acompanhamos e avaliamos as tendências de mercado, mantendo, contudo, uma política própria, adequada ao mercado, à nossa estrutura e aos meios de que dispomos.

Risco de Taxa de Juro

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

Em concreto, a CCAM de Mafra pretende identificar e analisar atempadamente os impactos que a taxa de juro pode vir a sofrer no caso de um choque *standard*, medindo e controlando os riscos a que a Instituição está ou poderá vir a estar exposta, e em conformidade, afetar recursos e capital interno para a cobertura adequada desses riscos.

Risco de Estratégia

Este risco encontra-se inerente aos demais tipos de risco, p.e. risco mercado, taxa de juro, de crédito, e em linha de conta com os objetivos delineados pelo Conselho de Administração para a CCAM de Mafra e, para tal, os objetivos da Instituição passam pelo cumprimento integral do que é proposto, tendo como base as regras/normas existentes.

A CCAM de Mafra assume como principais eixos de desenvolvimento e diferenciação estratégicos a prestação de serviços caracterizados pela excelência e proximidade do cliente.

A atividade da Instituição encontra-se essencialmente assente na intermediação financeira através da captação de recursos dos associados e clientes e posterior aplicação dos mesmos, complementada através da comercialização de seguros e de fundos. Estas operações são efetuadas através da CA Seguros, CA Vida e Caixa Central, assumindo a CCAM de Mafra um papel de intermediário nas mesmas.

O crescimento sustentado da atividade é acompanhado por políticas de reforço continuado, com enfoque nos níveis de eficiência da Instituição e pela manutenção de uma rigorosa disciplina de capital.

A mitigação deste risco é efetuada através dos seguintes procedimentos:

- Clarificação das competências de cada funcionário;
- O cumprimento das normas internas;
- Utilização do conhecimento profundo do meio em que é desenvolvida a atividade/operações;
- A Formação profissional e Auto Formação.

Risco de Concentração

A concentração de riscos constitui um dos principais fatores potenciais de perda a que uma instituição de crédito se encontra sujeita. Num cenário de concentração, as perdas originadas por um número reduzido de exposições podem ter um efeito desproporcionado, confirmando o relevo da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade.

O risco de concentração é um dos tipos de risco a que a CCAM de Mafra se encontra exposta, nomeadamente em três vertentes:

Geográfica - Decorrente do RJCAM, o âmbito de ação da CCAM de Mafra encontra-se limitado geograficamente, pelo que o risco de concentração (vertente zona geográfica) assume alguma relevância na determinação do risco total.

Sectorial - Esta vertente do risco de concentração consiste na exposição significativa a grupos de contrapartes de um determinado sector de atividade.

O risco de concentração por sector de atividade é desde logo limitado pelas disposições constantes no RJCAM, uma vez que estas restringem o limite de concessão para operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27º (fins não agrícolas) estabelecendo o limite de 35% do valor do respetivo ativo líquido, pelo que, fora dos fins agrícolas, a CCAM de Mafra encontra-se limitada na atividade de concessão de crédito.

Grandes riscos - Entende-se por "grupo de clientes ligados entre si" duas ou mais pessoas singulares ou coletivas que constituam uma única entidade do ponto de vista do risco assumido, por estarem de tal forma ligadas que, na eventualidade de uma delas se deparar com problemas financeiros, a outra ou todas as outras terão, provavelmente, dificuldades em cumprir as suas obrigações.

O Limite de exposições a riscos, perante um cliente ou grupo de clientes ligados entre si não pode ser superior a 25% dos fundos próprios, assim como, o limite de exposições perante Instituições não pode exceder o estipulado no Aviso nº 9/2014 do Banco de Portugal.

Risco Operacional

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de "outsourcing", de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.

O Risco Operacional é gerido no âmbito do desenvolvimento regular da atividade, quer através da definição de normas, procedimentos, segregação de funções, delegação de competências, quer dos respetivos controlos operacionais implementados.

7 – INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃO SOCIAIS

A política de remunerações que vigorou durante o exercício de 2017 resulta da reunião da Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 2015 a ser observada durante o mandato de 2016/2018, onde consta a composição das remunerações dos órgãos de Administração e de Fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

Relativamente aos deveres de informação quantitativa descritas no art. 17º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, sobre a Política de Remunerações, o quadro anexo representa os valores discriminados, dos órgãos de Administração e Fiscalização, no seu montante bruto anual das remunerações auferidas.

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM 2016/2017

	Rendimento Bruto Anual	
	2017	2016
Conselho de Administração		
Administradores Executivos		
Presidente	€ 90 451,05	€ 94 361,05
Vice- Presidente	€ 149 632,63	€ 148 418,83
Administrador Não Executivo		
Vice- Presidente	€ 46 492,92	€ 45 961,58
Conselho Fiscal		
Presidente	€ 12 348,77	€ 14 704,80
Secretário	€ 2 717,37	€ 3 294,94
Vogal	€ 2 717,37	€ 2 995,40

A remuneração do Conselho fiscal, tendo em atenção a natureza da função deste órgão, consiste numa contrapartida de montante fixo por presença, sem quaisquer acréscimos ou outras prestações.

Não existem remunerações variáveis com base em eventuais lucros da CCAM de Mafra.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida com base nas práticas de mercado e definida no âmbito do contrato de prestação de serviços de revisão de contas, e no ano de 2017 foram pagos os montantes descritos na Nota 38, do anexo às Demonstrações Financeiras.

O montante da remuneração variável devida, resulta do desempenho individual dos colaboradores, é de € 66.000, e será distribuída pelos colaboradores em 2018, tendo em conta o seu desempenho durante o ano de 2017.

Não se registaram admissões ou rescisões do contrato de trabalho, no quadro de colaboradores que exercem funções de controlo.

8 - Política de Remuneração dos titulares de funções Essenciais e Colaboradores

Dando cumprimento ao disposto no nº 3 do art. 16º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, é prestada a seguinte informação:

- Os colaboradores entendidos de acordo com o art. 2º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, auferem de uma remuneração fixa paga 14 vezes por ano, de acordo com as condições dispostas no ACTV do Crédito Agrícola;

- De acordo com as funções em que o nível de responsabilidade e exigência de disponibilidade assim o justifique é atribuída uma hora de isenção de horário de trabalho;

- Atendendo ao disposto no nº 3 do art. 17º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, são três os colaboradores abrangidos pelo art. 13º, isto é, que desempenham funções de controlo previstas no Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, que auferiram a remuneração global bruta de € 153.982,74.

- As remunerações totais dos restantes 32 colaboradores durante o exercício de 2017, foram de €979.692,10.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES DA CAIXA DE CREDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA CRL

O número 4 do artigo 115º-C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras impõe que o Conselho de Administração submeta anualmente à aprovação da Assembleia Geral a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização.

Por sua vez a Lei nº 28/2009, de 19 de junho, prevê que anualmente o órgão de administração das entidades de interesse público, como é o caso da nossa Caixa, submeta à aprovação da assembleia geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização.

Nos termos da lei e dos estatutos, a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da Caixa só pode ser deliberada pela assembleia geral, não sendo exequível nem apropriada a existência de uma comissão de remunerações face à pequena dimensão, à natureza cooperativa e à pouca complexidade da atividade da instituição.

Não é aplicável à Caixa o disposto no artigo 7° do Aviso n° 10/2011 do Banco de Portugal, porquanto não reúne nenhum dos critérios do seu n°1.

Assim, a política de remuneração, quanto aos órgãos de administração e fiscalização, é aprovada exclusivamente pela Assembleia Geral, e a dos restantes colaboradores é aprovada exclusivamente pelo Conselho de Administração.

Sem prejuízo do disposto no artigo 14° do Aviso n° 10/2011, cabe exclusivamente à assembleia geral a aprovação e avaliação da política de remuneração dos seus órgãos sociais.

No caso da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL, a remuneração dos membros dos órgãos sociais da Caixa, incluindo a dos membros dos seus órgãos de administração e de fiscalização, foi fixada na reunião da Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 2015 a ser observada durante o mandato de 2016/2018, não se prevendo qualquer indemnização em caso de destituição por justa causa nem benefícios discricionários de pensão.

Face à pequena dimensão, natureza cooperativa e pouca complexidade da instituição, não é exequível nem apropriado que os colaboradores a que se refere o n° 2 do artigo 1° do Aviso n° 10/2011 recebam qualquer remuneração adicional (fixa ou variável) além da que recebem como colaboradores da Caixa.

Nenhum titular dos órgãos de administração e de fiscalização da Caixa recebe remuneração variável.

Quanto ao Revisor Oficial de Contas a sua remuneração é a fixada no contrato de acordo com as práticas de mercado.

Nos termos e para os efeitos do número 1 do artigo 16° do Aviso n° 10/2011, declara-se que:

a) A política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização é definida pela Assembleia Geral, sem a intervenção de quaisquer consultores externos, cabendo à mesma revê-la periodicamente, pelo menos uma vez por ano, em sede da sua aprovação nos termos do n° 4 do artigo 115°-C do RGICSF.

b) Não é contemplada a atribuição de qualquer remuneração variável.

c) Dada a natureza e dimensão da Caixa, a inexistência de remuneração variável, o valor das remunerações pagas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e o facto de não ser uma sociedade anónima lhe ser impossível pagar qualquer remuneração sobre a forma de acções ou instrumentos financeiros nos termos do n° 3° do artigo 115°-E do RGICSF, não é diferido o pagamento de qualquer parte da remuneração.

d) A política de remuneração é propícia ao alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração, com os interesses a longo prazo da Caixa e igualmente consentânea com o

desincentivo de uma assunção excessiva de riscos, na medida em que preconiza a atribuição de uma remuneração de valor moderado compatível com as tradições e com a natureza específica desta Caixa e das Caixas Agrícolas em geral.

e) Atenta a natureza cooperativa da Caixa, o desempenho dos titulares dos órgãos de administração e de fiscalização é, em primeira linha, avaliado pelos associados em sede de Assembleia Geral, *maxime* em sede de eleições para os órgãos sociais, não podendo estes manter-se em funções contra a vontade dos associados, refletindo tal avaliação não só o desempenho económico da Caixa, mas também outros critérios diretamente relacionados com a referida natureza cooperativa, incluído a qualidade da relação estabelecida entre a administração e os associados e da informação prestada a estes sobre o andamento dos negócios sociais.

Mais se declara nos termos do nº 2 do artigo 16º do Aviso nº 10/2011:

a) Uma vez que a remuneração dos administradores não inclui uma componente variável são inaplicáveis as alíneas b), c) d), e) f) g) h) e i) do nº do artigo 16º do Aviso nº 10/2011.

b) No exercício de 2017 não foram pagas nem se mostram devidas compensações a membros do Conselho de Administração devido à cessação das suas funções.

c) A Caixa não celebrou com os membros do Conselho de Administração qualquer contrato que lhes confira direito a compensações ou indemnizações em caso de destituição, incluindo pagamentos relacionados com a duração de um período de pré-aviso ou cláusula de não concorrência, pelo que o direito a tais compensações ou indemnizações se rege exclusivamente pelas normas legais aplicáveis, sendo desnecessários os instrumentos jurídicos a que alude o artigo 10º do Aviso nº 10/2011. Também não vigora na Caixa qualquer regime especial relativo a pagamentos relacionados com a cessação antecipada de funções, pelo que é igualmente inaplicável o nº 11 do artigo 115º-E do RGICSF.

d) A Caixa não se encontra em relação de grupo com qualquer sociedade pelo que os membros do Conselho de Administração não auferiram, nem poderiam auferir, qualquer remuneração paga por sociedades em relação de domínio ou de grupo.

e) Não vigoram na Caixa quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.

f) Não existem outros benefícios não pecuniários que possam ser considerados como remuneração.

g) Os membros do Conselho de Administração não utilizam qualquer seguro de remuneração ou responsabilidade, ou qualquer outro mecanismo de cobertura de risco tendente a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerente às suas modalidades de remuneração.

Mafra, 1 de Março 2018

O Conselho de Administração,

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO NA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA

Introdução

A política de remunerações da Caixa de Crédito Agrícola de Mútuo Mafra (adiante designada por Caixa ou CCAM de Mafra), segue o disposto na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, tendo sido aprovada em Assembleia Geral, na data de 11 de dezembro de 2015, a Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e demais Dirigentes da CCAM de Mafra.

O presente relatório enquadra-se nas obrigações legais e regulamentares previstas no nº 6 do artigo 115º - C do RGCISF que dita a necessidade de anualmente submeter a política de remunerações a uma análise interna e independente.

Responsabilidades

Nesse sentido, em concordância com as disposições legais, por ausência de uma Comissão de Remunerações (nos termos do disposto no nº 6 do referido artigo 115º - C do RGCISF) e na sequência de solicitação do Conselho de Administração, procedeu o Conselho Fiscal à análise interna da política de remuneração, tendo como objetivo a verificação do cumprimento das políticas e procedimentos da remuneração adotados.

Âmbito

A análise efetuada, com referência ao exercício de 2017, pressupõe a avaliação da Política de Remunerações e a sua implementação, em especial sobre o respetivo efeito na gestão do risco de capital e de liquidez da Caixa. Esta análise tem por base a Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e demais Dirigentes aprovada em Assembleia Geral, para o ano de 2017.

O processo de avaliação da Política de Remunerações considerou, numa primeira abordagem, a análise da Declaração sobre Política de Remuneração aprovada em Assembleia Geral, no sentido de identificar se a mesma inclui informação que sustente de forma suficiente e adequada a correspondente proposta, tendo em consideração, designadamente, os objetivos, a estrutura e dimensão da Caixa, a natureza das funções, bem como as práticas do mercado.

No contexto da aplicação da Política de Remunerações foram efetuados procedimentos de análise sobre o processo de aprovação, processamento e registo contabilístico das remunerações dos Órgãos Sociais e demais Dirigentes, com vista a verificação do cumprimento da respetiva política de remuneração e a identificação de eventuais desvios e respetiva justificação.

Conclusões

A política de remuneração aprovada e em vigor no período a que se reporta este relatório não é suscetível de induzir distorções ao nível dos diferentes tipos de risco e considera-se adequada à prossecução dos objetivos relacionados com a boa gestão de riscos.

A estrutura de remunerações não incentiva a assunção excessiva e imprudente de riscos e é compatível com os interesses a longo prazo da Caixa, revelando-se consentânea com a gestão segura e prudente.

Não se observam deficiências estruturais e/ou organizacionais que se possam traduzir risco para a Caixa, quer ao nível financeiro, quer no âmbito das normas, legislação e regulamentação em vigor.

Face ao exposto, e atendendo ao princípio da proporcionalidade, a Política de Remuneração mostra-se adequada à dimensão, ao âmbito da atividade da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, bem como à natureza e aos riscos do negócio da Caixa.

Mafra, 9 de março de 2018

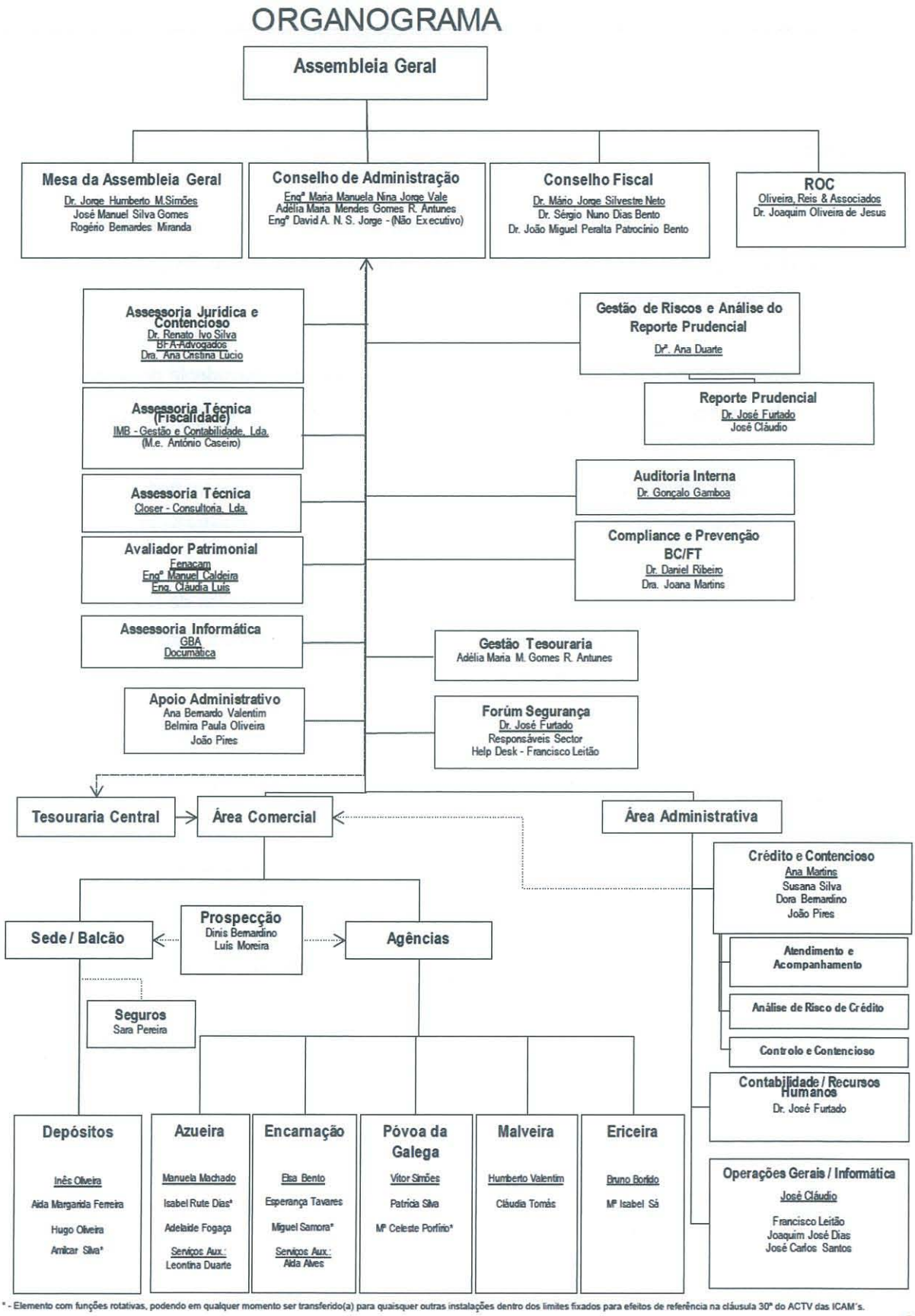
O Conselho Fiscal

Dr. Mário Jorge Silvestre Neto – Presidente

Dr. Sérgio Nuno Dias Bento - Secretário

Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento - Vogal

9 – ORGANOGRAMA DA CCAM DE MAFRA

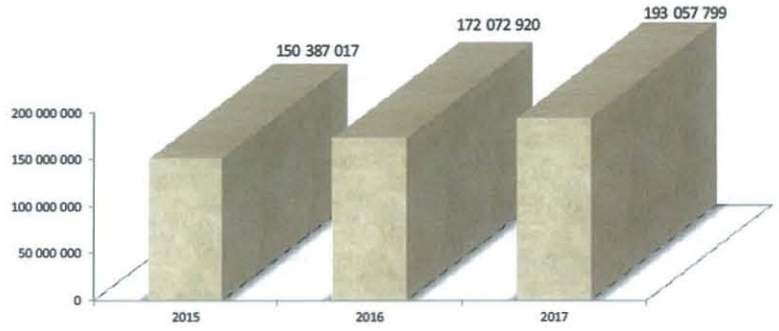


* - Elemento com funções rotativas, podendo em qualquer momento ser transferido(a) para quaisquer outras instalações dentro dos limites fixados para efeitos de referência na cláusula 30ª do ACTV das ICAM's.

ANÁLISE DE GESTÃO

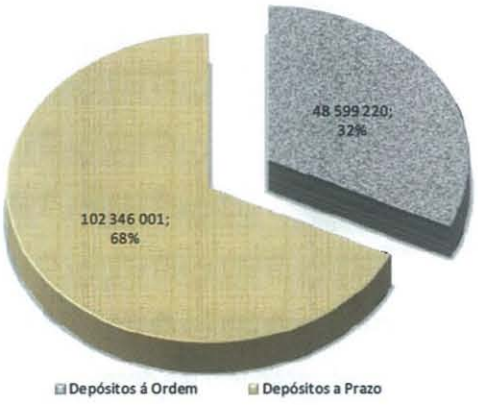
ATIVO LÍQUIDO

O ativo líquido da CCAM de Mafra é em 31 de Dezembro de 2017 de € 193.057.799, sendo que em 31 de Dezembro de 2016 era de € 172.072.920, verificando-se um aumento de 12,2% face ao exercício anterior.

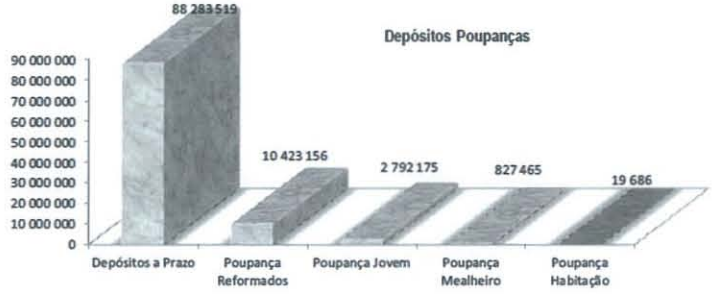


RECURSOS ALHEIOS

No ano de 2017 atingimos junto dos nossos clientes o montante de captações de € 150.945.221, observando-se um aumento de 8,79% face ao ano anterior. Nos Depósitos à Ordem ocorreu um aumento de 23,27% e nos Depósitos a Prazo de 3,04%.

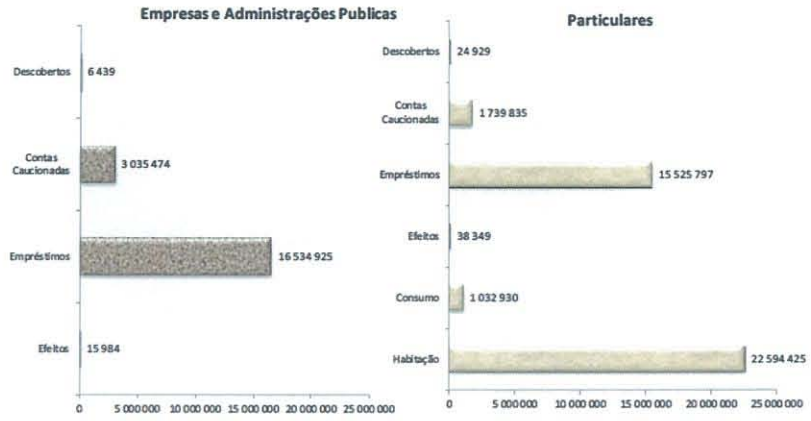


O montante de € 48.599.220 é referente aos Depósitos à Ordem e o montante de € 102.346.001 referente aos Depósitos a Prazo e a Depósitos de Poupanças, sendo que estes se decompõem da seguinte forma:

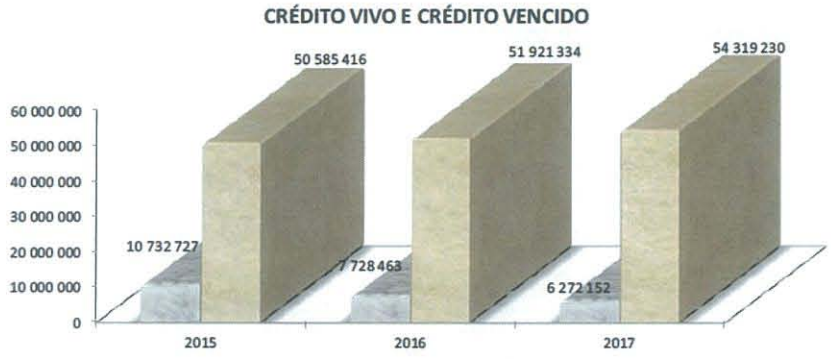


CRÉDITO CONCEDIDO

O Crédito Total sobre Clientes em 31 de Dezembro de 2017 cifra-se em € 60.591.382, tendo-se verificado um aumento de € 941.585, que se traduz num crescimento de 1,58% face ao ano anterior.



O Crédito Vencido decresceu face a 2016 em 18.84%, e o crédito vivo aumentou face a 2016 em 4,62%.

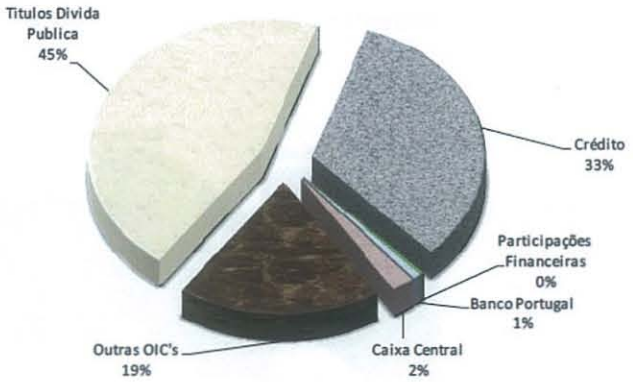


O valor das imparidades para crédito total para 2017 é de € 4.603.449, de acordo com o estipulado na carta circular nº. 2/2014 do Banco de Portugal, tendo tido um decréscimo 25,76% face a 2016.



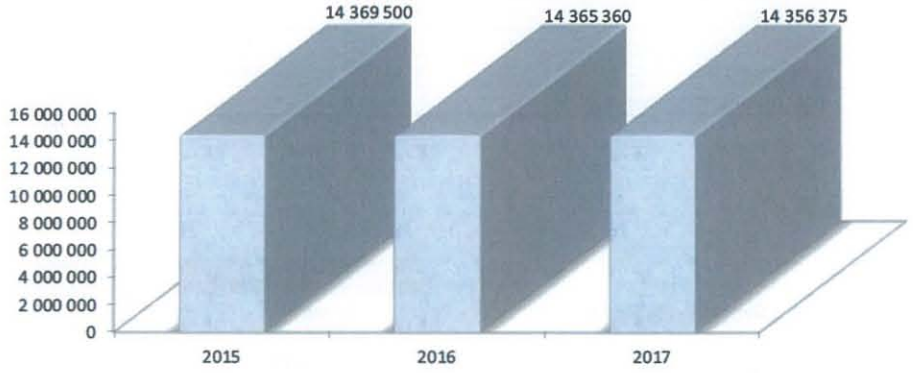
APLICAÇÕES

As Aplicações da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra no ano de 2017 atingiram o montante de € 184.930.824.



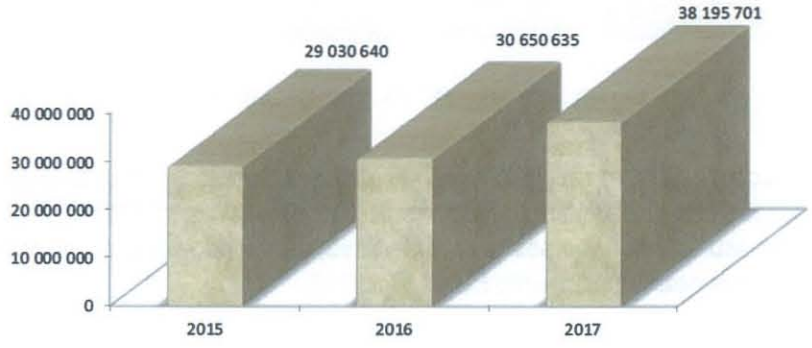
CAPITAL SUBSCRITO

O Capital subscrito da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, em 2017, atingiu o montante de € 14.356.375.



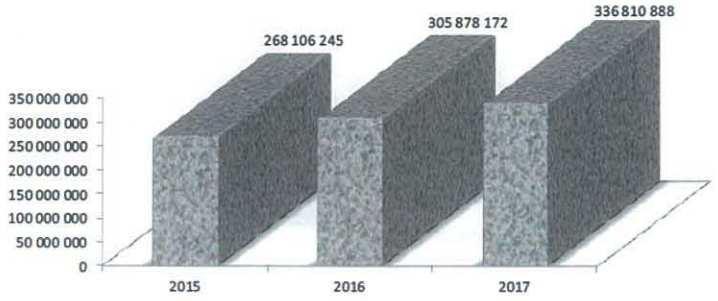
CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra apresenta um montante em 31 de Dezembro de 2017 de € 38.195.701, tendo-se verificado um aumento de € 7.545.066 face a Dezembro de 2016. Este aumento deve-se ao montante do Resultado do Exercício, e o aumento das reservas de reavaliação do justo valor.



VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócios da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra atingiu em 2017 o montante de € 336.810.888, representando um decréscimo de 18,11% face a 2016 de conforme detalhe no quadro seguinte.

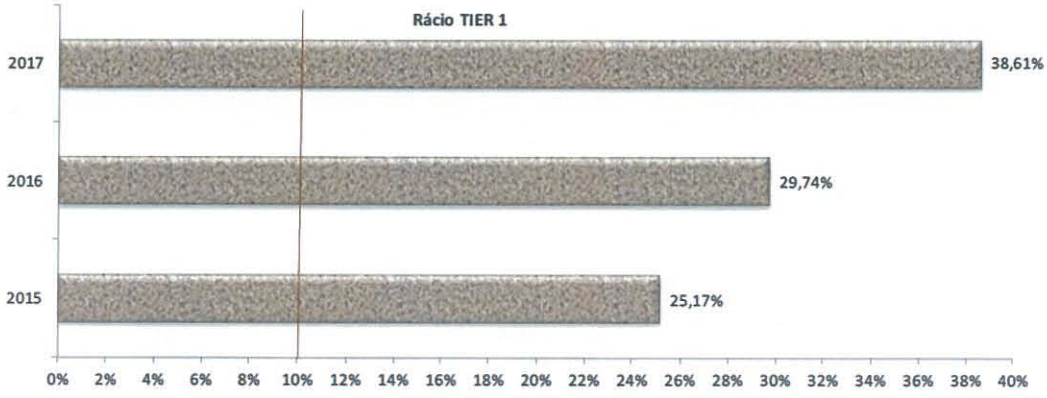


Variações do Volume de Negócios

ANOS	2017-2016	2016-2015	2015-2014
Aplicações em OIC's e Titulos Divida Publica	21 393 871	18 394 579	7 303 483
Recursos de Clientes	15 920 637	16 965 859	9 100 886
Credito Vivo	2 393 923	1 337 530	-4 290 094
Credito Vencido	-1 456 311	-3 004 264	2 487 345
Depositos de OIC's	-3 611 334	3 628 904	-3 749 068
Activos disponiveis para Venda	-3 708 070	449 319	-747 177
	30 932 716	**37 771 926**	**10 105 375**

SITUAÇÃO FINANCEIRA

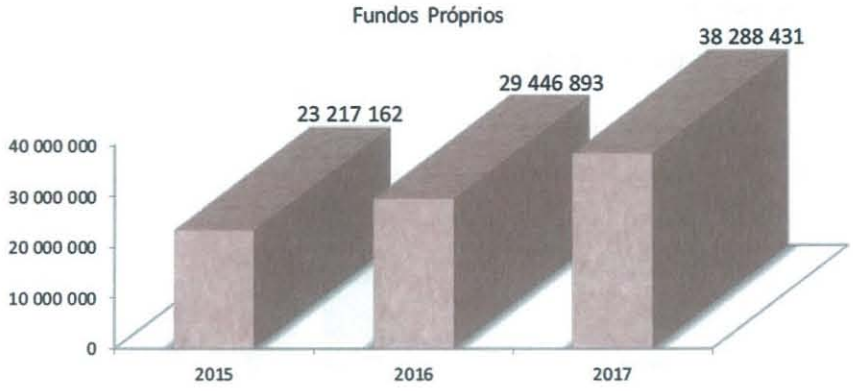
	2017	2016	2015
Fundos Próprios de Base	38 288 431	29 446 893	23 217 162
Rácio TIER 1	38,61%	29,74%	25,17%



O aumento no Rácio Core Tier 1 resulta em grande medida do efeito do Resultado do Exercício. Salienta-se ainda a aplicação das disposições transitórias previstas no Aviso nº 6/2013 do BdP, que determinou uma alteração no seu cálculo face aos anos anteriores, permitindo a aplicação faseada dos requisitos prudenciais instituídos pelo Regulamento EU nº 575/2013.

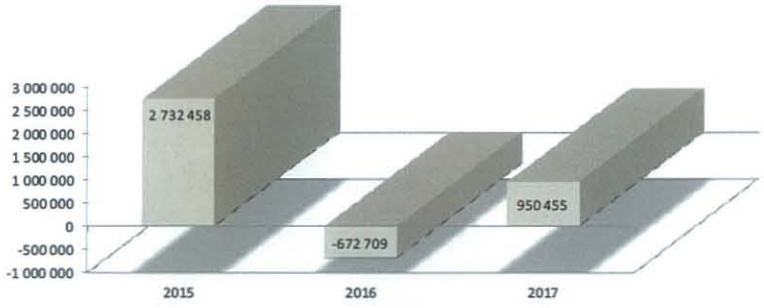
FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, em 2017, atingiram o montante de € 38.288.431 tendo aumentado € 8.841.538 face a 2016.



CASH FLOW

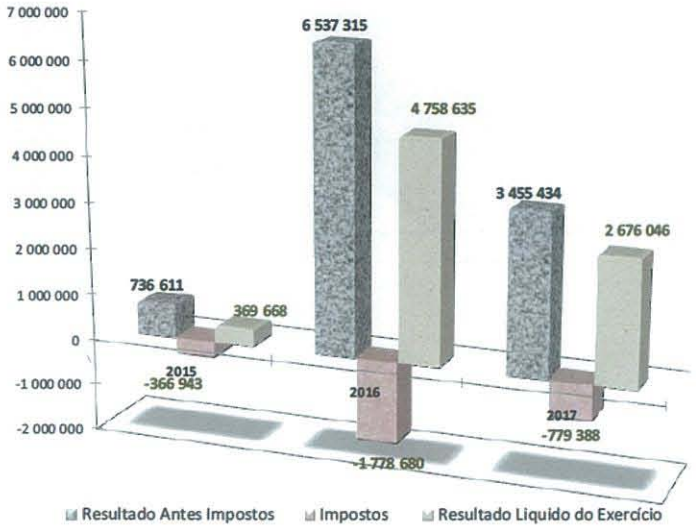
O "cash flow" cifrou-se em 31 de Dezembro de 2017 no montante de € 950.455.



Cash Flow	2017	2016	2015
Resultado Liquido	2 676 046	4 758 635	369 668
Amortizações Exercicio	421 501	379 435	374 537
Variações Provisões	-2 147 092	-5 810 779	1 988 253
	950 455	***-672 709***	***2 732 458***

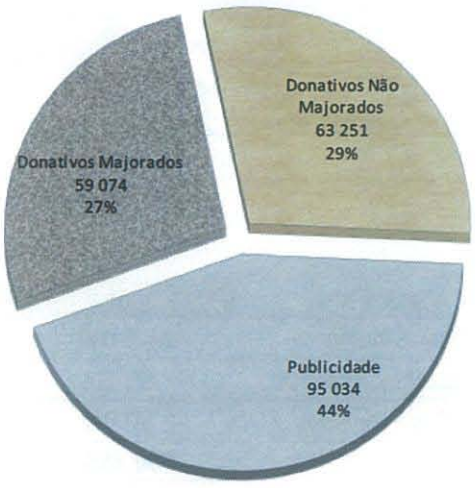
Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do exercício atingiu € 2.676.046. Este Resultado é proveniente do Resultado antes de Imposto no montante de € 3.455.434, deduzido do montante € 779.388 referente a impostos, sendo € 568.689 correspondente ao IRC de 2017 e € 59.721 correspondente à Derrama e Derrama Estadual e o montante dos impostos diferidos é de € 150.977.



Donativos / Ação Social / Publicidade

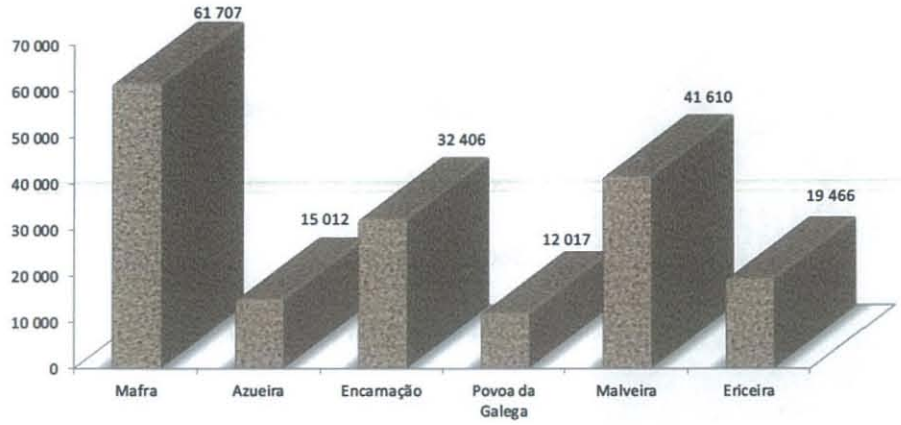
Em 2017, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra despendeu a título de donativos e publicidade a quantia de € 217.359, sendo que € 59.074 foram donativos majorados para efeitos fiscais. O seu leque de atuação centra-se no apoio às crianças e jovens sobretudo em material didático e nos lares de apoio aos idosos.



INTERMEDIAÇÃO DE SEGUROS

CA SEGUROS

A CCAM de Mafra concretizou 117,50% dos objetivos propostos pela Companhia referentes à produção nova, num montante de € 182.218, conforme gráfico detalhado abaixo, atingindo-se no global, um montante de € 1.149.551 de prémios comerciais.



CA VIDA

Em função das alterações implementadas pela Companhia, nomeadamente no que respeita à redução sistemática da rendibilidade e ainda à não renovação de alguns dos produtos de capitalização, os resultados obtidos ficaram muito aquém dos objetivos que nos propuseram.

De tal facto resultou um aumento dos recursos em Depósitos a Prazo.

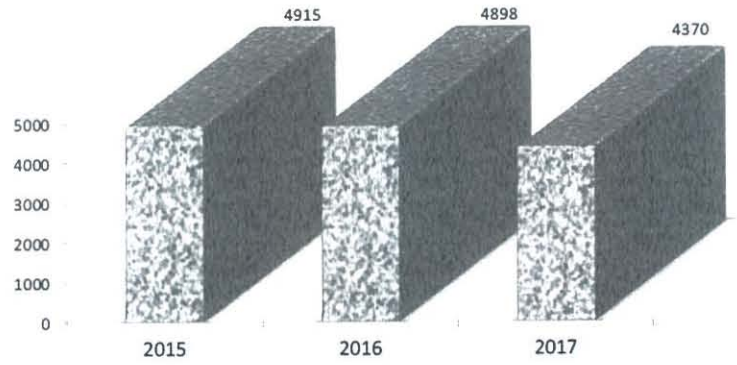




MOVIMENTAÇÃO / SITUAÇÃO DOS SÓCIOS – 2017

Sócios Existentes em 31/12/2016	**4.898**
Sócios Admitidos em 2017	0
Sócios demitidos a seu pedido	- 16
Sócios excluídos ao abrigo artº 14 dos Estatutos	- 3
Sócios falecidos *	- 509
Total Sócios em 31/12/2017	**4.370**

* - foi efetuada uma atualização à base de dados dos sócios durante o ano de 2017.



INDICADORES

147

Situação em 31 de Dezembro de 2017

De Balanço	2017	2016	Variação	%
Ativo Líquido	193 057 799	172 072 920	20 984 879	12,20%
Obrigações e Outros Títulos Rendimento Fixo	83 825 055	65 117 820	18 707 235	28,73%
Recurso de Clientes e Outras OICs	150 945 222	138 751 999	12 193 223	8,79%
Capitais Próprios	38 195 701	30 650 635	7 545 066	24,62%
Aplicações em Instituições de Crédito	37 681 444	34 998 470	2 682 974	7,67%
Créditos a Clientes Líquido de Provisões	55 987 933	53 448 658	2 539 275	4,75%
Participações Financeiras	386 964	376 134	10 830	2,88%

De Exploração	2 017,00	2 016,00	Variação	%
Margem Financeira	4 756 764,00	4 407 744,00	349 020,00	7,9%
Produto Bancário	5 046 744,00	4 444 060,00	602 684,00	13,6%
Cash Flow *	950 455,00	- 672 709,49	1 623 164,49	241,3%
Resultado Antes Imposto	3 455 434,00	6 537 315,00	- 3 081 881,00	-47,1%
Imposto S/ Lucros				
Correntes	628 411,00	169 435,00	458 976,00	270,9%
Diferidos	150 977,00	1 609 245,00	- 1 458 268,00	-90,6%
Resultado Líquido do Exercício	2 676 046,00	4 758 635,00	- 2 082 589,00	-43,8%

* -Resultado Liquido + Amortizações Exercicio + Variação provisões

Cash Flow	2017	2016	Variação	%
Resultado Liquido	2 676 046	4 758 635	-2 082 589	-43,8%
Amortizações Exercicio	421 501	379 435	42 066	11,1%
Variações Imparidades	-2 147 092	-5 810 779	-3 663 687	63,0%
	950 455	***-672 709***		

Rácios	2017	2016	Variação	%
Rácio Tier 1	38,61%	29,74%	8,9%	29,8%
Crédito e Juros Vencidos/ Crédito Total	10,35%	12,96%	-2,6%	-20,1%
Crédito Vivo Liquido de Imparidade / Crédito Total	87,12%	82,39%	4,7%	5,7%
Crédito e Juros Vencidos Liquido de Imparidade / Crédito Total	5,28%	7,22%	-1,9%	-26,8%
Nº Funcionários	35	34		
Nº Agências	6	6		

ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO DA CCAM DE MAFRA

1 - ESTRUTURA DE CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art.º 15.º um capital mínimo a subscrever e realizar integralmente na data de admissão, em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital da CCAM de Mafra corresponde a € 14.356.375, dividido em:

a) Capital por conversão de reservas: € 13.925.465;

b) Capital realizado em dinheiro: € 430.910, este montante encontra-se disperso por 4.370 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de € 1.000 (200 títulos de capital) no capital da CCAM de Mafra.

2 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DOS TÍTULOS DE CAPITAL, TAIS COMO CLÁUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE CAPITAL;

Os títulos de capital da CCAM de Mafra só são transmissíveis a outros associados se o Conselho de Administração o autorizar, conforme o descrito no nº 3 do art. 9º dos Estatutos da CCAM de Mafra.

3 - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DA CCAM DE MAFRA;

Não existem participações qualificadas.

4 - IDENTIFICAÇÃO DE DETENTORES DO CAPITAL TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS E DESCRIÇÃO DESSES DIREITOS;

Não existem direitos especiais atribuídos a detentores de títulos de capital.

5 - MECANISMOS DE CONTROLO PREVISTOS NUM EVENTUAL SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL NA MEDIDA EM QUE OS DIREITOS DE VOTO NÃO SEJAM EXERCIDOS DIRETAMENTE POR ESTES;

Não existe nenhum mecanismo de controlo, nem um eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital.

6 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PERCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL;

Conforme disposto no art. 27º dos Estatutos da CCAM de Mafra, cada associado dispõe de um voto, qualquer que seja a sua participação no capital social.

7 - ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA CCAM DE MAFRA E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL OU DE DIREITOS DE VOTO;

Não existem acordos parassociais e as restrições em matéria de transmissão de títulos de capital, são as referidas acima.

8 - REGRAS APLICÁVEIS À NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CCAM

A Administração da CCAM de Mafra é estruturada segundo as modalidades previstas no Código das Sociedades Comerciais, tendo optado por Conselho de Administração (composto por 3 (Três) elementos) eleito na Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 2015.

A alteração dos estatutos da CCAM de Mafra está prevista nos artigos 23º e 24º dos Estatutos desta.

9 - PODERES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Sem prejuízo da competência da Assembleia Geral, a composição e as competências do órgão de Administração da CCAM de Mafra são as previstas no CSC para as sociedades anónimas, com as devidas adaptações e considerando ainda o estipulado no RJCAM e nos Estatutos da CCAM de Mafra.

10 - ACORDOS SIGNIFICATIVOS DE QUE A CCAM SEJA PARTE E QUE ENTREM EM VIGOR, SEJAM ALTERADOS OU CESSEM EM CASO DE MUDANÇA DE CONTROLO DA CCAM, BEM COMO OS EFEITOS RESPETIVOS, SALVO SE, PELA SUA NATUREZA, A DIVULGAÇÃO DOS MESMOS FOR SERIAMENTE PREJUDICIAL PARA A CCAM, EXCETO SE A CCAM FOR ESPECIFICAMENTE OBRIGADA A DIVULGAR ESSAS INFORMAÇÕES POR FORÇA DE OUTROS IMPERATIVOS LEGAIS;

Não aplicável.

11 - ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU TRABALHADORES QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE PEDIDO DE DEMISSÃO DO TRABALHADOR, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO;

Não aplicável.

12 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA CCAM RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

O sistema de Controlo Interno implementado na CCAM de Mafra abrange todas as áreas funcionais da Instituição, baseando-se primordialmente na interação das várias unidades de estrutura, nomeadamente o Conselho de Administração, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Compliance, cujas competências e funções estão devidamente identificadas no Relatório de Controlo Interno que foi remetido ao Banco de Portugal em Junho de 2017, com referência ao período de 1 de Junho de 2016 a 31 de Maio de 2017.

Para a elaboração do referido relatório foram presentes os relatórios de Gestão de Riscos, de Auditoria Interna, de Compliance e de Segurança, os quais são elementos cruciais, associados à divulgação de informação financeira.

O processo de divulgação de informação financeira assenta no respeito pelas exigências da entidade de supervisão (BdP), quer quanto a prazos quer quanto à qualidade da informação financeira. Periodicamente são remetidos os

reportes à entidade de supervisão, no período de encerramento do exercício são preparadas as demonstrações financeiras e os documentos de prestação de contas e disponibilizados nas instalações da CCAM de Mafra e no sítio da Internet.

13- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM SE ENCONTRE SUJEITA POR FORÇA DE DISPOSIÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA;

Não aplicável.

14- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM VOLUNTARIAMENTE SE SUJEITE, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA

Não aplicável.

15- LOCAL ONDE SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS AO PÚBLICO OS TEXTOS DOS CÓDIGOS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AOS QUAIS A CCAM DE MAFRA SE ENCONTRE SUJEITA NOS TERMOS DOS PONTOS ANTERIORES;

Não obstante a CCAM de Mafra não ter acolhido nenhum código de governo das sociedades, respeita, neste contexto, alguns normativos, designadamente:

- Estatutos da CCAM de Mafra, disponíveis nas instalações da CCAM de Mafra;

- Disciplina de Mercado, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra;

- Código de Conduta, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra.

16 - COMPOSIÇÃO E DESCRIÇÃO DO MODO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CCAM, BEM COMO DAS COMISSÕES QUE SEJAM CRIADAS NO SEU SEIO.

Os órgãos sociais da CCAM de Mafra incluem:

i) o órgão de Administração, o Conselho de Administração (compostos por um mínimo de 3 (Três) elementos), reunindo com frequência Bissemanal e emitindo ata correspondente;

ii) os órgãos de Fiscalização, o Conselho Fiscal (composto por 3 (Três) elementos), reunindo com periodicidade mínima trimestral e com um mínimo de doze reuniões anuais e emite atas correspondentes e o Revisor Oficial de Contas (ROC ou SROC), que efetua os trabalhos conducentes à emissão da Certificação Legal das Contas da CCAM de Mafra.

17 - O RELATÓRIO DETALHADO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO NÃO PODE CONTER REMISSÕES, EXCETO PARA O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO.

Não foram feitas quaisquer remissões.

PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2017, no montante de € 2.676.046 tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal i)	**€**	**535 209**
Resultados Transitados	**€**	**10 609**
Reserva Especial Para Reinvestimento	**€**	**50 000**
(Decreto-Lei N.º162/2014, de 31 de Outubro)		
Reserva Alteração NIC - NCA ii)	**€**	**286 196**
Reserva Form. E. Cooperativa iii)	**€**	**26 760**
Reserva para Mutualismo iv)	**€**	**26 760**
Reserva Especial v)	**€**	**1 740 512**
TOTAL		**2 676 046**

i) – conforme art. 33º alínea a) dos Estatutos da CCAM de Mafra e art. 69º do Código Cooperativo;

ii) – conforme art. 4º do Aviso Nº 5/2015 do Banco de Portugal;

iii) – conforme art. 33º alínea d) dos Estatutos da CCAM de Mafra e art. 70º do Código Cooperativo;

iv) – conforme art. 33º alínea b) dos Estatutos da CCAM de Mafra;

v) – conforme art. 33º alínea c) dos Estatutos da CCAM de Mafra.

Após aprovação pela Assembleia Geral da proposta de aplicação do Resultado, os Capitais Próprios da Caixa Agrícola de Mafra passam a apresentar a seguinte situação:

Capital	**€**	**14 356 735**
Reserva Legal	**€**	**10 921 289**
Reserva de Reavaliação	**€**	**7 314 749**
Reserva Especial	**€**	**6 187 492**
Reserva Especial Para Reinvestimento	**€**	**479 450**
Reserva Alteração NIC - NCA		**286 196**
Reserva Form. E. Cooperativa	**€**	**30 252**
Reserva para Mutualismo	**€**	**30 252**
TOTAL		**39 606 414**

Considerações Finais

Continuámos a honrar o compromisso de uma gestão rigorosa, profissional, atenta e cuidada, garantindo em absoluto a segurança dos valores que nos foram confiados.

Mantivemos a aposta na formação e tecnologia, mantendo a dinamização da nossa atividade e do grupo profissional.

Mais uma vez foi demonstrada a credibilidade que merecemos dos nossos associados e clientes, num clima de turbulência que envolve algumas das instituições bancárias a atuar no mercado nacional.
Atentos à realidade do concelho, que continua a merecer-nos a atenção devida, exercemos com alguma prodigalidade o Mecenato sociocultural, como já descrito, contudo mantivemos uma análise profícua, de forma a mantermos a abrangência no universo de um aumento significativo de solicitações. Respondemos às mesmas de forma mais rigorosa e seletiva, definindo prioridades.

Aos associados, clientes e a todas as Entidades com que nos relacionámos, prestamos o nosso reconhecimento pela confiança que lhes merecemos, aos Órgãos Sociais desta Instituição agradecemos pela colaboração prestada e aos colaboradores realçamos o empenho e dedicação demonstrados, fatores relevantes para os resultados obtidos.

Manifestamos um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Ferreira Dias, Presidente da Direção e Conselho de Administração desta CCAM por um período superior a três décadas, a quem prestamos a digna homenagem e especial reconhecimento pela participação ativa e de grande relevo e a quem se deve, em grande parte, o crescimento e a credibilidade atingida por esta Instituição, "*reconhecidamente um histórico protagonista do Crédito Agrícola*", também tendo sido membro integrante de várias entidades do Crédito Agrícola.

Um voto de pesar aos restantes associados e clientes falecidos.

Conscientes de ter honrado os compromissos assumidos, apresenta o Conselho de Administração à Assembleia Geral o presente Relatório e Contas do Exercício de 2017, solicitando a sua aprovação.

Mafra, aos 06 de março de 2018

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge



NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.
Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – NCA'S

NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra (adiante designada por CCAM) foi constituída em 4 de Abril de 1957, é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica todas as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei nº 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo também obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados (nos termos do nº 2 do art.º 28º do RJCAM) e para a concessão de crédito para fins não agrícolas (nos termos do nº 6 do art.º 36º-A do RJCAM), nos limites e condições previstos no Aviso nº 6/99 e na Instrução nº 31/1999, do Banco de Portugal.

Volvidos mais de 20 anos sobre a aprovação do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola Mútuo, e pela experiência entretanto adquirida, bem como a evolução do sistema financeiro e, em particular, das caixas de crédito agrícola mútuo, era já manifesta a necessidade de uma revisão, pelo que no decurso do exercício de 2009, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 142/2009, de 16 de Junho.

Este Diploma visa adaptar o modelo de governação das caixas de crédito agrícola às estruturas previstas no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo das competências da Assembleia Geral que caracterizam o modelo cooperativo, ao mesmo tempo que autoriza um alargamento da respetiva base de associados, e da realização de operações de crédito com não associados ou com finalidades de âmbito não agrícola.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A) Bases de Apresentação

Para períodos até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras da CCAM, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário ("PCSB") e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso nº1/2005, de 21 de Fevereiro, em consequência, para as matérias reguladas no Aviso nº1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

Com a publicação do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, foram revogados os Avisos do Banco de Portugal n.º 3/ 1995 e n.º 1/2005 que regulamentavam a constituição de provisões por parte das instituições de crédito e das sociedades financeiras, com as seguintes finalidades:

i) risco específico de crédito,

ii) riscos gerais de crédito,

iii) encargos com pensões de reforma e sobrevivência,

iv) menos-valias de títulos e imobilizações financeiras,

v) menos-valias de outras aplicações e

vi) risco país.

Foi solicitado por esta CCAM de Mafra um prazo de implementação desta nova obrigação, ao abrigo do nº 3 do Aviso nº 5/2015, até 31 de Dezembro de 2016, o qual foi concedido pelo Banco de Portugal, pelo que até àquela data, as demonstrações financeiras foram efetuadas de acordo com as normas de contabilidade anteriormente aplicáveis (NCA).

A entrada em vigor do referido Aviso nº 5/2015 que no caso da CCAM de Mafra foi em 1 de janeiro de 2017, impôs aos Bancos a necessidade de elaborarem as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) substituindo as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Com a alteração resultante da revogação das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e a preparação, a partir de 1 de janeiro de 2017, das demonstrações financeiras de acordo com as Normas internacionais de Contabilidade (NIC), em conformidade com o previsto no IFRS 1, as demonstrações financeiras do exercício de 2016, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente elaboradas em conformidade com as NIC.

Esta alteração teve especial impacto ao nível da reclassificação das provisões para riscos gerais de crédito que em NCA se encontravam contabilizadas no passivo na rubrica de "Provisões" para a rubrica do ativo de "Imparidade".

Conforme referido, no ambito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 5/2015 de 20 de dezembro, do Banco de Portugal, as

demonstrações financeiras da CCAM de Mafra passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("NIC"), em 01 de Janeiro de 2017.

As Normas Internacionais de Contabilidade traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor. Os somatórios apresentados nas demonstrações financeiras e respetivas notas poderão apresentar pequenas divergências resultantes de arredondamento à unidade.

IFRS Divulgações - Novas normas a 1 de janeiro de 2017

A - Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017:

Normas

IAS I (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

IAS I6 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos'.

Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis.'

Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41- Agricultura para o âmbito da IAS 16 -Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41- Agricultura.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos -Contribuições dos empregados'.

A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'.

Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

Alterações às IFRS 10, I2 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'.

Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento".

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'.

Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 - concentrações de atividades empresariais.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

Melhorias às normas 2010 -2012. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos:

IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS I3, IAS I6 e 38 e IAS 24.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

Melhorias às normas 2012 -2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos:

IFRS 5, IFRS 7, IAS I 9 e IAS 34.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

B - Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que a união Europeia já endossou:

IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros'

(a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente:

(i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros;

(ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada);

(iii) (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

A CCAM de Mafra encontra-se a finalizar o apuramento do impacto da adoção desta norma, sendo previsível um acréscimo do montante de imparidades em cerca de € 12.000,00 tendo em conta as alterações de critérios de acordo com a IFRS 9 e a Carta-Circular do Banco de Portugal nº CC/2018/00000006 de 2018/01/24.

IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes'

(a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas".

Não é expectável que a adoção desta norma venha a ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

As reconciliações entre as principais rubricas das demonstrações financeiras do exercício de 2016 efetuadas em base NCA e as efetuadas tendo por base as NIC, decorrentes da aplicação do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, apresenta-se como segue:

a) Reconciliação entre o balanço em 31 de Dezembro de 2016 NIC e NCA

	NIC	Oscilações	NCA
	31/12/2016		31/12/2016
	Valor liquído		Valor liquído
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 578 613	0	2 578 613
Disponibilidades em outras instituições de crédito	628 746	0	628 746
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	48	0	48
Ativos financeiros disponíveis para venda	65 493 954	0	65 493 954
Aplicações em Instituições de Crédito	34 998 470	0	34 998 470
Crédito a Clientes	53 448 658	107 519	53 556 177
Ativos não correntes detidos para venda	5 617 057	0	5 617 057
Outros ativos tangíveis	6 386 000	0	6 386 000
Ativos Intangíveis	19 352	0	19 352
Investimentos em filiais, assso e empreendimentos conjuntos	1 250	0	1 250
Ativos por impostos correntes	544 601	0	544 601
Activos por impostos diferidos	1 865 311	0	1 865 311
Outros Ativos	490 860	0	490 860
Total do Ativo	**172 072 920**	**107 519**	**172 180 440**
Rubricas Extrapatrimoniais			
Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	802 961	0	802 961
Dos quais:		0	
[Garantias e Avales]	802 961	0	802 961
[Outros]		0	
Compromissos Irrevogaveis	6 399 050	0	6 399 050

	NIC	Oscilações	NCA
	31/12/2016		31/12/2016
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	3 631 302	0	3 631 302
Recursos de clientes e outros empréstimos	135 120 696	0	135 120 696
Provisões	64 572	393 715	458 287
Passivos por impostos diferidos	611 886	0	611 886
Outros passivos	1 993 828	0	1 993 828
Total do Passivo	141 422 285	393 715	141 816 000
Capital			
Capital	14 365 360	0	14 365 360
Reservas de reavaliação	729 587	0	729 587
Outras reservas e resultados transitados	10 797 054	0	10 797 054
Resultado do exercício	4 758 635	-286 196	4 472 439
Total dos Capitais Próprios	30 650 635	-286 196	30 364 440
Total do Passivo e dos Capitais Próprios	**172 072 920**	**107 520**	**172 180 440**

b) Reconciliação entre a Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2016 NIC e NCA

Demonstração de Resultados Individuais Comparativos do Exercício 2016 NCA e 2016 NIC

	31/12/2016 NIC	Variação	31/12/2016 NCA
Juros e rendimentos similares	4 926 258	-84 034	5 010 292
Juros e encargos similares	518 513	0	518 513
Margem Financeira	**4 407 744**	**-84 034**	**4 491 778**
Rendimentos de instrumentos de capital	55 977	0	55 977
Rendimentos de serviços e comissões	1 178 541	84 034	1 094 507
Encargos com serviços e comissões	-613 125	0	-613 125
Comissões Líquidas	*565 416*	*28 057*	*537 359*
Resultados de alienação de outros activos	12 783	0	12 783
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	-141 401	0	-141 401
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	1 924	0	1 924
Resultados em Operações Financeiras	*-126 694*	*0*	*-126 694*
Outros resultados de exploração	-458 384	0	-458 384
Rendimentos e Encargos Operacionais	*-458 384*	*0*	*-458 384*
Produto Bancário	**4 444 060**	**0**	**4 444 060**
Custos com pessoal	-1 945 375	0	-1 945 375
Gastos gerais administrativos	-1 392 714	0	-1 392 714
Amortizações do exercício	-379 435	0	-379 435
Custos de Estrutura	*-3 717 525*	*0*	*-3 717 525*
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	4 741 238	286 196	4 455 043
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	1 069 541	0	1 069 541
Resultado Antes de Impostos	**6 537 315**	**286 196**	**6 251 119**
Impostos		0	
Correntes	169 435	0	169 435
Diferidos	1 609 245	0	1 609 245
Resultado Após Impostos	**4 758 635**	**286 196**	**4 472 439**
Do qual: Resultado após Impostos de operações descontinuadas		0	
Resultado Líquido do Exercício	**4 758 635**	**286 196**	**4 472 439**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2016 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras a 2017, com os referidos ajustes conforme detalhe acima, sendo que no Balanço o ajustamento respeita à introdução do Aviso 5/2005 do BdP, no que se refere à constituição de Imparidades o que originou um acréscimo nas Reservas do valor excedente face às provisões constituídas, de acordo com Aviso nº 5 do BdP artº 4 nº 1 "...As entidades que registem ajustamentos positivos no capital próprio, com referência ao início do primeiro exercício em que preparam as suas demonstrações financeiras nos termos do disposto no artigo 2.º deste Aviso, devem proceder à sua retenção, como forma de reforço dos respetivos fundos próprios....".

Na Demonstração de Resultados o impacto reflete-se no apuramento da margem financeira para o qual apenas contribui os juros recebidos/pagos.

Pelo que passamos a apresentar as Demonstrações reajustadas às NIC.

	Notas	31-12-2017			Reexpresso 31/12/2016
		Valor antes de imparidade, provisões e amortizações	Imparidade, provisões e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11	3 673 690	0	3 673 690	2 578 613
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12	1 225 080	0	1 225 080	628 746
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	13	208	0	208	48
Ativos financeiros disponíveis para venda	14	85 129 248	917 229	84 212 019	65 493 954
Aplicações em Instituições de Crédito	15	37 681 444	0	37 681 444	34 998 470
Crédito a Clientes	16	60 591 382	4 603 449	55 987 933	53 448 658
Ativos não correntes detidos para venda	17	3 625 327	1 145 249	2 480 078	5 617 057
Outros ativos tangíveis	18	12 122 852	5 948 157	6 174 695	6 386 000
Ativos Intangíveis	19	265 416	257 729	7 688	19 352
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	20	1 250	0	1 250	1 250
Ativos por impostos correntes	36	0	0	0	544 601
Activos por impostos diferidos	33	1 244 557	0	1 244 557	1 865 311
Outros Ativos	21	369 158	0	369 158	490 860
Total do Ativo				**193 057 799**	**172 072 920**
Rubricas Extrapatrimoniais					
Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	29			732 252	802 961
Dos quais:					
[Garantias e Avales]	29			732 252	802 961
[Outros]					
Compromissos Irrevogaveis	29			6 130 054	6 399 050

	Notas	31/12/17	Reexpresso 31/12/2016
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	**22**	18 508	3 631 302
Recursos de clientes e outros empréstimos	**23**	150 926 714	135 120 696
Provisões	**24**	34 147	64 572
Passivos por impostos correntes	**36**	543 599	0
Passivos por impostos diferidos	**33**	1 833 234	611 886
Outros passivos	**25**	1 505 897	1 993 828
Total do Passivo		154 862 098	141 422 285
Capital			
Capital	**26**	14 356 375	14 365 360
Reservas de reavaliação	**27**	5 596 983	729 587
Outras reservas e resultados transitados	**28**	15 566 297	10 797 054
Resultado do exercício		2 676 046	4 758 635
Total dos Capitais Próprios		38 195 701	30 650 635
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		**193 057 799**	**172 072 920**

Contabilista Certificado — **O Conselho de Administração**

Drª Ana Sofia Reis Duarte — Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria Mendes Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge

60 ANOS 1957 - 2017

Demonstração de Resultados Individuais Para o Exercício de 2017 e 2016

	Notas	31-12-2017	31-12-2016 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	2	4 925 422	4 926 258
Juros e encargos similares	2	168 658	518 513
Margem Financeira	2	**4 756 764**	**4 407 744**
Rendimentos de instrumentos de capital	3	43 439	55 977
Rendimentos de serviços e comissões	4	1 117 228	1 178 541
Encargos com serviços e comissões	4	-747 040	-613 125
Comissões Líquidas		*370 188*	*565 416*
Resultados de alienação de outros activos	5	55 247	12 783
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	6	46 807	-141 401
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	7	1 446	1 924
Resultados em Operações Financeiras		*103 500*	*-126 694*
Outros resultados de exploração	8	-227 146	-458 384
Rendimentos e Encargos Operacionais		*-227 146*	*-458 384*
Produto Bancário		**5 046 744**	**4 444 060**
Custos com pessoal	9	-1 945 057	-1 945 375
Gastos gerais administrativos	10	-1 371 846	-1 392 714
Amortizações do exercício		-421 501	-379 435
Custos de Estrutura		*-3 738 403*	*-3 717 525*
Provisões líquidas de reposições e anulações	30	30 424	
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	31	1 597 692	4 741 238
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	32	518 976	1 069 541
Resultado Antes de Impostos		**3 455 434**	**6 537 315**
Impostos			
Correntes	36	628 411	169 435
Diferidos	33	150 977	1 609 245
Resultado Após Impostos		**2 676 046**	**4 758 635**
Do qual: Resultado após Impostos de operações descontinuadas			
Resultado Líquido do Exercício		**2 676 046**	**4 758 635**

Contabilista Certificado

Drª Ana Sofia Reis Duarte

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria Mendes Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge

Demonstração deFluxos de Caixa (Contas Individuais)

31 de Dezembro de 2017

	Ano 31/12/2017	Ano Anterior 31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de juros e comissões	6 042 649	6 104 799
Pagamento de Juros e Comissões	-915 698	-1 131 639
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-3 316 902	-3 338 089
Recebimento / (Pagamento) de imposto sobre o rendimer	-628 411	-169 435
Outros recebimentos / (Pagamentos) relativos à actividade	-225 700	-456 459
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	955 939	1 009 176
(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais		
Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos	160	48
Ativos disponiveis para venda	12 195 562	17 582 325
Aplicações em instituições de Crédito	2 682 974	3 831 693
Crédito a clientes	2 539 276	-1 837 192
Ativos não correntes detidos para venda	-3 711 100	278 218
Outros Ativos	-1 135 184	1 994 229
	12 571 688	21 849 321
(Aumentos) / Diminuições de passivos operacionais		
Recursos de outras instituições de Crédito	-3 612 795	3 630 364
Recursos de clientes e outros empréstimos	15 806 017	16 810 931
Outros passivos	1 277 913	982 415
	13 471 136	21 423 710
Caixa líquida das actividades operacionais	**1 855 386**	**583 565**
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variação de ativos tangiveis e intangiveis	198 429	445 361
Recebimento de dividendos	-43 439	-55 977
Caixa líquida de actividades de investimento	**154 990**	**389 384**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Diminuição de capital	-8 985	-4 140
Caixa líquida de actividades de financiamento	**-8 985**	**-4 140**
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	1 691 411	190 041
Caixa e seus equivalentes no inicio do exercício	3 207 359	3 017 317
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**4 898 770**	**3 207 359**

CONTABILISTCA CERTIFICADO

Dra. Ana Sofia Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Engª. Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria M. Gomes Rodrigues Antunes

Engº David Alexandre Neves da Silva Jorge

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2017	Reexpresso 31-12-2016
Resultado Individual	2 676 046	4 472 439
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	6 635 608	-3 935 598
Reservas por impostos diferidos	-1 692 080	879 151
Reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Impacto fiscal	-	-
Alteração de Normativo	286 196	-
Outros movimentos	10 609	-24 474
Total outro rendimento integral do exercício	5 240 332	-3 080 921
Rendimento integral individual	**7 916 378**	**1 391 518**

Contabilista Certificado

Dra. Ana Sofia Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Engª. Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria M. Gomes Rodrigues Antunes

Engº David Alexandre Neves da Silva Jorge

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Dezembro DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Prémios de Emissão	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e resultados transitados			Resultado do exercício	Total
				Outras Reservas	Resultados transitados	Total		
Saldos em 01 de Janeiro de 2016 - Reexpresso	**14 369 500**	**0**	**3 839 612**	**10 480 169**	**-28 309**	**10 451 860**	**369 668**	**29 030 640**
Aplicação de resultados do exercício de 2015								
Transferência para reservas	-	-	-	341 359	28 309	369 668	-369 668	0
Incorporação em Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	1 000	-	-	-	-	-	-	1 000
Pedidos de exoneração	-5 140	-	-	-	-	-	-	-5 140
Reembolsos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponiveis para venda	-	-	-3 055 490	-	-	-	-	-3 055 490
Reservas por Impostos Diferidos	-	-	-54 536	-	-	-	-	-54 536
Reservas para Formação e Educação Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas para Mutualismo	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para reforço de beneficios	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças resultantes da alteração de politicas contabilisticas								
Responsabilidades com pensões	-	-	-	-	-35 115	-35 115	-	-35 115
Encargos com saúde	-	-	-	-	10 641	10 641	-	10 641
Resultado liquido de exercicio	-	-	-	-			4 758 635	4 758 635
Saldos em 31 de Dezembro de 2016 - Reexpresso	**14 365 360**	**0**	**729 586**	**10 821 528 0**	**-24 474 0**	**10 797 054**	**4 758 635**	**30 650 635**
Aplicação de resultados do exercicio de 2016								
Transferência para reservas	-	-	-	4 447 965	24 474	4 472 439	4 758 635	-
Incorporação em Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedidos de exoneração	-8 985	-	-	-	-	-	-	-8 985
Reembolsos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponiveis para venda	-	-	6 665 784	-	-	-	-	6 665 784
Reservas por Impostos Diferidos	-	-	-1 798 387	-	-	-	-	-1 798 387
Reservas para Formação e Educação Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas para Mutualismo	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para reforço de beneficios	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças resultantes da alteração de politicas contabilisticas								-
Responsabilidades com pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos com saúde	-	-	-	-	10 609	10 609	-	10 609
Alteração politicas NIC					286 196	286 196	-	-
Resultado liquido de exercicio a 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	2 676 046	2 676 046
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**14 356 375**	**0**	**5 596 983**	**15 269 493**	**296 805**	**15 566 298**	**2 676 046**	**38 195 701**

Contabilista Certificado

Dra. Ana Sofia Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Engª. Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria Mendes Gomes Rodrigues Antunes

Engº David Alexandre Neves da Silva Jorge

C) Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

C.1 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo,
- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da CCAM de Mafra ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

C.2 - CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito).

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A CCAM de Mafra classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

A CCAM de Mafra procede ao abate de créditos ao ativo (write-offs) de acordo com o definido no normativo desta CCAM sobre a Imparidade. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito por liquidação dos mesmos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAM de Mafra, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associado prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações registados em resultados ao longo da sua vida.

C.3 - IMPARIDADE PARA CRÉDITO

"As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB - "*International Accounting Standards Board*" têm como propósito:

(i) desenvolver normas contabilísticas com elevada qualidade, compreensíveis e suscetíveis de serem impostas, que exijam informação transparente e comparável nas Demonstrações Financeiras, para ajudar os participantes nos mercados de capitais e outros utilizadores na tomada de decisões económicas;

(ii) promover a utilização rigorosa das normas; e

(iii) fazer convergir as normas locais com as IAS/IFRS.

A imparidade encontra-se regulamentada na IAS 39 - "Reconhecimento e Mensuração de Ativos Financeiros", a qual define o custo amortizado de um ativo financeiro (por exemplo, crédito a clientes) como a quantia pela qual este é mensurado no reconhecimento inicial,

(i) menos os reembolsos de capital,

(ii) mais ou menos a amortização cumulativa - usando o método da taxa de juro efetiva -, de qualquer diferença entre o montante original e o valor a receber na maturidade, e

(iii) subtraído ainda de qualquer redução de imparidade ou incobrabilidade.

Especificamente, a IAS 39 detalha os seguintes conceitos:

- Perda por imparidade;

- Identificação e definição de indícios (coletivos e individuais);

A imparidade preconiza o apuramento das perdas incorridas à data de balanço para os ativos financeiros, baseando-se na definição de metodologias de cálculo próprias, ajustadas aos dados históricos e às características do portfólio de cada instituição financeira. Pelo menos em cada data do reporte financeiro,

deve-se avaliar a existência de evidência objetiva de que um ativo financeiro (ou um grupo de ativos) se encontra em imparidade.

A Caixa avalia mensalmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração e dos Auditores Externos, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

O processo de cálculo de imparidade de crédito descrito de seguida reflete os princípios gerais definidos pela IAS 39, e, complementarmente, pelas orientações dispostas pelo Banco de Portugal na Carta circular n.º 2/2014, tendo a metodologia adotada pela CCAM de Mafra, na definição do modelo interno de cálculo de imparidade para a carteira de crédito, por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade;
3. Cálculo da perda por imparidade.

As exposições a clientes são subdivididas em três grupos: créditos sem imparidade, créditos com indícios de imparidade e créditos em default (incumprimento), sendo os fatores que os distinguem, a evidência de indicio de imparidade ou de default.

Posteriormente, o apuramento da imparidade segue duas metodologias de cálculo:

- imparidade individual e imparidade coletiva, de acordo com as regras do normativo Interno da CCAM de Mafra.

C.4 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;

- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e

- Participações em outras empresas, que não sejam filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

(i) a CCAM de Mafra tem intenção de manter por tempo indeterminado,

(ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial, ou

(iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) em capitais próprios.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

(i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e

(ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

C.5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior a três meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

Os Outros passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados

(i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e

(ii) subsequentemente ao custo amortizado.

C.6 – Outros Passivos Financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

C.7 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

De acordo com o Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, os outros ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verifiquem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas depreciações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

	Número de anos
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	3 a 8
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

C.8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 8 anos (investimentos em software).

C.9 – APLICAÇÕES POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como imparidade por contrapartida de resultados do exercício. As mais-valias apenas são reconhecidas em resultados do exercício, no momento da alienação do mesmo.

C.10 – Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base numa taxa de juro que reflete as perdas por imparidade.

C.11- Responsabilidade com Pensões e Outros Benefícios a Empregados

C.11.1 – Fundo de Pensões

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efetuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Coletivo de Trabalho Vertical das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo* (*ACTV*), sendo esses complementos calculados, por referência ao *ACTV*, de acordo com:

(i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
(ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
(iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A insuficiência ou excesso de dotação do Fundo de Pensões face às responsabilidades assumidas para com os funcionários da CCAM, encontra-se, consoante a respetiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Ativos.

Na sequência da adoção das normas internacionais de Contabilidade, nomeadamente passando o IAS 19 a regular os aspetos contabilístico, relativos ao reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, os pressupostos atuariais, no que se refere à tábua de mortalidade e taxa de desconto, foram alterados.

O acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da tábua de mortalidade bem como as responsabilidades com o SAMS decorrentes da introdução da IAS 19, ficaram obrigadas a ter de refletir as alterações às IAS 19 durante 2013.

C.11.2 – Prémios de Antiguidade

No termos do ACTV a CCAM de Mafra assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no ativo que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respetivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

A CCAM apresenta no seu balanço as responsabilidades máximas relativas aos prémios de antiguidade estimadas, tendo por base o histórico de permanência do seu quadro de pessoal, que a 31 de Dezembro de 2017 ascendiam ao montante de € 182.928 (€ 178.941 em 2016, € 177 882 em 2015, € 175 486 em 2014, € 158 692 em 2013, € 174 629 em 2012 e € 175.603 em 2011)

De acordo com a Carta Circular nº 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006 a CCAM reconheceu o acréscimo no exercício daquelas responsabilidades.

C.12 -Provisões

Esta rubrica inclui as provisões/imparidades constituídas para fazer face riscos específicos, nomeadamente, garantias prestadas e Linhas de crédito Irrevogáveis.

O seu reconhecimento efetua-se de acordo com a carta circular do Banco de Portugal nº 2/2014 e sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, e que seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

C.13- IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAM, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto em vigor para 2017, a taxa geral de IRC em vigor é de 21%, enquanto a taxa de derrama municipal é de 1,5%.

Adicionalmente, a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro veio alterar os escalões da derrama estadual passando a vigorar desde 2014 as seguintes taxas:

(i) 3% sobre os lucros tributáveis superiores a €1.500 milhares e até €7.500 milhares,

(ii) 5% sobre os lucros tributáveis superiores a €7.500 milhares e até €35.000 milhares, e

(iii) 7% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000 milhares.

Os impostos diferidos são calculados, sobre as diferenças temporárias entre as bases contabilísticas dos ativos e passivos e as suas bases fiscais, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Neste sentido, a 31 de dezembro de 2017, o apuramento de imposto diferidos foi efetuado a uma taxa de 25,5 % (2016:22,5%; 2015: 21%).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAM de Mafra durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda suscetíveis de revisão; no entanto, a CCAM de Mafra entende que eventuais correções não terão efeito significativo face à Demonstrações Financeiras apresentadas.

C.14 – CAPITAL

Nos termos do art. 14º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000 para CCAM fora do SICAM). Está previsto ainda um capital mínimo (i.e. até 1998.12.31 € 249, após 1998.12.31 € 498, após 16.06.2009 € 500) a subscrever em títulos de capital por cada associado.

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.17º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

C.15 - Fundo de Garantia de Depósitos

Na sequência da exoneração do *Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo* (*SICAM*) a CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*. Este foi constituído em Novembro de 1994 com o objetivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

A CCAM suportou em 2004 uma contribuição inicial de € 50.000, reconhecida como custo do exercício, anualmente é devida uma contribuição para aquele fundo.

Em 2017, a taxa contributiva de base aplicável foi de 0,0001%, fixada pela instrução do Banco de Portugal nº 21/2015, ajustada pelo fator multiplicativo estabelecido nos nºs 5 e 5-A do Aviso nº 11/94, a respetiva contribuição foi de €132, conforme indicado no quadro seguinte:

Anos	Limite Compromisso Irrevogável	Taxa Contributiva	Taxa Efectiva da CCAM	Contribuição da CCAM	Compromisso Irrevogável
2006	15%	0,030%	0,024%	24 398 €	- €
2007	15%	0,030%	0,024%	26 766 €	- €
2008	10%	0,030%	0,024%	27 562 €	2 756 €
2009	10%	0,030%	0,024%	27 572 €	2 757 €
2010	10%	0,030%	0,024%	28 430 €	2 843 €
2011	10%	0,030%	0,024%	28 824 €	- €
2012	10%	0,030%	0,024%	26 698 €	
2013	10%	0,030%	0,024%	25 358 €	
2014	0%	0,030%	0,024%	25 444 €	
2015	0%	0,005%	0,004%	4 218 €	
2016	0%	0,0001%	0,0001%	84 €	
2017	0%	0,0001%	0,0001%	132 €	

Em 31 de Dezembro de 2017, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor as seguintes Obrigações do Tesouro:

Valor do Contrato de Compromisso	Código do Titulo no Mercado (ISIN)	Descrição	Nº Titulos	Data Vencimento	Justo Valor / Valor Balanço	Identificação do Mercado	Juros Decorridos	Valor Total
2 757,00 €	PTOTEMOE0027	OT Junho 2019	3 500	14/jun/19	3 746 €	MTS	91 €	3 837 €
28 152,44 €	PTOTEYOE0007	OT Abril 2021	105 500	15/abr/21	118 899 €	MTS	2 893 €	121 792 €
2 843,00 €	PTOTEYOE0007	OT Abril 2021	5 000	15/abr/21	5 635 €	MTS	137 €	5 772 €
2 756,00 €	PTOTE5OE0007	OT Abril 2037	3 500	15/abr/37	4 176 €	MTS	102 €	4 278 €
							TOTAL	135 680 €

C.15 A) - Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de

intervenção corretiva, administração provisória e resolução. Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

A CCAM suportou em 2013 uma contribuição inicial de € 5.000, reconhecida como custo do exercício.

Em 2017 a CCAM de Mafra contribuiu para este fundo com o montante de € 3.683,98 (€ 1.883,56 em 2016, €1.174 em 2015).

C.15 B) - Fundo Único de Resolução

No âmbito da criação da União Bancária Europeia, e surgindo com um dos seus 3 pilares, o Mecanismo Único de Resolução terá como função decidir a forma como um banco em dificuldades será intervencionado, recuperado ou liquidado. Para tal, terá que ser dotado de fundos suficientes para atribuir confiança e credibilidade à União Bancária e para reforçar o carácter de independência do sector bancário face aos poderes políticos, aos Estados e aos seus contribuintes, vigorando já em Portugal, contribuições das IC para o efeito. Assim, a CCAM contribuiu em 2017 com o montante de € 1.000 (€1.000 em 2016, €1.000 em 2015).

C.16 - Especialização dos Exercícios

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações ativas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

C.17 – Operações em Moeda Estrangeira

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2017 divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

C.18 – Participações Financeiras em Empresas Filiais e Associadas

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce direta ou indiretamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é superior a 20%.

Durante o exercício de 2017, a CCAM de Mafra participou no aumento do capital da Crédito Agrícola Vida, tendo adquirido 2.166 acções.

NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2017	Reexpresso 31/12/2016
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais		141
Juros de disponibilidades e aplicações em Outras Instituições Crédito	122 025	198 377
Juros de Crédito a Clientes	2 392 122	2 479 651
Juros de Ativos Financeiros disponiveis para Venda	2 394 570	2 230 646
Outros Juros e Rendimentos Similares	16 706	17 443
	4 925 422	**4 926 258**
Juros e Encargos Similares		
Juros de encargos em Bancos Centrais	62	47
Juros de Recursos de Outras Instituições de Crédito	745	7 769
Juros de Recursos de Clientes	167 851	510 698
	168 658	**518 513**

NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016
Rendimentos de Instrumentos de Capital	43 439	55 977
	43 439	55 977

NOTA 4 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2017	Reexpresso 31/12/2016
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Por operações sobre Instrumentos Financeiros	190 102	84 034
Por serviços prestados		
Ca Seguros	250 833	299 620
Ca Vida	58 442	79 070
Outros Serviços Prestados	59 085	212 150
Outros Proveitos de Serviços e Comissões		
Caixa Central	37	42
Sibs	553 179	498 909
Unicre	3 837	3 031
Outros Ativos	1 712	1 685
	1 117 228	1 178 541
Encargos com Serviços e Comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	-269 655	-293 091
Por operações realizadas por terceiros	-338 892	-235 557
Outras Comissões Pagas	-138 492	-84 476
	-747 040	-613 125

Esta rubrica contempla as comissões recebidas da companhia seguradora a qual se encontra mais detalhada na Nota 35.

NOTA 5 – RESULTADO DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Alienação de Outros Activos		
Ganhos em Ativos Não Financeiros		
Ativos Não Correntes Detidos para Venda	240 901	79 282
Outros Ativos Tangiveis	103	8 501
Perdas em Ativos Não Financeiros		
Ativos Não Correntes Detidos para Venda	-185 756	-75 000
	55 247	12 783

TIPO	Quantidade	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR VENDA
Edificio Comercial	2	€ 165 000	€ 241 500
Habitação	34	€ 3 150 356	€ 3 602 000
Terreno Rustico	4	€ 503 000	€ 30 000
TOTAL		€ 3 818 356	€ 3 873 500

Durante o Ano de 2017 esta CCAM de Mafra, procedeu à venda de 40 imoveis tendo realizado o montante final de mais valias de cerca de €55.144, face ao valor de aquisição, esta variação também pode ser analisada na Nota 17.

NOTA 6 – RESULTADOS DE ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Rendimentos	Gastos	Total	Rendimentos	Gastos	Total
Instrumentos de Divida						
De Divida Publica						
Titulos de Divida Publica	85 555	38 748	46 807	78 937	220 338	-141 401
			46 807			-141 401

Os proveitos e custos ocorridos nesta rubrica decorrem das operações de compra e venda de títulos que ocorreram durante o presente exercício.

NOTA 7 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Rendimentos	Gastos	Total	Rendimentos	Gastos	Total
Reavaliação Cambial	1 876	430	1 446	3 234	1 310	1 924
			1 446			1 924

NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2017	31/12/2016
Outros Proveitos Operacionais		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais	419 963	173 192
	419 963	**173 192**
Outros Custos Operacionais		
Impostos Directos e Indirectos	36 460	51 600
Quotizações e Donativos	125 551	142 243
Contribuições para o FGD e FR	4 816	2 968
Outros Encargos e Gastos Operacionais		
Falha na Gestão e Execução de Procedimentos	351 803	291 304
Desastres e Outros Sinistros	-	1 532
Outros Encargos	128 480	141 929
	647 109	**631 576**
	-227 146	-458 384

NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2017	31/12/2016
Vencimentos e Salários		
Remuneração Orgãos de Gestão e Fiscalização	303 872	307 435
Remuneração Empregados	1 232 122	1 200 209
Encargos Sociais Obrigatórios		
Segurança Social	309 833	337 887
SAMS	64 606	62 750
Fundo Garantia Compensação Trabalho	7	4
Fundo Pensões	-49	5 495
Outros Encargos Obrigatórios	33 878	30 067
Outros Custos com o Pessoal		
Outros Encargos	788	1 529
	1 945 057	1 945 375

NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços Especializados		
Outros Serviços Especializados		
SIBS	279 470	242 075
Consultores e Auditores Externos	97 768	74 683
Transporte de Valores	52 133	43 974
Avaliadores Externos	47 429	40 791
Informatica	119 316	117 681
Judiciais Contencioso e Notariado	35 661	145 303
Avenças e Honorários	26 545	16 090
Limpeza	25 615	24 645
Banco de Dados	6 820	3 826
Mão de Obra Eventual	1 031	897
Segurança e Vigilância	355	66
Comunicações	130 946	128 663
Publicidade e Edição de Publicações	95 034	73 575
Outros Serviços de Terceiros	88 044	96 923
Conservação e Reparação	85 922	90 913
Água, Energia e Combustiveis	85 502	102 340
Material de Consumo Corrente	57 174	76 258
Seguros	29 327	33 922
Rendas e Alugueres	27 099	27 085
Deslocações Estadas e Representação	24 794	24 909
Formação Pessoal	16 466	3 615
Outros Fornecimentos de Terceiros	16 465	10 025
Transportes	15 511	11 522
Publicações	3 711	401
Material de Higiene e Limpeza	3 708	2 532
	1 371 846	1 392 714

NOTA 11 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	2 316 129	1 338 249
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais		
Banco de Portugal	1 357 561	1 240 364
	3 673 690	2 578 613

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

NOTA 12 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País		
Depósitos à ordem	1 225 080	628 746
	1 225 080	628 746

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Financeiros Ao Justo Valor Através de Resultados		
Titulos		
Instrumentos de Capital		
Fundo de Compensação do Trabalho	208	48
	208	48

NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os ativos financeiros disponíveis para venda da CCAM de Mafra, que são registados ao justo valor e incluem Obrigações do Tesouro Portuguesa sendo 94% de Divida Portuguesa e 6% de Divida Italiana, como forma de diversificação.

A maturidade da carteira até 1 ano tem representatividade de 18 % sendo os restantes 82% da carteira, com diversos prazos de vencimento, conforme quadro seguinte de maturidades.

	31/12/2017		31/12/2016	
Maturidade da Carteira	Montante	% Carteira	Montante	% Carteira
Até 1 Ano	14 858 499	18%	12 823 461	20%
1 Ano a 2 Anos	5 090 782	6%	1 111 549	2%
2 Anos a 5 Anos	17 120 195	20%	10 298 227	16%
Mais de 5 Anos	46 755 578	56%	40 884 582	63%
Total	83 825 054	**100%**	65 117 820	**100%**

Durante o exercício de 2017 houve a preocupação de reduzir a exposição a maturidades de longo prazo, por forma a reduzir o Risco de Taxa de Juro, conforme se pode verificar pela análise do quadro acima (mais de 5 anos passou de 63% para 56%).

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

31/12/2017

	Ao Custo Histórico	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Publica							
Titulos de Dívida Publica		82 371 315	1 453 739	7 103 711	256 136		83 825 054
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Ações	63 501					4 946	58 554
Outras	1 240 692					912 282	328 410
	1 304 193	**82 371 315**	**1 453 739**	**7 103 711**	**256 136**	**917 229**	**84 212 019**

As reservas de justo valor positivas estão relacionadas com os aumentos das cotações dos títulos de divida publica face a 2016, esta variação positiva justifica-se com a ação do BCE no mercado obrigacionista e com a melhoria da percepção que os investidores tiveram sobre o comportamento e Economia Portuguesa. Esta vaolorização é potencial e volátil, e apenas se materializaria em resultados em caso de venda.

31/12/2016

	Ao Custo Histórico	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Publica							
Titulos de Dívida Publica		63 719 867	1 397 952	2 098 399	2 310 366		65 117 819
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Ações	52 671						52 671
Outras	1 240 692					917 228	323 464
	1 293 363	**63 719 867**	**1 397 952**	**2 098 399**	**2 310 366**	**917 228**	**65 493 954**

NOTA 15 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações em Instituições de Crédito no Pais		
Depósitos	37 657 599	34 970 963
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito	23 844	27 507
	37 681 444	34 998 470

Os nossos Depósitos apresentam-se diversificados por 7 OIC's, tendo em linha de conta os limites do Banco de Portugal de 40 % dos Fundos Próprios, apresentando-se desagregado pelos seguintes prazos

À vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
2 140 707	9 156 718	15 379 996	10 003 156	1 000 867

NOTA 16 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016
Credito Interno + Juros		
Empresas e Administraçoes Publicas		
Desconto e Outros Creditos Titulados Por Efeitos		
Empresas	15 984	23 142
Emprestimos		
Empresas	13 592 056	9 341 692
Administrações Publicas	79 609	79 696
Creditos em Conta Corrente		
Empresas	3 035 474	2 950 986
Descobertos em Depositos a Ordem		
Empresas	6 439	6 616
Particulares		
Habitacao	22 153 539	22 800 615
Consumo	966 713	883 029
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Creditos Titulados Por Efeito	38 349	10 600
Emprestimos	12 666 303	14 252 633
Creditos em Conta Corrente	1 739 835	1 544 782
Descobertos em Depositos a Ordem	24 929	27 544
	54 319 230	**51 921 334**
Credito e Juros Vencidos		
Empresas e Administraçoes Publicas		
Capital		
Emprestimos		
Empresas	2 863 260	3 515 642
Juros		
Emprestimos		
Empresas	4 237	6 856
Particulares		
Habitacao		
Capital	440 886	745 684
Juros	17 048	13 526
Consumo		
Capital	66 216	54 311
Juros	595	672
Outras Finalidades		
Capital	2 859 494	3 363 635
Juros	20 417	28 138
	6 272 152	**7 728 463**
	60 591 382	59 649 797

Os montantes de Imparidades apuradas são as referidas no seguinte mapa:

	31/12/2017	Reexpresso 31/12/2016
Imparidades		
Crédito a Clientes		
Empresas		
Análise Individual	578 651	328 783
Análise Colectiva	177 940	434 561
Particulares		
Análise Individual		
Habitacao	207 905	95 796
Consumo	0	0
Outras Finalidades	175 613	136 080
Análise Colectiva		
Habitacao	219 554	991 595
Consumo	5 589	35 784
Outras Finalidades	166 936	756 025
	1 532 188	**2 778 623**
Credito e Juros Vencidos		
Empresas e Administraçoes Publicas		
Empresas		
Análise Individual	1 371 786	1 475 626
Análise Colectiva	318 005	248 645
Particulares		
Análise Individual		
Habitacao	663	98 377
Consumo	0	0
Outras Finalidades	54 293	111 586
Análise Colectiva		
Habitacao	183 690	223 253
Consumo	8 789	3 678
Outras Finalidades	1 134 035	1 261 353
	3 071 261	**3 422 517**
Imparidade Total	4 603 449	6 201 140

	31/12/2017	Reexpresso 31/12/2016
Crédito a Clientes	**60 591 382**	**59 649 797**
Crédito Interno e Juros	54 319 230	51 921 334
Crédito e Juros Vencidos	6 272 152	7 728 463
Imparidades	**4 603 449**	**6 201 140**
Crédito Interno e Juros	1 532 188	2 778 623
Crédito e Juros Vencidos	3 071 261	3 422 517
Crédito Interno e Juros Líquido	**52 787 042**	**49 142 711**
Crédito e Juros Vencidos Líquido	**3 200 891**	**4 305 946**
Crédito Líquido	55 987 933	53 448 657

Os movimentos ocorridos nas Imparidades para crédito foram os seguintes:

	31/12/2017	Reexpresso 31/12/2016
Saldo Inicial	**6 201 140**	**6 760 101**
Dotações	2 851 492	627 686
Utilizações	0	0
Transferências	0	0
Reversões	4 449 184	1 186 647
Saldo Final	4 603 449	6 201 140

NOTA 17 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos Não Correntes Detidos para Venda		
Imóveis	3 555 158	7 211 113
Outros Ativos Tangiveis	70 169	70 168
	3 625 327	7 281 281
Imparidade Ativos Não Correntes Detidos para Venda		
Imparidade	1 145 249	1 664 225
	2 480 078	5 617 056

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades nesta rubrica:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	**1 664 225**	**2 748 767**
Dotações	77 130	872 456
Utilizações	0	15 000
Transferências	0	0
Reversões	596 106	1 941 998
Saldo Final	1 145 249	1 664 225

Esta nota reflete as vendas dos Activos não Correntes Detidos para Venda durante o Exercício de 2017, conforme detalhado na Nota 5.

NOTA 18 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016
Imóveis		
De Serviço Próprio	8 655 273	8 655 273
Equipamento		
Mobiliario e Material	339 188	340 781
Maquinas e Ferramentas	575 164	552 271
Equipamento Informático	1 408 942	1 513 952
Instalações Interiores	254 407	254 407
Material Transporte	295 176	229 724
Equipamento Segurança	448 931	418 342
Outro Equipamento	90 861	90 861
Outros Ativos Tangíveis em Curso		
Outros Ativos Tangíveis		
Diversos	11 223	11 223
Património Artistico	43 688	17 155
	12 122 852	12 083 989

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Outros Ativos Tangíveis	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2016	**5 802 423**	**555 199**	**28 378**	**6 386 000**
Compras		172 102	26 533	198 635
Abates / Vendas		103		103
Amortizações do Exercicio	173 625	236 212	0	409 837
Transferências				0
Saldo Liquído a 31-Dez-2017	5 628 798	490 987	54 911	6 174 695

NOTA 19 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangiveis		
Sistema de Tratamento Automático de Dados	249 426	250 769
Outros Ativos Intangiveis	15 990	15 990
	265 416	266 759

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de Tratamento Automático de Dados	Outros Ativos Intangiveis	Total
Saldo Liquido a 31-Dez-2016	**19 289**	**63**	**19 352**
Compras			**0**
Abates / Vendas			
Amortizações do Exercicio	11 664	0	**11 664**
Transferências			
Saldo Liquido a 31-Dez-2017	7 625	63	7 688

NOTA 20 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos em Empreendimentos conjuntos		
Agrimutuo - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agricola Mutuo, F.C.R.L	1 250	1 250
Saldo Liquido	1 250	1 250

NOTA 21 – OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016
Devedores e Outras Aplicações		
Sector Publico Administrativo	88 000	88 000
Outros Devedores Diversos	188 111	240 225
Outros Activos		
Ouro Metais Preciosos, Numesmática e Moeda	107 684	125 897
Despesas com Encargos Diferidos		
Outras Despesas com Encargo Diferido	10 221	11 727
Outras Contas de Regularização		
Outras Contas de Regularização	0	12 835
Responsabilidades com pensões e Out. Beneficios		
Responsabilidades Totais	-24 859	12 176
	369 158	490 860

NOTA 22 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016
Recursos de Instituições de Crédito no País		
Depositos		
Depósitos à Ordem	18 508	29 842
Depósitos a Prazo	0	3 601 460
	18 508	3 631 302

NOTA 23 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos de Residentes		
Do Sector Publico Administrativo		
Depósitos à Ordem	748 478	612 586
Depósitos a Prazo	498 415	513 905
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	47 685 853	38 777 030
Depósitos a Prazo	87 785 104	82 221 100
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformado	10 423 156	10 023 048
Poupança Outros	3 639 326	2 967 664
Outros Recursos de Clientes		
Cheques e Ordens a Pagar	146 382	5 363
	150 926 714	135 120 696

Esta rubrica inclui os saldos dos recursos de clientes e os respetivos juros mensualizados até à data.

NOTA 24 – PROVISÕES/IMPARIDADES

O valor desta rubrica é composto por:

	Garantias Prestadas	Linhas de Crédito Irrevogaveis	TOTAL Provisões / Imparidades
Saldo Inicial a 31-Dez-2016 - Reexpresso	**12 418**	**52 154**	**64 572**
Dotações	8 457	47 487	55 944
Utilizações	0	0	0
Transferências	0	0	0
Reversões	15 616	70 752	86 368
Saldo a 31-Dez-2017	5 259	28 889	34 147

Esta rubrica inclui Provisões/Imparidades para Garantias Prestadas e Linhas de Crédito Irrevogáveis de acordo com o estipulado pelo Banco de Portugal na carta circular nº 2/2014.

NOTA 25 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016
Credores e Outros Recursos		
Sector Publico Administrativo	89 385	86 587
Cobrança por Conta de Terceiros	4 513	4 113
Contribuições para Outros Sistemas Saude	5 867	5 775
Credores Diversos	187 827	164 700
Receitas Com Rendimento Diferidos		
Proveitos Diferidos	1 933	2 090
Encargos a Pagar		
Por Gastos com Pessoal	236 120	232 389
Prémios de Antiguidade	182 928	178 941
Outros Encargos a Pagar	73 132	120 277
Outras Contas de Regularização		
Outras Contas de Regularização	724 190	1 198 956
	1 505 897	1 993 828

NOTA 26 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	Incorporação de reservas	Emissão/Reestituição de titulos de capital	Total
Saldo em 31-Dez-2016	**13 925 465**	**439 895**	**14 365 360**
Incorporação de reservas			0
Emissão/Reestituição de títulos de capital		-8 985	-8 985
Saldo em 31-Dez-2017	13 925 465	430 910	14 356 375

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital da CCAM de Mafra encontra-se disperso por 4.370 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de € 1.000 (200 títulos de capital) no capital da CCAM.

NOTA 27 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Reservas de Reavaliação do Justo Valor	Reservas de Reavaliação Legais	Outras Reservas de Reavaliação	Por Diferenças Temporárias	Por Prejuizos ou Creditos Fiscais	TOTAL
Saldo Final a 31-Dez-2016	**211 967**	**360 091**	**184 170**	**-76 794**	**50 153**	**729 587**
Constituições	7 878 465	0	8 666	-1 221 348	0	6 665 783
Anulações	-1 242 857	-10 608	-75 144	-469 778	0	-1 798 387
Transferências						0
Saldo Final a 31-Dez-2017	**6 847 575**	**349 483**	**117 692**	**-1 767 920**	**50 153**	**5 596 983**

As reservas de reavaliação do Justo valor são movimentadas de acordo com o que se encontra estipulado no §55 alínea b) da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, sendo calculados os impostos diferidos respeitantes aos montantes inscritos nestas reservas de reavaliação, conforme o estipulado na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento.

Os movimentos na rubrica Reservas de Reavaliação respeitam à flutuação do justo valor (ganhos e perdas) dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, nomeadamente os Títulos de Divida Publica mencionados na Nota 13.

Estas flutuações devem ser registadas nesta rubrica até que os respetivos ativos financeiros sejam desreconhecidos, altura em que são reconhecidos nos lucros ou prejuízos do exercício.

NOTA 28 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Outras Reservas				Resultados Transitados		TOTAL
	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva Especial artº 32 DL 162/2014	Outras Reservas	Diferanças resultantes de Alteração de Politicas Contabilisticas	Diferanças resultantes de Alteração de Politicas Contabilisticas - NIC	
Saldo Final a 31-Dez-2016	**9 491 592**	**968 503**	**354 450**	**6 983**	**-24 474**		**10 797 054**
Constituições	894 488	3 478 477	75 000		24 474	286 196	4 758 635
Anulações					10 609		10 609
Transferências							0
Saldo Final a 31-Dez-2017	**10 386 080**	**4 446 980**	**429 450**	**6 983**	**10 609**	**286 196**	**15 566 298**

NOTA 29 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Os compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	31/12/2017	31/12/2016
Garantias Prestadas e Outros Passivos Eventuais		
Empresas	516 301	486 093
Administrações Publicas		
Particulares	215 952	316 868
	732 252	802 961
Compromissos de Crédito Irrevogaveis	6 130 054	6 399 050
Compromissos perante Terceiros		
Empresas	3 936 545	3 873 698
Administrações Publicas		
Particulares	2 157 001	2 488 844
Responsabilidades a prazo de contribuições para o FGD	36 508	36 508
Linhas de Crédito Revogaveis	10 846 147	10 926 859
	16 976 201	17 325 909
Garantias Recebidas		
Empresas	4 119 951	3 298 095
Administrações Publicas		
Particulares	1 906 421	2 050 953
	6 026 373	5 349 048
Responsabilidades por prestação de Serviços		
Cobrança de Valores	0	579
	0	579

NOTA 30– PROVISÕES/IMPARIDADES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31/12/2017	Reexpresso 31/12/2016
Dotações	55 944	16 241
Utilizações	0	0
Reversões	86 368	16 241
Saldo Final	30 424	0

NOTA 31 – CORREÇÕES DE VALOR ASSOCIADO AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31/12/2017	Reexpresso 31/12/2016
Dotações	2 851 492	3 438 526
Utilizações	0	0
Reversões	4 449 184	8 179 763
Saldo Final	1 597 692	4 741 238

NOTA 32 – IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Outros Ativos	
	31/12/2017	Reexpresso 31/12/2016
Dotações	77 130	872 456
Utilizações	0	0
Reversões	596 106	1 941 998
Saldo Final	518 976	1 069 541

NOTA 33 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NIC's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

	Balanço		DR	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos por impostos diferidos				
Provisões/Imparidades tributadas a deduzir em periodos futuros	907 756	1 059 629	0	1 857 243
Ativos Financeiros Disponiveis para Venda	65 315	535 092	0	0
Outros	271 487	270 590	151 874	739 544
	1 244 557	1 865 311	151 874	2 596 787
Passivos por impostos diferidos				
Reservas de Reavaliações	21 788	22 743	0	0
Ativos Financeiros Disponiveis para Venda	1 811 446	589 143	0	224 759
Provisões/Imparidades tributadas a deduzir em periodos futuros	0	0	897	762 783
	1 833 234	611 886	897	987 542
Impacto total dos Impostos diferidos	-588 678	1 253 425	150 977	1 609 245

NOTA 34 – INFORMAÇÃO SOBRE A COBERTURA DE RESPONSABILIDADES DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

As Instituições do Crédito Agrícola Mútuo passaram a partir de janeiro de 2007 a adotar as normas internacionais de contabilidade, nomeadamente o IAS 19 passou a regular todos os aspetos contabilísticos relativos ao reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência.

No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) passaram a ser financiados através do fundo de pensões.

De acordo com a cláusula 116ª do acordo coletivo de trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para o SAMS a verba correspondente a 6,5% das pensões totais de reforma e sobrevivência, previstas no ACT independentemente das pensões recebidas de regimes de Segurança Social.

Os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Coletivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ICAM).

Porém, de acordo com o Aviso nº 12/2001 com as alterações introduzidas designadamente pelos avisos nº4/2005, nº 12/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, o reconhecimento do impacto que, a 30 de Junho de 2008, se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização decorrente da transição para as normas internacionais de contabilidade pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2014.

Adicionalmente o reconhecimento do impacto que, a 30 de Junho de 2008, se encontrava por reconhecer decorrente da alteração da tábua de mortalidade bem como das responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, pode ser reconhecido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2013 foram publicados o Decreto-Lei nº 167-E/2013 e a Portaria nº 378-G/2013, produzindo efeitos a 1 de Janeiro de 2014, que vieram alterar a forma de determinação da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da Segurança Social, tendo como referência a evolução da esperança média de vida aos 65 anos. Assim foi fixada para 2014 e 2015 a idade normal de reforma de 66 anos, para 2016 a idade de 66 anos e 2 meses e futuramente a idade normal de reforma varia de acordo com a evolução da esperança média de vida aos 65 anos, verificada entre o 2º e 3º ano anteriores ao ano de início da pensão de velhice, na proporção de dois terços. Para 2018, foi fixada a idade normal de reforma aos 66 anos e 4 meses.

Adicionalmente, o Decreto-lei nº 167-E/2013 introduziu outras alterações no cálculo da pensão do regime geral da Segurança Social, designadamente a não aplicação do fator de sustentabilidade às pensões estatutárias dos beneficiários que passem à situação de pensionistas de velhice na idade normal de acesso à pensão ou em idade superior. O acima referido Decreto-Lei veio ainda alterar a fórmula de cálculo do fator de sustentabilidade através da alteração do ano de referência inicial da esperança média de vida aos 65 anos, do ano de 2006 para o ano 2000, passando a aplicar-se sobre o valor da pensão estatutária da Segurança Social dos beneficiários que acedam à pensão antes da idade normal de reforma.

Em 2017 foi publicado o Decreto-Lei n.º 126-B/2017, de 6 de outubro, que veio determinar que na data de convolução da pensão de invalidez em pensão de velhice não é aplicável o fator de sustentabilidade.

O estudo atuarial que seguidamente se apresenta assenta em pressupostos considerados adequados para este esquema de reformas, enquadrados nos princípios estabelecidos na *International Accounting Standard (IAS) 19*.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

POPULAÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Ativos		
Número de Participantes	38	37i)
Idade Média	47,2	45,9
Antiguidade Média na Banca	21,9	21,5
Salário Médio Anual	32 546 €	35 706 €
Reformados		
Número de Participantes	13	13
Idade Média	71,8	70,8
Pensão Média Anual a Cargo do Fundo	1 502 €	1 306 €

i) - Relativamente ao Relatório Atuarial do Fundo de Pensões, aguarda-se a inclusão de um elemento já reformado.

Métodos, Pressupostos e Hipóteses Usados na Avaliação Atuarial

PRESSUPOSTOS FINANCEIROS	2017	2016
Taxa de crescimento salarial futura	1,40%	1,40%
Taxa de Desconto	ii)	ii)
Taxa de crescimento das Pensões	1,00%	1,00%
Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - nº 2 artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - nº 1 artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS	**2017**	**2016**
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de Reforma	de acordo com o Decreto Lei 167-E/2013	de acordo com o Decreto Lei 167-E/2013

ii) Quanto ao pressuposto da taxa de desconto foi utilizado o seguinte:

a) Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial inferior a 55 anos: 2,30% (2,70% em 2015;3,25% 2014)

b) Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial igual ou superior a 55 anos: 2,10% (2,30% em 2015; 2,75% 2014)

c) Para os pré-reformados, reformados e pensionistas: 1,75% (2,00% em 2015; 2,25% 2014)

Responsabilidades com Trabalhadores no Ativo

Em 31 de Dezembro de 2017 o valor atual das responsabilidades com pensões de reformas e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais).

Responsabilidades com Reformados

Relativamente às pensões em pagamento aos atuais reformados, os valores das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com SAMS, são os que seguidamente se apresentam:

Valor atual das responsabilidades totais	512.426 €

Responsabilidades com o Pagamento de Prémios de Antiguidade

De acordo com a cláusula 127ª do acordo coletivo de trabalho (ACT) do Crédito Agrícola Mútuo, os trabalhadores têm direito, após o cumprimento de algumas condições definidas na referida cláusula, a um prémio de antiguidade.

O valor atual das responsabilidades com prémios de antiguidade futuros é apresentado no quadro que se segue (com referência a 31 de Dezembro de 2017):

Valor actual das Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2017	
Por Serviços Passados	182 929 €
Por Serviços Futuros	92 563 €

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor do Património do Fundo de Pensões referente à quota-parte da CCAM era de €1.009.595 (em 2016 €945.769, em 2015 €931.292, em 2014 € 938.089, em 2013 era de € 866.890, em 2012 era de € 836.366 e em 2011 era de € 787.342), assim e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento da quota-parte desta Instituição era o seguinte:

	2017	2016	2015
Nível de Financiamento Global	97,5%	101,3%	106,9%
Nível de Financiamento Aviso 12/2001	100,0%	103,9%	114,2%

NOTA 35 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Mafra está inscrita na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a atividade de intermediação em exclusividade com as Seguradoras do Grupo Crédito Agrícola, designadamente, a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, SA (CA Seguros), que se dedica ao exercício da atividade de seguros para todos os Ramos Não Vida e com a Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, SA (CA Vida), que se dedica ao exercício da atividade de seguros para o Ramo Vida e Fundos de Pensões.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAM efetua a venda de contratos de seguros e de adesões a Fundos de Pensões, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAM.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados às referidas seguradoras, a CCAM recebe remunerações pela mediação de seguros e pela colocação de adesões em Fundos de Pensões as quais estão definidas em Protocolo estabelecido entre a CCAM e as referidas Seguradoras.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas como um rendimento na Demonstração de Resultados, na rubrica de Rendimentos de Serviços e Comissões (ver nota 4). Os valores de remunerações a pagar pelas Seguradoras, à data de 31 de Dezembro de cada ano, estão reconhecidas como um ativo no Balanço, na rubrica de Outros Ativos.

O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros auferidas pela CCAM nos últimos 3 anos (valores em euros):

Origem	Seguradora	2015	2016	2017	% por Origem 2017
Ramos Não Vida	CA Seguros	206 343	299 620	250 833	81,1%
Ramo Vida	CA Vida	84 574	78 245	55 747	18,0%
Fundos de Pensões	CA Vida	847	825	2 695	0,9%
Total		291 764	378 690	309 275	

A CCAM não efetua a cobrança de prémios por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de quaisquer tipos de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou gasto a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pela CCAM.

NOTA 36 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2017 o imposto sobre lucros e a correspondente derrama, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRC), apurando-se o montante de € 628.411 conforme detalhe da modelo 22:

Imposto Corrente sobre os Lucros

			Reexpresso
	31/12/17		31/12/16
Resultado Liquido do Período	2 676 046		4 758 635
Variações Patrimoniais positivas não reflectidas no resultado			35 115
Variações Patrimoniais negativas não reflectidas no resultado			
Total	2 676 046		4 723 520
A Acrescer			
Depreciação e amortizações não aceites	25 714		24 871
Provisões/Imparidades não dedutíveis	2 416 214		4 251 882
IRC	628 411		169 435
Impostos Diferidos	151 874		2 596 787
Donativos não previstos ou além dos limites legais	63 251		65 926
Outros	154 984		188 946
Total	6 116 493		12 021 368
A Deduzir			
Reversão de provisões/Imparidades tributadas	3 769 254		10 570 393
Impostos Diferidos	897		987 542
Mais Valia Contabilistica	1 381		8 500
Beneficios Fiscais	17 815		27 722
Total	3 789 347		11 594 157
Matéria Coletável	2 327 146		427 211
	Regime Geral		Regime Geral
Prejuizo Fiscal			
Lucro Fiscal	2 327 146		427 211
Imposto à taxa normal (15.000. x 17,00%)	2 550	Imposto à taxa normal (Mat. Col. x 17,00%)	2 550
Imposto à taxa normal (Mat. Col. x 21,00%)	485 551	Imposto à taxa normal (Mat. Col. x 21,00%)	86 564
Colecta	488 101		89 114
Deduções			
Beneficios Fiscais	5 000		7 500
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico	20,97%		20,86%
Retenções na Fonte	1 421		1 086
Pagamentos por conta + Pagamentos Adiconais por Conta	83 517		712 950
Imposto a Pagar	398 163		-632 422
Derrama	34 907		6 408
Derrama Estadual	24 814		0
IRC de periodos anteriores	0		0
Tributações Autonomas	85 715		81 413
IRC a pagar	543 599		
IRC a receber			-544 601
Excesso / Insuficiência de Estimativa de Imposto			
Imposto estimado no final do Periodo	628 411		169 435

NOTA 37– INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o previsto no artigo 66.º- A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

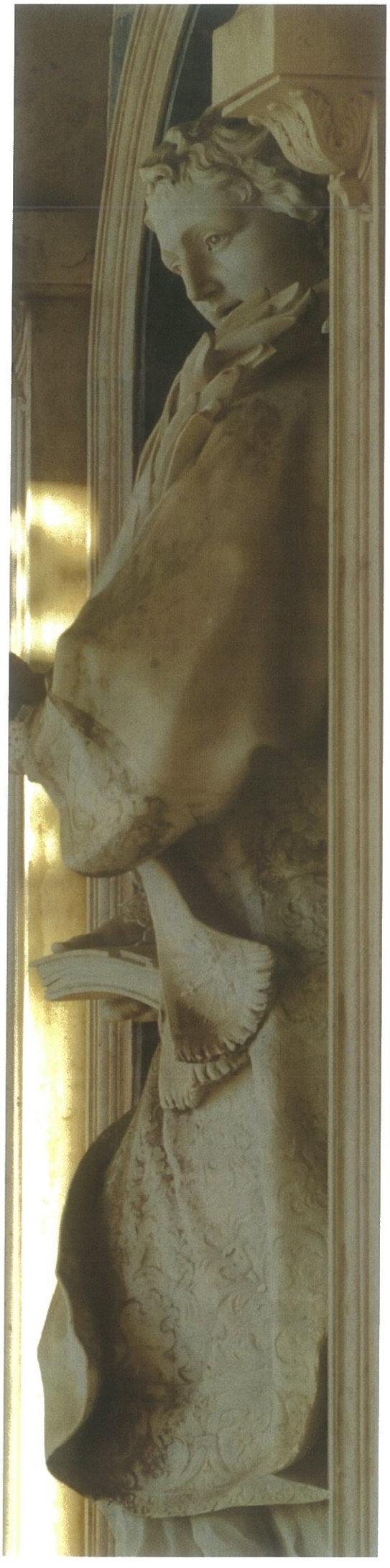
a) Das operações não incluídas no balanço, aquelas em que o impacto nas contas tem maior relevância são as referidas nas Notas 16, 17, 14, 27. Para além dos impactos referidos nas Notas 4, 21 e 26, existe o risco da CCAM ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos, no entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;

b) O total de honorários faturados até dezembro de 2017, sujeitos a IVA à taxa legal em vigor, pela sociedade de revisores oficiais de contas foi de:

- € 21.000, relativamente à revisão legal das contas anuais; e

- € 4.275, referentes a serviços de garantia e fiabilidade.





INFORMAÇÃO CARTA-CIRCULAR Nº2/2014/DSPDR

A partir de 1 de janeiro de 2017, as demonstrações financeiras passaram a ser preparadas com as Normas internacionais de Contabilidade (NIC).

A IFRS 7 determina que as instituições divulguem, no seu relatório e contas, informação que apoie os utilizadores das demonstrações financeiras a avaliar a natureza e extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros a que a instituição se encontra exposta e a forma como estes riscos são geridos.

As instituições devem promover uma maior divulgação da informação sobre a qualidade dos ativos e a gestão do risco de crédito, sendo que as divulgações financeiras devem refletir as alterações na natureza dos riscos que as instituições enfrentam.

A informação a apresentar deve ser clara, objetiva e transparente, permitindo aos principais utilizadores da informação um melhor conhecimento do perfil de risco da instituição. Neste contexto, para efeitos de divulgação de contas, as instituições deverão incluir, entre outras que considerem relevantes, as seguintes informações:

Divulgações qualitativas:

a) **Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração).**

O risco de crédito corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

É o risco com maior relevância material ao nível da alocação do capital interno da Instituição, pelo que o processo de aprovação de crédito encontra-se devidamente documentado no normativo interno da Instituição.

A CCAM de Mafra utiliza uma diversidade de políticas e práticas mitigadoras deste tipo de risco, nomeadamente a obtenção de garantias colaterais aquando da concessão de crédito (com primazia para as garantias reais).

Também relativamente às técnicas de mitigação deste risco, efetuam-se Testes de Esforço sobre a carteira de crédito da CCAM de Mafra, simulando o aumento significativo do comportamento do incumprimento na carteira da CCAM de Mafra, aumentando a vulnerabilidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra a ocorrências externas.

O risco de concentração decorre da concessão de créditos às mesmas contrapartes, a grupos de contrapartes ligadas entre si e a contrapartes que operam no mesmo sector económico ou na mesma região geográfica ou relativamente à mesma atividade ou mercadoria, ou ainda a aplicação de técnicas de redução do risco de crédito e, nomeadamente, do risco associado a grandes riscos indiretos.

Fruto da natureza da Instituição, o risco de concentração geográfica é aquele que representa uma maior relevância material para a CCAM de Mafra. Algumas das técnicas de mitigação deste risco passam pela diversificação da carteira de crédito por diferentes sectores de atividade, apesar das limitações legais impostas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, e pela dispersão das aplicações da CCAM de Mafra no

mercado, tendo sempre em atenção os limites estabelecidos no ofício do Banco de Portugal n.º 2192/13/DSPSD, ou seja, 60% dos fundos próprios desta Instituição.

b) Política de *Write-Off* de créditos.

Após terem sido tomadas pela CCAM de Mafra todas as diligências de recuperação razoáveis e já não seja expectável qualquer recuperação, com a autorização do Conselho de Administração, o crédito é abatido contabilisticamente ao ativo (*write-off*) e registado em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades.

Considera-se que um crédito reúne as condições para ser proposto o seu *write-off* ao Conselho de Administração sempre que os seguintes fatores se verifiquem simultaneamente:

- O crédito encontra-se em incumprimento, evidenciando pelo menos uma prestação com uma mora superior a 3 anos;
- Não existe qualquer garantia real associada;
- Não é conhecida a existência de património significativo (do cliente ou dos garantes) que possa ser usada para o reembolso o crédito; e
- Não se verificaram pagamentos significativos (de capital ou de juros) nos últimos 2 anos.

Periodicamente, o Conselho de Administração da CCAM procederá a uma análise dos créditos que satisfaçam as condições anteriormente referidas de forma a tomar uma decisão sobre os *write-offs* a efetuar.

c) Política de reversão de imparidade.

A politica de reversão de imparidade apoia-se na quantificação dos indicios e evolução dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade. Até 31 de dezembro de 2016 os efeitos resultantes do cálculo não eram objeto de registo contabilístico, sendo os mesmos reportados apenas no âmbito da Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal. Após 1 de janeiro de 2017 os valores resultantes do cálculo da imparidade da carteira de crédito passaram a ter impacto contabilístico; desta forma, o valor das imparidades apresentou variações entre períodos. Na análise individual estas variações resultam da observação casuística aplicada a cada contrato pertencentes às entidades sujeitas à análise trimestral; na análise colectiva estas variações resultam essencialmente da evolução mensal dos parâmetros (LGD, PD) que são utilizados para o referido cálculo.

d) Política de conversão de dívida em capital do devedor (se aplicável).

Não aplicável, uma vez que a CCAM de Mafra não utiliza este tipo de solução.

e) **Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos.**

Nesta matéria é relevante identificar e distinguir as reestruturações efetuadas em casos de dificuldades financeiras, sendo as mesmas objeto de classificação distinta na aplicação de gestão bancária. Neste âmbito, as reestruturações efetuadas a mutuários que sejam pessoas individuais são-no de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro.

Aos mutuários que sejam pessoas coletivas são propostas soluções semelhantes às propostas aos mutuários individuais, designadamente:

- renegociação das condições do crédito através da concessão de um período de carência de capital, conforme necessidades demonstradas pelo cliente;
- renegociação das condições do rédito através da prorrogação do prazo do mesmo, considerando nomeadamente a idade do cliente bancário e o prazo inicial do crédito.
- concessão de um empréstimo adicional autónomo destinado a suportar temporariamente o pagamento das prestações do crédito.

O risco mais relevante para os mutuários a quem foram aplicadas medidas de reestruturação, e uma vez que estes se podem encontrar em cenários de dificuldades financeiras, é a probabilidade de voltarem a incumprir as suas obrigações. Os controlos implementados decorrem do regime constante do Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro (PARI/PERSI), sobre o qual existe um reporte de periodicidade mensal ao Banco de Portugal e que serve de base a um processo de monitorização dos processos de crédito abrangidos.

f) **Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais.**

Os colaterais são avaliados por avaliador Imobiliário externo, de acordo com os métodos por estes aplicados e respeitando o disposto no Aviso nº 5/2006 do Banco de Portugal, devidamente identificado no normativo interno da Instituição.

São também respeitados os prazos de reavaliação dos imóveis dispostos no Regulamento (UE) n.º 575/2013, designadamente:

- uma vez de três em três anos para os bens imóveis destinados à habitação e,
- uma vez por ano para os bens imóveis para fins comerciais;
- são efetuadas verificações mais frequentes no caso de as condições de mercado estarem sujeitas a alterações significativas;
- a verificação do valor do bem imóvel é documentada de forma clara e rigorosa contendo a descrição dos critérios e da periodicidade de revisão;
- para efeitos da verificação do valor de bens imóveis, a instituição recorre a índices/métodos estatísticos considerados adequados.

O valor dos imóveis considerados para efeitos de colateral, e em casos onde a recuperação do crédito ocorra via execução judicial do colateral imobiliário, é ajustado à atual conjuntura, através da aplicação de *haircuts*.

g) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade.

O cálculo das imparidades é efetuado através de duas análises distintas: coletiva e individual. Para que o modelo de imparidade se mantenha adequado e atualizado face ao contexto da sua atividade, a CCAM de Mafra efetua com periodicidade trimestral (ou menor em caso de alterações substanciais relativas aos mutuários que integrem a amostra) a revisão de imparidade aos clientes de análise individual e mensalmente aos de análise coletiva.

Ao nível da análise individual, a imparidade é apurada em função da capacidade de reembolso do devedor, ou dos colaterais que dispõe a garantir as operações de crédito, aplicando-se os critérios de referência constantes da Carta Circular nº 2/2014/DSP do Banco de Portugal.

No que se refere à análise coletiva da carteira de crédito, esta é feita através da utilização dos parâmetros PD e LGD, calculados numa base anual e calibrados para cada segmento considerado, assumindo pressupostos conservadores, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração, para estimativas futuras.

h) Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos.

Os segmentos a utilizar na análise de imparidade coletiva levam em consideração dois níveis de segmentação:

- Tipo de Cliente (Particular vs Empresa)
- Tipo de Garantia associada (Pessoal vs Real)

A introdução de uma maior granularidade ao nível da segmentação da carteira seria conducente a segmentos com um número muito reduzido de ocorrências e onde, consequentemente, a calibração dos parâmetros do modelo (PD e LGD) não seria possível com o rigor desejado.

Contudo, de acordo com o instruído na Carta Circular nº 2/2014 do Banco de Portugal, foram também considerados segmentos específicos para clientes com indícios de dificuldades financeiras e clientes com créditos reestruturados ou com créditos curados / em período de quarentena (12 meses).

Análise individual de imparidade

Nesta análise importa concluir pela existência ou não de eventos de perda e que dará lugar a uma quantificação de uma eventual perda por imparidade, por via da estimativa dos fluxos de caixa que ainda venham a ser gerados pelo contrato.

Os mutuários que incluam a amostra obtida são analisados através de uma ficha que contém os critérios para a determinação dos intervalos de imparidade previstos na Carta-Circular nº 2/2014. São ainda considerados critérios adicionais relacionados com a categorização quanto ao nível de imparidade, nomeadamente os *ratings* interno e externo, litígios jurídicos, penhoras de depósitos bancários, execução de garantias bancárias, entre outros indícios de dificuldades financeiras.

Este modelo prevê três formas de recuperação do crédito:

a) pela análise dos fluxos de caixa gerados pela atividade do devedor;
b) pela análise dos fluxos de caixa do projeto (imobiliário);
c) pela execução do colateral.

Formas de recuperação

a) Pela análise dos fluxos de caixa gerados pela atividade do devedor

A recuperabilidade da dívida depende da capacidade de reembolso do devedor, considerando os fluxos de caixa gerados pelo seu negócio ou provenientes de outras entidades do grupo de clientes ligados entre si em que o devedor está inserido, desde que formalmente documentado o compromisso destas entidades, assumirem as responsabilidades do devedor.

Nos casos em que não existir informação que permita aferir sobre a existência de fluxos de caixa para o cumprimento do serviço da dívida, são aplicados os critérios definidos na tabela qualitativa constante do Anexo II da Carta-Circular nº 2/2014 e tidos em consideração eventuais colaterais.

No caso concreto das entidades particulares, e uma vez que o Anexo II da referida Carta-Circular se encontra mais dirigido para a análise de pessoas coletivas, é adotado um critério mais conservador que o disposto naquele diploma regulamentar, pelo que verificando-se a observação de duas condições (condições 1 a 4), será atribuído ao mutuário o nível médio do intervalo de imparidade correspondente.
Caso se verifique a condição anterior para mais do que um intervalo de imparidade, deverá aplicar-se o mais conservador, conforme disposto no ponto (ii) do Anexo II da Carta-Circular nº 2/2014.

b) Fluxos de caixa do projeto (imobiliário)

A recuperabilidade da dívida depende diretamente dos fluxos de caixa gerados por um projeto imobiliário específico. Neste cenário a determinação do valor recuperável deve ter por base a avaliação do projeto (efetuada por avaliador qualificado independente), tendo em consideração o seguinte:

(i) O valor de avaliação do ativo (no seu estado atual) deverá ser o "Provável Valor de Transação" (PVT);

(ii) Caso a avaliação do projeto tenha por base o método comparativo ou o método do custo, deverão ser considerados fatores de desconto temporal no apuramento do valor presente dos fluxos de caixa estimados, de acordo com os seguintes cenários de referência, exceto nos casos em que as instituições possuam dados devidamente verificáveis que justifiquem a aplicação de outros prazos:

- Mínimo de 4 anos para projetos em desenvolvimento (grau de acabamento <50%) ou ainda não iniciados (incluindo terrenos);
- Mínimo de 3 anos para projetos em desenvolvimento (grau de acabamento> 50%) ou já concluídos.

(iii) Caso a avaliação do projeto tenha por base o método do rendimento ou método residual, e os pressupostos utilizados sejam considerados aceitáveis (de acordo com o estipulado na secção 1.3.2), não é necessário aplicar qualquer fator de desconto temporal;

(iv) Caso a avaliação do projeto seja considerada desadequada (de acordo com o estipulado na secção 1.3.2):

a) Por via da antiguidade: Deverão considerar-se os descontos definidos no Anexo III da Carta-Circular nº 2/2014;

b) Por desadequação de pressupostos: Deverá proceder-se a uma nova avaliação, adequada à situação atual e/ou prevista para o ativo.

No caso da recuperação da dívida estar suportada complementarmente em outros fluxos gerados pela entidade, para essa componente deverão ser aplicados os critérios definidos na alínea a) "Fluxos de caixa do negócio" acima.

No caso da recuperabilidade da dívida depender da alienação (por parte do mutuário) de outros colaterais, nomeadamente carteira de títulos e/ou participações sociais, a determinação do valor recuperável deve ter em conta o presumível valor da transação, deduzido de eventuais custos de venda ou manutenção, descontado pelo período remanescente até à data prevista para o recebimento dos correspondentes fluxos de caixa.

c) Pela execução do colateral

c.1) se colateral for garantia real

A estimativa do valor de recuperação é aplicável no caso em que o devedor apresente indícios de imparidade (inferior ao intervalo "G" previsto no Anexo II da Carta-Circular nº 2/2014).

A imparidade é apurada tendo por base o diferencial entre o valor atualizado da dívida do mutuário (tendo como referência o prazo médio de execução judicial e a taxa de juro do contrato – taxa de desconto) e a avaliação do imóvel, podendo este valor ser afetado pelos *haircuts*, caso a última avaliação do imóvel tenha sido realizada há mais de um ano. A este montante são ainda acrescidos os custos relacionados com a execução judicial e posterior colocação do imóvel no mercado.

c.2) se colateral for garantia pessoal

Estas garantias não são consideradas no cálculo de apuramento da imparidade, pelo que a imparidade calculada para este tipo de colateral é, no mínimo, igual ao montante total da dívida.

c.3) se colateral for sem Garantia

A imparidade calculada para este tipo de colateral é, no mínimo, igual ao montante total da dívida.

Os mutuários sujeitos a análise individual em que não forem identificados indícios de imparidade, ou não foi quantificada imparidade são posteriormente incorporados na análise coletiva.

Análise coletiva de imparidade

A abordagem implementada assenta num modelo de avaliação e quantificação de risco através da observação de histórico de comportamentos de incumprimentos na carteira de crédito em segmentos definidos, distintos e homogéneos, que permitam a extrapolação do seu comportamento.

Neste caso, tratando-se de uma abordagem estrutural a aferição do incumprimento é efetuada com base na observação do número de incumprimentos com uma série histórica de 5 anos para o cálculo da PD. Por sua vez, a série histórica usada para eventos de recuperação compreende 7 anos, usando com referência a data de resolução dos contratos, para o cálculo da LGD

Esta abordagem encontra-se alinhada com as diretrizes constantes nos regulamentos aplicáveis, nomeadamente as International Financial Reporting Standards (IFRS), a Norma IAS 39 e a Carta-Circular nº 2/2014/DSP do Banco de Portugal.

Este cálculo é efetuado de acordo com o disposto no ponto n).

i) Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito.

Para a identificação e agregação da carteira com indícios de imparidade, serão considerados os indícios identificados na Carta-Circular nº 2/2014 do Banco de Portugal:

- Cliente com pelo menos 1 crédito com atrasos no pagamento superior a 30 dias;
- Cliente com pelo menos 1 crédito em contencioso;
- Cliente com pelo menos 1 crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente ou perspetiva/pedido de reestruturação;
- Cliente com pelo menos 1 crédito no sistema bancário em situação de incumprimento, capital e juros abatidos/anulados ou contencioso, de acordo com a informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal;
- Cliente com notação de *rating* correspondente ao quartil mais gravoso da escala de rating interno;
- Cliente com deterioração de notação de *rating* superior a 30% da escala de rating interno;
- Cliente com cheques devolvidos e/ou inibição de uso de cheques;
- Crédito com decréscimo material do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num LTV superior a 80% (aplicável nos casos em que o crédito está associado a um projeto imobiliário específico);
- Clientes com efeitos protestados / não cobrados;
- Cliente com expetativa de insolvência ou objeto de Programas Especiais de Recuperação;
- Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;

j) Indicação dos limiares definidos para análise individual.

A amostra de mutuários a quem é efetuada para análise individual é selecionada de forma a garantir o maior número de observações entre a aplicação de três critérios:

1 - mutuários que individualmente representem ≥ 0,5% do total da carteira;

2 - créditos que perfaçam cumulativamente um mínimo de 20% da exposição total da carteira de entre os maiores mutuários;

3 - Créditos com montante até 10% do Produto Bancário da CCAM de Mafra.

✓ é considerado como exposição total, para efeitos de seleção da amostra da carteira, a soma de crédito vencido e vincendo com os respetivos juros contabilizados;

✓ a existência de imparidade numa entidade da amostra que esteja incluída num grupo (grupo económico ou grupo de mutuários correlacionados a nível societário ou a nível das garantias hipotecárias) implica a análise de eventual imparidade em outras entidades pertencentes ao mesmo grupo.

✓ a amostra individual é gerada automaticamente pelo sistema produzindo um ficheiro com a listagem das entidades que cumprem os requisitos anteriores.

k) Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento.

Os procedimentos instituídos relativamente a mutuários particulares em incumprimento decorrem do regime constante do Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro (PARI/PERSI).

Inserido neste regime é também monitorizado o grau de risco interno, nomeadamente a existência de indícios de dificuldades financeiras, que podem justificar a necessidade e/ou pertinência de medidas de reestruturação ainda anteriores ao efetivo incumprimento.

Para os mutuários que sejam pessoas coletivas é efetuado o mesmo tipo de acompanhamento.

l) Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente.

De acordo com o modelo, um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está em imparidade se for identificada evidência objetiva de que ocorreu um evento que originou uma perda por imparidade, como resultado de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um "acontecimento de perda") e se esse acontecimento (ou acontecimentos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser fiavelmente estimado. O valor da perda deverá ser determinado como a diferença entre o valor de balanço e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados incluídos no cálculo dizem respeito aos montantes contratuais dos créditos, ajustados por eventuais valores que a CCAM espera não recuperar e pelo prazo temporal em que é expectável que os mesmos se venham a concretizar. A forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros no que concerne à avaliação individual e coletiva caracteriza-se como a seguir se descreve.

Na exposição objeto de análise individual importa concluir pela existência ou não de eventos de perda, os quais darão lugar à quantificação de uma eventual perda por imparidade, por via da estimativa dos fluxos de caixa que ainda venham a ser gerados pelo contrato. A imparidade é apurada tendo por base o diferencial entre o valor atualizado da dívida do mutuário (utilizando o prazo médio de execução judicial e a taxa de juro original do contrato – taxa de desconto) e a avaliação do imóvel, sendo este valor afetado pelos *haircuts*

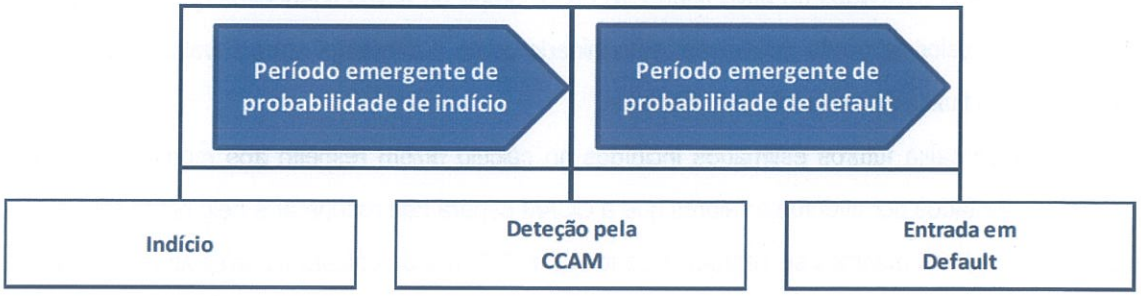
previstos na Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, em função da data da última avaliação do imóvel. A este montante ainda são acrescidos os custos relacionados com a execução judicial e posterior colocação do imóvel no mercado.

No caso da avaliação coletiva de imparidade, o cálculo da estimativa de cash-flows futuros tem por base a exposição para a qual não foi apurada imparidade em base individual, considerando a PD e a LGD, sendo excluídas do apuramento destes parâmetros, as exposições avaliadas em base individual. O cálculo da LGD incorpora um fator de atualização dos cash-flow recuperados, em função dos custos de recuperação e período estimado de recuperação, determinando o grau de perda verificada nos créditos em recuperação e contencioso, permitindo analisar o grau de eficiência (com base em fatores económicos e temporais) da Instituição na gestão do Crédito vencido.

m) Descrição do (s) período (s) emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação.

O período emergente representa o horizonte temporal que medeia entre o evento que origina a perda e a CCAM tomar conhecimento do mesmo. O período emergente encontra-se desagregado em:

- **Período emergente de probabilidade de indício** – tempo que decorre entre a ocorrência de um indício e a sua deteção pela Caixa. A utilização deste período é aplicável à carteira sem indícios de imparidade. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.
- **Período emergente de probabilidade de *default* condicionada à existência de indícios de imparidade** – tempo que decorre entre a deteção de um indício de imparidade e a entrada em *default*. A utilização deste período é aplicável à carteira com indícios de imparidade detetados. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.



n) Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura.

O modelo implementado tem por objetivo a quantificação do custo associado ao risco de crédito, estimando para tal os parâmetros do risco de crédito PD (Probability of Default; Probabilidade de Incumprimento) e LGD (Loss given default; Perda económica, percentual, no incumprimento).

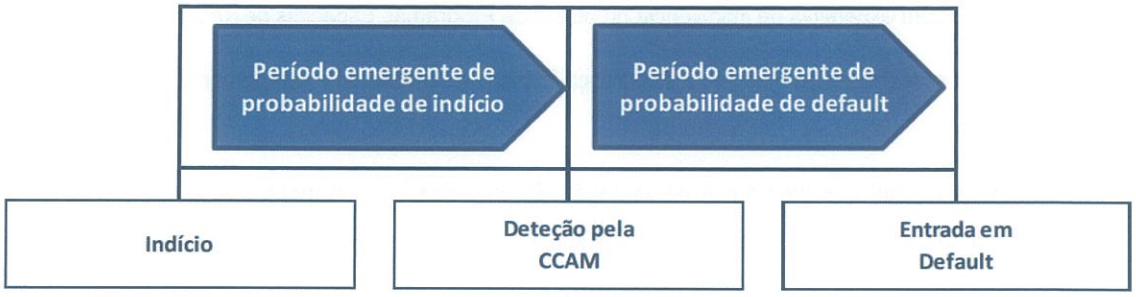
O modelo de imparidade coletiva assenta nos seguintes parâmetros:

Período Emergente

O período emergente representa o horizonte temporal que medeia entre o evento que origina a perda e a CCAM tomar conhecimento do mesmo. O período emergente encontra-se desagregado em:

Período emergente de probabilidade de indício – tempo que decorre entre a ocorrência de um indício e a sua deteção pela Caixa. A utilização deste período é aplicável à carteira sem indícios de imparidade. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.

Período emergente de probabilidade de *default* condicionada à existência de indícios de imparidade – tempo que decorre entre a deteção de um indício de imparidade e a entrada em *default*. A utilização deste período é aplicável à carteira com indícios de imparidade detetados. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.



Probabilidades de Indício e *Default*

O indício de imparidade é um evento de perda que pela sua natureza aumenta o risco de incumprimento da operação / Cliente. Estes podem ser internos, quando detetados nos sistemas operacionais da CCAM, ou externos quando obtidos / comunicadas por entidades exteriores à Caixa.
As probabilidades de indício e *default* são atualizadas mensalmente.

Probabilidade de indício (PI)

A PI consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que durante o Período emergente de PI apresentaram algum indício de imparidade.
Para a identificação e agregação da carteira com indícios de imparidade, serão considerados os indícios identificados na Carta-Circular:

- Cliente com pelo menos 1 crédito com atrasos no pagamento superior a 30 dias;
- Cliente com pelo menos 1 crédito em contencioso;
- Cliente com pelo menos 1 crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente ou perspetiva/pedido de reestruturação;

- Cliente com pelo menos 1 crédito no sistema bancário em situação de incumprimento, capital e juros abatidos/anulados ou contencioso, de acordo com a informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal;
- Cliente com notação de *rating* correspondente ao quartil mais gravoso da escala de rating interno;
- Cliente com deterioração de notação de *rating* superior a 30% da escala de rating interno;
- Cliente com cheques devolvidos e/ou inibição de uso de cheques;
- Crédito com decréscimo material do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num LTV superior a 80% (aplicável nos casos em que o crédito está associado a um projeto imobiliário específico);
- Clientes com efeitos protestados / não cobrados;
- Cliente com expetativa de insolvência ou objeto de Programas Especiais de Recuperação;
- Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;
- Outros fatores que indiciem a deterioração da capacidade de cumprir com o serviço da dívida (v.g. a inexistência de um mercado ativo para os bens subjacentes ao financiamento, redução significativa do volume de negócios e/ou perda de um cliente relevante (para empresas), situações de desemprego (particulares) ou outros fatores conforme constante na Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal).

Se o cliente ou grupo financeiro apresentar um valor de exposição em *default* abaixo de 20%, as suas operações associadas serão consideradas como apresentando indícios de imparidade.
O valor da PI por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após "t" (base), passaram a ter indícios de imparidade, condicionadas ao facto de estarem sem indícios em "t", sobre o número de operações sem indícios de imparidade em "t", tendo por base os dados históricos da Caixa (5 anos) e uma frequência mensal.

PD (Probability of *Default*; Probabilidade de Incumprimento)

A determinação da PD fundamenta-se na observação do número de incumprimentos ocorridos na carteira de crédito ao longo do período em análise (definido contendo 5 anos de histórico). O processo da sua quantificação envolve as seguintes fases:

- Determinação do número de incumprimentos ocorrido no período em análise e da frequência da sua ocorrência e cálculo das probabilidades incondicionadas de incumprimento em função das frequências observadas, por comparação com o número de contratos ativos em cada período;
- A determinação da PD assenta no princípio de invariância da carteira atual pelo horizonte temporal considerado (um ano) e na viabilidade da extrapolação do comportamento observado na série histórica

considerada através da seleção de um período temporal de análise que contém unicamente um ciclo económico, de acordo com o definido nas *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e a Norma IAS 39.

- A média das frequências de incumprimento observadas na série temporal analisada é então definida como PD. Para cada segmento considerado é definida uma PD distinta, através da separação das suas séries temporais.

Probabilidade de *Default* Condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC)

A PDC consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam com indícios de imparidade, e que entraram em *default* durante o período emergente de PDC.

Para a identificação e agregação da carteira em *default*, nos termos da Carta-circular, será considerado como crédito com incumprimento (em *default*):

- Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; ou
- Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.
- A renovação, refinanciamento, renegociação ou reestruturação de uma operação de crédito não deverá interromper a contagem do número de dias em atraso, exceto no caso de o devedor liquidar os juros vencidos sem recorrer a novo financiamento para esse propósito, direta ou indiretamente.

Adicionalmente, são considerados os seguintes critérios de contaminação de eventos de *default* verificados ao nível dos contratos:

- Toda a exposição do devedor será considerada em incumprimento, sempre que as exposições vencidas há mais de 90 dias excedam 20% do total da exposição do devedor;
- Se o total das exposições em *default* representar mais de 20% do total da exposição de um determinado grupo financeiro, as restantes operações são objeto de contaminação passando a ser consideradas como estando em *default*.

O valor da PDC por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após "t" (base), entram em *default*, condicionadas ao facto de estarem com indícios em "t", sobre o número de operações com indícios de imparidade em "t", tendo por base os dados históricos da CCAM (5 anos) e uma frequência mensal.

Probabilidade de *Default* Direta (PDD)

A PDD consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que entraram em *default* durante o período emergente de PI.

O valor da PDD por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após "t" (base), entraram em *default*, condicionadas ao facto de estarem sem indícios de imparidade em "t", sobre o número de operações sem indícios de imparidade em "t", tendo por base os dados históricos da CCAM (5 anos) e uma frequência mensal.

O cliente / Operação deixam de ser classificados como estando em incumprimento quando não se verifique qualquer critério de ativação de incumprimento e tenham sido liquidados todos os juros vencidos.

LGD (*Loss given default*; Perda económica, percentual, no incumprimento)

Este parâmetro determina o grau de perda verificada nos créditos em recuperação e contencioso, permitindo analisar o grau de eficiência (com base em fatores económicos e temporais) da Instituição na gestão o Crédito vencido, sendo determinado da seguinte forma:

$$LGD = 1 - \left(\frac{\frac{D}{(1 + TxM)^{Pr}}}{B} \right)$$

A - Exposição na data de referência do cálculo relativa aos créditos para os quais foi detetado incumprimento

B - Exposição no momento do incumprimento

C - Valor recuperado à data de referência dos créditos entrados em incumprimento, é entendido como um valor atual, que visa estimar a atualização do valor recuperado para a data do incumprimento, através do desconto do período estimado de recuperação.

Desta forma:

C = D / (1 + tx.juro média carteira) ^ Período estimado de recuperação

D = Valor recuperado = (B – A)

TxM = Taxa de Juro Média de Contratos considerados para a LGD

Pr = Período estimado de recuperação

A análise coletiva é efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$IMPARIDADE_{colectiva} = MD * PD * LGD$$

A LGD consiste numa estimativa de perda dado o *default* de um contrato, tendo por base a informação histórica da Caixa (5 anos, sendo aumentado em mais 1 ano todos os anos até atingir 7 anos) considerando todos os contratos que entraram em incumprimento durante o período em análise.

O processo de recuperação considera-se concluído quando o incumprimento é sanado (seja por via do pagamento dos montantes em atraso, seja por via da recuperação e alienação do colateral associado) ou quando, após terem sido tomadas pela Caixa todas as diligências de recuperação razoáveis, já não forem esperadas quaisquer recuperações adicionais.

Contratos com processo de recuperação concluído

Deverão ser identificados todos os contratos cuja conclusão do processo de recuperação tenha ocorrido dentro do período de análise anteriormente referido. Para esses contratos, deverão ser apuradas as recuperações efetivamente verificadas entre o momento da entrada em *default* e a data da conclusão do processo de recuperação.

Para esse efeito deverá ser considerado:

- Identificação do mês em que o contrato entrou pela primeira vez em *default*.
- Identificação das recuperações efetivamente verificadas relacionadas com cada contrato, ocorridas entre o mês de entrada em *default* e a data de referência. Na identificação das recuperações deverá ser levado em consideração:
    - Abates do crédito ao ativo (*write-offs*) e estornos posteriores desses *write-offs*;
    - Quantias efetivamente recuperadas com a alienação dos ativos recebidos em garantia;
    - Perda na sequência do direito ao recebimento ter expirado, total ou parcialmente (por exemplo, devido a um perdão da dívida, insolvência decretada por um tribunal, etc.);
    - Quantias recuperadas (de capital e de juros) após a entrada em incumprimento (através do devedor ou através de um garante);
    - Quantias em dívida que à data de referência já não se encontrem em situação de incumprimento.

Contratos sem processo de recuperação concluído

Para os contratos que entraram em incumprimento durante o período de análise mas cujo processo de recuperação ainda não se encontra concluído à data de referência não são os mesmos considerados no cálculo da LGD.

Créditos garantidos por colateral

Para créditos garantidos por colateral deverá ser estimada a quantia que se espera recuperar através da obtenção e posterior alienação do colateral à data de referência.

Para isso, é necessário determinar o justo valor do colateral, deduzido dos custos estimados necessários para proceder à sua alienação.

O justo valor deverá ser determinado com base em avaliações elaboradas por avaliadores independentes registados na CMVM aplicando-se, quando necessário, as taxas previstas na Tabela de Descontos do Anexo III à Carta-circular 2/2014/DSP. Serão aplicados Haircuts sempre que a avaliação do imóvel tenha sido realizada há mais de seis meses, aplicando as seguintes taxas de desvalorização:

	Desconto	
Antiguidade da avaliação	**≥ 50% Obra concluída**	**<50 % Obra concluída**
Inferior a 6 meses	Não aplicável	Não aplicável
6 meses	5%	5%
Entre 7 meses e 1 ano	10%	10%
Entre 1 e 2 anos	15%	20%
Entre 2 e 3 anos	25%	35%
Mais de 3 anos	50%	60%

(*) Os valores de desconto acima apresentados são referentes ao final do período indicado.
Para períodos intermédios deverão ser aplicados descontos de forma proporcional.

Sobre esse montante deverá ser ainda considerada a percentagem média de perda histórica incorrida pela Caixa com as alienações dos colaterais recuperados.

Para tal, deverá ser comparado o montante atribuído a cada colateral na data em que o mesmo foi recuperado e a quantia obtida com a venda efetiva desse mesmo colateral. Se o período que decorreu entre a data de recuperação e a data da venda for significativo, a quantia obtida com a venda do colateral

deverá ser atualizada para a data da recuperação, considerando a taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*).

Este apuramento deverá ser efetuado, dentro do possível, para todas as ocorrências, não existindo qualquer limitação temporal.

A percentagem média de perda histórica corresponde à média ponderada de cada uma das percentagens de perda determinadas da forma referida nos parágrafos anteriores.

Se a percentagem média de perda histórica for positiva (ganho), deverá ser considerada como zero.

Nos casos em que o colateral já foi recuperado pela Caixa mas, à data de referência ainda permanece em carteira, deverão ainda assim ser aplicadas, com as necessárias adaptações, os procedimentos evidenciados anteriormente.

Créditos garantidos por aval (garantia pessoal)

Para os créditos garantidos por aval (garantia pessoal), deverá ser estimada a quantia que se espera recuperar com recurso ao garante, à data de referência.

Para esse efeito, deverá ser determinada a percentagem média de perda histórica incorrida pela Caixa nos casos em que o garante se substituiu ao devedor para o cumprimento das suas responsabilidades.

Assim, deverá ser comparado o montante em dívida na data em que a mesma foi assumida pelo garante (voluntariamente ou com recurso a tribunal), com os reembolsos de capital e juros efetuados pelo garante após essa data. Cada um desses reembolsos deverá ser atualizado para a data em que o garante assumiu a responsabilidade pelo crédito, considerando a taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*).

Este apuramento deverá ser efetuado, dentro do possível, para todas as ocorrências, não existindo qualquer limitação temporal.

A percentagem média de perda histórica corresponde à média ponderada de cada uma das percentagens de perda determinadas da forma referida nos parágrafos anteriores. Se a percentagem média de perda histórica for positiva (ganho), deverá ser considerada como zero.

Apenas deverão ser consideradas neste apuramento as situações em que o processo de recuperação através do fiador já foi concluído (independentemente de ter sido ou não possível de recuperar todo o crédito).

Créditos sem garantia

Para os créditos sem garantia deverá ser estimada a quantia que se espera recuperar do próprio mutuário, à data de referência.

Para esse efeito, deverá ser determinada a percentagem média de perda histórica incorrida pela Caixa nos créditos que se encontram nesta situação.

Assim, deverá ser comparado o montante em dívida na data em que o crédito entrou em incumprimento, com os reembolsos de capital e juros efetuados pelo mutuário após essa data. Caso esse reembolso ocorra com recurso a execução ou dação de património deverão ser aplicados os procedimentos descritos para os créditos com colateral. Cada um dos reembolsos deverá ser atualizado para a data do incumprimento, considerando a taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*).

Este apuramento deverá ser efetuado, dentro do possível, para todas as ocorrências, não existindo qualquer limitação temporal.

A percentagem média de perda histórica corresponde à média ponderada de cada uma das percentagens de perda determinadas da forma referida nos parágrafos anteriores. Se a percentagem média de perda histórica for positiva (ganho), deverá ser considerada como zero.

Apenas deverão ser consideradas neste apuramento as situações em que o processo de recuperação já foi concluído (independentemente de ter sido ou não possível de recuperar todo o crédito).

Cálculo das perdas (todos os contratos)

Para determinar o montante da perda efetivamente incorrida, esta deverá corresponder à diferença entre a quantia escriturada à data da entrada em incumprimento e a estimativa das quantias efetivamente recuperadas (determinadas nas formas descritas anteriormente), descontadas individualmente para a data do incumprimento, à taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*).

Nos casos de reestruturações por dificuldades financeiras que tenham implicado reduções de taxa de juro que estejam relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, a perda efetivamente incorrida deverá corresponder à diferença entre a quantia escriturada à data da reestruturação e as recuperações calculadas de acordo com os parâmetros anteriores.

Deverão ser também considerados na perda os custos efetivamente incorridos, relacionados com a recuperação do crédito, tais como, por exemplo:

- Custas com advogados, tribunais ou outros diretamente relacionados com a recuperação do crédito;
- Custos com a alienação dos ativos recebidos em garantia (p.e. comissão da agência imobiliária).

O valor da LGD de um contrato é dado pelo montante da perda efetivamente incorrida determinado da forma anteriormente descrita sobre o montante escriturado à data do evento de *default*.

O valor da LGD de cada segmento é dado pela média das LGD dos contratos enquadráveis nesse segmento, ponderada pelos saldos dos contratos.

As LGD são atualizadas de forma mensal, sendo que pressupostos utilizados para estimar a imparidade, são testados de forma a calibrar os pressupostos adotados, de forma a minimizar as diferenças entre as perdas estimadas e as perdas efetivamente incorridas (*Back-testing*).

Os valores apurados com referência a 31/12/2017 são os seguintes:

Exposição Individual analisada no âmbito do processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito

	Data de referência - 31-12-2017	Em €
(1)	Conta 14 - Crédito a Clientes	€ 11 127 450
(2)	Conta 15 - Crédito e Juros Vencidos	€ 2 238 734
(3)	Conta 3304 - Rendimentos a receber de juros e créditos a clientes	€ 18 701
(4)	Conta 53 - Receitas com rendimento diferido associadas a operações de crédito	-€ 182
(5)	Conta 900 - Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	€ 18 468
(6)	Conta 9203 - Linhas de Crédito Irrevogaveis	€ 1 147 500
(7)	**Exposição Colectiva - (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)**	**€ 14 550 670**
	Ajustamentos	
(8)	Análise Individual que transita para Colectiva	€ 6 412 434
(9)	**Exposição Individual Total - (7)+(8)**	**€ 8 138 236**
(10)	Imparidade calculada em base Individual - Crédito Interno	€ 962 168
(11)	Imparidade calculada em base Individual - Crédito e Juros Vencidos	€ 1 426 742
(12)	Imparidade Garantias Prestadas Base Individual (extrapatrimoniais)	€ -
(13)	Imparidade Linhas Crédito Irrevogaveis Base Individual (extrapatrimoniais)	€ 9 666
(14)	**Imparidade Base Individual Total - ∑ (1:6)**	**€ 2 398 576**

Exposição Colectiva analisada no âmbito do processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito

	Data de referência - 31-12-2017	Em €
(1)	Conta 14 - Crédito a Clientes	€ 43 113 183
(2)	Conta 15 - Crédito e Juros Vencidos	€ 4 033 418
(3)	Conta 3304 - Rendimentos a receber de juros e créditos a clientes	€ 60 601
(4)	Conta 53 - Receitas com rendimento diferido associadas a operações de crédito	-€ 523
(5)	Conta 900 - Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	€ 713 784
(6)	Conta 9203 - Linhas de Crédito Irrevogaveis	€ 4 946 046
(7)	**Exposição Colectiva - (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)**	**€ 52 866 510**
	Ajustamentos	
(8)	Análise Individual que transitou para Colectiva	€ 6 412 434
(9)	**Exposição Colectiva Total - (7)+(8)**	**€ 59 278 943**
(10)	Imparidade calculada em Base Colectiva - Crédito Interno	€ 570 020
(11)	Imparidade calculada em Base Colectiva - Crédito e Juros Vencidos	€ 1 644 519
(12)	Imparidade Garantias Prestadas Base Colectiva (extrapatrimoniais)	€ 5 258
(13)	Imparidade Linhas Crédito Irrevogaveis Base Colectiva (extrapatrimoniais)	€ 19 222
(14)	**Imparidade Colectiva TOTAL - (10)+(11)+(12)+(13)**	**€ 2 239 020**

Exposição global analisada no âmbito do processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito

	Data de referência - 31-12-2017		Em €
(1)	Conta 14 - Crédito a Clientes	€	54 240 633
(2)	Conta 15 - Crédito e Juros Vencidos	€	6 272 152
(3)	Conta 3304 - Rendimentos a receber de juros e créditos a clientes	€	79 302
(4)	Conta 53 - Receitas com rendimento diferido associadas a operações de crédito	-€	706
(5)	**Exposição apresentada no Balanço - (1) + (2)+(3)+(4)**	€	**60 591 382**
	Ajustamentos		
(6)	Conta 900 - Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	€	732 252
(7)	Conta 9203 - Linhas de Crédito Irrevogaveis	€	6 093 546
(8)	**Exposição global analisada**	€	**67 417 180**

Processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito

	Data de referência - 31-12-2017		Em €
(1)	Imparidade calculada em base Individual - Crédito Interno	€	962 168
(2)	Imparidade calculada em Base Colectiva - Crédito Interno	€	570 020
(3)	Imparidade calculada em base Individual - Crédito e Juros Vencidos	€	1 426 742
(4)	Imparidade calculada em Base Colectiva - Crédito e Juros Vencidos	€	1 644 519
	Imparidade Crédito - (1)...(4)	€	**4 603 449**
(5)	Imparidade Garantias Prestadas Base Individual (extrapatrimoniais)	€	-
(6)	Imparidade Garantias Prestadas Base Colectiva (extrapatrimoniais)	€	5 258
(7)	Imparidade Linhas Crédito Irrevogaveis Base Individual (extrapatrimoniais)	€	9 666
(8)	Imparidade Linhas Crédito Irrevogaveis Base Colectiva (extrapatrimoniais)	€	19 222
(9)	**Imparidade Extrapatrimoniais- (5)...(8)**	€	**34 147**

	Imparidade TOTAL	€	**4 637 595**

o) Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos.

O modelo de imparidade foi sujeito a alterações em vários pressupostos, pelo que até à presente data ainda não foram realizadas análises de sensibilidade ao mesmo.

Divulgações quantitativas:

As divulgações quantitativas apresentadas correspondem a dados do processo de quantificação de imparidade, conforme previsto no âmbito da Instrução nº 5/13 do BdP.

Estas divulgações tomam como referência os quadros apresentados no Anexo da Carta Circular nº 02/14 do Banco de Portugal entretanto revogada pela CC/2018/00000006 de 24/01/2018. Tais quadros são indicativos, tendo sido adaptados à realidade da Instituição e de acordo com o estipulado na carta CC/2018/00000006 do Banco de Portugal..

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento.

a.1)

	Exposição 31/12/2017	
Segmento	Exposição Total	Imparidade Total
Carteira de Retalho		
Finalidades:		
- Empresas	18 984 673 €	1 381 553 €
- Contrução e CRE	6 489 056 €	1 156 929 €
- Habitação	22 820 464 €	611 916 €
- Consumo	1 017 272 €	11 125 €
- Outras	18 105 715 €	1 441 926 €
Total	67 417 180 €	4 603 449 €

	Exposição 31/12/2016	
Segmento	Exposição Total	Imparidade Total
Carteira de Retalho		
Finalidades:		
- Empresas	17 202 592 €	1 367 646 €
- Contrução e CRE	4 562 001 €	1 218 998 €
- Habitação	23 614 824 €	1 409 563 €
- Consumo	913 065 €	10 980 €
- Outras	20 522 816 €	2 258 525 €
Total	66 815 298 €	6 265 712 €

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção.

	Segmento - Carteira de Retalho														
Finalidades	Empresas			Construção e CRE			Habitação			Consumo			Outras		
Ano de Produção	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	76	1 356 543 €	123 725 €	4	23 034 €	1 €	120	4 339 170 €	81 076 €	2	14 515 €	1 923 €	319	1 953 828 €	199 347 €
2005	8	360 026 €	2 168 €	1	89 312 €	665 €	27	1 621 194 €	158 366 €				19	473 854 €	61 962 €
2006	20	711 291 €	20 138 €				31	2 252 874 €	178 581 €	1	1 284 €	170 €	39	1 326 525 €	118 490 €
2007	21	716 115 €	16 098 €				20	1 167 045 €	11 115 €	2	6 316 €	837 €	53	1 025 537 €	184 961 €
2008	26	1 041 055 €	11 639 €	3	69 005 €	1 419 €	23	1 828 106 €	13 620 €				40	942 029 €	133 409 €
2009	31	1 586 049 €	112 916 €				30	1 900 923 €	24 386 €	1	6 878 €	13 €	75	1 338 098 €	144 049 €
2010	26	2 262 845 €	880 971 €	4	690 946 €	350 748 €	29	2 063 393 €	20 576 €	1	12 001 €	120 €	46	1 355 920 €	107 114 €
2011	37	1 286 805 €	109 893 €	4	845 060 €	125 310 €	20	1 291 980 €	41 658 €	6	51 222 €	3 244 €	70	1 864 573 €	146 324 €
2012	37	654 496 €	25 049 €	7	998 863 €	565 966 €	12	758 630 €	6 947 €	3	14 226 €	27 €	61	1 705 431 €	145 881 €
2013	29	630 897 €	12 925 €	2	9 372 €	1 242 €	5	457 301 €	9 100 €	6	16 187 €	550 €	66	700 074 €	57 252 €
2014	24	385 290 €	6 939 €	4	12 989 €	53 €	10	561 070 €	4 180 €	20	52 928 €	103 €	65	1 120 747 €	72 363 €
2015	54	1 525 129 €	15 464 €	3	38 043 €	261 €	13	601 140 €	4 479 €	38	152 023 €	2 067 €	80	1 021 102 €	22 216 €
2016	69	2 341 286 €	17 953 €	7	933 414 €	8 078 €	21	1 969 547 €	14 036 €	55	221 765 €	1 093 €	84	1 213 838 €	33 444 €
2017	89	4 126 847 €	25 675 €	10	2 779 018 €	103 187 €	20	2 008 091 €	43 795 €	76	467 928 €	977 €	104	2 064 158 €	15 114 €
Total	547	18 984 673 €	1 381 553 €	49	6 489 056 €	1 156 929 €	381	22 820 464 €	611 916 €	211	1 017 272 €	11 125 €	1121	18 105 715 €	1 441 926 €

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, sector (CAE a dois dígitos) e geografia.

c.1) por segmento

31/12/2017	Segmento - Carteira de Retalho											
Finalidades	Empresas		Construção e CRE		Habitação		Consumo		Outras		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação												
Individual	1 977 842 €	971 521 €	4 359 268 €	1 014 395 €	1 053 140 €	208 568 €			1 179 338 €	194 427 €	8 569 588 €	2 388 910 €
Colectiva	17 006 830 €	410 031 €	2 129 788 €	142 535 €	21 767 324 €	403 348 €	1 017 272 €	11 125 €	16 926 377 €	1 247 500 €	58 847 592 €	2 214 539 €
Total	18 984 673 €	1 381 553 €	6 489 056 €	1 156 929 €	22 820 464 €	611 916 €	1 017 272 €	11 125 €	18 105 715 €	1 441 926 €	67 417 180 €	4 603 449 €

31/12/2016	Segmento - Carteira de Retalho											
Finalidades	Empresas		Construção e CRE		Habitação		Consumo		Outras		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação												
Individual	2 818 782 €	754 901 €	2 735 813 €	1 118 028 €	1 781 297 €	194 173 €	0 €		1 337 147 €	181 248 €	8 673 039 €	2 248 349 €
Colectiva	14 383 810 €	612 745 €	1 826 189 €	100 970 €	21 833 528 €	1 215 390 €	913 065 €	10 980 €	19 185 669 €	2 077 277 €	58 142 262 €	4 017 362 €
Total	17 202 592 €	1 367 646 €	4 562 001 €	1 218 998 €	23 614 824 €	1 409 563 €	913 065 €	10 980 €	20 522 816 €	2 258 525 €	66 815 300 €	6 265 711 €

c.2) por sector de atividade

Sector Atividade	Construção		Industria		Comércio		Outros		Total	
31/12/2017	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	1 234 250 €	881 165 €			981 903 €	563 931 €	6 353 435 €	943 814 €	8 569 588 €	2 388 910 €
Colectiva	4 274 652 €	256 907 €	3 731 415 €	277 717 €	13 670 699 €	657 265 €	37 170 825 €	1 022 649 €	58 847 592 €	2 214 539 €
Total	5 508 902 €	1 138 073 €	3 731 415 €	277 717 €	14 652 602 €	1 221 196 €	43 524 260 €	1 966 463 €	67 417 180 €	4 603 449 €

Sector Atividade	Construção		Industria		Comércio		Outros		Total	
31/12/2016	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	1 569 348 €	780 919 €	383 641 €	1 301 €	541 343 €	499 326 €	6 178 707 €	966 803 €	8 673 039 €	2 248 349 €
Colectiva	3 874 395 €	383 643 €	3 798 487 €	388 001 €	13 843 328 €	1 143 865 €	36 626 052 €	2 101 852 €	58 142 262 €	4 017 362 €
Total	5 443 743 €	1 164 562 €	4 182 128 €	389 303 €	14 384 670 €	1 643 191 €	42 804 759 €	3 068 655 €	66 815 300 €	6 265 711 €

c.3) por geografia

31/12/2017	Portugal		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação				
Individual	8 569 588 €	2 388 910 €	8 569 588 €	2 388 910 €
Colectiva	58 847 592 €	2 214 539 €	58 847 592 €	2 214 539 €
Total	67 417 180 €	4 603 449 €	67 417 180 €	4 603 449 €

31/12/2016	Portugal		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação				
Individual	8 673 039 €	2 248 349 €	8 673 039 €	2 248 349 €
Colectiva	58 142 262 €	4 017 362 €	58 142 262 €	4 017 362 €
Total	66 815 300 €	6 265 711 €	66 815 300 €	6 265 711 €

d) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, nomeadamente dos segmentos de Corporate, Construção e Commercial Real Estate (CRE) e Habitação.

31/12/2017	Segmento Carteira de Retalho							
Finalidades	Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
Justo Valor	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante
<0.5 M€	27	€ 4 227 282			372	€ 49 336 540		
>=0.5 M€ e <1 M€	3	€ 1 865 560			1	€ 850 000		
>=1 M€ e <5 M€	1	€ 1 825 000						
>=5 M€ e <10 M€								
>=10 M€ e <20 M€								
>=20 M€ e <50 M€								
>=50 M€								
Total	31	€ 7 917 842	0	€ -	373	€ 50 186 540	0	€ -

** Exemplo: Acções, obrigações, depósitos, bens materiais*
(Para efeitos de preenchimento deste quadro, considerar o PVT como justo valor)

31/12/2016	Segmento Carteira de Retalho							
Finalidades	Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
Justo Valor	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante	Número de Operações	Montante
<0.5 M€	32	€ 3 941 496	2	€ 110 709	382	€ 47 848 612		
>=0.5 M€ e <1 M€	2	€ 1 440 560			2	€ 1 182 891		
>=1 M€ e <5 M€								
>=5 M€ e <10 M€								
>=10 M€ e <20 M€								
>=20 M€ e <50 M€								
>=50 M€								
Total	34	€ 5 382 055	2	€ 110 709	384	€ 49 031 502	0	€ -

** Exemplo: Acções, obrigações, depósitos, bens materiais*
(Para efeitos de preenchimento deste quadro, considerar o PVT como justo valor)

e) Rácio LTV dos segmentos de Corporate, Construção, CRE e Habitação.

	Exposição 31/12/2017			Exposição 31/12/2016		
Segmento / Rácio	Número de imóveis	Total	Imparidade	Número de imóveis	Total	Imparidade
Carteira de Retalho						
Finalidades :						
Empresas						
Sem colateral associado	n.a	€ 7 134 952	€ 541 342	n.a	€ 3 766 531	€ 591 451
<60%	100	€ 5 102 811	€ 199 522	85	€ 3 806 900	€ 313 941
>=60% e <80%	22	€ 1 352 084	€ 36 081	34	€ 2 437 138	€ 164 551
>=80% e <100%	25	€ 3 212 121	€ 133 307	25	€ 2 227 330	€ 208 496
>=100%	28	€ 2 182 705	€ 471 301	22	€ 1 123 164	€ 89 208
Construção e CRE						
Sem colateral associado	n.a	€ 234 633	€ 16 833	n.a	€ 282 387	€ 13 475
<60%	18	€ 851 921	€ 44 952	14	€ 394 849	€ 12 627
>=60% e <80%	6	€ 1 849 653	€ 198 875	2	€ 359 791	€ 68 806
>=80% e <100%	2	€ 338 158	€ 2 926	15	€ 1 557 050	€ 340 560
>=100%	5	€ 3 214 691	€ 893 343	3	€ 1 376 522	€ 783 530
Habitação						
Sem colateral associado	n.a	€ 253 826	€ 15 434	n.a	€ 326 633	€ 37 483
<60%	258	€ 11 588 876	€ 171 855	247	€ 10 429 964	€ 461 372
>=60% e <80%	39	€ 3 845 373	€ 44 047	55	€ 5 150 433	€ 149 618
>=80% e <100%	53	€ 4 415 727	€ 205 649	55	€ 4 663 332	€ 432 906
>=100%	23	€ 2 716 662	€ 174 931	27	€ 2 989 462	€ 328 182
Consumo		€ -			€ -	
Sem colateral associado	n.a	€ 1 017 272	€ 11 125		€ 913 065	€ 10 980
Outros						
Sem colateral associado	n.a	€ 4 606 014	€ 227 216	n.a	€ 2 922 272	€ 254 743
<60%	281	€ 7 595 970	€ 344 032	308	€ 7 932 098	€ 599 284
>=60% e <80%	49	€ 2 039 506	€ 99 172	57	€ 2 319 387	€ 357 509
>=80% e <100%	29	€ 1 314 155	€ 167 271	46	€ 2 298 663	€ 373 893
>=100%	43	€ 2 550 070	€ 604 235	38	€ 2 372 826	€ 673 097

f) Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade.

Ativo	Exposição 31/12/2017			Exposição 31/12/2016		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno						
Urbano	4	646 000 €	426 258 €	5	976 000 €	756 258 €
Rural	7	54 135 €	49 135 €	13	189 997 €	182 831 €
Edifícios em desenvolvimento						
Comerciais						
Habitação						
Outros						
Edifícios construídos						
Comerciais	2	47 812 €	49 856 €	6	541 003 €	541 003 €
Habitação	11	767 588 €	732 594 €	44	3 860 472 €	3 731 671 €
Outros						
Outros	12	1 267 965 €	1 233 235 €	9	434 044 €	405 294 €
Total	36	2 783 500 €	2 491 078 €	77	6 001 516 €	5 617 057 €

Tempo decorrido desde a dação / execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 ano e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno					
Urbano		300 000 €		126 258 €	**426 258 €**
Rural		28 200 €	10 500 €	10 435 €	**49 135 €**
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais					
Habitação					
Outros					
Edifícios construídos					
Comerciais				49 856 €	**49 856 €**
Habitação		558 050 €		174 544 €	**732 594 €**
Outros					**0 €**
Outros	80 370 €	356 000 €	374 400 €	422 465 €	**1 233 235 €**

(Para efeitos de preenchimento deste quadro considerar o valor líquido contabilístico dos activos)

g) Distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos.

31/12/2017	Grau de Risco Baixo			Grau de Risco Médio			Grau de Risco Elevado			
Segmento	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
Carteira de Retalho										
Finalidades:										
- Empresas			€ 239 459	€ 3 156 683	€ 8 877 753	€ 2 495 007	€ 2 525 518	€ 1 489 895	€ 200 358	
- Contrução e CRE			€ 359	€ 333 372	€ 3 376 352	€ 500 465	€ 1 795 516	€ 482 992		
- Habitação			€ 540 270	€ 5 692 660	€ 9 963 314	€ 2 863 886	€ 2 647 309	€ 950 944	€ 162 080	
- Consumo			€ 6 024	€ 202 741	€ 598 794	€ 80 237	€ 74 407	€ 30 277	€ 24 793	
- Outras			€ 361 636	€ 3 248 130	€ 6 367 453	€ 3 022 152	€ 2 456 084	€ 2 130 620	€ 519 640	
Total	€ -	€ -	€ 1 147 748	€ 12 633 586	€ 29 183 666	€ 8 961 747	€ 9 498 833	€ 5 084 728	€ 906 872	€ -

31/12/2016	Grau de Risco Baixo			Grau de Risco Médio			Grau de Risco Elevado			
Segmento	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
Carteira de Retalho										
Finalidades:										
- Empresas			€ 264 459	€ 3 176 706	€ 8 379 639	€ 2 451 859	€ 1 867 229	€ 889 396	€ 216 417	
- Contrução e CRE				€ 1 063 848	€ 367 826	€ 400 326	€ 2 466 167	€ 274 069		
- Habitação			€ 273 153	€ 5 794 934	€ 11 104 420	€ 4 015 606	€ 1 643 410	€ 743 970	€ 162 080	
- Consumo			€ 19 032	€ 200 353	€ 408 485	€ 173 172	€ 67 768	€ 38 920	€ 24 793	
- Outras			€ 303 307	€ 4 445 908	€ 6 613 431	€ 3 389 784	€ 3 014 099	€ 2 575 212	€ 477 979	
Total	€ -	€ -	€ 859 951	€ 14 681 750	€ 26 873 802	€ 10 430 747	€ 9 058 672	€ 4 521 567	€ 881 270	€ -

h) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento.

Segmento	Imparidade			LGD (%)
	PD (%)			
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	> 30 dias	
Colectivamente				
Particulares com Garantia Hipotecária	1,449%	7,565%	26,163%	51,417%
Particulares com Garantia Não Hipotecária	1,449%	7,565%	26,163%	13,251%
Particulares sem Garantia	1,449%	7,565%	26,163%	13,252%
Empresas com Garantia Hipotecária	1,847%	7,565%	26,163%	51,417%
Empresas com Garantia Não Hipotecária	1,847%	7,565%	26,163%	13,251%
Empresas sem Garantia	1,847%	7,565%	26,163%	13,252%





PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Introdução

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL (adiante designada por CCAM ou Instituição), o Conselho Fiscal apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora da CCAM no exercício de 2017 e emite o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados do referido exercício.

Responsabilidades

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a implementação e manutenção dum sistema de controlo interno no sentido de garantir a eficiente condução da atividade na base da aderência às políticas de gestão em cumprimento da lei, normas e regulamentos, internos e das Autoridades de Supervisão, são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao Conselho Fiscal incumbe a responsabilidade de examinar os registos contabilísticos das operações bem como as respetivas Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, em conformidade com as disposições legais, estatutárias, normativas e regulamentares em vigor, e expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras baseada no exame realizado.

Âmbito

No exercício de 2017, e no âmbito do desempenho das nossas atribuições e competências, acompanhámos a atividade da CCAM através de reuniões de trabalho com o Conselho de Administração e com os serviços, da participação nas reuniões alargadas, da informação regularmente disponibilizada e de outra diretamente solicitada aos serviços, tendo realizado várias reuniões periódicas.

Tomamos conhecimento dos trabalhos desenvolvidos e conclusões obtidas pelos Revisores Oficiais de Contas, no âmbito das suas funções, relativamente à auditoria das Demonstrações Financeiras de 2017, informações obtidas em reuniões de trabalho e através do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, que nos foi dirigido por esta entidade, em 9 de março de 2018, em cumprimento do disposto no artigo 24.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

Comprovámos o cumprimento das normas aplicáveis à contabilização das operações, apreciámos a adequacidade das políticas contabilísticas adotadas e a respetiva divulgação e examinámos o Relatório de Gestão (Relatório do Conselho de Administração) e as Demonstrações Financeiras do exercício, que compreendem o Balanço (que evidencia um ativo líquido de 193 057 799 euros e um total do capital próprio de 38 195 701 euros, incluindo um resultado do exercício de 2 676 046 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo (Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras).

Ao terminar gostaríamos de expressar o nosso agradecimento pelo excelente, oportuno e continuado apoio que recebemos por parte do Conselho de Administração, dos Serviços e do Revisor Oficial de Contas.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2017.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Mafra, 9 de março de 2018

O Conselho Fiscal

_____

Dr. Mário Jorge Silvestre Neto – Presidente

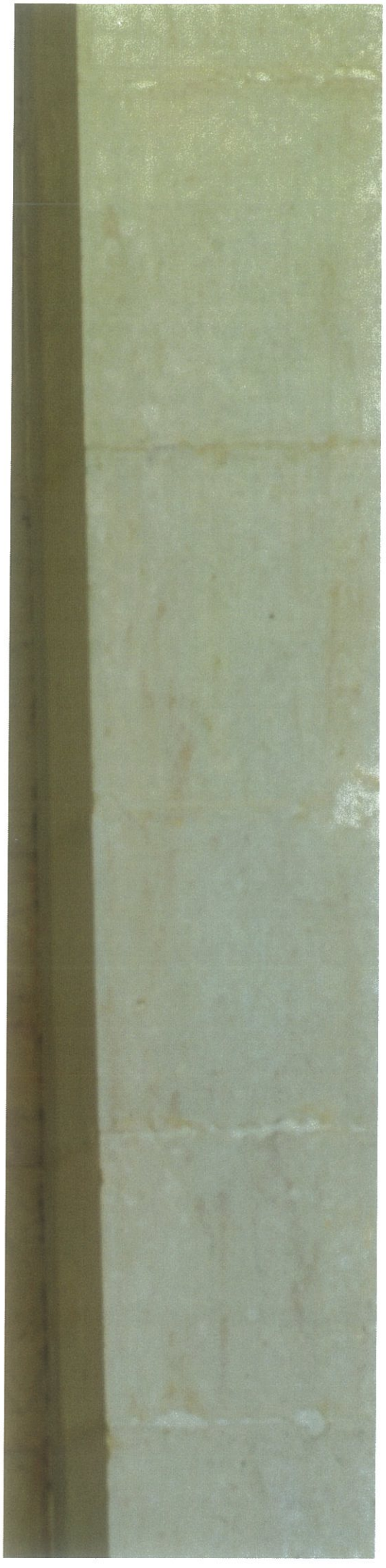
_____

Dr. Sérgio Nuno Dias Bento - Secretário

_____

Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento - Vogal





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 193.057.799 euros e um total de capital próprio de 38.195.701 euros, incluindo um resultado líquido de 2.676.046 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

No exercício de 2017 a Entidade alterou o seu referencial contabilístico aplicável, passando das Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, conforme divulgado nas notas 1 e 28 das notas anexas às

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75,
8º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129
www.orasroc.pt · E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175 - F: +351 244 822 178

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

demonstrações financeiras. No processo de transição das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) para as IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro. Consequentemente, a informação financeira de 2016, anteriormente apresentada de acordo com as NCA, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as IFRS.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

As matérias relevantes de auditoria consideradas foram:

(i) A carteira de crédito (rubrica "Crédito a Clientes", notas C.2 e 16 das notas anexas às demonstrações financeiras), tendo em atenção que a concessão de crédito é o negócio principal da Entidade, com o risco de crédito inerente e, sabendo que as dificuldades dos devedores podem levar a incumprimentos, com impacto na redução dos valores a receber e recurso à execução das garantias existentes, o risco de distorção material relaciona-se diretamente com o julgamento das estimativas utilizadas para a constituição de imparidades;

Para mitigar os riscos de distorção nesta área do crédito e validar o nível de imparidades constituídas foram efetuados diversos procedimentos de auditoria, em base de amostragem, que incluíram levantamentos de controlo interno, testes sobre a existência e a mensuração dos créditos e juros respetivos, a reconciliação da carteira de crédito com a contabilidade, teste ao nível de imparidades reconhecidas e ao processo de cálculo da imparidade;

(ii) os Ativos por impostos diferidos (rubrica "Ativos por impostos diferidos", nota 33 das notas anexas às demonstrações financeiras), são reconhecidos em função de diferenças temporárias entre a ótica contabilística e a fiscal, a parte significativa da base de cálculo apura-se na determinação de imparidades não aceites do "Crédito a clientes" e outras estimativas, que envolvem julgamentos diversos, e em que o risco de distorção material se relaciona com esse apuramento da base de cálculo e a expetativa de recuperabilidade, ao que acresce algum risco operacional inerente, dado que a sua determinação é substancialmente manual;

Para mitigar este risco foram feitos procedimentos de auditoria que incluíram testes e recálculos da base

de apuramento, bem como a análise da estimativa do imposto sobre o rendimento, e tido em consideração a recuperabilidade ocorrida em períodos anteriores. O montante de Ativos por impostos diferidos reconhecidos encontra-se adequadamente suportado e a recuperabilidade destes ativos, no caso, operada com a reversão de provisões não aceites, afigura-se-nos razoavelmente expetável;

(iii) os Ativos não correntes detidos para venda (rubrica "Ativos não correntes detidos para venda, nota 17 das notas anexas às demonstrações financeiras), por norma resultantes da execução de garantias nos casos de incumprimento do devedor, área em que o risco de distorção material resulta de existirem julgamentos diversos nas estimativas e avaliações, e de ocorrerem vendas com impactos em ganhos ou perdas. Para mitigar este risco foi analisada a lista de patrimónios detidos, os normativos internos existentes quanto às avaliações (incluindo a independência e qualificação dos avaliadores envolvidos) e ao reconhecimento contabilístico, os suportes dos movimentos mais significativos ocorridos no exercício, e avaliado o montante da imparidade reconhecida, que se considerou adequado.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo um ponto no relatório sobre "Estrutura e práticas de governo societário, e declaração da política de remuneração", nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de associados realizada em 28 de novembro de 2009 para um mandato compreendido entre 2010 e 2012.

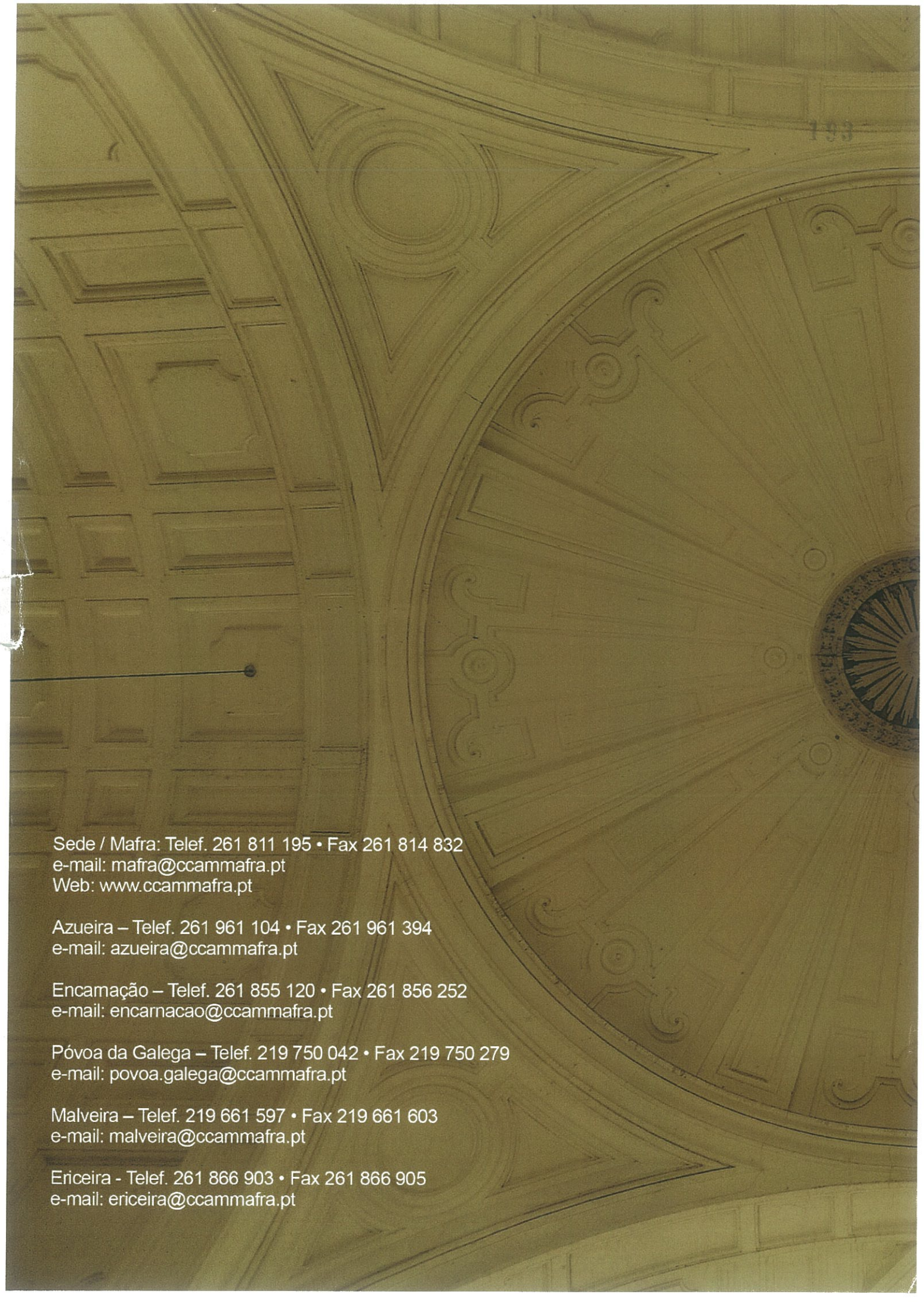
OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

- Fomos eleitos na assembleia geral de associados realizada em 8 de dezembro de 2012 para um segundo mandato compreendido entre 2013 e 2015.
- Fomos eleitos na assembleia geral de associados realizada em 11 de dezembro de 2015 para um terceiro mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 9 de março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.°, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 9 de março de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056



Sede / Mafra: Telef. 261 811 195 • Fax 261 814 832
e-mail: mafra@ccammafra.pt
Web: www.ccammafra.pt

Azueira – Telef. 261 961 104 • Fax 261 961 394
e-mail: azueira@ccammafra.pt

Encarnação – Telef. 261 855 120 • Fax 261 856 252
e-mail: encarnacao@ccammafra.pt

Póvoa da Galega – Telef. 219 750 042 • Fax 219 750 279
e-mail: povoa.galega@ccammafra.pt

Malveira – Telef. 219 661 597 • Fax 219 661 603
e-mail: malveira@ccammafra.pt

Ericeira - Telef. 261 866 903 • Fax 261 866 905
e-mail: ericeira@ccammafra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

194

PARECER

Concordo. Proponho que o assunto vá a reunião de câmara.

03/04/2018

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

03/04/2018

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com o proposto.

02/04/018

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunir.

03/04/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/5211

ASSUNTO: Escola de Música da Casa do Povo da Enxara do Bispo – apoio financeiro

A Escola de Música da Casa do Povo da Enxara do Bispo nasce sob a direção do professor Moreira, em resposta à crescente procura de aulas de música por parte dos jovens locais, constituindo-se como espaço de convívio, partilha, aprendizagem e enriquecimento cultural, celebrando a sua génese em 1993.

A constituição da banda de música ocorre em maio de 1999, por protocolo assinado entre a Junta de Freguesia da Enxara do Bispo e a Casa do Povo da mesma localidade.

No ano em que celebra o 25.º aniversário, a Escola de Música da Casa do Povo da Enxara do Bispo, continua a trabalhar em prol da tradição e cultura musical. É uma banda maioritariamente jovem, constituída por cerca de 30 elementos e dirigida, desde 2007, pelo maestro Nuno Varão, desenvolvendo várias atividades,

Anexo VIII

designadamente, procissões religiosas, concertos, desfiles, entre outras atividades musicais.

A diversidade de instrumentos lecionados permite repertórios mais variados, com maior qualidade e riqueza musical. A aquisição de instrumentos constituirá uma mais-valia para o trabalho que esta banda tem vindo a desenvolver ao longo destas duas décadas.

Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Compete-lhe ainda apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;

Propõe-se, na sequência do pedido formalizado pela Escola de Música da Casa do Povo da Enxara do Bispo, a atribuição de uma verba no valor de 2 500€ (dois mil e quinhentos euros) com vista à aquisição de instrumentos.

Mafra, 02 de abril de 2018

A Dirigente da Unidade de Apoio Institucional

(Paula Santos)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de	2018	
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Económica	080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições Sem Fins Lucrativos
Classificação Funcional	2.5.1. 0102	Cultura Transferências de Capital
N.º Rubrica do Plano	2016 I 4	

		Ano Corrente	2019	2020	2021	Seguintes
1	Orçamento Inicial	5.000,00				
2	Reforços / Anulações					
3	Congel. / Descongel. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 -3	Orçamento Corrigido	5.000,00				
5	Encargos Assumidos (a)					
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	5.000,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	2.500,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	2.500,00				

Data: 2018/04/02 Numero de lançamento no diário do orçamento: 4387

Proposta de Cabimento n.º 2018/1272
CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA A ESCOLA DE MÚSICA DA CASA DO POVO DA ENXARA DO BISPO, PARA AQUISIÇÃO DE UM INSTRUMENTO MUSICAL".

DULCE MARIA
DUARTE LOURENÇO

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA 196

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

PARECER

Concordo. Proponho que o ónus que permite o termo de curso.

03/04/2018

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

02/04/2018

O(A) Diretor(a) de Departamento,

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

À reunião

03/04/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/5277

ASSUNTO: Aquisição de imóveis para alargamento do parque habitacional de gestão municipal.

O acesso à habitação constitui um direito fundamental dos cidadãos, consagrado na Constituição da República Portuguesa, direito esse nem sempre assegurado na sua plenitude, uma vez que a incapacidade de acesso à habitação radica na maior parte dos casos, na precária situação económica das famílias.

Apesar de todo o investimento feito, nomeadamente na década de 80 e 90, e mesmo com a resposta excecional do PER, através do qual foram obtidos financiamentos que permitiram o apoio à construção dos dois bairros de habitação social atualmente existentes em Mafra e Malveira, verificam-se, hoje, ainda, carências habitacionais, sobretudo nos centros urbanos.

As políticas municipais, numa perspetiva de qualidade e sustentabilidade do território, pautam-se pela procura e implementação de respostas que,

Anexo IX

oportunamente, se vão revelando adequadas ao desenvolvimento populacional e consequentes exigências.

No que respeita à resposta social de natureza habitacional, designadamente dirigida para apoiar os cidadãos mais desfavorecidos e em circunstâncias de maior vulnerabilidade económica e/ou social, o Município dispõe atualmente de um parque habitacional de habitações sociais de gestão municipal, composto por dois bairros e um conjunto de habitações dispersas, destinados ao arrendamento no regime de renda apoiada. No âmbito dos atendimentos dos Serviços de ação social da autarquia, os interessados em requerer esta resposta de habitação social integram uma bolsa de inscritos (Mapa de Inscritos para integrar Habitação Social).

Além desta resposta habitacional, e visando contribuir para a dignificação das famílias concelhias, potenciando os seus padrões de qualidade de vida através, nomeadamente, da melhoria das condições de habitabilidade, a Câmara Municipal disponibiliza, desde 2014, um apoio ao arrendamento habitacional – ARRENDAR, que se traduz numa comparticipação pecuniária do valor da renda mensal devida pelos inquilinos ao respetivo senhorio do mercado de arrendamento privado.

Não obstante as respostas existentes, verifica-se uma crescente procura por parte dos munícipes em situação de vulnerabilidade social e/ou económica, no que respeita a apoios de natureza habitacional.

A par desta constatação, e na decorrência do trabalho de terreno levado a cabo pela equipa da Ação Social, foram identificados dois imóveis, sitos na Rua Manuel Fernandes Batista, na Quinta de Santa Bárbara, lotes 66 e 67, em Mafra, que apresentam sinais evidentes de abandono, e que são hoje, um foco de concentração de alguma marginalidade, que urge resolver nesta zona habitacional da vila de Mafra.

Da consulta ao processo interno da Câmara Municipal de Mafra, verifica-se que cada bloco de apartamentos possui cinco fogos de tipologia T2 e quatro fogos de tipologia T3, sendo que cada T3 poderia vir a ser dividido em duas casas de tipologia T1. Nesse sentido, alcançar-se-ia, em cada bloco, treze apartamentos. Considerando que os dois blocos estão por terminar, poderíamos alcançar entre dezoito ou vinte e seis apartamentos, caso se opte, respetivamente, por manter a compartimentação existente, ou pela divisão de cada T3 em dois T1.

Consultado o processo de Avaliação dos edifícios em apreço, para o qual se efetuaram duas avaliações, uma interna e outra externa, conclui-se, para o lote 66, pelos valores de 400.000€ e 403.000€, da avaliação interna e externa, respetivamente. Para o lote 67, a avaliação interna foi de 400.000€ e a externa de 415.000€.

Face ao exposto, propõe-se, nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do art.º 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submeter à Assembleia Municipal a autorização da aquisição, ao Montepio Geral, atual proprietário dos dois imóveis sitos na Rua Manuel Fernandes Batista, na Quinta de Santa Bárbara, lotes 66 e 67, em Mafra, descritos respetivamente: Lote 66, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob a ficha número 05664/20011205, da freguesia de Mafra, inscrito na matriz predial Urbana sob o artigo 8211, com a área de 331,50 m2; Lote 67, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob a ficha número 05665/20011205, da freguesia de Mafra, inscrito na matriz predial Urbana sob o artigo 8212, com a área de 331,50 m2, ambos para alargamento do parque habitacional de gestão municipal, pelo valor de 800.000,00€ (oitocentos mil euros), de acordo com a avaliação interna efetuada e dado que o proprietário manifestou concordância com a venda nos termos referidos.

Mafra, 2 de abril de 2018

A Chefe de Divisão,

Paula Ribeiro

(Paula Duarte Ribeiro)

De: Ricardo Carvalho [mailto:Ricardo.Carvalho@montepio.pt]
Enviada: 21 de fevereiro de 2018 13:04
Para: Presidente <HelderSilva@cm-mafra.pt>
Cc: Carlos José Santos <carlos.jose.santos@montepio.pt>; Aldevina Rodrigues <AldevinaRodrigues@cm-mafra.pt>; Hugo Luis <HugoLuis@cm-mafra.pt>
Assunto: RE: Informação Prédios Mafra

Exmo. Sr. Presidente
Eng.º Hélder Silva,

Agradecendo novamente a proposta apresentada, serve o presente para informar que a mesma foi **aceite** pelo Conselho de Administração da CEMG.

Por forma a agilizar a preparação e agendamento da escritura, solicito que nos indique qual o interlocutor da C.M. Mafra para o efeito.

Melhores cumprimentos,
Ricardo Carvalho, MRICS
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE
Comercialização de Imóveis
Rua do Carmo, nº60 – 4º * 1200-094 Lisboa
T 213 248 185
E ricardo.carvalho@montepio.pt

From: Presidente [mailto:HelderSilva@cm-mafra.pt]
Sent: 29 de janeiro de 2018 10:20
To: Ricardo Carvalho <Ricardo.Carvalho@montepio.pt>
Cc: Carlos José Santos <carlos.jose.santos@montepio.pt>; Aldevina Rodrigues <AldevinaRodrigues@cm-mafra.pt>; Hugo Luis <HugoLuis@cm-mafra.pt>
Subject: RE: Informação Prédios Mafra

Ex.mo Senhor Engº Ricardo Carvalho,

Serve o presente para agradecer a sua mensagem e para apresentar proposta para aquisição dos lotes 66 e 67 da Rua Manuel Fernandes Batista em Mafra, relativos aos vossos processos 9313 e 9314.

Assim, somos a apresentar uma proposta de aquisição dos dois imóveis, no estado em atualmente se encontram:
Lote 66- Rua Manuel Fernandes Batista- Mafra,– 400.000€ (quatrocentos mil euros).
Lote 67- Rua Manuel Fernandes Batista- Mafra,– 400.000€ (quatrocentos mil euros).

Total dos dois lotes 800.000€ (oitocentos mil euros)

Face à proposta, aguardarei resposta por parte de V.exa.

Com os melhores cumprimentos,

Hélder Sousa Silva
Presidente

Praça do Município, 2644-001 Mafra
Telef.: 261 810 269
e-mail: presidente@cm-mafra.pt
Site: www.cm-mafra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Avaliação de dois imóveis, sitos na Rua Manuel Fernandes Batista – Lotes 66 e 67, Urbanização de Santa Bárbara – Mafra

Na sequência do despacho exarado pelo Sr. Presidente em 10 de janeiro de 2018, procedeu a Comissão de Avaliação desta Câmara Municipal à elaboração das avaliações dos imóveis, sitos na Rua Manuel Fernandes Batista – Lotes 66 e 67, Urbanização de Santa Bárbara – Mafra.

Estas avaliações destinam-se a servir de base à possível apresentação de uma proposta de aquisição dos mesmos à entidade que os detém, ou seja, o Montepio Geral, tendo como objetivo melhorar a resposta às necessidades habitacionais de caráter social, verificadas no concelho de Mafra.

Com o objetivo efetuar uma melhor aferição do valor dos bens face ao valor de marcado, foi ainda solicitada a realização de uma segunda avaliação externa, a qual também é apresentada em anexo à presente informação.

Tal como se pode verificar, as avaliações efetuadas apresentam valores muito próximos, tendo o lote 66 sido avaliado em 400.000€ pela Comissão de Avaliação e por 403.000€ externamente, e o lote 67 também por 400.000€ pela Comissão de Avaliação e por 415.000€ pela avaliação externa.

Mafra, 26 de janeiro de 2018

O Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

(Bruno Miranda)

201

AUTO DE AVALIAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO BEM:	Lote 66
LOCALIDADE:	Rua Manuel Fernandes Batista – Urb. Sta Bárbara - Mafra
FREGUESIA:	Mafra

1 - LOCALIZAÇÃO

Este prédio localiza-se no lado poente da Vila de Mafra, próximo do acesso à A21.

2 - DESCRIÇÃO

Trata-se de um edifício habitacional, com 1 elevador, constituído por 7 pisos, sendo os pisos -1 e -2 para 14 parqueamentos. Os pisos habitacionais do piso 0 ao piso 3 são compostos por 1T2 e 1T3, por piso, sendo que cada um dos apartamentos do r/c têm um terraço. Existe ainda um 5º piso habitacional, designado por recuado, que tem 1 T2 com terraço.

3 - CONFRONTAÇÕES

N – Lote 67

S – Domínio público

E - Arruamento

W – Rua Manuel Fernandes Batista

4 – MÉTODOS DE CÁCULO PARA DETERMINAR O VALOR ATUAL DO PRÉDIO

Para determinar o valor atual do prédio foram utilizados os métodos de mercado e do custo de construção, ponderando a percentagem de obra executada.

5 – VALORES DE MERCADO

Tomando em consideração os valores atuais de venda, nesta urbanização e na zona de Mafra, obtêm-se os seguintes valores:

VALOR DAS VENDAS	Área	Quant	Valor unit.	Total/Apart
CAVES				
parqueamentos		14	4000	56 000,00
R/C				
T2	90	1	1 166,67	105 000,00
Terraço	42	1	95,24	4 000,00
T3	118,4	1	1 026,18	121 500,00
Terraço	56,1	1	89,13	5 000,00
PISOS 1 a 3				
T2	90	3	1 172,22	105 500,00
T3	118,4	3	1 051,52	124 500,00
PISO 4 (RECUADO)				
T2	102,8	1	1 040,86	107 000,00
Terraço	89	1	112,36	10 000,00
TOTAL				1098500

6 – CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

O quadro a seguir apresentado espelha os diversos custos associados à construção do edifício, nomeadamente o custo unitário das caves, dos pisos habitacionais e dos terraços. Esta estrutura de custos engloba também os diversos encargos associados à construção, incluindo os projetos e os encargos financeiros. Conjugando com o método de mercado, foi também possível apurar e contabilizar o valor da margem.

202

CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	Área (m2)	Valor unitário (€)	Total (€)
Terreno	332	203,31	67 500,00
Habitação	1029,5	600	617 700,00
Cave - parqueamentos	663	210	139 230,00
Terraços	187,1	135	25 258,50
Projetos			32 500,00
Fiscalização			22 500,00
Custos financeiros (associados à fase de construção)			41 006,50
Custos Administrativos e de licenciamento			10 000,00
Comercialização (5% das vendas)			54 925,00
Margem do promotor (8% das vendas)			87 880,00
TOTAL DOS CUSTOS			1 098 500,00

7 – PERCENTAGEM DE OBRA EXECUTADA

A percentagem de obra executada é de 37,95%, conforme documento em anexo. É de salientar que devido ao facto de a obra estar abandonada há alguns anos levou a que alguns trabalhos já executados se tenham deteriorado, obrigando à sua substituição. Estes trabalhos que se encontram deteriorados e que necessitam de substituição não foram contabilizados no apuramento da percentagem dos trabalhos executados, sendo de salientar algumas alvenarias, rebocos e pinturas. No cálculo da percentagem de obra executada também foram ponderados alguns trabalhos que não necessitando de substituição, justificam de reparação, nomeadamente alguns elementos de betão armado ao nível da cave.

Para além do atrás mencionado, para obras paradas há alguns anos, a fim de fazer face a uma nova mobilização de estaleiro, deficiências ocultas, que, eventualmente, apenas serão detetadas à medida que os trabalhos decorrem, e ainda, devido há necessidade de serem efetuadas algumas demolições, incluindo o transporte a vazadouro, é corrente descontar à percentagem de obra executada cerca de 10% a 15%.

Face ao exposto e por uma questão de prudência, vamos descontar 15%, pelo que, para efeitos de calculo do valor atual do prédio, se obtêm 32,26%.

8 – VALOR ATUAL DO PRÉDIO

O valor atual do prédio é determinado pela seguinte fórmula:

Valor Atual = Terreno + % de obra executada x (Custos da construção + Encargos associados à construção + margem).

Com base no exposto, obtêm-se o seguinte valor:

Valor Atual = 67 500 € + 0,3226 x 1 031 000 € = 400 100,60 €

9 - CONCLUSÃO

Com base no atrás exposto e arredondando o valor, verifica-se que o valor atual deste edifício é **400 000 € (quatrocentos mil euros).**

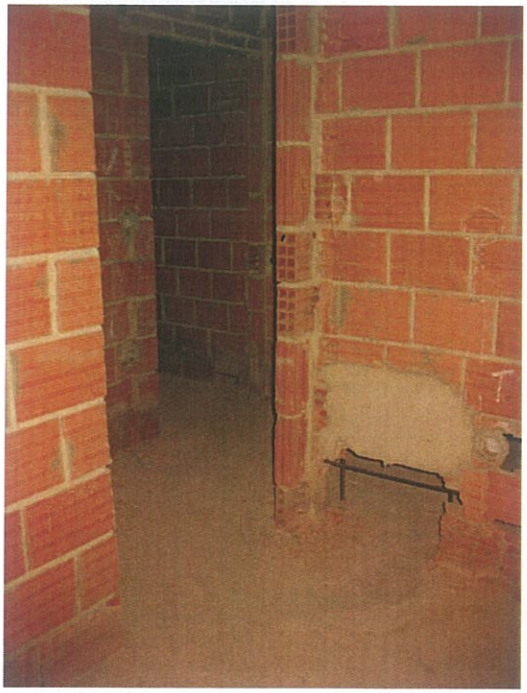
Mafra, 22 de janeiro de 2018

A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO,

(CMVM AVF II 13/128)

ANEXOS





205

SITUAÇÃO DE OBRA

CÓDIGO e Nº do Bem	

Rua Manuel Fernandes Batista - lote 66 - Mafra

TABELA PARA EDIF > 4 PISOS C/ ELEV.

RUBRICA							PESO DA RUBRICA	já realizado % RUBRICA	já realizado % TOTAL
1 -	MOVIMENTO DE TERRAS						1	100	1,0
2 -	FUNDAÇÕES						4,5	83	3,7
	Fundações	83	100	Piso térreo	17	0			
	Paredes do piso térreo								
3 -	ESTRUTURA						28,5	93	26,4
	Pilares	16	100	Vigas	22	100			
	Paredes	17	89	Lages	45	88			
4 -	ALVENARIAS						9	58	5,2
	Interiores	58	35	Exteriores	42	90			
5 -	COBERTURA						2	25	0,5
	Estrutura	33	55	Revestimentos e outros	67	10			
6 -	VÃOS EXTERIORES						6	5	0,3
	Guarnecimento	12	44	Caixilhos e portas	55	0			
	Vidros	13	0	Estores	20	0			
7 -	VÃOS INTERIORES						4,5	0	0,0
	Aros	29	0	Portas	71	0			
8 -	REDE DE ÁGUAS						3,5	0	0,0
	Canalizações	70	0	Torneiras	30	0			
9 -	INSTALAÇÕES DE ESGOTOS E VENTILA						2,5	0	0,0
	Tubagens	74	0	Outros	26	0			
10 -	INSTALAÇÃO ELÉCTRICA						4,5	0	0,0
	Tubagens e caixas	35	0	Enfiamentos	30	0			
	Outros	35	0						
11 -	ELEVADORES						6	0	0,0
	Portas e guias	45	0	Cabine e máquinas	55	0			
12 -	REVEST. INICIAL DE PAREDES E TECTOS (REBOCOS)						6	12	0,7
	Interiores	69	0	Exteriores	31	40			
13 -	MOSAICOS E AZULEJOS						3,5	0	0,0
14 -	REVEST. FINAL DE PAREDES E TECTOS						6,5	0	0,0
	Paredes interiores	44	0	Tectos	20	0			
	Paredes exteriores	36	0						
15 -	BETONILHAS						1	0	0,0
16 -	REVEST. FINAL DE PISOS DAS ZONAS SECAS						3	0	0,0
17 -	REVEST. DE ESCADAS E GALERIAS						1,5	0	0,0
18 -	EQUIPAMENTO DE COZINHA E LAVAGEM						2,5	0	0,0
19 -	EQUIPAMENTO DE CASA DE BANHO						2	0	0,0
20 -	ROUPEIROS						1	0	0,0
21 -	INSTALAÇÃO DE GÁS						1	0	0,0
							% de obra já realizada		37,95

OBS.

22/01/2018

_____

LEVANTAMENTO DE MERCADO

CONSTRUÇÕES **data da pesquisa:** janeiro 18

MERCADO DE TRANSAÇÕES

Localização/ morada/ urbanização	Tipo/uso	Tipologia	Área uso principal (m2)	Área Terreno (m2)	Ano const/ remodelação	Estado de conservação	Importância da localização	Anexos a expurgar diretamente ao valor: Nº parq	Estimativa do valor por parq. (€)	área de anexos relevantes (m2)	Estimativa do Vunit dos anexos (€/m2)	Valor de oferta	Margem negociação	Valor de transação REAL	Fator Homogeneização	Vunit uso principal (€/m2)	Descrição de anexos e outras Observações	Fonte
Mafra - Sta Bárbara	Apart.	T3	118,4	125	2018	Bom	Boa	2	4 000					**132500**		1 052	2 parqueamentos	
Mafra - Sta Bábara	Apart.	T3	116	124	2005	Bom	Boa	2	4 000	1	3 500	**140 000 €**	**7%**		1,03	1 054	Parqueamento, arrecadação e varandas	Remax
Mafra - Sta Bábara	Apart.	T3	114	122	2005	Médio	Boa	2	4 000	1	3 500	**145 000 €**	**10%**		1,01	1 054	Parqueamento, arrecadação e varandas	Remax
Mafra - Quintal	Apart.	T3	125	135	2002	Médio	Razoável	1	4 500	1	3 000	**129 000 €**	**9%**		1,19	1 046	Parqueamento, arrecadação e varandas	Remax
Médias			118	127												1 051		

Anexos a expurgar diretamente ao valor

Cálculo do Valor unitário: Partindo do valor de venda efetivo ou do valor de oferta depreciado da margem de negociação, retira o valor estimado dos anexos, aplica o fator de homogeneização e divide pela área de uso principal.

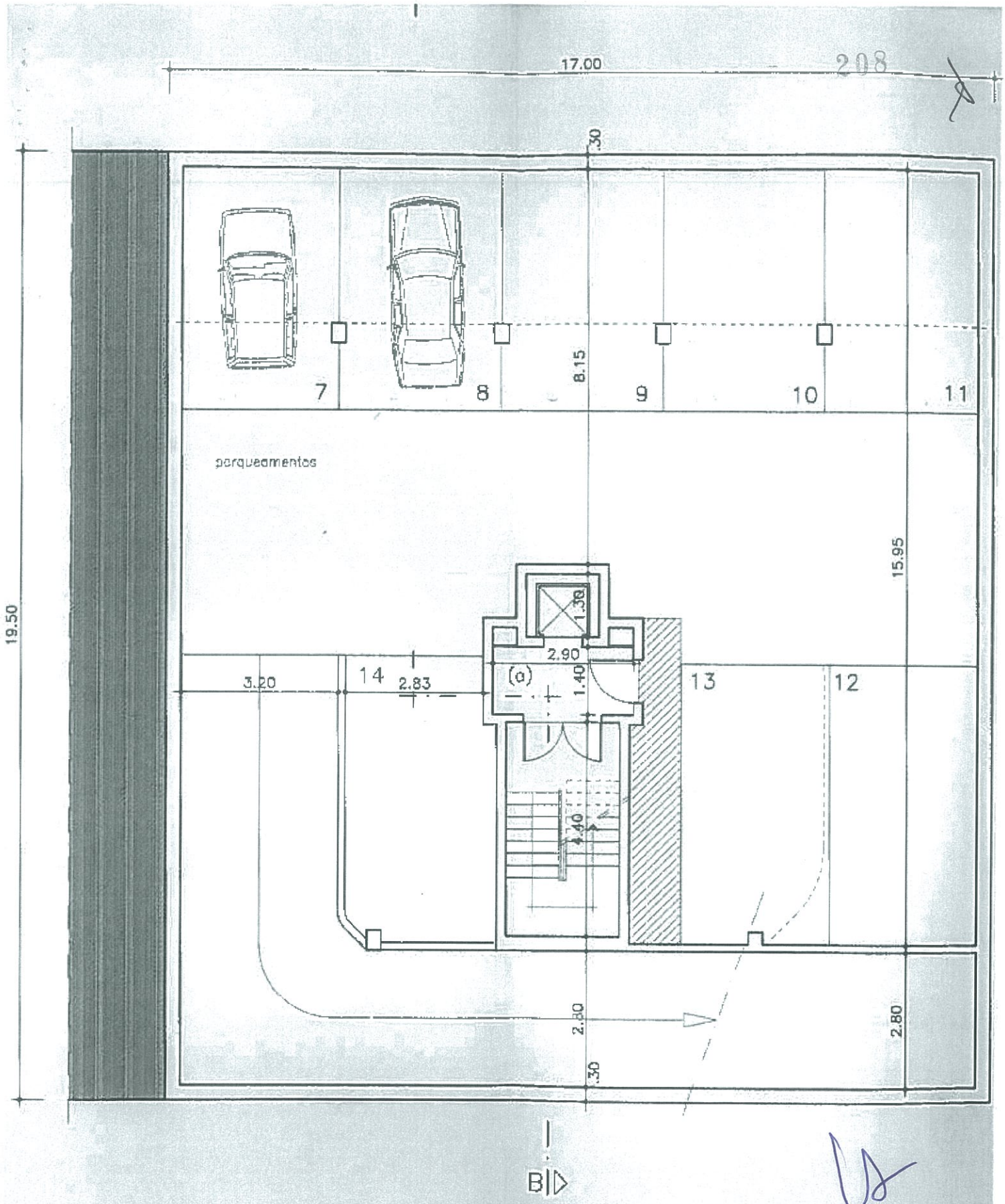
Cálculo da renda unitária: Partindo do valor de arrendamento mensal efetivo ou da renda mensal de oferta depreciada da margem de negociação, retira a renda estimada dos anexos, aplica o fator de homogeneização e divide pela área de uso principal.

Vunit =((Voferta x (1−Mnegociação)−nºparq x Vparq. −Aanexos x Vunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal

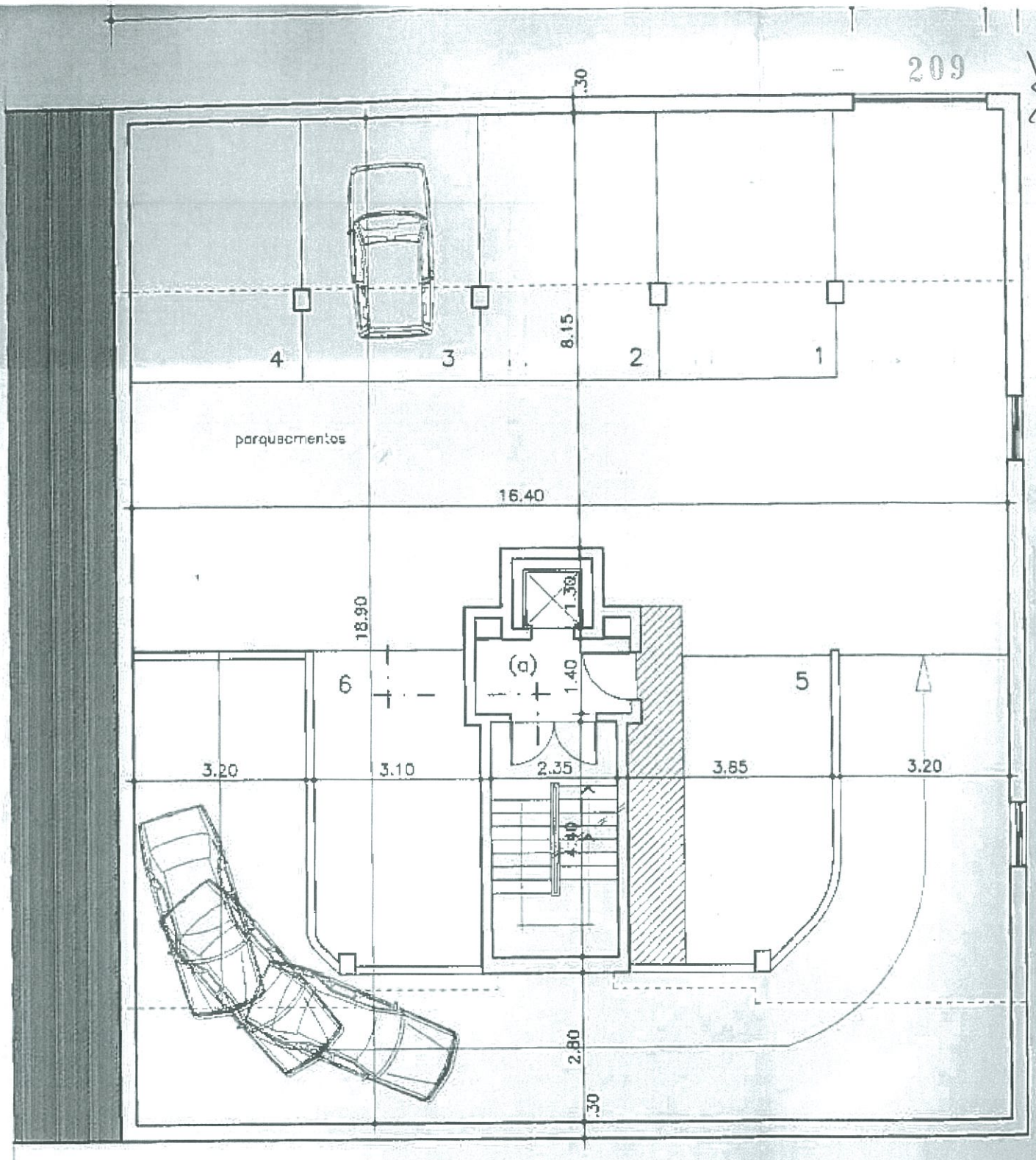
Renda unit =((Vrenda oferta x (1−Mnegociação)−nºparq x Rendaparq. −Aanexos x Rendaunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal

Vunit =((Vvenda − nºparq x Vparq. −Aanexos x Vunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal

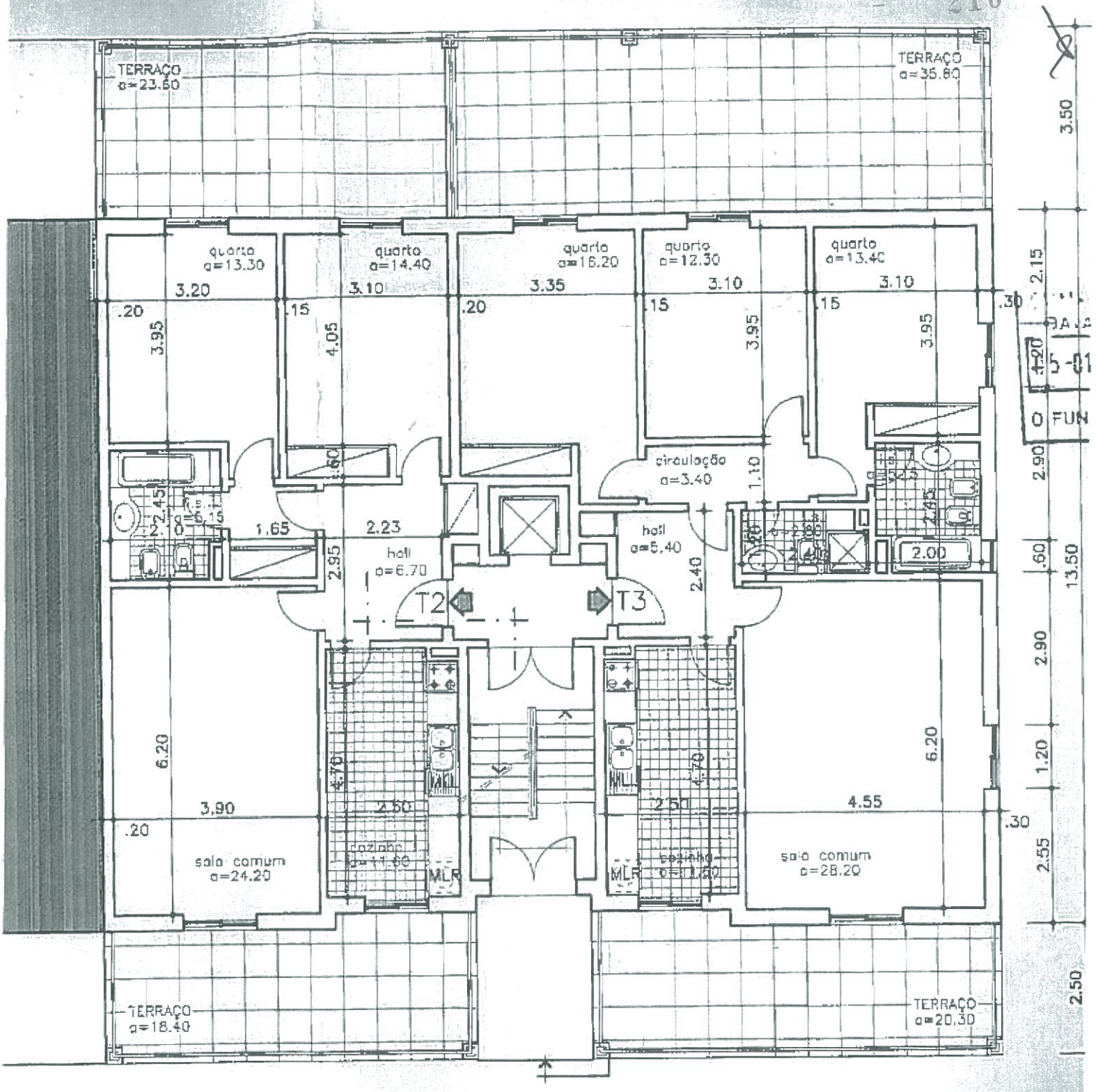
Renda unit =((Vrenda efetiva −nºparq x Rendaparq. − Aanexos x Rendaunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal



PLANTA DO PISO -2



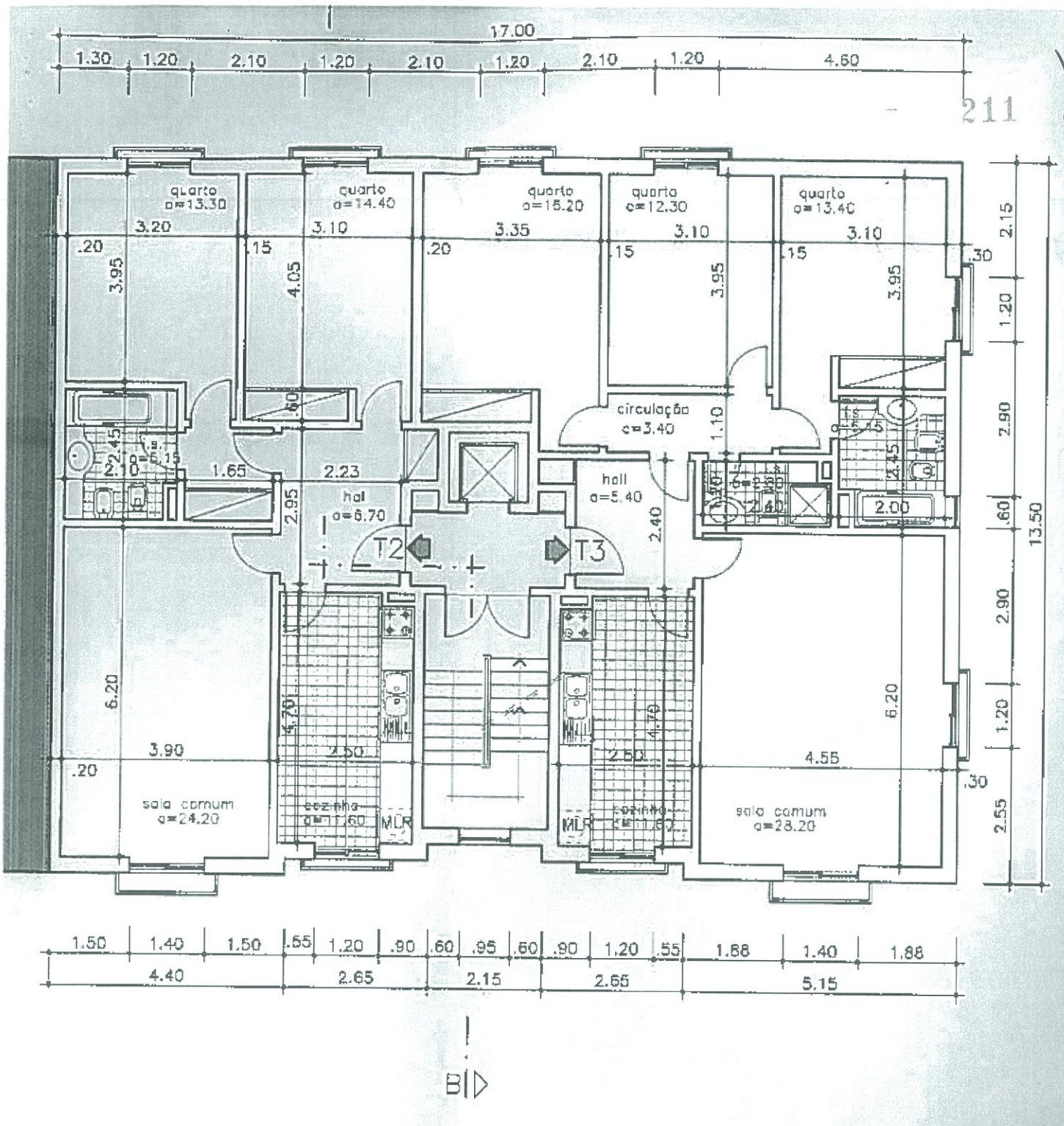
PLANTA DO PISO -1



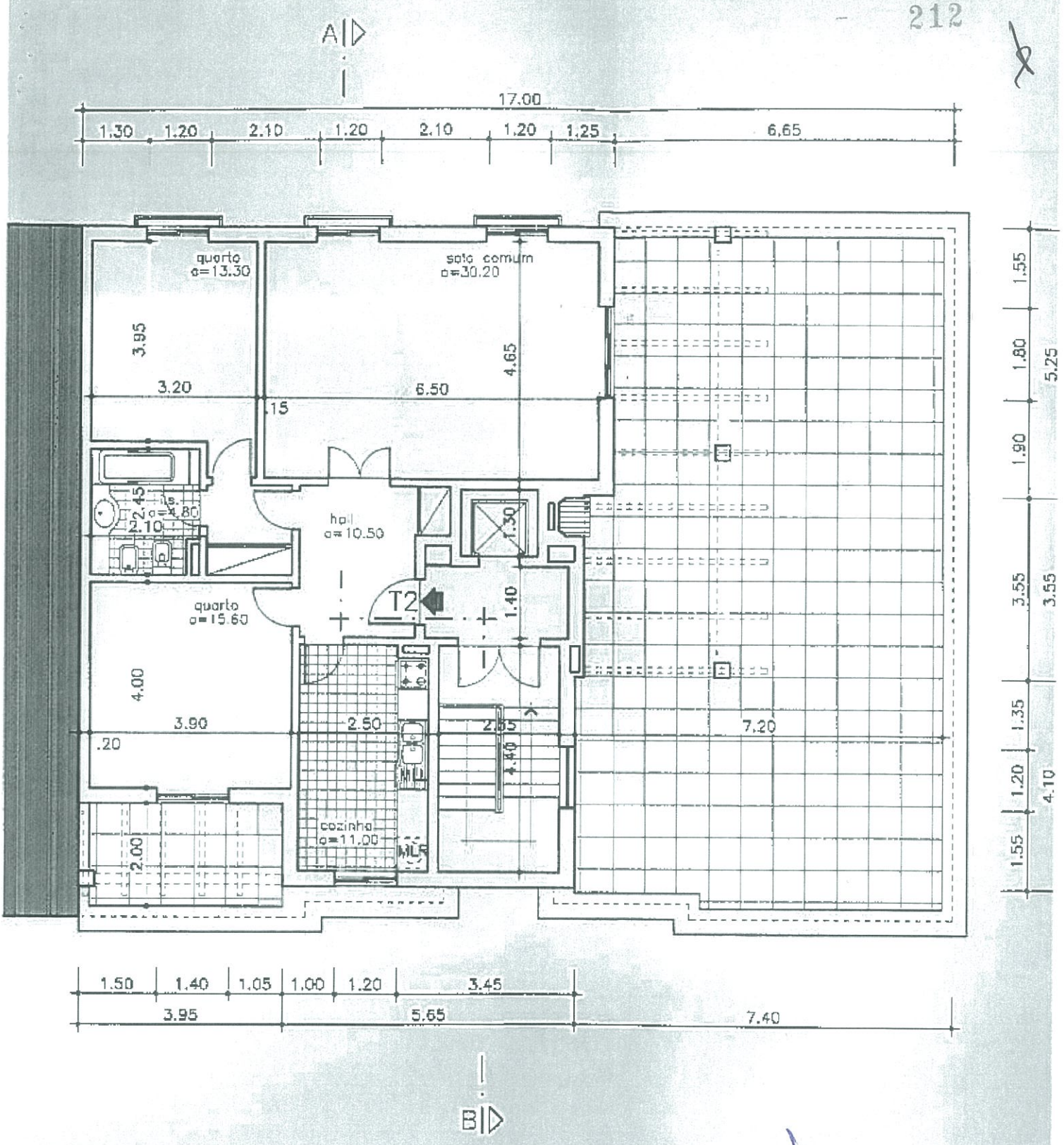
Bl

PLANTA DO PISO 0

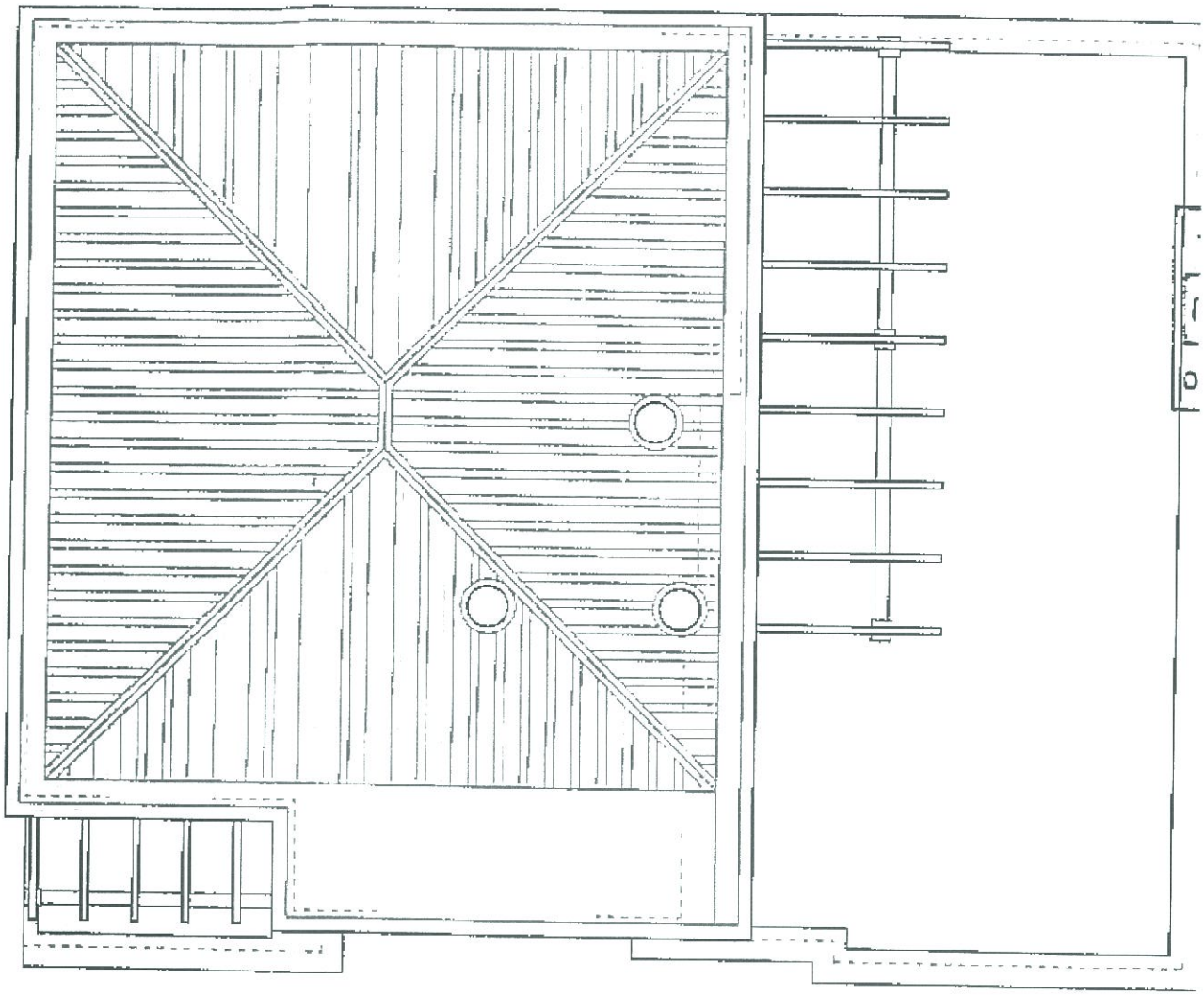
VERSÃO	DATA	JUSTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO



PLANTA DOS PISOS 1 ao 3



PLANTA DO PISO RECUADO



PLANTA DE COBERTURA

VERSÃO	DATA	JUSTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO

REQUERENTE: QUINTA DE SANTA BÁRBARA
ANIMAÇÃO E TURISMO, Lda

L.T. 66

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado
www.dgrn.mj.pt

Requisição de CERTIDÃO

DATA 05-01-04 00000

FOLHA Nº 95 Mod. B (art.º 11.º, n.º 3, CRP)

O FUNCIONÁRIO

Conservatória do Registo Predial de MAFRA

Requisitante

Nome e estado SÉRGIO MIGUEL MARTINS FARINEZIM, SOLTEIRO

Residência: R. PAPA DA RUSSIA, N.º 3, BRANCO

B. I. n.º 11264463, de 19.02.2003, de LISBOA Telef. 916 197 746

Requisição N.º 2976

Data 04.12.22

Preparo..... € 48,25

Rubrica do Funcionário

CERTIDÃO PRETENDIDA	N.os das descrições / freguesia
☐ Teor da(s) descrição(ões)	
☐ Teor da(s) descrição(ões) e incrição(ões) a favor do último proprietário	05664/MAFRA
☒ Teor da(s) descrição(ões) e de todas as inscrições em vigor	
☐ Teor da(s) descrição(ões) e _____	
☐ Teor d_____ arquivado sob o n.º_____, em ___/___/___	
☐ _____	
Obs.:_____	

O requisitante,

1. O requisitante deve preencher com uma cruz a quadrícula respeitante à certidão pretendida.
2. Se os prédios não constarem de fichas, a indicação da freguesia deve ser substituída pela menção das folhas e dos números dos livros.

Mod. 201 - PQI - Tip. Nabão, Lda. - Tomar

CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL
DE
MAFRA

IMI
05-01-04 00000
O FUNCIONÁRIO

CERTIDÃO

CERTIFICO que:

a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme os originais;

b) Que foi pedida pela Requisição N.º 8926 de 22 de Dezembro de 2004;

c) Que foi extraída da descrição nº 05664/Mafra e suas inscrições em vigor, bem como da descrição nº 05598/Mafra a cujo loteamento pertence aquela 05664.

d) Que ocupa 10 folhas numeradas e rubricadas;

Conta registada sob o n.º 28718

Art.º 9.2.1	€	27.00
Art.º 9.3	€	15.00
Soma	€	42.00
Art.º 16.º, n.º 1-C	€	1.25
	€	
TOTAL	€	43.25

São € Quarenta e seis e setenta cinco centimos digo, Quarenta três euros e vinte cinco centimos.

Mafra, 23 de Dezembro de 2004

O(A) Ajudante / ~~O(A) Escriturário(a) Superior~~

Fátima Alves Dias

181-M – Tip. Matião, Lda. - Tomar

215

FLs. 1

N.º 05664 / 20011205

N.º _____

Fls. _____ B _____

Concelho Mafra

Conservatória do Registo Predial

de MAFRA

DATA 05-01-04 Nº 213

O FUNCIONÁRIO

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES | COTAS

URBANO - Gorcinhos - Lote 66 - Terreno para construção - 331,50	G-1
m2.- Norte: Lote 67;- Sul: Domínio público;- Nascente e Poente:	C-1
Arruamento.- Omisso.- V.V.: 16 525 000$00.- Desanexado do nº.	G-2
5598.-	F-1 Lot
	F-2 Alt.Lc
Av.1 - Ofº.-Ap.01/20031023 - Artigo 8211 - V.P. 122 655 euros.	C-2

215 – Tip. Nabão, Lda. - Tomar

N.º 05664 / 20011205

DATA 05-01-04 00000 FL. 212

O FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.
G-1	Ap.30/20000412 - AQUISIÇÃO a favor de "CLUBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA", Quinta de Santa Bárbara, Constância - por compra a João Fonseca Osório de Castro c.c. Maria José da Veiga Mira Mendes Osório de Castro, separação de bens, Avª Sanfré, 10-A, Monte Estoril, Estoril, Cascais e Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Alda Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra. A Conservadora,	
C-1	Ap.31/20000412 - HIPOTECA VOLUNTÁRIA a favor da Caixa Económica Montepio Geral, Rua Áurea, 219 a 241, Lisboa.- Garantia do pagamento de todas e quaisquer responsabilidades assumidas ou a assumir, concretamente: toda e qualquer letra, livrança, cheque ou extracto de factura de que se haja obrigado por aceite, subscrição, saque, avale ou endosso e ainda que por actos diferentes, toda e qualquer quantia que tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos em contas de depósito de que seja devedora e, ainda, de qualquer crédito concedido pela mesma proveniente de contrato de desconto, ou de aceite em títulos de crédito dos quais seja sacadora, por forma isolada, solidária ou conjunta; reembolso de quaisquer quantias que tenha dispendido ou venha a despender por quaisquer garantias bancárias, já prestadas ou a prestar até 400 000 000$00;- Juro anual: 5,25% acrescido de 4% em caso de mora.- Montante máximo: 511 000 000$00. A Conservadora,	
G-2	Ap.52/20000417 - AQUISIÇÃO a favor de "CLUBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA" - Por compra a Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Alda Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra. A Conservadora,	
C-2	Ap.01/20031023 - HIPOTECA VOLUNTÁRIA a favor da Caixa Económica Montepio Geral.- Garantia do pagamento de toda e qualquer letra, livrança, cheque ou extracto de factura de que a Caixa seja portadora e em que isoladamente ou em conjunto ou solidariamente com terceiros se haja obrigado por aceite, subscrição, saque, aval ou endosso e ainda que	

N.º 05664 20011205

DATA Nº 211

05-01-04 00000

O FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS
	por actos diferentes;- pagamento de toda e qualquer quantia que a referida Caixa tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos em contas de depósito de que isoladamente ou em conjunto ou solidáriamente com terceiros seja devedora, e ainda de qualquer crédito concedido pela mesma Caixa proveniente de contrato de desconto ou de aceite em títulos de crédito dos quais seja sacadora por forma isolada, solidária ou conjunta; - o reembolso de quaisquer quantias que a mesma Caixa tenha despendido ou venha a despender por quaisquer garantias bancárias já prestadas ou a prestar de que seja ordenadora a parte devedora.- Valor capital: 5 000 000,00 €;- Juro: 4,50% ao ano, acrescido de 4% em caso de mora;- Montante Máximo: 6 275 000,00 €.- Abrange 55 prédios. A Conservadora,	

N.º _____

Fls. _____ B _____

Concelho _____

Conservatória do Registo Predial de MAFRA

N.º 05598 /20011205

FLS. 1

Freguesia MAFRA

DATA 05-01-04 FOLHA Nº 210

O FUNCIONÁRIO

DESCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	COTAS
RÚSTICO - Limites de Mafra - cultura arvense, ~~Gorcinhos~~ 186 323 m2 Norte: Estrada;- sul: Osório de Castro;- nascente: Heider da Silva e Parque Desportivo Municipal;- poente: Construções Pedro Leitão Artºs 2, 3, 6, 7, 61, 100 e ~~Parte~~ 107 todos da Secção N e ~~108~~ Secção I Valor: 192 664$00.- Resultou da anexação dos nºs 05019, 05020 e 41 922 fls 146 B-112.- Entrelinhei: "Gorcinhos" e "Parte"	G-1 C-1 G-2 F-1 F-2
Av.1 - Of.Ap.61/20011205 - Desanexada parte que se descreve sob os nºs 05599, 05600, 05601, 05602, 05603, 05604, 05605, 05606, 05607, 05608, 05609, 05610, 05611, 05612, 05613, 05614, 05615, 05616, 05617, 05618, 05619, 05620, 05621, 05622, 05623, 05624, 05625, 05626, 05627, 05628, 05629, 05630, 05631, 05632, 05633, 05634, 05635, 05636, 05637, 05638, 05639, 05640, 05641, 05642, 05643, 05644, 05645, 05646, 05647, 05648, 05649, 05650, 05651, 05652, 05653, 05654, 05655, 05656, 05657, 05658, 05659, 05660, 05661, 05662, 05663, 05664, 05665, 05666, 05667, 05668, 05669, 05670, 05671, 05672, 05673, 05674, 05675, 05676, 05677, 05678, 05679, 05680, 05681, 05682, 05683, 05684, 05685, 05686, 05687, 05688, 05689, 05690, 05691, 05692, 05693, 05694, 05695, 05696, 05697, 05698, 05699, 05700, 05701, 05702, 05703, 05704, 05705, 05706, 05707, 05708, 05709, 05710, 05711, 05712, 05713, 05714, 05715, 05716, 05717, 05718, 05719, 05720, 05721, 05722, 05723, 05724, 05725, 05726, 05727, 05728, 05729, 05730, 05731, 05732, 05733, 05734, 05735, 05736, 05737, 05738, 05739, 05740, 05741, 05742, 05743, 05744, 05745, 05746, 05747, 05748, 05749, 05750, 05751, 05752, 05753, 05754, 05755, 05756 e 05757, sendo a restante área de 121 858,90 m2 para integração no domínio público.	

15 – Tip. Nabão, Lda. - Tomar

N.º 05598 /20011205

DATA 05-01-04 00000 FOLHA Nº 00

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	FUNCIONÁRIO	OBS.
G-1	Ap.30/20[illegible]0412 - AQUISIÇÃO a favor de "CULBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA", Quinta de Santa Bárbara, Constância - por compra a João Fonseca Osório de Castro c.c. Maria José da Veiga Simões Osório de Castro, separação de bens, Avª Sanfré, 16-A, Monte Estoril, Estoril, Cascais e Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Ana Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra.- (Nºs [illegible] e 05[illegible])		
	A Conservadora,		
G-1	Ap.31/20[illegible]0412 - HIPOTECA VOLUNTÁRIA a favor da Caixa Económica Montepio Geral, Rua Áurea, 215 a 241, Lisboa.- Garantia do pagamento de todas e quaisquer responsabilidades assumidas ou a assumir, concretamente: todo e qualquer letra, livrança, cheque ou extracto de factura de que se haja obrigado por aceite, subscrição, saque, aval ou endosso e ainda que por actos diferentes, toda e qualquer quantia que tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos em contas de depósito de que seja devedora e, ainda, de qualquer crédito concedido pela mesma proveniente de contrato de desconto, ou de aceite em títulos de crédito dos quais seja sacadora, por forma isolada, solidária ou conjunta; reembolso de quaisquer quantias que haja dispendido ou venha a despender por quaisquer garantias bancárias, já prestadas ou a prestar até [illegible]- Juro anual: 5,25 acrescido de 4% em caso de mora.- Montante máximo: 511 [illegible].- (Nºs 3501, 05[illegible] e 41 9[illegible])		
	A Conservadora,		
G-2	Ap.32/20[illegible]0417 - AQUISIÇÃO a favor de "CULBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA" - Por compra a Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Ana Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra.- (Nº 41 9[illegible]).- Rasurei: "Mafra"		
	A Conservadora,		
I-1	Ap.61/20011205 - AUTORIZAÇÃO DE LOTEAMENTO Nº 40/2001 - Condições estabelecidas: 1- Constituição dos lotes, numerados de 1 a 156;- 2- em cada um dos lotes de 1 a 80, é viável a construção de um edifício multifamiliar, com número de pisos acima e abaixo da cota de soleira, [illegible] área de implan-		

N.º 05598 /20011205- 8

DATA 05-01-04 FOLHA Nº 208

O FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.

tação e construção e demais condicionamentos deverão ser os que se encontram previstos na Planta de Sintese e respectivo Quadro Regulamentar;- Nos lotes de 87 a 155, é viável em cada um a construção de uma moradia unifamiliar, isolada ou geminada, conforme implantado na Planta de sintese, cujo número de pisos, áreas de implantação e construção e demais condicionamentos, deverão igualmente ser os que se encontram previstos no referido Quadro Regulamentar. Nos referidos lotes, à excepção do 101 e 119 é ainda viável a construção de um anexo, conforme indicado no já referido Quadro;- No lote 156, é viável a construção de um edificio destinado a comércio e actividades, composto por 15 unidades/fracções, com um piso acima da cota de soleira e um abaixo destinado a estacionamento, devendo o pedido de licenciamento a apresentar para o mesmo obedecer à legislação que lhe for aplicável, em função do uso pretendido para cada uma das fracções;- 3- Todas as construções a erigir deverão respeitar os condicionamentos constantes da Planta de Sintese e respectivo Quadro Regulamentar, tal como já, mencionado. As moradias a construir deverão ainda respeitar o regulamento junto, composto por duas folhas, que constitui o Anexo III;- 4- Os projectos definitivos das obras de urbanização que constituem o anexo IV, deverão ser integralmente respeitados aquando da execução das referidas obras, e constam de: Rede viária, rede de Abastecimento de Água, Rede de Esgotos Domésticos e Pluviais, Projecto de Arranjos Exteriores que inclui um parque infantil, um circuito de manutenção, uma zona de mesas e bancos, a efectuar pelo promotor e um espaço destinado a possivel instalação de um quiosque, rede de Distribuição de Gás Combustivel Canalizado, Projecto de Execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais e Redes de Infraestruturas Telefónicas e Eléctricas, devendo esta última respeitar os condicionamentos que vieirem a ser fixados pela EDP Distribuição Energia, SA, de acordo com fax 15/01/OTPC-AA, de 2001.03.07, daquela Entidade;- 5- Nos termos da deliberação tomada em 2001.03.09, terá aquando da execução da Rede de Esgotos ter em atenção que para

N.º 05590 20011205

DATA 05-01-04 00000 FOLHA Nº 207

FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.
	profundidades superiores a 2,5m e inferiores a 4,0 m os tubos de PVC devem ser de 6Kg/cm2 e para profundidades iguais ou superiores a 4,0 m os tubos de PVC devem ser de 10Kg/cm2 e as manilhas de betão devem ser reforçadas. Quanto à Rede Viária, terá de alcatroar o arruamento de acesso à Estação de Tratamento de Águas Residuais, desde o nó 4. Em relação à Rede de Abastecimento de Água, deverá ser feita um remodelação na rede existente desde o reservatório de zona baixa até à entrada do loteamento. O troço 1-2 deverá ter um diâmetro de 110 mm onde será implantado um marco de incêndio. O tapamento das tubagens deverá ser comunicado à Companhia Concessionária da Rede de Abastecimento de Água-CGE(P) com o mínimo de 48 horas de antecedência, para efeitos de fiscalização;- 6- Cedência à Camara Municipal, para integração no domínio público de 121 858,90 m2 de terreno, compostos por 87 360,30 m2 destinados a arruamentos, passeios, caminhos pedonais e estacionamentos e 34 498,60 m2 destinados a Espaços Verdes de Utilização Colectiva;- 7- Cedência à Camara Municipal para integração no dominio privado de 8 974,60 m2 de terreno, sendo 3 398,70 m2 designados por parcelas A e B e 5 575,90 m2 designados por parcela C, destinados a Equipamentos de Utilização Colectiva.- Entrelinhei: "de Sintese"	Av.1
F-1	Av.1 - Ap.54/20021031 - Comunicado a alteração de loteamento, pelo alvará nº38/2002.	
F-2	Ap.50/20021219 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO - Alvará nº 38/2002 de 17/10 - Especificações: 1º) - Nos Lotes identificados pelos nºs 23 a 30, é autorizada a alteração da área de construção, número de pisos e fogos, de acordo com o Quadro Regulamentar;- Nos Lotes identificados pelos nºs de 87 a 100, de 102 a 118 e de 120 a 155, passa a ser viável a construção de uma cave destinada a garagem e arrumos;- No Lote identificado pelo nº 156, passa a ser viável a construção de mais um piso em cave, destinado a arrumos.	

N.º 05598 /20011205 10

DATA FOLHA Nº 206

05-01-04 00000

FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.

219

AUTO DE AVALIAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO BEM:	Lote 67
LOCALIDADE:	Rua Manuel Fernandes Batista – Urb. Sta Bárbara - Mafra
FREGUESIA:	Mafra

1 - LOCALIZAÇÃO

Este prédio localiza-se no lado poente da Vila de Mafra, próximo do acesso à A21.

2 - DESCRIÇÃO

Trata-se de um edifício habitacional, com 1 elevador, constituído por 7 pisos, sendo os pisos -1 e -2 para 14 parqueamentos. Os pisos habitacionais do piso 0 ao piso 3 são compostos por 1T2 e 1T3, por piso, sendo que cada um dos apartamentos do r/c têm um terraço. Existe ainda um 5º piso habitacional, designado por recuado, que tem 1 T2 com terraço.

3 - CONFRONTAÇÕES

N – Lote 68

S – Lote 66

E - Arruamento

W – Rua Manuel Fernandes Batista

4 – MÉTODOS DE CÁCULO PARA DETERMINAR O VALOR ATUAL DO PRÉDIO

Para determinar o valor atual do prédio foram utilizados os métodos de mercado e do custo de construção, ponderando a percentagem de obra executada.

5 – VALORES DE MERCADO

Tomando em consideração os valores atuais de venda, nesta urbanização e na zona de Mafra, obtêm-se os seguintes valores:

VALOR DAS VENDAS	Área	Quant	Valor unit.	Total/Apart
CAVES				
parqueamentos		14	4000	56 000,00
R/C				
T2	90	1	1 166,67	105 000,00
Terraço	42	1	95,24	4 000,00
T3	118,4	1	1 026,18	121 500,00
Terraço	56,1	1	89,13	5 000,00
PISOS 1 a 3				
T2	90	3	1 172,22	105 500,00
T3	118,4	3	1 051,52	124 500,00
PISO 4 (RECUADO)				
T2	102,8	1	1 040,86	107 000,00
Terraço	89	1	112,36	10 000,00
TOTAL				1098500

6 – CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

O quadro a seguir apresentado espelha os diversos custos associados à construção do edifício, nomeadamente o custo unitário das caves, dos pisos habitacionais e dos terraços. Esta estrutura de custos engloba também os diversos encargos associados à construção, incluindo os projetos e os encargos financeiros. Conjugando com o método de mercado, foi também possível apurar e contabilizar o valor da margem.

220

CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	Área (m2)	Valor unitário (€)	Total (€)
Terreno	332	203,31	67 500,00
Habitação	1029,5	600	617 700,00
Cave - parqueamentos	663	210	139 230,00
Terraços	187,1	135	25 258,50
Projetos			32 500,00
Fiscalização			22 500,00
Custos financeiros (associados à fase de construção)			41 006,50
Custos Administrativos e de licenciamento			10 000,00
Comercialização (5% das vendas)			54 925,00
Margem do promotor (8% das vendas)			87 880,00
TOTAL DOS CUSTOS			1 098 500,00

7 – PERCENTAGEM DE OBRA EXECUTADA

A percentagem de obra executada é de 37,95%, conforme documento em anexo. É de salientar que devido ao facto de a obra estar abandonada há alguns anos levou a que alguns trabalhos já executados se tenham deteriorado, obrigando à sua substituição. Estes trabalhos que se encontram deteriorados e que necessitam de substituição não foram contabilizados no apuramento da percentagem dos trabalhos executados, sendo de salientar algumas alvenarias, rebocos e pinturas. No cálculo da percentagem de obra executada também foram ponderados alguns trabalhos que não necessitando de substituição, justificam de reparação, nomeadamente alguns elementos de betão armado ao nível da cave.

Para além do atrás mencionado, para obras paradas há alguns anos, a fim de fazer face a uma nova mobilização de estaleiro, deficiências ocultas, que, eventualmente, apenas serão detetadas à medida que os trabalhos decorrem, e ainda, devido há necessidade de serem efetuadas algumas demolições, incluindo o transporte a vazadouro, é corrente descontar à percentagem de obra executada cerca de 10% a 15%.

Face ao exposto e por uma questão de prudência, vamos descontar 15%, pelo que, para efeitos de calculo do valor atual do prédio, se obtêm 32,26%.

8 – VALOR ATUAL DO PRÉDIO

O valor atual do prédio é determinado pela seguinte fórmula:

Valor Atual = Terreno + % de obra executada x (Custos da construção + Encargos associados à construção + margem).

Com base no exposto, obtêm-se o seguinte valor:

Valor Atual = 67 500 € + 0,3226 x 1 031 000 € = 400 100,60 €

9 - CONCLUSÃO

Com base no atrás exposto e arredondando o valor, verifica-se que o valor atual deste edifício é **400 000 € (quatrocentos mil euros).**

Mafra, 22 de janeiro de 2018

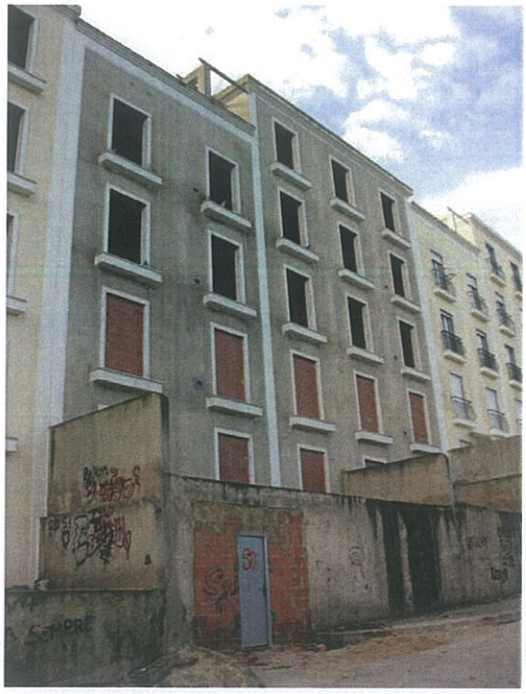
A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO,

(CMVM AVF II 13/128)

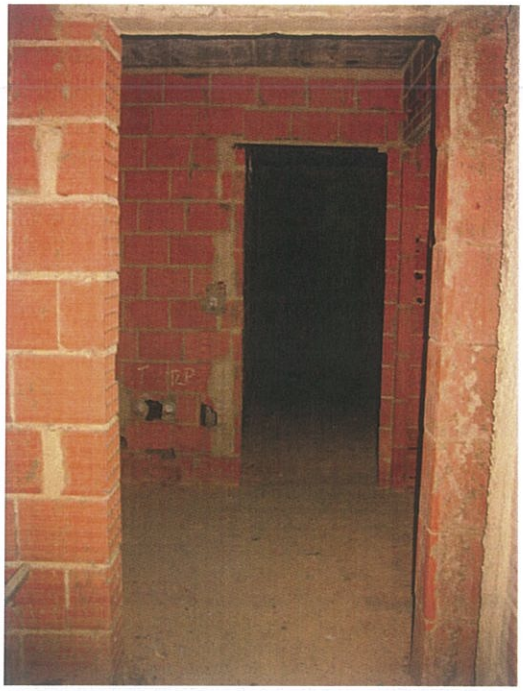
ANEXOS

222





223



SITUAÇÃO DE OBRA

CÓDIGO e Nº do Bem	

Rua Manuel Fernandes Batista - lote 67 - Mafra

TABELA PARA EDIF > 4 PISOS C/ ELEV.

RUBRICA							PESO DA RUBRICA	já realizado % RUBRICA	já realizado % TOTAL
1 -	MOVIMENTO DE TERRAS						1	100	1,0
2 -	FUNDAÇÕES						4,5	83	3,7
	Fundações	83	100	Piso térreo	17	0			
	Paredes do piso térreo								
3 -	ESTRUTURA						28,5	93	26,4
	Pilares	16	100	Vigas	22	100			
	Paredes	17	89	Lages	45	88			
4 -	ALVENARIAS						9	58	5,2
	Interiores	58	35	Exteriores	42	90			
5 -	COBERTURA						2	25	0,5
	Estrutura	33	55	Revestimentos e outros	67	10			
6 -	VÃOS EXTERIORES						6	5	0,3
	Guarnecimento	12	44	Caixilhos e portas	55	0			
	Vidros	13	0	Estores	20	0			
7 -	VÃOS INTERIORES						4,5	0	0,0
	Aros	29	0	Portas	71	0			
8 -	REDE DE ÁGUAS						3,5	0	0,0
	Canalizações	70	0	Torneiras	30	0			
9 -	INSTALAÇÕES DE ESGOTOS E VENTILA						2,5	0	0,0
	Tubagens	74	0	Outros	26	0			
10 -	INSTALAÇÃO ELÉCTRICA						4,5	0	0,0
	Tubagens e caixas	35	0	Enfiamentos	30	0			
	Outros	35	0						
11 -	ELEVADORES						6	0	0,0
	Portas e guias	45	0	Cabine e máquinas	55	0			
12 -	REVEST. INICIAL DE PAREDES E TECTOS (REBOCOS)						6	12	0,7
	Interiores	69	0	Exteriores	31	40			
13 -	MOSAICOS E AZULEJOS						3,5	0	0,0
14 -	REVEST. FINAL DE PAREDES E TECTOS						6,5	0	0,0
	Paredes interiores	44	0	Tectos	20	0			
	Paredes exteriores	36	0						
15 -	BETONILHAS						1	0	0,0
16 -	REVEST. FINAL DE PISOS DAS ZONAS SECAS						3	0	0,0
17 -	REVEST. DE ESCADAS E GALERIAS						1,5	0	0,0
18 -	EQUIPAMENTO DE COZINHA E LAVAGEM						2,5	0	0,0
19 -	EQUIPAMENTO DE CASA DE BANHO						2	0	0,0
20 -	ROUPEIROS						1	0	0,0
21 -	INSTALAÇÃO DE GÁS						1	0	0,0
							% de obra já realizada		37,95

OBS.

22/01/2018

_____

LEVANTAMENTO DE MERCADO

CONSTRUÇÕES **data da pesquisa:** janeiro 18

MERCADO DE TRANSAÇÕES

Localização/ morada/ urbanização	Tipo/uso	Tipologia	Área uso principal (m2)	Área Terreno (m2)	Ano const/ remodelação	Estado de conservação	Importância da localização	Anexos a expurgar diretamente ao valor: Nº parq	Estimativa do valor por parq. (€)	área de anexos relevantes (m2)	Estimativa do Vunit dos anexos (€/m2)	Valor de oferta	Margem negociação	Valor de transação REAL	Fator Homogeneização	Vunit uso principal (€/m2)	Descrição de anexos e outras Observações	Fonte
Mafra - Sta Bárbara	Apart.	T2	90	115	2018	Bom	Boa	1	4 000					**109500**		1 172	Parqueamento e varandas	
Mafra	Apart.	T2	101	111	2005	Médio	Boa	1	5 000	1	2 000	**128 000 €**	**7%**		1,06	1 176	Parqueamento e varandas	Remax
Mafra - Qta Pevides	Apart.	T2	99	115	2004	Médio	Boa	1	5 000	1	3 000	**127 500 €**	**7%**		1,05	1 173	Parqueamento, arrecadação e varandas	Remax
Mafra	Apart.	T2	95	102	2006	Médio	Boa	1	5 000	1	2 000	**128 000 €**	**10%**		1,03	1 173	Parqueamento e varandas	Remax
Médias			98	109												**1 174**		

Anexos a expurgar diretamente ao valor

Cálculo do Valor unitário: Partindo do valor de venda efetivo ou do valor de oferta depreciado da margem de negociação, retira o valor estimado dos anexos, aplica o fator de homogeneização e divide pela área de uso principal.

Cálculo da renda unitária: Partindo do valor de arrendamento mensal efetivo ou da renda mensal de oferta depreciada da margem de negociação, retira a renda estimada dos anexos, aplica o fator de homogeneização e divide pela área de uso principal.

Vunit =((Voferta x (1−Mnegociação)−nºparq x Vparq. −Aanexos x Vunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal

Renda unit =((Vrenda oferta x (1−Mnegociação)−nºparq x Rendaparq. −Aanexos x Rendaunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal

Vunit =((Vvenda − nºparq x Vparq. −Aanexos x Vunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal

Renda unit =((Vrenda efetiva −nºparq x Rendaparq. − Aanexos x Rendaunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal

LEVANTAMENTO DE MERCADO

CONSTRUÇÕES **data da pesquisa:** janeiro 18

MERCADO DE TRANSAÇÕES

Localização/ morada/ urbanização	Tipo/uso	Tipologia	Área uso principal (m2)	Área Terreno (m2)	Ano const/ remodelação	Estado de conservação	Importância da localização	Nº parq	Anexos a expurgar diretamente ao valor: Estimativa do valor por parq. (€)	Anexos a expurgar diretamente ao valor: área de anexos relevantes (m2)	Anexos a expurgar diretamente ao valor: Estimativa do Vunit dos anexos (€/m2)	Valor de oferta	Margem negociação	Valor de transação REAL	Fator Homogeneização	Vunit uso principal (€/m2)	Descrição de anexos e outras Observações	Fonte
Mafra - Sta Bárbara	Apart.	T3	118,4	125	2018	Bom	Boa	2	4 000					**132500**		1 052	2 parqueamentos	
Mafra - Sta Bábara	Apart.	T3	116	124	2005	Bom	Boa	2	4 000	1	3 500	**140 000 €**	**7%**		1,03	1 054	Parqueamento, arrecadação e varandas	Remax
Mafra - Sta Bábara	Apart.	T3	114	122	2005	Médio	Boa	2	4 000	1	3 500	**145 000 €**	**10%**		1,01	1 054	Parqueamento, arrecadação e varandas	Remax
Mafra - Quintal	Apart.	T3	125	135	2002	Médio	Razoável	1	4 500	1	3 000	**129 000 €**	**9%**		1,19	1 046	Parqueamento, arrecadação e varandas	Remax
Médias			118	127												**1 051**		

Anexos a expurgar diretamente ao valor

Cálculo do Valor unitário: Partindo do valor de venda efetivo ou do valor de oferta depreciado da margem de negociação, retira o valor estimado dos anexos, aplica o fator de homogeneização e divide pela área de uso principal.

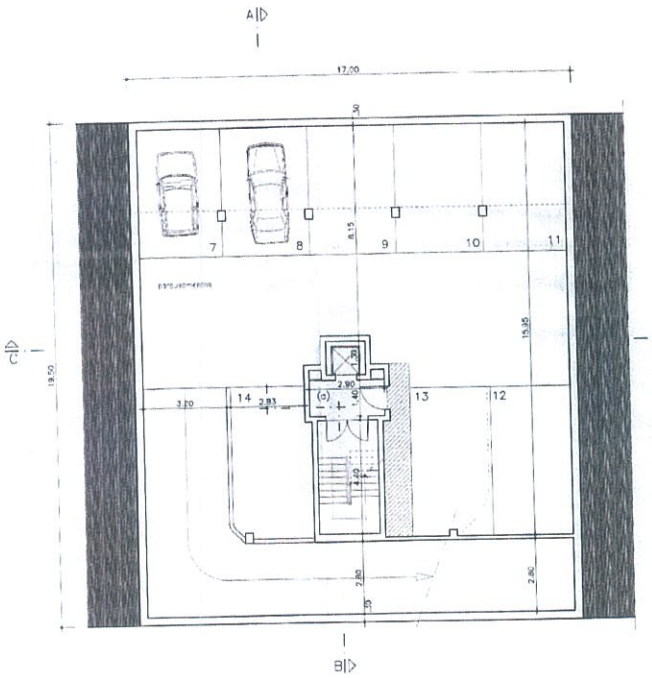
Cálculo da renda unitária: Partindo do valor de arrendamento mensal efetivo ou da renda mensal de oferta depreciada da margem de negociação, retira a renda estimada dos anexos, aplica o fator de homogeneização e divide pela área de uso principal.

Vunit =((Voferta x (1−Mnegociação)−nºparq x Vparq. −Aanexos x Vunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal

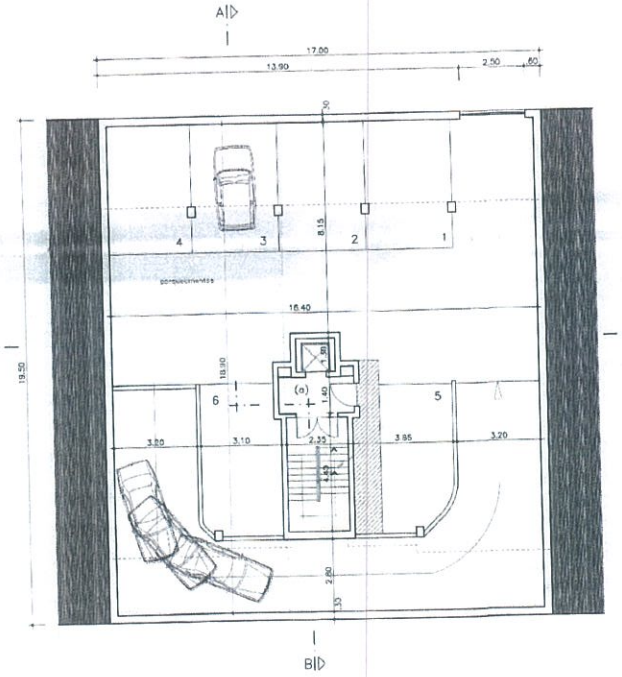
Renda unit =((Vrenda oferta x (1−Mnegociação)−nºparq x Rendaparq. −Aanexos x Rendaunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal

Vunit =((Vvenda − nºparq x Vparq. −Aanexos x Vunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal

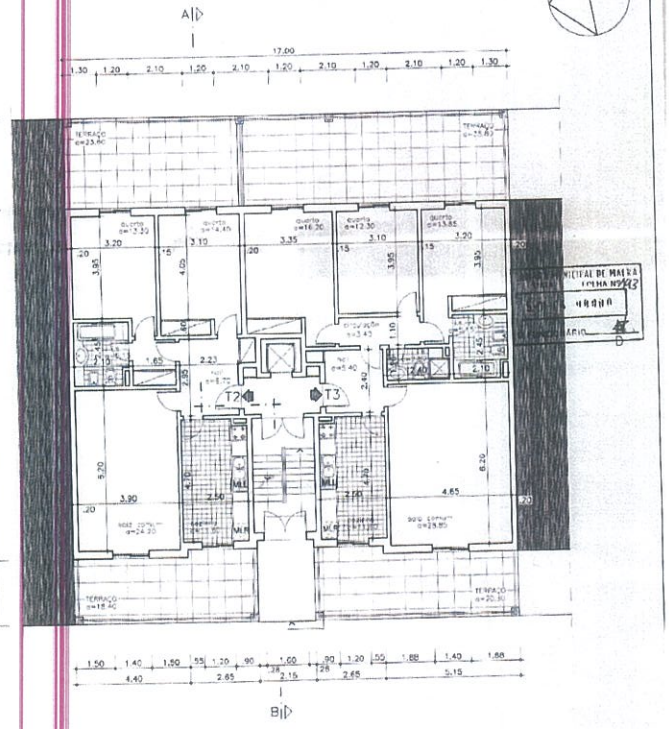
Renda unit =((Vrenda efetiva −nºparq x Rendaparq. − Aanexos x Rendaunit.anexos)x Fhomogeneização)/Aprincipal



PLANTA DO PISO −2



PLANTA DO PISO −1



PLANTA DO PISO 0

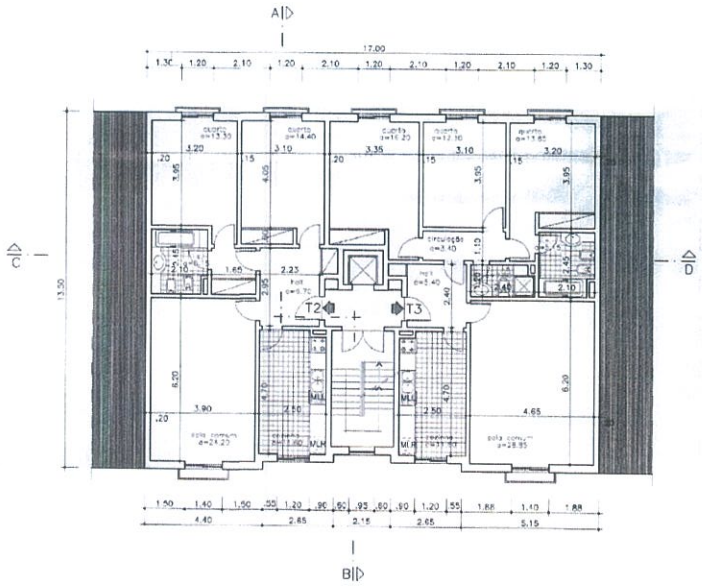
NOTA:
a) – ANTE-CAMARA C/ ≥ 3.55 m2

VERSÃO	DATA	JUSTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO	DES.	VERIF.

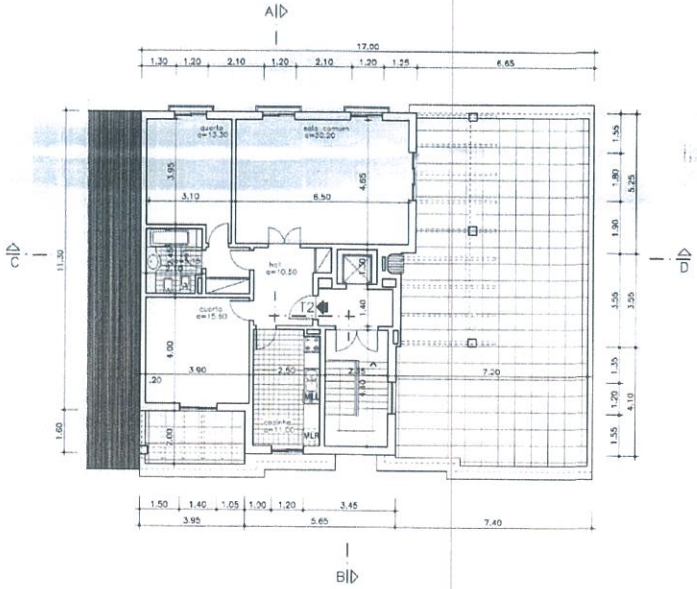
LUIS DIAS
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
ALAMEDA PE. DE SERRA, Lt. 29
MAFRA – 2670 – SETIMBRA
TEL. 966636617, TEL/FAX 219966239
e-mail: luisdias.dias@sapo.pt

PROJECTO:	QUINTA DE SANTA BARBARA ANIMAÇÃO E TURISMO Lda
LOCAL:	Quinta do Casal da Mina e Quinta da Roussada – MAFRA LOTE 52
ESPECIALIDADE:	PROJECTO DE ARQUITECTURA
DATA:	AGOSTO 200
DESIGNAÇÃO:	PLANTAS
ESCALAS:	1/100
DESENHO Nº:	2
FASE:	LICENCIAMENTO
ARQUIVO:	
TÉCNICO RESPONSÁVEL:	

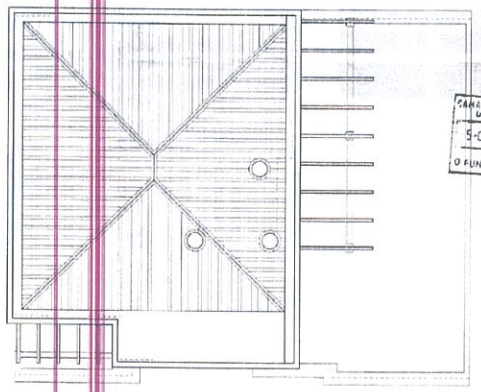
2227



PLANTA DOS PISOS 1 ao 3



PLANTA DO PISO RECUADO



PLANTA DE COBERTURA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA
FOLHA Nº
O FUNCIONÁRIO

VERSÃO	DATA	JUSTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO	DES.	VERIF.

LUIS DIAS
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
ALDEAMENTO PC DA SERRA, Lte 70
SHOPNO – 2970 – 353MAFRA
TEL: 265539017, TEL/FAX 210964239
e-mail: luisdias.eec@mail.pt

TÉCNICO RESPONSÁVEL

REQUERENTE: QUINTA DE SANTA BÁRBARA ANIMAÇÃO E TURISMO Lda

LOCAL: Quinta do Casal da Mina e Quinta do Roussado – MAFRA
LOTE 62

ESPECIALIDADE: PROJECTO DE ARQUITECTURA

DATA: AGOSTO 2004

DESIGNAÇÃO: PLANTAS

ESCALAS: 1/100

DESENHO Nº: 3

FASE: LICENCIAMENTO

ARQUIVO:

2228

FLS. 1

N.º 05665 / 20011205

223

N.º _____

Fls. _____ B _____

Concelho Mafra

Conservatória do Registo Predial

de MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA FOLHA Nº 214
Freguesia MAFRA
O FUNCIONÁRIO

DESCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES | COTAS

URBANO - Gorcinhos - Lote 67 - Terreno para construção - 331,50	G-1
m2.- Norte: Lote 68;- Sul: Lote 66;- Nascente e Poente: Arruamen	C-1
to.- Omisso.- V.V.: 16 525 000$00.- Desanexado do nº.05598.-	G-2
	F-1 Lot
Av.1 - Ofº.-Ap.01/20031023 - Artigo 8212 - V.R. 122 655 euros.	F-2 Alt.Lot
	C-2

215 – Tip. Nabão, Lda. - Tomar

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA FOLHA Nº 213
5-01-04
O FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.
G-1	Ap.30/20000412 - AQUISIÇÃO a favor de "CLUBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA", Quinta de Santa Bárbara, Constância - por compra a João Fonseca Osório de Castro c.c. Maria José da Veiga Mira Mendes Osório de Castro, separação de bens, Avª Sanfré, 10-A, Monte Estoril, Estoril, Cascais e Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Alda Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra.	
	A Conservadora,	
C-1	Ap.31/20000412 - HIPOTECA VOLUNTÁRIA a favor da Caixa Económica Montepio Geral, Rua Áurea, 219 a 241, Lisboa.- Garantia do pagamento de todas e quaisquer responsabilidades assumidas ou a assumir, concretamente: toda e qualquer letra, livrança, cheque ou extracto de factura de que se haja obrigado por aceite, subscrição, saque, avale ou endosso e ainda que por actos diferentes, toda e qualquer quantia que tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos em contas de depósito de que seja devedora e, ainda, de qualquer crédito concedido pela mesma proveniente de contrato de desconto, ou de aceite em titulos de crédito dos quais seja sacadora, por forma isolada, solidária ou conjunta; reembolso de quaisquer quantias que tenha dispendido ou venha a despender por quaisquer garantias bancarias, já prestadas ou a prestar até 400 000 000$00;- Juro anual: 5,25% acrescido de 4% em caso de mora.- Montante máximo: 511 000 000$00.	
	A Conservadora,	
G-2	Ap.52/20000417 - AQUISIÇÃO a favor de "CLUBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA" - Por compra a Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Alda Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra.	
	A Conservadora,	
C-2	Ap.01/20031023 - HIPOTECA VOLUNTÁRIA a favor da Caixa Económica Montepio Geral.- Garantia do pagamento de toda e qualquer letra, livrança, cheque ou extracto de factura de que a Caixa seja portadora e em que isoladamente ou em conjunto ou solidariamente com terceiros se haja obrigado por aceite, subscrição, saque, aval ou endosso e ainda que	

N.º 05665 20011205
CÂMARA MUNICIPAL DE MAÉRA
DATA FOLHA Nº 212
5-01-04
FUNCIONÁRIO

COTAS | INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES | OBS.

por actos diferentes;- pagamento de toda e qualquer quantia que a referida Caixa tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos em contas de depósito de que isoladamente ou em conjunto ou solidáriamente com terceiros seja devedora, e ainda de qualquer crédito concedido pela mesma Caixa proveniente de contrato de desconto ou de aceite em títulos de crédito dos quais seja sacadora por forma isolada, solidária ou conjunta; - o reembolso de quaisquer quantias que a mesma Caixa tenha despendido ou venha a despender por quaisquer garantias bancárias já prestadas ou a prestar de que seja ordenadora a parte devedora.- Valor capital: 5 000 000,00 €;- Juro: 4,50% ao ano, acrescido de 4% em caso de mora;- Montante Máximo: 6 275 000,00 €.- Abrange 55 prédios.

A Conservadora,

N.º _____

Fls. _____ B _____

Concelho _____

Conservatória do Registo Predial de MAFRA

N.º 05598 /20011205

FLS.1

Freguesia MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA 5-01-04 FOLHA Nº 911
O FUNCIONÁRIO

DESCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES | COTAS

RÚSTICO - Gorcinhos - Limites de Mafra - cultura arvense - 196 323 m2. Nor-	G-1
te: Estrada;- sul: Osório de Castro;- nascente: Helder da Silva	C-1
e Parque Desportivo Municipal;- poente: Construções Pedro Leitão	G-2
Artºs 2, 3, 6, 7, 61, 100 e 107 Parte todos da Secção N e ~~168~~ Secção I	F-1
Valor: 192 664$00.- Resultou da anexação dos nºs 05019, 05020 e	F-2
41 922 fls 146 B-112.- Entrelinhei: "Gorcinhos" e "Parte"	
Av.1 - Of.Ap.61/20011205 - Desanexada parte que se descreve sob	
os nºs 05599, 05600, 05601, 05602, 05603, 05604, 05605, 05606,	
05607, 05608, 05609, 05610, 05611, 05612, 05613, 05614, 05615,	
05616, 05617, 05618, 05619, 05620, 05621, 05622, 05623, 05624,	
05625, 05626, 05627, 05628, 05629, 05630, 05631, 05632, 05633,	
05634, 05635, 05636, 05637, 05638, 05639, 05640, 05641, 05642,	
05643, 05644, 05645, 05646, 05647, 05648, 05649, 05650, 05651,	
05652, 05653, 05654, 05655, 05656, 05657, 05658, 05659, 05660,	
05661, 05662, 05663, 05664, 05665, 05666, 05667, 05668, 05669,	
05670, 05671, 05672, 05673, 05674, 05675, 05676, 05677, 05678,	
05679, 05680, 05681, 05682, 05683, 05684, 05685, 05686, 05687,	
05688, 05689, 05690, 05691, 05692, 05693, 05694, 05695, 05696,	
05697, 05698, 05699, 05700, 05701, 05702, 05703, 05704, 05705,	
05706, 05707, 05708, 05709, 05710, 05711, 05712, 05713, 05714,	
05715, 05716, 05717, 05718, 05719, 05720, 05721, 05722, 05723,	
05724, 05725, 05726, 05727, 05728, 05729, 05730, 05731, 05732,	
05733, 05734, 05735, 05736, 05737, 05738, 05739, 05740, 05741,	
05742, 05743, 05744, 05745, 05746, 05747, 05748, 05749, 05750,	
05751, 05752, 05753, 05754, 05755, 05756 e 05757, sendo a restan	
te área de 121 858,90 m2 para integração no dominio público.	

215 – Tip. Nabão, Lda. - Tomar

N.º 05598 /20011205

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA 5-01-04 FOLHA Nº 210
O FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.
G-1	Ap.30/20000412 - AQUISIÇÃO a favor de "CULBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA", Quinta de Santa Bárbara, Constância - por compra a João Fonseca Osório de Castro c.c. Maria José da Veiga Lira Mendes Osório de Castro, separação de bens, Avª Sanfré, 10-A, Monte Estoril, Estoril, Cascais e Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Alda Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra.- (Nºs 05015 e 05020)	
	A Conservadora,	
1	Ap.31/20000412 - HIPOTECA VOLUNTÁRIA a favor da Caixa Económica Montepio Geral, Rua Áurea, 219 a 241, Lisboa.- Garantia do pagamento de todas e quaisquer responsabilidades assumidas ou a assumir, concretamente: todo e qualquer letra, livrança, cheque ou extracto de factura de que se haja obrigado por aceite, subscrição, saque, aval ou endosso e ainda que por actos diferentes, toda e qualquer quantia que tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos em contas de depósito de que seja devedora e, ainda, de qualquer crédito concedido pela mesma proveniente de contrato de desconto, ou de aceite em títulos de crédito dos quais seja sacadora, por forma isolada, solidária ou conjunta; reembolso de quaisquer quantias que tenha dispendido ou venha a despender por quaisquer garantias bancárias, já prestadas ou a prestar até 400 000 000$00;- Juro anual: 5,25% acrescido de 4% em caso de mora.- Montante máximo: 511 000 000$00.- (Nºs 05021, 05020 e 41 922)	
	A Conservadora,	
G-2	Ap.52/20000417 - AQUISIÇÃO a favor de "CULBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA" - Por compra a Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Alda Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra.- (Nº 41 922).- Rasurei: "Mafra"	
	A Conservadora,	
F-1	Ap.61/20011205 - AUTORIZAÇÃO DE LOTEAMENTO Nº 40/2001 - Condições estabelecidas: 1- Constituídos 156 lotes, numerados de 1 a 156;- 2- em cada um dos lotes de 1 a 66, é viável a construção de um edifício multifamiliar, cujo número de pisos varia e abaixo da cota de soleira), implantação, áreas de implan-	

N.º 05598 /20011205-
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA FOLHA Nº 209
5-01-04
O FUNCION

COTAS | INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES | OBS.

tação e construção e demais condicionamentos deverão ser os que se encontram previstos na Planta de Sintese e respectivo Quadro Regulamentar;- Nos lotes de 87 a 155, é viável em cada um a construção de uma moradia unifamiliar, isolada ou geminada, conforme implantado na Planta de sintese, cujo número de pisos, áreas de implantação e construção e demais condicionamentos, deverão igualmente ser os que se encontram previstos no referido Quadro Regulamentar. Nos referidos lotes, à excepção do 101 e 119 é ainda viável a construção de um anexo, conforme indicado no já referido Quadro;- No lote 156, é viável a construção de um edificio destinado a comércio e actividades, composto por 15 unidades/fracções, com um piso acima da cota de soleira e um abaixo destinado a estacionamento, devendo o pedido de licenciamento a apresentar para o mesmo obedecer à legislação que lhe for aplicável, em função do uso pretendido para cada uma das fracções;- 3- Todas as construções a erigir deverão respeitar os condicionamentos constantes da Planta de Sintese e respectivo Quadro Regulamentar, tal como já, mencionado. As moradias a construir deverão ainda respeitar o regulamento junto, composto por duas folhas, que constitui o Anexo III;- 4- Os projectos definitivos das obras de urbanização que constituem o anexo IV, deverão ser integralmente respeitados aquando da execução das referidas obras, e constam de: Rede viária, rede de Abastecimento de Água, Rede de Esgotos Domésticos e Pluviais, Projecto de Arranjos Exteriores que inclui um parque infantil, um circuito de manutenção, uma zona de mesas e bancos, a efectuar pelo promotor e um espaço destinado a possivel instalação de um quiosque, rede de Distribuição de Gás Combustivel Canalizado, Projecto de Execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais e Redes de Infraestruturas Telefónicas e Eléctricas, devem[illegible]última respeitar os condicionamentos que vieirem a ser fixados pela EDP Distribuição Energia, SA, de acordo com fax 15/01/OTPC-AA, de 2001.03.07, daquela Entidade;- 5- Nos termos da deliberação tomada em 2001.03.09, terá aquando da execução da Rede de Esgotos ter em atenção que para

N.º 05598 /20011205

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA FOLHA Nº 205
5-01-04
O FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.
	profundidades superiores a 2,5m e inferiores a 4,0 m os tubos de PVC devem ser de 6Kg/cm2 e para profundidades iguais ou superiores a 4,0 m os tubos de PVC devem ser de 10Kg/cm2 e as manilhas de betão devem ser reforçadas. Quanto à Rede Viária, terá de alcatroar o arruamento de acesso à Estação de Tratamento de Águas Residuais, desde o nó 4. Em relação à Rede de Abastecimento de Água, deverá ser feita um remodelação na rede existente desde o reservatório de zona baixa até à entrada do loteamento. O troço 1-2 deverá ter um diâmetro de 110 mm onde será implantado um marco de incêndio. O tapamento das tubagens deverá ser comunicado à Companhia Concessionária da Rede de Abastecimento de Água-CGE(P) com o mínimo de 48 horas de antecedência, para efeitos de fiscalização;- 6- Cedência à Camara Municipal, para integração no domínio público de 121 858,90 m2 de terreno, compostos por 87 360,30 m2 destinados a arruamentos, passeios, caminhos pedonais e estacionamentos e 34 498,60 m2 destinados a Espaços Verdes de Utilização Colectiva;- 7- Cedência à Camara Municipal para integração no dominio privado de 8 974,60 m2 de terreno, sendo 3 398,70 m2 designados por parcelas A e B e 5 575,90 m2 designados por parcela C, destinados a Equipamentos de Utilização Colectiva.- Entrelinhei: "de Sintese"	Av.1
F-1	Av.1 - Ap.54/20021031 - Comunicado a alteração de loteamento, pelo alvará nº38/2002.	
F-2	Ap.50/20021219 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO - Alvará nº 38/2002 de 17/10 - Especificaçõēs: 1º) - Nos Lotes identificados pelos nºs 23 a 30, é autorizada a alteração da área de construção, número de pisos e fogos, de acordo com o Quadro Regulamentar;- Nos Lotes identificados pelos nºs de 87 a 100, de 102 a 118 e de 120 a 155, passa a ser viável a construção de uma cave destinada a garagem e arrumos;- No Lote identificado pelo nº 156, passa a ser viável a construção de mais um piso em cave, destinado a arrumos.	

megaparede
Projectos e Construções, Lda

António José Nunes Carvalho
Engenheiro Civil



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA - CÁLCULOS

REQUERENTE: ***CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA***
LOCAL: ***Rua Manuel Fernandes Batista- Lote 67 –Urb°. Stª Barbara - Mafra***
ASSUNTO: ***AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA***

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

megaparede
Projectos e Construções, Lda

António José Nunes Carvalho
Engenheiro Civil

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

ÍNDICE

1 – IDENTIFICAÇÃO..... 3

2 - LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS.....3

3 - CARACTERÍSTICAS DA LOCALIZAÇÃO.....3

4 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL.....3

5 – ELEMENTOS FORNECIDOS / UTILIZADOS.....4

6 – AVALIAÇÃO – 5

7 – PROSPECÇÃO DE MERCADO.....7

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....8

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

1 - IDENTIFICAÇÃO

Requerente: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2 - LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

2.1- Rua Manuel Fernandes Batista, Lote 67 – Urb. Santa Bárbara - Mafra.

3 - CARACTERÍSTICAS DA LOCALIZAÇÃO

3.1- O Imóvel urbano está situado no limite da malha urbana de Vila de Mafra.

3.2- O enquadramento urbanístico / paisagístico tem características correntes do ponto do edificado existente em zona consolidada.

3.3- Existem facilidades de acesso ao imóvel e ás redes de transporte locais, bem como à A21.

3.4- O valor comercial e imobiliário da zona encontra-se actualmente estável para os imóveis urbanos em situações semelhantes.

4 - CARACTERÍSTICAS DOS IMÓVEIS

4.1- Tipologia e caracterização dos Imóveis

Prédio urbano inscrito na matriz sob o Artº 8212 da freguesia de Mafra.
Descrito na Conservatória do registo Predial sob o nº05665/20011205
Confrontações:
Norte: Lote 68, Sul: Lote 66, Nascente e Poente: Arruamento.
Edifício, constituído por 7 pisos, tendo uma entrada comum e elevador. Sendo 2 pisos em cave, -1 e -2 destinados a parqueamento e os restantes pisos destinados a habitação do tipo T2 e T3.
Os Apartamentos do R/C possuem terraço bem como o recuado no último piso.

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

4.2- Da construção existente / acabamentos

O edifício não se encontra concluído e necessita de obras de reparação face ás patologias encontradas nos trabalhos efectuados.

Não foi apresentado orçamento para recuperação, reabilitação ou outras obras que possam influenciar esta avaliação.

Acabamentos actuais; Estrutura de betão armado, Cobertura revestida a telha cerâmica, Paredes alvenaria de tijolo rebocado e pintado, restantes acabamentos interiores e exteriores por concluir.

É apresentado no ANEXO III a actual percentagem de obra efectuada.

5 – ELEMENTOS FORNECIDOS / UTILIZADOS

Para a referida avaliação são fornecidos os seguintes elementos:

- Caderneta predial – Cópia
- Cópia das Plantas de localização
- Plantas dos Pisos do Projecto aprovado

6 – AVALIAÇÃO – IMÓVEL URBANO

Dadas as características do imóvel urbano, foram considerados os seguintes métodos de Avaliação. **Método Comparativo de Mercado, Método de Custos – Involutivo- Reposição (estático).**

Sendo que para o prédio em estudo no Método Comparativo de Mercado e de Custos - Reposição, foi feito uma avaliação e homogeneização das amostras na prospecção de mercado.

A- Critérios de Avaliação - definições

Nos termos do regulamento da CMVM e Nota do Banco de Portugal, para a determinação do valor do património imobiliário, terão de se utilizar dois dos três métodos de avaliação tradicionais. Na presente avaliação serão utilizados os dois métodos tradicionais, assim, temos:

A.1-Método Comparativo de Mercado

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

Este método consiste em relacionar o valor de um imóvel, com os dados relativos à transacção de imóveis com características semelhantes, ou comparáveis, obtidos através do conhecimento do mercado ou de prospecção efectuada no local onde se situa o imóvel. Perante este conhecimento do mercado ou prospecção podemos segundo critérios de homogeneidade, definir quais as características mais relevantes dos imóveis transaccionados e aplicar as técnicas de homogeneização das amostras recolhidas e assim obteremos os valores de transacção/mercado que servirão para estimar o valor de mercado.

A.2- Método do Custo Involutivo - Reposição – (Abordagem estática)

Com este método determina-se o valor residual do imóvel, pressupondo a sua melhor e máxima utilização futura, de acordo com as disposições legais existentes, definidas pelas entidades com jurisdição sobre o imóvel (PDM, Loteamentos, posturas Municipais etc…), considerando que o mesmo se encontra livre de quaisquer ónus ou encargos ou outro compromisso urbanístico de carácter público. Com este método determinamos o valor residual, deduzindo ao valor das receitas potencialmente geradas no empreendimento, todos os custos necessários à sua execução, nomeadamente, infra-estruturas, edificação, custos directos e indirectos, etc. O valor do imóvel é assim obtido entre o valor das receitas obtidas por comparação e capitalização de rendas e os custos totais do empreendimento, tendo em atenção o carácter temporal de desenvolvimento do projecto que neste caso (abordagem estática) deve de ser afectado de um factor depreciação (física/funcional).

A.3- Método do Rendimento

Este método consiste na análise do rendimento baseada na capacidade de um bem gerar receitas por capitalização directa ou rentabilidade futura e reportá-los à actualidade. Será aplicado às fracções para determinar o seu valor potencial.

Dado que não se prevê que os imóveis sejam objecto de arrendamento, e que o mercado na zona em estudo, é relativamente baixo para esse tipo de transacção, limitou-se a utilização deste método a uma prospecção de imóveis arrendados e a contabilização da taxa de capitalização média usada para esses imóveis.

Da análise ao mercado constatou-se que o mercado de arrendamento de imóveis novos é inexistente ou muito pouco usado, pelo que só foi possível obter valores de imóveis usados, que por sinal estavam à venda / arrendamento, sendo possível retirar a taxa de capitalização de forma automática.

Taxa de Capitalização

A taxa de capitalização traduz a relação existente entre mercados de arrendamento e de venda que operam num dado lugar geográfico e num dado momento temporal.

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

6.1 – Avaliação

A - Avaliação do Imóvel pelo Método de Custo - Reposição

O valor encontrado através do Método de Custo está demonstrado detalhadamente no quando do ANEXO II, inclui valor da construção e todos os encargos directos e indirectos inerentes à mesma, a saber; encargos financeiros, administrativos, comercialização e lucro do promotor.

Da Vistoria efectuada ao imóvel foram detectadas importantes patologias dos materiais com sua degradação face ao tempo que se encontra por concluir, expostas ás intempéries desde o início da sua construção.

Ainda que não tenha sido entregue nenhum orçamento de obras de resolução de patologias e substituição de materiais degradados, foi tomada em consideração uma depreciação física/funcional de 5% da obra executada, face ao actual estado do edifício à data da vistoria expressa no quadro do anexo acima referido.

B - Avaliação do Imóvel pelo Método Comparativo de Mercado

Valores dos apartamentos por Tipologia, Homogeneizados dos Quadros do Anexo I da Prospecção de Mercado.

Valor de Venda	*Custo/m2(euros)*	*Área Total (m2)*	*Unidades*	*Valor (euros)*
Apartamentos T2	1.225,00 €	90	5	551.250,00 €
Apartamentos T3	1.180,00 €	118	3	417.720,00 €
				0,00 €
				0,00 €
		Valor Do Imóvel		***968.970,00 €***

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

C - Avaliação do Imóvel pelo Método de Rendimento

Excluído este método por não ser à data aplicável, face à situação da obra.

Rendimento mensal bruto	*Euros/m2*	*Área Total (m2)*	*Euros/mês*
Habitação	0,00	0	0,00 €
Rendimento anual bruto(Eur/ano)	0,00 €	Taxa de capitalização(%)	0,00%

Avaliação do Imóvel pelo Método de Rendimento	0,00 €

7 – PROSPECÇÃO DE MERCADO

Para a prospecção de Mercado foram consultados alguns sites na web, venda efectuadas no local, bem como outras fontes de informação marginais, no entanto o quadro do ANEXO I, expressa a recolha de amostras por tipologia da urbanização de Santa Bárbara e outros imóveis em situações de comparação análoga na zona da vila de Mafra.

Data da prospecção: 2018-01-24
Sites utilizados e referidos nos quadros do Anexo I

www.casa.sapo.pt
www.era.pt
www.remax.pt
www.imovirtual.pt

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim entende-se que os valores/índices apresentados pela metodologia escolhida, reflectem sem grandes extrapolações o mercado imobiliário local, tendo em consideração os condicionalismos referidos, salvaguardando a posição de que a mesma foi realizada com os elementos fornecidos pela requerente e descritos em 5.

A presente avaliação foi feita no pressuposto que o imóvel se encontra isento de ónus ou encargos e é válida por um período de 6 meses se entretanto não se verificar alteração significativa no mercado imobiliário local.

Face ao supra referido é minha convicção ter dado cabal cumprimento ao solicitado no âmbito da pretensão, entendendo que os valores propostos têm em consideração o local, tipo de imóvel, sua utilização e actual situação do mercado imobiliário local.

VALOR DO IMÓVEL (ANEXO II):	***402.911,90€***
VALOR ACTUAL DO IMÓVEL (Arredondamento):	***403.000,00€***

Mafra, 24 de Janeiro de 2018

megaparede
Projectos e Construções, Lda
A Gerência

António José Nunes Carvalho
Engenheiro Civil OE sénior nº 39742
APAE membro singular nº 498
CMVM – AVFII/11/47

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

ANEXOS

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Foto 1



Viste geral de Poente – Rua Manuel Fernandes Batista – Lote 67

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

DECLARAÇÃO

DE COMPROMISSO DE HONRA

António José Nunes Carvalho, ***Engenheiro Civil,*** residente na Rua Prof. Guilherme de Assunção nº11 R/C Dtº 2640-488 Mafra, contribuinte fiscal nº 157005933 e inscrito na ***Ordem dos Engenheiros sob o nº 39742***, e ***CMVM sob o nº AVFII/11/047***, na qualidade de Autor da avaliação Imobiliária, sito em Rua Manuel Fernandes Batista – Lote 67 – Urbº Stª Bárbara – Mafra, Artº 8212 da freguesia de Mafra, requerido por: ***Câmara Municipal de Mafra***, declara, nos termos e para os devidos efeitos legais, nomeadamente Regulamento **nº 8/2002** CMVM e Aviso **nº 1/2001** do Banco de Portugal que a Avaliação cumpre os referidos regulamentos e demais legislação aplicável em vigor e que se encontra coberto por seguro de Responsabilidade Civil.

Mafra, 24 de Janeiro de 2018

O Técnico

.....

António José Nunes Carvalho
Engenheiro Civil – OE nº39742
CMVM nº AVFII/11/047

ANEXO I

PROSPECÇÃO DE MERCADO

Imóveis de Referencia recolhidos na prospecção de Mercado (Comparáveis) - T2													
Ref.ª ID	Localização	Tipologia	Estado de Conservação	Área (m2)	Piso	Varanda	Estacionamento	Climatização	Paineis solares	Condominio fechado	V.Mercado	V.Mercado (m2)	Mediadora
R01	Mafra	T2	Usado	110	----	Sim	Box	Sim	Sim	Não	115.000,00 €	1.045,45 €	Casas D'Aldeia
R02	Mafra	T2	Usado	115	----	Sim	Lugar	Sim	Não	Não	127.200,00 €	1.106,09 €	Winfill
R03	Mafra	T2	Usado	90	----	Sim	Box	Não	Sim	Não	125.000,00 €	1.388,89 €	Era-Mafra
R04	Mafra	T2	Usado	97	----	Não	Lugar	Sim	Não	Não	126.500,00 €	1.304,12 €	Latiude Positiva
R05	Mafra	T2	Usado	100	----	Sim	Box	Sim	Sim	Não	128.000,00 €	1.280,00 €	House Dream
										Valor Médio	124.340,00 €	1.224,91 €	1.225,00 €

Fonte de Consulta www.imovirtual.pt Data: Jan /2018

Imóveis de Referencia recolhidos na prospecção de Mercado (Comparáveis) - T3													
Ref.ª ID	Localização	Tipologia	Estado de Conservação	Área (m2)	Piso	Varanda	Estacionamento	Climatização	Paineis solares	Condominio fechado	V.Mercado	V.Mercado (m2)	Mediadora
R01	Mafra	T3	Usado	120	----	Sim	Box	Sim	Sim	Não	149.000,00 €	1.241,67 €	Flyhouse
R02	Mafra	T3	Usado	120	----	Sim	Lugar	Sim	Sim	Não	149.900,00 €	1.249,17 €	MonicaRoussado
R03	Mafra	T3	Usado	141	----	Não	Lugar	Não	Não	Não	150.000,00 €	1.063,83 €	HouseDream
R04	Mafra	T3	Usado	141	----	Sim	Lugar	Sim	Não	Não	145.000,00 €	1.028,37 €	Era-Mafra
R05	Mafra	T3	Usado	113	----	Sim	Box	Sim	Sim	Não	148.000,00 €	1.309,73 €	Era-Mafra
										Valor Médio	148.380,00 €	1.178,55 €	1.180,00 €

Fonte de Consulta www.imovirtual.pt Data: Jan /2018

ANEXO II

Método do Custo Involutivo V= (Cc+Ec+Ev+Ef+L)+T

INVESTIMENTOS E CUSTOS	Área m2	Custo Unitário	Montante	
Construção				
Habitação	1030	650	669.500,00	
Cave	663	450	298.350,00	
Terraços	187	400	74.800,00	
Arruamentos /passeio/estacionamento	70	250	17.500,00	
Arranjos Exteriores				
Total Custos Construção			1.060.150,00	
Projecto	3%		31.804,50	
Fiscalização	2,00%		21.203,00	
Higiene e Segurança	1,50%		15.902,25	
Gestão	2,50%		26.503,75	
Taxas e Licenças (€/m2 Ab)	20,00 €		33.860,00	
Custos Construção + Custos Indirectos			**1.189.423,50**	**C**
Encargos Financeiros	7%		83.259,65	
Custos + Encargos			1.272.683,15	
Margem sobre Custos	10%		127.268,31	
Custos + Margem sobre Custos			1.399.951,46	
RECEITAS				
Valor de Mercado das Construções T2+T3	968.970	(ver Anexo I)	968.970,00	
Custos Comerciais	5%		48.448,50	
Valor de Mercado Líquido			**920.521,50**	**V**
VALOR DO TERRENO	Área(m2)	Custo Unitário €		
Valor do Terreno Bruto C/ Margem	332	350	116.200,00	
Valor do Terreno Bruto			105.636,36	
Valor do Terreno Líquido (IMT, Esc, Reg)	7,50%		**98.266,38**	**T**
VALOR ACTUAL DO IMÓVEL				
Percentagem de Obra Executada	39,00%			
Depreciação Física/Funcional	5,00%	(face à obra executada)		
Percentagem Actual da Construção,	37,05%			**P**
Valor Actual da Construção	VA = [(V-T) * P] + T		**402.911,90**	**VA**

megaparede
Projectos e Construções, Lda

SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO DA OBRA

ANEXO III

RELATÓRIO DE VISTORIA DE: **CONSTRUÇÃO** [X] **OBRAS** [ ] **RELATÓRIO - 1**

REQUERENTE: **CÂMARA MUNICIAPLA DE MAFRA**

LOCAL DO IMÓVEL: Rua Manuel Fernandes Batista-Lote 67- Mafra

Designação dos Trabalhos	***A % TOTAL***	***B % TOTAL***	***Evolução dos Trabalhos***	***% da Obra Realizada***
Movimento de Terras	**1**	1		**1**
Fundações	**4**	3		**3**
Super-Estrutura	**28**	26		**26**
Alvenarias	**8,5**	8		**6**
Cobertura	**1,5**	1,5		**1**
Vãos Exteriores	**6**	6,5		**2**
Vãos Interiores	**4,5**	5		
Rede de àguas	**3,3**	3,3		
Instalações de Esgotos e Ventilação	**2,7**	2,7		
Instalação Eléctrica	**4,3**	4,4		
Elevadores	**6**	6		
Revestimentos de Escadas e Galerias	**2,6**	2,5		
Revestimento Inicial Paredes e Tectos	**5,4**	5,4		
Revestimento Final Interior de Paredes	**5,5**	5,6		
Revestimento Final Interior de Tectos	**1,3**	1,3		
Revestimento Final Exterior	**1,5**	1,5		
Revestimento Iniciais de Pisos	**1**	1,5		
Revestimento Final Zonas Secas	**3**	3		
Revestimento Final Zonas Humidas	**1**	1,5		
Equipamento de Cozinha e Lavagem	**2,5**	3		
Equipamento de Casas de Banho	**2**	3		
Diversos	**3,9**	3,8		
Arranjos Exteriores	**0,5**	0,5		
TOTAL (%)	**100,00**	100,00	***TOTAL da Obra Realizada (%)***	**39,00**

Nota: - Os valores indicados em A referem-se a uma obra normal com aplicação de materiais de uso corrente.
- Os valores indicados em B têm em referência a obra em análise.

DATA: 24-01-2018 ***O Engenheiro***

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº.11 R/C Dtº 2640-488 Mafra .Tel. e Fax.261 813092 e-mail:megaparede@gmail.com

FLS. 1

N.º 05665 / 20011205

N.º _____

Fls. _____ B _____

Concelho Mafra

Conservatória do Registo Predial

de MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA — DATA — FREGUESIA MAFRA — O FUNCIONÁRIO

247

DESCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES | COTAS

URBANO - Garcinhos - Lote 67 - Terreno para construção - 331,50 m2.- Norte: Lote 68;- Sul: Lote 66;- Nascente e Poente: Arruamento.- Omisso.- V.V.: 16 525 000$00.- Desanexado do nº.05598.-	G-1 C-1 G-2
	F-1 Lot
Av.1 - Ofº.-Ap.01/20031023 - Artigo 8212 - V.R. 122 655 euros.	F-2 Alr.Ldt
	C-2

215 – Tip. Nabão Lda. - Tomar

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA FOLHA Nº
5-01-04

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES OU FUNCIONÁRIO	OBS.
C-1	Ap.30/20000412 - AQUISIÇÃO a favor de "CLUBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA", Quinta de Santa Bárbara, Constância - por compra a João Fonseca Osório de Castro c.c. Maria José da Veiga Mira Mendes Osório de Castro, separação de bens, Avª Sanfré, 10-A, Monte Estoril, Estoril, Cascais e Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Alda Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra.	
	A Conservadora,	
C-1	Ap.31/20000412 - HIPOTECA VOLUNTÁRIA a Favor da Caixa Económica Montepio Geral, Rua Áurea, 219 a 241, Lisboa.- Garantia do pagamento de todas e quaisquer responsabilidades assumidas ou a assumir, concretamente: toda e qualquer letra, livrança, cheque ou extracto de factura de que se haja obrigado por aceite, suoscrição, saque, avale ou endosso e ainda que por actos diferentes, toda e qualquer quantia que tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos em contas de depósito de que seja devedora e, ainda, de qualquer crédito concedido pela mesma proveniente de contrato de desconto, ou de aceite em titulos de crédito dos quais seja sacadora, por forma isolada, solidária ou conjunta; reembolso de quaisquer quantias que tenha dispendido ou venha a despender por quaisquer garantias bancárias, já prestadas ou a prestar até 400 000 000$00;- Juro anual: 5,25% acrescido de 4% em caso de mora.- Montante máximo: 511 000 000$00.	
	A Conservadora,	
G-2	Ap.52/20000417 - AQUISIÇÃO a favor de "CLUBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA" - Por compra a Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Alda Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra.	
	A Conservadora,	
C-2	Ap.01/20031023 - HIPOTECA VOLUNTÁRIA a favor da Caixa Económica Montepio Geral.- Garantia do pagamento de toda e qualquer letra, livrança, cheque ou extracto de factura de que a Caixa seja portadora e em que isoladamente ou em conjunto ou solidariamente com terceiros se haja obrigado por aceite, subscrição, saque, aval ou endosso e ainda que	

N.º 05665 20011205
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA FOLHA Nº
5-01-04

COTAS | INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES | OBS.

por actos diferentes;- pagamento de toda e qualquer quantia que a referida Caixa tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos em contas de depósito de que isoladamente ou em conjunto ou solidáriamente com terceiros seja devedora, e ainda de qualquer crédito concedido pela mesma Caixa proveniente de contrato de desconto ou de aceite em títulos de crédito dos quais seja sacadora por forma isolada, solidária ou conjunta; - o reembolso de quaisquer quantias que a mesma Caixa tenha despendido ou venha a despender por quaisquer garantias bancárias já prestadas ou a prestar de que seja ordenadora a parte devedora.- Valor capital: 5 000 000,00 €;- Juro: 4,50% ao ano, acrescido de 4% em caso de mora;- Montante Máximo: 6 275 000,00 €.- Abrange 55 prédios.

A Conservadora,

N.º _____

Fls. _____ B _____

Concelho _____

Conservatória do Registo Predial

de MAFRA

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

N.º 05558 /20011205

FLS. 1 - 250

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Freguesia DATA FOLHA Nº 1770
5-01-04 COTAS

RÚSTICO - Limites de Mafra - cultura arvense - 196 32 m2 - Gorcinnos Parte	C-1
te: Estrada;- sul: Osório de Castro;- nascente: Helder da Silva	C-1
e Parque Desportivo Municipal;- poente: Construções Pedro Leitão	C-2
Artºs 2, 3, 6, 7, 61, 100 e 107 todos da Secção N e 108 Secção I	F-1
Valor: 192 664$00.- Resultou de anexação dos nºs 05019, 05020 e	F-2
41 922 Fls 145 B-112.- Entrelinhei: "Gorcinhos" e "Parte"	
Av.1 - Of.Ap.01/20011205 - Desanexada parte que se descreve sob	
os nºs 05599, 05600, 05601, 05602, 05603, 05604, 05605, 05606,	
05607, 05608, 05609, 05610, 05611, 05612, 05613, 05614, 05615,	
05616, 05617, 05618, 05619, 05620, 05621, 05622, 05623, 05624,	
05625, 05626, 05627, 05628, 05629, 05630, 05631, 05632, 05633,	
05634, 05635, 05636, 05637, 05638, 05639, 05640, 05641, 05642,	
05643, 05644, 05645, 05646, 05647, 05648, 05649, 05650, 05651,	
05652, 05653, 05654, 05655, 05656, 05657, 05658, 05659, 05660,	
05661, 05662, 05663, 05664, 05665, 05666, 05667, 05668, 05669,	
05670, 05671, 05672, 05673, 05674, 05675, 05676, 05677, 05678,	
05679, 05680, 05681, 05682, 05683, 05684, 05685, 05686, 05687,	
05688, 05689, 05690, 05691, 05692, 05693, 05694, 05695, 05696,	
05697, 05698, 05699, 05700, 05701, 05702, 05703, 05704, 05705,	
05706, 05707, 05708, 05709, 05710, 05711, 05712, 05713, 05714,	
05715, 05716, 05717, 05718, 05719, 05720, 05721, 05722, 05723,	
05724, 05725, 05726, 05727, 05728, 05729, 05730, 05731, 05732,	
05733, 05734, 05735, 05736, 05737, 05738, 05739, 05740, 05741,	
05742, 05743, 05744, 05745, 05746, 05747, 05748, 05749, 05750,	
05751, 05752, 05753, 05754, 05755, 05756 e 05757, sendo a restan	
te área de 121 853,90 m2 para integração no domínio público.	

219 - Tip. Nabão, Lda. - Tomar

N.º 05588 /20011205 251

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA FOLHA Nº
5-01-04

O FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.
3-1	Ap. 30/20[illegible] - Constituição a favor de "CULBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA", quinta de Santa Bárbara, Longarical - por comp. a João Jorge Osório de Castro e.c. Maria José da Veiga Lima Nemes Osório de Castro, separação de bens, sem sociedade conjugal, ascendentes e descendentes comuns e mais Maria da Costa Álvaro Pereira Osório de Castro, separação de bens, quinta Vale do Arco, Sobral da Serrinha, Mafra. - (Ins. 2001 e 05 V.) A Conservadora,	
4	Ap. 31/20[illegible] - Hipoteca voluntária a favor da Caixa Económica Montepio Geral, Sta Apª, 115 a 121, Lisboa. - Garantia do pagamento de todas e quaisquer responsabilidades assumidas ou a assumir, concretamente: coisa e quaisquer letras, livranças, cartas de crédito de que se seja portador por aceite, subscrição, saque, aval ou endosso e ainda que por outros títulos, todo e qualquer quantia que tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos de contas de depósito de que seja devedora e, ainda, de qualquer crédito concedido pela dita proveniente de contrato de desconto, ou de aceite em títulos de crédito aos quais seja sacadora, por forma indirecta, solidária ou conjunta, assumidos ou que venham a ser assumidos, vencidos ou vincendos e ainda os que venham a constituir-se por qualquer causa, juros remuneratórios, juros de mora e ou caso de cont.- Montante máximo: 11[illegible] - Cons. Ins. 1, 05.2 e 11 422) A Conservadora,	
5-1	Ap. 32/20[illegible] 417 - Cessão a favor de "CULBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA" - por comp. a José João Osório de Castro e.c. Ana Maria da Costa Álvaro Pereira Osório de Castro, separação de bens, quinta Vale do Arco, Sobral da Serrinha, Mafra. - (Ins. 1[illegible] - Basnet: "Mafra" A Conservadora,	
6-1	Ap. 61/20[illegible] - Urbanização da Herdade da Ameixoeira - Condições estabelecidas: 1- constituição dos lotes, conforme ao a 15); - 2- em cada um dos lotes de 1 a 15, é viável a construção de um moradia unifamiliar [illegible]	

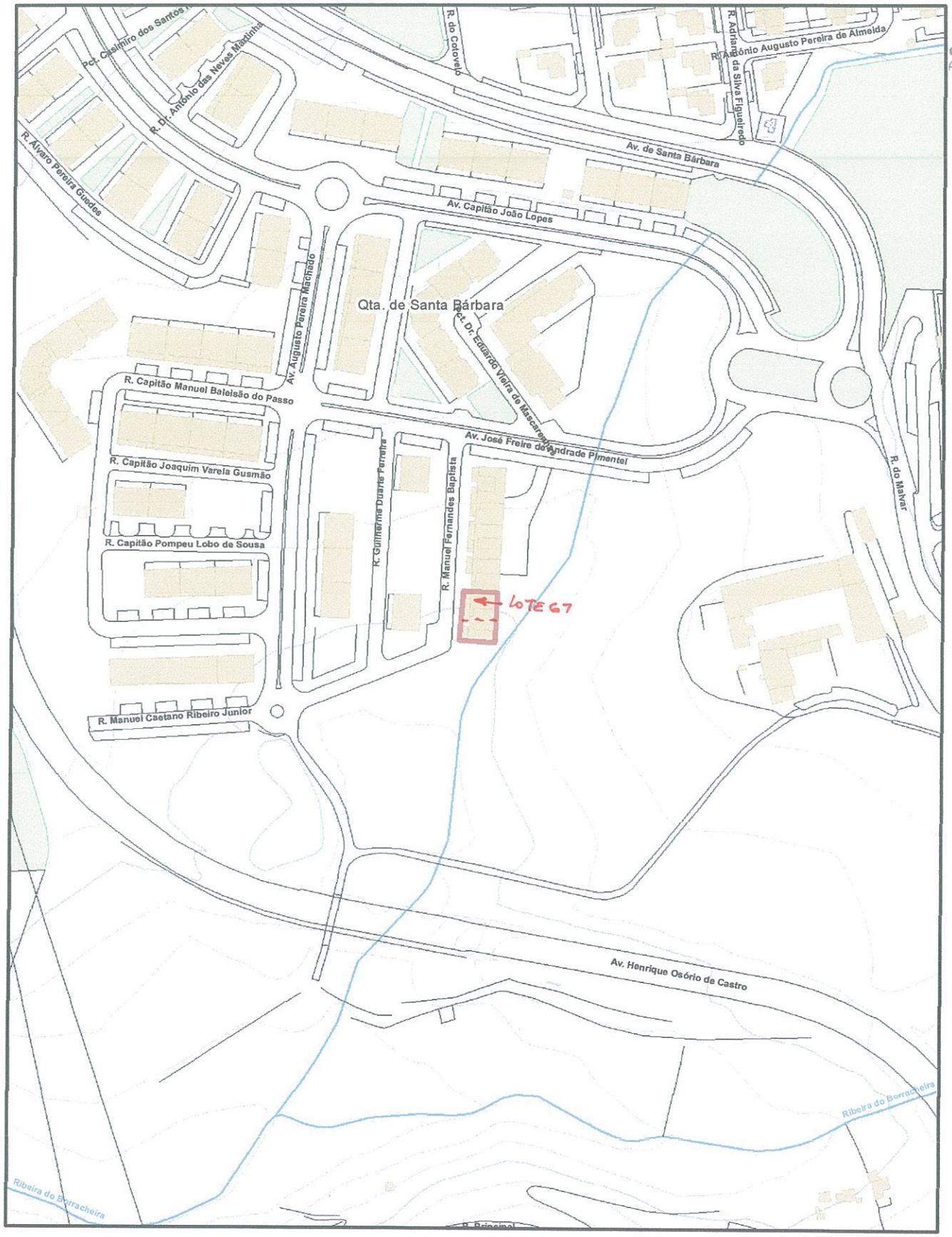
N.º 6559R /20011205
AMARA MUNICIPAL DE SINTRA
DATA
5-01-04
O FUNCION

252

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.
	tração e construção e demais condicionamentos deverão ser os que se encontram previstos na Planta de Síntese e respectivo Quadro Regulamentar;- Nos lotes de 87 a 155, é viável em cada um a construção de uma moradia unifamiliar, isolada ou geminada, conforme implantado na Planta de síntese, cujo número de pisos, áreas de implantação e construção e demais condicionamentos, deverão igualmente ser os que se encontram previstos no referido Quadro Regulamentar. Nos referidos lotes, à excepção do 101 e 119 é ainda viável a construção de um anexo, conforme indicado no já referido Quadro;- No lote 156, é viável a construção de um edifício destinado a comércio e actividades, composto por 15 unidades/fracções, com um piso acima da cota de soleira e um abaixo destinado a estacionamento, devendo o pedido de licenciamento a apresentar para o mesmo obedecer à legislação que lhe for aplicável, em função do uso pretendido para cada uma das fracções;- 3- Todas as construções a erigir deverão respeitar os condicionamentos constantes da Planta de Síntese e respectivo Quadro Regulamentar, tal como já, mencionado. As moradias a construir deverão ainda respeitar o regulamento junto, composto por duas folhas, que constitui o Anexo III;- 4- Os projectos definitivos das obras de urbanização que constituem o anexo IV, deverão ser integralmente respeitados aquando da execução das referidas obras, e constam de: Rede viária, rede de Abastecimento de Água, Rede de Esgotos Domésticos e Pluviais, Projecto de Arranjos Exteriores que inclui um parque infantil, um circuito de manutenção, uma zona de mesas e bancos, a efectuar pelo promotor e um espaço destinado a possível instalação de um quiosque, rede de Distribuição de Gás Combustível Canalizado, Projecto de Execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais e Redes de Infraestruturas Telefónicas e Eléctricas, [illegible] deverão respeitar os condicionamentos que vierem a ser fixados pela EDP Distribuição Energia, SA, de acordo com fax 15/01/CIPC-AA, de 2001.03.07, daquela Entidade;- 5- Nos termos da deliberação tomada em 2001.03.09, terá aquando da execução da Rede de Esgotos ter em atenção que para	

Nº 25550 2001129 9
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA 5-01-04 FOLHA Nº 253
O FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.
	profundidades superiores a 2,5m e inferiores a 4,0 m os tubos de PVC devem ser de 6Kg/cm2 e para profundidades iguais ou superiores a 4,0 m os tubos de PVC devem ser de 10Kg/cm2 e as manilhas de betão devem ser reforçadas. Quanto à Rede Viária, terá de alcatroar o arruamento de acesso à Estação de Tratamento de Águas Residuais, desde o nó 4. Em relação à Rede de Abastecimento de Água, deverá ser feita um remodelação na rede existente desde o reservatório de zona baixa até à entrada do loteamento. O troço 1-2 deverá ter um diâmetro de 110 mm onde será implantado um marco de incêndio. O tapamento das tubagens deverá ser comunicado à Companhia Concessionária da Rede de Abastecimento de Água-CCE(P) com o mínimo de 48 horas de antecedência, para efeitos de fiscalização;- 6- Cedência à Camara Municipal, para integração no domínio público de 121 858,90 m2 de terreno, compostos por 87 360,30 m2 destinados a arruamentos, passeios, caminhos pedonais e estacionamentos e 34 498,60 m2 destinados a Espaços Verdes de Utilização Colectiva;- 7- Cedência à Camara Municipal para integração no dominio privado de 8 974,30 m2 de terreno, sendo 3 398,70 m2 designados por parcelas A e B e 5 575,90 m2 designados por parcela C, destinados a Equipamentos de Utilização Colectiva.- Entrelinhas: "de Sintese"	
	[signature]	Av 1
F-1	Av.1 - Ap.54/20021031 - Comunicado a alteração de loteamento, pelo alvará nº38/2002.	
	[signature]	
F-2	Ap.50/20021219/- ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO - Alvará nº 38/2002 de 17/10 - Especificações: 1º) - Nos Lotes identificados pelos nºs 23 a 30, é autorizada a alteração da área de construção, número de pisos e fogos, de acordo com o Quadro Regulamentar;- Nos Lotes identificados pelos nºs de 87 a 100, de 102 a 118 e de 120 a 155, passa a ser viável a construção de uma cave destinada a garagem e arrumos;- No Lote identificado pelo nº 156, passa a ser viável a construção de mais um piso em cave, destinado a arrumos.	



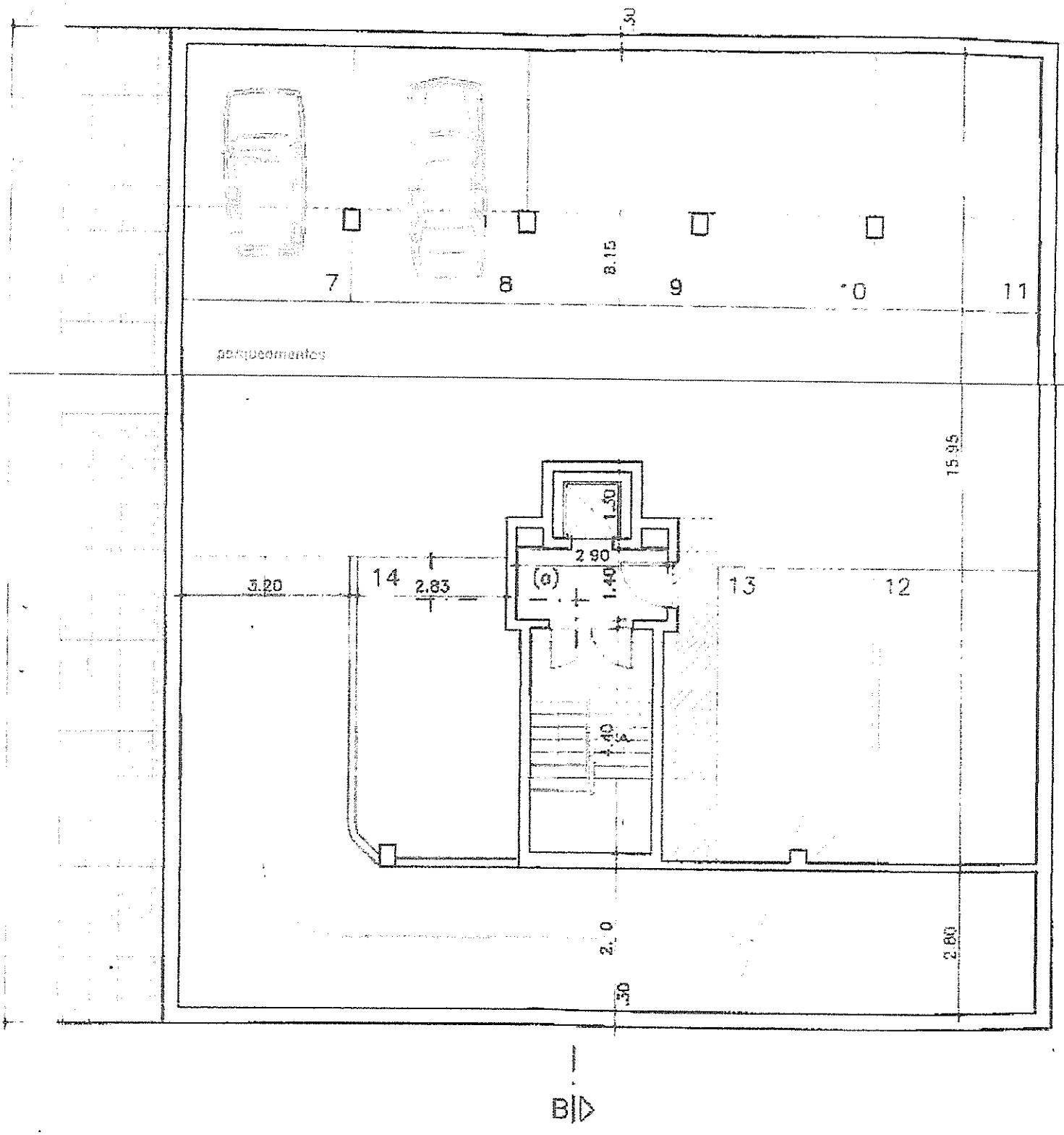
Câmara Municipal de Mafra

Planta de Localização - Extracto de Cartografia

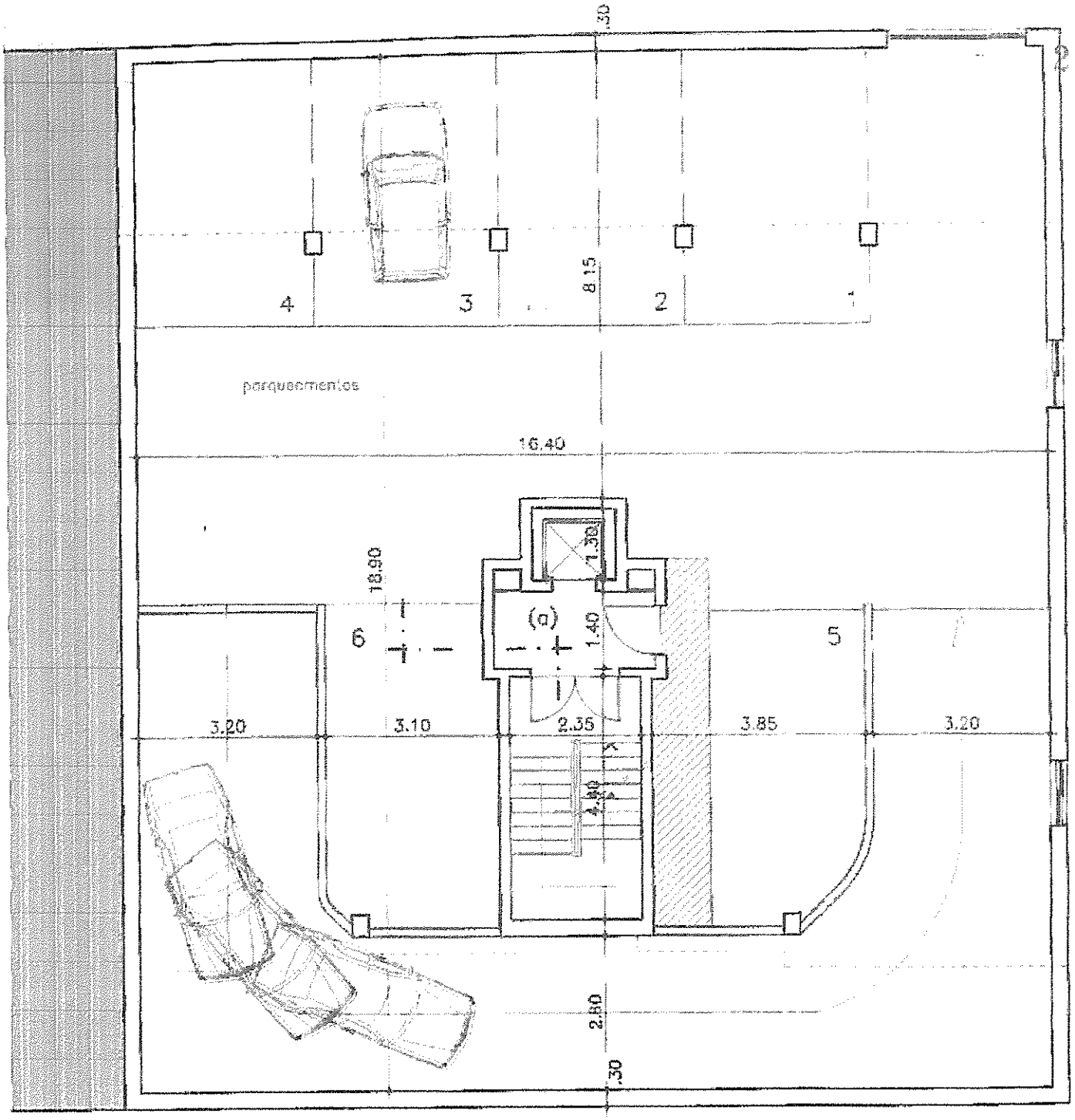
Levantamento 1:10.000 - Março 2010

Local:	**Prédio:**	**Secção:**	**Data:** 30-03-2018
Freguesia:			**Escala:** 1:2.500

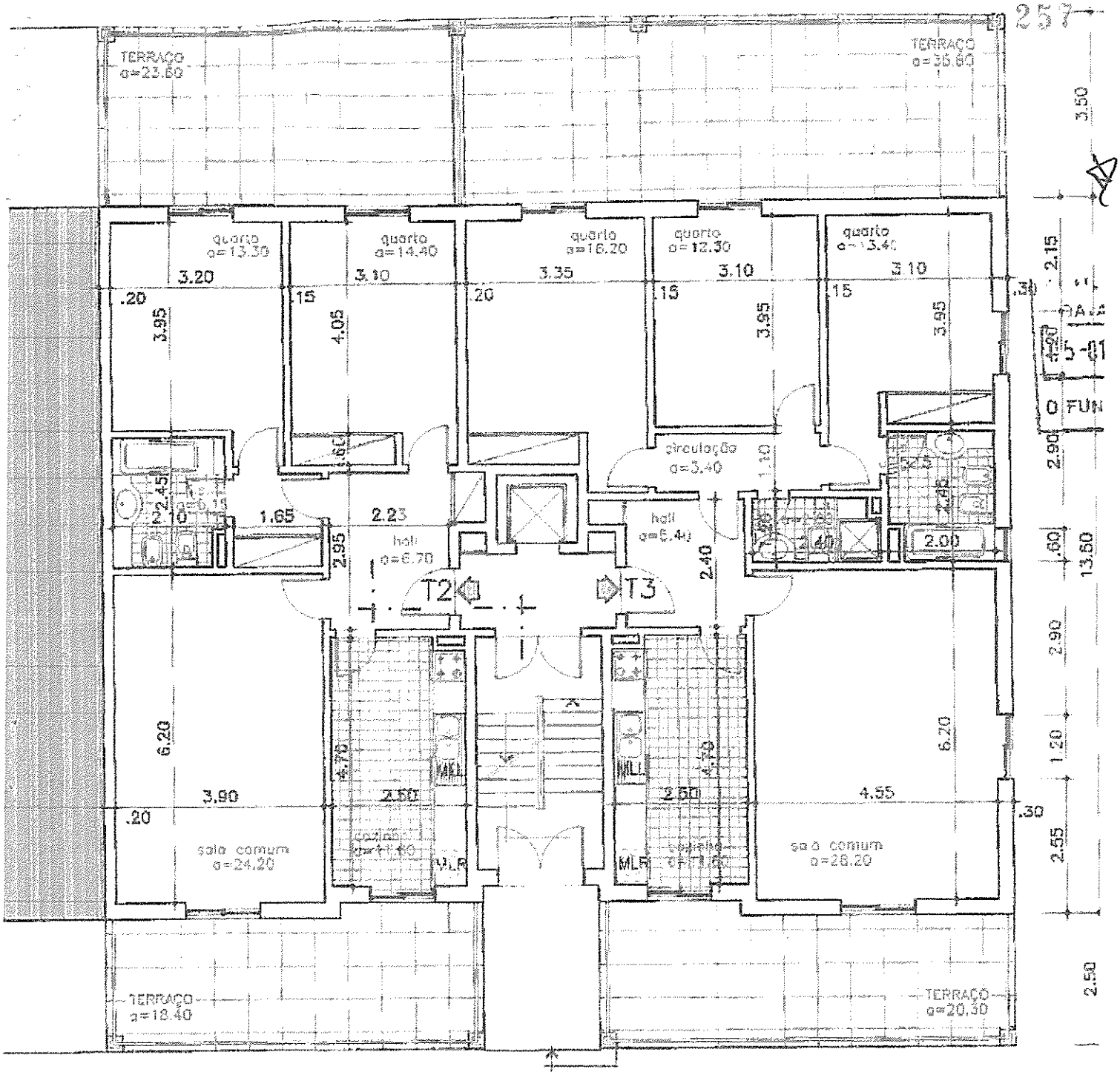
Planta de Localização disponibilizada através do Site GeoMafra

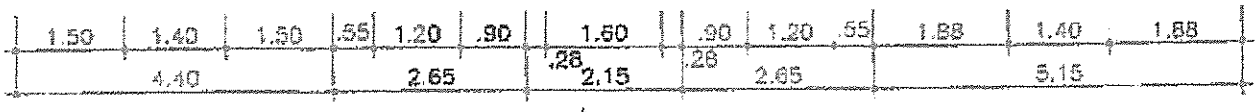


PLANTA DO PISO −2



PLANTA DO PISO −1

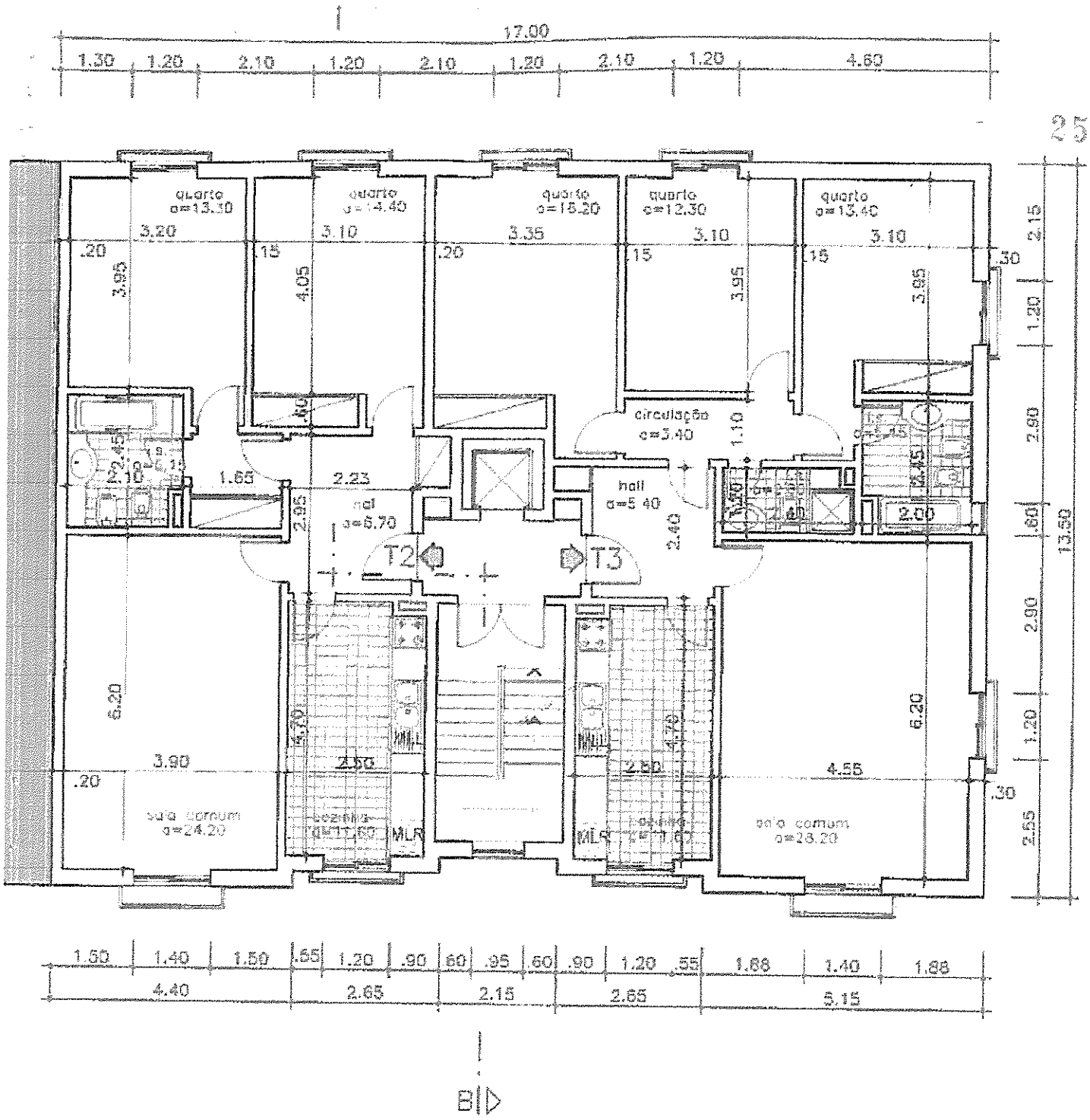




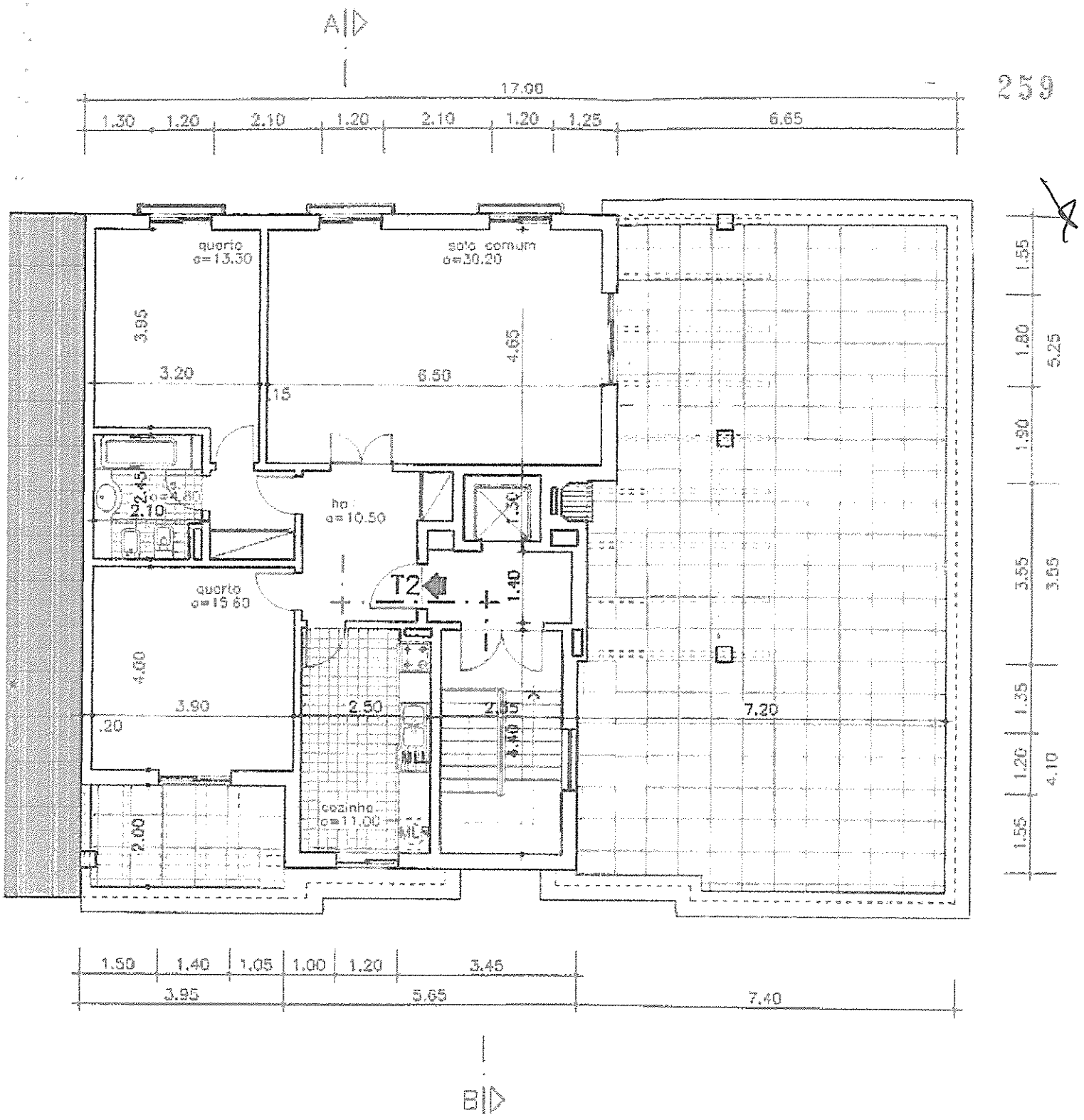
B

PLANTA DO PISO 0

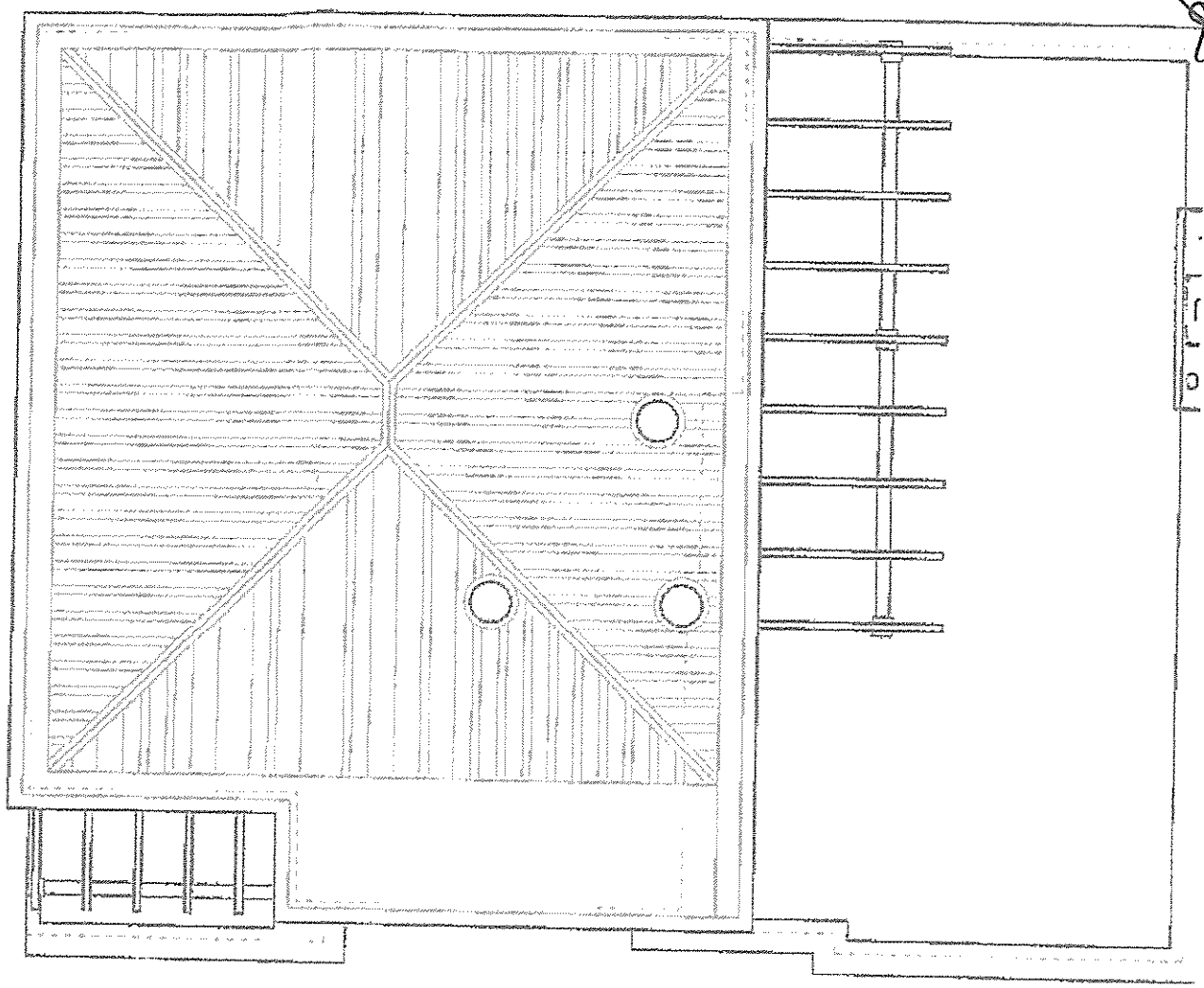
VERSÃO	DATA	JUSTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO



PLANTA DOS PISOS 1 ao 3



PLANTA DO PISO RECUADO



PLANTA DE COBERTURA

VERSÃO	DATA	JUSTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO

REQUERENTE: QUINTA DE SANTA BÁRBARA
ANIMAÇÃO E TURISMO, LDA



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA - CÁLCULOS

REQUERENTE: ***CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA***
LOCAL: ***Rua Manuel Fernandes Batista – Lote 66 – Urbª Stª Bárbara - Mafra***
ASSUNTO: ***AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA***

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

ÍNDICE

1 – IDENTIFICAÇÃO..... 3

2 - LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS.....3

3 - CARACTERÍSTICAS DA LOCALIZAÇÃO.....3

4 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL.....3

5 – ELEMENTOS FORNECIDOS / UTILIZADOS.....4

6 – AVALIAÇÃO – 5

7 – PROSPECÇÃO DE MERCADO.....8

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....9

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

1 - IDENTIFICAÇÃO

Requerente: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2 - LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

2.1- Rua Manuel Fernandes Batista, Lote 66 – Urb. Santa Bárbara - Mafra.

3 - CARACTERÍSTICAS DA LOCALIZAÇÃO

3.1- O Imóvel urbano está situado no limite da malha urbana de Vila de Mafra.

3.2- O enquadramento urbanístico / paisagístico tem características correntes do ponto do edificado existente em zona consolidada.

3.3- Existem facilidades de acesso ao imóvel e ás redes de transporte locais, com fácil acesso à A21.

3.4- O valor comercial e imobiliário da zona encontra-se actualmente estável para os imóveis urbanos em situações semelhantes.

4 - CARACTERÍSTICAS DOS IMÓVEIS

4.1- Tipologia e caracterização dos Imóveis

Prédio urbano inscrito na matriz sob o Artº 8211 da freguesia de Mafra.

Edifício, constituído por 7 pisos, tendo uma entrada comum e elevador. Sendo 2 pisos em cave, -1 e-2 destinados a parqueamento e os restantes pisos destinados a habitação do tipo T2 e T3.

Os Apartamentos do R/C possuem terraço bem como o recuado no último piso.

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

4.2- Da construção existente / acabamentos

O edifício não se encontra concluído e necessita de obras de reparação face ás patologias encontradas nos trabalhos efectuados.

Não foi apresentado orçamento para recuperação, reabilitação ou outras obras que possam influenciar esta avaliação.

Acabamentos actuais; Estrutura de betão armado, Cobertura revestida a telha cerâmica, Paredes alvenaria de tijolo rebocado e pintado, restantes acabamentos interiores e exteriores por concluir.

È apresentado no ANEXO III a actual percentagem de obra efectuada.

5 – ELEMENTOS FORNECIDOS / UTILIZADOS

Para a referida avaliação são fornecidos os seguintes elementos:

- Caderneta predial – Cópia
- Cópia das Plantas de localização
- Plantas dos Pisos do Projecto aprovado

6 – AVALIAÇÃO – IMÓVEL URBANO

Dadas as características do imóvel urbano, foram considerados os seguintes métodos de Avaliação. **Método Comparativo de Mercado, Método de Custos – Involutivo- Reposição (estático).**

Sendo que para o prédio em estudo no Método Comparativo de Mercado e de Rendimento, foi feito uma avaliação e homogeneização das amostras na prospecção de mercado.

A- Critérios de Avaliação - definições

Nos termos do regulamento da CMVM e Nota do Banco de Portugal, para a determinação do valor do património imobiliário, terão de se utilizar dois dos três métodos de avaliação tradicionais. Na presente avaliação serão utilizados os dois métodos tradicionais, Assim, temos:

A.1-Método Comparativo de Mercado

Este método consiste em relacionar o valor de um imóvel, com os dados relativos à transacção de imóveis com características semelhantes, ou comparáveis, obtidos através

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

do conhecimento do mercado ou de prospecção efectuada no local onde se situa o imóvel. Perante este conhecimento do mercado ou prospecção podemos segundo critérios de homogeneidade, definir quais as características mais relevantes dos imóveis transaccionados e aplicar as técnicas de homogeneização das amostras recolhidas e assim obteremos os valores de transacção/mercado que servirão para estimar o valor de mercado.

A.2- Método do Custo Involutivo - Reposição – (Abordagem estática)

Com este método determina-se o valor residual do imóvel, pressupondo a sua melhor e máxima utilização futura, de acordo com as disposições legais existentes, definidas pelas entidades com jurisdição sobre o imóvel (PDM, Loteamentos, posturas Municipais etc…), considerando que o mesmo se encontra livre de quaisquer ónus ou encargos ou outro compromisso urbanístico de carácter público. Com este método determinamos o valor residual, deduzindo ao valor das receitas potencialmente geradas no empreendimento, todos os custos necessários à sua execução, nomeadamente, infra-estruturas, edificação, custos directos e indirectos, etc. O valor do imóvel é assim obtido entre o valor das receitas obtidas por comparação e capitalização de rendas e os custos totais do empreendimento, tendo em atenção o carácter temporal de desenvolvimento do projecto que neste caso (abordagem estática) deve de ser afectado de um factor depreciação (física/funcional).

A.3- Método do Rendimento

Este método consiste na análise do rendimento baseada na capacidade de um bem gerar receitas por capitalização directa ou rentabilidade futura e reportá-los à actualidade. Será aplicado às fracções para determinar o seu valor potencial.

Dado que não se prevê que os imóveis sejam objecto de arrendamento, e que o mercado na zona em estudo, é relativamente baixo para esse tipo de transacção, limitou-se a utilização deste método a uma prospecção de imóveis arrendados e a contabilização da taxa de capitalização média usada para esses imóveis.

Da análise ao mercado constatou-se que o mercado de arrendamento de imóveis novos é inexistente ou muito pouco usado, pelo que só foi possível obter valores de imóveis usados, que por sinal estavam à venda / arrendamento, sendo possível retirar a taxa de capitalização de forma automática.

Taxa de Capitalização

A taxa de capitalização traduz a relação existente entre mercados de arrendamento e de venda que operam num dado lugar geográfico e num dado momento temporal.

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

6.1 – Avaliação

A - Avaliação do Imóvel pelo Método de Custo - Reposição

O valor encontrado através do Método de Custo está demonstrado detalhadamente no quando do ANEXO II, inclui valor da construção e todos os encargos inerentes à mesma, a saber; encargos financeiros, administrativos, comercialização e lucro do promotor.

Da Vistoria efectuada ao imóvel foram detectadas importantes patologias dos materiais com sua degradação face ao tempo que se encontra por concluir, expostas ás intempéries desde o início da sua construção.

Ainda que não tenha sido entregue nenhum orçamento de obras de resolução de patologias e substituição de materiais degradados, foi tomada em consideração uma depreciação física/funcional face ao actual estado do edifício à data da vistoria expressa no quadro do anexo acima referido.

B - Avaliação do Imóvel pelo Método Comparativo de Mercado

Valores dos apartamentos por Tipologia, Homogeneizados dos Quadros do Anexo I da Prospecção de Mercado.

Valor de Venda	*Custo/m2(euros)*	*Área Total (m2)*	*Unidades*	*Valor (euros)*
Apartamentos T2	1.225,00 €	90	5	551.250,00 €
Apartamentos T3	1.180,00 €	118	3	417.720,00 €
				0,00 €
				0,00 €
		Valor Do Imóvel		***968.970,00 €***

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

C - Avaliação do Imóvel pelo Método de Rendimento

Excluído este método por não ser à data aplicável, face à situação da obra.

Rendimento mensal bruto	*Euros/m2*	*Área Total (m2)*	*Euros/mês*
Habitação	0,00	0	0,00 €
Rendimento anual bruto(Eur/ano)	0,00 €	Taxa de capitalização(%)	0,00%

Avaliação do Imóvel pelo Método de Rendimento	**0,00 €**

7 – PROSPECÇÃO DE MERCADO

Para a prospecção de Mercado foram consultados alguns sites na web, venda efectuadas no local, bem como outras fontes de informação marginais, no entanto o quadro do ANEXO I, foi feita recolha de amostras por tipologia da urbanização de Santa Bárbara e outros imóveis em situações de comparação análoga na zona da vila de Mafra.

Data da prospecção: 2018-01-24
Sites utilizados e referidos nos quadros do Anexo I

www.casa.sapo.pt
www.era.pt
www.remax.pt
www.imovirtual.pt

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim entende-se que os valores/índices apresentados pela metodologia escolhida, reflectem sem grandes extrapolações o mercado imobiliário local, tendo em consideração os condicionalismos referidos, salvaguardando a posição de que a mesma foi realizada com os elementos fornecidos pela requerente e descritos em 5.

A presente avaliação foi feita no pressuposto que o imóvel se encontra isento de ónus ou encargos e é válida por um período de 6 meses se entretanto não se verificar alteração significativa no mercado imobiliário local.

Face ao supra referido é minha convicção ter dado cabal cumprimento ao solicitado no âmbito da pretensão, entendendo que os valores propostos têm em consideração o local, tipo de imóvel, sua utilização e actual situação do mercado imobiliário local.

VALOR ACTUAL DO IMÓVEL (VAI):	***415.000,00€***

Mafra, 24 de Janeiro de 2018

megaparede
Projectos e Construções, Lda
A Gerência

António José Nunes Carvalho
Engenheiro Civil OE sénior nº 39742
APAE membro singular nº 498
CMVM – AVFII/11/47

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

António José Nunes Carvalho
Engenheiro Civil

ANEXOS

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

António José Nunes Carvalho
Engenheiro Civil

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Foto 1



Viste geral de Poente – Rua Manuel Fernandes Batista – Lote 66

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº 11 R/C Dtº - 2640-488 Mafra..... Tel. ☎ e Fax 261 813 092 e-mail:ajncarvalho@gmail.com

DECLARAÇÃO

DE COMPROMISSO DE HONRA

António José Nunes Carvalho, ***Engenheiro Civil,*** residente na Rua Prof. Guilherme de Assunção nº11 R/C Dtº 2640-488 Mafra, contribuinte fiscal nº 157005933 e inscrito na ***Ordem dos Engenheiros sob o nº 39742***, e ***CMVM sob o nº AVFII/11/047***, na qualidade de Autor da avaliação Imobiliária, sito em Rua Manuel Fernandes Batista – Lote 66 – Urbº Stª Bárbara – Mafra, Artº 8211da freguesia de Mafra, requerido por: ***Câmara Municipal de Mafra***, declara, nos termos e para os devidos efeitos legais, nomeadamente Regulamento **nº 8/2002** CMVM e Aviso **nº 1/2001** do Banco de Portugal que a Avaliação cumpre os referidos regulamentos e demais legislação aplicável em vigor e que se encontra coberto por seguro de Responsabilidade Civil.

Mafra, 24 de Janeiro de 2018

O Técnico

.....

António José Nunes Carvalho
Engenheiro Civil – OE nº39742
CMVM nº AVFII/11/047

ANEXO I

PROSPECÇÃO DE MERCADO

Imóveis de Referencia recolhidos na prospecção de Mercado (Comparáveis) - T2													
Ref.ª ID	Localização	Tipologia	Estado de Conservação	Área (m2)	Piso	Varanda	Estacionamento	Climatização	Paineis solares	Condominio fechado	V.Mercado	V.Mercado (m2)	Mediadora
R01	Mafra	T2	Usado	110	----	Sim	Box	Sim	Sim	Não	115.000,00 €	1.045,45 €	Casas D'Aldeia
R02	Mafra	T2	Usado	115	----	Sim	Lugar	Sim	Não	Não	127.200,00 €	1.106,09 €	Winfill
R03	Mafra	T2	Usado	90	----	Sim	Box	Não	Sim	Não	125.000,00 €	1.388,89 €	Era-Mafra
R04	Mafra	T2	Usado	97	----	Não	Lugar	Sim	Não	Não	126.500,00 €	1.304,12 €	Latiude Positiva
R05	Mafra	T2	Usado	100	----	Sim	Box	Sim	Sim	Não	128.000,00 €	1.280,00 €	House Dream
										Valor Médio	124.340,00 €	1.224,91 €	**1.225,00 €**

Fonte de Consulta www.imovirtual.pt Data: Jan /2018

Imóveis de Referencia recolhidos na prospecção de Mercado (Comparáveis) - T3													
Ref.ª ID	Localização	Tipologia	Estado de Conservação	Área (m2)	Piso	Varanda	Estacionamento	Climatização	Paineis solares	Condominio fechado	V.Mercado	V.Mercado (m2)	Mediadora
R01	Mafra	T3	Usado	120	----	Sim	Box	Sim	Sim	Não	149.000,00 €	1.241,67 €	Flyhouse
R02	Mafra	T3	Usado	120	----	Sim	Lugar	Sim	Sim	Não	149.900,00 €	1.249,17 €	MonicaRoussado
R03	Mafra	T3	Usado	141	----	Não	Lugar	Não	Não	Não	150.000,00 €	1.063,83 €	HouseDream
R04	Mafra	T3	Usado	141	----	Sim	Lugar	Sim	Não	Não	145.000,00 €	1.028,37 €	Era-Mafra
R05	Mafra	T3	Usado	113	----	Sim	Box	Sim	Sim	Não	148.000,00 €	1.309,73 €	Era-Mafra
										Valor Médio	148.380,00 €	1.178,55 €	**1.180,00 €**

Fonte de Consulta www.imovirtual.pt Data: Jan /2018

ANEXO II

Método do Custo Involutivo V= (Cc+Ec+Ev+Ef+L)+T

INVESTIMENTOS E CUSTOS	Área m2	Custo Unitário	Montante	
Construção				
Habitação	1030	650	669.500,00	
Cave	663	450	298.350,00	
Terraços	187	400	74.800,00	
Arruamentos /passeio/estacionamento	70	250	17.500,00	
Arranjos Exteriores				
Total Custos Construção			1.060.150,00	
Projecto	3%		31.804,50	
Fiscalização	2,00%		21.203,00	
Higiene e Segurança	1,50%		15.902,25	
Gestão	2,50%		26.503,75	
Taxas e Licenças (€/m2 Ab)	20,00 €		33.860,00	
Custos Construção + Custos Indirectos			**1.189.423,50**	**C**
Encargos Financeiros	7%		83.259,65	
Custos + Encargos			1.272.683,15	
Margem sobre Custos	10%		127.268,31	
Custos + Margem sobre Custos			1.399.951,46	
RECEITAS				
Valor de Mercado das Construções T2+T3	968.970	(ver Anexo I)	968.970,00	
Custos Comerciais	5%		48.448,50	
Valor de Mercado Líquido			**920.521,50**	**V**
VALOR DO TERRENO	Área(m2)	Custo Unitário €		
Valor do Terreno Bruto C/ Margem	332	350	116.200,00	
Valor do Terreno Bruto			105.636,36	
Valor do Terreno Líquido (IMT, Esc, Reg)	7,50%		**98.266,38**	**T**
VALOR ACTUAL DO IMÓVEL				
Percentagem de Obra Executada	39,00%			
Depreciação Física/Funcional	5,00%	(face à obra executada)		
Percentagem Actual da Construção,	37,05%			**P**
Valor Actual da Construção	VA = [(V-T) * P] + T		**402.911,90**	**VA**

megaparede
Projectos e Construções, Lda

SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO DA OBRA

ANEXO III

RELATÓRIO DE VISTORIA DE: **CONSTRUÇÃO OBRAS** [X] **RELATÓRIO - 1**

REQUERENTE: **CÂMARA MUNICIAPLA DE MAFRA**

LOCAL DO IMÓVEL: Rua Manuel Fernandes Batista-Lote 66- Mafra

274

Designação dos Trabalhos	*A % TOTAL*	*B % TOTAL*	*Evolução dos Trabalhos*	*% da Obra Realizada*
Movimento de Terras	**1**	1		**1**
Fundações	**4**	3		**3**
Super-Estrutura	**28**	26		**26**
Alvenarias	**8,5**	8		**6**
Cobertura	**1,5**	1,5		**1**
Vãos Exteriores	**6**	6,5		**2**
Vãos Interiores	**4,5**	5		
Rede de àguas	**3,3**	3,3		
Instalações de Esgotos e Ventilação	**2,7**	2,7		
Instalação Eléctrica	**4,3**	4,4		
Elevadores	**6**	6		
Revestimentos de Escadas e Galerias	**2,6**	2,5		
Revestimento Inicial Paredes e Tectos	**5,4**	5,4		
Revestimento Final Interior de Paredes	**5,5**	5,6		
Revestimento Final Interior de Tectos	**1,3**	1,3		
Revestimento Final Exterior	**1,5**	1,5		
Revestimento Iniciais de Pisos	**1**	1,5		
Revestimento Final Zonas Secas	**3**	3		
Revestimento Final Zonas Humidas	**1**	1,5		
Equipamento de Cozinha e Lavagem	**2,5**	3		
Equipamento de Casas de Banho	**2**	3		
Diversos	**3,9**	3,8		
Arranjos Exteriores	**0,5**	0,5		
TOTAL (%)	**100,00**	100,00	***TOTAL da Obra Realizada (%)***	**39,00**

Nota: - Os valores indicados em A referem-se a uma obra normal com aplicação de materiais de uso corrente.
- Os valores indicados em B têm em referência a obra em análise.

DATA: 24-01-2018 ***O Engenheiro***

Rua Prof. Guilherme de Assunção nº.11 R/C Dtº 2640-488 Mafra .Tel. e Fax.261 813092 e-mail:megaparede@gmail.com

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado
www.dgrn.mj.pt

Requisição de CERTIDÃO

DATA 15-01-04 00000

Conservatória do Registo Predial de MAFRA

Requisitante

Nome e estado SERGIO MIGUEL MARTINS FERREIRA, SOLTEIRO

Residência: R. PERO DA REGUA, N.º 3, GRAJAL

B. I. n.º 12264463, de 29.02.2003, de LISBOA Telef. 916 492 746

Requisição N.º 2975

Preparo ..... € 12,25

Data 14.12.22

Rubrica do Funcionário

CERTIDÃO PRETENDIDA	N.ºs das descrições / freguesia
☐ Teor da(s) descrição(ões)	
☐ Teor da(s) descrição(ões) e incrição(ões) a favor do último proprietário	05664/MAFRA
☒ Teor da(s) descrição(ões) e de todas as inscrições em vigor	
☐ Teor da(s) descrição(ões) e _____	
☐ Teor d_____ arquivado sob o n.º _____ em ____/____/____	
☐ _____	

Obs.: _____

O requisitante,

1. O requisitante deve preencher com uma cruz a quadrícula respeitante à certidão pretendida.
2. Se os prédios não constarem de fichas, a indicação da freguesia deve ser substituída pela menção das folhas e dos números dos livros.

Mod. 201 - POI - Tip. Nabão, Lda. - Tomar

209

1560

276

CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL
DE
MAFRA

IMI
05-01-04 00000
O FUNCIONÁRIO

CERTIDÃO

CERTIFICO que:

a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme os originais;

b) Que foi pedida pela Requisição N.º 8926 de 22 de Dezembro de 2004;

c) Que foi extraída da descrição nº 05664/Mafra e suas inscrições em vigor, bem como da descrição nº 05598/Mafra a cujo loteamento pertence aquela 05664.

d) Que ocupa 10 folhas numeradas e rubricadas;

Conta registada sob o n.º 28118

Art.º 9.2.1	€	24.00
Art.º 9.3	€	15.00
Soma	€	39.00
Art.º 16.º, n.º 1-C	€	1.25
	€	
TOTAL	€	40.25

São € Quarenta euros e setenta cinco cêntimos digo, Quarenta três euros e vinte cinco cêntimos.

Mafra, 23 de Dezembro de 2004

O(A) Ajudante / ~~O(A) Escriturário(a) Superior~~

Fonseca Alves de Matos

191-04 • Tip. Nobiliz Ltda. • Portugal •

N.º 05664 / 20011205

N.º _____

Fls. _____ B _____

Concelho Mafra

Conservatória do Registo Predial de MAFRA

DATA ... Nº 213

05-01-[illegible] MAFRA

O FUNCIONÁRIO

277

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES	COTAS
URBANO - Gorcinhos - Lote 66 - Terreno para construção - 331,50	C-1
m2.- Norte: Lote 67:- Sul: Domínio público;- Nascente e Poente:	C-1
Arruamento.- Omisso.- V.V.: 16 525 000$00.- Desanexado do nº.	C-2
5598.-	F-1 Lot
	F-2 Alt.Lo
Av.1 - Ofº.-Ap.01/20031023 - Artigo 6211 - V.P. 122 655 euros.	C-2

215 - Tip. Matão, Lda. - Tomar

N.º 05664 / 20011205

DATA 05-01-04 00000

O FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.
G-1	Ap.30/20000412 - AQUISIÇÃO a favor de "CLUBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA", Quinta de Santa Bárbara, Constância - por compra a João Fonseca Osório de Castro c.c. Maria José da Veiga Mira Mendes Osório de Castro, separação de bens, Avª Sanfré, 10-A, Monte Estoril, Estoril, Cascais e Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Alda Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra. A Conservadora,	
C-1	Ap.31/20000412 - HIPOTECA VOLUNTÁRIA a favor da Caixa Económica Montepio Geral, Rua Áurea, 219 a 241, Lisboa.- Garantia do pagamento de todas e quaisquer responsabilidades assumidas ou a assumir, concretamente: toda e qualquer letra, livrança, cheque ou extracto de factura de que se haja obrigado por aceite, subscrição, saque, avale ou endosso e ainda que por actos diferentes, toda e qualquer quantia que tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos em contas de depósito de que seja devedora e, ainda, de qualquer crédito concedido pela mesma proveniente de contrato de desconto, ou de aceite em títulos de crédito dos quais seja sacadora, por forma isolada, solidária ou conjunta; reembolso de quaisquer quantias que tenha dispendido ou venha a despender por quaisquer garantias bancárias, já prestadas ou a prestar até 400 000 000$00;- Juro anual: 5,25% acrescido de 4% em caso de mora.- Montante máximo: 511 000 000$00. A Conservadora,	
G-2	Ap.52/20000417 - AQUISIÇÃO a favor de "CLUBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA" - Por compra a Henrique Fonseca Osório de Castro c.c. Alda Maria da Costa Ribeiro Pereira Osório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Sobral da Abelheira, Mafra. A Conservadora,	
C-2	Ap.01/20031023 - HIPOTECA VOLUNTÁRIA a favor da Caixa Económica Montepio Geral.- Garantia do pagamento de toda e qualquer letra, livrança, cheque ou extracto de factura de que a Caixa seja portadora e em que isoladamente ou em conjunto ou solidariamente com terceiros se haja obrigado por aceite, subscrição, saque, aval ou endosso e ainda que	

N.º 05664 20011205

DATA 05-01-04 00000

O FUNCIONÁRIO

COTAS | INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES | OBS

por actos diferentes;- pagamento de toda e qualquer quantia que a referida Caixa tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos em contas de depósito de que isoladamente ou em conjunto ou solidáriamente com terceiros seja devedora, e ainda de qualquer crédito concedido pela mesma Caixa proveniente de contrato de desconto ou de aceite em títulos de crédito dos quais seja sacadora por forma isolada, solidária ou conjunta; - o reembolso de quaisquer quantias que a mesma Caixa tenha despendido ou venha a despender por quaisquer garantias bancárias já prestadas ou a prestar de que seja ordenadora a parte devedora.- Valor capital: 5 000 000,00 €;- Juro: 4,50% ao ano, acrescido de 4% em caso de mora;- Montante Máximo: 6 275 000,00 €.- Abrange 55 prédios.

A Conservadora,

N.º _____

Fls. _____ B _____

Concelho _____

Conservatória do Registo Predial de MAFRA

N.º 05598 /20011205

FLS. 1 - 280

Freguesia MAFRA

DATA FOLHA Nº 280

DESCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	COTAS
05-01-04 00000	
RÚSTICO - Limites de Nafra - cultura arvense - 196 523 m2 - Norte: Estrada;- sul: Osório de Castro;- nascente: Heider da Silva e Parque Desportivo Municipal;- poente: Construções Pedro Leitão Artºs 2, 3, 6, 7, 61, 100 e 107 todos da Secção N e 168 Secção I Valor: 192 654$00.- Resultou da anexação dos nºs 05019, 05020 e 41 922 fls 146 B-112.- Entrelinhei: "Gorcinhos" e "Parte"	G-1 C-1 G-2 F-1 F-2
Av.1 - Of.Ap.61/20011205 - Desanexada parte que se descreve sob os nºs 05599, 05600, 05601, 05602, 05603, 05604, 05605, 05606, 05607, 05608, 05609, 05610, 05611, 05612, 05613, 05614, 05615, 05616, 05617, 05618, 05619, 05620, 05621, 05622, 05623, 05624, 05625, 05626, 05627, 05628, 05629, 05630, 05631, 05632, 05633, 05634, 05635, 05636, 05637, 05638, 05639, 05640, 05641, 05642, 05643, 05644, 05645, 05646, 05647, 05648, 05649, 05650, 05651, 05652, 05653, 05654, 05655, 05656, 05657, 05658, 05659, 05660, 05661, 05662, 05663, 05664, 05665, 05666, 05667, 05668, 05669, 05670, 05671, 05672, 05673, 05674, 05675, 05676, 05677, 05678, 05679, 05680, 05681, 05682, 05683, 05684, 05685, 05686, 05687, 05688, 05689, 05690, 05691, 05692, 05693, 05694, 05695, 05696, 05697, 05698, 05699, 05700, 05701, 05702, 05703, 05704, 05705, 05706, 05707, 05708, 05709, 05710, 05711, 05712, 05713, 05714, 05715, 05716, 05717, 05718, 05719, 05720, 05721, 05722, 05723, 05724, 05725, 05726, 05727, 05728, 05729, 05730, 05731, 05732, 05733, 05734, 05735, 05736, 05737, 05738, 05739, 05740, 05741, 05742, 05743, 05744, 05745, 05746, 05747, 05748, 05749, 05750, 05751, 05752, 05753, 05754, 05755, 05756 e 05757, sendo a restante área de 121 858,90 m2 para integração no domínio público.	

15 - Tip. Ababa, Lda. - Tomar

N.º 05598 /20011205

DATA 05-01-04 FOLHA Nº 200

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	FUNCIONÁRIO	OBS.
3-1	Av.3)/20[illegible]041 - Anulação a favor de "CULBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA", quinta de Santa Bárbara, Constânci[illegible] - por compra a João Fonseca Usório de Castro e c.c. Maria José da Veig[illegible] Mendes Usório de Castro, separação de bens, av. Santré, Lote [illegible] natural, Estoril, [illegible] e casada no [illegible] Usório de Castro c.c. [illegible] Maria da Costa Ribeiro Pereira Usório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Moral da Abelheira, Maia.- (Cfr. [illegible] à Conservadora,		
-1	Av.31/20[illegible]412 - Anulada a hipoteca voluntária a favor da Caixa Económica Postal, Direcção Geral, Rua Áurea, 115 a 241, Lisboa.- garantia do pagamento de todas e quaisquer responsabilidades assumidas ou a assumir, concretamente: toda e qualquer letra, livrança, cheque ou extracto de factura de que se seja detentor, por aceite, subscrição, saque, aval ou endosso e ainda que por actos diferentes, toda e qualquer quantia que tenha emprestado ou venha a emprestar através de mútuo, abertura de crédito, saldos devedores ou descobertos em contas de depósito de que seja devedora e, ainda, de qualquer crédito concedido pela mesma proveniente de contrato de desconto, ou de aceite em títulos de crédito dos quais seja sacadora, por forma isolada, solidária ou conjunta; reembolso de quaisquer quantias que tenha dispendido ou venha a dispender por quaisquer garantias bancárias já prestadas ou a prestar [illegible] Juros: anuais [illegible] e, em caso de mora.- Montante máximo: 311 [illegible].- (Cfr. [illegible] e 41 -22)		
	à Conservadora,		
-2	Ap.32/[illegible]417 - Anulada a favor de "CULBE DE CAMPO DA QUINTA DE SANTA BÁRBARA-ANIMAÇÃO E TURISMO, LIMITADA" - por compra a Maria José da Veiga Mendes Usório de Castro e c.c. Ana Maria da Costa Ribeiro Pereira Usório de Castro, separação de bens, Quinta Vale do Anjo, Moral da Abelheira, Maia.- (Cfr. 41 [illegible].- Tasarei: "Maia"		
	à Conservadora,		
4-1	Ap.61/2[illegible]11[illegible]/- Autorização de Loteamento nº 40/2001 - Condições Particulares: - Constituição [illegible] lotes, conforme [illegible] a 1 a 10,- 1- Em cada um dos lotes de 1 a 10, é viável a construção de [illegible] habitação [illegible] e abaixo do cota [illegible]		

N.º 05598 /20011205-
DATA FOLHA Nº
05-01-04 00000
O FUNCIONÁRIO

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.
	tração e construção e demais condicionamentos deverão ser os que se encontram previstos na Planta de Síntese e respectivo Quadro Regulamentar;- Nos lotes de 87 a 155, é viável em cada um a construção de uma moradia unifamiliar, isolada ou geminada, conforme implantado na Planta de síntese, cujo número de pisos, áreas de implantação e construção e demais condicionamentos, deverão igualmente ser os que se encontram previstos no referido Quadro Regulamentar. Nos referidos lotes, à excepção do 101 e 119 é ainda viável a construção de um anexo, conforme indicado no já referido Quadro;- No lote 156, é viável a construção de um edificio destinado a comércio e actividades, composto por 15 unidades/fracções, com um piso acima da cota de soleira e um abaixo destinado a estacionamento, devendo o pedido de licenciamento a apresentar para o mesmo obedecer à legislação que lhe for aplicável, em função do uso pretendido para cada uma das fracções;- 3- Todas as construções a erigir deverão respeitar os condicionamentos constantes da Planta de Síntese e respectivo Quadro Regulamentar, tal como já, mencionado. As moradias a construir deverão ainda respeitar o regulamento junto, composto por duas folhas, que constitui o Anexo III;- 4- Os projectos definitivos das obras de urbanização que constituem o anexo IV, deverão ser integralmente respeitados aquando da execução das referidas obras, e constam de: Rede viária, rede de Abastecimento de Água, Rede de Esgotos Domésticos e Pluviais, Projecto de Arranjos Exteriores que inclui um parque infantil, um circuito de manutenção, uma zona de mesas e bancos, a efectuar pelo promotor e um espaço destinado a possivel instalação de um quiosque, rede de Distribuição de Gás Combustivel Canalizado, Projecto de Execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais e Redes de Infraestruturas Telefónicas e Eléctricas, devendo a última respeitar os condicionamentos que vieirem a ser fixados pela EDP Distribuição Energia, SA, de acordo com fax 15/01/OTPC-AA, de 2001.03.07, daquela Entidade;- 5- Nos termos da deliberação tomada em 2001.03.09, terá aquando da execução da Rede de Esgotos ter em atenção que para	

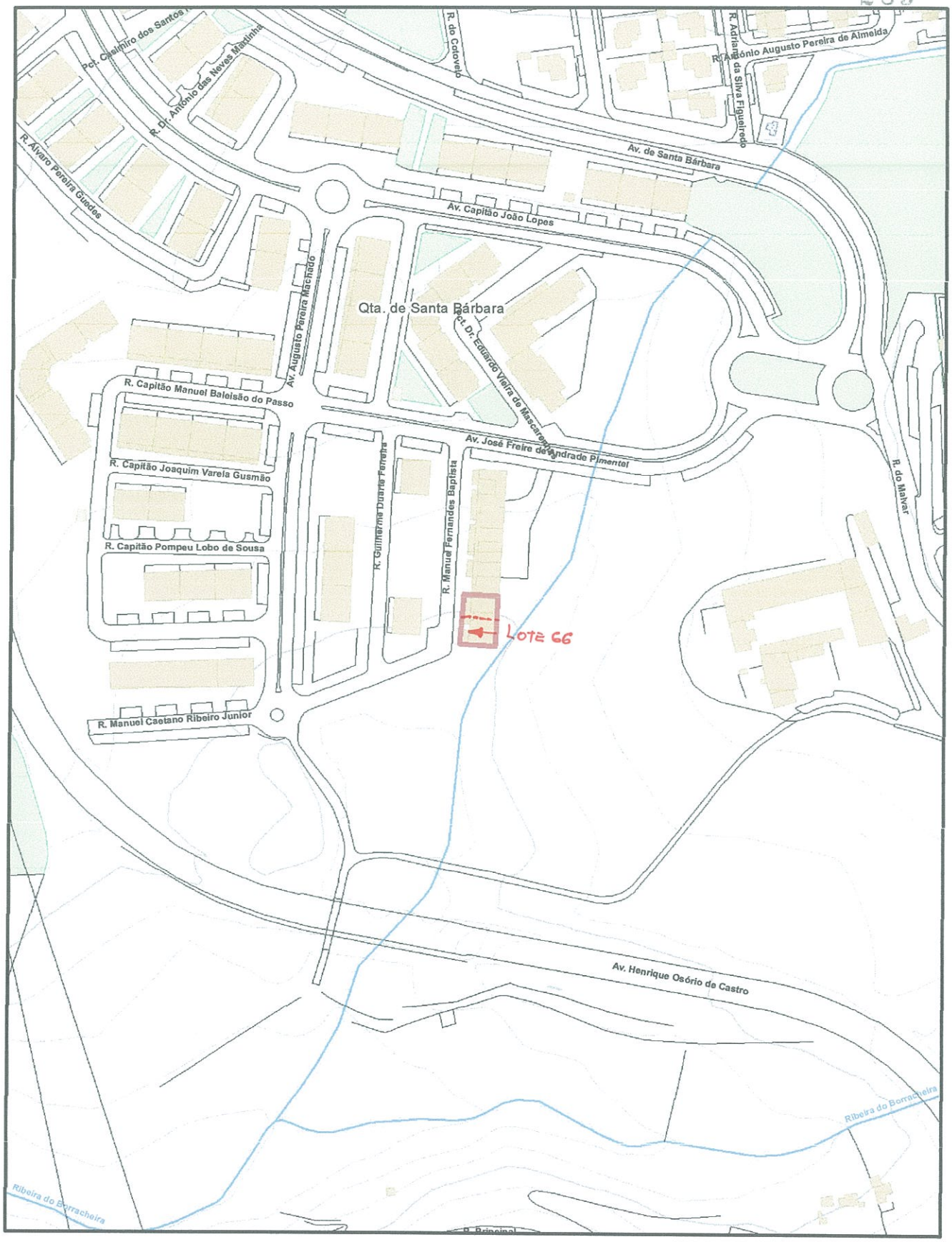
COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES FUNCIONÁRIO	OBS.
	profundidades superiores a 2,5m e inferiores a 4,0 m os tubos de PVC devem ser de 6Kg/cm2 e para profundidades iguais ou superiores a 4,0 m os tubos de PVC devem ser de 10Kg/cm2 e as manilhas de betão devem ser reforçadas. Quanto à Rede Viária, terá de alcatroar o arruamento de acesso à Estação de Tratamento de Águas Residuais, desde o nó 4. Em relação à Rede de Abastecimento de Água, deverá ser feita um remodelação na rede existente desde o reservatório de zona baixa até à entrada do loteamento. O troço 1-2 deverá ter um diâmetro de 110 mm onde será implantado um marco de incêndio. O tapamento das tubagens deverá ser comunicado à Companhia Concessionária da Rede de Abastecimento de Água-CGE(P) com o mínimo de 48 horas de antecedência, para efeitos de fiscalização;- 6- Cedência à Camara Municipal, para integração no domínio público de 121 858,90 m2 de terreno, compostos por 87 360,30 m2 destinados a arruamentos, passeios, caminhos pedonais e estacionamentos e 34 498,60 m2 destinados a Espaços Verdes de Utilização Colectiva;- 7- Cedência à Camara Municipal para integração no dominio privado de 8 974,60 m2 de terreno, sendo 3 398,70 m2 designados por parcelas A e B e 5 575,90 m2 designados por parcela C, destinados a Equipamentos de Utilização Colectiva.- Entrelinhei: "de Sintese"	Av.1
F-1	Av.1 - Ap.54/20021031 - Comunicado a alteração de loteamento, pelo alvará nº38/2002	
F-2	Ap.50/20021219 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO - Alvará nº 38/2002 de 17/10 - Especificaçõës: 1º) - Nos Lotes identificados pelos nºs 23 a 30, é autorizada a alteração da área de construção, número de pisos e fogos, de acordo com o Quadro Regulamentar;- Nos Lotes identificados pelos nºs de 87 a 100, de 102 a 118 e de 120 a 155, passa a ser viável a construção de uma cave destinada a garagem e arrumos;- No Lote identificado pelo nº 156, passa a ser viável a construção de mais um piso em cave, destinado a arrumos.	

N.º 05598 /2001 1295

DATA FOLHA Nº 206

05-01-04 00000

COTAS	INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES	OBS.



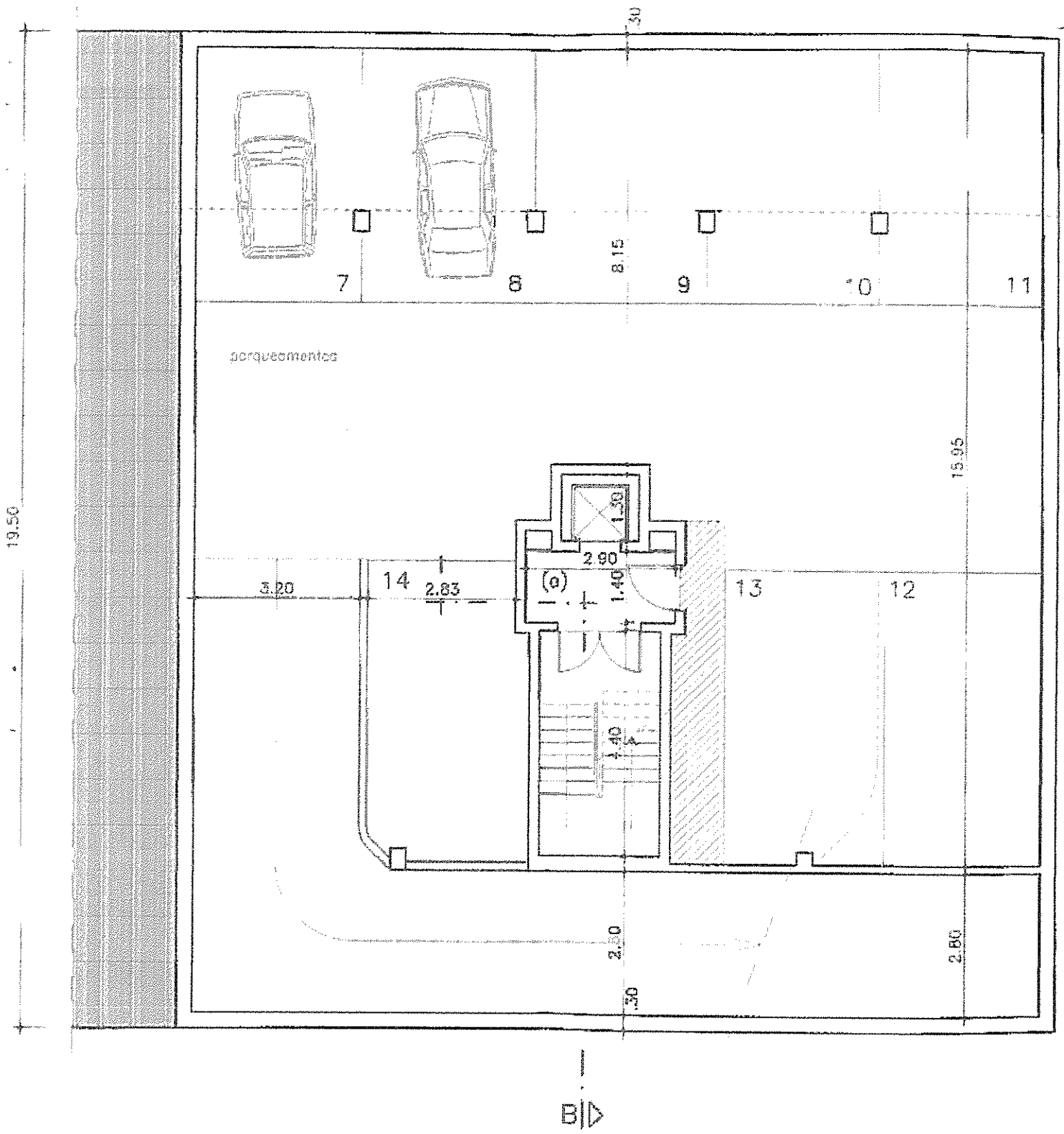
Câmara Municipal de Mafra

Planta de Localização - Extracto de Cartografia

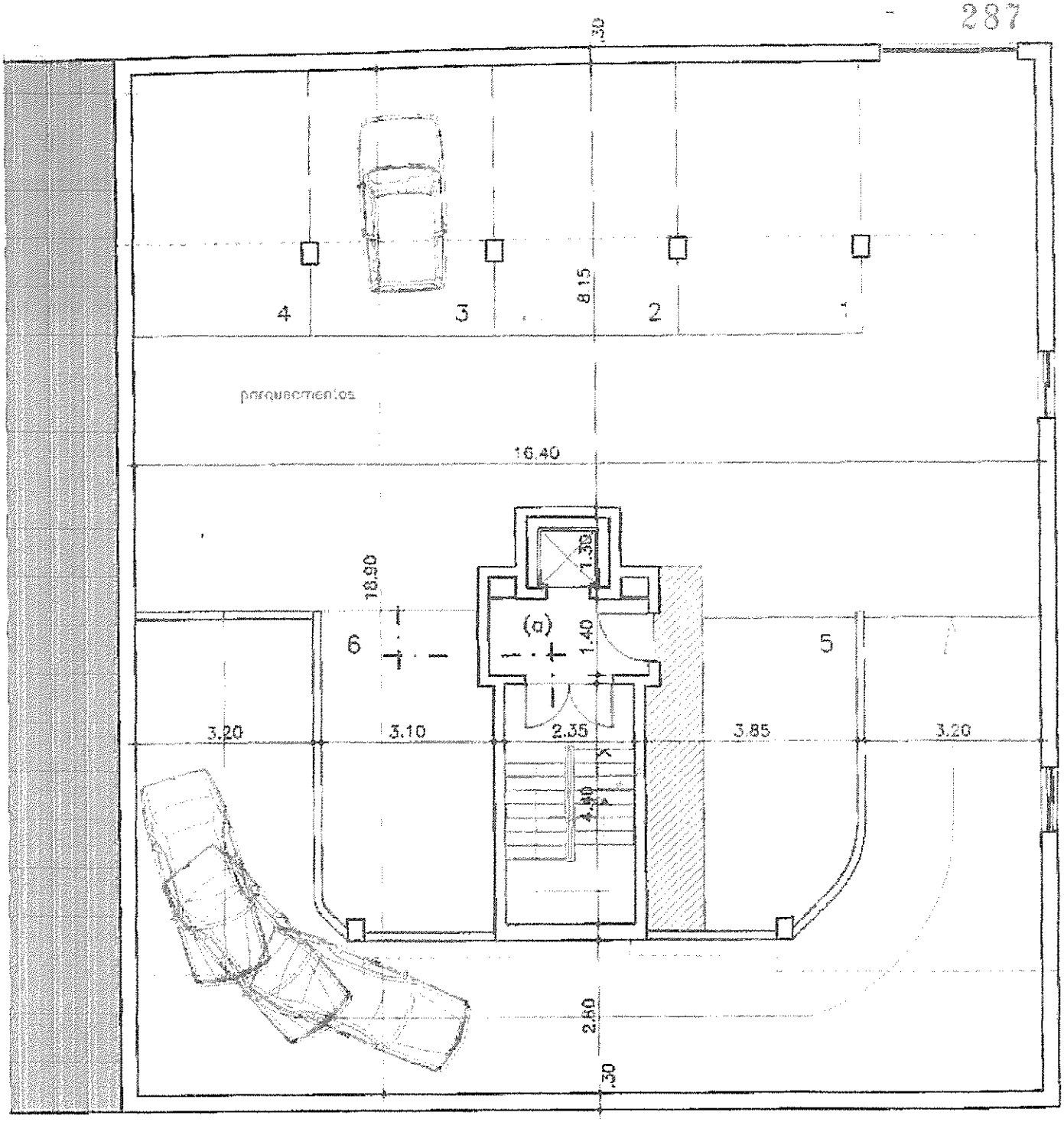
Levantamento 1:10.000 - Março 2010

Local:	**Prédio:**	**Secção:**	**Data:** 30-03-2018
Freguesia:			**Escala:** 1:2.500

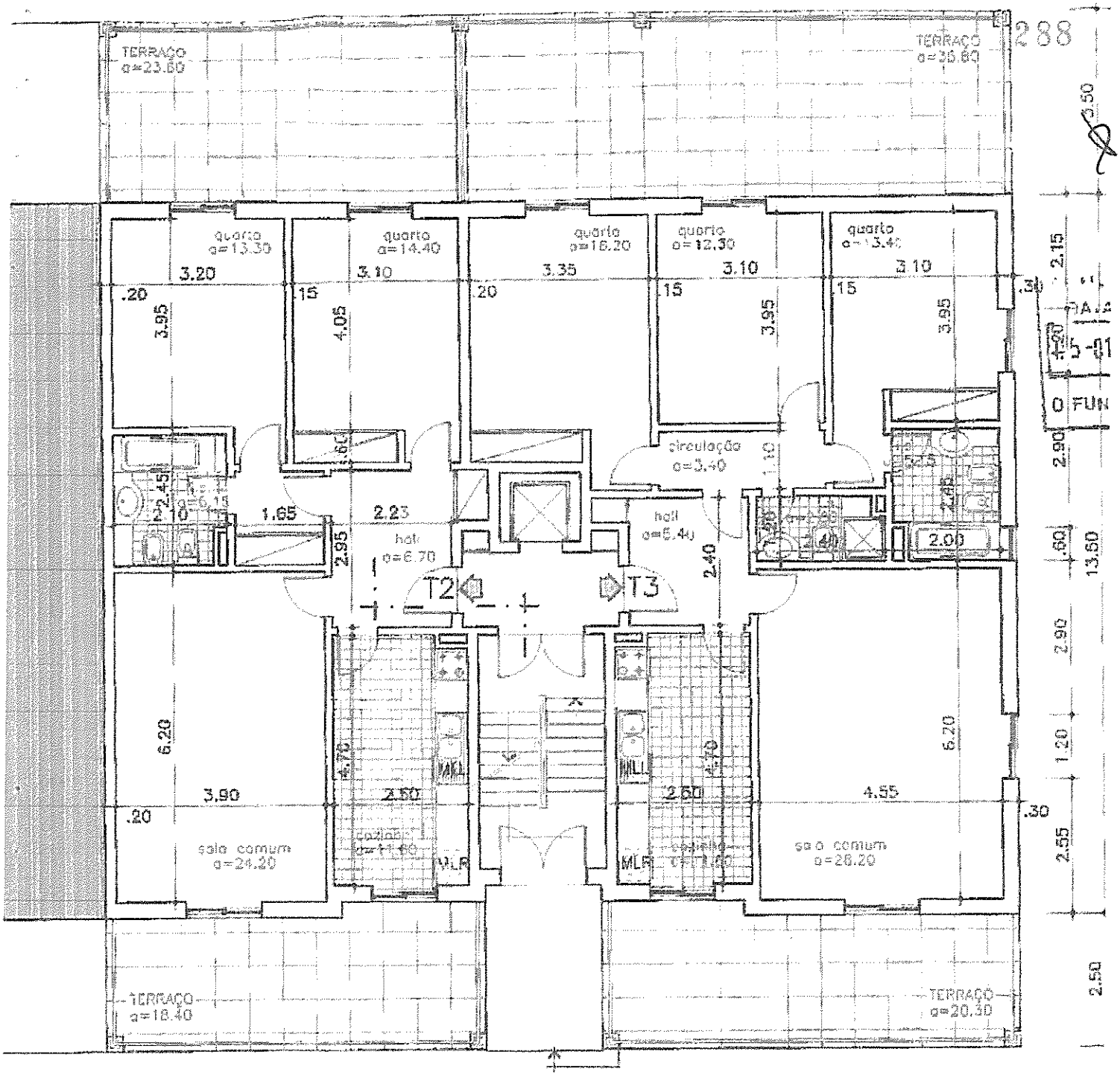
Planta de Localização disponibilizada através do Site GeoMafra



PLANTA DO PISO −2

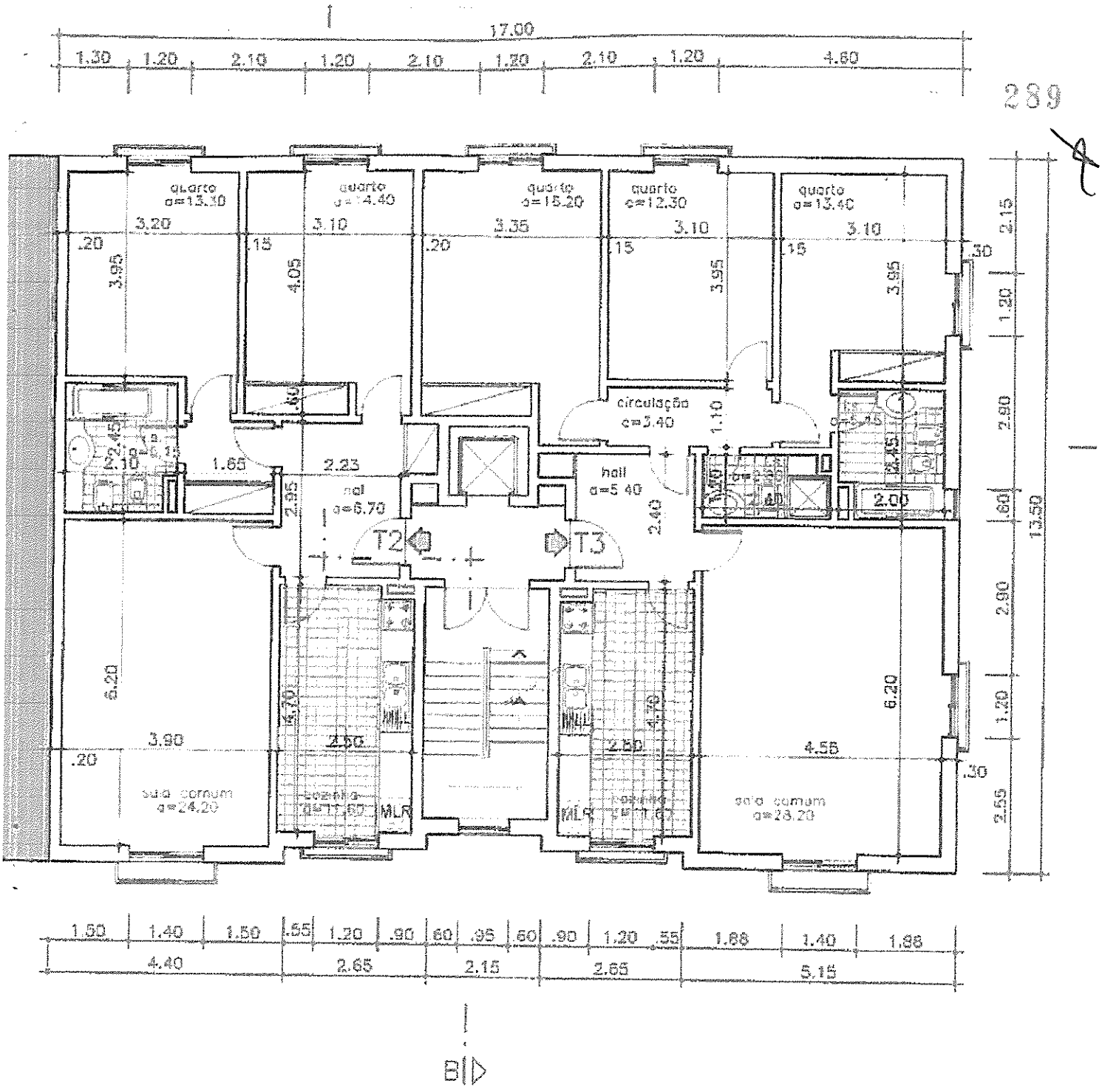


PLANTA DO PISO −1

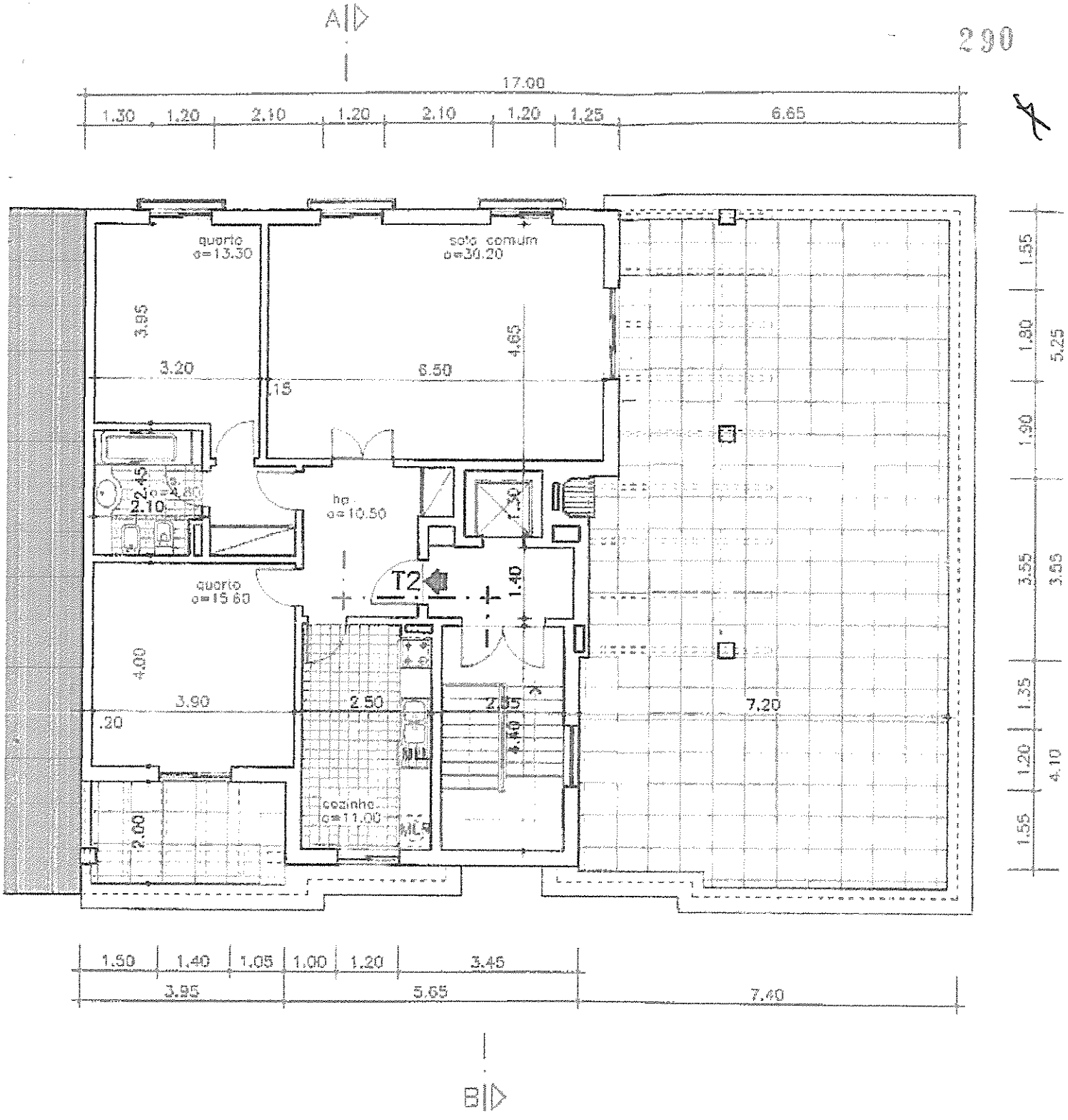


PLANTA DO PISO 0

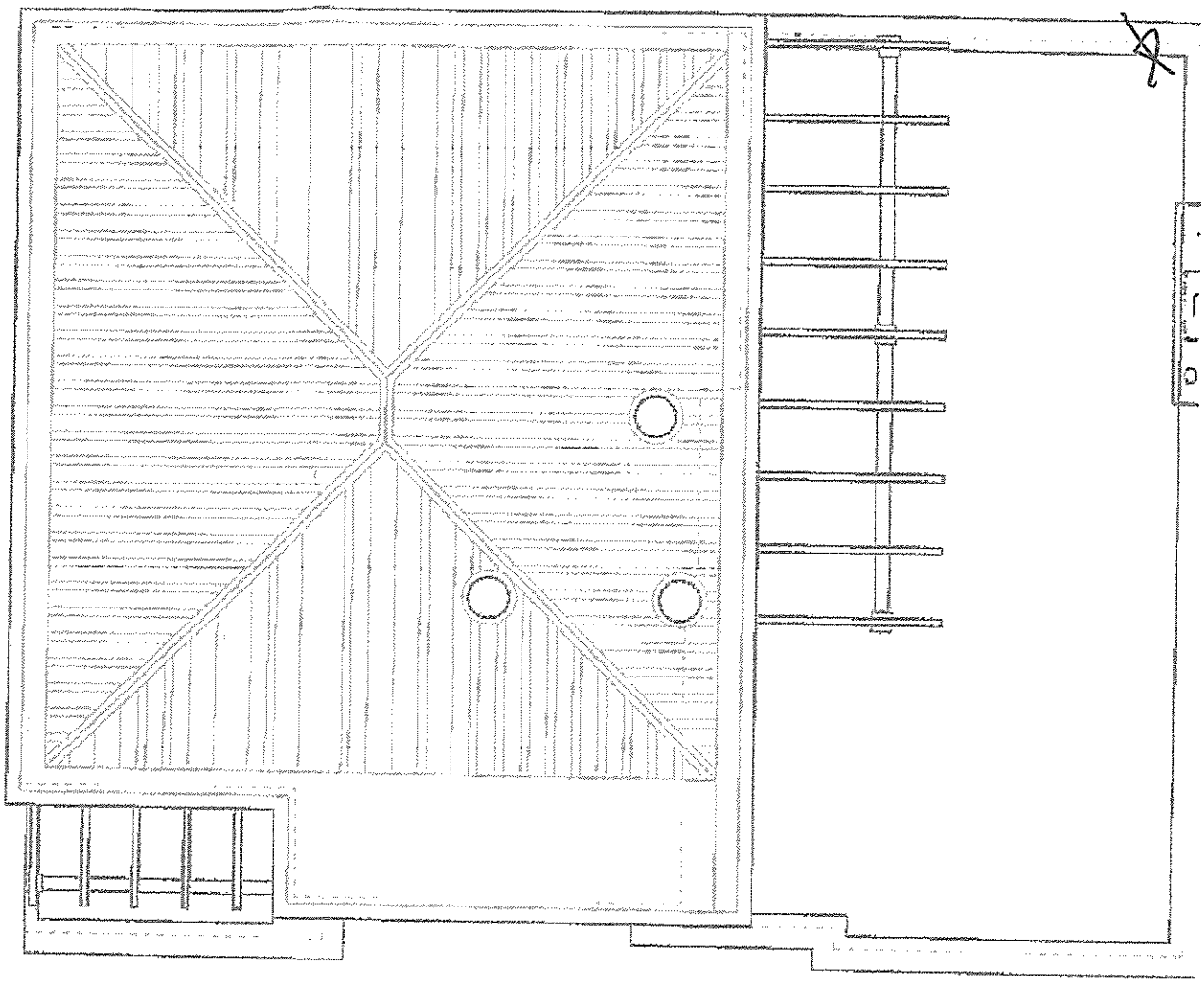
VERSÃO	DATA	JUSTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO



PLANTA DOS PISOS 1 ao 3



PLANTA DO PISO RECUADO



PLANTA DE COBERTURA

VERSÃO	DATA	JUSTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO

REQUERENTE: QUINTA DE SANTA BÁRBARA
ANIMAÇÃO E TURISMO

De: Ricardo Carvalho [mailto:Ricardo.Carvalho@montepio.pt]
Enviada: 18 de janeiro de 2018 17:43
Para: Presidente <HelderSilva@cm-mafra.pt>
Cc: Carlos José Santos <carlos.jose.santos@montepio.pt>
Assunto: FW: Informação Prédios Mafra

Exmo. Sr. Presidente
Eng.º Hélder Silva,

Na sequência da reunião nas nossas instalações, que desde já agradecemos, e "penitenciando-me" pela demora da minha resposta, venho pelo presente desenvolver alguns dos temas conversados:

- **Proc 9313 e 9314: Rua Manuel Fernandes Batista, Lote 66 e 67**
  Resumindo (e atualizando) os considerandos que suportam o relatório de avaliação:
  Tratam-se de 2 lotes semelhantes, com 9 fogos cada (5T2 + 4T3), com percentagens de obras realizada na ordem dos 35% (% obra baseada nas tabelas do Prof Bezelga, conforme ficheiro anexo)
  Tendo em conta que nesta fase, apenas poderemos valorizar o terreno e 35% da construção e encargos, temos:

	Lote 66	Lote 67	% Realizada	Atual Lt66	Atual Lt67	Observações
Terreno	225 000	225 000		225 000	225 000	25.000€/fogo
Construção	783 150	783 150	35%	274 103	274 103	AcimaSolo=600€/m2
Encargos	46 989	46 989	35%	16 446	16 446	6% dos Custos de Cc
Total	1 055 139	1 055 139		515 549	515 549	Total Atual lts 66 + 6

  Terreno: em 2016 foi considerado um valor total para o terreno de 195.000€ (21.600€/fogo). Após uma prospeção por todo o concelho de Mafra, e para surpresa minha, não abundam lotes de terreno para construção de edifícios multifamiliares c/ projeto aprovado (ao contrário de lotes para moradias, que abundam). Assim, e com base nessa prospeção que apontava para um preço/fogo na ordem dos 27.000€, ajustei e considerei 25.000€/fogo;
  Construção: 1029m2 acima do solo (c/ construção a 600€/m2) e 663m2 abaixo do solo (c/ construção a 250€/m2). Não foi considerado IVA nem qualquer outra majoração aos custos de construção;
  Encargos: custos com licenças, ligações a redes, acompanhamento de projetista.
  Estaremos obviamente disponíveis para discutir (e eventualmente rever) estas variáveis.

Disponível para qualquer esclarecimento adicional,
Melhores cumprimentos

Ricardo Carvalho, MRICS
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE
Comercialização de Imóveis
Rua do Carmo, nº60 – 4º * 1200-094 Lisboa
T 213 248 185
E ricardo.carvalho@montepio.pt

Montepio
Gestão de Activos Imobiliários, ACE

PROPRIETÁRIO: CEMG | **Mafra** | **REFERÊNCIA** 9313

CARACTERIZAÇÃO DE IMÓVEL EM CONSTRUÇÃO

Localização

Distrito	Lisboa	Concelho	Mafra	**Preço Venda**	**€ 529.000**
Freguesia	Mafra			Número Unidades / Frações	1
Endereço	Rua Manuel Fernandes Batista, Lote 66			Ref. Geo.	38°56'16.6"N 9°20'42.3"W

Características do imóvel

Natureza	Terreno para construção	Tipo Utilização	Edificio Plurifamiliar		
Área Terreno	332 m²	Nº Pisos	7	Lic. Construção Válida	Não
Área Implantação	227 m²	Nº Caves	2	% Obra Realizada	36%
ABC Total	1.692 m²	Número de Fogos	9 Un	Estado da Obra	Em construção
ABC Acima do Solo	1.029 m²	Tipologias	5 T2 + 4 T3	Obra parada	

COMPOSIÇÃO, COMPARTIMENTAÇÃO E IMAGENS DO IMÓVEL

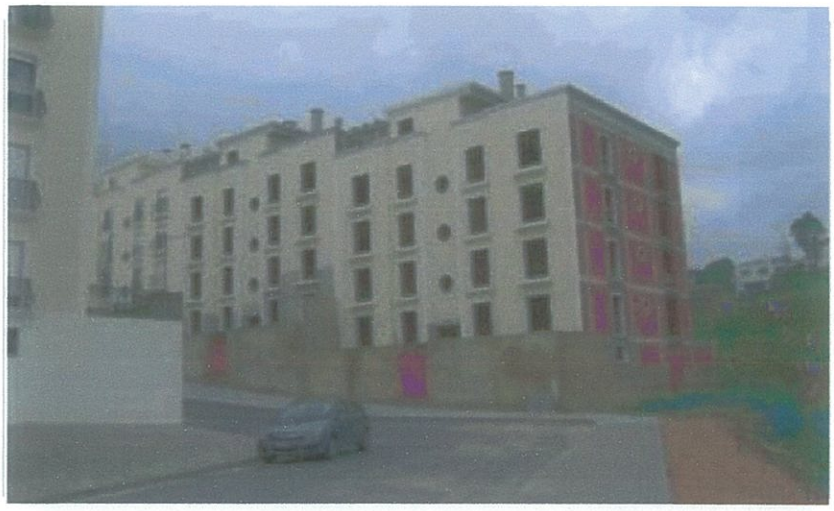
Composição

Prédio em fase de construção situado em Mafra. Localiza-se junto à Urbanização de Santa Bárbara. Imóvel constituído por 2 caves para estacionamento, r/c e 4 pisos para habitação. Cada andar é composto por 2 apartamentos, T2 e T3, excepto último que só tem 1 apartamento T2.

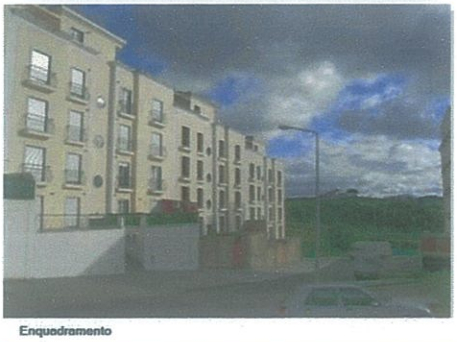
Compartimentação

Fogos T2: hall, sala com pequena varanda, cozinha, 2 quartos e instalação sanitária; fogos T3: hall, sala com pequena varanda, cozinha, 3 quartos (1 deles em suite) e instalação sanitária


Fach principal





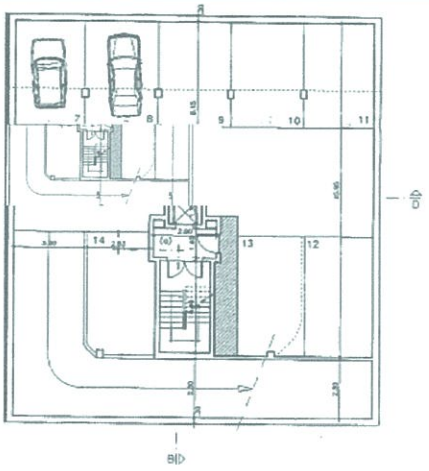

Enquadramento



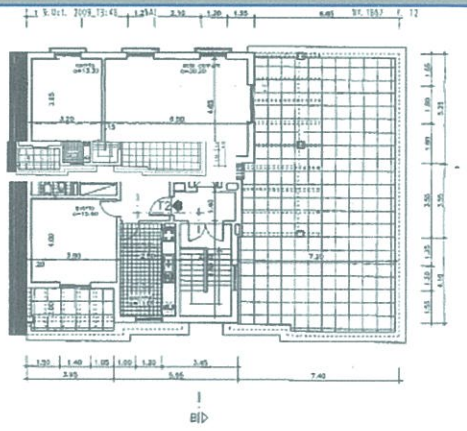
CARACTERIZAÇÃO DE UNIDADES / FRAÇÕES

Fração	Andar	Tipo de Bem	Tipologia	Áreas (m2)			
				Fogo	Garagem	Terraço	Arrumos
A	R/C - Esq.	Apartamento	T2	99	-	42	-
B	R/C - Dto.	Apartamento	T3	128	-	56	-
C	1º - Esq.	Apartamento	T2	99	-	-	-
D	1º - Dto.	Apartamento	T3	128	-	-	-
E	2º - Esq.	Apartamento	T2	99	-	-	-
F	2º - Dto.	Apartamento	T3	128	-	-	-
G	3º - Esq.	Apartamento	T2	99	-	-	-
H	3º - Dto.	Apartamento	T3	128	-	-	-
I	Andar Recuada	Apartamento	T2	121	-	-	-
Garagens	Piso -2	Parqueamento	-	3 / 5 Uni	18 / 15	-	-
Garagens	Piso -1	Parqueamento	-	Uni	15	-	-

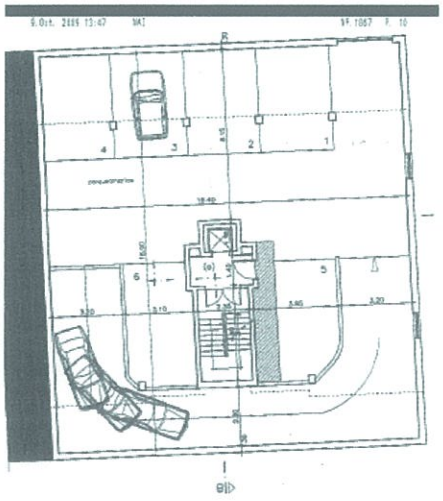
Plantas



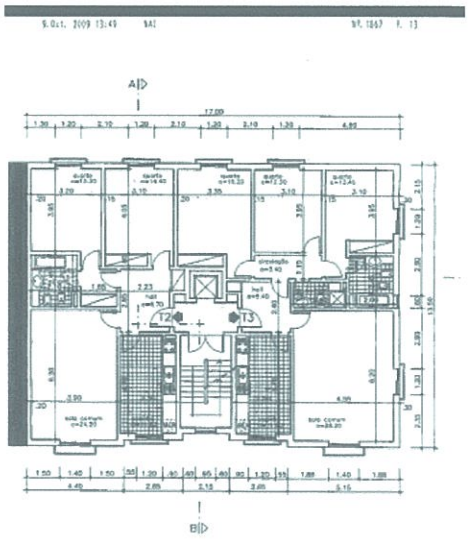
PLANTA DO PISO -2



PLANTA DO PISO RECUADO



PLANTA DO PISO -1



PLANTA DOS PISOS 1 ao 3

Montepio
Gestão de Activos Imobiliários, ACE

PROPRIETÁRIO: CEMG **Mafra** **REFERÊNCIA** 9314

CARACTERIZAÇÃO DE IMÓVEL EM CONSTRUÇÃO

Localização

Distrito	Lisboa	Concelho	Mafra	**Preço Venda**	**€ 525.000**
Freguesia	Mafra			Número Unidades / Frações	1
Endereço	Rua Manuel Fernandes Batista, Lote 67			Ref. Geo.	38°56'16.6"N 9°20'42.3"W

Características do imóvel

Natureza	Terreno para construção	Tipo Utilização	Edificio Plurifamiliar		
Área Terreno	332 m²	Nº Pisos	7	Lic. Construção Válida	Não
Área Implantação	227 m²	Nº Caves	2	% Obra Realizada	37%
ABC Total	1.692 m²	Número de Fogos	9 Un	Estado da Obra	Em construção
ABC Acima do Solo	1.029 m²	Tipologias	5 T2 + 4 T3	Obra parada	

COMPOSIÇÃO, COMPARTIMENTAÇÃO E IMAGENS DO IMÓVEL

Composição

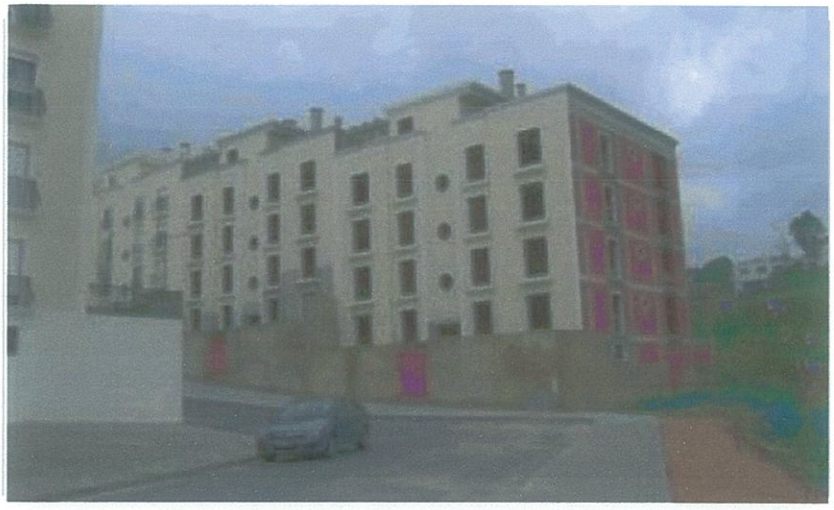
Prédio em fase de construção situado em Mafra. Localiza-se junto à Urbanização de Santa Bárbara. Imóvel constituído por 2 caves para estacionamento, r/c e 4 pisos para habitação. Cada andar é composto por 2 apartamentos, T2 e T3, excepto último que só tem 1 apartamento T2.

Compartimentação

Fogos T2: hall, sala com pequena varanda, cozinha, 2 quartos e instalação sanitária; fogos T3: hall, sala com pequena varanda, cozinha, 3 quartos (1 deles em suite) e instalação sanitária



Fach principal







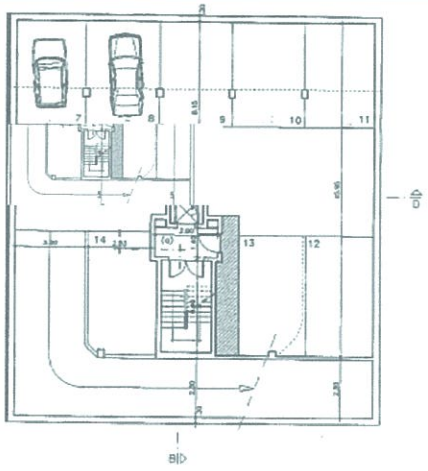
Enquadramento



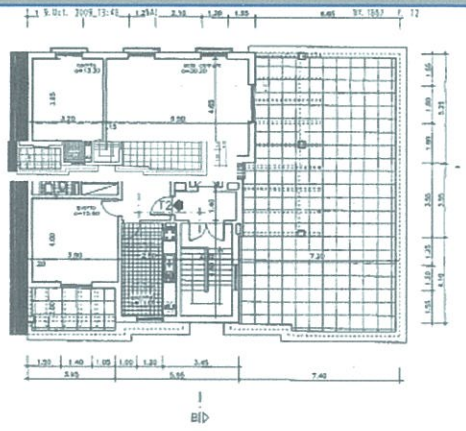
CARACTERIZAÇÃO DE UNIDADES / FRAÇÕES

Fração	Andar	Tipo de Bem	Tipologia	Áreas (m2)			
				Fogo	Garagem	Terraço	Arrumos
A	R/C - Esq.	Apartamento	T2	99	-	42	-
B	R/C - Dto.	Apartamento	T3	128	-	56	-
C	1º - Esq.	Apartamento	T2	99	-	-	-
D	1º - Dto.	Apartamento	T3	128	-	-	-
E	2º - Esq.	Apartamento	T2	99	-	-	-
F	2º - Dto.	Apartamento	T3	128	-	-	-
G	3º - Esq.	Apartamento	T2	99	-	-	-
H	3º - Dto.	Apartamento	T3	128	-	-	-
I	Andar Recuada	Apartamento	T2	121	-	-	-
Garagens	Piso -2	Parqueamento	-	3 / 5 Uni	18 / 15	-	-
Garagens	Piso -1	Parqueamento	-	Uni	15	-	-

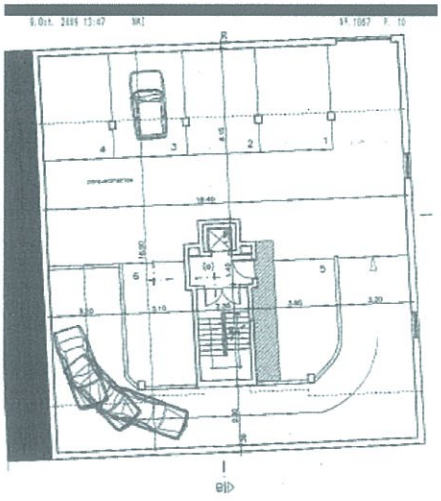
Plantas



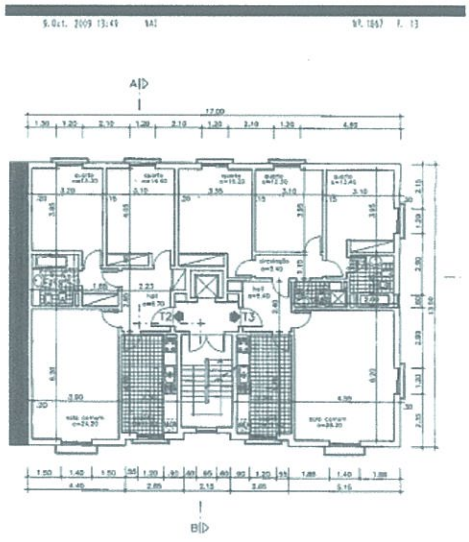
PLANTA DO PISO -2



PLANTA DO PISO RECUADO



PLANTA DO PISO -1



PLANTA DOS PISOS 1 ao 3

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

PARECER

Concordo com o proposto, em face da informação dos serviços. À consideração do Sr. Presidente.

09/01/2017

O(A) Vereador(a),

...../...../.....

O(A) Diretor(a) de Departamento,

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

Concordo c/ o proposto.

À comissão de avaliação para promover a avaliação dos imóveis.

10/01/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Ponto de situação sobre Habitação social (2016) – proposta.

O direito a "(...) habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar(...)", constitui um direito fundamental dos cidadãos, consagrado na Constituição da República Portuguesa, direito esse nem sempre assegurado na sua plenitude, uma vez que a incapacidade de acesso à habitação radica na maior parte dos casos, na precária situação económica das famílias.

Apesar de todo o investimento feito, nomeadamente na década de 80 e 90, e mesmo com a resposta excecional do PER, através do qual foram obtidos financiamentos que permitiram o apoio à construção dos dois bairros de habitação social atualmente existentes em Mafra e Malveira, verificam-se, hoje, ainda, graves carências habitacionais, sobretudo nos centros urbanos, onde subsistem

alguns aglomerados de barracas, e onde a concentração de serviços é maior (escolas, equipamentos de Saúde, e outros) e, portanto, mais atrativos.

A evidenciá-lo, observe-se a evolução da população residente no Concelho, de acordo com os Censos de 2011: entre os anos de 2001 e 2011, registou-se um grande aumento do número de habitantes no Concelho, cerca de 22.327 habitantes (41,1%). No final de 2014 o registo é de 81.199 habitantes. Todas as freguesias cresceram demograficamente à exceção de Vila Franca do Rosário e Cheleiros, sendo esse crescimento mais visível nas freguesias de Mafra (6.710), Ericeira (3.663), Venda do Pinheiro (3.486) e Malveira (2.036).

As políticas municipais, numa perspetiva de qualidade e sustentabilidade do território, pautam-se pela procura e implementação de respostas que, oportunamente, se vão revelando adequadas ao desenvolvimento populacional e consequentes exigências.

No que respeita à resposta habitacional, designadamente dirigida para apoiar os cidadãos mais desfavorecidos e em circunstâncias de maior vulnerabilidade económica e/ou social, o Município dispõe de um parque habitacional de habitações sociais de gestão municipal, composto por dois bairros e um conjunto de habitações dispersas, destinados ao arrendamento no regime de renda apoiada. São eles, o Bairro da Malveira, que integra um conjunto de 4 edifícios, albergando um total de 32 agregados familiares, o Bairro de Mafra, composto por 8 prédios, albergando um total de 64 famílias, e 10 habitações dispersas, onde residem 10 agregados familiares. Esta resposta cobre, assim, 106 famílias.

No âmbito dos atendimentos dos Serviços de ação social da autarquia, os interessados em requerer esta resposta de habitação social, são avaliados de acordo com o disposto no Regulamento para atribuição de apoios Sociais do Município de Mafra, e integram, uma *bolsa* de inscritos – **Mapa de Inscritos para integrar Habitação Social.** No final de dezembro de 2016, contabilizavam-se neste mapa, **194 agregados familiares** (até dez.016), oriundos de todo o Concelho, distribuindo-se do seguinte modo:

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

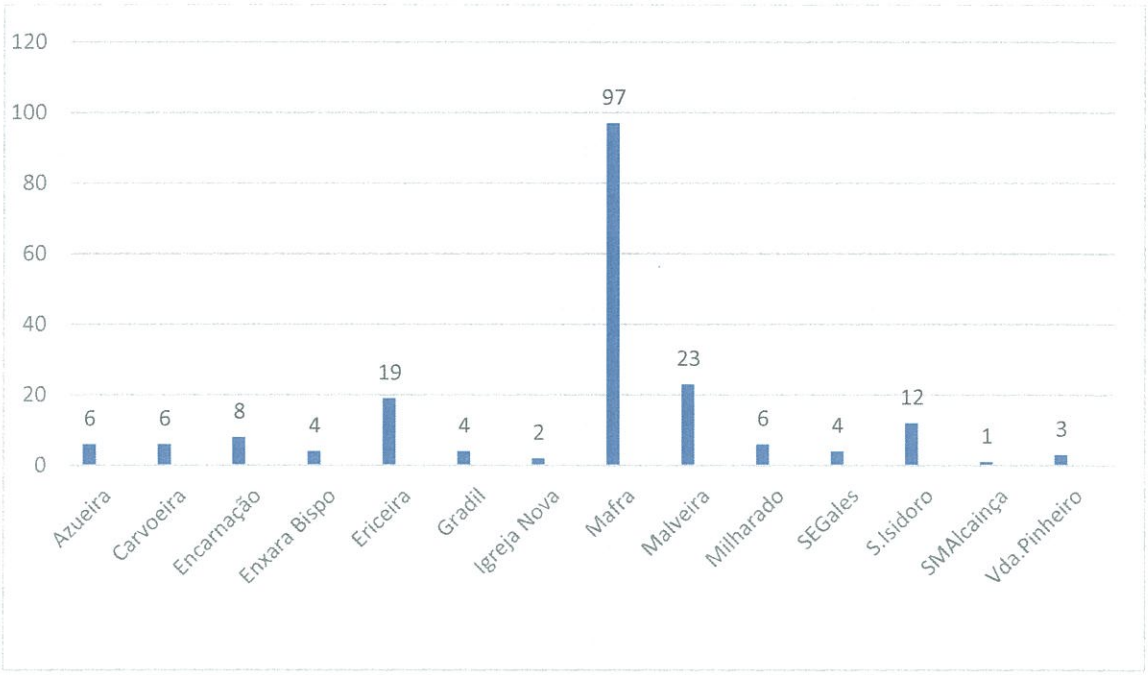


Gráfico 1: Agregados inscritos para Resposta de HS, por Freguesia (até dez 016)

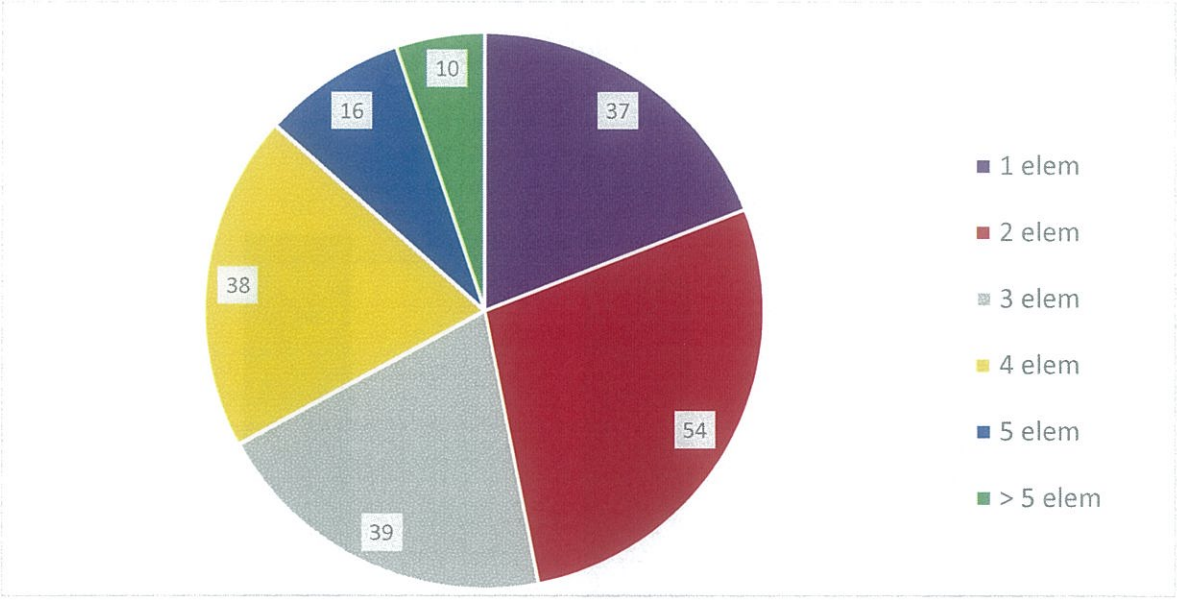


Gráfico 1: Agregados inscritos para Resposta de HS, por n.º elementos (até dez 016)

De referir, sobre este Mapa de inscritos para integrar Habitação Social, que o mesmo foi alvo de uma atualização em 2014, tendo sido convocados todos os inscritos desde 2009 até essa data, a fim de verificar da manutenção da necessidade em apreço. Em dezembro de 2014, o referido Mapa integrava **181 munícipes**. Durante o período de 2014 a 2016, procedeu-se à colocação de 9

destes agregados familiares, na sequência de fogos habitacionais entretanto vagos.

Além desta resposta habitacional, e visando contribuir para a dignificação das famílias concelhias, potenciando os seus padrões de qualidade de vida através, nomeadamente, da melhoria das condições de habitabilidade, a Câmara Municipal disponibiliza, desde 2014, um apoio ao arrendamento habitacional – **ARRENDAR**, que se traduz numa comparticipação pecuniária do valor da renda mensal devida pelos inquilinos ao respetivo senhorio do mercado de arrendamento privado.

A atribuição do apoio rege-se pelo estabelecido no Regulamento para Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Mafra, na sua redação atual, e o registaram-se, de 2014 a 2016, **255 candidaturas**. Durante este período, através desta medida, apoiaram-se 172 famílias diferentes, devendo ainda referir-se, que existem muitos munícipes que se dirigiram aos Serviços procurando este apoio, mas sem condições de se candidatarem, por não regularização dos contratos em conformidade com a lei e exigido pelo Regulamento do apoio.

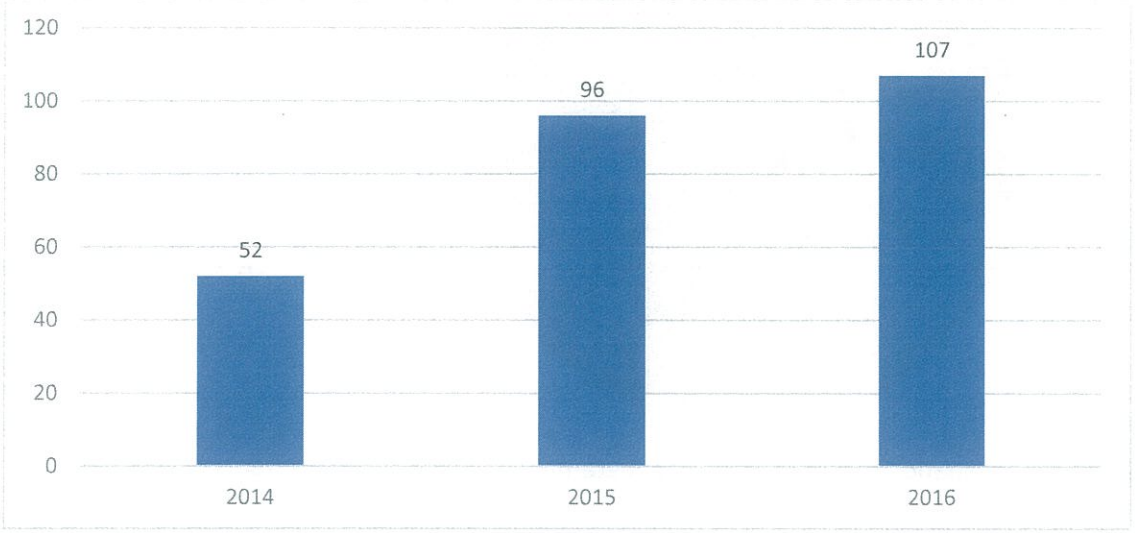


Gráfico 3: Total de candidaturas ARRENDAR rececionadas, por ano.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

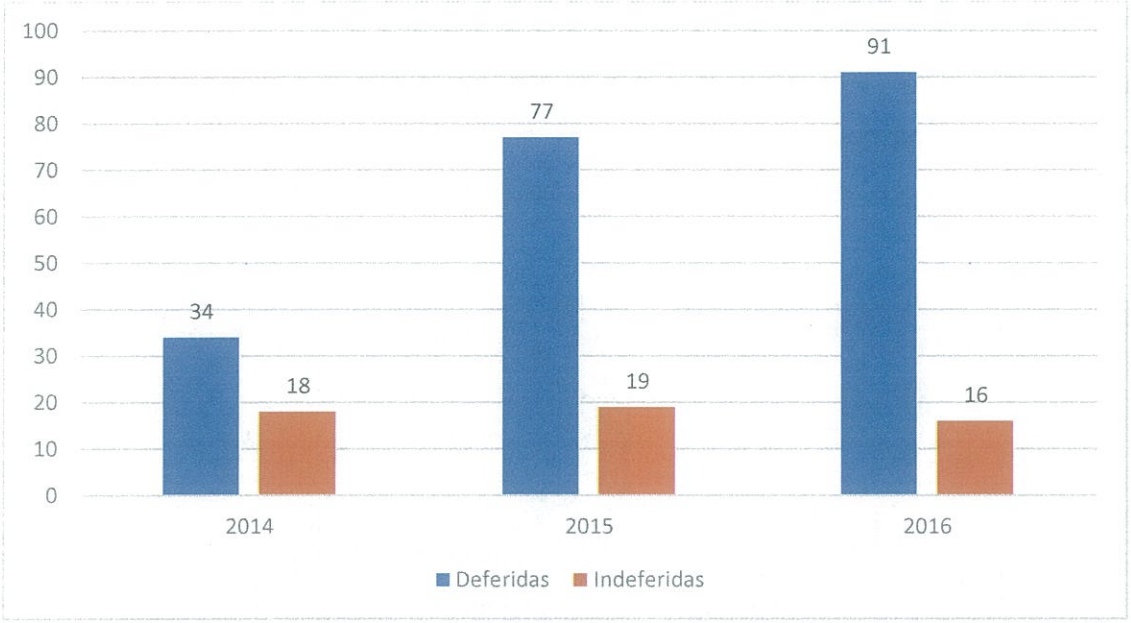


Gráfico 4: N.º Candidaturas ARRENDAR, Deferidas e Indeferidas, por ano.

Atenta a informação exposta, verifica-se uma crescente procura por parte dos munícipes em situação de vulnerabilidade social e/ou económica, quer no que respeita à integração em habitação social, quer pela comparticipação da renda de casa, cujo n.º de inscrições e candidaturas em ambos os casos, cresceu de 2014 a 2016.

A par desta constatação, e na decorrência do trabalho de terreno levado a cabo pela equipa da Ação Social, identificámos dois imóveis, sitos na Rua Manuel Fernandes Batista, na Quinta de Santa Bárbara, em Mafra, que apresentam sinais evidentes de abandono. Do que nos é dado a observar, estes imóveis reuniriam as condições adequadas para suprir e dirimir, na sede do concelho, parte das necessidades de habitação social acima referidas.

Pela avaliação do projeto que se encontra nos serviços municipais, cada bloco de apartamentos possui cinco fogos de tipologia T2 e quatro fogos de tipologia T3, sendo que cada T3 poderá vir a ser dividido em duas casas de tipologia T1. Nesse sentido, alcançar-se-ia em cada bloco, treze apartamentos. Considerando que os dois blocos estão por terminar, poderemos alcançar entre dezoito ou vinte e seis apartamentos, caso se opte, respetivamente, por manter a compartimentação existente, ou pela divisão de cada T3 em dois T1.

De referir ainda, para além do que acima se descreve, que estes dois blocos que se encontram abandonados, são hoje um foco de concentração de alguma marginalidade que urge resolver nesta zona habitacional da vila de Mafra.





Face ao exposto, tomamos, por este meio, a iniciativa de propor superiormente, a avaliação da pertinência de alargamento do parque habitacional de gestão municipal, por via da aquisição imediata destes dois edifícios, à Entidade que os detém, ou seja, o Montepio Geral.

Mafra, 9 de janeiro de 2017

A Chefe de Divisão,

(Paula Duarte Ribeiro)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER Concordo com a proposta. Proponho que o assunto seja remetido à reunião do Orgão Executivo.

2018/04/03

O Vereador,

Concordo com a presente informação.

03/04/2018

A Diretora de Departamento,

Concordo com a presente informação. Submeto à consideração superior.

03/04/2018

A Chefe de Divisão

DESPACHO 300

À Reunião

03/04/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/5270

ASSUNTO: Prestação de Contas do Ano Económico de 2017

De acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete a Câmara Municipal elaborar e aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Município.

Compete ainda à Câmara Municipal, submeter à aprovação a proposta de aplicação do resultado de 2.495.418,21€ € (dois milhões quatrocentos e noventa e cinco mil quatrocentos e dezoito euros e vinte e um cêntimos).

Os Documentos da Prestação de Contas incluindo a apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, devem ser apreciados e votados em Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º e do n.º 2 do

anexo X

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

art.º 27 da citada Lei, elaborados nos termos das considerações técnicas do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Deverá ainda remeter, ao Tribunal de Contas, os documentos já referidos em cumprimento da legislação em vigor.

À Consideração Superior

A Técnica Superior

Cândida Jacinto

(Cândida Jacinto)

Mafra

Prestação de Contas 2017

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

março 2018

Apresentação

Mafra

- Execução Orçamental – Receita e Despesa
- Execução das GOP (Grandes Opções do Plano)
- Saldo Global Efetivo da Execução Orçamental
- Equilíbrio Orçamental
- Demonstração dos Resultados
- Balanço
- Endividamento
- Situação financeira – 2014/2017

Anexo II

Execução Orçamental – Receita e Despesa

(Unidade: Euro)

Receitas	Dotação Corrigida	Liquidada	Cobrada Bruta	Desvio	Taxa de execução
Correntes	56 592 800	57 776 649	57 644 565	1 051 765	102%
Capital	3 529 300	5 065 495	5 026 326	1 497 026	142%
Outras	9 480 380	9 489 453	9 489 407	9 027	100%
Total	**69 602 480**	**72 331 597**	**72 160 297**	**2 557 817**	**104%**

(Unidade: Euro)

Despesas	Dotação Corrigida	Compromissos Faturados	Despesa paga	Desvio	Taxa de execução
Correntes	45 302 500	43 985 019	41 738 586	-3 563 914	92%
Capital	24 299 980	19 767 620	19 603 799	-4 696 181	81%
Total	**69 602 480**	**63 752 639**	**61 342 385**	**-8 260 095**	**88%**

Execução das GOP (Grandes Opções do Plano)

(Unidade: Euro)

Designação	2015	2016	2017
1.Funções Gerais	3 178 394	5 028 006	2 160 871
2.Funções Sociais	14 519 592	17 839 006	23 244 914
3.Funções Económicas	6 528 080	7 207 150	8 221 784
4.Outras Funções	5 568 587	3 477 660	4 908 684
Total	**29 794 653**	**33 551 822**	**38 536 253**

Saldo Global Efetivo da Execução Orçamental

(Unidade: Euro)

Designação	2015	2016	2017
Receitas Correntes	52 167 497	53 771 740	57 644 565
Receitas de Capital	4 478 650	3 982 655	5 026 326
Outras Receitas	1 931 704	7 651 338	9 489 407
Receitas Totais	**58 577 851**	**65 405 733**	**72 160 297**
Despesas Correntes	37 963 907	39 944 219	41 738 586
Despesas de Capital	12 970 355	15 981 140	19 603 799
Despesas Totais	**50 934 263**	**55 925 359**	**61 342 385**
Saldo Corrente	14 203 590	13 827 521	15 905 979
Saldo de Capital	-8 491 705	-11 998 484	-14 577 473
Saldo Global Efetivo	**5 711 884**	**1 829 037**	**1 328 506**

Equilíbrio Orçamental

(Unidade: Euro)

Receitas Correntes	57 644 565
Despesas Correntes	41 738 586
Poupança Corrente	**15 905 979**
Amortizações Médias de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	591 936
Saldo	**15 314 043**

Demonstração dos Resultados - Custos

(Unidade: Euro)

Designação	2015	2016	2017
Custo das mercadorias das matérias consumidas	330 382	297 230	283 959
Fornecimentos e serviços externos	18 403 672	21 702 864	23 904 201
Custos com o pessoal	13 826 588	14 368 928	14 789 451
Transferências e Subs. correntes concedidos	2 620 292	2 677 771	2 774 481
Amortizações do exercício	14 032 117	14 182 319	13 547 187
Provisões do exercício	55 963	0	112 587
Outros custos operacionais	97 847	66 409	70 668
Custos e perdas financeiros	339 533	257 488	201 871
Custos e perdas extraordinários	395 550	1 370 507	12 476 572
Total de Custos e Perdas	**50 101 943**	**54 923 516**	**68 160 977**

Demonstração dos Resultados – Proveitos/Resultados

(Unidade: Euro)

Designação	2015	2016	2017
Vendas e prestações de serviços	7 838 100	8 434 203	8 716 675
Impostos e taxas	30 492 150	29 552 042	35 332 867
Proveitos suplementares	172 235	205 950	167 382
Transferências e subsídios obtidos	12 362 674	11 943 434	13 900 814
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 980	1 346	1 382
Proveitos e ganhos financeiros	593 285	250 338	509 531
Proveitos extraordinários	2 997 837	3 829 476	12 027 744
Total de Proveitos e Ganhos	**54 458 261**	**54 216 788**	**70 656 395**
Resultados Operacionais	**1 500 279**	**-3 158 547**	**2 636 587**
Resultados Financeiros	**253 752**	**-7 150**	**307 660**
Resultados Correntes	**1 754 031**	**-3 165 697**	**2 944 246**
Resultado Líquido do Exercício	**4 356 319**	**-706 728**	**2 495 418**

Balanço - Ativo

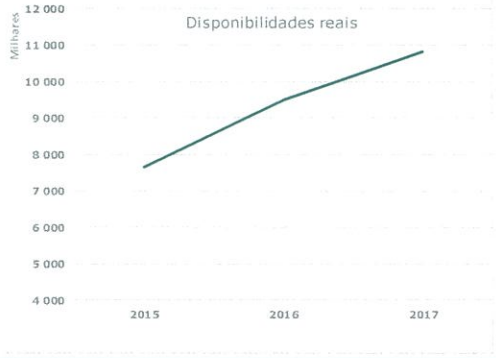
(Unidade: Euro)

Ativo	2015	2016	2017
Imobilizado	229 717 343	230 216 774	231 942 917
Existências	53 906	55 313	45 621
Dívidas de terceiros - cp	1 833 685	710 753	938 485
Depósitos em Inst. Financ. e Caixa	8 486 098	10 543 102	12 311 393
Acréscimos e diferimentos	26 055 796	23 700 693	25 827 361
Total do Ativo	**266 146 828**	**265 226 635**	**271 065 777**

Ativo - Disponibilidades

(Unidade: Euro)

Designação	2015	2016	2017
Depósitos em Inst. Financ. e caixa	8 486 098	10 543 102	12 311 393
Operações de tesouraria	842 508	1 062 727	1 493 480
Total	**7 643 589**	**9 480 375**	**10 817 912**



Balanço – Fundos Próprios e Passivo

(Unidade: Euro)

Fundos Próprios e Passivo	2015	2016	2017
Património	183 135 256	186 434 627	186 434 627
Ajustamento de partes de capital	4 310 169	4 265 956	4 170 537
Reservas	1 485 070	1 485 070	1 485 070
Doações	4 114 520	4 237 052	4 268 395
Reservas de transf. de ativos	57 530	57 530	57 530
Outras reservas	-8 372 360	-8 372 360	-8 223 891
Resultados transitados	12 748 933	15 529 516	15 589 884
Resultado líquido do exercício	4 356 319	-706 728	2 495 418
Total dos Fundos Próprios	**201 835 436**	**202 930 662**	**206 277 571**
Provisões	7 585 912	7 736 234	8 785 979
Dívidas a terceiros - mlp	14 097 987	12 194 675	9 504 548
Dívidas a terceiros - cp	4 659 368	4 631 111	5 717 248
Acréscimos e diferimentos	37 968 123	37 733 953	40 780 431
Total do Passivo	**64 311 391**	**62 295 973**	**64 788 206**
Total dos Fundos Próprios e Passivo	**266 146 828**	**265 226 635**	**271 065 777**

Componentes do Passivo

(Unidade: Euro)

Dívidas a terceiros	2015	2016	2017
Dívidas a médio e longo prazo	14 097 987	12 194 675	9 504 548
Dívidas a curto prazo	4 659 368	4 631 111	5 717 248
Total	**18 757 356**	**16 825 785**	**15 221 796**



Passivo – Estrutura das Dívidas a Terceiros

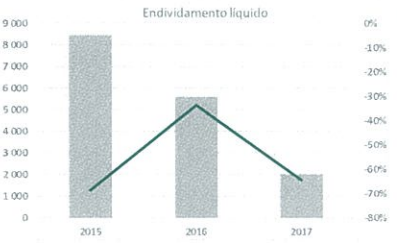
Estrutura da dívida a terceiros	2015	2016	2017
Dívidas a Médio e Longo Prazo	75%	72%	62%
Dívidas a Curto Prazo	25%	28%	38%
Total das dívidas a terceiros	**100%**	**100%**	**100%**



Endividamento

(Unidade: Euro)

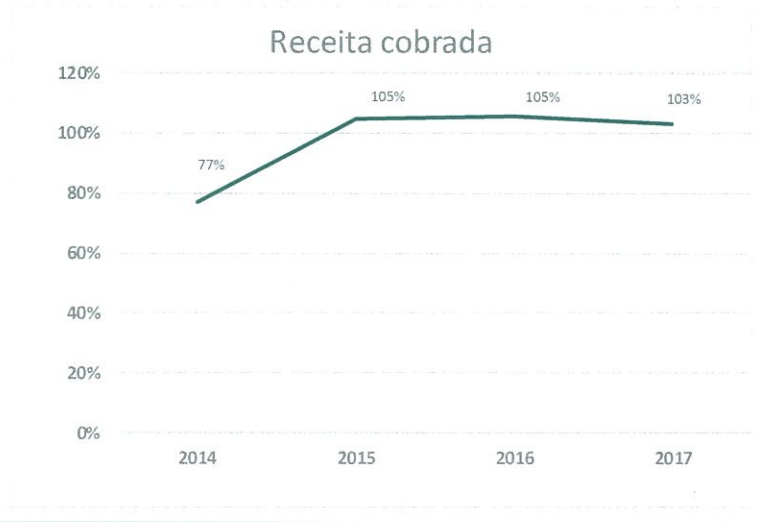
Endividamento líquido	2015	2016	2017
ATIVO			
Dívidas a receber	1 833 685	710 753	938 485
Disponibilidades	8 486 098	10 543 102	12 311 393
Total	**10 319 783**	**11 253 855**	**13 249 878**
PASSIVO			
Dívidas a terceiros cp	4 659 368	4 631 111	5 717 248
Dívidas a terceiros mlp	14 097 987	12 194 675	9 504 548
Total	**18 757 356**	**16 825 785**	**15 221 796**
Endividamento líquido	**8 437 573**	**5 571 930**	**1 971 918**
Endividamento líquido (variação %)	**-69%**	**-34%**	**-65%**



Situação Financeira – 2014/2017



Situação Financeira – 2014/2017



Situação Financeira – 2014/2017

Mafra



Situação Financeira – 2014/2017

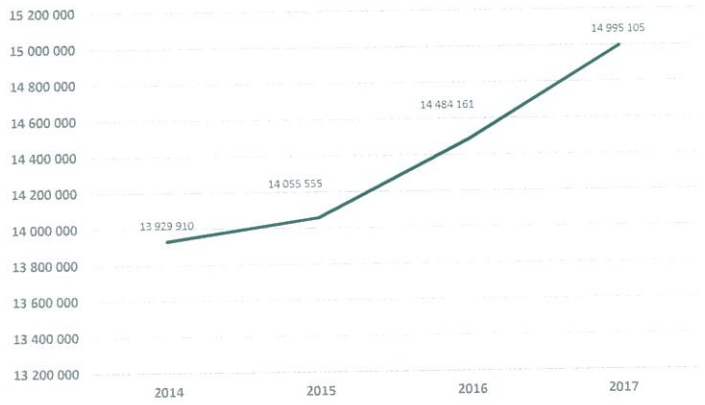
Mafra



Situação Financeira – 2014/2017

Mafra

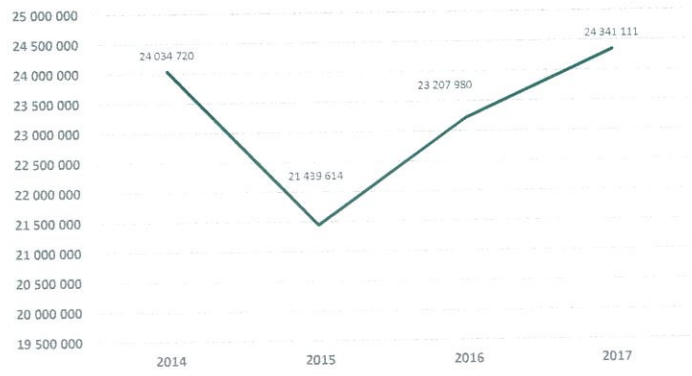
Despesa com pessoal



Situação Financeira – 2014/2017

Mafra

Despesa com aquisição de bens e serviços



Situação Financeira – 2014/2017

Mafra

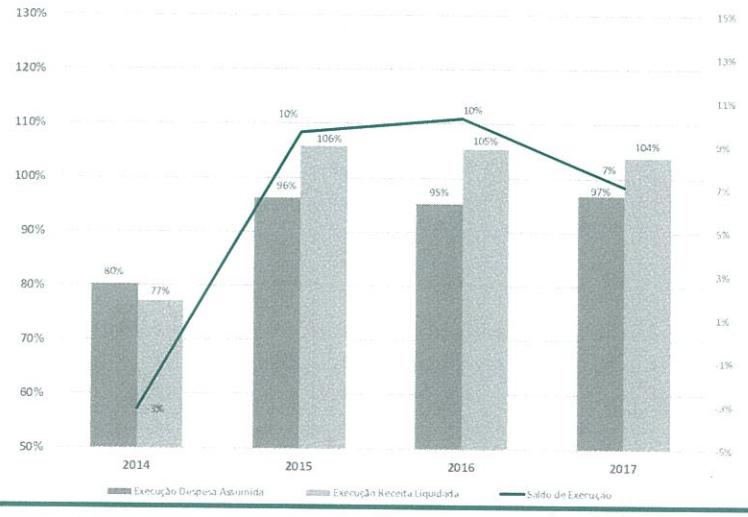
Despesa com Investimentos



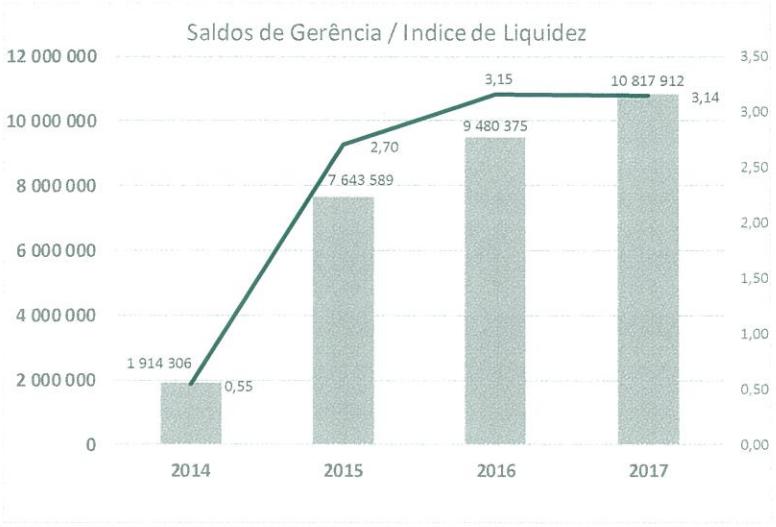
Situação Financeira – 2014/2017

Mafra

Grau de execução da despesa comprometida e de execução da receita liquidada



Situação Financeira – 2014/2017



Situação Financeira – 2014/2017



Situação Financeira – 2014/2017



Declaração
ao ponto 1.7. - Prestação de Contas do Ano Económico de 2017

Os Vereadores do Partido Socialista analisaram os documentos relativos ao exercício de 2017 da Câmara Municipal de Mafra e desejam, em primeiro lugar, enaltecer, os diversos Serviços Camarários pelo trabalho apresentado, permitindo, um conhecimento do que foi o seu fluxo financeiro. Os Serviços Camarários demonstram assim uma vontade de contribuir, dentro das suas atribuições e competências específicas, para a desejável transparência com que deve ser tratado o erário público.

Uma vez mais e não obstante os nossos repetidos alertas para que a distribuição de um conjunto documental com esta importância, que pela sua extensão quer pela sua exigente complexidade técnica, este documento, dizia, deveria ter sido distribuído com uma maior antecedência de forma a tornar exequível a sua análise mais pormenorizada. Ano após ano, V. Exas., representantes no executivo do partido mais votado, aqui em Mafra, continuam a fazer "*ouvidos de mercador*" não contribuindo para uma mais salutar análise, a bem de todos.

Quanto à análise política do mesmo queremos dizer que o mesmo reflete, uma vez mais, uma ausência de desenvolvimento, cumprindo apenas naquilo a que os munícipes não podem deixar de pagar; uma elevada despesa corrente com os seus recursos internos, que quase consomem as receitas correntes, sem que disso resultem mais-valias evidentes para a população do concelho. Em resumo, limita-se, e pouco mais, ao cumprimento dos "serviços mínimos" que uma câmara tem de prestar aos seus munícipes, na continuidade da inexistência de verdadeiras medidas estruturantes que levem ao relançamento da economia local e da implementação da tão proclamada dinâmica e competitividade do Concelho, bem como na melhoria em geral, dentro das suas competências e obrigações, das condições de vida da população. É, e foi, mais um ano de mais do mesmo restando ao Concelho de Mafra a vã glória de ficar a ostentar a bandeira do município onde os seus residentes, com casa própria, pagam o IMI com a taxa mais alta em toda a Área Metropolitana de Lisboa. Se alguma redução houve tal só se deveu à obrigatoriedade da aplicação legislativa determinada pelo XXI Governo Constitucional em vigor.

A opção do PS é clara. Se fosse nossa a responsabilidade orçamental seguiríamos um outro caminho. Um caminho com maiores e mais transferências para as Juntas e Uniões de Freguesias, um caminho que apostasse numa carga fiscal mínima aos residentes, num

anexo XII

desenvolvimento económico sustentado e sustentável, em parceria com a comunidade e os órgãos eleitos nas Freguesias, sem descriminações partidárias, em suma um OM que criasse captação de empresas e apostasse claramente na criação de emprego. Não da forma como as contas de 2017, agora em análise, o revelam. Respeitando as opções tomadas pelo PSD, porque emergem da legitimidade eleitoral conferida, também, temos a legitimidade de afirmar a nossa discordância do rumo que as contas evidenciam

Estamos certos que se o Município apostar numa política agressiva de apoio ao investimento individual e empresarial, Mafra iria apresentar num futuro próximo umas contas que revelariam um maior progresso e bem-estar de todos quantos escolheram Mafra para residir ou trabalhar.

Apesar do exaustivo exercício técnico das contas apresentadas não oferecem dúvidas sobre a sua regularidade e conformidades atestadas pelo ROC do Município, a sociedade RSM & Associados, não nos deixa confortáveis as iminentes responsabilidades financeiras do município perante as indeminizações derivadas das extemporâneas expropriações para a construção da A21 assim como a ausência de dados claros e transparentes quanto à real situação da responsabilidade financeira do município face a empresa municipal MafraEduca.

Pelas razões expostas o voto dos vereadores do Partido Socialista nesta sessão e perante a análise à "Prestação de Contas do Ano Económico de 2017", em consonância com aquela que já havia sido a nossa votação aquando da apresentação deste Orçamento em 2016, o nosso voto é "Contra".

Mafra, 06 abril 2018

Os Vereadores do Partido Socialista

Rogério Costa

José Manuel Graça

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER Concordo. Proponho que o assunto seja submetido à reunião do Órgão Executivo.

2018/04/03

O Vereador,

Concordo com a presente informação.

03/04/2018

A Diretora de Departamento,

Concordo com a presente Informação Submeto à consideração superior.
03/04/2018

A Chefe de Divisão,

DESPACHO

À reunião

03/04/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/5207

ASSUNTO: 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais - 2.ª Revisão

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são dois instrumentos de gestão previsionais, pelo que, dada a sua natureza, a lei prevê, nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a realização das modificações consideradas necessárias para que, durante a sua execução, tais instrumentos se coadunem com a realidade do Município.

Os documentos previsionais continuam a observar o princípio do equilíbrio orçamental que determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Considerando que após a aprovação da Prestação de Contas de 2017 transita um saldo de gerência para o ano seguinte de 10.817.912,37€ o orçamento da Despesa foi dotado nesse montante para reforçar despesas de capital e correntes.

Foi criado um novo plano com a orgânica 0102 e económica 070205 para locação financeira de material de transporte.

Considerando a oportunidade para candidatura a realizar ao Fundo Ambiental, no âmbito do Laboratório Vivo para a Descarbonização da Ericeira, foi criado um novo plano com a orgânica 0102 e a económica 07011099 para aquisição de equipamento básico e a económica 070113 para aquisição de Investimentos Incorpóreos.

Face ao referido, apresentamos os documentos do projeto da 2.ª Revisão dos documentos previsionais do corrente ano, conforme documentos em anexo, que se consubstanciam em:

- Orçamento da Receita apresenta "inscrições" no valor de 10.817.912,37€;
- Orçamento da Despesa apresenta "inscrições/reforços" no valor de 11.767.687,37€ e "diminuições/anulações" no valor de 949.775,00€;
- Plano Plurianual de Investimentos apresenta "inscrições/reforços" no valor de 8.548.937,37€ e "diminuições/anulações" no valor de 183.475,00€;
- Plano de Atividades Municipais apresenta "reforços" no valor de 1.748.085,00 e "diminuições/anulações" no valor de 57.000,00€.

À Consideração Superior remeter a presente Revisão Orçamental, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao órgão executivo para submeter à aprovação do órgão deliberativo.

A Técnica Superior

Marta Lemos

(Marta Lemos)

ENTIDADE

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4

MUNICIPIO DE MAFRA — REVISÃO AO ORCAMENTO DA RECEITA NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO DE 2018 DATA DE APROVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA				
			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÃO SEGUINTE	OBSERVAÇÕES
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR					
1601	Saldo Orçamental		10.817.912,37		10.817.912,37	
	TOTAL ...		10.817.912,37		10.817.912,37	
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES					
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...					
	TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		10.817.912,37		10.817.912,37	

ORGÃO EXECUTIVO

Em 06 de Abril de 2018

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

ENTIDADE	MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA	Página: 1
MUNICIPIO DE MAFRA	MODIFICAÇÃO NUMERO: 4 REVISÃO AO ORCAMENTO DA DESPESA NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO DE 2018 DATA DE APROVAÇÃO	

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
			DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO	OBS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	SEGUINTE	
01		ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA					
0102		CÂMARA MUNICIPAL					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação	84.000,00		20.000,00	64.000,00	
	010113	Subsídio de Refeição	38.905,00		4.000,00	34.905,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020102	Combustíveis e Lubrificantes					
	02010299	Outros	379.335,00	19.350,00		398.685,00	
	020121	Outros Bens	44.115,00		4.000,00	40.115,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020201	Encargos das Instalações					
	02020101	Água	400.000,00	472.000,00		872.000,00	
	02020102	Eletricidade					
	0202010201	Instalações Diversas	850.000,00	50.000,00		900.000,00	
	0202010202	Iluminação Pública	1.055.000,00	745.000,00		1.800.000,00	
	02020109	Outros	52.000,00		10.000,00	42.000,00	
	020209	Comunicações	162.050,00		2.500,00	159.550,00	
	020211	Representação dos Serviços	106.800,00		30.000,00	76.800,00	
	020212	Seguros	122.850,00	27.000,00		149.850,00	
	020214	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	45.000,00	5.600,00		50.600,00	
	020217	Publicidade	33.995,00		5.000,00	28.995,00	
	020220	Outros Trabalhos Especializados	723.925,00	92.095,00		816.020,00	
	020225	Outros Serviços	64.060,00	94.000,00		158.060,00	
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
	0401	Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras					
	040102	Privadas	90.000,00		38.000,00	52.000,00	
	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS					
	040701	Transferências Correntes	1.070.405,00	382.900,00		1.453.305,00	
	0408	FAMÍLIAS					
	040802	Outras	141.205,00		52.000,00	89.205,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602	DIVERSAS					
	060203	Outras					
	06020301	Outras Restituições	188.850,00	6.000,00		194.850,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070101	Terrenos	10.005,00	10.000,00		20.005,00	
	070107	Equipamento de Informática	20.490,00	120.000,00		140.490,00	
	070108	Software Informático	184.110,00	50.000,00		234.110,00	
	070109	Equipamento Administrativo	25.500,00		10.000,00	15.500,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	22.600,00	15.955,00		38.555,00	
	070113	Investimentos Incorpóreos	109.725,00	147.715,00		257.440,00	
	0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA					

ENTIDADE	MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA	Página: 2
MUNICIPIO DE MAFRA	MODIFICAÇÃO NUMERO: 4 REVISÃO AO ORCAMENTO DA DESPESA NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO DE 2018 DATA DE APROVAÇÃO	

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
			DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO	OBS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	SEGUINTE	
	070205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA		33.455,00		33.455,00	
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS					
	080701	Instituições Sem Fins Lucrativos	6.010,00	325.000,00		331.010,00	
	09	ATIVOS FINANCEIROS					
	0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO					
	090802	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚB	293.890,00		73.475,00	220.415,00	
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL					
	1102	DIVERSAS					
	110202	Indemnizações	150.000,00	35.952,37		185.952,37	
	110203	Compensações	3.750.010,00			3.750.010,00	
02		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS					
0201		DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	442.000,00		30.150,00	411.850,00	
	010113	Subsídio de Refeição	45.000,00		5.000,00	40.000,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	77.000,00	150,00		77.150,00	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
	010304	Outras Prestações Familiares	1.010,00	1.000,00		2.010,00	
0202		DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	396.000,00		8.000,00	388.000,00	
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
	010202	Horas Extraordinárias	3.500,00	2.000,00		5.500,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020104	Limpeza e Higiene	90.240,00	30.000,00		120.240,00	
	020108	Material de Escritório	32.000,00		7.500,00	24.500,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020204	Locação de Edifícios	36.130,00	5.400,00		41.530,00	
	020219	Assistência Técnica	57.500,00		30.000,00	27.500,00	
	020224	Encargos de Cobrança de Receitas	549.395,00	100.000,00		649.395,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602	DIVERSAS					
	060201	Impostos e Taxas	525.985,00	50.000,00		575.985,00	
	060203	Outras					
	06020302	IVA Pago	142.750,00		100.000,00	42.750,00	
0203		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					

ENTIDADE: MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA — Página: 3

MODIFICAÇÃO NUMERO: 4

REVISÃO AO ORCAMENTO DA DESPESA NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO DE 2018 DATA DE APROVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
			DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO	OBS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	SEGUINTE	
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	230.000,00	3.100,00		233.100,00	
	010106	Pessoal Contratado a Termo					
	01010601	Pessoal em Funções	10,00	400,00		410,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	40.000,00	1.100,00		41.100,00	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL					
	01030501	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos (ADSE)	290.000,00		33.000,00	257.000,00	
	01030502	Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP)					
	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	1.256.000,00	800,00		1.256.800,00	
	0103050202	Segurança Social-Regime Geral	1.493.245,00		72.000,00	1.421.245,00	
	010308	Outras Pensões	30.000,00		10.000,00	20.000,00	
03		DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNIC. E AMBIENTE					
0301		DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	808.000,00	400,00		808.400,00	
	010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	5.000,00	6.750,00		11.750,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	138.000,00	100,00		138.100,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020102	Combustíveis e Lubrificantes					
	02010202	Gasóleo	190.000,00		10.000,00	180.000,00	
	020121	Outros Bens	84.600,00	25.000,00		109.600,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203	Conservação de Bens	350.000,00	291.310,00		641.310,00	
	020206	Locação de Material de Transporte	78.415,00	26.000,00		104.415,00	
	020225	Outros Serviços	142.750,00	75.000,00		217.750,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070103	EDIFÍCIOS					
	07010301	Instalações de Serviços	88.440,00	285.000,00		373.440,00	
	07010399	Outros	2.366.630,00	1.580.000,00		3.946.630,00	
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS					
	07010499	Outros	1.140.635,00	475.000,00		1.615.635,00	
	070106	MATERIAL DE TRANSPORTE					
	07010699	Outro	22.220,00	27.685,00		49.905,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	174.720,00	115.000,00		289.720,00	
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
	07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	1.615.245,00	2.765.470,00		4.380.715,00	

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				0
			DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO	8
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	SEGUINTE	S
	07030304	Iluminação Pública	85.000,00	120.000,00		205.000,00	
	07030399	Outros	1.507.720,00	150.000,00		1.657.720,00	
0302		DIVISÃO DE PLAN. TERRITORIAL E GESTÃO URBANÍSTICA					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	412.000,00	1.000,00		413.000,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	72.000,00	100,00		72.100,00	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
	010304	Outras Prestações Familiares		1.000,00		1.000,00	
0303		DIVISÃO DE AMBIENTE					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	833.305,00	1.500,00		834.805,00	
	010113	Subsídio de Refeição	79.000,00		7.000,00	72.000,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	137.000,00	200,00		137.200,00	
	010115	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade	15.000,00		5.000,00	10.000,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203	Conservação de Bens	120.695,00	22.000,00		142.695,00	
	020220	Outros Trabalhos Especializados	39.590,00	30.095,00		69.685,00	
	020225	Outros Serviços	10.833.340,00	200.000,00		11.033.340,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070103	EDIFÍCIOS					
	07010303	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	500,00	50.000,00		50.500,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011001	Equipamento de Recolha de Resíduos	40.750,00	125.000,00		165.750,00	
	07011099	Outro	27.060,00	50.000,00		77.060,00	
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
	07030302	Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	13.230,00	206.500,00		219.730,00	
	07030305	Parques e Jardins	77.855,00	219.775,00		297.630,00	
	07030307	Captação e Distribuição de Água	1.105,00	96.930,00		98.035,00	
	07030312	Cemitérios	120,00	80.000,00		80.120,00	
	07030399	Outros	2.520,00	90.000,00		92.520,00	
04		DEPARTAMENTO SÓCIO-ECONÓMICO					
0401		DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	1.452.000,00		93.650,00	1.358.350,00	

ENTIDADE: MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA — Página: 5

MODIFICAÇÃO NUMERO: 4

REVISÃO AO ORCAMENTO DA DESPESA NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO DE 2018 DATA DE APROVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
			DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO	OBS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	SEGUINTE	
	010106	Pessoal Contratado a Termo					
	01010601	Pessoal em Funções	25.000,00	1.500,00		26.500,00	
	010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	314.285,00		35.000,00	279.285,00	
	010113	Subsidio de Refeição	161.510,00		15.000,00	146.510,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	253.580,00	1.260,00		254.840,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020107	Vestuário e Artigos Pessoais	1.000,00	2.235,00		3.235,00	
	020115	Prémios, Condecorações e Ofertas	23.100,00		15.000,00	8.100,00	
	020121	Outros Bens	32.000,00	20.000,00		52.000,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020216	Seminários, Exposições e Similares	12.500,00		10.000,00	2.500,00	
	020220	Outros Trabalhos Especializados	113.950,00	32.205,00		146.155,00	
	020225	Outros Serviços	382.755,00	245.000,00		627.755,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602	DIVERSAS					
	060203	Outras					
	06020305	Outras					
	0602030505	Arqueologia e Museus	14.000,00	10.000,00		24.000,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070103	EDIFÍCIOS					
	07010302	Instalações Desportivas e Recreativas	14.180,00	75.000,00		89.180,00	
	07010399	Outros	87.005,00	50.000,00		137.005,00	
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS					
	07010406	Instalações Desportivas e Recreativas	10.000,00	165.000,00		175.000,00	
	07010499	Outros	182.010,00	70.000,00		252.010,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	49.155,00	30.000,00		79.155,00	
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
	07030306	Instalações Desportivas e Recreativas	10.000,00	250.000,00		260.000,00	
	07030399	Outros	1.124.780,00	10.000,00		1.134.780,00	
0402		DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL E APOIO INSTITUCIONAL					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	248.000,00		18.500,00	229.500,00	
	010113	Subsidio de Refeição	24.905,00		3.000,00	21.905,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	46.805,00	200,00		47.005,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020121	Outros Bens	33.350,00		10.000,00	23.350,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020214	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	10.000,00		8.000,00	2.000,00	

ENTIDADE	MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA	Página: 6
MUNICIPIO DE MAFRA	MODIFICAÇÃO NUMERO: 4 REVISÃO AO ORCAMENTO DA DESPESA NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO DE 2018 DATA DE APROVAÇÃO	

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
			DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO	OBS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	SEGUINTE	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070102	HABITAÇÕES					
	07010203	Reparação e Beneficiação	25.000,00			25.000,00	
0403		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	3.390.000,00	33.000,00		3.423.000,00	
	010106	Pessoal Contratado a Termo					
	01010601	Pessoal em Funções	325.000,00	18.000,00		343.000,00	
	010113	Subsídio de Refeição	617.550,00		30.000,00	587.550,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	625.000,00	16.160,00		641.160,00	
	010115	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade	35.000,00		8.000,00	27.000,00	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
	010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	16.000,00		2.000,00	14.000,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020105	Alimentação-Refeições Confecionadas	781.650,00		21.000,00	760.650,00	
	020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	10.395,00		8.000,00	2.395,00	
	020121	Outros Bens	126.445,00		40.000,00	86.445,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203	Conservação de Bens	50.000,00	1.505,00		51.505,00	
	020204	Locação de Edifícios	3.746.435,00	156.690,00		3.903.125,00	
	020210	Transportes	1.507.700,00		20.000,00	1.487.700,00	
	020219	Assistência Técnica	75.000,00		17.000,00	58.000,00	
	020225	Outros Serviços	868.140,00	9.000,00		877.140,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602	DIVERSAS					
	060203	Outras					
	06020305	Outras					
	0602030502	Atividades de Tempos Livres	75.105,00		15.000,00	60.105,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070103	EDIFÍCIOS					
	07010305	Escolas	112.505,00	550.000,00		662.505,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	40.500,00	10.000,00		50.500,00	
05		DIVISÃO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	245.000,00	2.000,00		247.000,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	49.000,00	400,00		49.400,00	

ENTIDADE	MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA	Página: 7
MUNICIPIO DE MAFRA	MODIFICAÇÃO NUMERO: 4 REVISÃO AO ORCAMENTO DA DESPESA NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO DE 2018 DATA DE APROVAÇÃO	

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
			DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO	OBS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	SEGUINTE	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020107	Vestuário e Artigos Pessoais	5.000,00	1.245,00		6.245,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203	Conservação de Bens	20.000,00		10.000,00	10.000,00	
	020214	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	10.000,00		4.000,00	6.000,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070106	MATERIAL DE TRANSPORTE					
	07010699	Outro	500,00	49.500,00		50.000,00	
	070109	Equipamento Administrativo	6.500,00	5.000,00		11.500,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	11.000,00	10.000,00		21.000,00	
		TOTAL ...	54.865.340,00	11.767.687,37	949.775,00	65.683.252,37	
		TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		3.318.750,00	866.300,00		
		TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...		8.448.937,37	83.475,00		

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 11 de Abril de 2018

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

_____

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4 DO ANO CONTABILISTICO: 2018
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NUMERO: 1
REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 2

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)						DOTAÇÃO SEGUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES	ANO EM CURSO	ANOS SEGUINTES					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEGUINTES	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEGUINTES
1.		Funções gerais			1.646.880,00	1.014.880,00	632.000,00	4.676.655,00	1.942.250,00	-632.000,00	831.875,00	31.875,00	10.600,00		2.957.130,00	2.957.130,00		4.262.195,00	718.210,00	570.600,00	
1.1.		Serviços gerais da administração pública			1.101.380,00	519.380,00	582.000,00	3.466.655,00	1.555.950,00	-582.000,00	800.000,00				2.075.330,00	2.075.330,00		3.835.320,00	281.335,00	150.000,00	
1.1.1.		Administração geral			1.101.380,00	519.380,00	582.000,00	3.466.655,00	1.555.950,00	-582.000,00	800.000,00				2.075.330,00	2.075.330,00		3.835.320,00	281.335,00	150.000,00	
1.1.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação			328.435,00	88.435,00	240.000,00	2.700.000,00	285.000,00	-240.000,00	800.000,00				373.435,00	373.435,00		3.500.000,00			
1.1.1.	0101	2014 I 1 Edifícios Municipais	DUOMA	0301 07010301	328.435,00	88.435,00	240.000,00	2.700.000,00	285.000,00	-240.000,00	800.000,00				373.435,00	373.435,00		3.500.000,00			
1.1.1.	02	2014 Aquisição e Reparação de Bens de Investimento			361.600,00	204.600,00	157.000,00	461.185,00	170.000,00	-157.000,00					374.600,00	374.600,00		157.585,00	153.600,00	150.000,00	
1.1.1.	0205	2014 I 7 Equipamento de Informática	CH	0102 070107	140.490,00	20.490,00	120.000,00	3.985,00	120.000,00	-120.000,00					140.490,00	140.490,00		3.985,00			
1.1.1.	0206	2014 I 8 Software Informático	CH	0102 070108	221.110,00	184.110,00	37.000,00	457.200,00	50.000,00	-37.000,00					234.110,00	234.110,00		153.600,00	153.600,00	150.000,00	
1.1.1.	10	2014 I 82 Aquisição de Edifícios	CH	0301 07010399	177.740,00	167.740,00	10.000,00	255.470,00	1.000.000,00	-10.000,00					1.167.740,00	1.167.740,00		127.735,00	127.735,00		
1.1.1.	03	2018 A 3 Obras Coercivas	CH	0102 020225	175.500,00	500,00	175.000,00	50.000,00	85.000,00	-175.000,00					85.500,00	85.500,00		50.000,00			
1.1.1.	04	2018 I 1 Terrenos	CH	0102 070101	10.005,00	10.005,00			10.000,00						20.005,00	20.005,00					
1.1.1.	05	2018 I 2 Equipamento Administrativo	CH	0102 070109	25.500,00	25.500,00			-10.000,00						15.500,00	15.500,00					
1.1.1.	06	2018 I 3 Equipamento Básico	CH	0102 07011099	22.600,00	22.600,00			15.950,00						38.550,00	38.550,00					
1.2.		Segurança e Ordem Públicas			545.500,00	495.500,00	50.000,00	1.210.000,00	386.300,00	-50.000,00	31.875,00	31.875,00	10.600,00		881.800,00	881.800,00		426.875,00	436.875,00	420.600,00	
1.2.1.		Proteção civil e luta contra incêndios			545.500,00	495.500,00	50.000,00	1.210.000,00	386.300,00	-50.000,00	31.875,00	31.875,00	10.600,00		881.800,00	881.800,00		426.875,00	436.875,00	420.600,00	
1.2.1.	01	2018 Transferências			480.000,00	480.000,00		1.140.000,00	371.300,00		31.875,00	31.875,00	10.600,00		851.300,00	851.300,00		411.875,00	411.875,00	390.600,00	
1.2.1.	0102	2018 A 5 Correntes-Associações e Agrupamentos Humanitários	CH	0102 040701	480.000,00	480.000,00		1.140.000,00	371.300,00		31.875,00	31.875,00	10.600,00		851.300,00	851.300,00		411.875,00	411.875,00	390.600,00	
1.2.1.	02	2018 I 5 Equipamento Administrativo	DSPC	05 070109	20.500,00	5.500,00	15.000,00	25.000,00	5.000,00	-15.000,00					10.500,00	10.500,00		5.000,00	10.000,00	10.000,00	
1.2.1.	03	2018 I 6 Equipamento Básico	DSPC	05 07011099	45.000,00	10.000,00	35.000,00	45.000,00	10.000,00	-35.000,00					20.000,00	20.000,00		10.000,00	15.000,00	20.000,00	
2.		Funções sociais			19242555,00	14413485,00	4.829.070,00	189741360,00	3.717.895,00	-3912100,00	3595000,00	-285000,00	800.000,00		19048350,00	18131380,00	916.970,00	20544665,00	15894295,00	12166300,00	145246100,00
2.1.		Educação			7.102.590,00	7.005.090,00	97.500,00	126849855,00	794.690,00	-97.500,00	1500000,00	-1400000,00			7.799.780,00	7.799.780,00		11568045,00	8818639,00	8571775,00	97991405,00
2.1.1.		Ensino não superior			3.946.940,00	3.899.440,00	47.500,00	117187905,00	716.690,00	-47.500,00	1500000,00	-1400000,00			4.616.130,00	4.616.130,00		8.347.395,00	5597980,00	5351125,00	97991405,00
2.1.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação			60.000,00	60.000,00			250.000,00						310.000,00	310.000,00					
2.1.1.	0101	2014 I 14 Edifícios Escolares	DUOMA	0403 07010305	60.000,00	60.000,00			250.000,00						310.000,00	310.000,00					
2.1.1.	03	2014 A 7 Rede Escolar do Concelho - Renda	DEJ	0403 020204	3.746.435,00	3.746.435,00		114187905,00	156.690,00						3.903.125,00	3.903.125,00		5.347.395,00	5497980,00	5351125,00	97991405,00
2.1.1.	02	2018 I 12 Equipamento Básico	DOS	0403 07011099	40.500,00	40.500,00			10.000,00						50.500,00	50.500,00					
2.1.1.	05	2018 I 34 EB 2/3 da Ericeira	DUOMA	0403 07010305	100.005,00	52.505,00	47.500,00	3.000.000,00	300.000,00	-47.500,00	1500000,00	-1400000,00			352.505,00	352.505,00		3.000.000,00	100.000,00		
2.1.2.		Serviços auxiliares de ensino			3.155.650,00	3.105.650,00	50.000,00	9.661.950,00	78.000,00	-50.000,00					3.183.650,00	3.183.650,00		3.220.650,00	3220650,00	3220650,00	
2.1.2.	02	2014 A 9 Transportes Escolares	DEJ	0403 020210	1.350.000,00	1.350.000,00		4.050.000,00	55.000,00						1.405.000,00	1.405.000,00		1.350.000,00	1350000,00	1350000,00	
2.1.2.	03	2014 A 10 Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico	DEJ		1.420.650,00			4.456.950,00							1.413.650,00			1.485.650,00	1485650,00	1485650,00	
2.1.2.	03	2014 A 10		0403 020105		766.150,00			-7.000,00							759.150,00					
2.1.2.	03	2014 A 10		0403 020225		654.500,00										654.500,00					
2.1.2.	02	2018 A 9 Atividades de Enriquecimento Curricular	DOS	0102 040701	385.000,00	335.000,00	50.000,00	1.155.000,00	30.000,00	-50.000,00					365.000,00	365.000,00		385.000,00	385.000,00	385.000,00	
2.2.		Saúde			2.198.885,00	2.198.885,00		40.000,00	380.000,00						2.578.885,00	2.578.885,00		40.000,00			
2.2.1.		Serviços individuais de saúde			2.198.885,00	2.198.885,00		40.000,00	380.000,00						2.578.885,00	2.578.885,00		40.000,00			
2.2.1.	01	2015 Construção, Reparação e Beneficiação			2.198.885,00	2.198.885,00		40.000,00	380.000,00						2.578.885,00	2.578.885,00		40.000,00			
2.2.1.	0101	2015 I 2 Centro Saúde Malveira/Venda do Pinheiro	DUOMA	0301 07010399	88.885,00	88.885,00			30.000,00						118.885,00	118.885,00					

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4 DO ANO CONTABILISTICO: 2018
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NUMERO: 1
REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 2

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)						DOTAÇÃO SEGUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES	ANO EM CURSO	ANOS SEGUINTES					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEGUINTES	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEGUINTES
				TRANSPORTE	8.838.355,00	8.108.855,00	729.500,00	131526510,00	2.766.940,00	-729.500,00	2331875,00	-1368125,00	10.600,00		10875795,00	10875795,00		15830240,00	9536840,00	9142375,00	97991405,00
2.2.1.	0102	2015 I 9 Centro Saúde Mafra - Mafra Norte	DUOMA	0301 07010399	2.110.000,00	2.110.000,00		40.000,00	350.000,00						2.460.000,00	2.460.000,00		40.000,00			
2.4.		Habitação e serviços coletivos			8.163.735,00	4.612.985,00	3.550.750,00	61786650,00	1.678.205,00	-3483780,00	980.000,00	1100000,00	800.000,00		6.358.160,00	6.291.190,00	66.970,00	7.466.335,00	6705380,00	3239240,00	47254695,00
2.4.1.		Habitação			91.980,00	25.010,00	66.970,00	1.800.000,00			300.000,00				91.980,00	25.010,00	66.970,00	1.100.000,00	1000000,00		
2.4.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação			91.980,00	25.010,00	66.970,00	1.800.000,00			300.000,00				91.980,00	25.010,00	66.970,00	1.100.000,00	1000000,00		
2.4.1.	0101	2014 I 21 Habitações Sociais	DUOMA		91.980,00		66.970,00	1.800.000,00			300.000,00				91.980,00		66.970,00	1.100.000,00	1000000,00		
2.4.1.	0101	2014 I 21		0402 07010203		25.000,00										25.000,00					
2.4.1.	0101	2014 I 21		0402 07010201		10,00										10,00					
2.4.2.		Ordenamento do território			2.402.485,00	1.455.255,00	947.230,00	3.450.000,00	700.000,00	-947.230,00	170.000,00		800.000,00		2.155.255,00	2.155.255,00		2.020.000,00	1400000,00	1000000,00	
2.4.2.	01	2014 Construção e Requalificação			1.077.470,00	230.240,00	847.230,00	800.000,00	250.000,00	-847.230,00	700.000,00				480.240,00	480.240,00		1.100.000,00	200.000,00	200.000,00	
2.4.2.	0101	2014 I 22 Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	DUOMA	0301 07030399	227.465,00	227.465,00		600.000,00	-100.000,00						127.465,00	127.465,00		200.000,00	200.000,00	200.000,00	
2.4.2.	0105	2014 I 26 Passeios Pedonais	DUOMA	0301 07030301	850.005,00	2.775,00	847.230,00	200.000,00	350.000,00	-847.230,00	700.000,00				352.775,00	352.775,00		900.000,00			
2.4.2.	01	2016 Construção e Requalificação			1.225.000,00	1.225.000,00			150.000,00		20.000,00				1.375.000,00	1.375.000,00		20.000,00			
2.4.2.	0101	2016 I 3 Parque Ecológico da Venda do Pinheiro	DUOMA	0301 07030399	1.225.000,00	1.225.000,00			150.000,00		20.000,00				1.375.000,00	1.375.000,00		20.000,00			
2.4.2.	05	2018 I 36 Requalificação Urbana do Largo da Feira na Malveira/Casa Cultura Malveira	DUOMA		10,00			2.250.000,00			-550000,00		800.000,00		200.010,00			700.000,00	1000000,00	800.000,00	
2.4.2.	05	2018 I 36		0301 07010399		5,00			200.000,00							200.005,00					
2.4.2.	05	2018 I 36		0301 07030399		5,00										5,00					
2.4.2.	07	2018 I 38 Mobilidade Urbana Sustentável	DUOMA	0301 07030399	100.005,00	5,00	100.000,00	400.000,00	100.000,00	-100.000,00					100.005,00	100.005,00		200.000,00	200.000,00		
2.4.3.		Saneamento			160.005,00	3.230,00	156.775,00	840.000,00	206.500,00	-156.775,00					209.730,00	209.730,00		340.000,00	250.000,00	250.000,00	
2.4.3.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação			160.005,00	3.230,00	156.775,00	840.000,00	206.500,00	-156.775,00					209.730,00	209.730,00		340.000,00	250.000,00	250.000,00	
2.4.3.	0101	2014 I 32 Rede de Coletores em Diversas Localidades	DAEUR	0303 07030302	160.005,00	3.230,00	156.775,00	840.000,00	206.500,00	-156.775,00					209.730,00	209.730,00		340.000,00	250.000,00	250.000,00	
2.4.4.		Abastecimento de Água			1.105,00	1.105,00			96.930,00						98.035,00	98.035,00					
2.4.4.	01	2014 Construção e Beneficiação			1.105,00	1.105,00			96.930,00						98.035,00	98.035,00					
2.4.4.	0101	2014 I 36 Redes de Abastecimento de Água	DUOMA	0303 07030307	1.105,00	1.105,00			96.930,00						98.035,00	98.035,00					
2.4.5.		Resíduos sólidos			4.751.740,00	2.641.740,00	2.110.000,00	54519060,00	225.000,00	-2110000,00	510.000,00	1100000,00			2.866.740,00	2.866.740,00		3.409.045,00	3747670,00	1717650,00	47254695,00
2.4.5.	01	2014 Aquisição e Reparação de Bens de Investimento			750.750,00	40.750,00	710.000,00	1.109.840,00	125.000,00	-710.000,00	510.000,00				165.750,00	165.750,00		1.067.450,00	552.390,00		
2.4.5.	0101	2014 I 37 Equipamento de Recolha de Resíduos	DAEUR	0303 07011001	750.750,00	40.750,00	710.000,00	1.109.840,00	125.000,00	-710.000,00	510.000,00				165.750,00	165.750,00		1.067.450,00	552.390,00		
2.4.5.	03	2014 A 27 Tratamento de RSU	DAEUR	0303 020225	2.900.000,00	2.600.000,00	300.000,00	52350910,00	100.000,00	-300.000,00					2.700.000,00	2.700.000,00		1.673.675,00	1704890,00	1717650,00	47254695,00
2.4.5.	01	2016 A 2 Implementação de Sistemas e Otimização do Serviço de Recolha de Resíduos	DAEUR	0303 020220	1.100.990,00	990,00	1.100.000,00	1.058.310,00		-1100000,00		1100000,00			990,00	990,00		667.920,00	1490390,00		
2.4.6.		Proteção do meio ambiente e conservação da nature			756.420,00	486.645,00	269.775,00	1.176.590,00	449.775,00	-269.775,00					936.420,00	936.420,00		597.290,00	307.710,00	271.590,00	
2.4.6.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação			335.270,00	65.495,00	269.775,00	361.820,00	389.775,00	-269.775,00					455.270,00	455.270,00		325.700,00	36.120,00		
2.4.6.	0102	2014 I 39 Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	DUOMA	0303 07030305	332.630,00	62.855,00	269.775,00		219.775,00	-269.775,00					282.630,00	282.630,00					
2.4.6.	0103	2014 I 40 Cemitérios	DUOMA	0303 07030312	120,00	120,00		84.270,00	80.000,00						80.120,00	80.120,00		48.150,00	36.120,00		

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4 DO ANO CONTABILISTICO: 2018
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NUMERO: 1
REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 2

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)						DOTAÇÃO SEGUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES	ANO EM CURSO	ANOS SEGUINTES					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEGUINTES	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEGUINTES
				TRANSPORTE	18688420,00	14408170,00	4.280.250,00	192259840,00	4.645.145,00	-4213280,00	3311875,00	-268125,00	810.600,00		19120285,00	19053315,00	66.970,00	22787435,00	15970630,00	12110025,00	145246100,00
2.4.6. 0105	2015 I 4	Requalificação e Valorização das Linhas de Agua	DUOMA	0303 07030399	2.520,00	2.520,00		277.550,00	90.000,00						92.520,00	92.520,00		277.550,00			
2.4.6. 01	2018 A 11	Manutenção de Jardins e Espaços Verdes	DAEUR	0303 020225	401.590,00	401.590,00		814.770,00	50.000,00						451.590,00	451.590,00		271.590,00	271.590,00	271.590,00	
2.4.6. 03	2018 I 20	Equipamento Básico	DUOMA	0303 07011099	19.560,00	19.560,00			10.000,00						29.560,00	29.560,00					
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos			1.777.345,00	596.525,00	1.180.820,00	1.065.855,00	865.000,00	-330.820,00	1115000,00	15.000,00			2.311.525,00	1.461.525,00	850.000,00	1.470.285,00	370.285,00	355.285,00	
2.5.1.		Cultura			165.300,00	115.300,00	50.000,00		65.000,00	-50.000,00	1115000,00	15.000,00			180.300,00	180.300,00		1.115.000,00	15.000,00		
2.5.1. 01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação			60.000,00	10.000,00	50.000,00		20.000,00	-50.000,00	1100000,00				30.000,00	30.000,00		1.100.000,00			
2.5.1. 0101	2014 I 43	Diversas Instalações Culturais	DUOMA	0401 07010399	60.000,00	10.000,00	50.000,00		20.000,00	-50.000,00	1100000,00				30.000,00	30.000,00		1.100.000,00			
2.5.1. 01	2016	Transferências			5.000,00	5.000,00			15.000,00		15.000,00	15.000,00			20.000,00	20.000,00		15.000,00	15.000,00		
2.5.1. 0102	2016 I 4	Transferências de Capital		0102 080701	5.000,00	5.000,00			15.000,00		15.000,00	15.000,00			20.000,00	20.000,00		15.000,00	15.000,00		
2.5.1. 02	2016 A 7	Caminhos do Memorial nas linhas de Saramago	DS		87.800,00										107.800,00						
2.5.1. 02	2016 A 7			0401 020121		2.800,00			20.000,00							22.800,00					
2.5.1. 02	2016 A 7			0401 020220		35.000,00										35.000,00					
2.5.1. 02	2016 A 7			0401 020225		50.000,00										50.000,00					
2.5.1. 04	2018 A 15	Atividades de Arqueologia, Antropologia, Património Histórico e Artes Plásticas	DOS	0401 0602030505	12.500,00	12.500,00			10.000,00						22.500,00	22.500,00					
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer			1.611.545,00	480.725,00	1.130.820,00	1.065.855,00	790.000,00	-280.820,00					2.120.725,00	1.270.725,00	850.000,00	355.285,00	355.285,00	355.285,00	
2.5.2. 01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação			565.000,00	34.180,00	530.820,00		490.000,00	-280.820,00					774.180,00	524.180,00	250.000,00				
2.5.2. 0101	2014 I 49	Edifícios-Instalações Desportivas	DUOMA	0401 07010302	280.000,00	14.180,00	265.820,00		75.000,00	-265.820,00					89.180,00	89.180,00					
2.5.2. 0102	2014 I 50	Construções Diversas-Instalações Desportivas	DUOMA	0401 07010406	25.000,00	10.000,00	15.000,00		165.000,00	-15.000,00					175.000,00	175.000,00					
2.5.2. 0103	2014 I 51	Diversos Parques de Jogo e Recreio	DUOMA	0401 07030306	260.000,00	10.000,00	250.000,00		250.000,00						510.000,00	260.000,00	250.000,00				
2.5.2. 06	2014 I 85	Transferências de Capital	CM	0102 080701	600.500,00	500,00	600.000,00		300.000,00						900.500,00	300.500,00	600.000,00				
2.5.2. 01	2016 A 3	Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração On	OS	0403 0602030102	75.105,00	75.105,00			-15.000,00						60.105,00	60.105,00					
2.5.2. 01	2018 A 18	Atividade Física Desportiva	DOS	0401 020225	21.000,00	21.000,00		123.000,00	20.000,00						41.000,00	41.000,00		41.000,00	41.000,00	41.000,00	
2.5.2. 04	2018 I 26	Equipamento Básico	DOS	0401 07011099	35.655,00	35.655,00			30.000,00						65.655,00	65.655,00					
2.5.2. 05	2018 A 20	Núcleos Desportivos Municipais	DOS	0401 010107	314.285,00	314.285,00		942.855,00	-35.000,00						279.285,00	279.285,00		314.285,00	314.285,00	314.285,00	
2.5.3.		Outras atividades cívicas e religiosas			500,00	500,00			10.000,00						10.500,00	10.500,00					
2.5.3. 01	2014	Transferências			500,00	500,00			10.000,00						10.500,00	10.500,00					
2.5.3. 0101	2014 I 87	Transferências de Capital	CM	0102 080701	500,00	500,00			10.000,00						10.500,00	10.500,00					
3.		Funções económicas			8.019.230,00	4.340.610,00	3.678.620,00	7.179.490,00	4.433.925,00	-445.365,00	1170000,00				12007790,00	8.774.535,00	3.233.255,00	4.483.280,00	2018930,00	1847280,00	
3.1.		Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca			7.000,00	7.000,00			122.955,00						129.955,00	129.955,00					
3.1. 02	2018 I 28	Equipamento Básico	DAEUR	0303 07011099	6.500,00	6.500,00			40.000,00						46.500,00	46.500,00					
3.1. 03	2018 I 29	Equipamento de Transporte	DSPC	05 07010699	500,00	500,00			49.500,00						50.000,00	50.000,00					

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÇÕES DO PLANO

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4 DO ANO CONTABILISTICO: 2018
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NUMERO: 1
REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 2

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)						DOTAÇÃO SEGUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES	ANO EM CURSO	ANOS SEGUINTES					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEGUINTES	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEGUINTES
		TRANSPORTE			20896435,00	15435365,00	5.461.070,00	194418015,00	5.749.645,00	-4544100,00	4426875,00	-253125,00	810.600,00		22101980,00	21185010,00	916.970,00	24806880,00	16612505,00	12736900,00	145246160,00
3.1.	04	2018 I 46 Locação Financeira-Material de Transporte		0102 070205					33.455,00						33.455,00	33.455,00					
3.2.		Indústria e energia			1.355.000,00	1.190.000,00	165.000,00	5.400.000,00	945.000,00						2.300.000,00	2.135.000,00	165.000,00	1.800.000,00	1800000,00	1800000,00	
3.2.1.		Iluminação pública			1.355.000,00	1.190.000,00	165.000,00	5.400.000,00	945.000,00						2.300.000,00	2.135.000,00	165.000,00	1.800.000,00	1800000,00	1800000,00	
3.2.1.	01	2014 Iluminação em Diversas Localidades			1.355.000,00	1.190.000,00	165.000,00	5.400.000,00	945.000,00						2.300.000,00	2.135.000,00	165.000,00	1.800.000,00	1800000,00	1800000,00	
3.2.1.	0101	2014 I 57 Construção e Infraestruturas	DUOMA	0301 07030304	175.000,00	85.000,00	90.000,00		120.000,00						295.000,00	205.000,00	90.000,00				
3.2.1.	0102	2014 I 58 Equipamento	DUOMA	0301 07011099	125.000,00	50.000,00	75.000,00		80.000,00						205.000,00	130.000,00	75.000,00				
3.2.1.	0103	2014 A 48 Consumo de Energia Eléctrica	CM	0102 0202010202	1.055.000,00	1.055.000,00		5.400.000,00	745.000,00						1.800.000,00	1.800.000,00		1.800.000,00	1800000,00	1800000,00	
3.3.		Transportes e comunicações			6.057.075,00	2.863.820,00	3.193.255,00	1.300.000,00	2.953.155,00	-250.000,00	770.000,00				8.760.230,00	5.816.975,00	2.943.255,00	2.070.000,00			
3.3.1.		Transportes rodoviários			6.057.075,00	2.863.820,00	3.193.255,00	1.300.000,00	2.953.155,00	-250.000,00	770.000,00				8.760.230,00	5.816.975,00	2.943.255,00	2.070.000,00			
3.3.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação			5.268.555,00	2.753.085,00	2.515.470,00		2.690.470,00		20.000,00				7.959.025,00	5.443.555,00	2.515.470,00	20.000,00			
3.3.1.	0101	2014 I 59 Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	DUOMA	0301 07030301	4.127.935,00	1.612.465,00	2.515.470,00		2.415.470,00						6.543.405,00	4.027.935,00	2.515.470,00				
3.3.1.	0102	2014 I 60 Ampliação do Estacionamento na Vila de Mafra	DUOMA	0301 07010499	1.000,00	1.000,00			25.000,00						26.000,00	26.000,00					
3.3.1.	0103	2014 I 61 Construção e Ampliação de Estacionamentos	DUOMA	0301 07010499	1.139.620,00	1.139.620,00			250.000,00		20.000,00				1.389.620,00	1.389.620,00		20.000,00			
3.3.1.	02	2014 Aquisição e Reparação de Bens de Investimento			438.510,00	110.725,00	327.785,00		62.685,00						501.195,00	173.410,00	327.785,00				
3.3.1.	0202	2014 I 62 Equipamento Básico	DUOMA	0301 07011099	163.500,00	88.500,00	75.000,00		35.000,00						198.500,00	123.500,00	75.000,00				
3.3.1.	0203	2014 I 63 Equipamento de Transporte	DUOMA		275.010,00		252.785,00								302.695,00		252.785,00				
3.3.1.	0203	2014 I 63		0301 07010699		22.220,00			27.685,00							49.905,00					
3.3.1.	0203	2014 I 63		0301 07010601		5,00										5,00					
3.3.1.	02	2018 I 40 Parque Intermodal da Ericeira	DUOMA	0301 07010499	250.005,00	5,00	250.000,00	1.000.000,00	100.000,00	-250.000,00	750.000,00				100.005,00	100.005,00		1.750.000,00			
3.3.1.	04	2018 I 42 Parque Autocaravanas	DUOMA	0301 07010499	100.005,00	5,00	100.000,00	300.000,00	100.000,00						200.005,00	100.005,00	100.000,00	300.000,00			
3.4.		Comércio e turismo			479.785,00	279.785,00	200.000,00	10.000,00	235.000,00	-75.000,00	400.000,00				639.785,00	514.785,00	125.000,00	410.000,00			
3.4.1.		Mercados e feiras			95.500,00	500,00	95.000,00	10.000,00	50.000,00						145.500,00	50.500,00	95.000,00	10.000,00			
3.4.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação			95.500,00	500,00	95.000,00	10.000,00	50.000,00						145.500,00	50.500,00	95.000,00	10.000,00			
3.4.1.	0101	2014 I 64 Mercados	DUOMA	0303 07010303	95.500,00	500,00	95.000,00	10.000,00	50.000,00						145.500,00	50.500,00	95.000,00	10.000,00			
3.4.2.		Turismo			384.285,00	279.285,00	105.000,00		185.000,00	-75.000,00	400.000,00				494.285,00	464.285,00	30.000,00	400.000,00			
3.4.2.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação			271.785,00	241.785,00	30.000,00		110.000,00		400.000,00				381.785,00	351.785,00	30.000,00	400.000,00			
3.4.2.	0101	2014 I 66 Apoios de Praia	DUOMA	0401 07010499	182.000,00	182.000,00			70.000,00		400.000,00				252.000,00	252.000,00		400.000,00			
3.4.2.	0105	2014 I 70 Planos de Praia	DUOMA	0401 07030399	69.780,00	59.780,00	10.000,00		10.000,00						79.780,00	69.780,00	10.000,00				
3.4.2.	0106	2014 I 71 Equipamentos de Praia	DUOMA	0401 07010399	20.005,00	5,00	20.000,00		30.000,00						50.005,00	30.005,00	20.000,00				
3.4.2.	01	2018 A 21 Atividades de Promoção Turística	DOS	0401 020225	112.500,00	37.500,00	75.000,00		75.000,00	-75.000,00					112.500,00	112.500,00					
3.5.		Outras funções económicas			120.370,00	5,00	120.365,00	469.490,00	177.815,00	-120.365,00					177.820,00	177.820,00		203.280,00	218.930,00	47.280,00	
3.5.1.		Infraestruturas diversas			120.370,00	5,00	120.365,00	469.490,00	177.815,00	-120.365,00					177.820,00	177.820,00		203.280,00	218.930,00	47.280,00	
3.5.1.	03	2018 A 23 Projeto Ouriceira- Mar do Programa MAR 2020	GPED	0303 020220	120.370,00	5,00	120.365,00	469.490,00	30.095,00	-120.365,00					30.100,00	30.100,00		203.280,00	218.930,00	47.280,00	
3.5.1.	04	2018 I 45 Laboratório Vivo para a Descarbonização da Ericeira													147.720,00						
3.5.1.	04	2018 I 45		0102 07011099					5,00							5,00					

MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4 DO ANO CONTABILISTICO: 2018
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NUMERO: 1
REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 2

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSAVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)						DOTAÇÃO SEGUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES	ANO EM CURSO	ANOS SEGUINTES					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEGUINTES	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEGUINTES
				TRANSPORTE	28908665,00	19768975,00	9.139.690,00	201597505,00	9.946.355,00	-4989465,00	5596875,00	-253125,00	810.600,00		34013270,00	29715330,00	4.150.225,00	29290140,00	18631435,00	14584180,00	145246100,00
3.5.1.	04	2018 I 45		0102 070113					147.715,00							147.715,00					
4.		Outras funções			11824877,00	4.193.900,00	7.630.977,00	881.655,00	-37.522,63		7033060,00	-220410,00	-293885,00		11787354,37	4.156.377,37	7.630.977,00	7.326.945,00	73.475,00		
4.1.		Operações da dívida autárquica			293.890,00	293.890,00		881.655,00	-73.475,00		-146940,00	-220410,00	-293885,00		220.415,00	220.415,00		146.945,00	73.475,00		
4.1.	01	2015 I 6	Fundo de Apoio Municipal (FAM)	CM 0102 090802	293.890,00	293.890,00		881.655,00	-73.475,00		-146940,00	-220410,00	-293885,00		220.415,00	220.415,00		146.945,00	73.475,00		
4.3.		Diversas não especificadas			11530987,00	3.900.010,00	7.630.977,00		35.952,37		7180000,00				11566939,37	3.935.962,37	7.630.977,00	7.180.000,00			
4.3.	01	2017	Diversas não especificadas		11530987,00	3.900.010,00	7.630.977,00		35.952,37		7180000,00				11566939,37	3.935.962,37	7.630.977,00	7.180.000,00			
4.3.	0101	2017 I 1	Indemnizações	CM 0102 110202	150.000,00	150.000,00			35.952,37						185.952,37	185.952,37					
4.3.	0102	2017 I 2	Be Water - Resgate e Nulidade	0102 110203	11380987,00	3.750.010,00	7.630.977,00				7180000,00				11380987,00	3.750.010,00	7.630.977,00	7.180.000,00			
				TOTAL ...	40733542,00	23962875,00	16770667,00	202479160,00	10056547,37	-4989465,00	12629935,00	-473535,00	516.715,00		45800624,37	34019422,37	11781202,00	36617085,00	18704910,00	14584180,00	145246100,00

ÓRGÃO EXECUTIVO

En 06 de ABRIL de 2018

ÓRGÃO DELIBERATIVO

En ___ de _____ de ___

_____

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES AO PLANO

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4 DO ANO CONTABILISTICO 2018

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSAVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIAÇÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIAÇÃO PARA ANOS SEGUINTES				DOTAÇÃO SEGUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO DEFINIDO	ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2019	2020	2021	SEGUINTES	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
1.		Funções gerais																
1.1.		Serviços gerais da administração pública																
1.1.1.		Administração geral																
1.1.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação																
1.1.1.	0101	2014 I 1 Edifícios Municipais	DOMPA	0301 07010301	4.866.797,92	88.435,00	240.000,00	328.435,00	285.000,00		-240.000,00	800.000,00				373.435,00		373.435,00
1.1.1.	02	2014 Aquisição e Reparação de Bens de Investimento																
1.1.1.	0205	2014 I 7 Equipamento de Informática	CM	0102 070107	391.082,84	20.490,00	120.000,00	140.490,00	120.000,00		-120.000,00					140.490,00		140.490,00
1.1.1.	0206	2014 I 8 Software Informatico	CM	0102 070108	575.607,33	184.110,00	37.000,00	221.110,00	50.000,00		-37.000,00					234.110,00		234.110,00
1.1.1.	10	2014 I 82 Aquisição de Edifícios	CM	0301 07010399	1.737.285,24	167.740,00	10.000,00	177.740,00	1.000.000,00		-10.000,00					1.167.740,00		1.167.740,00
1.1.1.	03	2018 A 3 Obras Coercivas	CM	0102 020225		500,00	175.000,00	175.500,00	85.000,00		-175.000,00					85.500,00		85.500,00
1.1.1.	04	2018 I 1 Terrenos	CM	0102 070101		10.005,00		10.005,00	10.000,00							20.005,00		20.005,00
1.1.1.	05	2018 I 2 Equipamento Administrativo	CM	0102 070109		25.500,00		25.500,00		10.000,00						15.500,00		15.500,00
1.1.1.	06	2018 I 3 Equipamento Basico	CM	0102 07011099		22.600,00		22.600,00	15.950,00							38.550,00		38.550,00
1.2.		Segurança e Ordem Públicas																
1.2.1.		Proteção civil e luta contra incêndios																
1.2.1.	01	2018 Transferências																
1.2.1.	0102	2018 A 5 Correntes-Associações e Agrupamentos Humanitarios	CM	0102 040701		480.000,00		480.000,00	371.300,00			31.875,00	31.875,00	10.600,00		851.300,00		851.300,00
1.2.1.	02	2018 I 5 Equipamento Administrativo	DSPC	05 070109		5.500,00	15.000,00	20.500,00	5.000,00		-15.000,00					10.500,00		10.500,00
1.2.1.	03	2018 I 6 Equipamento Basico	DSPC	05 07011099		10.000,00	35.000,00	45.000,00	10.000,00		-35.000,00					20.000,00		20.000,00
2.		Funções sociais																
2.1.		Educação																
2.1.1.		Ensino não superior																
2.1.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação																
2.1.1.	0101	2014 I 14 Edifícios Escolares	DOMPA	0403 07010305	4.623.469,66	60.000,00		60.000,00	250.000,00							310.000,00		310.000,00
2.1.1.	03	2014 A 7 Rede Escolar do Concelho - Renda	DEJ	0403 020204	14.357.031,40	3.746.435,00		3.746.435,00	156.690,00							3.903.125,00		3.903.125,00
2.1.1.	02	2018 I 12 Equipamento Básico	DOS	0403 07011099		40.500,00		40.500,00	10.000,00							50.500,00		50.500,00
2.1.1.	05	2018 I 34 EB 2/3 da Ericeira	DOMPA	0403 07010305		52.505,00	47.500,00	100.005,00	300.000,00		-47.500,00	1.500.000,00	-1.400.000,00			352.505,00		352.505,00
2.1.2.		Serviços auxiliares de ensino																
2.1.2.	02	2014 A 9 Transportes Escolares	DEJ	0403 020210	4.691.063,33	1.350.000,00		1.350.000,00	55.000,00							1.405.000,00		1.405.000,00
2.1.2.	03	2014 A 10 Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico	DEJ		5.537.969,49													
2.1.2.	03	2014 A 10		0403 020105		766.150,00		766.150,00		7.000,00						759.150,00		759.150,00
2.1.2.	02	2018 A 9 Actividades de Enriquecimento Curricular	DOS	0102 040701		335.000,00	50.000,00	385.000,00	30.000,00		-50.000,00					365.000,00		365.000,00
2.2.		Saúde																
2.2.1.		Serviços individuais de saúde																
2.2.1.	01	2015 Construção, Reparação e Beneficiação																
2.2.1.	0101	2015 I 2 Centro Saude Malveira/Venda do Pinheiro	DOMPA	0301 07010399	1.711.048,03	88.885,00		88.885,00	30.000,00							118.885,00		118.885,00

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES AO PLANO

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4 DO ANO CONTABILISTICO 2018

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSAVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR		DOTAÇÃO TOTAL	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIAÇÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIAÇÃO PARA ANOS SEGUINTES				DOTAÇÃO SEGUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO DEFINIDO	ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2019	2020	2021	SEGUINTES	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
				TRANSPORTE	38.491.405,30	7.454.355,00	729.500,00	8.183.855,00	2.783.940,00	17.000,00	-729.500,00	2.331.875,00	-1.368.125,00	10.600,00		10.221.295,00		10.221.295,00
2.2.1. 0102	2015 I 9	Centro Saúde Mafra - Mafra Norte	DUOPA	0301 07010399	389.461,05	2.110.000,00		2.110.000,00	350.000,00							2.460.000,00		2.460.000,00
2.4.		Habitação e serviços coletivos																
2.4.1.		Habitação																
2.4.1. 01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação																
2.4.1. 0101	2014 I 21	Habitações Sociais	DUOPA		159.968,49		66.970,00	66.970,00				300.000,00					66.970,00	66.970,00
2.4.1. 0101	2014 I 21			0402 07010203		25.000,00		25.000,00								25.000,00		25.000,00
2.4.2.		Ordenamento do território																
2.4.2. 01	2014	Construção e Requalificação																
2.4.2. 0101	2014 I 22	Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	DUOPA	0301 07030399	2.597.960,25	227.465,00		227.465,00		100.000,00						127.465,00		127.465,00
2.4.2. 0105	2014 I 26	Passeios Pedonais	DUOPA	0301 07030301	1.138.222,31	2.775,00	847.230,00	850.005,00	350.000,00		-847.230,00	700.000,00				352.775,00		352.775,00
2.4.2. 01	2016	Construção e Requalificação																
2.4.2. 0101	2016 I 3	Parque Ecológico da Venda do Pinheiro	DUOPA	0301 07030399	139.071,74	1.225.000,00		1.225.000,00	150.000,00			20.000,00				1.375.000,00		1.375.000,00
2.4.2. 05	2018 I 36	Requalificação Urbana do Largo da Feira na Malveira/Casa Cultura Malveira	DUOPA									-550.000,00		800.000,00				
2.4.2. 05	2018 I 36			0301 07010399		5,00		5,00	200.000,00							200.005,00		200.005,00
2.4.2. 07	2018 I 38	Mobilidade Urbana Sustentável	DUOPA	0301 07030399		5,00	100.000,00	100.005,00	100.000,00		-100.000,00					100.005,00		100.005,00
2.4.3.		Saneamento																
2.4.3. 01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação																
2.4.3. 0101	2014 I 32	Rede de Coletores em Diversas Localidades	DAEUR	0303 07030302	424.412,71	3.230,00	156.775,00	160.005,00	206.500,00		-156.775,00					209.730,00		209.730,00
2.4.4.		Abastecimento de Água																
2.4.4. 01	2014	Construção e Beneficiação																
2.4.4. 0101	2014 I 36	Redes de Abastecimento de Água	DUOPA	0303 07030307	904.876,58	1.105,00		1.105,00	96.930,00							98.035,00		98.035,00
2.4.5.		Resíduos sólidos																
2.4.5. 01	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento																
2.4.5. 0101	2014 I 37	Equipamento de Recolha de Resíduos	DAEUR	0303 07011001	422.047,52	40.750,00	710.000,00	750.750,00	125.000,00		-710.000,00	510.000,00				165.750,00		165.750,00
2.4.5. 03	2014 A 27	Tratamento de RSU	DAEUR	0303 020225	8.568.825,34	2.600.000,00	300.000,00	2.900.000,00	100.000,00		-300.000,00					2.700.000,00		2.700.000,00
2.4.5. 01	2016 A 2	Implementação de Sistemas e Otimização do Serviço de Recolha de Resíduos	DAEUR	0303 020220		990,00	1.100.000,00	1.100.990,00			-1.100.000,00		1.100.000,00			990,00		990,00
2.4.6.		Proteção do meio ambiente e conservação da nature																
2.4.6. 01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação																
2.4.6. 0102	2014 I 39	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	DUOPA	0303 07030305	918.247,44	62.855,00	269.775,00	332.630,00	219.775,00		-269.775,00					282.630,00		282.630,00
2.4.6. 0103	2014 I 40	Cemiterios	DUOPA	0303 07030312	4.209,35	120,00		120,00	80.000,00							80.120,00		80.120,00

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES AO PLANO

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4 DO ANO CONTABILISTICO 2018

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSAVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIAÇÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIAÇÃO PARA ANOS SEGUINTES				DOTAÇÃO SEGUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO DEFINIDO	ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2019	2020	2021	SEGUINTES	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
				TRANSPORTE	54.158.699,08	13.753.655,00	4.280.250,00	18.033.905,00	4.762.145,00	117.000,00	-4.213.280,00	3.311.875,00	-268.125,00	810.600,00		18.398.800,00	66.970,00	18.465.770,00
2.4.6. 0105	2015 I 4	Requalificação e Valorização das Linhas de Agua	DUOMA	0303 07030399	18.343,72	2.520,00		2.520,00	90.000,00							92.520,00		92.520,00
2.4.6. 01	2018 A 11	Manutenção de Jardins e Espaços Verdes	DAELR	0303 020225		401.590,00		401.590,00	50.000,00							451.590,00		451.590,00
2.4.6. 03	2018 I 20	Equipamento Basico	DUOMA	0303 07011099		19.560,00		19.560,00	10.000,00							29.560,00		29.560,00
2.5.		**Servicos culturais, recreativos e religiosos**																
2.5.1.		**Cultura**																
2.5.1. 01	2014	**Construção, Reparação e Beneficiação**																
2.5.1. 0101	2014 I 43	Diversas Instalações Culturais	DUOMA	0401 07010399	188.026,46	10.000,00	50.000,00	60.000,00	20.000,00		-50.000,00	1.100.000,00				30.000,00		30.000,00
2.5.1. 01	2016	**Transferências**																
2.5.1. 0102	2016 I 4	Transferências de Capital		0102 080701	54.500,00	5.000,00		5.000,00	15.000,00			15.000,00	15.000,00			20.000,00		20.000,00
2.5.1. 02	2016 A 7	Caminhos do Memorial nas Tinhas de Saramago	DS		65.183,77													
2.5.1. 02	2016 A 7			0401 020121		2.800,00		2.800,00	20.000,00							22.800,00		22.800,00
2.5.1. 04	2018 A 15	Atividades de Arqueologia, Antropologia, Património Histórico e Artes Plásticas	DOS	0401 0602030505		12.500,00		12.500,00	10.000,00							22.500,00		22.500,00
2.5.2.		**Desporto, recreio e lazer**																
2.5.2. 01	2014	**Construção, Reparação e Beneficiação**																
2.5.2. 0101	2014 I 49	Edificios-Instalações Desportivas	DUOMA	0401 07010302	69.193,94	14.180,00	265.820,00	280.000,00	75.000,00		-265.820,00					89.180,00		89.180,00
2.5.2. 0102	2014 I 50	Construções Diversas-Instalações Desportivas	DUOMA	0401 07010406	319.236,91	10.000,00	15.000,00	25.000,00	165.000,00		-15.000,00					175.000,00		175.000,00
2.5.2. 0103	2014 I 51	Diversos Parques de Jogo e Recreio	DUOMA	0401 07030306	5.088,00	10.000,00	250.000,00	260.000,00	250.000,00							260.000,00	250.000,00	510.000,00
2.5.2. 06	2014 I 85	Transferências de Capital	CM	0102 080701	299.594,84	500,00	600.000,00	600.500,00	300.000,00							300.500,00	600.000,00	900.500,00
2.5.2. 01	2016 A 3	Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração On	DS	0403 0602030502	100.331,96	75.105,00		75.105,00		15.000,00						60.105,00		60.105,00
2.5.2. 01	2018 A 18	Atividade Fisica Desportiva	DOS	0401 020225		21.000,00		21.000,00	20.000,00							41.000,00		41.000,00
2.5.2. 04	2018 I 26	Equipamento Basico	DOS	0401 07011099		35.655,00		35.655,00	30.000,00							65.655,00		65.655,00
2.5.2. 05	2018 A 20	Nucleos Desportivos Municipais	DOS	0401 010107		314.285,00		314.285,00		35.000,00						279.285,00		279.285,00
2.5.3.		**Outras atividades civicas e religiosas**																
2.5.3. 01	2014	**Transferências**																
2.5.3. 0101	2014 I 87	Transferências de Capital	CM	0102 080701	415.000,00	500,00		500,00	10.000,00							10.500,00		10.500,00
3.		**Funções económicas**																
3.1.		**Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca**																
3.1. 02	2018 I 28	Equipamento Basico	DAELR	0303 07011099		6.500,00		6.500,00	40.000,00							46.500,00		46.500,00
3.1. 03	2018 I 29	Equipamento de Transporte	DSPC	05 07010699		500,00		500,00	49.500,00							50.000,00		50.000,00

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES AO PLANO

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4 DO ANO CONTABILISTICO 2018

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSAVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL		VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIAÇÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIAÇÃO PARA ANOS SEGUINTES				DOTAÇÃO SEGUINTE		
							ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO DEFINIDO	ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2019	2020	2021	SEGUINTES	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
				TRANSPORTE		55.684.203,68	14.695.850,00	5.461.070,00	20.156.920,00	5.916.645,00	167.000,00	-4.544.100,00	4.426.875,00	-253.125,00	810.600,00		20.445.495,00	916.970,00	21.362.465,00
3.1.	04	2018 I 46	Locação Financeira-Material de Transporte		0102	070205				33.455,00							33.455,00		33.455,00
3.2.			Indústria e energia																
3.2.1.			Iluminação pública																
3.2.1.	01	2014	Iluminação em Diversas Localidades																
3.2.1.	0101	2014 I 57	Construção e Infraestruturas	DOOMA	0301	07030304	423.635,91	85.000,00	90.000,00	175.000,00	120.000,00						205.000,00	90.000,00	295.000,00
3.2.1.	0102	2014 I 58	Equipamento	DOOMA	0301	07011099	449.398,51	50.000,00	75.000,00	125.000,00	80.000,00						130.000,00	75.000,00	205.000,00
3.2.1.	0103	2014 A 48	Consumo de Energia Eléctrica	CM	0102	0202010202	6.434.969,86	1.055.000,00		1.055.000,00	745.000,00						1.800.000,00		1.800.000,00
3.3.			Transportes e comunicações																
3.3.1.			Transportes rodoviários																
3.3.1.	01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação																
3.3.1.	0101	2014 I 59	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	DOOMA	0301	07030301	15.698.733,65	1.612.465,00	2.515.470,00	4.127.935,00	2.415.470,00						4.027.935,00	2.515.470,00	6.543.405,00
3.3.1.	0102	2014 I 60	Ampliação do Estacionamento na Vila de Mafra	DOOMA	0301	07010499	1.557.658,61	1.000,00		1.000,00	25.000,00						26.000,00		26.000,00
3.3.1.	0103	2014 I 61	Construção e Ampliação de Estacionamentos	DOOMA	0301	07010499	34.310,36	1.139.620,00		1.139.620,00	250.000,00		20.000,00				1.389.620,00		1.389.620,00
3.3.1.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento																
3.3.1.	0202	2014 I 62	Equipamento Básico	DOOMA	0301	07011099	238.912,71	88.500,00	75.000,00	163.500,00	35.000,00						123.500,00	75.000,00	198.500,00
3.3.1.	0203	2014 I 63	Equipamento de Transporte	DOOMA			285.498,38		252.785,00	252.785,00								252.785,00	252.785,00
3.3.1.	0203	2014 I 63			0301	07010699		22.220,00		22.220,00	27.685,00						49.905,00		49.905,00
3.3.1.	02	2018 I 40	Parque Intermodal da Ericeira	DOOMA	0301	07010499		5,00	250.000,00	250.005,00	100.000,00		750.000,00				100.005,00		100.005,00
3.3.1.	04	2018 I 42	Parque Autocaravanas	DOOMA	0301	07010499		5,00	100.000,00	100.005,00	100.000,00						100.005,00	100.000,00	200.005,00
3.4.			Comércio e turismo																
3.4.1.			Mercados e feiras																
3.4.1.	01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação																
3.4.1.	0101	2014 I 64	Mercados	DOOMA	0303	07010303	11.752,65	500,00	95.000,00	95.500,00	50.000,00						50.500,00	95.000,00	145.500,00
3.4.2.			Turismo																
3.4.2.	01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação																
3.4.2.	0101	2014 I 66	Apoios de Praia	DOOMA	0401	07010499	255.333,07	182.000,00		182.000,00	70.000,00		400.000,00				252.000,00		252.000,00
3.4.2.	0105	2014 I 70	Planos de Praia	DOOMA	0401	07030399	6.642,00	59.780,00	10.000,00	69.780,00	10.000,00						69.780,00	10.000,00	79.780,00
3.4.2.	0106	2014 I 71	Equipamentos de Praia	DOOMA	0401	07010399	318,00	5,00	20.000,00	20.005,00	30.000,00						30.005,00	20.000,00	50.005,00
3.4.2.	01	2018 A 21	Atividades de Promoção Turística	DOS	0401	020225		37.500,00	75.000,00	112.500,00	75.000,00	-75.000,00					112.500,00		112.500,00
3.5.			Outras funções económicas																
3.5.1.			Infraestruturas diversas																
3.5.1.	03	2018 A 23	Projeto Ouriceira- Mar do Programa MAR 2020	GPED	0303	020220		5,00	120.365,00	120.370,00	30.095,00	-120.365,00					30.100,00		30.100,00
3.5.1.	04	2018 I 45	Laboratório Vivo para a Descarbonização da Ericeira																

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES AO PLANO

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4 DO ANO CONTABILISTICO 2018

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSAVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIAÇÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIAÇÃO PARA ANOS SEGUINTES				DOTAÇÃO SEGUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO DEFINIDO	ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2019	2020	2021	SEGUINTES	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
				TRANSPORTE	81.081.367,39	19.029.455,00	9.139.690,00	28.169.145,00	10.113.350,00	167.000,00	-4.989.465,00	5.596.875,00	-253.125,00	810.600,00		28.975.805,00	4.150.225,00	33.126.030,00
3.5.1.	04	2018 I 45		0102 07011099					5,00									
3.5.1.	04	2018 I 45		0102 070113					147.715,00							5,00		5,00
4.		Outras funções														147.715,00		147.715,00
4.1.		Operações da dívida autárquica																
4.1.	01	2015 I 6	CM	0102 090802	881.646,00	293.890,00		293.890,00		73.475,00		-146.940,00	-220.410,00	-293.885,00		220.415,00		220.415,00
4.3.		Diversas não especificadas																
4.3.	01	2017																
4.3.	0101	2017 I 1	CM	0102 110202	1.628.813,82	150.000,00		150.000,00	35.952,37							185.952,37		185.952,37
4.3.	0102	2017 I 2		Indemnizações Re Water - Resgate e Nulidade	0102 110203		3.750.010,00	7.630.977,00	11.380.987,00			7.180.000,00				3.750.010,00	7.630.977,00	11.380.987,00
				TOTAL ...	83.591.827,21	23.223.355,00	16.770.667,00	39.994.022,00	10.297.022,37	240.475,00	-4.989.465,00	12.629.935,00	-473.535,00	516.715,00		33.279.902,37	11.781.202,00	45.061.104,37

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 06 de Abril de 2018

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em __ de _____ de ___

Aldino Rodrigues - Vice Presidente

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NUMERO 1 DO ANO CONTABILISTICO 2018 DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS INICIO	DATAS FIM	EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
									ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NAO DEFINIDO	ANOS SEGUINTES	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
		TRANSPORTE													
1.		Funções gerais													
1.1.		Serviços gerais da administração pública													
1.1.1.		Administração geral													
1.1.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
1.1.1.	0101	2014 1 Edificios Municipais	0301	07010301	2014/01/01	2021/12/31	0	4.866.797,92	328.435,00	88.435,00	240.000,00	2.700.000,00	285.000,00		373.435,00
1.1.1.	02	2014 Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
1.1.1.	0205	2014 7 Equipamento de Informática	0102	070107	2014/01/01	2021/12/31	3	391.082,84	140.490,00	20.490,00	120.000,00	3.985,00	120.000,00		140.490,00
1.1.1.	0206	2014 8 Software Informático	0102	070108	2014/01/01	2021/12/31	3	575.607,33	221.110,00	184.110,00	37.000,00	457.200,00	50.000,00		234.110,00
1.1.1.	10	2014 82 Aquisição de Edificios	0301	07010399	2014/01/02	2021/12/31	0	1.737.285,24	177.740,00	167.740,00	10.000,00	255.470,00	1.000.000,00		1.167.740,00
1.1.1.	04	2018 1 Terrenos	0102	070101	2018/01/02	2021/12/31	0		10.005,00	10.005,00			10.000,00		20.005,00
1.1.1.	05	2018 2 Equipamento Administrativo	0102	070109	2018/01/02	2021/12/31	0		25.500,00	25.500,00				10.000,00	15.500,00
1.1.1.	06	2018 3 Equipamento Básico	0102	07011099	2018/01/02	2021/12/31	0		22.600,00	22.600,00			15.950,00		38.550,00
1.2.		Segurança e Ordem Públicas													
1.2.1.		Proteção civil e luta contra incêndios													
1.2.1.	02	2018 5 Equipamento Administrativo	05	070109	2018/01/02	2021/12/31	0		20.500,00	5.500,00	15.000,00	25.000,00	5.000,00		10.500,00
1.2.1.	03	2018 6 Equipamento Básico	05	07011099	2018/01/02	2021/12/31	0		45.000,00	10.000,00	35.000,00	45.000,00	10.000,00		20.000,00
2.		Funções sociais													
2.1.		Educação													
2.1.1.		Ensino não superior													
2.1.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
2.1.1.	0101	2014 14 Edificios Escolares	0403	07010305	2014/01/01	2021/12/31	3	4.623.469,66	60.000,00	60.000,00			250.000,00		310.000,00
2.1.1.	02	2018 12 Equipamento Básico	0403	07011099	2018/01/02	2021/12/31	0		40.500,00	40.500,00			10.000,00		50.500,00
2.1.1.	05	2018 34 EB 2/3 da Ericeira	0403	07010305	2018/01/02	2021/12/31	0		100.005,00	52.505,00	47.500,00	3.000.000,00	300.000,00		352.505,00
2.2.		Saúde													
2.2.1.		Serviços individuais de saúde													
2.2.1.	01	2015 Construção, Reparação e Beneficiação													
2.2.1.	0101	2015 2 Centro Saúde Malveira/Venda do Pinheiro	0301	07010399	2015/01/01	2021/12/31	2	1.711.048,03	88.885,00	88.885,00			30.000,00		118.885,00
2.2.1.	0102	2015 9 Centro Saúde Mafra - Mafra Norte	0301	07010399	2015/01/01	2021/12/31	0	389.461,05	2.110.000,00	2.110.000,00		40.000,00	350.000,00		2.460.000,00
2.4.		Habitação e serviços coletivos													
2.4.1.		Habitação													
2.4.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
2.4.1.	0101	2014 21 Habitações Sociais	0402	07010203	2014/01/01	2021/12/31	0	159.968,49	91.970,00	25.000,00	66.970,00	1.800.000,00			25.000,00
2.4.2.		Ordenamento do território													
2.4.2.	01	2014 Construção e Requalificação													
2.4.2.	0101	2014 22 Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	0301	07030399	2014/01/01	2021/12/31	3	2.597.960,25	227.465,00	227.465,00		600.000,00		100.000,00	127.465,00
2.4.2.	0105	2014 26 Passeios Pedonais	0301	07030301	2014/01/01	2021/12/31	3	1.138.222,31	850.005,00	2.775,00	847.230,00	200.000,00	350.000,00		352.775,00
2.4.2.	01	2016 Construção e Requalificação													
2.4.2.	0101	2016 3 Parque Ecológico da Venda do Pinheiro	0301	07030399	2016/04/21	2021/12/31		139.071,74	1.225.000,00	1.225.000,00			150.000,00		1.375.000,00
2.4.2.	05	2018 36 Requalificação Urbana do Largo da Feira na Malveira/Casa Cultura Malveira	0301	07010399	2018/01/02	2021/12/31	0		5,00	5,00		2.250.000,00	200.000,00		200.005,00
2.4.2.	07	2018 38 Mobilidade Urbana Sustentável	0301	07030399	2018/01/02	2021/12/31	0		100.005,00	5,00	100.000,00	400.000,00	100.000,00		100.005,00
2.4.3.		Saneamento													
2.4.3.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
2.4.3.	0101	2014 32 Rede de Coletores em Diversas Localidades	0303	07030302	2014/01/01	2021/12/31	0	424.412,71	160.005,00	3.230,00	156.775,00	840.000,00	206.500,00		209.730,00
2.4.4.		Abastecimento de Água													
2.4.4.	01	2014 Construção e Beneficiação													
2.4.4.	0101	2014 36 Redes de Abastecimento de Água	0303	07030307	2014/01/01	2021/12/31	0	904.876,58	1.105,00	1.105,00			96.930,00		98.035,00
2.4.5.		Resíduos sólidos													
2.4.5.	01	2014 Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
2.4.5.	0101	2014 37 Equipamento de Recolha de Residuos	0303	07011001	2014/01/01	2021/12/31		422.047,52	750.750,00	40.750,00	710.000,00	1.109.840,00	125.000,00		165.750,00
2.4.6.		Proteção do meio ambiente e conservação da nature													
2.4.6.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
2.4.6.	0102	2014 39 Arranjos Paisagisticos - Zonas Verdes	0303	07030305	2014/01/01	2021/12/31	0	918.247,44	332.630,00	62.855,00	269.775,00		219.775,00		282.630,00
2.4.6.	0103	2014 40 Cemitérios	0303	07030312	2014/01/01	2021/12/31		4.200,35	120,00	120,00		84.270,00	80.000,00		80.120,00
2.4.6.	0105	2015 4 Requalificação e Valorização das Linhas de Água	0303	07030399	2015/01/01	2021/12/31	0	18.343,72	2.520,00	2.520,00		277.550,00	90.000,00		92.520,00
2.4.6.	03	2018 20 Equipamento Básico	0303	07011099	2018/01/02	2021/12/31	0		19.560,00	19.560,00			10.000,00		29.560,00

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NUMERO 1 DO ANO CONTABILISTICO 2018 DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS INICIO	DATAS FIM	EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NAO DEFINIDO	ANOS SEGUINTES	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÃO SEGUINTE
		TRANSPORTE							7.151.910,00	4.496.660,00	2.655.250,00	14.088.315,00	4.064.155,00	110.000,00	8.450.815,00
2.5.		Servicos culturais, recreativos e religiosos													
2.5.1.		Cultura													
2.5.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
2.5.1.	0101	2014 43 Diversas Instalações Culturais	0401	07010399	2014/01/01	2021/12/31	0	188.026,46	60.000,00	10.000,00	50.000,00		20.000,00		30.000,00
2.5.1.	01	2016 Transferências													
2.5.1.	0102	2016 4 Transferências de Capital	0102	080701	2016/04/21	2021/12/31		54.500,00	5.000,00	5.000,00			15.000,00		20.000,00
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer													
2.5.2.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
2.5.2.	0101	2014 49 Edificios-Instalações Desportivas	0401	07010302	2014/01/01	2021/12/31	0	69.198,94	280.000,00	14.180,00	265.820,00		75.000,00		89.180,00
2.5.2.	0102	2014 50 Construções Diversas-Instalações Desportivas	0401	07010406	2014/01/01	2021/12/31	0	319.236,91	25.000,00	10.000,00	15.000,00		165.000,00		175.000,00
2.5.2.	0103	2014 51 Diversos Parques de Jogo e Recreio	0401	07030306	2014/01/01	2021/12/31	0	5.088,00	260.000,00	10.000,00	250.000,00		250.000,00		260.000,00
2.5.2.	06	2014 85 Transferências de Capital	0102	080701	2014/09/18	2021/12/31	0	290.594,84	600.500,00	500,00	600.000,00		300.000,00		300.500,00
2.5.2.	04	2018 26 Equipamento Básico	0401	07011099	2018/01/02	2021/12/31	0		35.655,00	35.655,00			30.000,00		65.655,00
2.5.3.		Outras atividades cívicas e religiosas													
2.5.3.	01	2014 Transferências													
2.5.3.	0101	2014 87 Transferências de Capital	0102	080701	2014/09/18	2021/12/31	0	415.000,00	500,00	500,00			10.000,00		10.500,00
3.		Funções económicas													
3.1.		Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca													
3.1.	02	2018 28 Equipamento Básico	0303	07011099	2018/01/02	2021/12/31	0		6.500,00	6.500,00			40.000,00		46.500,00
3.1.	03	2018 29 Equipamento de Transporte	05	07010699	2018/01/02	2021/12/31	0		500,00	500,00			49.500,00		50.000,00
3.1.	04	2018 46 Locação Financeira-Material de Transporte	0102	070205	2018/04/03	2021/12/31							33.455,00		33.455,00
3.2.		Indústria e energia													
3.2.1.		Iluminação pública													
3.2.1.	01	2014 Iluminação em Diversas Localidades													
3.2.1.	0101	2014 57 Construção e Infraestruturas	0301	07030304	2014/01/01	2021/12/31	0	423.635,91	175.000,00	85.000,00	90.000,00		120.000,00		205.000,00
3.2.1.	0102	2014 58 Equipamento	0301	07011099	2014/01/01	2021/12/31	0	449.398,51	125.000,00	50.000,00	75.000,00		80.000,00		130.000,00
3.3.		Transportes e comunicações													
3.3.1.		Transportes rodoviários													
3.3.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
3.3.1.	0101	2014 59 Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	0301	07030301	2014/01/01	2021/12/31	4	15.698.733,65	4.127.935,00	1.612.465,00	2.515.470,00		2.415.470,00		4.027.935,00
3.3.1.	0102	2014 60 Ampliação do Estacionamento na Vila de Mafra	0301	07010499	2014/01/01	2021/12/31	3	1.557.658,61	1.000,00	1.000,00			25.000,00		26.000,00
3.3.1.	0103	2014 61 Construção e Ampliação de Estacionamentos	0301	07010499	2014/01/01	2021/12/31	0	34.310,36	1.139.620,00	1.139.620,00			250.000,00		1.389.620,00
3.3.1.	02	2014 Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
3.3.1.	0202	2014 62 Equipamento Básico	0301	07011099	2014/01/01	2021/12/31	0	238.912,71	163.500,00	88.500,00	75.000,00		35.000,00		123.500,00
3.3.1.	0203	2014 63 Equipamento de Transporte	0301	07010699	2014/01/01	2021/12/31	0	285.498,38	275.005,00	22.220,00	252.785,00		27.685,00		49.905,00
3.3.1.	02	2018 40 Parque Intermodal da Ericeira	0301	07010499	2018/01/02	2021/12/31	0		250.005,00	5,00	250.000,00	1.000.000,00	100.000,00		100.005,00
3.3.1.	04	2018 42 Parque Autocaravanas	0301	07010499	2018/01/02	2021/12/31	0		100.005,00	5,00	100.000,00	300.000,00	100.000,00		100.005,00
3.4.		Comercio e turismo													
3.4.1.		Mercados e feiras													
3.4.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
3.4.1.	0101	2014 64 Mercados	0303	07010303	2014/01/01	2021/12/31		11.752,65	95.500,00	500,00	95.000,00	10.000,00	50.000,00		50.500,00
3.4.2.		Turismo													
3.4.2.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
3.4.2.	0101	2014 66 Apoios de Praia	0401	07010499	2014/01/01	2021/12/31	0	255.333,07	182.000,00	182.000,00			70.000,00		252.000,00
3.4.2.	0105	2014 70 Planos de Praia	0401	07030399	2014/01/01	2021/12/31	0	6.642,00	69.780,00	59.780,00	10.000,00		10.000,00		69.780,00
3.4.2.	0106	2014 71 Equipamentos de Praia	0401	07010399	2014/01/01	2021/12/31	0	318,00	20.005,00	5,00	20.000,00		30.000,00		30.005,00
3.5.		Outras funções económicas													
3.5.1.		Infraestruturas diversas													
3.5.1.	04	2018 45 Laboratório Vivo para a Descarbonização da Ericeira	0102	07011099	2018/04/06	2021/12/31									
3.5.1.	04	2018 45 Laboratorio Vivo para a Descarbonização da Ericeira	0102	070113									5,00		5,00
4.		Outras funções											147.715,00		147.715,00
4.1.		Operações da dívida autárquica													

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÃO NUMERO : 4
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS

NUMERO 1 DO ANO CONTABILISTICO 2018

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS INICIO	DATAS FIM	EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
									ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NAO DEFINIDO	ANOS SEGUINTES	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
		TRANSPORTE							15.149.920,00	7.830.595,00	7.319.325,00	15.398.315,00	8.512.985,00	110.000,00	16.233.580,00
4.1. 01	2015 6	Fundo de Apoio Municipal (FAM)	0102	090802	2015/01/01	2021/12/31		881.646,00	293.890,00	293.890,00		881.655,00		73.475,00	220.415,00
4.3.		**Diversas não especificadas**													
4.3. 01	2017	**Diversas não especificadas**											35.952,37		185.952,37
4.3. 0101	2017 1	Indemnizações	0102	110202	2017/02/14	2021/12/31		1.628.813,82	150.000,00	150.000,00					3.750.010,00
4.3. 0102	2017 2	Be Water - Resgate e Nulidade	0102	110203	2017/05/18	2021/12/31			11.380.987,00	3.750.010,00	7.630.977,00				
						TOTAL ...		43.836.402,00	26.974.797,00	12.024.495,00	14.950.302,00	16.279.970,00	8.548.937,37	183.475,00	20.389.957,37

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 05 de Abril de 2018

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

Alberto Antunes
Nuno Boniface

ENTIDADE

NUNICIPIO DE MAFRA

Modificação Numero: 4
REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES

MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS

NUMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO 2018

DATA DE APROVAÇÃO

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC.	DATAS INICIO	DATAS FIM	EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR ANO EM CURSO TOTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR ANO EM CURSO DEFINIDO	DOTAÇÃO ANTERIOR ANO EM CURSO NAO DEFINIDO	DOTAÇÃO ANTERIOR ANOS SEGUINTES	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS INSCRIÇÕES / REFORÇOS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÃO SEGUINTE
1.		Funções gerais												
1.1.		Serviços gerais da administração pública												
1.1.1.		Administração geral												
1.1.1. 03	2018 3	Obras Coercivas	0102 020225	2018/01/02	2021/12/31			175.500,00	500,00	175.000,00	50.000,00	85.000,00		85.500,00
1.2.		Segurança e Ordem Públicas												
1.2.1.		Proteção civil e luta contra incêndios												
1.2.1. 01	2018	Transferências												
1.2.1. 0102	2018 5	Correntes-Associações e Agrupamentos Humanitários	0102 040701	2018/01/02	2021/12/31			480.000,00	480.000,00		1.140.000,00	371.300,00		851.300,00
2.		Funções sociais												
2.1.		Educação												
2.1.1.		Ensino não superior												
2.1.1. 03	2014 7	Rede Escolar do Concelho - Renda	0403 020204	2014/01/01	2035/12/31		14.357.081,40	3.746.435,00	3.746.435,00		114.187.905,00	156.690,00		3.903.125,00
2.1.2.		Serviços auxiliares de ensino												
2.1.2. 02	2014 9	Transportes Escolares	0403 020210	2014/01/01	2021/12/31		4.691.063,39	1.350.000,00	1.350.000,00		4.050.000,00	55.000,00		1.405.000,00
2.1.2. 03	2014 10	Alimentação Ensino Pré-Escolar e Basico	0403 020105	2014/01/01	2021/12/31		5.537.969,49	766.150,00	766.150,00		4.456.950,00		7.000,00	759.150,00
2.1.2. 02	2018 9	Atividades de Enriquecimento Curricular	0102 040701	2018/01/02	2021/12/31			385.000,00	335.000,00	50.000,00	1.155.000,00	30.000,00		365.000,00
2.4.		Habitação e serviços coletivos												
2.4.5.		Resíduos sólidos												
2.4.5. 03	2014 27	Tratamento de RSU	0303 020225	2014/01/01	2048/12/31		8.568.825,34	2.900.000,00	2.600.000,00	300.000,00	52.350.910,00	100.000,00		2.700.000,00
2.4.5. 01	2016 2	Implementação de Sistemas e Otimização do Serviço de Recolha de Resíduos	0303 020220	2016/01/02	2021/12/31	0		1.100.990,00	990,00	1.100.000,00	1.058.310,00			990,00
2.4.6.		Proteção do meio ambiente e conservação da natureza												
2.4.6. 01	2018 11	Manutenção de Jardins e Espaços Verdes	0303 020225	2018/01/02	2021/12/31			401.590,00	401.590,00		814.770,00	50.000,00		451.590,00
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos												
2.5.1.		Cultura												
2.5.1. 02	2016 7	Caminhos do Memorial nas linhas de Saramago	0401 020121	2016/01/02	2021/12/31	2	65.183,77	2.800,00	2.800,00			20.000,00		22.800,00
2.5.1. 04	2018 15	Atividades de Arqueologia, Antropologia, Patrimonio Historico e Artes Plasticas	0401 0602030505	2018/01/02	2021/12/31			12.500,00	12.500,00			10.000,00		22.500,00
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer												
2.5.2. 01	2016 3	Atividades de Ocupaçao dos Tempos Livres e Geraçao On	0403 0602030502	2016/01/02	2021/12/31	0	100.331,96	75.105,00	75.105,00				15.000,00	60.105,00
2.5.2. 01	2018 18	Atividade Fisica Desportiva	0401 020225	2018/01/02	2018/12/31			21.000,00	21.000,00		123.000,00	20.000,00		41.000,00
2.5.2. 05	2018 20	Nucleos Desportivos Municipais	0401 010107	2018/01/02	2021/12/31			314.285,00	314.285,00		942.855,00		35.000,00	279.285,00
3.		Funções económicas												
3.2.		Indústria e energia												
3.2.1.		Iluminação pública												
3.2.1. 01	2014	Iluminação em Diversas Localidades												
3.2.1. 0103	2014 48	Consumo de Energia Electrica	0102 0202010202	2014/01/01	2021/12/31		6.434.969,86	1.055.000,00	1.055.000,00		5.400.000,00	745.000,00		1.800.000,00
3.4.		Comércio e turismo												
3.4.2.		Turismo												
3.4.2. 01	2018 21	Atividades de Promoção Turistica	0401 020225	2018/01/02	2021/12/31			112.500,00	37.500,00	75.000,00		75.000,00		112.500,00
3.5.		Outras funções económicas												
3.5.1.		Infraestruturas diversas												
3.5.1. 03	2018 23	Projeto Ouriceira- Mar do Programa MAR 2020	0303 020220	2018/01/02	2021/12/31			120.370,00	5,00	120.365,00	469.490,00	30.095,00		30.100,00
					TOTAL ...		39.755.425,21	13.019.225,00	11.198.860,00	1.820.365,00	186.199.190,00	1.748.085,00	57.000,00	12.889.945,00

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em 05 de ABRIL de 2018

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de _____ de ___